



60 ANOS

DO GOLPE CIVIL-MILITAR

NO RIO GRANDE DO NORTE

Maria da Conceição Fraga
João Maria de Sousa Fraga
Organizadores



60 ANOS DO GOLPE CIVIL-MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE

Maria da Conceição Fraga
João Maria de Sousa Fraga
Organizadores



1ª edição

Natal – Rio Grande do Norte

Copyright © Maria da Conceição Fraga e João Maria de Sousa Fraga, 2024

Todos os direitos desta edição estão protegidos pela Lei nº 9.610 de 19/02/1998 e reservados a Maria da Conceição Fraga e João Maria de Sousa Fraga. É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização, por escrito, do autor.

1ª edição

1ª impressão (2024)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

60 anos do golpe civil-militar no Rio Grande do Norte /
[organização Maria da Conceição Fraga, João Maria de Sousa
Fraga]. -- Natal, RN : Cooperativa Cultural Universitária do Rio
Grande do Norte : Caravela Selo Cultural, 2024.

Vários autores.

Bibliografia.

978-65-88076-63-7 (Caravela Selo Cultural)

978-65-83170-04-0 (Aipê Editora)

1. Brasil - História - Golpe civil-militar, 1964 2. Rio Grande do Norte (RN)
- História I. Fraga, Maria da Conceição. II. Fraga, João Maria de Sousa.

24-229879

CDD-981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : História e civilização 981

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Direitos reservados a Maria da Conceição Fraga

e João Maria de Sousa Fraga

Natal – Rio Grande do Norte – Brasil – 2024

Printed in Brazil

Foi feito depósito legal

CONSELHO EDITORIAL

CARAVELA SELO CULTURAL

João Bosco Araújo da Costa – Presidente (UFRN)

Alexsandro Galeno Araújo Dantas (UFRN)

Daniel Menezes (UFRN)

Francisco Alencar Mota (UEVA)

Jacimara Villar Forbeloni (UFRS)

Jessé de Souza (UFF)

Joana Aparecida Coutinho (UFMA)

Joana Tereza Vaz de Moura (UFRN)

João Emanuel Evangelista (UFRN)

José Antonio Spinelino Lindoso (UFRN)

Maria Conceição Almeida (UFRN)

Maria Ivonete Soares Coelho (UFRN)

Norma Missae Takeuti (UFRN)

Vanderlan Francisco da Silva (UFCG)

CONSELHO EDITORIAL AIPÊ EDITORA

Wani Pereira Fernandes – Presidenta

Sandra Mara de Oliveira Souza (UFRN)

Tereza Carla Vieira (Cooperativa Cultural) –
Secretária e Gerente financeira

Suély Gleide Pereira de Souza (IFRN)

Irene de Araújo van den Berg Silva (UERN)

Fernanda Fernandes Gurgel (FACISA/UFRN)

Marlécio Maknamara da Silva Cunha (UFBA)

Carlos Aldemir Farias da Silva (UFPA)

Alberto da Silva (Sorbonne/França)

PARA NÃO ESQUECERMOS DOS ANOS DE CHUMBO

Lembrar-se é não esquecer.

Paul Ricoeur

Os fantasmas do passado continuam a nos assustar. O avanço da extrema-direita no país, com a eleição de Bolsonaro em 2018, trazendo de volta os militares ao poder, em que foram reiterados seguidos ataques à democracia, bem como os acampamentos, em frente aos quartéis, durante a eleição presidencial de 2022, e a invasão e depredação em Brasília das sedes dos três poderes da República, em 8 de janeiro de 2023, deixam evidente uma clara tentativa de golpe de Estado. Podemos ainda acrescentar dois graves acontecimentos: o atentado à sede do Supremo Tribunal Federal, ocorrido em 13 de novembro de 2024, e a revelação pública do estarrecedor plano de assassinato dos eleitos, Lula e Alckmin, e do ministro Alexandre de Moraes, do STF. Plano urdido, por oficiais militares, no próprio Palácio do Planalto, sede do governo.

Fatos dessa natureza nos levam a pensar que, “o passado nunca está morto. Nem é sequer passado”, como escreveu William Faulkner. Fazem acreditar, portanto, que, para amplos setores da sociedade brasileira, especialmente os jovens, o golpe de Estado de 1964 e a ditadura militar, por ele implantada, que duraria vinte e um anos (1964-1985), é coisa de um passado remoto.

Para o historiador Eric Hobsbawm, “a destruição do passado [...] é um dos fenômenos mais lúgubres” do nosso tempo. Ao se referir aos jovens, escreveu o eminente mestre: “Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que viveu”. Desse modo, afirma, para “os estudantes que estão ingressando” hoje na universidade, até a guerra do Vietnã (1955-1975) “é pré-história”. Palavras escritas, devemos esclarecer, na última década do século

XX, em que não existiam ainda as big techs e toda a parafernália da internet, fake news e assim por diante, que potencializam a sensação da realidade como presente contínuo, meramente virtual, sem passado histórico. Nesse contexto, o papel dos historiadores se torna de fundamental importância, uma vez que, para Hobsbawm, a função dos “historiadores é lembrar os que os outros esquecem”.

Parafraseando o que disse Hobsbawm, podemos afirmar que, para os jovens que entram hoje na universidade brasileira, o regime ditatorial implantado pelo golpe de 1964, é pré-história. O que é válido, não somente para as jovens gerações, mas também para uma boa parte dos que vivenciaram aqueles “tempos sombrios”, para usar uma expressão muito cara a Hannah Arendt.

Esse é o sentido e o que justifica este importante livro: um recado para os jovens, ao fazer lembrar, e, para as outras gerações para que não esqueçam, daqueles tempos em que viveram sob uma cruel ditadura militar durante quase um quarto de século em que o arbítrio e as atrocidades se constituíram a marca registrada do regime. Nenhuma força política, devemos ressaltar, governou o país por tanto tempo no século XX. Em decorrência, as ressonâncias nefastas do autoritarismo chegam aos nossos dias.

Organizado criteriosamente e com esmero pelos professores Maria da Conceição Fraga e João Maria de Sousa Fraga, o presente livro constitui uma relevante contribuição para que essa triste página da história brasileira não seja esquecida. Daí a importância de fazer lembrar, em sintonia com o que disse Paul Ricoeur. Com uma particularidade: o enfoque que predomina nos capítulos privilegia o que aconteceu no Rio Grande do Norte naqueles tempos em que o processo democrático e reformista, então em curso, foi vilipendiado, em nome da salvação da pátria de uma hipotética ditadura comunista.

Nessa perspectiva, os diversos capítulos deste livro, abordam as múltiplas dimensões do regime ditatorial, que se proclamava como defensor da democracia, enquanto, de fato, a golpeava, ao arrepio da Constituição de 1946. Desse modo, a Junta Militar, que assumiu o governo, imediatamente após o golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart, atribuiu a si mesma poderes constitucionais, configurando, assim, um evidente “Estado de exceção”. Para o

pensador Giorgio Agamben, “O Estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal”.

Ao percorrer as páginas deste excelente e esclarecedor livro, podemos encontrar uma verdadeira radiografia do que aconteceu naqueles “anos de chumbo”, a partir da montagem do aparato repressivo do Estado ditatorial contra os movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, movimentos de educação e cultura popular, políticos reformistas e todas as forças populares e progressistas que lutavam em defesa da realização de reformas estruturais na sociedade brasileira, as denominadas “reformas de base”. Esses atores políticos e sociais lutavam contra as injustiças e as desigualdades sociais.

O contexto internacional, por sua vez, era pontilhado por lutas de libertação anticolonial na África e na Ásia, por uma América Latina em ebulição, com destaque para a revolução cubana, e pela chamada “guerra fria”, envolvendo o mundo ocidental, sobretudo, os Estados Unidos e a então União Soviética. Aos EUA preocupava, notadamente, a situação da América Latina, atuando na deflagração de golpes de Estado, como aconteceu no Brasil, com a intervenção militar, com o apoio do alto empresariado, da grande imprensa e de amplos setores da classe média.

No Rio Grande do Norte, o prefeito de Natal, Djalma Maranhão, foi deposto por uma patrulha militar, preso, cassado pela Câmara de Vereadores, em um dos episódios mais vergonhosos do legislativo municipal, acabou se exilando no Uruguai, onde veio a falecer. Maranhão foi condenado a vários anos de prisão, em que a principal acusação dizia respeito às ações que desenvolvera nas áreas da educação e cultura, com destaque para a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”. Essa foi uma das áreas mais atingidas pela repressão política. O Rio Grande do Norte foi pródigo no tocante aos movimentos de educação e cultura popular. Além da campanha “De pé no chão...”, destacam-se as escolas radiofônicas da Arquidiocese de Natal, através do Movimento de Educação de Base (MEB), bem como a experiência de Paulo Freire, em Angicos. Todos foram violentamente reprimidos, com a prisão e o exílio de vários de seus integrantes.

A repressão correu solta contra os opositores do regime ditatorial, como o movimento sindical, a exemplo do que aconteceu com os salineiros de Macau, o movimento estudantil, as lideranças políticas e assim por diante. Esses são temas abordados neste livro, cuja leitura se torna imprescindível para quem pretende conhecer ou fazer lembrar daqueles tempos terríveis, para que eles jamais se repitam na vida brasileira. Mas essas atrocidades não ocorreram sem resistência de setores da sociedade, gerando uma oposição que se fortalecia, o que conduziu o regime à implantação de uma ditadura com “D” maiúsculo, em 1968, quando foi decretado o Ato Institucional nº 5, o famigerado AI-5. Com isso, a repressão política se intensificou com a prática da tortura, provocando a morte de muitos militantes presos; a censura à imprensa, às diversas manifestações da arte e cultura e à educação, com a invasão, inclusive, de universidades públicas.

Uma das partes mais significativas deste livro diz respeito, justamente, aos capítulos que se reportam à resistência ao regime. Assim, são abordadas a repressão e a resistência das mulheres, dos estudantes, dos trabalhadores, dos professores, de lideranças políticas, enfim. Esse é um momento emocionante, em que vários desses combatentes heroicos comparecem às páginas do livro, com os autores se preocupando em salvar do esquecimento e reparar identidades machucadas, para lembrar o que escreveu Beatriz Sarlo. Nessa linha, o livro aborda a produção cinematográfica sobre perseguidos políticos, bem como contém um capítulo em que o autor empreende um primoroso balanço do que foi escrito sobre o Estado militar e os seus reflexos no Rio Grande do Norte.

Escrito por um coletivo que reúne experientes e jovens pesquisadores, cabe destacar que, parte do que está sendo publicado, tem o timbre do projeto “Aulas de Histórias nas ruas”, coordenado pelo professor Luciano Capistrano, que desenvolve ações de educação política, em sintonia com o pensamento do mestre Paulo Freire. Trata-se, assim, de uma contribuição para o enfrentamento do processo de deseducação em massa, posto em prática pelos meios de comunicação hegemônicos e por uma horda de redes sociais que atuam sem regulação e sem responsabilidade.

No ano em que o golpe civil-militar completa 60 anos, este esclarecedor livro chega em boa hora. Ao esclarecer, ele pode contribuir para que aqueles tempos de dor, de medo e de violência não voltem jamais. Tempos de violência e não de política, pois, como disse José Mujica, “a função da política é colocar limite à dor e à injustiça”.

Natal, novembro de 2024.

José Willington Germano
Professor da UFRN

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – GOLPISMO E MILITARES NA POLÍTICA BRASILEIRA..... 12

PARTE I – O GOLPE DE 1964 NO RIO GRANDE DO NORTE 34

A historiografia sobre o Golpe de 1964 35
no Rio Grande do Norte
João Maria de Sousa Fraga

O Golpe de 1964 em Natal, RN: 98
medo, indiciamentos, prisões e o fim da Campanha
De pé no chão também se aprende a ler
Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto

Rastros do autoritarismo: 120
o Golpe de 1964 em Macau, RN
Francisco Carlos Oliveira de Sousa

PARTE II – LEGISLAÇÃO E HISTÓRIA NO RN: 158

O ATO INSTITUCIONAL Nº I, O DECRETO Nº 477 E A LEI DA ANISTIA

Legitimidade *ad hoc*: a institucionalização 159
do regime ditatorial brasileiro e seus ecos no RN
Helensandra Lima da Costa Nobre

Rinaldo Claudino de Barros 177
e o Decreto-lei nº 477/1969 no RN
George Henrique Ferreira dos Santos

Resistir e lembrar: por uma revisão 197
da natureza jurídica da Lei da Anistia
Lauro Marinho Maia Neto

PARTE III – HISTÓRIA E MEMÓRIA NO RN: 222

TRAJETÓRIAS DE VIDA DE MILITANTES

PERSEGUIDOS PELA DITADURA MILITAR

A trajetória política de Luiz Maranhão Filho 223
Jeane Fialho Canuto

Glênio Sá: um comunista guerrilheiro 244
em defesa da liberdade
Jana Sá

Luciano de Almeida: o jornalista 276
e suas lutas por liberdade
Juan de Assis Almeida

PARTE IV – IGREJA CATÓLICA,.....308
OAB E O GOLPE DE 1964 NO RN

Entre a cruz e a baioneta:	309
a voz da Igreja Católica em oposição ao Regime Militar no RN (1964-1985) <i>Fábio Ferreira Feitosa</i>	
A OAB/RN: da Ditadura Militar	330
à Redemocratização (1964-1985) <i>Rafael Oliveira da Silva</i>	

PARTE V – ESTUDANTES POTIGUARES.....365
E A LUTA POR DEMOCRACIA NO RN

Mulheres e Ditadura Militar no RN	366
<i>Maria da Conceição Fraga</i>	
Juventude, cultura e política na UFRN:	423
a luta pela Redemocratização no RN <i>Michelle Pascoal Maia</i>	
Militantes estudantis e política	458
no Rio Grande do Norte (1960-1990) <i>Adriana Cristina da Silva Patrício</i>	

PARTE VI – JORNAL, CINEMATOGRAFIA,.....497
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E HISTÓRIA DO RN

Agendamento político do Ato Institucional	498
nº 5 na Tribuna do Norte <i>Arlan Leite</i>	
Cinema, narrativas e Ditadura Militar:	527
uma análise de “O pastor e o guerrilheiro” e “Não foi acidente, mataram meu pai” <i>Sérgio Murilo Ribeiro Chaves</i>	
Aulas de História nas ruas:	568
caminhos sobre as memórias de 1964 <i>Luciano Capistrano</i>	

ANEXOS.....587

INTRODUÇÃO

golpismo e militares na política brasileira

Esta obra surgiu da ideia de reunir pesquisadores que estudam o período que antecede o Golpe Civil-militar de 1964, a instalação do Golpe e os governos da Ditadura Militar (1964-1985) no Rio Grande do Norte, num mesmo livro. Objetiva dar visibilidade a acontecimentos que ocuparam a cena pública, à época, como a Campanha De pé no chão também se aprende a ler; o papel do jornal *Tribuna do Norte*; as lutas estudantis e sindicais; as mulheres e a militância política; a prisão, a perseguição, a tortura, o desaparecimento e a morte de lideranças potigueses; as eleições ocorridas em 1960 no RN; a trajetória de militantes políticos; a legislação autoritária; o uso de fontes no Ensino de História; o levantamento da literatura sobre o tema; além de refletir sobre fontes produzidas pela Comissão da Verdade da UFRN.

No ano de 2024, completam-se sessenta anos do Golpe Civil-militar ocorrido em 1964; quarenta e cinco anos da Anistia, de 28 de agosto de 1979; e quarenta anos da Campanha das Diretas Já. Os organizadores, os autores deste livro e outras pessoas que compuseram um grupo virtual denominado Ditadura Nunca Mais/RN, contribuíram com entidades e mandatos populares para mobilizar e realizar, no Rio Grande do Norte, atos, aulas públicas, audiências públicas, palestras, concursos, shows, abordando temáticas relacionadas ao período do Golpe de 1964.

As atividades foram: *Aulas do Projeto História na Rua*, realizadas nas ruas de Natal, com foco na educação patrimonial, cujo tema foi *O Golpe Civil-militar de 1964 em Natal*, ministradas por Luciano Capistrano; *Aula-espetáculo* realizada na Escola Municipal Emmanuel Bezerra, Escola Municipal Otto de Brito Guerra, com participação de Armando Siqueira e Lázaro José de Medeiros Cunha, além da participação da *Banda Netinho de Adelaide & os inimigos do 8/1*, Projeto de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte intitulado *Memória, Música e Educação de Resistência pela Democracia*, coordenado por Alessandro Augusto de Azevedo, do Centro de Educação;

Aula A Literatura de Cordel em sala de aula, ministrada por Nando Poeta, da Estação do Cordel, realizada na Escola Municipal José do Patrocínio; *Aula 60 anos do Golpe de 1964*, realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), com exposição de Francisco Carlos Oliveira de Sousa e apresentação da *Banda Netinho de Adelaide & os inimigos do 8/1*; apresentação da *Banda Netinho de Adelaide & os inimigos do 8/1*, realizada no Auditório da Biblioteca Central Zila Mamede/UFRN, no Instituto Padre Miguelinho e na Cervejaria Resistência – além do coordenador, compõem o grupo Artemilson Lima, Danúbio Gomes, Pablo Brito e Luiz Cysneiras; *Concurso de Cordel* com o tema *60 anos do Golpe Civil-militar no Brasil*, organizado por Nando Poeta.

Além dos eventos citados, foram realizados: *Audiência Pública* com o tema *60 anos do Golpe de 1964*, realizada na Câmara Municipal de Natal, proposta pela vereadora Brisa Bracchi, do Partido dos Trabalhadores, que teve como expositores Maria da Conceição Fraga, Jana Sá e Francisco Carlos Oliveira de Sousa; *Audiência Pública* com o tema *O Golpe de 1964*, realizada na Assembleia Legislativa do RN, proposta pela deputada Divaneide Basílio, do Partido dos Trabalhadores, que teve como expositores Maria da Conceição Fraga, Jana Sá e Juan de Assis Almeida; palestra com o tema *60 anos do Golpe de 1964*, realizada no Auditório do Centro de Educação da UFRN, coordenada por Aliny Pranto, que teve como expositores Maria da Conceição Fraga, João Maria de Sousa Fraga e Juan de Assis Almeida; palestra realizada durante a *2ª Semana Nacional de Jornalismo ABI*, cujo tema foi *60 anos do Golpe de 1964*, realizada no Auditório da TVU/UFRN, mesa coordenada pela professora Mônica Mourão, do Departamento de Comunicação Social da UFRN, que contou os expositores Marcos Guerra, Maria da Conceição Fraga, Jana Sá e Juan de Assis Almeida; exibição do documentário *Não foi acidente, mataram meu pai*, com exposição e debate do tema com Jana Sá e Juan de Assis Almeida, realizado no Instituto Ágora – UFRN; exposição fotográfica itinerante *Mortos e desaparecidos do RN durante a Ditadura Militar*, realizada no Sindicato dos Bancários do RN; e *Ato Público* realizado no dia 1 de abril de 2024, na Praça Cívica, em Natal.

Para refletir sobre os 60 anos desse Golpe, ocorrido entre os dias 31 de março e 02 de abril de 1964, é preciso compreender as origens do Estado Nacional brasileiro, que foi iniciado em 1822, quando o Brasil

rompeu oficialmente com o domínio político português e foi oficializado como país pelo imperador Dom Pedro I mediante a outorga da Constituição de 1824.

Para recompor esse cenário, consultamos o livro de Boris Fausto (2007), *História do Brasil*, e a obra de Otávio Tarquino de Sousa (2015), *História dos fundadores do Império do Brasil*, que trata do período do Império, especialmente, os golpes realizados por Dom Pedro I, em 1823, quando ocorreram *A noite da Agonia* e o Golpe da Maioridade, em 1840, dado por conservadores e liberais. Para refletir sobre a transição entre o Império e a República no Brasil, foi importante recorrer às contribuições de Emília Viotti da Costa (2010) no seu livro *Da Monarquia à República: momentos decisivos*.

Sobre o golpe republicano ocorrido com a Proclamação da República, em 1889, a implantação da República no Brasil, a República da Espada e as Oligarquias, utilizamos o texto de Ângela Alonso (2002), *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*; o *Dicionário da República: 51 textos críticos* (2019), organizado por Lília Moritz Schwarcz e Heloísa Murgel Starling; a obra *Coleção Brasil Nação: a abertura para o mundo: 1889-1930* (volume 3), organizado por Lília Schwarcz; os livros *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi* (2004) e *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil* (2004), de autoria de José Murilo de Carvalho; *1930: o silêncio dos vencidos* (1981), de Edgar Salvadori De Decca.

Sobre a Era Vargas, usamos as obras de Thomas Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castelo: 1930-1964* (2007) e *Brasil: de Castelo a Tancredo: 1964-1985* (1999), e de Homero de Oliveira Costa, *A Insurreição Comunista de 1935: Natal: o primeiro ato da tragédia* (1998). Sobre a República Liberal e os Militares no Brasil, utilizamos as contribuições de Lília Moritz Schwarcz e Heloísa Murgel Starling, *Brasil: uma biografia* (2015), e de Kenneth P. Serbin, *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura* (2001). Sobre as fases do Exército Brasileiro, abordamos o período que precede os anos 1930, momento em que o Exército tinha uma feição mais progressista, e o período posterior, em que se aprofunda a participação de militares na política, intensificando as crises e os golpes, recorreremos às observações feitas por José Willington Germano em seu livro *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)* (2011). Sobre

os atentados da extrema-direita ocorridos nas décadas de 1970 e 1980, utilizamos o *Portal Vermelho* (05/01/2020), *O Globo* e o livro *Jornal Nacional: a notícia faz a história*.

Nessa perspectiva, recompomos os cenários em que foi formado e consolidado o Estado brasileiro e a sua feição autoritária. Esse autoritarismo esteve presente desde a sua “Independência” e se traduz em um arranjo político, cujo objetivo foi o de manter a estrutura econômica e social do país, os privilégios da elite local, herança do processo colonizatório lusitano. Assim, precisamos refletir sobre as tentativas golpistas e os golpes que ocorreram no Império e em toda a história republicana.

A trajetória de golpes e tentativas de golpe na história política brasileira tem origem ainda no Império (1822-1889). Naquela época, o Brasil foi marcado por duas experiências de golpes. O primeiro golpe foi dado por Dom Pedro I e é denominado pela historiografia como sendo *A Noite da Agonia*, que consistiu na dissolução da Assembleia Nacional Constituinte, convocada em 1823, que visava elaborar a primeira Constituição do Brasil. Esse golpe ocorreu quando o imperador percebeu que o Partido Brasileiro, representante da elite aristocrática rural, pretendia limitar os poderes do Rei ao aprovar a tripartição dos poderes e implantar uma Monarquia Constitucional no Brasil; e ocorreu também quando a elite agrária tentou excluir a influência política do Partido Português, base de sustentação política do imperador.

Essa exclusão demandava a aprovação do voto censitário ao determinar que o exercício da cidadania brasileira fosse exclusivo aos que produziam mandioca, ou seja, na prática, os portugueses não teriam direito ao voto, estes eram ligados à atividade do comércio e não da terra, a elite agrária. Portanto, a tripartição dos poderes e o voto censitário com base na produção de mandioca motivaram o imperador a dar o golpe, a intenção de Dom Pedro I era contrária à elite agrária, pois seu propósito era concentrar poderes e governar o país com os portugueses.

O primeiro golpe foi materializado com o envio de tropas e a dissolução da constituinte, uma vez que, após a dissolução da constituinte, o imperador nomeou um Conselho de Estado, que escreveu a Constituição de 1824 atendendo à vontade de Dom Pedro I, que a outorgou.

O segundo golpe ocorrido no Império brasileiro se refere ao que a historiografia chama de “Golpe da Maioridade”, ocorrido em 1840. Esse acontecimento remonta à crise na sucessão dinástica da Família Real brasileira, uma vez que, em 1831, na Abdicação de Dom Pedro I, o herdeiro tinha cinco anos de idade e estava impedido de assumir o Trono, pois a Constituição previa a maioridade aos vinte e um anos de idade.

Com esse impedimento, o Brasil foi governado por uma Regência. Durante as Regências Trina Provisória, Trina Permanente, Regência Una de Feijó e Regência Una de Araújo Lima, o Império viveu uma crise política, econômica e social e correu o risco de se fragmentar territorialmente, o que daria origem a várias repúblicas e comprometeria a unidade nacional: no Rio Grande do Sul, a Farroupilha, que era contra a concorrência no comércio de carne com os países vizinhos e queria implantar uma República no sul do país; na Bahia, a Revolta da Sabinada, que pretendia transformar a Bahia numa República temporária que funcionaria até a Coroação de Dom Pedro II, e a Revolta dos Malês, que lutavam contra a escravidão e em defesa da liberdade religiosa; no Maranhão, a Balaiada, que foi motivada por disputas políticas locais entre liberais e conservadores; e no Pará, a Cabanagem, que pautava os problemas referentes à concentração de terra e à escravidão.

O segundo Golpe consistiu na antecipação da maioridade de Pedro de Alcântara como estratégia para manter a unidade nacional com um monarca no poder, ou seja, Dom Pedro II, coroado aos 14 anos de idade.

Foi nesse contexto que se iniciou a formação do Exército Brasileiro, surgindo sob o pretexto de conter Revoltas Regenciais, impedir a fragmentação do território nacional, promover a “pacificação” nacional e garantir a Ordem Pública. As forças repressivas que originaram o Exército Brasileiro, lutaram contra populações negra, indígena, rural, camadas médias e setores da elite, como foi o caso da Revolta da Farroupilha, liderada por criadores de gado. É nesse cenário que foi criado o mito de Caxias como herói da “pacificação nacional”, sendo atualmente o patrono do Exército Brasileiro e considerado um exemplo de soldado. Esse mito foi consolidado com a participação de Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), conhecido como Duque de Caxias, na Guerra do Paraguai.

Para estudar os golpes ocorridos no Império brasileiro, faz-se necessário compreender a relação entre a Família Real e a elite brasileira, uma vez que, se o primeiro golpe, *A noite da Agonia*, ocorreu por conflitos entre Dom Pedro I e a elite agrária, o segundo ocorreu devido às elites representadas pelo Partido Liberal e o Partido Conservador pactuarem o golpe como solução para resolver a crise da Regência, trazendo a Família Real ao poder através da Coroação de Dom Pedro II.

A República foi instalada em 1889, e desde sua Proclamação ocorreram várias tentativas de golpe e golpes na democracia brasileira. A instalação da República surgiu diante da crise ocorrida no Império brasileiro e envolveu conflitos entre o Imperador Dom Pedro II e a elite agrária, proprietários de escravos, que ainda o apoiavam. Foram vários os conflitos envolvendo o imperador: a Questão Abolicionista, que consistiu em um conflito entre Dom Pedro e os proprietários de escravos por não terem recebido indenizações após a Lei Áurea; a Questão Religiosa, conflito entre Dom Pedro II e a Igreja Católica, que entrou em atrito com a Maçonaria, proibindo o Clero de participar da Ordem Maçônica e, devido o apoio do Imperador à Maçonaria, a Igreja Católica rompeu com Dom Pedro II; a Questão Militar foi o conflito entre Dom Pedro II e o Exército Brasileiro, que, ao retornar da Guerra do Paraguai, fortalecido e influenciado pelo Positivismo e pela experiência de lutar contra um Estado nacional cujo regime era uma República governada por um representante das Forças Armadas paraguaia, o general Solano Lopez, passou a defender a República e a Abolição da escravidão. Ressalte-se que os soldados que compunham o Exército Brasileiro, na maioria, eram negros, escravos, em geral, advinham das fazendas de café para participar da guerra visando substituir a elite agrária e seus filhos. Em troca, havia o compromisso do Estado brasileiro de garantir a liberdade dos negros que retornavam da Guerra do Paraguai (1865-1870).

Foi nesse cenário que o imperador ameaçou punir oficiais do Exército Brasileiro que se manifestavam publicamente favoráveis à República. Em resposta, o Exército publicou um manifesto que dizia ser em nome de sua honra e rompeu com o imperador; a Questão Republicana, o ideal republicano existia desde 1789, quando ocorreu a Inconfidência Mineira, depois se manifestou em 1798, quando houve a Conjuração Baiana e a Conjuração Pernambucana, em 1817, todas

elas ocorridas durante o período colonial. Outras revoltas realizadas com o ideal republicano também ocorreram durante o Império, como a Confederação do Equador, em Pernambuco, no ano de 1824; Revoltas Regenciais como a Farroupilha (1835 a 1845, ou seja, iniciada durante a Regência e encerrada no Segundo Reinado); e no Segundo Reinado, a Revolução Praieira, ocorrida em Pernambuco no ano de 1848.

No final do século XIX, a Campanha Republicana realizada pelas elites regionais consistiu num movimento ocorrido nas províncias que criou jornais, revistas, clubes e partidos republicanos, especialmente, o Partido Republicano Paulista e o Partido Republicano Mineiro. No Rio Grande do Norte, também foi criado o Partido Republicano, dirigido pela família Albuquerque Maranhão, e jornais, como *A República*, localizado em Natal.

Nesse contexto, a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, na prática, foi um golpe militar que encerrou com a Monarquia no país. Como podemos observar, o ideal republicano no Brasil já vinha sendo construído há cem anos com lutas que antecederam a Independência do Brasil e permaneceram por todo o período Imperial. Tudo isso demonstra que o sentimento republicano não foi criado a partir do Exército Brasileiro, visão presente entre militares nas crises políticas que levaram às tentativas de golpe e aos golpes de Estado ao longo da História Republicana. A República foi resultado de lutas políticas realizadas ao longo do processo histórico brasileiro.

O Golpe realizado em 1889 contou com a articulação do Clube Militar e foi comandado por Marechal Deodoro da Fonseca, sob o pretexto de ser necessário criar um Estado republicano e laico. Assim, a República no Brasil se originou sob tutela militar, descaracterizando o sentido da construção de uma República, que, por definição, requer protagonismo civil, o que já vinha sendo tentado ao longo de cem anos de História. Essa participação de militares na política, que envolveu militares e Clube Militar, além de influenciar militares da ativa, contribuiu para a formação de uma interpretação de que a República brasileira pertence a quem a instalou, desvirtuando a função constitucional das Forças Armadas que é proteger as fronteiras do país.

A historiografia trata a primeira fase da República como sendo Primeira República e divide esse período em: República da Espada

(1889-1894) e República das Oligarquias (1894-1930). Na primeira, ocorrem golpes e tentativas de golpe. Quando a República foi proclamada, em 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca foi designado para ser o Chefe do Governo Provisório, que permaneceu até fevereiro de 1891, ano em que foi promulgada a primeira Constituição republicana.

A Constituição promulgada em 1891 previa eleição indireta para Presidente da República, a ser realizada ainda naquele ano, o que de fato aconteceu, e o Marechal Deodoro da Fonseca foi eleito. Esse procedimento caracterizou um golpe, uma vez que, ao realizar eleições indiretas no Congresso, foi viabilizada a recondução do Marechal Deodoro da Fonseca à presidência da República. Ou seja, se a implantação da República foi feita pelos militares apenas para garantir a sua instalação, a recondução do Marechal Deodoro da Fonseca nessas condições demonstra o interesse dos militares em permanecer na condução do país.

Sendo assim, podemos afirmar que houve o golpe da Proclamação e o golpe para permanecer no poder político. Como era esperado, a função de militares não é fazer política, o Marechal Deodoro não conseguiu conviver com os conflitos que são próprios da política, razão pela qual existem partidos de situação e de oposição disputando projetos políticos.

Surge então o novo golpe: a dissolução do Congresso Nacional, que ocorreu com menos de um ano de governo. Esse foi o cenário em que o Marechal Deodoro decretou Estado de Sítio e autorizou o Exército Brasileiro cercar a Câmara Federal e o Senado, além de prender políticos oposicionistas.

O Marechal Deodoro da Fonseca talvez não contasse com a reação de outra parte de militares, a Marinha do Brasil e sua ameaça de bombardear a Capital da República, o Rio de Janeiro, caso o presidente não se afastasse do cargo. Esse acontecimento ficou conhecido na historiografia como a Primeira Revolta da Armada. Esses fatos levaram à renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca e revelam o que significa uma República ser implantada por militares. A renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca levou o seu vice, o Marechal Floriano Peixoto, à presidência da República, o que caracterizou novo golpe, uma vez que a Constituição previa novas eleições e, em caso de renúncia do presidente, seu vice somente poderia assumir se o presidente que renunciou tivesse

completado metade do mandato. Como vimos, não foi o caso, pois o Marechal Deodoro da Fonseca foi escolhido por eleições indiretas em 1891 e renunciou ainda no mesmo ano.

O Marechal Floriano Peixoto assume o governo em 1891 nas circunstâncias acima relatadas, mantém-se na Presidência da República pelo uso da força e enfrenta os questionamentos sobre a legitimidade do seu governo. Ele ainda enfrentou revoltas sociais: a Revolta Federalista, ocorrida no Rio Grande do Sul; e a Segunda Revolta da Armada, conduzida pela Marinha do Brasil. O Marechal Floriano Peixoto reprimiu ambas as Revoltas e governou o país até o fim do seu mandato, em 1894.

Em 1894, Prudente de Moraes é eleito o primeiro presidente civil do Brasil, iniciando o que a historiografia chama de República das Oligarquias (1894-1930), especialmente, as dos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Embora nesse período o país tenha sido governado por civis, chama atenção a eleição do Marechal Hermes da Fonseca, que governou de 1910 a 1914, e as Revoltas tenentistas ocorridas na década de 1920. O Marechal Hermes da Fonseca, um militar, lançado pela oligarquia mineira, disputou com Rui Barbosa, advogado e civil, lançado pela oligarquia paulista. Essa disputa eleitoral marcou o rompimento da política conhecida na historiografia como Café com Leite, que consistia na alternância de presidentes da República lançados pelos estados de São Paulo e Minas Gerais.

O Marechal Hermes da Fonseca foi eleito Presidente da República e trouxe os militares de volta para a política. As Revoltas Tenentistas, organizadas por jovens oficiais do Exército Brasileiro, em geral, filhos das camadas médias, ocorreram: no Rio de Janeiro, com o Levante do Forte de Copacabana (1922), a tentativa de derrubar o presidente Arthur Bernardes (1922-1926); em São Paulo, com a Revolta Paulista (1924), que visava derrubar as oligarquias; e no interior do país, com a Coluna Prestes (1925), tentativa de levar o Movimento Tenentista para o interior do país, uma vez que o Movimento tinha sido derrotado no Rio de Janeiro e em São Paulo e parte expressiva da população vivia na área rural.

Os movimentos realizados pelos tenentes se caracterizam como tentativas de golpe, pois visavam substituir civis que se encontravam no poder por jovens oficiais do Exército Brasileiro.

Em 1930, como previa a política do Café com Leite, havia a previsão de o estado de São Paulo apoiar um candidato lançado pelo estado de Minas Gerais, entretanto, quebrando o acordo, São Paulo lançou Júlio Prestes candidato a Presidente da República. Em resposta, Minas Gerais se aliou ao Rio Grande do Sul e à Paraíba, organizou a Aliança Liberal e apresentou a candidatura de Getúlio Vargas (RS) e João Pessoa (PB), candidatos a presidente e vice-presidente do Brasil, respectivamente.

Júlio Prestes é o vitorioso no processo eleitoral, mas Getúlio Vargas não reconheceu o resultado das eleições por considerar que havia ocorrido fraude no processo eleitoral. Nesse ínterim, ocorreu a morte de João Pessoa, com repercussão nacional. Esse acontecimento foi usado por Getúlio Vargas para rearticular a Aliança Liberal, depor o presidente Washington Luís e assumir o comando do país em nome da Revolução de 1930.

O não reconhecimento do resultado eleitoral e a deposição do Presidente da República caracterizam um golpe na medida em que Júlio Prestes não tomou posse e o presidente em exercício foi deposto para que Getúlio Vargas, com o apoio dos militares, assumisse a presidência da República, passando a ser Chefe do governo provisório. Cabe lembrar que Getúlio Vargas chegou a primeira vez à Presidência da República por meio de um golpe de Estado e permaneceu até 1945, se mantendo no poder por meio de outros golpes.

Em 1932 foi organizada a Revolta Constitucionalista Paulista, que acusou Getúlio Vargas de ditador por promover intervenções nos estados ao colocar militares para governar os estados da federação e por governar sem se submeter a uma Constituição, uma vez que os acontecimentos ocorridos em 1930 tinham desmantelado a Constituição de 1891.

Os paulistas pleiteavam a retirada do tenente nordestino, João Alberto, e a imediata convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para elaborar uma nova Constituição. Com essa Revolta, Getúlio Vargas convocou a constituinte, que elaborou a Constituição de 1934, mas assegurou que o Congresso escolhesse o presidente, o que o tornou presidente novamente para governar até 1938.

Esses acontecimentos nos remetem às estratégias usadas pelo Marechal Deodoro da Fonseca, que, chefe de um governo provisório, assim como Getúlio Vargas, convocou uma Assembleia Nacional

Constituinte e, por se encontrarem no poder, saem favorecidos ao estenderem seus mandatos.

Na primeira metade da década de 1930, o país se encontrava dividido entre a Aliança Nacional Libertadora (ANL), influenciada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e liderada por Luís Carlos Prestes, e a Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado, que defendia o ideal fascista no Brasil.

O crescimento da ANL e a simpatia de Vargas pela AIB fizeram com que Getúlio Vargas fechasse as sedes da ANL. Em 1935, Luís Carlos Prestes, a ANL e o PCB lideraram um movimento de Insurreição Comunista nas cidades do Rio de Janeiro, Recife e Natal com o propósito de destituir Getúlio Vargas e implantar um governo popular no Brasil.

A Insurreição Comunista foi derrotada por Getúlio Vargas em 1935 e, em 1937, sob o pretexto de existir uma nova ameaça comunista, o presidente decretou Estado de Sítio e implantou a Ditadura fascista do Estado Novo com a ajuda da AIB, que logo em seguida foi fechada por Vargas. Em reação ao fechamento da AIB, Plínio Salgado liderou uma revolta integralista contra Getúlio Vargas. Com a derrota dos integralistas, Plínio Salgado foi exilado em Portugal.

O pretexto usado por Getúlio Vargas para promover o golpe que implantou o Estado Novo foi o Plano Cohen, suposto plano comunista, que consistiria em tomar o poder. Esse Plano, supostamente, teria sido elaborado pelo PCB, sob influência da III Internacional Comunista. Em 1945, durante a crise do Estado Novo, esse plano se revelou uma farsa, segundo o General Góes Monteiro.

A implantação do Estado Novo contou com o apoio do Estado Maior do Exército Brasileiro, entre os militares estavam os oficiais do Exército Olímpio Mourão Filho, que forjou o Plano Cohen; e Flores da Cunha e Eurico Gaspar Dutra, que apresentou o Plano Cohen para o público, lendo o seu texto no rádio, no programa Voz do Brasil. Tudo isso foi importante para a aprovação, em 1937, pelo Congresso Nacional, do Estado de Sítio, que suprimiu direitos constitucionais e materializou o Golpe do Estado Novo.

Esse Golpe somente se sustentou devido ao apoio da sociedade civil, principalmente de religiosos, intelectuais, empresários, entre outros. Esses acontecimentos se configuram como Golpe na medida em

que Getúlio Vargas suspendeu as eleições previstas para 1938; outorgou a constituição fascista da polaca (1937), que extinguiu partidos políticos; proibiu greves, eleições; criou uma polícia secreta para perseguir, prender e torturar opositores e concentrou poderes no Executivo; e implantou a Ditadura do Estado Novo, que governou o país até 1945.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a base de apoio político e militar que havia sustentado o presidente no Golpe do Estado Novo foi a mesma que se articulou e retirou Getúlio Vargas da presidência em 1945.

De 1942 a 1945, o Brasil participou da Segunda Guerra Mundial e colaborou com os Aliados (França, Inglaterra, URSS e EUA) para lutar contra o Eixo (Japão, Itália e Alemanha): enviou a Força Expedicionária Brasileira e a Força Aérea Brasileira; permitiu a instalação de Bases Aérea e Naval no Nordeste (Natal) e na Amazônia, extraiu e enviou látex, através dos “Soldados da Borracha”.

O apoio do Brasil aos aliados na luta contra o nazifascismo gerou uma contradição no governo Vargas, que no Brasil tinha práticas fascistas e, ao mesmo tempo colaborava com a luta contra o fascismo. Essa contradição foi denunciada por intelectuais e por parcela dos militares.

Getúlio Vargas, após quinze anos no poder, inicia o processo de redemocratização do país: convocou eleições gerais; convocou uma Assembleia Nacional Constituinte e, criou o pluripartidarismo, com o Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Social Democrata e a União Democrática Nacional; além de legalizar o PCB, que atuava na clandestinidade desde 1922, quando foi fundado.

Durante as eleições presidenciais, o PTB se aliou ao PSD e lançou o oficial do Exército Brasileiro Eurico Gaspar Dutra, a UDN lançou o Brigadeiro Eduardo Gomes e o PCB lançou Yêddo Fiúza. Dois acontecimentos ocorreram durante a campanha eleitoral e nos chamam atenção: o Queremismo, movimento que pleiteava a permanência do presidente Getúlio Vargas, com o slogan “Queremos Getúlio”, que sequer era candidato; e o afastamento da Chefia de Polícia do Distrito Federal (RJ), capital da República, à época, de João Alberto Lins de Barros, pelo irmão do Presidente Getúlio Vargas, Benjamin Vargas.

Esses acontecimentos despertaram na oposição a possível intenção de Vargas em querer permanecer no poder, em promover

um autogolpe, contrariando os liberais e os militares. Nesse contexto, Getúlio Vargas é deposto e o candidato eleito, Eurico Gaspar Dutra, toma posse e inicia a República Liberal ou República Populista.

Os militares que sustentaram toda trajetória de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945, passaram a articular chapas para concorrer à sucessão do presidente, apoiando dois candidatos militares para concorrer às eleições, os oficiais Eurico Gaspar Dutra e Eduardo Gomes. Um dos militares que participou dessas articulações foi o general Góis Monteiro, que havia colaborado com Getúlio Vargas no Golpe de 1930, mas, em 1945 articulou e mobilizou tropas no Rio de Janeiro para evitar o autogolpe do presidente. Com isso, Góis Monteiro contribuiu para a renúncia de Getúlio Vargas e seu exílio em São Borja, RS, cidade onde nasceu.

Entre os anos 1954 a 1964, ocorreram várias tentativas de golpe, durante os governos de: Getúlio Vargas, Juscelino Kubistchek, Jânio Quadros e João Goulart. Getúlio Vargas, que havia retornado ao poder com as eleições de 1951, eleito por eleições diretas pela primeira vez, sofreu uma tentativa de golpe após o atentado na Rua Toneleiros contra Carlos Lacerda, ocasião em que foi assassinado o major da Aeronáutica Rubens Vaz. Getúlio Vargas foi acusado de ser o mandante desse atentado e foi pressionado a renunciar ao cargo de Presidente da República. Essa pressão contribuiu com o suicídio de Getúlio Vargas em 24 agosto de 1954. A tentativa de golpe, que não se concretizou devido à comoção nacional, em decorrência do suicídio de Vargas, retardou em dez anos o golpe que somente ocorreu em 1964.

Com a morte de Getúlio Vargas, o potiguar João Fernandes Campos Café Filho assumiu a presidência da República e foi pressionado a renunciar. Já na presidência, Café Filho alega problemas de saúde para se afastar do cargo. Isso levou Carlos Luz, presidente da Câmara Federal, à Presidência da República, o que facilitaria o golpe. Essa manobra foi impedida pelo Ministro da Guerra, general Teixeira Lott, que decretou Estado de Sítio e impediu o Golpe de Estado, além de conseguir a deposição de Carlos Luz pelo Congresso Nacional, que foi substituído pelo presidente do Senado, Nereu Ramos, que garantiu a posse do presidente eleito, Juscelino Kubistchek. Os oficiais da Aeronáutica não aceitaram o resultado das eleições que elegeram Juscelino Kubistchek e tentaram impedir a posse do presidente eleito, em 11 de novembro de 1955.

Juscelino Kubistchek, empossado, enfrentou novas tentativas de golpe organizadas por grupos de oficiais da Aeronáutica ligados à União Democrática Nacional, que o acusavam de ser “comunista”.

Em 11 de fevereiro de 1956, oficiais da Aeronáutica se rebelaram ao tomar um avião militar no Rio de Janeiro e se dirigiram para a Base Aérea de Jacareacanga, PA, se instalaram na Base Aérea e dominaram alguns municípios próximos. O major Haroldo Veloso e o capitão José Chaves Limeirão lideraram esse movimento, mas o presidente Juscelino Kubistchek anistiou os participantes das tentativas de golpe realizadas em 1955 e 1956 para assegurar sua governabilidade.

Porém, em 1959, Haroldo Veloso, que havia liderado a Revolta de Jacareacanga, articulou nova tentativa de golpe contra o Presidente da República, no dia 02 de dezembro de 1959, em Aragarças. Essas tentativas de golpe visavam destituir o presidente, fechar o Congresso Nacional e implantar uma ditadura no país.

Como podemos observar, o comunismo foi usado como pretexto pelo presidente Getúlio Vargas, em 1937, ao implantar o Estado Novo; em 1955 e 1956, quando o presidente Juscelino Kubistchek sofreu tentativas de golpe; e em 1964, com o golpe dado contra o presidente João Goulart, como veremos ao longo do texto.

Cabe ressaltar ainda que a anistia dada pelo presidente Juscelino Kubistchek aos revoltosos de 1955 e 1956 nem garantiu sua governabilidade, nem impediu que os participantes das tentativas de golpe ocorridas deixassem de participar de uma nova tentativa de golpe em 1959.

Em 1961 Jânio Quadros era o presidente do Brasil, governou o país de 31 de janeiro a 25 de agosto de 1961 e, pressionado pela oposição, tentou dar um autogolpe ao renunciar à Presidência da República, acreditando que os militares e o Congresso Nacional não aceitariam sua renúncia devido a divergências com seu vice, João Goulart.

O presidente Jânio Quadros renunciou, o Congresso Nacional aceitou a renúncia e os militares tentaram impedir a posse de João Goulart, mas isso não aconteceu em razão da Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola.

João Goulart assumiu a presidência sob a condição de implantar o regime parlamentarista, que retirava do Presidente da República as

funções de governo, as quais foram exercidas pelo primeiro ministro, escolhido pelo Congresso Nacional. Essa estratégia usada pelas elites e pelos militares se caracterizava como golpe, na medida em que João Goulart havia sido eleito presidente, em conformidade com a Constituição vigente, a de 1946, que não previa parlamentarismo no Brasil. A implementação do parlamentarismo se caracterizou como golpe também por impedir a implementação das reformas defendidas pelo presidente.

João Goulart assumiu a Presidência da República, realizou o plebiscito e consultou o país sobre a permanência ou não do parlamentarismo, tendo como resultado o retorno do presidencialismo. O presidente apresentou propostas de reformas no comício realizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Nesse ambiente político tenso, setores conservadores ligados à Igreja Católica promoveram a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, em oposição ao governo e pleiteando intervenção militar.

Foi nesse contexto que, com o apoio de latifundiários, setores das camadas médias, empresários, governo norte-americano, Congresso Nacional, Ordem dos Advogados do Brasil, grande imprensa e militares, foi dado o Golpe Civil-militar, que se inicia em 31 de março, com a saída das tropas da 4ª Região Militar de Juiz de Fora, MG, comandada pelo general Olinto Mourão Filho; se amplia com a chegada das tropas no estado da Guanabara, no dia 1 de abril, e se materializa em 2 de abril de 1964, quando o Congresso Nacional substituiu o Presidente da República, João Goulart, por Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados, e quando, em 9 de abril é decretado o Ato Institucional nº 1, de uma série de 17 Atos Institucionais que vão compor o arcabouço jurídico que sustentou a Ditadura Militar.

Ranieri Mazzilli assume a presidência do país e instala uma Junta Militar com três ministros: o General Arthur da Costa e Silva, o Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e o Almirante Augusto Rademaker Grunewald, ou seja, um representante de cada uma das Forças. O primeiro presidente militar foi o general Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967); seguido pelos generais Arthur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1967-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985).

O Golpe de 1964 é dado por civis e militares que, insatisfeitos com o governo de João Goulart, que anunciou a implementação de políticas sociais, por meio das Reformas de Base, tais como a Reforma Agrária, num país historicamente marcado pela concentração fundiária, tema não resolvido nem pela Independência do Brasil (1822), nem pela Proclamação da República (1889), nem pelo que a historiografia denomina de Revolução de 1930 e que até hoje pauta a política nacional; a Reforma Universitária, a ampliação do acesso dos jovens ao ensino superior e o incentivo à produção de ciência e tecnologia para colaborar com o desenvolvimento do país; e a Reforma Urbana, a utilização do solo urbano, ordenação de aglomerações e fornecimento de habitações para populações carentes.

O Golpe, ao mesmo tempo em que destituiu o presidente constitucionalmente eleito, interrompeu a implementação do seu plano de governo. Se antes, os militares apoiavam as tentativas de golpe e golpes, como foi o de Getúlio Vargas (1930 e 1937); em 1964, os próprios militares passaram a governar o país alternando generais na Presidência da República.

Analizando os dois acontecimentos históricos, observamos que o general Olinto Mourão Filho aparece nas articulações do Golpe do Estado Novo, com a produção do Plano Cohen, condição decisiva para o apoio de militares ao golpe de Getúlio Vargas; e reaparece na reunião realizada no dia 28 de março de 1964 com o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, na cidade de Juiz de Fora, com o propósito de organizar a destituição do Presidente João Goulart. Mourão Filho desrespeita o acordo feito na reunião e comanda e antecipa a ida das tropas que foram para a Guanabara.

Em 1968, com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), durante o governo Arthur da Costa e Silva, o autoritarismo foi aprofundado ao conceder ao Presidente poderes para decretar intervenção nos estados e municípios; suspender direitos políticos a qualquer cidadão por dez anos; cassar mandatos eletivos federal, estadual e municipal; entre outras medidas. Em outras palavras, o AI-5 prolongou a Ditadura Militar pelo menos por dez anos, uma vez que foi revogado em 1978, embora a Ditadura tenha permanecido até 1985. O Ato Institucional nº 5 é considerado um instrumento de intimidação através do medo e uma

carta branca para que as forças de segurança do governo autoritário pudessem ampliar a perseguição e repressão contra a esquerda revolucionária, a oposição democrática e a igreja progressista.

No governo do general Ernesto Geisel e do general João Baptista Figueiredo, os dois últimos presidentes militares, ocorreram atentados terroristas realizados por grupos de extrema-direita que não aceitavam o fim dos governos militares, mesmo com o descrédito desses governos perante a opinião pública brasileira.

Os atos terroristas ocorridos nas décadas de 1970 e 1980 foram realizados pela Vanguarda de Caça aos Comunistas, Comando de Caça aos Comunistas, Comando Delta e Falange Pátria Nova, que atuavam clandestinamente. Essas organizações de extrema-direita atingiam principalmente os espaços de resistência da luta contra a Ditadura Militar, especialmente, sedes de jornais alternativos, shows de artistas, bancas de revista, sede da Ordem dos Advogados do Brasil; todos esses grupos políticos tiveram participação destacada na reconstrução da democracia. Na literatura consta que ocorreram 183 atos terroristas, vejamos alguns deles: Centro acadêmico da Fundação Getúlio Vargas (São Paulo, novembro de 1979. Responsabilidade: Comando de Caça aos Comunistas); Catedral de Nova Iguaçu (Rio de Janeiro, dezembro de 1979. Responsabilidade: Vanguarda de Caça aos Comunistas); Livraria Capitu (São Paulo – Responsabilidade: Comando de Caça aos Comunistas); Incêndio de carro (Belém, Pará, junho de 1980. Responsabilidade: Comando de Caça aos Comunistas); Lojas de jornais e revistas (Santa Rosa, RS, agosto de 1980. Responsabilidade: Falange Pátria Nova); Banca na W3 Sul (Brasília, DF, agosto de 1980. Responsabilidade: Falange Pátria Nova); Banca da Rodoviária de Brasília (Brasília, DF, agosto/1980. Não houve responsabilizados); Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará (Fortaleza, CE, setembro de 1980. Responsabilidade: Movimento Anticomunista, único caso entre esses que os culpados foram identificados e punidos); Ônibus da Petrobras (Ilha do Fundão, RJ, janeiro de 1981. Responsabilidade: Comando Delta); Relógio Digital (RJ, janeiro de 1981. Responsáveis não identificados); Riocentro (RJ, abril de 1981. Responsáveis: dois militares da ativa do Exército, o sargento Guilherme Pereira do Rosário e o capitão Wilson Dias Machado); Lanche em Vitória (Vitória, ES, dezembro de 1981.

Ninguém foi identificado ou punido); Célio de Castro (Belo Horizonte, MG, junho de 1984. Pichações do Comando de Caça aos Comunistas e CCA); A carta-bomba/morte na OAB (RJ, agosto de 1980.

Na segunda metade dos anos 1970 ocorreram atentados terroristas no Rio de Janeiro, como foi o caso da bomba que explodiu na sede da Associação Brasileira de Imprensa e da bomba encontrada na sede da Ordem dos Advogados do Brasil. Houve ainda o sequestro do Bispo Adriano Hipólito, cujo corpo foi jogado próximo à sede da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil; e da bomba explodida na casa de Roberto Marinho. Esses atos foram assumidos pelo grupo Aliança Anticomunista Brasileira.

Essas ações terroristas de extrema-direita nos levam a refletir sobre o contexto em que ocorreram ações golpistas, sobretudo, após a instalação da Comissão Nacional da Verdade, vinculada à Casa Civil da Presidência da República, por meio da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, assinada pela Presidente Dilma Rousseff, com o propósito de apurar e esclarecer as graves violações de Direitos Humanos praticadas durante os anos de 1946 a 1988, ou seja, investigar as atrocidades ocorridas durante os governos militares; tais como a Operação Lava Jato, conduzida pelo juiz Sérgio Moro, o impeachment; a retirada do candidato Luiz Inácio Lula da Silva das eleições ocorridas em 2018; o mandato do governo militarizado do Presidente Jair Messias Bolsonaro, sua campanha de desmoralização dos poderes constituídos e das instituições democráticas, suas tentativas de autogolpe, e, por fim, a sua não aceitação da derrota eleitoral em 2022, que culminou com a tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023. Ou seja, a transição da Ditadura Militar e a Redemocratização brasileira têm ocorrido sem a punição dos responsáveis pelas prisões, perseguições, mortes e desaparecimentos ocorridos durante os governos militares, o que fez com que, após a instalação da Comissão da Verdade, os militares passassem a participar ativamente da vida política do país, uma vez que Anistia anistiou tanto as vítimas quanto as autoridades responsáveis por tais crimes.

Então, desde a instalação da Comissão Nacional da Verdade, temas como intervenção federal, reedição do AI-5, Estado de Sítio, fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, autogolpe, têm ocupado espaço na imprensa e passamos a ver

algumas atitudes que violam a Constituição brasileira, como foi o caso da pressão feita pelo general Eduardo Villas Bôas, Comandante do Exército Brasileiro (2014-2019), quando publicou um twitter alertando que o Exército Brasileiro estava atento à decisão do Supremo Tribunal Federal. Esse fato ocorreu às vésperas da votação do julgamento do habeas corpus do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Supremo Tribunal Federal e contribuiu com a retirada da candidatura de Lula, que liderava as pesquisas de opinião pública.

Outro fato que viola a Constituição Federal é a comemoração de 31 de março nos quartéis e no Clube Militar. Somado a isso, também ocorreram, no governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), ameaças durante o desfile do 7 de Setembro de 2021; a acusação de aparelhamento da comemoração do Bicentenário da Independência do Brasil, no dia 7 de setembro de 2022; a militarização da educação com as escolas cívico-militares; a militarização da administração pública, por meio de nomeações de militares da reserva e da ativa para ocupar pastas como: Ministério da Educação (Milton Ribeiro, Segundo Tenente do Exército Brasileiro); Ministério da Saúde (Eduardo Pazuello, General de Divisão do Exército Brasileiro); Casa Civil (Walter Braga Neto, General do Exército Brasileiro); Porta-voz da Presidência da República (Otávio Rêgo Barros, General do Exército Brasileiro); Ministério da Infraestrutura (Tarcísio Gomes de Freitas, Capitão do Exército Brasileiro); Secretaria de Segurança Institucional (Augusto Heleno, General do Exército Brasileiro); Ministério da Defesa (General Fernando Azevedo e Silva, General do Exército Brasileiro); Secretaria de Governo (General Luís Eduardo Ramos); Ministério da Ciência e Tecnologia (Marcos Pontes, Tenente-coronel da Força Aérea Brasileira); Ministério das Minas e Energia (Bento Costa Lima Leite de Albuquerque, Almirante de Esquadra); Secretaria-Geral (Jorge Oliveira, Major da Polícia Militar); na Controladoria-Geral da União (Wagner Rosado, Capitão do Exército Brasileiro), entre outros; a participação de militares da ativa em atos políticos, como foi o caso do Ministro da Saúde, General Eduardo Pazuello; o envolvimento de militares no episódio que trata do uso das urnas eletrônicas nas eleições; os acampamentos, em todos os estados brasileiros, em frente aos quartéis com a participação de militares e familiares exibindo faixas e pedindo

intervenção militar com Bolsonaro no poder, um novo AI-5, fechamento do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional, entre outros.

Após os resultados do segundo turno das eleições ocorridas em 2022, foram realizados episódios como a tentativa de invasão e incêndio na sede da Polícia Federal, em Brasília, no dia 12 de dezembro de 2022, ocasião em que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, foi diplomado; a ameaça de explosão de bombas nas vias de acesso ao Aeroporto de Brasília, no dia de comemoração natalina, 25 de dezembro de 2022; e o 8 de janeiro de 2023, com a invasão das sedes do Supremo Tribunal Federal, do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto, que, além de invadidas, tiveram destruída a mobília, o patrimônio tombado, como as obras de arte raras, entre outros. Tudo isso foi transmitido em tempo real nas redes sociais e na grande mídia. Essa ação visava criar um caos no país e obrigar o presidente, recém-empossado, a acionar o instituto jurídico Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que obrigaria convocar militares para atuar na cena política, o que não aconteceu.

O Ministro da Justiça e o Presidente da República conduziram a crise unindo os Três Poderes na defesa da democracia, cumprindo seus deveres constitucionais, assegurando as prisões em flagrante dos envolvidos iniciando o inquérito para apurar responsabilidades de todos os participantes. Cabe ressaltar que tudo isso ocorreu com a prevaricação de agentes públicos, conforme Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Distrito Federal e da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional.

Para além desses fatos graves ocorridos, teve, por parte do candidato derrotado Jair Bolsonaro: o não reconhecimento público do resultado das eleições majoritárias, admitindo apenas o resultado das eleições proporcionais; a saída do país para os Estados Unidos da América; a não realização da transição entre o governo que se encontrava no poder e o governo eleito, nos moldes das transições ocorridas anteriormente; a ausência do candidato derrotado na simbólica passagem da faixa presidencial no momento da posse oficial do candidato eleito.

Assim, diante das reflexões sobre o Golpe de 1964 e sobre acontecimentos ocorridos após a criação da Comissão Nacional da Verdade, a

publicação desta obra vem atender demandas como reunir num mesmo livro pesquisadores e resultados de estudos e experiências docentes cujos textos refletem fatos históricos ocorridos no Rio Grande do Norte, no período que antecede ao Golpe de 1964, nos dias em que o Golpe Civil-militar se instalou e durante os governos militares.

Essas análises contribuem para registrar episódios ocorridos durante os anos dos governos militares no RN e lembrar o período como forma de resistir ao apagamento e ao negacionismo da História recente do Brasil. Tudo isso, visando compreender acontecimentos atuais tendo como parâmetro a História do Brasil, as raízes autoritárias da formação do Estado brasileiro, o papel dos militares nas crises políticas e as continuidades e as rupturas nesse processo histórico.

A obra visa, sobretudo, desmistificar que a resistência aos governos militares no Brasil se limitou à região sul/sudeste. Isso acontece na medida em que, os capítulos de livros trazem fontes históricas, elencadas e interpretadas, e objetivam dar visibilidade às lutas, aos protagonistas e às ações ocorridas à época. Ou seja, essas ações revelam sujeitos que, ao agir, fizeram História no Rio Grande do Norte. Uma História que partiu de mobilizações individuais e coletivas, que se iniciou com pautas específicas de grupos sociais e que ganhou força na sociedade ao se materializar no processo de resistência ao autoritarismo e na Redemocratização do país, após vinte e um longos anos de Ditadura Militar.

Dessa forma, este livro reúne autores graduados, mestres e doutores em diferentes áreas de conhecimento (História, Direito, Comunicação Social, Ciências Sociais), sendo estes professores da rede pública e privada do ensino básico e universitário; alguns deles integrantes da Comissão da Verdade, seja ela municipal, estadual ou federal (UFRN), que têm em comum o interesse em estudar o período que compreende o Golpe Civil-militar e a Ditadura Militar no Rio Grande do Norte.

Para melhor apresentar este livro, fizemos uma introdução que trata do golpismo e dos militares na política brasileira e dividimos o texto em partes, em cada uma delas composta por capítulos pertinentes ao tema abordado. A Parte I, intitulada O Golpe de 1964 no Rio Grande do Norte, é composta pelos capítulos 1, A historiografia sobre o Golpe de 1964 no Rio Grande do Norte – João Maria de Sousa Fraga, 2, O Golpe de 1964 em Natal, RN: medo, indiciamentos, prisões e o fim da Campanha

De pé no chão também se aprende a ler – Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto, e 3, Rastros do autoritarismo: o Golpe de 1964 em Macau, RN – Francisco Carlos Oliveira de Sousa.

A Parte II, intitulada Legislação e História no RN: o Ato Institucional nº 1, o Decreto nº 477 e a Lei da Anistia, nela os capítulos 4, Legitimidade ad hoc, a institucionalização do regime ditatorial brasileiro e seus ecos no RN – Helensandra Lima da Costa Nobre, 5, Rinaldo Claudino de Barros e o Decreto-lei nº 477/1969 no RN – George Henrique Ferreira dos Santos, e 6, Resistir e lembrar: por uma revisão da natureza jurídica da Lei da Anistia – Lauro Marinho Maia Neto.

A Parte III, intitulada História e Memória no RN: trajetórias de vida de militantes perseguidos pela Ditadura Militar, nela os capítulos 7, A trajetória política de Luiz Maranhão Filho – Jeane Fialho Canuto, 8, Glênio Sá: um comunista guerrilheiro em defesa da liberdade – Jana Sá, e 9, Luciano de Almeida: o jornalista e suas lutas por liberdade – Juan de Assis Almeida.

A Parte IV, intitulada Igreja Católica, OAB e o Golpe de 1964 no RN, nela os capítulos 10, Entre a cruz e a baioneta: a voz da Igreja Católica em oposição ao Regime Militar no RN (1964-1985) – Fábio Ferreira Feitosa, e 11, A OAB/RN: da Ditadura Militar à Redemocratização (1964-1985) – Rafael Oliveira da Silva.

A Parte V, intitulada Estudantes potiguaros e a luta por democracia no RN, nela os capítulos 12, Mulheres e Ditadura Militar no RN – Maria da Conceição Fraga, 13, Juventude, cultura e política na UFRN: a luta pela Redemocratização no RN – Michelle Pascoal Maia, e 14, Militantes estudantes e política no Rio Grande do Norte (1960-1990) – Adriana Cristina da Silva Patrício.

A Parte VI, intitulada Jornal, cinematografia, educação patrimonial e História do RN, nela os capítulos 15, Agendamento político do Ato Institucional nº 5 na Tribuna do Norte – Arlan Leite, 16, Cinema, narrativas e Ditadura Militar: uma análise de “O pastor e o guerrilheiro” e “Não foi acidente, mataram meu pai” – Sérgio Murilo Ribeiro Chaves, e 17, Aulas de História nas ruas: caminhos sobre as memórias de 1964 – Luciano Capistrano.

Maria da Conceição Fraga e João Maria de Sousa Fraga

PARTE I

O GOLPE DE 1964 NO RIO GRANDE DO NORTE

Um povo que não conhece sua História
está fadado a repeti-la.

Edmund Burke

A HISTORIOGRAFIA SOBRE O GOLPE DE 1964 NO RIO GRANDE DO NORTE

João Maria de Sousa Fraga¹

Este artigo surgiu da necessidade de fazer um levantamento da produção historiográfica acerca do Golpe Civil-militar no Rio Grande do Norte (RN), visando estimular estudos que tratem do período que antecede ao Golpe, os dias em que do Golpe foi implantado e os anos do governo dos generais, procurando identificar acontecimentos, atores envolvidos na trama social e o significado das ações realizadas, especialmente, como esses acontecimentos aparecem na literatura produzida. Esse recorte nos permite desmistificar a ideia de que no RN; na capital, Natal; nos sindicatos potiguaras; nos municípios do estado; no meio cultural; e, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, entre outros, não ocorreram ações transformadoras, mobilização da sociedade, nem resistência ao Golpe Civil-militar de 1964 e aos governos dos generais.

Para tanto, identifiquei artigos, dissertações, teses e livros que tratam do assunto e oferecem um passeio na literatura norte-rio-grandense existente para dar visibilidade aos autores que se dedicaram a estudar esse período, ou que vivenciaram o período e escreveram suas lembranças, ou que ofereceram seus depoimentos para que os interessados no tema pudessem registrar esse momento histórico. Com isso, nos interessa despertar no leitor, especialmente, professores e estudantes de História, o interesse em querer conhecer o que ocorreu em nosso estado no período que antecede ao Golpe, nos momentos de instalação do Golpe e a resistência ocorrida ao longo do período da Ditadura Militar, tudo isso por meio da literatura disponível sobre o tema.

1 Mestre em Ensino de História pela UFRN, Professor e Assessor da Rede Pública Municipal de Natal; Professor da Rede Pública Estadual, RN; Advogado, coautor do livro e e-book *Tecedores de sonhos ao luar* e autor do livro e e-book *Música e resistência: os governos militares na sala de aula*.

Para a produção deste texto, consultei o banco de teses e dissertações da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), especialmente, os Programas de Pós-graduação em História, Ensino de História, Educação e Ciências Sociais. Foi levantada a produção de livros nas editoras e instituições locais como: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio Grande do Norte e o Sebo Vermelho, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caravela Selo Cultural, Offset, tudo isso, visando mapear essa literatura, seus temas, seus autores e suas interpretações sobre o período. Esse percurso foi importante para observar o papel que teve o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio Grande do Norte ao produzir um registro sobre acontecimentos ocorridos no período autoritário, não por acaso a sede do Sindicato recebe o nome de José Campelo Filho, uma das vítimas da ditadura. Os sebos e as gráficas tiveram e ainda têm papel importante na publicação da literatura do RN, especialmente, sobre temas que envolvem esse período. São vários os livros de professores da maior e mais importante instituição de ensino superior do estado, a UFRN, publicados pelo Sebo Vermelho, por exemplo, sobretudo, nos anos 1980 e 1990. Com o surgimento de cursos de pós-graduação na UFRN, cresceu a produção literária, em várias áreas do conhecimento, inclusive em Educação, Ciências Sociais e História. Recentemente, com o advento da Caravela Selo Cultural, ampliou-se mais ainda a publicação de livros acadêmicos no estado.

Para a produção deste capítulo, o levantamento consistiu em realizar um comentário sobre os textos produzidos no Rio Grande do Norte sobre o tema. Nesse sentido, visitei os repositórios dos Programas de Pós-graduação em História, Educação, e Ciências Sociais da UFRN, identifiquei e comentei teses e dissertações defendidas nesses programas. Trouxe, ainda, um artigo da Revista da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Para melhor apresentar o artigo, dividi o presente texto da seguinte forma: Passeando pelo banco de dissertações e teses da UFRN, com a produção acadêmica sobre o tema; Tortura na Base Aérea de Natal e eleições para governo no RN, trazendo reflexões importantes sobre a tortura no período que antecede ao Golpe e sobre o significado das eleições ocorridas em 1962 do RN; Lutas sindicais

em Macau, abordando a luta dos trabalhadores na área salineira do estado; A Campanha De pé no chão também se aprende a ler, analisando uma das experiências educacionais mais importantes no Brasil e no RN, que teve repercussão internacional e consagrou Paulo Freire como um grande educador; O Golpe de 1964 em Natal e a resistência dos potiguaras, que apresenta a produção acerca de como a capital do estado enfrentou o Golpe Civil-militar e resistiu à Ditadura; Memórias de militantes políticos, trazendo estudos autobiográficos, testemunhos de protagonistas dos acontecimentos, biografias produzidas de personagens que se destacaram nas lutas ocorridas, entre outras; Relatório Final da Comissão da Verdade da UFRN, trazendo o mais importante documento que trata de acontecimentos ocorridos durante os governos militares na UFRN, expondo fontes históricas coletadas pela CVUFRN como ofícios, depoimentos, fichas individuais de monitoramento dos órgãos de repressão, fotografias, além de consultar entrevistas oferecidas por protagonistas dos acontecimentos e disponíveis na TV Universitária da UFRN.

Passeando pelo banco de dissertações e teses da UFRN

A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFRN (BDTD) foi imprescindível para fazer o levantamento de pesquisas realizadas no estado que tratam da temática, para tanto, foram consultadas as produções dos Programas de Pós-graduação em História, Educação e Ciências Sociais da UFRN.

A dissertação de Berenice Pinto Marques, intitulada *A educação popular para todos de uma cidade educadora (Natal, Rio Grande do Norte, 1957-1964)*, de 2015, defendida pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFRN, trata de políticas de educação popular no município de Natal entre os anos de 1957 a 1964. A pesquisa identificou e analisou políticas de educação popular que foram elaboradas e executadas pelo poder público em Natal no período que antecede o Golpe Civil-militar ocorrido em 1964. A autora fez uso dos jornais *Folha da Tarde* e *Jornal de Natal*; documentos educacionais das esferas

federal, estadual e municipal; documentos dos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico do RN e do Arquivo Público de Natal; fontes iconográficas; entrevistas e produções acadêmicas. Essa pesquisa demonstrou como as políticas de educação popular em Natal, à época, se ancoraram na participação da população local nas ações realizadas; na construção e reconstrução das práticas pedagógicas, priorizando a ação, a alfabetização e a formação do professor leigo; e na democratização da cultura.

A dissertação de José Evangilmárisson Lopes Leite, intitulada *Em nome da ordem: a prefeitura Municipal de Natal como espaço de subversão*, defendida em 2008, no Programa de Pós-graduação em História da UFRN, analisou como a Prefeitura de Natal tornou-se um espaço de subversão no período pós-Golpe Civil-militar de 1964. A pesquisa fez uso do Relatório Subversão no Rio Grande do Norte, documento produzido com base em investigações realizadas na Prefeitura de Natal por ordem do governador do estado, à época, Aluizio Alves. A Comissão de Inquérito apurou suposta subversão fundamentada com base no anti-comunismo. O referido documento construiu uma imagem do prefeito e de seu governo como tendo realizado atividades subversivas na área de educação, com isso, transformaram Djalma Maranhão, seus secretários e colaboradores do programa de erradicação do analfabetismo em Natal em comunistas perigosos que atentavam contra a ordem instituída.

A dissertação de Fernanda Sales Aquino, intitulada *O cotidiano da formação de professores da Campanha De pé no chão também se aprende a ler*, defendida em 2015 no Programa de Pós-graduação em Educação da UFRN, é resultado dos trabalhos e discussões dos quais a pesquisadora participou no Núcleo de História e Memória da Educação de Jovens e Adultos do Rio Grande do Norte (NUHMEJA – RN) e tem seu foco na formação de professores. A pesquisa revela a formação continuada e o controle dos docentes em exercício; a não passividade dos professores; a proposição e efetivação de práticas formativas que buscavam integrar o político e o pedagógico.

A dissertação de Pablo Cruz Spinelli, intitulada *O livro de leitura da campanha de pé no chão também se aprende a ler/RN: um estudo dos pressupostos histórico-culturais*, defendida em 2010 no Programa de Pós-graduação em Educação da UFRN, trata de pressupostos

históricos e culturais inseridos na campanha, do movimento de cultura e educação popular desenvolvido no Rio Grande do Norte no período de 1961 a 1964. Parte da hipótese da existência de um ideário romântico político presente na visão nacional-desenvolvimentista no instrumento didático-pedagógico de alfabetização, o livro usado na campanha em 1963.

A dissertação de Jeane Fialho Canuto, intitulada *O PCR (Partido Comunista Revolucionário) e a luta contra a ditadura militar no Brasil (1966-1974)*, defendida em 2016 no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN, trata da organização do PCR até a prisão e morte de seus dirigentes pelos órgãos de repressão política criados pelos governos militares. A pesquisa demonstra como as organizações de esquerda atuavam e como fizeram uso da luta armada como forma de resistência. Destaca como essa organização realizou ações de expropriações, incêndios a canaviais e panfletagem, além de mostrar sua atuação majoritariamente no Nordeste, especialmente, nos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. O estudo foi motivado pela aproximação da pesquisadora com o Comitê Estadual pela Memória, Verdade e Justiça no Rio Grande do Norte. Durante a investigação, constatou-se que a maioria dos militantes que atuavam no estado eram ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), sendo o Partido Comunista Revolucionário (PCR) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) defensores da luta armada. A pesquisadora entrevistou: Edilson Freire Maciel (PCR, RN); Luciano de Almeida (PCBR, RN); Anísio Maia (PCR, PB); Moisés Domingos (PCR, RN); Luiz Alves Neto (Mossoró, RN); e Maria do Carmo Tomaz (PCR, RN). A pesquisa também abordou outras lideranças, tais como Emmanuel Bezerra dos Santos e Amaro Luiz de Carvalho, revolucionários torturados e mortos pela repressão, bem como analisou ações de expropriação e panfletagem desenvolvidas pelo PCR no RN, especialmente, o caso do incêndio na casa do Maine.

A dissertação de Carlos Alberto Nascimento de Andrade, intitulada *A organização política dos estudantes da UFRN (1974-1984)*, defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da UFRN em 1994, analisa a participação política de estudantes potiguaras no período de 1974 a 1984, tendo como foco as propostas e orientações das tendências partidárias para o Movimento Estudantil no âmbito

da UFRN/Natal. Estudou os pressupostos políticos que fundamentaram a ação dessas tendências no Movimento Estudantil, ou seja, a referência norteadora dos programas partidários. A pesquisa constata que o Movimento Estudantil Universitário em Natal viveu uma polarização entre duas posições: o bloco operário e popular e o bloco nacional-democrático. A diversidade de posições políticas no Movimento Estudantil Universitário é explicada pela diferença de análise sobre a conjuntura política brasileira feita pelas tendências. Investiga os principais eventos estudantis, especialmente, as eleições para o Diretório Central dos Estudantes da UFRN e as principais lutas realizadas no período. Destaca as principais posições de cada chapa eleitoral, extraídas das cartas-programas apresentadas aos alunos, e estabelece as divergências programáticas que norteiam a ação dessas tendências no processo eleitoral ao Diretório Central de Estudantes.

A dissertação de Justina Iva de Araújo Silva, intitulada *Estudantes e política no Rio Grande do Norte: 1960-1969*, defendida em 1988 no Programa de Pós-graduação em Educação da UFRN, buscou compreender o significado político das lutas estudantis e suas vinculações com as lutas gerais da sociedade brasileira, seus limites e suas possibilidades. A pesquisadora reporta-se ao processo de formação do Movimento Estudantil Secundarista no RN, onde se formaram diversas lideranças universitárias que assumiram a condução política do Movimento Estudantil até março de 1964, ano em que ocorreu o Golpe. Aborda as formas de repressão usadas por diversos atores institucionais no Rio Grande do Norte, antes e depois do Golpe, com intuito de reprimir a participação política dos estudantes. Avalia os caminhos seguidos por expressivas lideranças estudantis após a decretação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968; as ideias que estimularam a opção de lideranças pela luta armada e suas consequências para a sociedade brasileira.

A dissertação de Aliny Dayany Pereira de Medeiros, intitulada *O Comitê pela Anistia no Rio Grande do Norte: a Associação Norte-rio-grandense de anistiados políticos como espaço de História, Memória e Política (1971-2001)*, defendida em 2012 no Programa de Pós-graduação em História da UFRN, trata do Comitê pela Anistia no RN e a Associação Norte-rio-grandense de Anistiados Políticos como espaços de História, Memória e Política. Analisou o processo de Anistia no RN a partir desses espaços de lutas

e de resistência política, desde a década de 1970 até o início dos anos 2010. Destacou o fato de a Anistia e a luta pelo direito de reparações permanecerem em debate no país de forma a evidenciar o quanto esse processo foi incompleto e, por essa razão, permanece como sendo um assunto atual. A pesquisa fez uso de fontes orais, fontes escritas (jornais digitalizados e impressos; legislações; atas de reuniões; cartilhas produzidas por partidos políticos; revistas, dissertações; teses; e outras). A pesquisadora realiza um confronto de fontes, como orienta Thompson; destaca a importância da Memória, especialmente, o conceito de Memória Coletiva, de acordo com Halbwachs; e o conceito de Política em Hannah Arendt, por último, podemos ainda destacar, o uso do conceito de espaço na abordagem de Doreen Massey.

A dissertação de Rafael Oliveira da Silva, intitulada *A OAB no processo de transformação da sociedade brasileira: a seccional potiguar como espaço de redemocratização (1979-1988)*, trata de como a OAB/RN e o seu Conselho Federal apoiaram o Golpe Civil-militar de 1964, porém, destaca como, a partir de 1970, essa entidade passou a exercer importante papel na luta contra o autoritarismo dos governos militares e contribuiu na defesa de presos políticos e na luta por democracia. A pesquisa dá visibilidade ao ano de 1979, com a participação da entidade nas discussões da campanha da Anistia, e vai até a promulgação da Constituição de 1988, uma vez que a sua promulgação representa o começo efetivo de um Estado Democrático de Direito. Reconstruiu-se o período de Redemocratização em terras potiguares ao analisar as ações da OAB/RN nos seguintes eventos: a Campanha da Anistia, em 1979, a Campanha das “Diretas Já!”, em 1984, e o envolvimento no processo constituinte, em 1986, que culminou na Constituição de 1988. Para a realização da pesquisa, foi feito o uso de legislação, atas, jornais e entrevistas, estas construídas com base na História Oral.

A dissertação de Michelle Pascoal Maia, intitulada *Juventude universitária nos anos 1980: as práticas culturais do movimento estudantil na UFRN*, defendida em 2009 no Programa de Pós-graduação em História da UFRN, trata do Movimento Estudantil da UFRN nos anos 1980, ou seja, no contexto de sua reconstrução e de retomada das lutas estudantis. Destaca as principais pautas do Movimento Estudantil Universitário: o fim do regime autoritário e a defesa da democracia

no país e nas universidades brasileiras. Revela como as atividades artísticas e culturais eram utilizadas como instrumento de luta para se criticar o regime vigente. Fez uso de fonte oral, literatura sobre o assunto e matérias de jornal, boletins e panfletos estudantis para discutir o conceito de Cultura e identificar práticas culturais locais, bem como mapear principais atividades e produções culturais organizadas pelos estudantes da UFRN.

A dissertação de Adriana Cristina da Silva Patrício, intitulada *A participação feminina no Movimento Estudantil Secundarista como espaço de luta política nos anos de 1980*, defendida em 2007 no Programa de Pós-graduação em História da UFRN, revela a preocupação dos historiadores em escrever sobre o protagonismo das mulheres. Fez uso de fonte oral para analisar experiências de militantes estudantis que atuaram no Movimento Estudantil Secundarista no Rio Grande do Norte na década de 1980. Discute o conceito de História e Espaço, analisando o Movimento Estudantil Secundarista como Espaço construído por meio das esferas pública e privada. Constrói um panorama político do Movimento e demonstra como ocorreu a reorganização das entidades estudantis após o término dos governos militares. Além disso, constrói um quadro da inserção das mulheres nessa trama.

A dissertação de Jana Bezerra de Sá Vasconcelos, intitulada *O direito à Memória e à Verdade no Plano Nacional de Direitos Humanos III: uma avaliação da implementação no RN*, defendida em 2020 no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN, aborda o direito à verdade, que é tratado como um direito ao conhecimento sobre os fatos, especialmente, em relação às violações aos Direitos Humanos cometidas pelo Estado durante regimes de exceção. A pesquisa se dedica ao estudo da implementação do direito à memória e à verdade, com fulcro nos seis eixos basilares do PNDH-3 no RN. Avalia se o Estado promoveu apurações e esclarecimentos sobre violações praticadas entre 1964 a 1985, examina se ocorreu o incentivo à preservação da memória histórica e a construção pública da verdade sobre o período ditatorial. A pesquisa foi realizada em duas dimensões: uma de natureza teórica e a outra empírica. Na teórica, desenvolve-se a abordagem conceitual de Direitos Humanos, da reivindicação do direito à verdade e do papel da Memória na garantia da transição de um regime autoritário para a democracia.

Na empírica, o foco foi o trabalho de campo, ou seja, a pesquisa documental e a realização de entrevistas semiestruturadas com gestores, estudiosos, vítimas do período, familiares de mortos e desaparecidos e organizações da sociedade civil. Na conclusão, foi advertido que não houve a instalação de uma Comissão Estadual da Verdade no Rio Grande do Norte, o trabalho realizado resumiu-se ao âmbito da UFRN, constatando-se, assim, que o Estado processa com dificuldade o resgate da verdade sobre as violações a Direitos Humanos perpetradas pela repressão política durante o Regime Civil-militar de 1964, por meio de uma política voltada para a Memória, Verdade e Justiça.

A tese de Aliny Dayany Pereira de Medeiros, intitulada *Os acampamentos da “Campanha de Pé no chão também se aprende a ler” e as relações dialógicas com a comunidade local*, defendida em 2018 no Programa de Pós-graduação em Educação da UFRN, analisa as relações dialógicas que ocorreram entre as comunidades que residiam nos bairros das Rocas e das Quintas e os acampamentos escolares da Campanha de Pé no chão também se aprende a ler, realizada em Natal, RN, no governo do Prefeito Djalma Maranhão. O recorte temporal da pesquisa vai de 1960, com a eleição do Prefeito Djalma Maranhão, até 1964, com o Golpe Civil-militar, consolidado nesse ano. A proposta da Campanha foi constituída por oito fases, tendo como ponto de partida as escolinhas isoladas, e ampliada com a construção dos acampamentos escolares cobertos com palhas de coqueiro. Destaca como foram acrescidos à campanha a formação de professores, bibliotecas fixas e itinerantes, além de ações que promoviam cultura popular. Na realização da pesquisa, foi utilizado o cruzamento de fontes, como se encontra em Thompson, tanto orais quanto escritas, iconográficas, midiática, dentre outras. Fez uso de fonte oral; documentos publicados nos livros de Moacyr de Góes, Secretário de Educação de Natal, que implementou a Campanha; notícias de jornais que circularam em Natal à época; fotografias, pinturas, quadros e tabelas publicadas por diversos autores; e dados estatísticos da campanha, transformados na tese em representações gráficas. Na conclusão do trabalho, foi atribuído o sucesso da Campanha à busca de uma relação dialógica entre os que realizavam a Campanha e a comunidade que residia nesses bairros. Isso ocorria por meio de iniciativas de valorização da cultura popular, do trabalho das professoras leigas, que residiam nos bairros citados, e da construção de práticas pedagógicas que consideravam

a realidade do lugar em que se encontravam os acampamentos e demais organizações escolares.

A consulta ao banco de teses e dissertações da UFRN demonstra como diferentes áreas de conhecimento vêm buscando estudar o período que antecede o Golpe Civil-militar, os governos militares e o período de Redemocratização do país, bem como distintos objetos de investigação e abordagens metodológicas. Trazer essa produção acadêmica para este artigo visa estimular estudos que busquem preencher lacunas existentes, bem como dar visibilidade às produções existentes como forma de promover o debate sobre a memória pública do país.

O levantamento sobre a produção historiográfica referente aos acontecimentos ocorridos no período que precede ao Golpe Civil-militar e aos governos militares visa recompor o cenário, os relatos e as interpretações sobre o período. Para tanto, adquiri, li e produzi resumos de livros publicados no Rio Grande do Norte e que tratam da temática, especialmente, relatos de tortura ocorridos na Base Aérea de Natal, as eleições para governador do estado do Rio Grande do Norte, as lutas sindicais travadas em Macau, a experiência da Campanha De pé no chão também se aprende a ler, além de livros autobiográficos e biográficos.

Para adquirir os livros usados neste artigo, contei com a contribuição de Abimael Silva, do Sebo Vermelho, Roberto Monte, do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular, e José Correia, da Cooperativa da UFRN, contribuições imprescindíveis para a realização deste capítulo. Esses espaços publicam e comercializam livros sobre a História do Rio Grande do Norte e, por essa razão, guardam um acervo significativo acerca da nossa História, ao mesmo tempo em que guardam memórias sobre esses acontecimentos que marcam a História de Natal e do Rio Grande do Norte.

Tortura na Base Aérea de Natal e eleições para governo do RN

A tortura é um tema que vem sendo estudado, sobretudo, a tortura praticada pelos governos militares, mas essa temática nos remete também ao período do Estado Novo (1937-1945) e até mesmo

ao período da República Liberal (1946-1964). Neste capítulo, apresento textos que contemplam reflexões sobre a produção que aborda o tema a partir da década de 1950, como veremos a seguir.

O livro *Campo de concentração no Rio Grande do Norte, torturas na Base Aérea de Natal-1952-1953* foi organizado pelo Centro de Direitos Humanos e Memória Popular e publicado pela Editora Potiguariana em 2021. A orelha é assinada por Nilmário Miranda, ex-Ministro dos Direitos Humanos no primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A primeira apresentação do livro, intitulada *A miséria da legalidade democrática e o martírio dos comunistas*, escrita por Juliano Siqueira, professor do curso de Direito da UFRN, aposentado, militante comunista, destaca: o crescimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, com o fim do Estado Novo foi legalizado e, na eleição seguinte, passou a eleger deputados estaduais e prefeitos em municípios; o paradoxal crescimento do PCB e do anticomunismo como política desenvolvida nos governos de Dutra e Vargas (1946-1954). O período ao qual se refere Juliano Siqueira quando trata da perseguição aos comunistas no Brasil está ancorado no Macartismo, movimento político lançado pelo senador estadunidense Joseph Raymond McCarthy, no final da década de 1940, que influenciou os governos brasileiros e resultou em prisões e tortura de militantes comunistas, entre eles, Luís Maranhão e Vulpiano Cavalcanti, potiguares que foram torturados na Base Aérea de Natal.

A segunda apresentação do livro é intitulada *Base Aérea de Natal: quando emergem as vozes dos torturados ou torturas na Base Aérea de Natal*, escrita por Natanael Sarmento, Jana Sá e Roberto Monte, membros da Comissão dos 100 anos de Luiz Ignácio Maranhão Filho. Os apresentadores descrevem as torturas, nomeiam os torturados e os torturadores. Eles destacam documentos significativos, tais como: dois abaixo-assinados denunciando as torturas sofridas na Base Aérea de Natal em 1952 e 1953, sendo um de 15 de março e outro de 4 de junho de 1953, destinados ao general Arthur Carnaúba, presidente da Associação de Defesa de Direitos do Homem. Um abaixo-assinado foi assinado por oito pessoas, dentre eles, sete sargentos da Aeronáutica, que foram transferidos para a Base Aérea de Natal; e o outro foi assinado por 15 presos, em Natal, João Pessoa e Recife, e transferidos para a Base Aérea de Natal, entre os quais Vulpiano Cavalcanti e Luiz Ignácio Maranhão Filho, este último desaparecido

político em 1974, durante a Ditadura Militar. Dizem ainda os autores que, enquanto essas torturas ocorriam, a imprensa silenciava e era concedido o título de Cidadão Natalense ao torturador e coronel Honório Ferraz Koeller (Comandante da Força Aérea Brasileira). O título de Cidadão Natalense foi encaminhado pelo Prefeito de Natal, Creso Bezerra. Os autores denunciam a participação do Sargento da Aeronáutica, Genário Alves da Fonseca, comandante da tropa que prendeu Vulpiano Cavalcanti.

O livro *1960: explosão de paixão e ódio*, de João Batista Machado, publicado pelo Departamento Estadual de Imprensa, em 1998, relata a polarização existente entre a União Democrática Nacional e o Partido Social Democrático. A orelha é escrita por Cassiano Arruda Câmara, que coloca a campanha de 1960 como um evento capaz de provocar paixões e despertar resquícios de ódio entre as pessoas. Para o jornalista Cassiano Arruda, as eleições ocorridas para governador do estado em 1960 serviram como parâmetro para compreender a política no RN por toda a segunda metade do século XX. A campanha marca um tempo em que o uso dos símbolos ganhou força e fortaleceu a formação de grupos políticos. Assim, a campanha foi marcada por gestos, cores e canções numa sociedade dividida e que separou famílias, especialmente os correligionários das famílias Alves e Mariz. Coube a João Ururahy, redator da coluna “Política” do *Diário de Natal/O Poti* (1958 a 1961), redigir o prefácio do livro, destacando a campanha de 1960, que elegeu Aluizio Alves governador do RN e Djalma Maranhão prefeito de Natal. A obra apresenta um comentário escrito por Quinho Chaves Filho, estudante universitário, à época, ex-presidente do Comitê Estudantil pró-candidatura de Aluizio Alves ao governo do estado em 1960, em que elogia a pesquisa realizada por João Batista Machado, que fez uma imersão nos bastidores da Campanha “Cruzada da Esperança”, que elegeu Aluizio Alves governador do RN. O texto traz ainda uma opinião de Hélio Xavier de Vasconcelos, ex-presidente do Comitê Estudantil pró-candidatura Djalma Marinho ao governo do estado do Rio Grande do Norte, em 1960, sobre a eleição ocorrida em 1960 no estado, que ressalta as qualidades do ex-governador Dinarte Mariz e do seu apoio ao advogado Djalma Marinho, candidato derrotado nas eleições.

O livro *O triunfo da esperança: a campanha de 60 em Natal/RN*, do jornalista Ciro Pedroza, publicado pela Offset em 2024, é prefaciado por

Gaudêncio Torquato, para quem o Brasil é marcado por intensas disputas eleitorais nas campanhas majoritárias, onde visualizamos grandes figuras no marketing político. Nesse sentido, ele destaca a campanha de 1950 de Getúlio Vargas, que trouxe para o seu discurso os problemas regionais, exemplificando a passagem por Mossoró, quando o tratou da questão do sal. Outra campanha destacada é a de Juscelino Kubitschek, na qual elementos do marketing também estão presentes. Sobre a campanha de JK, destaca a promessa de uma nova capital para o Brasil, o discurso desenvolvimentista, o uso da televisão, além do “Primeiro escritório aéreo”, ao percorrer o país num DC-3, equipado com escrivaninha e cama. Lembra a campanha de Jânio Quadros, no início dos anos 1960 com um marketing estereotipado, destacando estilos, comportamentos, atitudes, símbolos, músicas, caravanas que passam a integrar as campanhas políticas. O autor destaca a disputa eleitoral de Aluizio Alves ao governo do Rio Grande do Norte em 1960, e atribui a essa campanha e ao seu candidato o uso do marketing político contemporâneo pela primeira vez no RN. Na disputa eleitoral, fez-se uso: da música; de termos como industrialização, da pesquisa de opinião pública; de um profissional de marketing (Roberto Albano); de lenço, galho e bandeiras verdes, numa campanha que ficou denominada de Cruzada da Esperança; do uso do polegar, significando Ok, além do uso de termos como *cigano e gentinha*, da estratégia *um amigo em cada rua*, de vigílias e comícios, visando aproximar o candidato ao seu eleitorado. A campanha de 1960 e os projetos políticos representados nessa disputa pelo governo estadual e a prefeitura municipal, possuem íntima relação com o Golpe Civil-militar de 1964.

O artigo “Repressão e diplomacia: Brasil, Estados Unidos e a experiência do Golpe de 1964 no Rio Grande do Norte”, de autoria de Henrique Alonso de A. R. Pereira e publicado no periódico *Projeto História*, em 2004, destaca que, no início da década de 1960, o estado do Rio Grande do Norte já despertava a atenção do governo dos Estados Unidos da América. O texto analisa as circunstâncias que justificam essa potência mundial, no contexto internacional da Guerra Fria, escolher a Região Nordeste do Brasil, em especial o RN, como aliado de sua política externa, sobretudo, através de políticas implementadas pela Aliança para o Progresso, bem como examina as relações Brasil, Estados Unidos e o Golpe de 1964 no Rio Grande do Norte.

Lutas sindicais em Macau

Macau, cidade situada na região salineira do Rio Grande do Norte, foi uma das cidades em que mais ocorreram mobilizações organizadas por sindicatos e em defesa da implementação de políticas sociais, na década de 1950 e início da década de 1960. Vejamos algumas das obras que tratam dos anos que antecedem ao Golpe de 1964, os dias de implantação do Golpe e do governo dos generais e que têm como recorte espacial a cidade de Macau.

O livro *Minhas tamataranas: linhas amarelas: memórias*, de Floriano Bezerra de Araújo, publicado Sebo Vermelho, em 2009, traz um relato autobiográfico em que o autor narra suas experiências políticas, especialmente as ocorridas nas lutas dos trabalhadores no campo brasileiro, na década de 1950 e início dos anos 1960; das lutas sindicais lideradas pelo autor, que, junto aos trabalhadores do sal, em Macau, conquistaram direitos sindicais e direitos sociais; da sua vivência como deputado estadual, representando os trabalhadores na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte; suas lutas por democracia; especialmente quando ocorreu o Golpe Civil-militar, em 1964, e durante os governos militares, momento em que foi preso político e teve seu mandato cassado pela Assembleia Legislativa do RN.

O livro *Tecedores de sonhos ao luar*, de autoria de João Maria de Sousa Fraga, Maria da Conceição Fraga e Fábio Pereira Feitosa, publicado em 2023, trata do sindicalismo em Macau, especialmente, o Sindicato dos Trabalhadores da Extração de Sal. Aborda o período que antecede ao Golpe de 1964, o Golpe Civil-militar no Rio Grande do Norte e na cidade de Macau. Descreve a ação de lideranças sindicais que são eleitas para ocupar cargo na Câmara dos Vereadores de Macau, na Prefeitura Municipal de Macau e na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. O livro demonstra o quanto o Golpe Civil-militar e os governos militares colaboraram para desarticular a organização dos trabalhadores das salinas após a prisão, a perseguição ao sindicato e suas lideranças, além da cassação de mandato do deputado estadual e presidente do sindicato, Floriano Bezerra de Araújo.

A obra *Das salinas ao sindicato: a trajetória da utopia salineira*, de autoria de Francisco Carlos de Oliveira de Sousa, publicada em 2007, apresenta fragmentos da história dos trabalhadores na extração do sal em Macau. A contracapa é feita por Sérgio Luiz Bezerra Trindade, que ressaltou a importância do livro, que deu visibilidade às lutas sindicais como modelo de resistência à dominação. O prefácio foi escrito por João Emanuel Evangelista, que destaca Macau como tendo sido a principal produtora de sal do Rio Grande do Norte num cenário privilegiado de luta e de organização dos trabalhadores no estado, ou seja, num período em que surgiram sindicatos de diversas categorias profissionais envolvidas na extração, transporte e embarcação do sal. João Evangelista ainda nos faz refletir sobre a relação da luta sindical de Macau com a luta nacional e o protagonismo do sindicato que elege o prefeito da cidade. Essa ascensão sindical foi interrompida com o Golpe de 1964, na medida em que a força da repressão militar e as prisões em massa dos seus líderes políticos e sindicais colaboram com o esfacelamento do sindicato. O livro trata da perspectiva histórica do sindicalismo nacional no Rio Grande do Norte e em Macau; da construção da utopia construída a partir do trabalho nas salinas e na ação desses homens que promovem a evolução do sindicalismo em Macau, ao mesmo tempo, descreve a destruição dessa utopia. O autor trata dos antecedentes do sindicato, da ampliação do espaço público no Brasil, da dissimulação e intervenção do Golpe de 1964, além da outra face do desmonte do sindicato, que foi a modernização do processo produtivo e suas implicações.

Natal e a Campanha De pé no chão também se aprende a ler

A capital norte-rio-grandense, Natal, foi palco de implementação de políticas educacionais que visavam incluir parcela da sociedade por meio de campanha de alfabetização de adultos sob a liderança do Prefeito Djalma Maranhão e que contou com o apoio de professores e intelectuais e envolveu instituições como a universidade. A produção sobre o tema inclui trabalhos acadêmicos, depoimentos de integrantes

da Campanha como professores e alunos universitários, políticos, entre outros. Vejamos algumas reflexões sobre essas experiências.

O livro *Sem paisagem, memórias da prisão*, de Moacyr de Góes, publicado em 2004, revela suas lembranças de um ser que, ao lado de outros, nos anos 1960, acreditou numa revolução brasileira a partir da cidade de Natal. Trata-se de um relato memorialístico, mas também de caráter político, na medida em que trata do testemunho de uma experiência de preso político em Natal. A orelha é assinada por Nei Leandro de Castro, que se refere aos capítulos do livro como sendo pura poesia, como, por exemplo: *De profundis*, *Rilke e o pai* e *Além de Natal*. Coube a Maria da Conceição de Góes apresentar a obra fazendo seu testemunho histórico do passado recente em que deixa claro a sua intenção de escrever sobre o passado sem ressentimentos, pois, para a autora, escrever sobre esse período requer coragem, grandeza e lucidez.

A filha do tempo é a publicação de um discurso proferido por Moacyr de Góes na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte por ocasião da passagem dos 40 anos do Golpe de 1964, evento realizado em 2004 e organizado pelo deputado estadual Fernando Mineiro, do Partido dos Trabalhadores (PT/RN). O texto aborda episódios que marcaram o Rio Grande do Norte e sua História, neles, o Golpe ocorrido em 1964 é analisado como tendo uma relação com os fatos ocorridos em agosto de 1954; e com a tentativa frustrada de golpe, que levou o presidente Vargas ao suicídio, fato que retardou em dez anos o Golpe ocorrido somente em 1964. Mesmo com o fracasso da tentativa golpe em 1954, novas iniciativas golpistas ocorreram, como foram as sublevações de Aragarças e Jacareacanga contra o presidente Juscelino Kubitschek, a tomada do poder pelos ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, que constituíram uma “junta militar” quando da renúncia de Jânio Quadros, e os motins dos sargentos e dos marinheiros no governo Jango. Em seu discurso, Moacyr de Góes trata o período de 1954 a 1964 como um tempo de aprendizado e confronto saudável. Como aprendizado, o autor refere-se à formação de uma frente política na cidade do Recife que firmou a aliança entre cristãos e comunistas. A esquerda, com base na experiência de Pernambuco, nos anos 1950 e 1960, queria dividir os setores ligados ao centro para se aliar a estes e fortalecer seu projeto político. Moacyr de Góes afirma que, em 1955, no Rio Grande do Norte, Djalma Maranhão se

aliou a Dinarte Mariz e, em 1960, a Aluizio Alves, como forma de viabilizar sua chegada à Prefeitura de Natal. Esse era o projeto em curso no RN e que se inspirava na política pernambucana. O autor mostra a disputa no plano nacional durante o governo Vargas, que promove o embate entre duas opções para o Brasil: o capitalismo financeiro internacional hegemônico, em 1968, e o modelo de inserção das classes subordinadas à história, derrotado no Golpe de 1964. Góes analisa o século XX no RN e o domínio oligárquico da sua estrutura de poder, que fora reforçada ao longo dos vinte e um anos de Ditadura. Para isso, analisa, na História potiguar dos anos 1920 e 1930, a disputa entre comunistas e cafeístas, e, nos anos 1950, a ascensão da liderança de Djalma Maranhão, que fora interrompida com o Golpe de 1964. O discurso de Moacyr de Góes faz referência a Dom Eugênio Sales e suas ações realizadas nos anos 1950, bem como sua participação no “Movimento de Natal”, realizado na área rural do estado, juntamente com a Federação dos Trabalhadores Rurais; a Federação dos Pequenos e Médios Proprietários Rurais; a Federação dos Trabalhadores Autônomos; o Movimento de Educação de Base; e o Serviço de Assistência Rural. Tudo isso, iniciado pela Juventude Agrária Católica, estrutura que colaborou com a criação de sindicatos rurais, disputando com as Ligas Camponesas de Chico Julião e sindicatos, como a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Esse é o contexto em que é analisada pelo autor a eleição ocorrida em 1960 no Rio Grande do Norte, a vitória de Aluizio Alves para governador, sua adesão à Aliança para o Progresso, além da sua colaboração com o Golpe de 1964.

O livro *De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964): uma escola democrática*, de Moacyr de Góes, publicado em 1980, discute a experiência educacional do Movimento de Cultura Popular, conhecido como “De pé no chão também se aprende a ler”, ocorrido em Natal, RN, no período de janeiro de 1961 a abril de 1964, na gestão do Prefeito Djalma Maranhão. A obra busca responder a duas perguntas: o que fazer quando, no curso de um processo histórico, os fatos são narrados e interpretados de forma deliberadamente truncada? E o que fazer quando, por um longo período, só se conhece uma versão oficial desses fatos, sendo essa versão passional? Para o autor, é necessário que a sociedade reivindique para si a oportunidade de restabelecer a verdade histórica ou conhecer e discutir outras interpretações para que possa fazer um debate sobre o assunto. Para tanto,

resgata fatos históricos importantes ocorridos no período, dando voz aos que morreram, mas que tiveram participação ativa nos acontecimentos. Nessa perspectiva, homenageia o Prefeito de Natal, Djalma Maranhão (morto quando se encontrava exilado no Uruguai e dado como desaparecido em 1974); o vice-prefeito, Luiz Gonzaga dos Santos (morto num cárcere em Recife); e o professor e ex-deputado Luís Ignácio Maranhão Filho (membro do Comitê Central do PCB e irmão de Djalma Maranhão). O livro traz outras fontes, como fotografias que ilustram a administração do prefeito Djalma Maranhão e da Campanha De pé no chão também se aprende a ler; um apêndice com documentos estatísticos, o Primeiro Relatório da orientação técnico-pedagógica da Campanha ocorrida no período de outubro a dezembro de 1961; relatórios da pesquisa domiciliar do grupo de trabalho de educação popular; e o documento sobre a unidade de trabalho aplicado pela orientação pedagógica.

O livro *Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão*, de Willington Germano, publicado em 1982, é resultado de sua dissertação, defendida no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Unicamp. A segunda edição do livro foi lançada em 1989 e é resultado de uma parceria entre a Editora Cortez e Autores Associados. A publicação se deu num contexto em que o país vivia o processo de reconstrução da democracia, logo após a promulgação da Constituição Cidadã de 1988. Em 2010, foi publicada a terceira edição da obra pela Editora Palumbo. A publicação ocorreu em comemoração do 50º aniversário da Campanha. A quarta edição foi publicada na passagem do 60º aniversário da Campanha, ano em que também se comemorou o centenário de Paulo Freire. Essa nova edição ocorreu no centenário de Luiz Ignácio Maranhão, protagonista das lutas sociais e por essa razão vítima da Ditadura, mas também após o golpe parlamentar de 2016 e da ascensão da extrema-direita, que elegeu Jair Messias Bolsonaro presidente do país em 2018.

Na introdução, o autor apresenta a situação econômico-político-social do Brasil e do Nordeste no início da década de 1960 e o contexto em que ocorreram os movimentos de educação e da cultura popular; destaca o governo de Aluizio Alves; a gestão de Djalma Maranhão; o governo de Dinarte Mariz, antecessor de Aluizio Alves e de José Pinto Freire, este antecessor de Djalma Maranhão. Apresenta essas lideranças e suas características que revelam uma dominação oligárquica existente no

estado. Demonstra a origem dos grupos políticos e as articulações entre eles e explica como o único grupo político “independente” com atuação legal foi “expurgado” pelas oligarquias até ser “exterminado” pelo Golpe de 1964. Esse grupo “independente” foi liderado por Djalma Maranhão na administração em que surgiu a Campanha De pé no chão também se aprende a ler. Analisa ações de militares em Natal com o término da Campanha, destacando o que pensavam os responsáveis pelos inquéritos e outros personagens que expressavam os setores vitoriosos e os que foram derrotados. A obra apresenta entrevistas realizadas com Moacyr de Góes, José Fernandes Machado² e Mailde Pinto Galvão e elenca fontes e instituições visitadas, além de outros documentos.

O livro *1964: aconteceu em abril*, de Mailde Pinto Galvão, de 2004, faz uma abordagem sobre fatos ocorridos no início de abril de 1964 em Natal, RN, e faz um levantamento de fontes como os jornais da época, que evidenciam apoios oficiais e o ambiente de terror estabelecido nas primeiras prisões ocorridas após a implantação do Golpe de 1964; apresenta memórias da autora e de seus companheiros de cela e denuncia seus torturadores; além de tratar de fatos ocorridos com Djalma Maranhão. Marcos Silva assina a apresentação do livro, oportunidade em que denuncia a Ditadura, as prisões arbitrárias, as torturas, o medo generalizado, os exílios e as mortes ocorridas.

A autora fez uso de fontes impressas como jornais, fontes orais e iconográficas para destacar como eram apresentados os que participaram da administração municipal natalense, rotulados pelos militares de comunistas. A apresentação da primeira edição do livro, publicado em 1994, é feita por Maria Conceição Pinto de Góes, que se refere à obra como sendo um grito abafado por trinta anos; enaltece sua origem sertaneja; registra sua ausência sentida por duas gerações de intelectuais; e destaca o papel das Forças Armadas e das elites empresariais no Golpe de 1964, que surgiu contra as reformas que simbolizavam mudanças, impondo prisões, comissões de inquérito no RN, em Natal, na universidade e em outras repartições federais.

O livro *Memórias da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler: reflexões sobre a prática de ontem e de hoje*, de Margarida de Jesus Cortez,

2 Presidente do Comitê Nacionalista das Rocas, berço da Campanha De pé no chão também se aprende a ler,...

publicado em 2005, cujo prefácio é assinado por Moacyr de Góes, trata do contexto sociopolítico e educacional dos anos 1960, da preparação para professores leigos, do Centro de Formação de Professor, e faz uma análise desse período relacionando-o com a formação de professores nos anos 1990. O livro traz nos anexos o Hino da Campanha e o documento escrito pela professora Maria Diva da Salette Lucena que serviu de subsídio para o habeas corpus em favor de sua liberdade.

A Revista Em Aberto, de 2013, intitulada Sobre as 40 horas de Angicos, 50 anos depois, organizada por Marcos Guerra e Célio da Cunha, traz o artigo "Sobre as 40 horas de Angicos", de Marcos Guerra e outros textos que tratam da trajetória de Paulo Freire. do seu método, da sua pedagogia, das experiências ocorrida em Angicos, RN.

O artigo "José Fernandes Machado, uma voz que não se calou!", de autoria de Themis Andréa Lessa Machado de Mello, publicado em 2021 no livro Memória religiosa da cidade de Natal: coletânea de ensaios, organizada por Irene van den Berg, aborda a trajetória de José Fernandes Machado, de família protestante, da Igreja Presbiteriana de Natal, onde exerceu funções de diácono e presbítero. Foi carteiro no antigo Departamento de Correios e Telégrafos, atual Empresa Brasileira de Correios, líder sindical de sua categoria, colaborador da Campanha De Pé no chão também se aprende a ler, sendo responsável pela alfabetização dos moradores do Canto Mangue, no bairro das Rocas. Filiado ao Partido Comunista do Brasil, foi preso no seu local de trabalho por participar desses movimentos.

O Golpe de 1964 em Natal e a resistência dos potiguares

Natal, por meio das ações do prefeito Djalma Maranhão, foi uma das cidades em que ocorreram manifestações de apoio às políticas inclusivas defendidas pelo presidente João Goulart, bem como resistiu às ações de grupos que conduziram o Golpe Civil-militar no país, que, no RN, se materializou com a destituição do prefeito eleito; com o uso do Ato Institucional nº 1 pelo governador Aluizio Alves e pelo inquérito aberto pelo Reitor Onofre Lopes na UFRN. Vejamos algumas produções acerca do tema.

O livro *O jornal Tribuna do Norte e o Golpe Militar de 1964: a publicidade da “subversão” potiguar*, publicado pela EDUFRN, em 2016, de autoria de Arlan Eloí Leite, analisa o jornal *Tribuna do Norte* e seu papel na comunicação de massa com repercussão na opinião pública, especialmente no período que envolve o Golpe Civil-militar de 1964; a relação do jornal com as elites locais, notadamente Aluizio Alves e Agnelo Alves; o papel do jornal como empresa, meio de comunicação e espaço político, e o papel do jornal nos acontecimentos que envolvem o Golpe Civil-militar e os governos militares, inclusive a perseguição e a cassação de jornalistas, considerados subversivos.

O livro *Subversão no Rio Grande do Norte: relatórios dos inquéritos realizados por José Domingos da Silva e Carlos Moura de Moraes Veras a mando do Governador Aluizio Alves*, da Coleção Repressão no RN, publicado em 2012 pela Offset, trata dos relatórios de Inquéritos Policiais Militares instaurados pelo governador Aluizio Alves, por meio do decreto publicado em 17 de abril de 1964 e presidido pelos policiais Carlos Moura de Moraes Veras e José Domingos da Silva. O Relatório subsidiou o Inquérito Policial da 7ª Auditoria Militar do Exército Brasileiro, publicado em setembro de 1964. O documento é apresentado por Antônio Capistrano, presidente do Comitê da Verdade – RN, Roberto Monte, secretário do Comitê da Verdade – RN e coordenador do Centro de Direitos Humanos de Memória Popular, e Mery Medeiros.

No livro, Dermi Azevedo, relata que tomou conhecimento do Golpe de 1964 ao perceber o barulho de aviões da Força Aérea Brasileira sobrevoando Natal na manhã de 31 de março, fato que levou o Reitor do Seminário de São Pedro, Cônego Lucilo Alves Machado, a convocar os seminaristas para uma reunião na sala de rádio. A obra mostra como os políticos que haviam apoiado o Golpe se encontravam eufóricos na cidade, dentre eles o ex-governador do Rio Grande do Norte, Dinarte Mariz, e o governador em exercício, Aluizio Alves. O governador Aluizio Alves publicou um decreto no Diário Oficial demitindo sumariamente funcionários públicos acusados de subversão e contratando dois delegados da Polícia Federal de Pernambuco: José Domingos da Silva e Carlos Moura de Moraes Veras, selecionados em parceria com o 4º Exército. Os dois oficiais foram os responsáveis por produzir o “Relatório Veras”, que consistiu num dossiê, com 67

páginas, intitulado “Subversão no Rio Grande do Norte: Relatório Veras”, e teve como alvos a Rede Ferroviária Federal, áreas ligadas à cultura, aos sindicatos, ao Movimento Estudantil e à Prefeitura Municipal de Natal, RN.

O governador Aluizio Alves nomeou uma Comissão de Inquérito com jurisdição em todo território estadual visando apurar práticas de atos contra: a segurança do Brasil; o regime democrático; a probidade da administração pública ou crime contra o Estado e o seu patrimônio; a ordem política e social; e contra atos de guerra revolucionária. Entre os nomes conhecidos e presentes nessa lista, estavam Moacyr de Góes (Coordenador da Campanha De pé no chão também se aprende a ler), José Fernandes Machado (pastor evangélico), Ubirajara de Macêdo (jornalista) e Vulpiano Cavalcanti (médico). Após o Relatório Veras, foi publicada, em 1968, uma segunda lista de “inimigos públicos”. O Exército “convidou”, pelas emissoras de rádio, a comparecer ao Quartel do Exército Brasileiro para tratar de assuntos de seu interesse nomes como: Dermi Azevedo, Juliano Siqueira, Jaime Ariston, Rinaldo Claudino de Barros, Emmanuel Bezerra, José Silton Pinheiro e outros estudantes.

O livro *1964: para não esquecer*, de autoria de Luciano Capistrano, publicado em 2023 pelo Sebo Vermelho, trata de mortes ocorridas nos porões do Regime Militar; apresenta poemas feitos pelos presos; discorre sobre a tortura como a face cruel da Ditadura Militar; faz referência à década de 1970 e ao que foi chamado pela literatura de milagre econômico, ao futebol e ao Decreto nº 477, que representou uma mordada na área de educação. A obra faz alusão às lembranças de Djalma Maranhão; ao período que antecede ao Golpe, o Golpe de 1964 e a presa política, torturada e morta pela ditadura, Anatólia de Souza Melo Alves. Ao final do livro, o autor faz considerações sobre a Comissão da Verdade da UFRN e exalta o médico comunista Vulpiano Cavalcanti.

No livro *Um repórter à moda antiga*, de Josué Maranhão, publicado em 2008, o autor trata de suas memórias profissionais, da perseguição que enfrentou durante a Ditadura Militar por ter simpatia pelo comunismo e pelo grau de parentesco com Djalma Maranhão e Luiz Maranhão, embora não fossem próximos. O autor relata que, após um mês do Golpe de 1964, foi levado para as dependências de um quartel do Exército em Natal, local onde se encontravam diversos

presos, e que durante o seu interrogatório foram usadas antigas estratégias adotadas pela polícia, tais como a mística do interrogador durão, que dava gritos, ameaçava, impunha medo, enquanto o outro policial se fazia de bonzinho, falando baixo e se mostrando “amigo”. Josué Maranhão acredita ter sido levado pela polícia apenas pelo grau de parentesco que tem com Djalma Maranhão e Luiz Maranhão. A partir de então, foi classificado nos arquivos do Serviço Nacional de Informações como “Suspeito de simpatizante Comunista”. Quando trata da condição de repórter e estabelece relação com a Ditadura Militar, o jornalista lembra o dia do Golpe; a perseguição aos que possuíam livros de capa vermelha; as torturas realizadas com os presos; os delatores e a vigilância exercida pelos militares à época. Tudo isso, faz o autor relembrar do período como sendo momentos de terror, ansiedade, medo, pânico, incertezas vivenciadas e que comprometiam o seu futuro e o de sua família. Lembra com sentimento de asco do comportamento de colegas de trabalho que atuavam como delatores à época da Ditadura, pois estes monitoravam o comportamento de todos, ouviam telefonemas e informavam detalhes do cotidiano aos militares ou a outros agentes policiais. Segundo o autor, Luís Maria Alves havia lhe dito pessoalmente que teria sofrido pressão para fazer a sua demissão. Essa pressão partia tanto de militares quanto de setores do governo do Estado, que agia nesse contexto como um conspirador alinhado à Ditadura implantada. Para Josué Maranhão, a perseguição que sofria tinha se originado na sua relação com Dinarte Mariz e no apoio à candidatura de Djalma Marinho, candidato derrotado por Aluizio Alves nas eleições ocorridas em 1960.

O livro *Um editor camarada*, de Geraldo Queiroz, publicado pela Offset em 2022, aborda a trajetória do jornalista Carlos Lima, os acontecimentos referentes ao Golpe de 1964 no Rio Grande do Norte e o impacto desse acontecimento na sua vida. Menciona a participação de Carlos Lima no Movimento Estudantil, na União Estadual de Estudantes e no Diretório Acadêmico da Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza e na campanha que elegeu Luiz Maranhão deputado Estadual. Carlos Lima interrompeu o curso de Jornalismo em decorrência da repressão do governo militar que se implantou no Brasil. O argumento usado pelos militares para reprimir e prender o jornalista foi a sua participação

no jornal *Folha da Tarde* e sua atuação na assessoria de imprensa do Prefeito Djalma Maranhão ao divulgar notícias sobre a Campanha De pé no chão também se aprende a ler. Carlos Lima foi preso em abril de 1964 e solto em fevereiro de 1965. Entre as diversas publicações pelas quais foi responsável, o jornalista reuniu correspondências enviadas por Djalma Maranhão aos familiares e amigos e as publicou, em 1984, sob o título *Cartas de um exilado*, prefaciado por Moacyr de Góes.

O livro *O golpe militar no Rio Grande do Norte e os norte-rio-grandenses mortos e desaparecidos (1969-1973)*, de Luciano Capistrano, publicado em 2010, cuja apresentação é assinada por Roberto Monte, aborda a dificuldade de escrever sobre a temática, especialmente, pelos relatos de torturas e assassinatos cometidos pela Ditadura Militar no Rio Grande do Norte. A segunda apresentação é escrita por Antônio Capistrano, ex-reitor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), que destaca a importância do livro na preservação da memória histórica. A obra demonstra a truculência do Estado ditatorial que prendeu, torturou e matou jovens por resistirem à Ditadura, e alerta para o fato de que falar sobre o tema permite debater a Lei da Anistia e refletir sobre a ausência da punição dos responsáveis. O tema debatido no livro dialoga com o III Plano Nacional de Direitos Humanos e lista vítimas norte-rio-grandenses que morreram, foram torturadas e desapareceram, como: Luiz Ignácio Maranhão Filho, Hiran de Lima Pereira, Virgílio Gomes da Silva, Anatália de Souza Melo Alves, José Silton Pinheiro e Emmanuel Bezerra dos Santos.

O livro *A reforma política no Brasil & outros ensaios*, de Homero de Oliveira Costa, publicado em 2001, foi prefaciado por Sebastião Vila Nova, que ressalta o fim da Ditadura; a Redemocratização e a necessidade de debater as distorções das democracias como consequência de práticas enraizadas culturalmente na sociedade brasileira, tais como oligarquia, autoritarismo e clientelismo. O autor apresenta reflexões sobre política e destaca um tema relevante e pouco abordado, as incursões na História da Anistia no Brasil. Trata-se de uma versão corrigida e atualizada de um artigo publicado pelo autor no livro *Anistia 20 anos: 1979-1999: um resgate da luta no Rio Grande do Norte*, publicado pelo Sindicato dos Bancários do RN e pela Câmara Municipal de Natal.

O livro *Igreja e renovação: educação e sindicalismo no Rio Grande do Norte*, de Marlúcia Menezes de Paiva, trata das ações da Igreja

Católica no RN nos anos 1940 a 1960, especialmente a Ação Católica, a CNBB, o Movimento Natal, o Serviço de Assistência Rural, as Escolas Radiofônicas e o MEB. A obra é fruto da tese de doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e orientada por José Willington Germano.

Memórias de militantes políticos

Nesta seção, daremos visibilidade à literatura escrita por participantes dos acontecimentos que registraram suas experiências, seja por meio de publicação de obras pertinentes ao assunto, seja dando depoimentos a pesquisadores que analisaram e publicaram produções sobre o tema, seja por meio de suas reflexões como forma de contribuir com os estudos que tratam do período em pauta. Vejamos alguns desses depoimentos, dessas trajetórias de protagonistas dos acontecimentos que envolvem o Golpe Civil-militar e os governos militares no Rio Grande do Norte.

O livro *Sem ódio e sem medo*, de Aluizio Alves, publicado em 1969, traz um conjunto de discursos proferidos pelo autor em diferentes momentos históricos e aborda temas distintos como estratégias políticas de investimentos privados para a Região Nordeste e a Barreira do Inferno, entre outros. Todos esses discursos são carregados de promessas para a população e encontram nas palavras povo, esperança, progresso, reforma e saudade, o motor das ideias apresentadas à população. O título da obra é revelador do dilema vivenciado pelo autor: de apoiador do Golpe de 1964 à vítima da Ditadura e mobilizador da resistência aos governos militares.

O livro *Liberdade para Vulpiano: memória de um médico do povo*, de Vulpiano Cavalcanti, publicado em 2022, relata memórias da militância de Vulpiano Cavalcanti ao longo da resistência democrática no Rio Grande do Norte. A orelha foi escrita por Juliano Siqueira, que aborda sua relação com o autor e destaca: a origem cearense do médico e militante do Partido Comunista Brasileiro; a repressão promovida pelo governo do General Eurico Gaspar Dutra (1946-1951); a estadia de Vulpiano Cavalcanti em Mossoró, Areia Branca, Macau e Natal, onde construiu sua militância

política e profissional como médico-cirurgião. A obra analisa os anos 1930, a participação de Vulpiano na Aliança Nacional Libertadora e sua filiação ao Partido Comunista Brasileiro, justificativa dos militares para praticar torturas contra o médico. Essas torturas ocorreram em 1952, na Base Aérea de Natal, momento em que o médico teve suas mãos quebradas. O livro contém uma apresentação escrita pela equipe da TV DHnet/Universidade Popular – Comissão do Centenário do PCB/RN a qual aborda as origens de Vulpiano Cavalcanti, sua inserção nas lutas e na militância política do Partido Comunista Brasileiro, sua participação nas lutas dos trabalhadores da extração do sal. Nesse cenário de lutas sindicais, o livro destaca a participação do autor na luta do Sindicato do Garrancho. Vulpiano Cavalcanti foi preso em 1951 e, em 1952, sendo levado para a Base Aérea de Natal, onde foi vítima de torturas, juntamente com Luiz Ignácio Maranhão Filho e outros companheiros.

A trajetória de militância de Vulpiano Cavalcanti remonta fatos históricos importantes da História do Brasil e do Rio Grande do Norte, dentre eles a Insurreição Comunista de 1935 e os movimentos organizados pelo Sindicato do Garrancho e pela Liga Operária. A Comissão do Centenário do PCB/RN destaca a formação humanista do médico e militante comunista Vulpiano Cavalcanti, que fazia atendimento gratuito às camadas menos favorecidas e, em Natal, atendia no Edifício 21 de Março, localizado na Praça Padre João Maria, centro da cidade. Claudio Oliveira fez a segunda apresentação do livro e evidenciou aspectos históricos do PCB, desde a fundação do partido, a experiência de clandestinidade em 1922, a Revolução de 1930, a Era Vargas, que manteve o PCB clandestino, obrigando os comunistas a atuarem no Partido Operário e Camponês no momento em que ocorreram as eleições de 1933 e 1934. O jornalista trata da organização que visava derrubar o presidente Getúlio Vargas, a Aliança Nacional Libertadora, uma frente ampla que contava com a participação do PCB e que foi colocada na ilegalidade. Essa posição extrema da ANL e do PCB custou caro ao partido, uma vez que ocorreu a prisão de comunistas e aliancistas e esses acontecimentos históricos criaram as condições para justificar a implantação do Estado Novo em 1937, sob o pretexto de uma nova “ameaça vermelha”. O texto aborda, ainda, a derrota do nazifascismo, que ocorreu com a ajuda do Brasil aos países aliados e que impulsionou a Redemocratização.

No Brasil, esse novo cenário trouxe a promulgação da Constituição liberal e democrática de 1946. Mesmo com a participação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas na derrota do nazifascismo, permaneceram a perseguição aos comunistas na nova ordem mundial, a Guerra Fria e o Macartismo. O texto aborda, ainda, a experiência efêmera de legalidade vivenciada pelos comunistas, que participaram da elaboração da Constituição de 1946, mas que em 1952 passaram para a ilegalidade, momento em que Vulpiano Cavalcanti é preso e torturado no RN. Para Claudio Oliveira, comunistas passam a viver uma semilegalidade durante o governo de Juscelino Kubistchek, eleito com o apoio do PCB. Essa semilegalidade é interrompida após o Golpe de 1964, quando foi editado o Ato Institucional nº 1, de 9 de abril desse mesmo ano. O livro mostra como Djalma Maranhão é destituído da Prefeitura de Natal, e relata a prisão de Vulpiano Cavalcanti e Luiz Maranhão, após o Golpe de 1964, sendo Luiz Maranhão assassinado em 1974 e Vulpiano Cavalcanti vítima constante de espionagem e repressão da Ditadura. O texto mostra como o PCB sobreviveu a essas perseguições e como, em 1965, participou da fundação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), lançando candidatos nas eleições ocorridas em 1976. Entre os candidatos do MDB, estava Oswaldo Guedes, membro do PCB. Em 1979, o PCB conseguiu eleger Sérgio de Oliveira Dieb como suplente de vereador. O PCB participou da Campanha da Anistia e organizou Comitês pró-Anistia. Com a aprovação da Lei da Anistia, em 1979, Vulpiano Cavalcanti recupera seus direitos políticos, mesmo com o PCB permanecendo na ilegalidade. O livro apresenta como, no início da década de 1980, o PCB inicia a luta pelos Comitês em defesa da Assembleia Constituinte, livre e soberana, visando conquistar o Estado Democrático de Direito. O livro faz parte da iniciativa do partido de resgatar e incentivar a publicação de obras memorialísticas de seus dirigentes no Rio Grande do Norte.

O livro *Liberdade para Vulpiano: memória de um médico do povo* revela como o Partido Comunista Brasileiro atuou em esferas de poder e na sociedade civil organizada, como foi sua participação em sindicatos, movimentos cultural, estudantil e comunitário, tendo papel importante na reconstrução desses movimentos. No Rio Grande do Norte, o PCB atuou no PMDB e visou incorporar o Partido Popular (PP) de Tancredo Neves ao partido de Ulisses Guimarães. Foi assim que nasceu

a candidatura de Aluizio Alves para governador e a de Roberto Furtado (ex-Secretário de Finanças de Djalma Maranhão) para senador nas eleições ocorridas em 1982. O PCB lançou para deputado federal Gileno Guanabara (sociólogo e advogado da FETARN, ex-presidente do Grêmio Estudantil Celestino Pimentel/Atheneu Norte-Riograndense, delegado do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes, realizado em 1968 em Ibiúna, SP; para deputado estadual foi eleito Hermano Paiva (ex-presidente do Sindicato dos Médicos); Sérgio Dieb é reconduzido à Câmara dos Vereadores de Natal e se junta ao PCB, e o então estudante de Direito Wober Lopes Pinheiro Júnior retorna ao PMDB, em 1987.

De acordo com o autor, em 1983, quando o PCB tentava realizar seu congresso partidário (Encontro Nacional pela legalidade), na sede do jornal *A Voz da Unidade*, em São Paulo, o auditório onde seria realizado o evento foi invadido por agentes da Polícia Federal, fato marcado pela prisão do deputado recém-eleito Hermano Paiva. Nesse contexto, são apreendidas na sede da PF, em Recife, as fitas dos depoimentos de Dr. Vulpiano Cavalcanti. Nesse cenário foi criado o Instituto Luiz Maranhão, que contribuiu na organização da Campanha das Diretas Já, que, mesmo derrotada a Emenda Dante de Oliveira, aglutinou forças e derrotou a Ditadura Militar ao eleger a chapa Tancredo Neves e José Sarney no Colégio Eleitoral. Com a morte de Tancredo Neves e a posse de José Sarney, se inicia, em 1985, a Nova República. Com ela, o PCB legalizado e com um dos seus líderes de 1935 assumindo a direção do partido, Giocondo Dias. Do Rio Grande do Norte, Roberto Freire, líder do PCB na Câmara dos Deputados e amigo pessoal de Fernando Lira, solicita e consegue as fitas gravadas com as memórias de Vulpiano Cavalcanti, material que serviu de base para a publicação do livro.

O livro demonstra como foi realizada, em 1985, a campanha de filiação ao PCB e como ocorreu a participação do partido na primeira eleição para prefeito das capitais, especialmente em Natal. À época, houve uma aliança com o Partido Comunista do Brasil que se materializou no apoio concedido pelos dois partidos a Garibaldi Alves Filho, candidato pelo PMDB. O PCB indicou o nome de Roberto Furtado para compor o secretariado, que passou a contar com duas novas secretarias, a de Cultura, sob a condução de Gileno Guanabara, e a de Saúde.

A obra recompõe o cenário das eleições de 1986 e destaca a luta do PCB para eleger um bloco progressista para as constituintes estaduais e federal, além dos governadores. Em Natal, em 1988, a aliança foi criada para apoiar Vilma de Faria, candidata à prefeita pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), mas, apesar da vitória para o Poder Executivo Municipal, o PCB não conseguiu reeleger o vereador Sérgio Dieb. Recompôs ainda os acontecimentos que ocorreram em 1987, quando o PCB realiza seu Congresso em Brasília, oportunidade em que Salomão Malina é eleito presidente do partido. Os delegados do PCB escolhidos para representar o RN foram Gileno Guanabara, Hermano Paiva, José Wiliam França, Luiz Lourival de Góes e Sérgio Dieb. O médico Vulpiano Cavalcanti, membro do Diretório Estadual, não pôde participar por estar debilitado e, em 1988, faleceu em Fortaleza, enquanto visitava seus irmãos.

O jornalista Claudio Oliveira relembra o ano de 1989, quando foram realizadas as eleições para Presidente da República, que contaram com vários candidatos, entre eles: Fernando Collor de Melo (Partido da Renovação Nacional), Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores), Mário Covas (Partido da Social Democracia Brasileira), Leonel Brizola (Partido Democrático Trabalhista), Ulisses Guimarães (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Nessa eleição, Roberto Freire (PCB) obteve, no primeiro turno, 1% dos votos. No segundo turno, a disputa ocorreu entre Collor (PRN), e Lula (PT), o PCB apoiou a chapa Lula (PT)/Bisol (Partido Socialista Brasileiro). Os partidos que fizeram a resistência democrática foram derrotados pelo candidato Fernando Collor. Claudio Oliveira conclui seu texto abordando a queda do muro de Berlim e a crise da utopia comunista no cenário internacional, que impactou o Brasil e provocou o que o jornalista chamou de diáspora comunista no país.

A obra *2 livros de Djalma Maranhão no exílio*, organizada por Moacyr de Góes, publicada em 1999, durante a comemoração dos 400 anos da cidade de Natal, tem como objetivo preservar a memória do prefeito de Natal deposto pelo Golpe de 1964. O autor foi secretário municipal de educação na gestão do prefeito Djalma Maranhão (1960-1964); coordenou a Campanha De pé no chão também se aprende a ler; ensinou no Colégio Atheneu Norte-Riograndense, foi fundador das

cadeiras de História da América e História Econômica das Faculdades de Filosofia e Ciências Econômicas da UFRN; foi preso político em 1964; exerceu funções oficiais e cargos até a Anistia, em 1979, quando retornou à docência na Universidade Federal do Rio de Janeiro e participou da gestão do Reitor Horácio Macêdo, em 1986/1987; foi Secretário de Educação no Rio de Janeiro no governo Saturnino Braga, de 1987 a 1988 e, ao retornar para Natal, foi Secretário de Educação no governo Vilma de Farias, em 1989.

A apresentação do livro é escrita pelo próprio organizador, que se debruçou sobre os textos de Djalma Maranhão escritos no Uruguai, onde viveu exilado após o Golpe ocorrido no Brasil em 1964. Para publicar o livro, Moacyr de Góes consultou os arquivos disponibilizados por Marcos Maranhão, filho do ex-prefeito de Natal, e por Mailde Pinto Galvão. Nos arquivos foram encontrados dois textos inéditos: o primeiro sobre a Campanha De pé no chão também se aprende a ler e o segundo denominado de “Memórias de 1964”.

O autor destaca que Djalma Maranhão era um homem comprometido com o nacionalismo de esquerda, com o humanismo, com a soberania nacional e com a cidadania; afirma que sua administração foi voltada ao compromisso com políticas públicas destinadas aos mais necessitados. Djalma Maranhão é analisado sob três dimensões, o político, o administrador e o homem; o mandato de Deputado Federal de Djalma Maranhão (1959-1960); a administração de Djalma Maranhão, especialmente o segundo mandato de prefeito de Natal (1960-1964); o homem Djalma Maranhão e a sua dignidade diante do Golpe de 1964. A obra de Djalma Maranhão é apresentada em dois livros: o primeiro é intitulado *De pé no chão também se aprende a ler* e o segundo, *Memórias de 1964*.

A obra *De pé no chão também se aprende a ler* é dedicada a Anísio Teixeira (brasileiro, símbolo da luta contra o analfabetismo); Makarenko (soviético que educou meninos abandonados e lançou fundamentos da “pedagogia dialética”); Jesualdo (uruguaio que complementou a obra de José Pedro Varela, criador da escola pública no Uruguai); Pestalozzi (suíço que revolucionou o pensamento pedagógico); ao Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife, denominado por Djalma Maranhão de o irmão mais velho da Campanha De pé no chão também se aprende a ler, especialmente, a Germano Coelho, Miguel Nilton, Paulo Freire e

Anita Paes Barreto; e ao Movimento de Educação de Base (MEB), vítima da violência sofrida com a apreensão da Cartilha de Alfabetização na pessoa de Dom Hélder Câmara, Dom Eugênio Sales e Dom Távora. A obra ainda descreve a Campanha de Pé no chão; reflete sobre o binômio alfabetização e democratização da cultura; apresenta estatísticas da educação brasileira no contexto latino-americano; esclarece as coordenadas da Secretaria de Educação e Cultura no governo Djalma Maranhão; elucida a escolha do nome da campanha e mostra a relação com Monteiro Lobato e seus livros infantis; discorre sobre a grave problemática educacional em Natal; apresenta a Campanha De pé no chão como um experiência de uma educação de massa, comentando cada uma das oito fases da campanha; conceitua cultura popular; e apresenta práticas da cultura popular nas praças de cultura. Essas experiências resultaram na criação de espaços de cultura como concha acústica, galeria de arte, museu de arte popular, coral da cidade, teatrinho do povo, bibliotecas populares e biblioteca rotativa, cursos sobre a realidade brasileira, congresso de cultura popular, festas tradicionais, e culminaram com a vinda do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional do Estudantes (UNE) para Natal para colaborar com a Campanha De pé no chão.

O segundo livro, *Memórias de 1964*, apresenta a conjuntura política brasileira no período em que ocorreu o Golpe de 1964 e destaca o papel das instituições, da economia brasileira e da repercussão da morte do presidente Getúlio Vargas, em agosto de 1954. O livro contém o termo da declaração prestada por Djalma Maranhão na ocasião de seu indiciamento. Esse documento foi obtido por Maria Conceição Pinto de Góes junto ao Tribunal Militar durante a coleta de fontes para a elaboração de sua tese intitulada *Cristãos e comunistas na construção da Utopia: a aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho* e defendida em 1977 no Programa de Pós-graduação em Educação da UFRJ.

O livro *Luiz, o santo ateu*, escrito por Heloneida Luiz Studart, foi publicado em 2006, aborda o esquema de segurança criado pelo Comitê Central do PCB para proteger Luiz Maranhão; mesmo assim, em 1974, toda a direção do PCB foi presa, inclusive Luiz Maranhão. A orelha é assinada por Francisco Alves da Costa e a apresentação por Danilo Bessa. No prefácio intitulado “1964: memória, política e resistência”, Brasília Carlos Ferreira reflete sobre a relação entre memória e política

e a importância da memória na política. Para esta, Heloneida Studart é uma narradora que dá vida às lembranças de Luiz Maranhão e afirma que Luiz Maranhão é um nordestino que acreditava na igualdade de gênero e que defendia a participação das mulheres na política e assume um pioneirismo ao “colocar a esquerda na luta pela modificação da condição feminina”. Brasília Ferreira nos alerta que a leitura do livro *Luiz, o santo ateu* é importante para conectar gerações sobre o autoritarismo do Golpe de 1964 e que a obra trata das pessoas que sofreram perseguições, torturas, desaparecimentos e mortes, que viviam um cotidiano de medos e incertezas, em oposição àquelas que viviam sem medos e sem incertezas do que seria o dia seguinte. Ou seja, alguns viviam num mundo que funcionava em plena normalidade: nas ruas, escolas, bares, escritórios, ônibus, iam e vinham de seus afazeres, assistiam a TV e liam os seus jornais sob censura. Assim, o Golpe de 1964 está escrito na memória de seus apoiadores de maneira distinta de seus opositores, as pessoas falam a partir da sua trajetória pessoal e pública, especialmente, da sua visão de mundo e do seu lugar social.

Ler *Luiz, o santo ateu* é memorar a organização dos trabalhadores em sua origem no RN, as Ligas Camponesas, os homens e as mulheres de diversas profissões que enfrentaram os horrores da Ditadura no país. O texto de Heloneida Studart é acompanhado de anexos como artigos, reportagens, fotos e documentos. O livro ainda traz algumas reportagens, tais como: “Odete e Luiz, uma história que a repressão não apagou”, escrita por Ana Maria Concentino Ramos, publicada n’*O Poti* em 07/11/1993; “Luiz Maranhão, História impressa em páginas de Memória”, escrita por Juliano Freire e publicada n’*O Poti* de 30/07/1995; “No DOPS paulista, a tragédia de um líder”, escrita por Aldi Willms, publicada n’*O Poti* de 14/04/1996. Compõe a obra um conjunto de anexos: imagens; capas; matérias de revistas e jornais; *fac-símiles* de artigos de jornais escritos por Luiz Maranhão e publicados na imprensa; pronunciamentos do então deputado Thales Ramalho; cartas de Odete Maranhão pedindo ajuda a Dom Evaristo Arns e Dom Eugênio Sales; carta-resposta de Dom Evaristo Arns para Odete; certidão de casamento de Luiz Maranhão e Odete Garcia; capas, trechos de livros e fotografias. Esse acervo de textos, fotos e documentos foi resgatado por Afonso Laurentino, jornalista, amigo e contemporâneo de Luiz Maranhão.

O livro *A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho, cristãos e comunistas na construção da utopia*, escrito por Maria Conceição Pinto de Góes e publicado em 1999, trata de importantes movimentos que ocorreram internacionalmente desde os anos 1920 até os anos 1970. O livro trata do ingresso de Luiz Maranhão no PCB, em 1945; da sua primeira prisão; do seu casamento com Odete, em 1956; da sua atuação no parlamento estadual; até a decretação do Ato Institucional nº 5. A partir de 1968, Luiz Maranhão passou a viver clandestinamente, foi preso em São Paulo, em março de 1974, morreu e seu corpo jamais foi encontrado. O termo “aposta”, no título do livro, refere-se à construção do socialismo, de uma sociedade sem classes, participativa, democrática e construída com a participação de cristãos e comunistas, pensamento bastante comum no Brasil à época, especialmente, no Partido Comunista Brasileiro. Essa visão se materializava nas frentes onde participavam marxistas e cristãos, no Movimento de Cultura Popular do Recife (1960) e na Campanha De pé no chão também se aprende a ler, em Natal (1961 a 1964). Segundo a autora, durante a clandestinidade, Luiz Maranhão liderou articulações de resistências democráticas dos comunistas em aliança com a Igreja Católica e a Frente Ampla. A apresentação da obra é escrita por Leandro Konder, que reconstitui a trajetória de Luiz Maranhão como militante comunista, professor, jornalista e sertanejo criado em Natal.

O livro *Djalma Maranhão, memórias de um secretário*, organizado por Francerli de Souza, publicado em 2019 pela Escribas, reúne lembranças de Roberto Furtado sobre sua participação como Secretário de Negócios Jurídicos e de Finanças nas gestões do prefeito Djalma Maranhão, na década de 1950. O livro fala sobre Roberto Furtado como político e como gestor, suas experiências na prisão e no exílio, a restituição do seu mandato, além de citar fatos que marcaram sua trajetória. O texto da orelha aborda a trajetória de Roberto Furtado, destacando sua atuação no Movimento Estudantil, no Centro Estudantil Potiguar, em 1948, na presidência do Centro Acadêmico de Direito na Universidade de Alagoas. Na sua atividade profissional, Furtado se destacou como advogado de presos políticos e presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/RN (1980). Foi Procurador Fiscal do Estado do RN e Secretário Municipal de Finanças até 1º de abril de 1964, quando ocorreu o Golpe; presidente do Movimento Democrático Brasileiro, posteriormente,

Partido do Movimento Democrático Brasileiro; deputado em três legislaturas (1966-1971, 1975-1979, 1979-1983) e vice-prefeito de Natal, RN, eleito em 1985; Secretário de Segurança Pública no governo Garibaldi, eleito em 1995; secretário de segurança pública; e, em 1996, assumiu a Secretaria da Administração Pública. Na apresentação, Roberto Furtado enaltece o governo Djalma Maranhão; destaca feitos do político em diferentes áreas: educação, cultura, esporte, abastecimento, urbanismo, transporte, moradia, segurança, funcionalismo, gestão financeira; e ressalta a convicção Nacionalista de Djalma Maranhão e a defesa dos interesses nacionais, como foi a campanha “O petróleo é nosso”, a defesa da reforma agrária e da soberania do nosso mar. O prefácio foi escrito por Claudio Galvão, que destacou a trajetória de Roberto Furtado desde o seu estreito convívio com Djalma Maranhão até a sua atuação junto à Prefeitura Municipal de Natal como secretário do governo.

O livro *Djalma Maranhão 100 anos: uma fotografia*, organizado por Giovanni Sérgio Rêgo e Adriano de Sousa, publicado em 2016 pela Flor de Sal, uma fotobiografia, composto de fotos do ex-prefeito de Natal, retratando sua trajetória (desde 1915, ano de seu nascimento, até 1971, quando faleceu no exílio, no Uruguai). O corpo de Djalma Maranhão foi trazido para Natal e sepultado no Cemitério do Alecrim. O livro aborda o homem comum e o político, documentando a vida privada (infância, juventude, família e amigos), e vida política, seus projetos e programas realizados sobretudo quando esteve à frente da Prefeitura Municipal de Natal. Ao mesmo tempo em que as fotografias visam mostrar a figura do ex-prefeito, retratam também a cidade de Natal no período que precede ao Golpe de 1964 e os anos logo após esses acontecimentos, mostrando a cidade com suas ruas e edifícios, além de imagens de pessoas comuns, autoridades que fizeram parte do seu governo e outras lideranças políticas.

O livro *Travessias torturadas: Direitos Humanos e Ditadura no Brasil: 1964-1985*, de Dermi Azevedo, publicado em 2012 pelo Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHP), uma iniciativa do Comitê Estadual pela Verdade, Memória e Justiça – RN, trata das experiências do autor, militante político, perseguido e procurado pela Ditadura. O livro registra sua participação no XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes, realizado em Ibiúna, SP, quando foi preso, interrogado,

liberado e retornou a Natal. Após exílio no Chile, retornou ao Brasil, sendo preso em 1974. A primeira apresentação do livro é escrita por Vladimir Plátilha, membro do Diretório Estadual do Partido Pátria Livre (PPL – PA), e a segunda por Dalmo Evangelista.

O autor discorre sobre experiências no Seminário de São Pedro, quando foi convocado pelo Reitor, Cônego Lucilo Machado, para uma reunião com alunos visando informar que as Forças Armadas estavam “derrubando o comunismo” e, tempos depois, Dermi Azevedo se engajou na luta contra a Ditadura, sendo preso, perseguido e exilado. A obra descreve essa conjuntura como um período difícil, quando as emissoras de rádio de Natal divulgavam nomes de líderes estudantis a cada hora e os intimavam a comparecer ao Quartel General para tratarem do que os militares afirmavam ser “assuntos de seus interesses”. Entre esses convocados estavam: Gileno Guanabara, João Bosco de Araújo Teixeira, Emmanuel Bezerra, Dermi Azevedo, Carlos Alberto Vila, entre outros. Os convocados pelos militares que atenderam ao chamado foram presos e indiciados na Lei de Segurança Nacional. O livro denuncia o Procurador Militar Francisco de Paula Acioli, que acusou as lideranças de participar de comícios subversivos em Natal no ano de 1968, conduzir material explosivo, invadir o Restaurante Universitário da UFRN e distribuir panfletos.

Dermi Azevedo foi exilado no Chile, que à época era governado por Salvador Allende. Na ida, precisou passar pela fronteira disfarçado de monge devido o controle dos órgãos de repressão. Em Santiago, onde se juntou a outros brasileiros que também buscaram exílio, encontrou-se com Frei Tito de Alencar Lima. Anos depois, o religioso cometeu suicídio na França como consequência das sequelas oriundas das torturas. O autor, em 1971, retornou ao Brasil e foi morar clandestinamente em São Paulo, onde trabalhou no Jornal *Última Hora*, sendo preso em 1974 e submetido à tortura. Após deixar o presídio, voltou ao Rio Grande do Norte e enfrentou o preconceito social por ser considerado subversivo, comunista. Esse estigma o impediu de permanecer exercendo o cargo de Secretário de Educação em Currais Novos, sendo exonerado por pressão do Comandante do IV Exército.

O livro *A escola que vivi: memórias de um educador*, de João Faustino, publicado em 2008, trata de suas memórias sobre os anos 1960 e 1970.

Aborda músicas que marcaram a sociedade da época; trata da sua vivência em organizações da Juventude Católica, através de movimentos como Juventude Estudantil Católica e Juventude Universitária Católica; descreve suas experiências no magistério no Seminário de São Pedro; e lembra sua passagem como professor e diretor da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), que funcionava na Avenida Rio Branco e posteriormente foi transferida para o bairro Morro Branco. Faz referências ao governo de Juscelino Kubistchek e à crise instalada no país com a renúncia do Presidente Jânio Quadros e a posse de João Goulart; a situação política criada com o Golpe de 1964 e a repressão política na cidade de Natal; a repercussão da morte de Édson Luís em Natal e o protesto realizado por estudantes na capital com a celebração de uma missa na catedral, à época, celebrada por Dom Nivaldo Monte. A missa contou com a participação de alunos da ETFRN, que foram conduzidos por veículos que partiram da escola até a catedral, no centro de Natal. Foram esses acontecimentos que levaram o autor a comparecer à presença de militares para prestar explicações sobre o ocorrido.

A orelha do livro foi escrita por Laércio Segundo de Oliveira, ex-Secretário de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte, e a apresentação foi assinada por Paulo de Tarso Correia de Melo, membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras, que destacou mudanças ocorridas nos padrões sociais e agitação política ocorridas nos anos 1960, no mundo, no Brasil e no Rio Grande do Norte. Paulo de Tarso destaca as memórias do professor João Faustino, que também reconstitui fragmentos da história da ETFRN.

O livro *Diários: 1973-1974: escritos por Mércia Albuquerque Ferreira*, publicado em 2023, apresenta os diários escritos pela advogada no período de 1973 a 1974. A autora foi advogada de presos políticos e atuou na Região Nordeste. A orelha do livro é assinada por Marcelo Mário de Melo, jornalista, escritor, preso político em Pernambuco e cliente de Mércia Albuquerque Ferreira. O jornalista aborda o envolvimento da advogada na defesa de Gregório Bezerra e de outros militantes vítimas da Ditadura; registra a atuação da advogada que ficou conhecida por atender muitos presos políticos sem cobrar honorários, além de ter estendido seu apoio aos familiares de presos políticos oferecendo refeição, abrigo e apoio afetivo. A apresentação do livro é escrita por

Roberto Monte, ativista de Direitos Humanos, e Tereza Vilaça, professora, militante e ex-prisioneira política. Os diários são apresentados como histórias de compromissos, relatos sobre a vida de pessoas que resistiram politicamente à Ditadura Militar no Nordeste do Brasil. Em 1964, na condição de estagiária, Mércia Albuquerque na defesa do comunista Gregório Bezerra, preso e barbaramente torturado em praça pública nas ruas de Recife. A condição de advogada de preso político tornou Mércia Albuquerque alvo da Ditadura, sendo perseguida e presa diversas vezes. As cartas que motivaram a publicação do livro foram doadas por Octávio Albuquerque, esposo de Mércia, e parte do material foi ocultado em uma cacimba. O acervo da obra é constituído de diários (1973 e 1974); cartas e outras correspondências; documentos jurídicos; arquivos de presos políticos e recortes de jornais.

O livro *Emmanuel, vida e morte*, organizado por Luciano de Almeida, publicado em 1992 pela Cooperativa de Jornalistas de Natal, contém um conjunto de fotos de Caiçara do Norte, da Casa do Estudante de Natal e de Emmanuel Bezerra. A apresentação foi assinada pela Prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores, e aborda as atrocidades cometidas pela Ditadura contra seus opositores e que atingiu mulheres, homens e crianças, muitos dos quais foram desaparecidos, torturados e assassinados em nome da Lei de Segurança Nacional. A prefeita destaca a descoberta das ossadas em vala clandestina do Cemitério dos Perus, achados que confirmaram as denúncias de familiares de presos políticos.

No livro, Hélio de Vasconcelos, vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/RN e membro do Comitê em Defesa da Vida, tece comentários sobre Emmanuel Bezerra, colocando-o como exemplo de heroísmo, apresentando-o como filho de Caiçara do Norte que residiu na Casa do Estudante, em Natal, onde foi presidente em 1967, além de registrar sua passagem pelo Colégio Atheneu Norte-Riograndense. A apresentação fala desse ex-militante do Partido Comunista Brasileiro e que depois se vinculou ao Partido Comunista Revolucionário, sendo membro do Comitê Central dessa última agremiação partidária. Emmanuel Bezerra foi morto em 1973, quando viajava para o Chile, na fronteira Brasil-Argentina. No livro, Anchieta Fernandes, jornalista e escritor, lembra de Emmanuel Bezerra e o seu apego pela literatura;

do seu interesse em participar do concurso sobre a obra de João Cabral de Melo Neto, ocorrido em 1963; da sua inclinação para se tornar um escritor; da sua relação com a poesia; da sua liderança na Casa do Estudante; e finalmente, em 1973, é noticiada a sua morte em São Paulo, em confronto com a polícia, conforme o *Diário de Natal*. Essa versão sobre a morte de Emmanuel Bezerra foi dada como sendo a versão oficial emitida pelos militares, ou seja, não reconhecendo sua morte na fronteira entre Brasil e Argentina.

Na obra, coube a Dermi Azevedo, jornalista e dirigente do Movimento Nacional de Direitos Humanos, escrever o texto *Emmanuel, presente, presente, presente* e apresentar um Emmanuel Bezerra paciente, firme e com a simplicidade de um revolucionário, qualidades observadas por quem vivenciou as lutas do Movimento Estudantil. Edilson Freire Maciel assina o texto *Emmanuel, está conosco*, o qual faz referência à cultura judaico-cristã e ao significado hebraico que possui o nome Emanuel. Francisco Alves, ex-diretor da CONGRAF e membro da Juventude Estudantil Católica e da Ação Popular nos anos 1960, escreveu o texto *A saga de Emmanuel Bezerra*, oportunidade em que comenta sobre a sua convivência com Emmanuel nas manifestações estudantis ocorridas na década de 1960. Inácio Magalhães de Sena escreve *Breve notícia de Emmanuel Bezerra* e trata da proteção dada ao estudante diante da perseguição que sofria. Irapuan Rocha descreve o período pré-1964, seu contato com Emmanuel Bezerra e destaca suas qualidades como firmeza e agilidade de raciocínio.

Willington Germano descreve Emmanuel Bezerra como sendo um combatente, um dos líderes estudantis mais importantes no período que antecedeu ao Ato Institucional nº 5, de 1968, porque, após o AI-5, Emmanuel Bezerra passou a viver na clandestinidade em razão da sua militância no Partido Comunista Revolucionário, organização que optou pela resistência armada. Josivan Ribeiro Monte lembra da infância em Caiçara e do medo que envolvia falar sobre o filho de Joana Elias, o comunista. Luciano de Almeida trata Emmanuel Bezerra dos Santos como sendo alguém que viveu e morreu por uma ideologia; uma pessoa afetuosa e que cativava amizades; um ser humano despojado, desprendido, que renunciava privilégios, sendo um dedicado militante da causa que defendia. Manuel Duarte

(Manu) aborda a trajetória e o sentido da luta de Emmanuel Bezerra. O jornalista Rubens Lemos chama Emmanuel Bezerra de paladino e paradigma de liberdade. Além desses depoimentos sobre o autor, o livro ainda apresenta o poema *Às gerações futuras*, de autoria de Emmanuel Bezerra, e fotografias do militante.

O livro *Relato de um guerrilheiro*, de Glênio Sá, publicado em 1990 pela Editora Anita Garibaldi e reeditado em 2004, em sua apresentação afirma tratar-se de uma homenagem aos que participaram da luta armada e mantiveram a chama da resistência democrática à Ditadura Militar. O texto é um relato de experiência do ex-guerrilheiro do Araguaia, Glênio Sá, e faz referência ao ano de 1966, quando, ainda estudante secundarista, iniciou o seu engajamento na ação política, período em que era aluno ginásial na cidade de Mossoró; e aborda sua passagem por Fortaleza, em 1968, quando, atuando no Movimento Estudantil Secundarista, ingressa ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e participa do Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), em Salvador, BA. Esse também foi o ano em que foi decretado o Ato Institucional nº 5. Glênio Sá comenta a influência do documento *Guerra popular, caminho para a luta Armada no Brasil*. Para o autor, foi essa leitura que o fez solicitar o seu deslocamento ao campo e, no início dos anos 1970, ter ido morar no município de São João do Araguaia (Sul do Pará), local para onde foi visando preparar a Guerrilha do Araguaia. O autor descreve o encontro com os seus camaradas que já se encontravam presentes na região e os que iam chegando aos poucos, em geral, jovens de várias partes do país. Glênio Sá narra o cotidiano da vida naquele lugar, à época: a caça, a pesca, a limpeza do mato, dentre outros afazeres, além de aulas de primeiro-socorros, conhecimento igualmente necessário para a sobrevivência na região.

O livro cita a operação Carajá, fins dos anos 1970, ação realizada pelo Exército Brasileiro em Marabá, o que despertou a atenção dos guerrilheiros. Refere-se às dificuldades da vida na floresta; ao treinamento militar realizado pelos guerrilheiros; aos raros momentos em que praticavam vôlei, ouviam música, declamavam ou liam poesias e praticavam o teatro, embora tais práticas não lhes fossem comuns. Trata ainda de como era a Guerrilha dentro da mata e da traição que resultou nas prisões e mortes de membros da ação guerrilheira, além de detalhar como ocorreu sua prisão, a tortura que sofreu e como saiu do cárcere.

O livro *Anistia 20 anos: 1979-1999: um resgate da luta no Rio Grande do Norte*, publicado em 2000, resultado de uma parceria entre o Sindicato dos Bancários do RN e a Câmara Municipal de Natal, trata da Lei da Anistia, de agosto de 1979; reconhece as limitações da legislação, ou seja, entende que a lei não garantiu uma Anistia nem ampla, nem geral, nem irrestrita, como desejava a sociedade civil organizada. Entretanto, essa Anistia conquistada, significou um marco na luta contra a Ditadura, que permaneceu até 1985. A apresentação é assinada por José Alves Dantas, representante do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Norte, e por Paulo Eduardo Costa Freire, representante da Câmara Municipal de Natal. O livro registra a ausência de uma política de preservação da História do país, especialmente, as memórias de vítimas e a resistência daqueles que vivenciaram o período dos governos militares. Com esse trabalho, os organizadores visaram lembrar as ações realizadas e os sujeitos sociais que lutaram contra a Ditadura Militar no Rio Grande do Norte. A obra destaca a participação de lideranças da categoria bancários que foram vítimas da repressão, quais sejam: Campelo, Marco Aurélio Albuquerque e João Pavão. Ressalta ainda bancários que, no final da década de 1970, lutaram e organizaram os Comitês Pró-Anistia, quais sejam: Horácio Paiva, Manoel Vale, Florizel Medeiros, Conceição Bezerra e outros. A Câmara Municipal de Natal, uma das primeiras instituições atingidas pelo Golpe de 1964, foi uma importante parceira na publicação do livro. Por essa razão, a obra homenageia parlamentares que usaram seus mandatos em defesa da reconstrução do Estado de Direito e da Democracia.

A apresentação é escrita pelo ex-deputado federal do Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais, Nilmário Miranda, jornalista, presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e ex-Secretário Nacional de Direitos Humanos do PT. O texto do ex-deputado trouxe importantes dados da época da promulgação da Lei da Anistia, tais como: 300 mil pessoas eram vinculadas ao Serviço Nacional de Informações para delatar 15 mil trabalhadores, que perderam os seus empregos por perseguições; mais de 1.000 sindicatos sofreram intervenções; 774 parlamentares tiveram seus mandatos cassados; 15.000 brasileiros, aproximadamente, foram exilados do país; quase 200 brasileiros perderam a sua cidadania; 424 pessoas perderam as suas vidas; todos vítimas da Ditadura Militar. Nilmário Miranda ainda destaca o papel das mulheres

nessas lutas, pois foram elas que iniciaram a luta pela Anistia no Brasil. O parlamentar reflete sobre como os militares se beneficiaram da Lei da Anistia ao anistiar torturados e torturadores, com isso, evitou-se a punição dos agentes públicos que cometeram crimes protegidos pelo Estado e em nome dele. Em 1979, havia mais de 100 presos e a Lei da Anistia os libertou e restabeleceu seus direitos políticos, entre eles os que haviam sido cassados e que se encontravam na clandestinidade no Brasil, uma vez que mais de 10 mil brasileiros se encontravam no exterior e retornaram ao país após a Lei da Anistia.

Nessa obra, Homero Costa, professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN, membro do Comitê Norte-rio-grandense da Anistia, fez um breve histórico da Anistia no Brasil e demonstra a longa tradição do seu uso na sociedade brasileira. Roberto Furtado, advogado, presidente desse Comitê, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/RN, ex-deputado estadual e ex-vice-prefeito de Natal, destacou figuras consideradas por ele como sendo democratas, defensores do Estado de Direito, tais como: Carlos Heitor Cony, Alceu Amoroso Lima e o general Pery Bevilaque, entre outros. O jornalista André Alves tratou do papel exercido por Rizoleta Fernandes no Comitê Norte-rio-grandense da Anistia; das reuniões realizadas na sede da OAB/RN, das viagens a Recife e as dificuldades de acesso aos presos políticos; e do grupo de visitas e assistência jurídica a presos políticos, como era o caso de Maurício Anísio de Araújo. Moisés Domingos, professor do Departamento de Educação e presidente do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores, enaltece a iniciativa da Câmara Municipal de Natal de fazer uma sessão comemorativa da Lei da Anistia no dia 30 de agosto de 1999 por ocasião dos vinte anos da sua promulgação. Para Moisés Domingos, o ato simbólico representa a inclusão de memórias individuais e coletivas numa data de grande significado para a luta contra a Ditadura e em defesa da Redemocratização do país. Luiz Alves ressalta memórias de combatentes e a importância de se comemorar a Lei da Anistia e as conquistas advindas dela. O jornalista André Alves presta homenagem a diversos anistiados, entre eles o vereador do Partido Comunista do Brasil, Juliano Siqueira, e comenta as torturas sofridas pelo parlamentar durante a sua militância política de combate à Ditadura Militar.

Ainda nesse livro, André Alves, ao analisar o caso Luciano de Almeida, escreve sobre o inalienável direito à resistência; a saída da prisão; e o não beneficiamento pela Lei da Anistia, em virtude da participação do preso político na luta armada. Luciano de Almeida somente teve direito à Anistia em uma emenda publicada em 27 de novembro de 1985, a qual se efetivou em 1986, quando integrou o quadro de funcionários do Departamento Estadual de Imprensa. André Alves trata da situação de Maurício Anísio, único preso a cumprir quatro anos de pena na Colônia Penal João Chaves, além de cinco anos em Recife. Não beneficiado pela Anistia, o jornalista foi condenado a sessenta e quatro anos de reclusão, mas teve sua pena reduzida e saiu em livramento condicional. André Alves comentou ainda o caso de Maria Aparecida, estudante da Escola Padre Miguelinho e presidente da Casa da Estudante, que foi presa em 1978 e saiu da prisão em 29 de agosto de 1979, ao ser beneficiada pela Lei da Anistia. O livro relata a atuação de Conceição Bezerra, estudante universitária e bancária desde 1977, na reconstrução do Movimento Democrático Brasileiro, ao lado de Pretextato Cruz e Sérgio Dieb, militantes do Partido Comunista Brasileiro, e sua participação no Comitê da Anistia em Natal, em 1979.

O livro apresenta o caso de Irapuã Fernandes, membro do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, que foi preso por realizar uma panfletagem e preso novamente por ter sido delatado. Irapuã Rocha foi preso em Recife e depois foi enviado para Natal, onde foi submetido à tortura. A obra traz fotografias; uma lista dos desaparecidos políticos do Rio Grande do Norte, elaborada pelo Centro de Direitos Humanos e Memória Popular do Rio Grande do Norte; apresenta as fichas de Virgílio Gomes da Silva, Hiram de Lima Pereira e Luiz Ignácio Maranhão Filho; mostra uma lista dos mortos políticos do Rio Grande do Norte: Djalma Maranhão, Anatália de Souza Melo Alves, Bergson Gurjão Farias, Emmanuel Bezerra dos Santos, Edson Neves Quaresma, Geraldo Magela F. T. da Costa, José Silton Pinheiro, Lígia Maria Salgado Nóbrega e Zoé Lucas de Brito Filho.

O posfácio do livro é assinado por Varela Cavalcanti, Presidente da Federação dos Bancários do Nordeste – FETEC/NE, que ressalta figuras como Juliano Siqueira, Rubens Lemos e Eider Moura; além de lembrar das pichações feitas nas paredes próximas da Avenida Deodoro da Fonseca e

no entorno dos quartéis, do Colégio Marista, do toque para o recreio com “Eu te amo, meu Brasil”, da emoção de um professor de História diante do adesivo “Brasil, ame-o ou deixe-o”; das “células estouradas” e do cartaz em que estava escrito *Procura-se Teodomiro Romero*.

O livro *A história oficial omite, eu conto: mulheres em luta no Rio Grande do Norte de 1980 a 2000*, de Maria Rizolete Fernandes, publicado em 2004, cuja orelha é assinada por Analba Brazão Teixeira, que ressalta a militância feminista e a importância da escritora na luta pelos direitos da mulher, especialmente, a partir dos anos 1980, em Natal. Aborda a contribuição da autora como presidente no Coletivo Leila Diniz e como coordenadora do Fórum de Mulheres no Rio Grande do Norte, além de ter contribuído na realização da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, durante o ano de 2004.

A apresentação do livro é de Schuma Schumacher, membro da Articulação de Mulheres Brasileiras, que discorre sobre a importância da luta das mulheres na sociedade moderna contra silêncios e apagamentos seculares ainda não rompidos; situa o século XIX e as restrições sofridas pelas mulheres, que culminaram com movimentos surgidos na Grécia, na França, nos Estados Unidos da América e no Brasil. De acordo com Schuma Schumacher, na Grécia, o que mobilizou essas manifestações foram as lutas pelo direito ao assento em transporte público; na França foi o direito à liberdade; nos Estados Unidos da América foram os protestos realizados pelas operárias têxteis, sua pauta contra salários reduzidos à metade, se comparados aos dos homens, e a jornada de 16 horas de trabalho; no Brasil foi a luta pelo fim da escravidão, pelo direito ao acesso à escola e pelo direito ao voto, este último somente conquistado em 1932.

Ao tratar do feminismo no RN, a autora destaca o pioneirismo local, em especial na luta pelo sufrágio, mas também destaca a luta contra a Ditadura Militar e a Campanha em defesa da Anistia dos presos políticos, vítimas dos governos autoritários. Nesse sentido, destaca a luta das mulheres pela democracia e pela cidadania feminina.

O livro *Caminhada se faz ao caminhar com liberdade*, de Hélio Xavier de Vasconcelos, publicado em 2001, aborda a militância político-partidária; as lutas estudantis; as atividades ligadas às campanhas de Dinarte Mariz, como, por exemplo, a formação das “Alas Moças” e a seriedade dos candidatos Dinarte Mariz e Djalma Maranhão; alguns

acontecimentos ocorridos na década de 1960, entre eles o Golpe de 1964; sua ida para o Rio de Janeiro, seu “exílio voluntário” pós-1964 e seu retorno em 1979. A orelha é assinada por Hilda de Vasconcelos, esposa do autor, que trata o livro como um momento de reflexão para os que sempre pugnaram por uma sociedade justa e fraterna.

O prefácio foi escrito por Moacyr de Góes, que descreve Hélio Vasconcelos sob várias perspectivas: sobre a política e a coerência, destacou o discurso proferido por ocasião da instalação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 21 de março de 1959, e quando assumiu a presidência da OAB, em 01 de fevereiro de 1993; sobre a administração, ressaltou os discursos de transmissão de cargos exercidos por Hélio Vasconcelos, como Secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Norte (1987) e como presidente da OAB/RN (1995); sobre o homem, lembrou o momento em que Otto de Brito Guerra recebeu o título Benemérito, ocasião em que Hélio Vasconcelos foi orador, em 1992. Inah Vasconcelos destaca o homem simples e amigo, além do jovem militante político, ativista da luta em defesa dos Direitos Humanos, da criança e do adolescente.

O livro *Às gerações futuras*, de Emmanuel Bezerra dos Santos, publicado em 2010, organizado pelo Ponto de Cultura Tecido Cultural Equipe – CENARTE/CDHMP, apresenta poesias inéditas do líder estudantil. O prefácio é do advogado e escritor François Silvestre, contemporâneo de Emmanuel Bezerra na Casa do Estudante, que descreve suas lembranças sobre a amizade construída com o estudante; a convivência na diretoria da Casa do Estudante e no PCR. O advogado comenta a morte de Emmanuel Bezerra, ocorrida sob tortura e após a prisão na fronteira Argentina-Brasil. Roberto Monte e Aluizio Matias apresentam o livro como sendo uma homenagem a Emmanuel Bezerra e, ao mesmo tempo, uma colaboração com a construção da Memória Histórica ao dar visibilidade ao tema e estimular a realização de estudos sobre esse período da História do Rio Grande do Norte. A publicação desses poemas revela a sensibilidade de Emmanuel Bezerra num momento lírico desse militante social.

A *Revista Putz*, uma publicação do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Norte, em sua edição de 2017, apresenta uma entrevista, intitulada “O último romântico”, com José Campelo Filho, realizada

pelo jornalista Rafael Duarte. Ex-preso político, tendo sido torturado e aposentado pelo Estado, José Campelo Filho, o último presidente do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Norte antes do Golpe de 1964, fala de suas experiências no período dos governos militares.

José Campelo Filho teve seus direitos políticos cassados pelo Comando Supremo da chamada Revolução de 31 de março de 1964, como afirma na entrevista, e diz constar nos documentos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) da então Secretaria de Estado do Interior e Segurança do Rio Grande do Norte. Relata ainda que sua condenação foi sumária, sem direito à defesa, como previsto no Ato Institucional nº 1, editado em 9 de abril de 1964, no governo do presidente general Castelo Branco. Narra seu nascimento; sua infância; sua atividade como bancário e como sindicalista; o Golpe de 1964; as campanhas salariais que agitavam o Sindicato dos Bancários; sua prisão e a tortura sofrida naquele período.

O livro *Vertentes* é uma obra memorialista escrita por João Maria Furtado, publicado pela Editora Clima em 1989. Destaca acontecimentos ocorridos no Rio Grande do Norte, entre os quais a Revolução de 1930 e os interventores que passaram a comandar a vida política local; rememora o que denomina de Levante Vermelho de 1935 e trata do Estado Novo, destacando o fechamento das casas legislativas, dos partidos políticos e a outorga da Constituição fascista de 1937; analisa o período pós-Estado Novo, a interventoria no governo do estado de Ubaldo Bezerra e do general Orestes da Rocha Lima. O autor comenta sobre os governos de José Varela; Dix-Sept Rosado Maia; Silvio Pedroza; Dinarte Mariz; Aluizio Alves; e Monsenhor Walfredo Gurgel, além de algumas vivências pessoais.

O livro *Rio vermelho: raízes potiguaras do Brasil democrático e progressista desde o levante de 1935*, de autoria de Osvaldo Bertolino, publicado pela Editora Anita Garibaldi, em 2022, produzido na passagem do centenário do PCdoB, conta a história do Partido Comunista do Brasil no Rio Grande do Norte e traçar a trajetória do partido, iniciada no ano de 1922. O autor destaca a repressão e perseguição ao partido e ao seu jornal, *A Classe Operária*, fundado em 1925. Nos anos 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, a repressão e a perseguição foram intensificadas durante o Estado Novo (1937-1945), especialmente depois do movimento de Insurreição Comunista de 1935.

O livro trata do protagonismo da família Reginaldo em Mossoró; da organização da primeira célula do partido em Natal e do movimento de 1935 eclodido no Rio Grande do Norte e que resultou no efêmero governo revolucionário liderado pelo sapateiro José Praxedes; analisa o fracasso do movimento de 1935 e a intensa repressão que marcou o RN e o Brasil; as articulações realizadas por Luiz Ignácio Maranhão Filho, Cândida e Djalma (seus irmãos) no início dos anos 1940, visando rearticular o partido; a Redemocratização pós-2ª Guerra, com o fim do Estado Novo, e a expressiva votação do candidato do Partido Comunista do Brasil (PCB), Yedo Fiuzza, à Presidência da República nas eleições de 1945, no RN; a volta do PCB à ilegalidade e a expulsão de Djalma Maranhão e outras lideranças do PCB no Rio Grande do Norte; trata das prisões e torturas sofridas pelos comunistas denunciadas por Luiz Ignácio Maranhão Filho e Vulpiano Cavalcanti, em 1953, na Casa de Detenção de Recife, ciclo iniciado em 1952, com um inquérito militar na Base Aérea de Natal.

Osvaldo Bertolino destaca, nos anos 1950/1960, a atuação política de Luiz Ignácio Maranhão Filho e do PCB, o Golpe Civil-militar e as prisões realizadas no RN, decorrentes do Relatório Veras, encaminhado pelo governador Aluizio Alves a partir de um dossiê comandado por Carlos Veras e José Domingos; ressalta o contexto de 1969 a 1974 e a clandestinidade; prisão, tortura e desaparecimento do professor Luiz Ignácio Maranhão Filho, membro do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil.

O autor aborda a luta pela Anistia no Rio Grande do Norte, destacando o protagonismo de Glênio Sá, ex-guerrilheiro no Araguaia, que retorna ao estado em 1979, e de Alírio Guerra, vítima do Decreto 477, que assumiram a liderança do partido e contaram com o apoio de jovens estudantes universitários e secundaristas na primeira metade da década de 1980; reorganizaram o PCdoB em terras potiguaras, em meio à luta pelo fim da Ditadura e por democracia no país, com participação na campanha das Diretas Já; na luta por uma Assembleia Nacional Constituinte; pela legalização do PCdoB, conquistada apenas em 1985, no governo José Sarney.

Trata da visita de João Amazonas a Natal, por ocasião de um ato político que fazia parte da campanha de legalidade do partido, que

funcionava na Avenida Deodoro da Fonseca, 766, centro da cidade; da instalação das comissões estadual e municipal do PCdoB, sendo a primeira comissão provisória composta por Glênio Sá (presidente), Christian Lira de Vasconcelos (vice-presidente), Walter Bezerra de Medeiros (1º secretário), Eveline Almeida de Souza Macedo (2ª secretária), Alírio Guerra de Macedo (1º tesoureiro), José de Anchieta Ferreira Lopes (2º tesoureiro), Maria da Conceição Fraga, João Maria de Sousa Fraga, Luís Alberto de Farias Capistrano, Francisco Batista da Silva e Odilo Neto Luna Coelho. Em Natal, a comissão diretora provisória foi composta por Disraeli Macedo Heronildes e Silva (presidente), Petrônio Spinelli (vice-presidente), Francisca Isa Saraiva Viana (secretária), Antônio Carlos Pereira (tesoureiro), Francisco das Chagas Albuquerque, Magnus Farkatt e Francisco Canindé de Souza. Fala do Comício das Diretas Já realizado na Praça Gentil Ferreira, Alecrim, no dia 6 de abril de 1984, que, segundo o autor, reuniu entre sessenta a setenta mil pessoas e contou com a participação de Ulisses Guimarães (presidente do PMDB), Tancredo Neves (governador de Minas Gerais pelo PMDB), o autor da Emenda das Diretas Já, Dante de Oliveira, além de Chico Buarque de Holanda, Marieta Severo, Miúcha e Cristina, irmãs de Chico, Fafá de Belém.

O autor aborda a participação do partido no Movimento Estudantil e na União da Juventude Socialista, destacando o papel de Antenor Roberto Soares de Medeiros na direção do DCE da UFRN e na UJS e de Eveline Guerra na União de Mulheres de Natal. Registra o apoio do PCdoB aos candidatos que concorreram às eleições ocorridas no período de Redemocratização, entre os quais Aluizio Alves para governador, em 1982, Garibaldi Alves para prefeito, em 1985, Geraldo Melo, candidato a governador em 1986, Odilon Ribeiro Coutinho, candidato a deputado federal pelo PMDB, Glênio Sá, candidato a deputado estadual. Por último, o livro trata da campanha para Presidente da República no RN e do acidente ocorrido em 1990 que vitimou Glênio Sá e Alírio Guerra.

A obra *Censura, música e resistência: os governos militares brasileiros na sala de aula de História*, de João Maria de Sousa Fraga, publicado pela Caravela Selo Editorial em 2023, aborda experiências do autor em sala de aula, nas turmas do terceiro ano do ensino médio, no Colégio Marista de Natal, localizado no centro da cidade, especialmente, o uso da música, notadamente as canções censuradas durante os governos

militares, como fonte e recurso didático-pedagógico na produção do conhecimento histórico, além de propor uma sequência de aulas que podem ser utilizadas pelos professores de História.

O livro *Os governos militares e os atos institucionais no ensino de História*, de George Henrique Ferreira dos Santos, publicado pela Caravela Selo Editorial em 2024, que trata da experiência de uso de Atos Institucionais decretados pelos militares como fonte no Ensino de História, é fruto de um trabalho desenvolvido na Escola Estadual Berilo Wanderley, localizada no conjunto Pirangi, Neópolis, Natal, em turmas de terceiro ano do ensino médio. O autor aborda a importância da escola e do professor na formação do aluno, trata dos Atos institucionais 1, 2 e 5 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e finaliza o livro apresentando um caderno de atividades contendo uma sequência de aulas de História em que utiliza os Atos Institucionais como fonte do conhecimento histórico.

Comissão da Verdade da UFRN

A Redemocratização pós-Ditadura Militar no Brasil já elegeu o presidente Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso (eleito e reeleito), Luiz Inácio Lula da Silva (eleito e reeleito), mas somente na gestão da presidenta Dilma Rousseff (eleita e reeleita) foi criada a Comissão Nacional da Verdade, em 2011. Essa iniciativa estimulou a criação de Comissões da Verdade em todos os estados brasileiros, no RN foi criada a Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que produziu um Relatório Final com fontes históricas e recompôs o cenário em que ocorreu o Golpe no país e, especialmente, na UFRN.

O Relatório Final da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte é uma publicação que visa atender as determinações previstas pela Comissão da Verdade criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, pela Presidenta Dilma Rousseff, conforme Lei Federal nº 12.528, de 12 de novembro de 2011, e tem como propósito examinar e esclarecer as graves violações de Direitos Humanos, praticadas no período, a fim de efetivar o direito à memória e a verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

Na UFRN, a proposta de criação de uma Comissão da Verdade foi de iniciativa dos estudantes de Direito, por meio do Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti, após a VII Aula Magna do curso, realizada no segundo semestre de 2012, quando os formandos fizeram a entrega do pedido à reitora em documento intitulado “Pela Comissão da Verdade do Rio Grande do Norte”, numa aula cujo tema foi “Direito à Memória, à Verdade e à Justiça”. A comissão foi instalada em dezembro de 2013 e contou com a participação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior do Rio Grande do Norte (Sintest) e do Diretório Central dos Estudante da UFRN. Os membros da comissão foram: Carlos Roberto de Miranda Gomes (presidente), Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade (vice-presidente), Almir de Carvalho Bueno, José Antonio Spineli Lindozo, Juan de Assis Almeida, Maria Ângela Fernandes Ferreira, Moisés Alves de Sousa e Kadma Lanúbia da Silva Maia (secretária), e os bolsistas foram: Edilson Pedro Araújo, Kaline Faria de Araújo, Lucila Barbalho do Nascimento, Mayane Ranice Costa, Monique Maia de Lima, Tales Gomes de Lima, Patrícia Wanessa de Moraes e Yasmênia Evelin. Contou ainda com Jana Sá e Willington Germano como colaboradores.

A Comissão coletou fontes e identificou o fichamento de 259 membros da comunidade universitária, além de prisões, torturas, expurgos, expulsões e desaparecimentos de presos políticos. O relatório traz um histórico da UFRN; textos analisando o contexto em que ocorreu o Golpe de 1964; os impactos desse Golpe na instituição; e a criação de entidades de investigações e controle ideológico, as Assessorias de Segurança e Informação.

O Relatório Final da Comissão da Verdade da UFRN apresenta textos e fontes, como, por exemplo, os textos produzidos por Juan de Assis Almeida, que revelam a quantidade e a qualidade das fontes históricas, tais como: documentos; dados estatísticos; lista de instituições públicas e privadas pesquisadas; listas de mortos, desaparecidos políticos, vítimas de torturas e tratamentos degradantes; vítimas de perseguição oficial, que não foram presas; o caso da expulsão em decorrência do Decreto 477; a listagem de professores exonerados e cassados pelo AI-5; a relação de professores compelidos a requerer exoneração; o rol de professores e

alunos preteridos na contratação e restrições durante a contratação; e a lista de membros da UFRN com atuação política e acadêmica mapeada pelos órgãos de repressão da Ditadura Militar.

Juan de Assis Almeida coletou fontes e apresentou quatro textos no Relatório Final da Comissão da Verdade da UFRN, entre eles “Resistência e memória: atuação estudantil-universitária durante a Ditadura Militar (1964-1985)”. Tratou de acontecimentos que envolveram a sede do Diretório Central dos Estudantes, o Restaurante Universitário e o Exército Brasileiro; abordou prisões como as de Marcos Guerra, José Ribamar de Aguiar, Pedro Cavalcanti, José Arruda Fialho, Geniberto Paiva Campos, Maria Laly Carneiro, Francisco Floripe Ginani, Josemá de Azevedo, Nei Leandro de Castro, Luiz Ignácio Maranhão Filho, Margarida de Jesus Cortez, Moacyr de Góes, Aldo Tinoco, Juarez Pascoal de Azevedo, José Fernandes Machado, Ivo Ferreira dos Santos, Gileno Guanabara de Sousa, Juliano Homem de Siqueira, Dermi Azevedo, Ivaldo Monteiro Caetano, Jaime Ariston de Araújo Sobrinho, François Silvestre de Alencar; relata a fuga de Berenice Medeiros de Freitas, Terezinha de Brito Braga e Danilo Lopes Bessa; trata da prisão e morte de Emmanuel Bezerra dos Santos e José Silton Pinheiro; aborda a perseguição a José de Anchieta Jácome, Luiza Nóbrega e Dicelma Maria de Medeiros; relata as torturas psicológicas cometidas contra Laura Freire de Melo; fala sobre a condenação de José Fernandes Machado; revela a expulsão do estudante Rinaldo Claudino de Barros por aplicação do Decreto 477 e destaca a condução de Lúcia Dantas ao 16º RI por envolvimento no PCBR.

Juan de Assis Almeida e Maria Ângela Fernandes Ferreira elencam a relação de docentes expurgados da UFRN: Antônio Alfredo Santiago Nunes, Jorge Batista Filho, Lailson de Almeida, Margarida de Jesus Cortez, Moacyr de Góes, Luiz Ignácio Maranhão Filho, Romildo Fernandes Gurgel, José Cortez Pereira de Araújo, Ney Lopes de Souza, Maria Julieta Costa Calazans, Vanilda Pereira Paiva, José Fernandes Machado, José Arruda Fialho, Juliano Homem de Siqueira, Rinaldo Claudino de Barros, Arnon Alberto Mascarenhas de Andrade, Djalma Freire Borges, Hélio Scatena Júnior, Mário Koechi Takeya, José Antonio Spinelli Lindoso, Hermano Machado Ferreira de Lima, Denise de Filippes, Eider Toscano de Moura, Geraldo Queiroz dos Santos, além do caso de Otto de Brito Guerra, Mário Moacyr Porto e Josemá de Azevedo.

O professor Willington Germano assessorou a Comissão da Verdade da UFRN e produziu um texto sobre a Ditadura Militar no Brasil, no qual analisa o Golpe de 1964 e seus reflexos no Rio Grande do Norte e na UFRN. Almir Bueno apresenta um texto sobre as assessorias de segurança e informação do Ministério da Educação e Cultura na Universidade Federal do Rio Grande do Norte como braço da repressão nas universidades brasileiras. Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade fala sobre a luta dos estudantes no período que precede o Golpe de 1964 no Rio Grande do Norte e Carlos Roberto de Miranda Gomes e Juan de Assis Almeida abordam como ocorreu a repressão e como foram instalados os Inquéritos Policiais Militares da UFRN-1964/RO e do Restaurante Universitário – 1968/7^a RM. Jana Sá e Maria Ângela Fernandes Ferreira tratam das lutas do movimento docente, destacando a criação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte nos anos de Redemocratização, e Moisés Alves de Souza faz um histórico da luta dos servidores públicos federais. Ao final, a Comissão da Verdade da UFRN faz recomendações para a administração central da universidade como medidas reparadoras do período da repressão.

Indicações de outras leituras

Para além dos livros adquiridos e aqui apresentados, mapeamos outras obras e monografias que não conseguimos adquirir, mas que são igualmente importantes para compor o levantamento da literatura que trata do período estudado nesta obra. Segue a relação de monografias, revistas e livros identificados e que não foram comentados neste capítulo. As monografias foram as de Nilton Cruz, intitulada *A Anistia de 1979, uma obra inacabada*, Curso de História da UFRN, 2005; Sidney Freitas, *Memória dos anistiados políticos do Rio Grande do Norte*, Curso de História da UFRN, 2005; e Rodrigo Moraes, *Formação do Comitê Norte-rio-grandense pela Anistia, ano 1979*, Curso de História da UFRN, 2008. A revista consultada foi Putz, de 01 de agosto de 2017, edição comemorativa dos 60 anos do Sindicato dos Bancários Rio Grande do Norte.

Identificamos outras teses, monografias e livros que tratam do período estudado nesta obra, tais como as teses de Maria Elizete

Guimarães Carvalho, intitulada *Memórias da campanha “De pé no chão também se aprende a ler”: 1961-1964 (o testemunho dos participantes)*, apresentada no Programa de Pós-graduação em Educação da UFRN; de Rodrigo Lima Ribeiro Gomes, intitulada *Educação popular e cultura popular no Brasil: desenvolvimento capitalista, lutas sociais e “ampliação” do Estado (1945-1964)*, apresentada no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense.

Identificamos ainda monografias produzidas no curso de História da UFRN: Adriana Cristina da Silva Patrício, *Estudantes em perspectiva: movimento estudantil secundarista no Rio Grande do Norte (1982-1992)*, Graduação em História, e, *A cultura política dos militantes estudantis (1960-1990)*, Especialização em História do Campo e da Cidade – UFRN; Nilton Cruz, com o título *Anistia de 1979, uma obra inacabada*; Sidney Freitas, intitulada *Memórias dos anistiados políticos no Rio Grande do Norte*; e Rodrigo Moraes, *Formação do Comitê Norte-Rio-Grandense pela Anistia (1979)*.

Por último, sinalizamos a importância da leitura de textos como: *O que eu não esqueci*, escrito por Aluizio Alves; “Natal no contexto dos anos 1960: a educação popular, o analfabetismo e a educação de pessoas jovens e adultas”, artigo de autoria de Fernanda Mayara Aquino, Francisco Alves da Costa Sobrinho e Rosa Aparecida Pinheiro, que faz parte do livro *40 horas de Angicos e Campanha De pé no chão também se aprende a ler*, organizado por Mariza Narciso Sampaio e Rosa Aparecida Pinheiro; *Movimentos de educação popular no Rio Grande do Norte e o projeto BB-Educar*, de autoria de Maria das Graças Araújo, publicado no livro *Recortes: momentos da educação norte-rio-grandense*, organizado por Maria Inês Sucupira Stamatto; *História da cidade do Natal*, Luís da Câmara Cascudo; *História do Movimento de Cultura Popular*, Germano Coelho; Entrevista de Moacyr de Góes concedida à professora Marta Araújo de Medeiros (*Revista Educação em Questão*, Natal, 2015). *O golpe na educação*, Moacyr Góes e Luiz Antônio Cunha; *História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*, de Vanilda Paiva.

Considerações finais

Este capítulo foi importante para dar visibilidade à literatura que trata do período que antecede o Golpe de 1964, o Golpe Civil-militar de 1964 e os governos militares, e seus impactos no Rio Grande do Norte.

Este texto mostrou o interesse da academia em produzir monografias, dissertações e teses que tratem, por exemplo, de como Djalma Maranhão, prefeito de Natal, realizou ações voltadas para a educação popular e, como essas ações incomodaram as elites brasileiras, que, com o apoio das Forças Armadas, implantaram um Golpe em 1964. Golpe este que, tão logo foi implantado, os militares iniciaram a repressão aos seus próprios apoiadores, que começaram a se distanciar do governo e incorporar à resistência aos governos dos generais, como foi o caso do governador Aluizio Alves, que apoiou o Golpe e posteriormente foi vítima do governo autoritário. O governo dos generais presidentes prendeu, perseguiu, cassou mandatos eletivos, torturou, matou e desapareceu com os corpos de lideranças que ousaram resistir ao autoritarismo imposto pelos militares.

Ao apresentar a literatura, indicamos os caminhos para recompor acontecimentos ocorridos em Natal e em Macau, região salineira responsável pela produção de sal do Brasil, onde o movimento sindical dos trabalhadores do sal era forte naquela época.

Este capítulo também foi relevante para dar conhecimento ao leitor acerca de textos acadêmicos como monografias, dissertações e teses; livros; autobiografias; biografias; ou artigos de revistas que mostraram como o período que precede ao Golpe de 1964 foi um momento particular de mobilização, participação política e de transformações que envolviam as políticas de inclusão do Presidente da República João Goulart e seus apoiadores, como era o caso do prefeito de Natal, Djalma Maranhão, e seus apoiadores, como Moacyr de Góes, Mailde Pinto Galvão, Margarida de Jesus Cortez, entre outros; do deputado Floriano Bezerra de Araújo e do suplente de deputado Luiz Ignácio Maranhão Filho; de lideranças estudantis como Emmanuel Bezerra e Glênio Sá.

Este capítulo foi importante para catalogar a produção acadêmica realizada por instituições atingidas pela repressão, como o Sindicato dos Bancários do RN e a UFRN, além de oferecer ao professor de História e áreas afins ferramentas fundamentais como fontes históricas reveladoras de acontecimentos históricos que contribuem decisivamente na construção da verdade histórica.

Referências

ALVES, Aluizio. **Sem ódio e sem medo**. Rio de Janeiro: Nosso Tempo, 1969.

ALVES, Aluizio. **O que eu não esqueci**. Rio de Janeiro: Leo Christiano Editorial, 2001.

ANDRADE, Carlos Alberto Nascimento. **A organização política dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974-1984)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1994.

ANISTIA 20 ANOS: 1979-1999: um resgate da luta no Rio Grande do Norte. Natal: Sindicato dos Bancários do RN, 2000.

ARAÚJO, Floriano Bezerra de. **Minhas tamataranas**: linhas amarelas memórias. Natal: Sebo Vermelho, 2009.

ARAÚJO, Maria das Graças. Movimentos de educação popular no Rio Grande do Norte e o projeto BB-Educar. In: STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Recortes**: momentos da educação norte-rio-grandense. Natal: EDUFRN, 1996.

AQUINO, Fernanda M. Sales. **O cotidiano da formação de professores da Campanha de pé no chão também se aprende a ler**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

AQUINO, Fernanda Mayara; SOBRINHO, Francisco Alves da Costa; PINHEIRO Rosa Aparecida. Natal no contexto dos anos 1960: a educação popular, o analfabetismo, e a educação de pessoas jovens e adultas. In: SAMPAIO, Mariza Narciso; PINHEIRO, Rosa Aparecida (org.). **40 horas de Angicos e Campanha de pé no chão também se aprende a ler**: movimentos e memórias da educação de jovens e adultos. São Paulo: Livraria da Física, 2015.

AZEVEDO, Dermi. **Travessias torturadas: direitos humanos e ditadura no Brasil: 1964-1985**. Natal: CDHMP, 2012. (Coleção Memória das Lutas Populares, v. 2).

BERTOLINO, Osvaldo. **Rio vermelho: raízes potiguares do Brasil democrático e progressista desde o levante de 1935**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2022.

CAMPO DE CONCENTRAÇÃO NO RN: torturas na base aérea de Natal: 1952-1953: 2. ed. Natal: Potiguariana, 2021.

CANUTO, Jeane Fialho. **Em nome da revolução: o PCR (Partido Comunista Revolucionário) e a luta contra a ditadura militar (1966-1974)**, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

CAPISTRANO, Luciano. **1964: para não esquecer**. Natal: Sebo Vermelho, 2023.

CAPISTRANO, Luciano. **O golpe militar no Rio Grande do Norte e os norte-rio-grandenses mortos e desaparecidos (1969-1973)**. Natal: Sebo Vermelho, 2010.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. **Memórias da campanha “De pé no chão também se aprende a ler”**: 1961-1964 (o testemunho dos participantes). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2000.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. Natal: IGHRN, 1999.

CAVALCANTI, Vulpiano. **Memória de um médico do povo**. Natal: Potiguariana, 2022.

COELHO, Germano. **MCP: história do Movimento de Cultura Popular**. Recife: Ed. do Autor, 2012.

COMITÊ ESTADUAL PELA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA
RN. **Subversão no Rio Grande do Norte: Relatório Veras**. 2. ed.
Natal: Comitê pela Verdade RN, 2012. (Coleção Repressão no RN, v. 1).

CORTEZ, Margarida de Jesus. **Memórias da Campanha de pé no chão também se aprende a ler**: reflexão sobre as práticas pedagógicas de ontem e de hoje. Natal: EDUFRN, 2005.

COSTA, Homero de Oliveira. **A reforma política no Brasil & outros ensaios**. Natal: Sebo Vermelho, 2001.

CRUZ, Nilton. **Anistia de 1979, uma obra inacabada**.
Monografia (Graduação em História) – Universidade
Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

DUARTE, Rafael. O último romântico. **Revista Putz**, Natal, 2017.

FAUSTINO, João. **A escola que vivi**: memórias de um educador.
S. l: Vox, 2008.

FERNANDES, Maria Rizolete. **A história oficial omite, eu conto**:
mulheres em luta no Rio Grande do Norte de 1980 a 2000.
Natal: EDUFRN, 2004.

FERREIRA, Mércia Albuquerque. *Diários: 1973-1974*: escritos por
Mércia Albuquerque Ferreira. Natal: Offset; Potiguariana, 2023.

FRAGA, João Maria de Sousa. **Censura, música e resistência**:
os governos militares brasileiros na sala de aula de História.
Natal: Caravela Selo Cultural, 2023.

FRAGA, Maria da Conceição. **Estudantes, cultura e política**:
a experiência dos manauaras. Manaus: Editora da Universidade
do Amazonas, 1996.

FRAGA, Maria da Conceição. Moradia estudantil e lutas políticas no Amazonas. **Revista de Humanidades**, Manaus, v. 6, p. 69-92, 1999.

FRAGA, Maria da Conceição. Ritual e símbolo na política estudantil. *In*: BARREIRA, Yrles; VIEIRA, Sulamita (org.). **Cultura e política: tecidos do cotidiano brasileiro**. Fortaleza: EDUFC, 1998.

FRAGA, Maria da Conceição. Parlamentares brasileiros como narradores privilegiados de uma memória individual e coletiva. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 6., 2002, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2002. v. 1.

FRAGA, Maria da Conceição. **Da clandestinidade ao parlamento**. Natal: Caravela Selo Cultural, 2018.

FRAGA, Maria da Conceição; FRAGA, João Maria; FEITOSA, Fábio Pereira. **Tecedores de sonhos ao luar**. Natal: Caravela Selo Cultural, 2018.

FREITAS, Sidney. **Memórias dos anistiados políticos no Rio Grande do Norte**. 2005. Monografia (Graduação em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

FURTADO, João Maria. **Vertentes: memórias**. 2. ed. Natal: Clima, 1989.

FURTADO, Roberto. **Djalma Maranhão: memórias de um secretário**. *In*: SOUZA, Francisco Francerli de Souza (org.). Natal: Escribas, 2019.

GALVÃO, Mailde Pinto. **1964: aconteceu em abril**. Natal: EDUFRN, 2004.

GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão**. Edição comemorativa, revista e ampliada. 4. ed. Natal: Caravela Selo Cultural, 2021.

GÓES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964):** uma escola democrática, educação e transformação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v. 3.

GÓES, Moacyr; CUNHA, Luiz Antônio. **O golpe na educação.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho:** cristãos e comunistas na construção da utopia. Rio de Janeiro: Revan, UFRJ, 1999.

GÓES, Moacyr de. **A filha do tempo.** Natal: Sebo Vermelho, 2004.

GÓES, Moacyr de. Campanha de pé no chão também se aprende a ler. Entrevista com Moacyr de Góes. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 36, n. 22, set./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/8529/6174>. Acesso em: 16 ago. 2024.

GOMES, Rodrigo Lima Ribeiro. **Educação popular e cultura popular no Brasil, desenvolvimento capitalista, lutas sociais e “ampliação” do Estado (1945-1964).** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.

GUERRA, Marcos. **Sobre as 40 horas de Angicos.** In: GUERRA, Marcos; CUNHA, Célio (org.). **Sobre as 40 horas de Angicos**, Em Aberto, Brasília, v. 26, n. 90, jul.-dez. 2013.

LEITE, Arlan Eloi. **O jornal Tribuna do Norte e o golpe militar de 1964 a publicidade da “subversão” potiguar.** Natal: EDUFRN, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/21432>. Acesso em: 11 ago. 2024.

LEITE, José Evangilmárisson Lopes. **Em nome da ordem:** a Prefeitura Municipal de Natal como espaço da subversão. 2008. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

MACHADO, João Batista. **1960: explosão de paixão e ódio**. Natal, Departamento Estadual de Imprensa, 1998.

MAIA, Michelle Pascoal. **A ocupação da reitoria (1984): seis dias que abalaram a UFRN**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, 2003.

MAIA, Michelle Pascoal. **Cultura e política no Brasil: a experiência do Centro Popular de Cultura da UNE**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História do Brasil) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

MAIA, Michelle Pascoal. **Juventude universitária nos anos 1980: as práticas culturais do Movimento Estudantil na UFRN**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

MARANHÃO, Josué. **Um repórter à moda antiga**. Natal: Sebo Vermelho, 2008.

MARQUES, Berenice Pinto. **A educação popular para todos de uma cidade educadora: Natal, Rio Grande do Norte, 1957-1964**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

MEDEIROS, Aliny Dayany Pereira de. **O comitê pela Anistia no Rio Grande do Norte e a Associação Norte-rio-grandense de Anistiados Políticos como espaços de história, memória e política (1979-2001)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/16958>. Acesso em: 26 ago. 2024.

MEDEIROS, Aliny Dayany Pereira de. **Os acampamentos da campanha “de pé no Chão também se aprende a ler” e as relações dialógicas com a comunidade local**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/26789>. Acesso em: 26 ago. 2024.

MEDEIROS, Aliny Dayany Pereira de. **A anistia no Rio Grande do Norte (1979-2001)**. João Pessoa: Ideia, 2021. Disponível em: <https://www.ideiaeditora.com.br/produto/a-anistia-no-rio-grande-do-norte-1979-2001/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

MELLO, Themis Andréa Lessa Machado de. **José Fernandes Machado, uma voz que não se calou!** In: BERG, Irene van den (org.). *Memória religiosa da cidade de Natal: coletânea de ensaios*. Natal: RN Editora, 2021.

MORAIS, Rodrigo. **Formação do Comitê Norte-rio-grandense pela Anistia, ano 1979**. 2008. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

PAIVA, Marlúcia Menezes de. **Igreja e renovação: educação e sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1965)**. Natal: EDUFRN, 2014.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 2015.

PRANTO, Aliny Dayany Pereira de Medeiros. **Anistia no Rio Grande do Norte: o Comitê pela Anistia e a Associação de Anistiados Políticos como espaços de história, memória e política (1979-2001)**. Berlin: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

PATRÍCIO, Adriana Cristina da Silva. **Estudantes em perspectiva: movimento estudantil secundarista no Rio Grande do Norte (1982-1992)**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

PATRÍCIO, Adriana Cristina da Silva. **A cultura política dos militantes estudantis (1960-1990)**. Monografia (Especialização em História do Campo e da Cidade) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

PATRÍCIO, Adriana Cristina da Silva. **A participação feminina no movimento estudantil secundarista como espaço de luta política (anos de 1980)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

PEDROZA, Ciro. **O triunfo da esperança: a campanha de 60 em Natal/RN**. Natal: Offset, 2024.

PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. Repressão e diplomacia: Brasil, Estados Unidos e a experiência do golpe de 1964 no Rio Grande do Norte. **Proj. História**, São Paulo, (29) tomo 2, p. 593-603, dez. 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/9983/0>. Acesso em: 11 ago. 2024.

PRANTO, Aliny Dayany Pereira de Medeiros. **A anistia no Rio Grande do Norte: o Comitê pela Anistia e a Associação de anistiados políticos como Espaços de História, Memória e Política (1979-2001)**. Berlim: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

QUEIROZ, Geraldo. **Um editor camarada**. Natal: Offset, 2022.

RÊGO, Giovanni Sérgio; SOUSA, Adriano de (org.). **Djalma Maranhão 100 anos: uma fotografia**. Natal: Flor do Sal, 2016.

SÁ, Glênio. **Araguaia, relato de um guerreiro**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.

SANTOS, George Henrique Ferreira dos. **Os governos militares e os atos institucionais no ensino de História**. Natal: Caravela Selo Editorial; Aipê, 2024.

SILVA, Justina Iva de Araújo. **Estudantes e política**: estudo de um movimento (RN – 1960-1969). São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, Rafael Oliveira da. **“A OAB no processo de transformação da sociedade brasileira”**: a seccional potiguar como espaço de redemocratização (1979-1988). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/19660?mode=full>. Acesso em: 26 ago. 2024.

SOUSA Francisco Carlos Oliveira de. **Das salinas ao sindicato**: a trajetória da utopia salineira. Natal: Editora CEFET, 2007.

SPINELLI, Pablo Cruz. **O livro de leitura da Campanha de pé no chão também se aprende a ler/RN**: um estudo dos pressupostos histórico-culturais. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14447?mode=full>. Acesso em: 26 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Comissão da Verdade da UFRN: relatório final. Natal: EDUFRN, 2015.

VASCONCELOS, Hélio Xavier de. **Caminhada se faz ao caminhar com liberdade**. Natal: Sebo Vermelho, 2001.

VASCONCELOS, Jana Bezerra de Sá. **O direito à memória e à verdade no Plano Nacional de Direitos Humanos III**: uma avaliação da implementação no RN. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/43130>. Acesso em: 26 ago. 2024.

O GOLPE DE 1964 EM NATAL, RN

medo, indiciamentos, prisões
e o fim da Campanha De pé no chão
também se aprende a ler¹

Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto²

*Para efetuar a prisão de uma pessoa indefesa
e amedrontada, isolavam todo num quarteirão,
invadiam as residências armados com fuzis
e metralhadoras, revistavam, todas as dependências, espe-
cialmente as bibliotecas, onde apreendiam
os livros de acordo com os títulos. O “subversivo” era,
então, detido e levado sem explicações à família, que
teria de sair procurando localizá-lo nos quartéis.*

Mailde Pinto Galvão

Cenas semelhantes a esta narrada por Mailde Pinto Galvão na epígrafe acima tornaram-se mais presentes no cotidiano brasileiro a partir do dia 01 de abril de 1964, até mesmo em cidades relativamente pequenas, como era Natal naquele período. Rapidamente, as pessoas passaram a conviver com o alargamento das arbitrariedades do pós-Golpe, que vinha sendo adiado desde 1954 e que naquele momento depôs o Presidente da República, João Goulart.

Para a deflagração do Golpe em 1964, foi importante aos organiza-
dores saber que dispunham de apoio norte-americano, mesmo que este
não tenha sido necessário para a tomada do Poder Executivo. Green (2017,

1 Parte das discussões aqui apresentadas fazem parte dos estudos realizados para produzir minha tese de doutorado, especificamente em seu último capítulo. A tese, defendida pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFRN, em 2018, é intitulada *Os acampamentos da campanha “de pé no chão também se aprende a ler” e as relações dialógicas com a comunidade local*.

2 Doutora em Educação pela UFRN, Pós-doutora em História pela UFF, Professora do Centro de Educação/UFRN. Além de artigos e capítulos de livros, é autora do livro e e-book *Anistia no Rio Grande do Norte: o Comitê pela Anistia Política como espaço de história, memória e política (1979-2001)*.

p. 33) demonstra como esse apoio e estímulo vinha ocorrendo desde 1962, ao citar o diálogo entre o embaixador norte-americano Lincoln Gordon, o subsecretário Richard Goodwin e o presidente Kennedy. Segundo ele,

Em uma reunião na Casa Branca, em 30 de julho de 1962, Gordon disse: “Creio que uma de nossas tarefas mais importantes é fortalecer a coluna vertebral dos militares. Deixar claro, discretamente, que não somos contrários a nenhum tipo de ação militar, qualquer que seja, caso esteja claro que o motivo dessa ação militar é [...]” O presidente completou a frase: “Contra a esquerda”. Gordon prosseguiu: “Ele, Goulart, está entregando o diabo do país aos [...]” Novamente, Kennedy completou: “Comunistas”. Poucos instantes depois Goodwin comentou: “[...] podemos muito bem desejar que eles [os militares brasileiros] tomem o poder no fim do ano, se puderem”.

Ainda de acordo com Green (2017, p. 34), o governo americano passou a investir em campanhas de políticos brasileiros que fossem anti-Goulart e em propagandas contra o governo. Como tais iniciativas não tivessem bastado, foi pensado um plano militar, a Operação *Brother Sam*, que previa suporte aos militares em 1964, para que pudessem resistir a alguma possível reação, com navios e porta-aviões: “O porta-aviões Forrestal, acompanhado por seis destróieres de apoio e quatro navios-tanque, zarpou em direção às águas brasileiras e deveria ter chegado em 11 de abril” (*Idem*, p. 39). Não tendo havido resistência armada expressiva, o plano foi abortado.

Com a deposição do Presidente da República e contando com amplo apoio do governo norte-americano, os militares³ passaram a governar o país a partir das orientações contidas no primeiro Ato Institucional. O AI-1, como viria a ser chamado após a elaboração dos demais atos, previa eleições indiretas para Presidente e cassação de direitos políticos por dez anos, conforme observamos no texto a seguir:

Art. 2º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, cujos mandatos terminarão em trinta e um (31) de janeiro de 1966, será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, dentro de dois (2) dias, a contar deste Ato, em sessão pública e votação nominal.

3 Com inegável apoio de civis, sobretudo, de grande parte dos que compunham o Congresso Nacional. Segundo Fico (2016, p. 55), “[...] o golpe não pressupunha a ditadura militar. Os líderes civis que o apoiaram esperavam por eleições em 1965, como sustentava o Ato Institucional ao reiterar que o mandato do novo presidente terminaria no dia 31 de janeiro de 1966”.

Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos (Brasil, 1964).

Mesmo afirmando cumprir a Constituição democrática de 1946, o Ato Institucional centraliza poderes no Executivo e descarta prerrogativas da própria Constituição, como, por exemplo, no artigo 10, quando permite que as limitações previstas na Carta Magna não sejam consideradas para cassação de direitos políticos para mandatos do Legislativo.

Sobre os Atos Institucionais, Fraga, Fraga e Feitosa (2018) afirmam ter se tratado de uma estratégia para dar ares de legitimidade à Ditadura que se instalava, pois,

O comando militar elaborou uma série de Atos Institucionais, objetivando conferir ares de legalidade ao Regime Militar, fruto do movimento golpista de 1964, e legitimar constitucionalmente várias de suas práticas, inclusive algumas de cunho repressivo. O primeiro Ato Institucional foi decretado em 9 de abril de 1964, e, por meio dele, eram conferidos poderes constituintes ao governo recém-implantado. A partir de então, os militares iniciaram uma série de perseguições àqueles que se identificavam com as propostas de mudança anunciadas pelo governo Goulart (Fraga; Fraga; Feitosa, 2018, p. 118).

E essa situação ficaria cada vez mais delicada, pois, meses à frente, o segundo Ato Institucional adiaria as eleições diretas para presidente e extinguiria os partidos políticos, como nos explica Carlos Fico (2016, p. 57):

O ato – batizado como AI-2, o que fez com que o primeiro se tornasse conhecido como AI-1 – também extinguiu os partidos políticos existentes, que vinham de longa trajetória de consolidação, e criou um sistema bipartidário artificial, com um partido de apoio ao regime, a Arena (Aliança Revolucionária Nacional) e outro de oposição, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Em Natal, as notícias do Golpe chegaram de forma aparentemente descontraída. Nas primeiras horas após o Golpe, não parecia haver clareza se o movimento era algo pontual, se João Goulart ofereceu resistência, ou ainda se, de fato, os militares ocupavam

o Poder. Aos poucos, diferentes grupos foram se posicionando publicamente. Dentre eles, teve papel de destaque nos noticiários o comunicado do prefeito Djalma Maranhão e, na mesma página, dos comandantes militares. Abaixo, apresento alguns fragmentos de notas publicadas no jornal *Diário de Natal* e divulgadas no livro *1964: aconteceu em abril*, de Mailde Pinto Galvão (2004, p. 37-38), nos quais podemos perceber as posições antagônicas e o tom ameaçador da segunda nota:

NOTA OFICIAL DO GOVERNO MUNICIPAL DO NATAL

O governo municipal do Natal, na hora grave e decisiva que o Brasil atravessa, torna público:

- A posição do prefeito Djalma Maranhão é de defesa da legalidade democrática. A mesma posição assumida quando da posse do presidente João Goulart transmitida através de pronunciamento oficial e de editorial da “Folha da Tarde”, jornal de que é diretor.

[...]

- O prefeito Djalma Maranhão, ao lado das forças populares e democráticas, conclama o povo para que se mantenha em permanente estado de alerta, nos seus sindicatos, diretórios, órgãos de classe, sociedades de bairros, ruas e praças públicas na defesa intransigente da legalidade que possibilitará a libertação do Povo e do País do imperialismo e do latifúndio, a concretização das reformas de base e a construção do amanhã mais justo e mais feliz do Brasil.

- O prefeito Djalma Maranhão, eleito pela vontade popular, cumpre a sua obrigação de dizer que a Prefeitura é a cada do povo onde se instala, nesta hora, o QG da luta da legalidade e da resistência. [...]

AO POVO DE NATAL

Na qualidade de comandantes das guarnições Naval e Militar desta capital e deste Estado, e em obediência a instruções dos comandos superiores sediados em Recife-PE, sentimo-nos no dever de nos dirigir à população ordeira desta Cidade, com a finalidade principal de tranquilizar a família natalense, face aos acontecimentos que se desenrolam no sul do país. Tendo em vista a ameaça do Senhor Prefeito desta capital, transmitida diretamente ao comandante da Guarnição Militar de desencadear a greve geral em todo Estado e, em particular, nesta capital, medidas preventivas e repressivas estão

sendo adotadas pelas autoridades militares das Forças Armadas em Natal, em íntima ligação e entendimento com o Senhor Governador do Estado, no sentido de impedir a todo custo, mesmo com o emprego violento da força, caso necessário, a perturbação da ordem pública nesta capital e o atentado à pessoa e à propriedade privada [...].

As notas acima contribuem para demonstrar como pareciam estar exaltados os ânimos naquele 1 de abril de 1964, com uma explícita polarização de posições. Apesar disso, a população em geral talvez não compreendesse plenamente a gravidade dos acontecimentos, situação que se modifica após alguns dias, tendo iniciado as primeiras prisões, sobretudo, aquelas de pessoas ligadas à Prefeitura e, principalmente, à Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, rapidamente considerada subversiva pelos militares e por uma parcela do poder civil.

Uma vez deflagrado o Golpe, seu alcance vai atingindo múltiplas dimensões e diversas esferas sociais. Segundo a professora Maria da Conceição Fraga (1996, p. 14),

O golpe militar provocou intervenção em vários setores da sociedade civil brasileira. Especificamente em relação às Universidades, destacam-se as intervenções sofridas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de Brasília (UNB) e Universidade de São Paulo (USP).

Mas, para além dessas instituições, o movimento golpista alcançou o movimento estudantil secundarista, o movimento sindical, as agremiações políticas de esquerda, parte da imprensa, os movimentos educacionais progressistas, dentre tantos outros. E Natal, imersa nesse cenário, também experienciou esse processo de controle, perseguições e prisões em diferentes dimensões e envolvendo múltiplos sujeitos.

Segundo Germano (1982, p. 162), vários inquéritos foram simultaneamente iniciados em Natal, com diversas comissões formadas a fim de investigar atos subversivos. Dentre as várias frentes de investigação, é possível destacar: a do Exército, liderada pelo capitão Ênio Lacerda (IPM nº 488 – BNM 046); a Comissão de Inquérito da Prefeitura de Natal (formada a partir do Decreto nº 658, de 15 de maio de 1964); a

comissão para avaliar a situação financeira da Prefeitura de Natal e o mais amplo, o inquérito de iniciativa do governo do Estado.

De acordo com Germano (*Idem*):

Dentre os vários inquéritos policiais existentes na época, o mais abrangente e, portanto, o mais importante, foi o instaurado pelo governo do Estado e dirigido pelos bacharéis Carlos Veras e José Domingos, ambos da Polícia de Pernambuco. Veras foi o responsável pela condução dos inquéritos nos meios sindicais, estudantis, intelectuais e na Prefeitura de Natal, enquanto Domingos conduziu os trabalhos com vistas a apurar a “subversão” no campo e na Rede Ferroviária Federal.

Os inquéritos instalados e o clima de controle da suposta subversão fizeram com que o ciclo de prisões se iniciasse já nos primeiros momentos posteriores ao Golpe. Na Prefeitura de Natal, nomeada por Djalma Maranhão enquanto QG da Legalidade, a intervenção ocorreu já no dia 01 de abril, por volta das 21h, conforme narra Galvão (2004, p. 44):

No gabinete do prefeito, isolados de qualquer informação oficial, continuávamos juntos, mas nada restava a fazer ou dizer. Surpresos e assustados, ouvimos os passos fortes e apressados de pessoas subindo as escadas. Logo um oficial do Exército chefiando uma patrulha composta por muitos soldados empurravam, com um chute, a porta lateral do gabinete. Apontando uma metralhadora em nossa direção, o oficial gritava muito nervoso: “Acabou a baderna. Pra fora, seus comunistas!”.

Naquele momento fora preso, segundo Galvão (*Idem*), Evlim Medeiros, e no dia seguinte seria a vez do prefeito e do seu vice. As prisões iniciadas ali se repetiram durante todo o ano de 1964 e sobre a Prefeitura foi ministrada especial atenção. Mailde Pinto Galvão lista e dá detalhes das prisões de pessoas vinculadas à Prefeitura, ou que de alguma forma mantinham contato com a Campanha “De pé no chão”, ou com o prefeito, mesmo que de forma pontual. Mas, cabe salientar que, da lista de 30 pessoas presas e apresentadas pela autora, nenhuma delas era professora leiga ou funcionária da Campanha. A preocupação dos indiciadores parecia estar voltada, prioritariamente, aos líderes. Talvez supuseram que derrubando as lideranças, pouca resistência organizada sobraria.

Os presos e indiciados nos inquéritos policiais eram, em geral, pessoas que poderiam desenvolver algum papel de articulação, sobretudo ao considerar especificamente o setor educacional. Geralmente, estavam ligadas ao movimento estudantil, à luta sindical, possuíam algum cargo na Prefeitura de Natal, ou tinham alguma função de direção na gestão da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”. A repressão recaiu fortemente sobre aqueles que teriam possibilidades de mobilização. Isso evitava possíveis ações de resistência e ainda servia de exemplo ao restante da população.

Resultado das ações repressivas ocorridas nos primeiros meses após o Golpe, houve a prisão das seguintes pessoas: Evlim Medeiros (líder sindical); Djalma Maranhão (Prefeito); Hélio Xavier Vasconcelos (estudante que ministrava palestras na Campanha); Omar Pimenta (Diretor de Ensino Municipal); Geniberto Campos (líder estudantil e Diretor do Ginásio Municipal); Francisco Ginani (Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Educação); João Faustino (ligado à União Estadual dos Estudantes); José Arruda Fialho (ligado ao Movimento Estudantil); Paulo Franssineti (Chefe de Gabinete do vice-prefeito); Guaracy Queiroz (irmão de Paulo Franssineti); Raimundo Ubirajara (Diretor dos Correios e Telégrafos); Luiz Gonzaga de Souza (Diretor de Departamento dos Correios e Telégrafos); Carlos Alberto de Lima (jornalista); Geraldo Pereira de Paula (advogado das Ligas Camponesas e funcionário dos Correios); Marcos Guerra (Coordenador do Método Paulo Freire em Angicos); José Ribamar de Aguiar e Pedro Neves Cavalcanti (ambos monitores do Método Paulo Freire em Angicos); Danilo Bessa (ligado à União Nacional dos Estudantes – e à União Estadual dos Estudantes); Eider Toscano Moura (estudante); José Fernandes Machado (funcionário dos Correios); Vulpiano Cavalcanti (médico, atuava na Prefeitura sem receber rendimentos, era reconhecido por ser comunista); Moacyr de Góes (Secretário de Educação de Natal e professor de História na Escola Industrial de Natal); Leonardo Bezerra (colunista crítico, atuava no *Diário de Natal*); Josemá de Azevedo (estudante e responsável pelo processo de interiorização da Campanha); Nei Leandro de Castro (poeta e estudante). E ainda as prisões de quatro mulheres, dentre as quais três eram líderes ligadas à Prefeitura: Maria Laly Carneiro (estudante, ministrava palestras na Campanha); Margarida de Jesus Cortez (Diretora do Centro de Formação de Professores); Maria Diva da

Salete Lucena (organizadora do livro de alfabetização da Campanha e responsável pelo programa de rádio) e Mailde Ferreira Pinto (responsável pela Diretoria de Documentação e Cultura) (Galvão, 2004).

Mas a atenção e repressão não ficariam restritas à capital, pois os indiciamentos e prisões também alcançaram seus alvos no interior do estado, conforme salientam Fraga, Fraga e Feitosa (2018, p. 132):

A pequena cidade litorânea, Macau, também foi alvo das forças repressoras. A posição do Governo do Estado foi determinante para a localização e prisão de um dos deputados estaduais, o deputado que trouxe para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte a força dos trabalhadores no sal de Macau: Floriano Bezerra de Araújo.

Foi uma questão de tempo para que as principais lideranças políticas de esquerda e/ou ligadas às lutas sindicais fossem presas. Segundo Fraga, Fraga e Feitosa (2018, p. 142), “Diversos líderes do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Sal de Macau foram detidos: Floriano Bezerra, Evaristo Lopes da Silva, Raimundo Damundo, Ivo Bezerra de Araújo, entre outros”.

Medo e prisões das lideranças da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”

Retornando à Campanha “De pé no chão”, embora nenhuma das pessoas presas atuasse como professora leiga ou estudante da Campanha, suas prisões provocaram grande inquietação e um cenário de medo. Fazer parte da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” poderia representar um risco à liberdade e à própria vida. As narrativas que construí em *coautoria* (Portelli, 2016) com as professoras e estudantes da Campanha, demonstraram a apreensão das professoras ao saberem da sequência de prisões. Suas reações eram de pavor e, muitas vezes, seguidas da tentativa de omitir qualquer possível prova que as ligasse diretamente à Campanha, mesmo que não soubessem, com clareza, o porquê de tudo isso.

Ao rememorar o encerramento do acampamento das Quintas e seu posterior retorno, já sem a nomenclatura “De pé no chão”, Dona Neide

Rósa descreve como sentia o clima daqueles primeiros dias de abril de 1964. Segundo ela, que era professora leiga no acampamento das Quintas:

Eu não guardei nada. Jamais, nem pensar em guardar, porque era um medo muito grande. Diziam: “vai entrar nas casas”, aí tinha pessoas que gostavam de falar demais e diziam: “e vai ser na calada da noite”. Então, eu simplesmente peguei esse material todinho, quando as escolas voltaram a funcionar, e devolvi na escola e de lá foi entregue à Secretaria de Educação. Tudo que eu tinha. Não ficou absolutamente nada. Eu acho que os acampamentos foram fechados porque tinha receio de que tudo fosse comunista. Era o que eles diziam. A expressão era essa. E diziam: “não queira, não use, não fale. Era bom que você não voltasse, que ninguém volte para lá, porque ali tudo é comunista, daqui para frente vão observar”. Aí foi quando os militares vieram. Eles visitavam a escola. Tinha um tenente chamado Wells, que era tipo um supervisor de todas as escolas, e a gente tinha medo, muito medo mesmo, e ninguém falava mais absolutamente nada [sobre a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”] (Rósa, 2017).

A fala de Maria Salete Brito⁴, em entrevista concedida a outros pesquisadores, também sinalizou um pouco desse cenário. Ela explica o que pensou ao ser abordada por um carro da Prefeitura que a orientou, possivelmente alguns dias após o Golpe, a retirar do acampamento das Quintas os materiais da Campanha:

Os panfletos só tinham “De pé no chão se aprende a ler”. Não tinha nada demais. [...] Me deparei com a papelada, que só tinha aquela cartilha chamada “Sarita” e “Upa, upa, cavalinho”. Eu ainda fiquei parada e pensei: mas o que que uma cartilha “Sarita” e “Upa, upa, cavalinho” vai fazer mal a ninguém? Mas como estão me ordenando... porque Djalma Maranhão com toda comitiva acabava de ser preso...

Além da descrição da incompreensão do que acontecia e do medo diante das prisões, a narrativa de Salete Brito também apontou para os títulos das obras que estavam presentes no Acampamento. Sua fala destoava do depoimento que a diretora daquele mesmo espaço teria prestado em

4 Em entrevista concedida ao Núcleo de Referência da História e Memória da EJA no RN (NUHMEJA). Em 1964, Maria Salete Brito era vice-diretora do Acampamento das Quintas. Foi indicada por sua amiga pessoal e ex-supervisora, Cleyde Brasil, que naquele ano assumiu a liderança do Acampamento como diretora.

interrogatório, de acordo com o Relatório Veras. Segundo o Inquérito, a diretora do Acampamento das Quintas, Maria Cleyde Brasil, foi chamada a prestar depoimento e teria afirmado que os títulos presentes na biblioteca ambulante eram diversos, teria citado os seguintes: “Que sabe você sobre o petróleo?”, “Quem pode fazer a Revolução no Brasil” e “O que é Revolução brasileira” (Veras, 1964, p. 58). Teria afirmado ainda “[...] que d. MAILDE PINTO exigia⁵ que as professoras e diretores lessem os livros constantes na biblioteca”. Depoimentos como esse eram citados no relatório como prova de uma possível subversão, pois notamos uma atenção considerável voltada ao material impresso e às bibliotecas. Talvez por essa razão as professoras leigas não tenham guardado materiais ligados à Campanha.

Mesmo não tendo havido prisões de professoras leigas, as que trabalharam na Campanha tinham a presença dos militares e buscavam destruir possíveis provas de subversão, mesmo que elas efetivamente não existissem. O sentimento de medo e de precaução diante da ameaça de uma prisão política passou a acompanhar o cotidiano daqueles que de algum modo mantiveram contato com a Campanha. A mesma preocupação expressa por Dona Neide pode ser percebida na fala de Margarida de Jesus Cortez⁶, uma das organizadoras da Campanha, quando ela afirma que: “Infelizmente, eu não guardei material da Campanha... havia um desejo de destruir tudo, por medo... e isso foi muito ruim, sabe? Foi muito ruim porque havia muito material da Campanha... havia um medo muito grande” (Cortez *apud* Carvalho, 2000, p. 209).

Além das prisões que se ampliavam a cada dia, havia os pedidos para prestar depoimentos e a repercussão na mídia local. No mês de setembro, por exemplo, parte do Relatório Veras foi publicado na imprensa local e gerou material de primeira capa no periódico *O Poti*⁷, que trazia a seguinte manchete: “Inquérito da subversão comprovou no Rio Grande do Norte: Sublevação das massas para implantação de uma República Socialista, no país”. Nessa edição foram publicadas, também na capa, fotografias dos que eram considerados foragidos, como podemos ver na imagem a seguir⁸.

5 Tal afirmação não foi confirmada em nenhuma outra fonte.

6 Em entrevista concedida à Maria Elizete Guimarães Carvalho, em 08 de agosto de 1999.

7 O POTI, Natal, 20 de setembro de 1964.

8 Material gentilmente cedido por Walter Bezerra de Medeiros, durante nossa pesquisa de mestrado, no ano de 2011.



Fonte: Acervo pessoal.

Além do periódico acima, outros jornais locais, como o *Diário de Natal*, também exibiam notícias e fragmentos do relatório promovido pelo governo do Estado. O Relatório Veras trouxe uma seção específica para tratar da Prefeitura de Natal e nela destacou sua principal atividade, a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”. O delegado Carlos Veras qualificou a Campanha enquanto “A subversão educacional” (Veras, 1964, p. 52) e indiciou todos os seus líderes, citando de forma direta: Djalma maranhão, Moacyr de Góes, Margarida de Jesus Cortez, Maria Diva da Salete Lucena, Omar Fernandes Pimenta, Mailde Ferreira de Almeida e Luiz Gonzaga dos Santos. Todos prestaram depoimentos, foram presos e depois libertados por força de habeas corpus.

Os indiciados no Relatório Veras, citados por terem alguma ligação com a Prefeitura ou com a Campanha, somavam quase 20% do total de nomes ali investigados, muitos dos quais também responderam a outros inquéritos policiais, sendo presos, demitidos de seus empregos e, muitas vezes, obrigados a viver fora de Natal e até mesmo fora do país, a exemplo do próprio Djalma Maranhão e de Moacyr de Góes⁹.

Sobre sua prisão e diálogo com o delegado Veras, Moacyr de Góes (2004, p. 30) assim narrou em seu livro de memórias:

Na teia de aranha, agora, eu era o inseto. Poderia me debater, mas o destino era inexorável. Por isso a aranha não tinha pressa. Nos fios gosmentos da teia não havia ponto de apoio para alavancar nada. O afogado também vive essa sensação. Por isso o povo diz que mar não tem cabelo. Falta chão nos pés. Sem gravidade é a imponderável leveza. Na Kombi, esquentada pelo sol nordestino, eu flutuava.

O medo e a incerteza da prisão marcam a narrativa das memórias de Moacyr de Góes, que em diversas ocasiões explica quais ações desenvolveu para tentar manter a sanidade mental. Na continuidade do trecho acima, ele afirma:

Já me acostumando com a nova situação, procurava descobrir os pontos de vantagem. Sempre fui assim. Busco as duas faces da moeda. E logo descobri. Sem pensar no que vinha pela frente, eu olhava para trás. Com a prisão, terminavam quase dois meses de uma tresloucada luta para conservar a liberdade, mesmo quando todos os aliados já haviam caído. As tensões e o medo terminavam ali. Mesmo que, no futuro próximo, outras tensões e medos nascessem. Mas isso seria no futuro. No momento, na Kombi que já escaldava, uma etapa se consumava. Não poderia ser diferente. Relaxei. Respirei fundo. Me reencontrei e decidi participar do jogo da aranha. Mas, com lucidez. Veras deve ter percebido a nuance de que alguma coisa mudara em mim. O policial profissional avalia, qualitativamente, o adversário. Agora, o silêncio contava a meu favor (*Idem*).

9 Após o habeas corpus que o libertou, Djalma Maranhão se exilou no Uruguai, local onde morreu anos depois. Em seu livro, publicado posteriormente por Góes, ele afirma: “Depois de oito longos meses de cárcere, nos presídios de Natal, Fernando de Noronha e Recife, fui libertado por ‘habeas-corpus’ [...] Resolvi, no entanto, procurar asilo político na Embaixada do Uruguai”. Já Moacyr de Góes e sua esposa e filhos, deixaram a cidade do Natal também logo após seu habeas corpus.

Em outro livro, também de sua autoria, Moacyr de Góes (2010, p. 187) relata a perda de seus empregos e a saída de Natal. Segundo ele, no dia posterior ao habeas corpus, emitido em 25 de novembro de 1964, deixou a cidade. Oficialmente, só foi demitido do emprego que possuía na Escola Industrial no ano seguinte, por força da Portaria nº 48, que não consegui localizar no acervo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Porém, na data de demissão registrada oficialmente, o professor já não vivia mais em Natal há alguns meses. Abaixo, segue fotografia de sua ficha de trabalho com a referida data e o número da portaria que o teria exonerado, sem ficar claro o motivo.



Fonte: Acervo do IFRN.



Fonte: Acervo do IFRN.

Em entrevista ao NUHMEJA, a professora Margarida de Jesus Cortez¹⁰ ressaltou sua surpresa ao ser presa e um pouco do que viveu na prisão:

¹⁰ Em entrevista concedida ao NUHMEJA, em setembro de 2011, e disponibilizada no site http://nuhmeja.ce.ufrn.br/site/campanha_entrevistas_videos.html. Acesso em: fev. 2018.

Eu não acreditava que eu ia ser atingida. [...] Fui convidada a prestar depoimento no 16 RI [...] lá fiquei presa 23 dias. [...] Quando cheguei lá, já estava a Mailde, a Diva e a Laly, que era namorada do Geniberto. [...] Foi terrível para mim... foi uma coisa que eu levei muito tempo para me situar.

Já Mailde Pinto Galvão (2004, p. 153) enfatizou o quão perturbada ficou com a prisão e como ela e Margarida reagiram ao episódio:

Não sei por quanto tempo me perdi, mas lembro a imensidão da dor quando a imagem de minha filha se impôs. Então, chorei. Laly tentava confortar-me, surpresa com a minha aparente fraqueza. Já escurecendo, por uma janela vizinha à porta de metal, o jantar foi entregue, sem palavras. Não consegui comer, mas não esqueci a brancura do arroz que acompanhava o bife. Margarida despertou de seu espanto e desabafou a revolta. Sentia-se violentada, mas não chorava; explodia de sofrimento e raiva. Arredia à política, não podia entender a sua condição de prisioneira, o que se chocava profundamente com a sua vida religiosa de protestante convicta. Eu, porém, continuava chorando, tomei um tranquilizante [sic] que levava na bolsa e chorei até adormecer.

Maria Diva Lucena¹¹, por sua vez, alertou, assim como visto em outras narrativas, a atenção dedicada aos livros¹², aos materiais da Campanha e a tentativa de silenciar a memória daquele movimento educacional, inclusive de forma simbólica, fazendo fogueiras, ateando fogo aos materiais em público, também como forma de intimidação dos que assistiam à cena. Abaixo, temos um trecho de sua narrativa e uma imagem da exposição feita com os livros apreendidos nas bibliotecas e expostos na Galeria de Arte da Prefeitura de Natal. Cabe ressaltar a preocupação com a ameaça comunista e com qualquer discussão política de esquerda.

11 Em entrevista concedida ao NUHMEJA, em setembro de 2011, e disponibilizada no site http://nuhmeja.ce.ufrn.br/site/campanha_entrevistas_videos.html. Acesso em: mar. 2018.

12 Em seu livro, Mailde Galvão destaca que foi feita uma exposição dos livros considerados pelos militares como subversivos na Galeria de Arte da Prefeitura, na Praça André de Albuquerque, sendo que boa parte dos livros expostos tinham sido doados pela biblioteca do Exército durante uma campanha feita pela Prefeitura. Segundo ela, a compreensão que os militares apresentavam era a de que, com aqueles títulos, a Prefeitura formava quadros para a luta armada. Tais títulos, entretanto, raramente eram emprestados nas bibliotecas populares.

O Exército pegou a lista de alunos, de alfabetização de adultos. Os soldados foram de casa em casa, recolheram a cartilha, como recolheram documentos, toda documentação do Centro de Formação de Professores, tudo que foi possível, livros das bibliotecas, dos acampamentos, e fizeram uma grande fogueira em frente ao Centro de Formação de Professores. Então, todas essas cartilhas, esses livros, esses documentos foram queimados. Eu morava perto do Centro de Formação, ali no Baldo, e eu fui ver a fogueira. Chorei muito. Foi um momento assim... eu não esqueço nunca aquela cena. Tentei pegar uma cartilha, mas alguém me segurou, porque era perigoso. O Exército estava lá presente. Então, esse incêndio, que eles achavam que seria um golpe de misericórdia para destruir todo aquele sonho, todo aquele projeto, todo aquele ideal do Djalma, do Moacyr, de todos nós, de todos os professores e de todos os alunos, de toda comunidade, de toda cidade de Natal que participou desse processo. Foi o fogo. O fogo que na sua dualidade tanto dá a vida, como ele destrói, depende. Essa dualidade é tão forte que os dois resultados são altamente comprometedores. O fogo que dá a luz, o sol que ilumina, que aquece, e o fogo que queima e destrói e que derruba tantas coisas positivas. Mas você queima o papel, mas você não queima a consciência das pessoas. Então, essa é a imagem que eu tenho do final da campanha.



Fonte: Galvão (2004).

Figura – Restos do acampamento escolar das Rocas após incêndio



Fonte: <http://www.dhnet.org.br/educar/penochao/imagens.htm> <http://www.dhnet.org.br/educar/penochao/imagens.htm>. Acesso em: 20 jul. 2018.

Já a última imagem acima pode evocar inúmeras representações do que significou o fim da Campanha. Nela, há um menino de costas olhando para o que foi a materialização de um sonho ruir sob cinzas. Seria ele um aluno da Campanha? Um morador do bairro das Rocas? Essa imagem pode remeter ao fim do sonho, à tentativa de apagamento de uma memória, a imposição do silenciamento, à negação da educação aos pobres e excluídos sociais, à criminalização de uma proposta autenticamente popular. Afinal, não é qualquer um que mira as ruínas da Campanha, do contrário, é um menino sem camisa e com os pés descalços, com os pés, literalmente, no chão. Um menino que representa o futuro do país.

A referência ao fogo não se limita ao relato de Maria Diva e ao episódio do CFP. Ela também esteve presente na história do Acampamento Escolar das Rocas, uma vez que, alguns meses após o Golpe, ele também foi incendiado (conforme representado na

fotografia acima). O espaço que era o símbolo da Campanha foi completamente destruído, sobre isso piadas foram feitas e os autores do crime nunca identificados. Ainda de acordo com Maria Diva da Salete Lucena, “Os acampamentos também foram queimados intencionalmente. Não foi nenhum incêndio que aconteceu. Eles tocaram fogo mesmo. A ideia era destruir totalmente a Campanha, certamente”.

Quando Dona Nair, outra professora leiga da Campanha, começou a falar sobre o fim do acampamento nas Rocas e do incêndio que lá ocorreu, ela não pareceu se sentir confortável, mas afirmou que:

O acampamento funcionou, mas depois da prisão de Djalma... fizeram uma brincadeira com a gente no São João, soltaram fogos e as palhas queimaram... essas daqui, as das Rocas, os outros eu não sei. Aí diziam que foi a maior fogueira do São João, foi o acampamento das Rocas, porque queimou tudo. Depois de poucos meses, mandaram construir o Henrique Castriciano, a escola que deram o nome de Henrique Castriciano, no mesmo lugar. Eu não sei lhe dizer porque cada pessoa tem sua maneira de pensar, mas acho que aquilo ali foi brincadeira de mau gosto. Palha seca... num instante, não é? E por ali tinha um posto de óleo... (Oliveira, 2017).¹³

O mesmo desconforto expresso por Dona Nair se fez presente na fala de outras narradoras e narradores. Em comum, talvez, os resquícios de uma época em que era mais seguro silenciar. De algum modo, eles e elas podiam até identificar que havia uma possível ligação entre o incêndio e a ditadura recém-instalada, mas justamente por isso, ainda era difícil, nos idos de 2017, se posicionar diante daqueles acontecimentos. São lembranças traumáticas que impuseram a essas memórias o peso de serem subterrâneas (Pollak, 1989), silenciadas por décadas e ainda hoje difíceis de serem rememoradas.

Questionado sobre o fim do Acampamento das Quintas, enquanto vinculado à Campanha (pois este continuou em atividade no pós-Golpe, embora sem referência à Campanha “De pé no chão”), Sr. Dedé, que estudou na escola durante os anos de seu funcionamento, afirmou que:

Sobre a escola ninguém tinha medo, ninguém falava. Agora, as pessoas quando se falava nesse assunto de socialismo, de

13 Em entrevista concedida à autora.

comunismo, aí o povo tinha o maior medo. Medo de falar, de conversar sobre isso aí, porque era proibido. Ninguém podia falar sobre isso aí não. Quando o prefeito foi preso, o medo aumentou. Ninguém podia falar a favor, não. Se falasse a favor, podia ser considerado subversivo, não é? Os acampamentos acabaram porque veio a revolução e tudo parou. Foi fechado tudo. Lá pertencia a esse regime... aí, eles cortaram tudo, pararam tudo (Silveira, 2017).

Já Dona Luzimar, também estudante da Campanha, respondeu não ter bem certeza do que motivou o fim do acampamento: “Não sei por que acabou. Às vezes, eu fico pensando que começou a entrar diretora irresponsável, vigia...”. Mais adiante, narrando a prisão de Djalma Maranhão, ela o aproxima de Aluizio Alves e apresenta a ideia da prisão de ambos ao mesmo tempo: “Quando Djalma foi preso, eu me lembro que parece que foi quando Aluizio também foi, os dois”. Aluizio Alves viria a ser cassado anos depois (e sob outras circunstâncias), mas em 1964 ele era um dos responsáveis pela desarticulação e prisão dos envolvidos com a Campanha, já que foi o governo do Estado que promoveu o Inquérito que gerou o Relatório Veras. Mas compreendo a ligação direta que dona Luzimar faz entre os dois líderes. Para ela, aqueles homens representavam o que havia de melhor na política local e ambos foram alcançados, em momentos distintos, pela Ditadura Militar. Sendo assim, faz todo sentido pensá-los sendo punidos juntos, do mesmo modo como foram eleitos. Dessa forma, é possível identificar a construção da memória enquanto ficção, com seu lado fantasioso e mítico, que preenche lacunas e ajuda o sujeito a suportar as dores das realidades vividas. Além disso, as camadas de tempo, a distância dos acontecimentos e o longo silêncio vivido, interferem na forma como o sujeito rememora, reelabora o passado à luz do que vive hoje e do que gostaria que tivesse sido outra época.

Segundo Leite (2008, p. 106), a Campanha “De pé no chão” foi

[...] o setor da Prefeitura que mereceu maiores esforços dos agentes da ordem. Inclusive, as ações realizadas a partir desta secretaria foram abordadas com maior ênfase para a configuração da Prefeitura como um espaço de subversão no Rio Grande do Norte.

O autor destaca ainda um fragmento do relatório que demonstra como os militares pensavam as atividades da Campanha: “[...] foi na área

da educação da Prefeitura que os comunistas atuaram de modo eficaz, desenvolvendo suas atividades ‘subversivas’” (Veras *apud* Leite, 2008, p. 107).

As arbitrariedades por vezes podiam soar cômicas, mas demonstravam a busca desenfreada por encontrar indícios de subversão. Um exemplo disso foi o trecho do depoimento de Olavo João Galvão (que era ex-Chefe de Gabinete do Prefeito), presente no Relatório Veras e citado por Leite (*Ibidem*, p. 117), que aponta para a apreensão de um mimeógrafo:

[...] O Manifesto deve ter sido redigido pelo Prefeito Djalma Maranhão ou então pelo Dr. Moacir [sic] de Góes e foi impresso, possivelmente, no Centro de Formação de Professores, cujo Mimeógrafo foi no dia três ou quatro de abril apreendido por um oficial do R.O. em companhia do declarante (excluídos sociais, Veras *apud* Leite, 2008, p. 117).

A tentativa era provar a subversão na Prefeitura através das atividades da Campanha e, para tanto, segundo Leite (*Ibidem*, p. 118), o Relatório Veras apresentava as seguintes palavras para adjetivar a iniciativa da Prefeitura: “atividades subversivas”, “comunistas”, “atentórias à ordem, à segurança, à democracia, aos princípios ocidentais e cristãos”, “perigosas”, “extremistas”, “esquerdistas”. O autor afirma ainda que: “[...] designações que serviram de base para produzir outra imagem da Prefeitura: um espaço que abrigava subversão no Rio Grande do Norte” (*Idem*).

O balanço que faço, diante de tudo isso, é de que, independentemente da situação social, da idade, do envolvimento, ou do nível educacional que se tinha, aqueles que estiveram ligados à Campanha sentiram o peso da implantação da Ditadura Militar sobre aquela iniciativa. As falas apresentam em palavras, silêncios, ou construções imaginárias, o medo que passou a pairar sobre a cidade de Natal e o quanto se trabalhou para vincular a Campanha à imagem de uma prática subversiva, comunista e perigosa. Uma proposta de educação progressista foi posta à margem, banida e, literalmente, incendiada. Rememoremos esta e outras iniciativas educacionais excluídas por regimes de exceção, a fim de assegurarmos nosso compromisso social e nosso dever de memória.

Referências

BRASIL. **Ato Institucional n. 1**, AI-1. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 26 ago. 2024.

CAMPANHA De pé no chão também se aprende a ler. NUHMEJA. Disponível em: <http://nuhmeja.ce.ufrn.br/site/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. **Memórias da campanha “De pé no chão também se aprende a ler”**: 1961-1964 (o testemunho dos participantes). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2000.

ENTREVISTAS DO NUHMEJA. Disponibilizadas pela Profa. Marisa Sampaio. 2017.

FICHA CADASTRAL do professor Moacyr de Góes. Disponível no arquivo do IFRN – Campus Central, Gaveta do ano 1965, pasta com fichas cadastrais de servidores, 2017.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2016.

FRAGA, Maria da Conceição. **Estudantes, cultura e política**: a experiência dos manauaras. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

FRAGA, Maria da Conceição; FRAGA, João Maria; FEITOSA, Fábio Pereira. **Tecedores de sonhos ao luar**. Natal: Caravela Selo Cultural, 2018.

GALVÃO, Mailde Pinto. **1964**: aconteceu em abril. Natal: EDUFRN, 2004.

GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo**: a campanha De pé no chão. São Paulo: Cortez, 1982.

GÓES, Moacyr. (org.). **2 Livros de Djalma Maranhão no exílio**. Natal: Artprint, 2000.

GÓES, Moacyr. **Sem paisagem**: memórias da prisão. Natal: Sebo Vermelho, 2004.

GÓES, Moacyr. **De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964)**: uma escola democrática. 3. ed. Natal: Palumbo, 2010.

GÓES, Moacyr. Entrevista concedida à professora Marta Araújo. Campanha De pé no chão também se aprende a ler. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 36, n. 22, set./dez. 2009.

GREEN, James N. Golpes e intervenções: 1962, 1964 e 2016 e os olhares norte-americanos. In: MACHADO, André Roberto de A.; TOLEDO, Maria Rita de Almeida (org.). **Golpes na história e na escola**: o Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI. São Paulo: Cortez, 2017.

IMAGENS da Campanha De pé no chão também se aprende a ler. Centro de Direitos Humanos do RN. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/redes/estaduais/rn/redern/index.htm>. Acesso em: 26 ago. 2024.

IMAGENS da Campanha De pé no chão também se aprende a ler. NUHMEJA. Natal: Case Design, 2011.

LEITE, José Evangilmárisson Lopes. **Em nome da ordem**: a Prefeitura Municipal de Natal como espaço da subversão. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) – Universidade Federal do Rio Grande Norte, Natal, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/16923>. Acesso em: 26 ago. 2024.

OLIVEIRA, Nair. Entrevista concedida à autora. Natal, 2017.

O POTI. Natal, ago. 1964.

POLLAK, Michel, Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 25 ago. 2024.

RÓSA, Neide. Entrevista concedida à autora. Natal, 2017.

SILVEIRA, José Eduardo da. Entrevista concedida à autora. Natal, 2017.

VERAS, C.; DOMINGOS, J. **Relatório de Inquérito de Polícia Militar** (Relatório Veras). Natal, 1964.

RASTROS DO AUTORITARISMO

o Golpe de 1964 em Macau, RN

Francisco Carlos Oliveira de Sousa¹

Introdução

Na historiografia brasileira, estudos sobre o Golpe de 1964 e suas implicações ocupam lugar de expressiva relevância. Diferentes autores já se debruçaram sobre essa temática, incontornável para a compreensão de nossa sociedade naquele contexto histórico e de suas conexões com a geopolítica. As produções do conhecimento nessa área esclarecem, sobretudo, como a frágil construção da democracia entre nós esteve (e ainda está) sob constantes ameaças, internas e externas.

Contudo, a análise dessa produção historiográfica nos revela, também, que os estudos relativos ao Golpe de 1964 e suas repercussões estão situados nos grandes centros urbanos, notadamente aqueles do eixo Sul-Sudeste do Brasil. Decorre daí, em grande medida, a necessária investigação sobre como o referido golpe se processou em diferentes localidades do imenso território nacional. Decerto a partir da década de 1970, com a ampliação dos trabalhos de pós-graduação no país, as pesquisas avançaram e, nas décadas seguintes, se diversificaram. Mas, no âmbito da História regional e local ainda temos muito a fazer.

Nesse sentido, quais são as perceptíveis semelhanças e diferenças existentes entre aquilo que se verificou nas grandes metrópoles e, por exemplo, em Macau, diminuta cidade do interior nordestino do nosso país? Nessa localidade quais foram, em essência, os atores sociais individuais e coletivos atingidos pela repressão desencadeada? Quais contribuições a investigação com foco na História local pode nos proporcionar? E em qual medida se conecta com a História global?

¹ Doutor em Educação pela UFRN, Professor Titular de História do IFRN/Campus Natal – Central. Além de artigos publicados, é autor do livro *Das salinas ao sindicato: a trajetória da utopia salineira*.

Este capítulo, ao investigar o impacto do Golpe de 1964 em Macau, cidade litorânea do Rio Grande do Norte – à época, maior produtora de sal marinho do Brasil – tem como escopo lançar luzes sobre essas questões. Para a consecução dessa investigação, partimos do pressuposto teórico-metodológico de que a relevância da História local e regional se verifica nas pesquisas construídas “com base nas realidades particulares dos locais, trabalhando com a diferença, com a multiplicidade, apresentando o que há de concreto na dinâmica social e no cotidiano das pessoas que viveram longe dos grandes centros” (Nogueira; Silva, 2010, p. 5).

Considerando as citadas contribuições da História local, nossa investigação se alicerça na produção historiográfica sobre a temática abordada, na documentação primária preservada – a exemplo de processos e inquéritos –, e em depoimentos de diferentes atores sociais, cujas Memórias Individuais e Coletivas (Halbwachs, 1990) estiveram direta ou indiretamente relacionadas com os fatos verificados no contexto histórico sob análise.

Antecedentes no macrocenário: o Brasil sob o contexto da Guerra Fria

Por razões evidentes, estudos sobre a denominada História local apresentam consideráveis desafios. A partir dessa perspectiva, estudá-la de forma isolada constitui erro crasso. Posto isso, torna-se imperativo evitar que essa perspectiva historiográfica seja assimilada “como se fosse autoexplicativa em si mesma, ou seja, como se para compreender o que se denomina história local bastasse o estudo ou pesquisa dela mesma, desconsiderando as redes de relações em que os acontecimentos são construídos” (Cavalcanti, 2018, p. 281).

Considerando essa concepção, o estudo aqui proposto exige a análise, embora sucinta, de suas conexões com o contexto pós-Segunda Guerra, caracterizado pela bipolarização global em dois grupos antagônicos. Na historiografia, definida pela expressão Guerra Fria, clima de beligerância no qual duas superpotências ditaram os rumos da geopolítica. Em determinado bloco, países defensores do capitalismo e de seus postulados, liderados pelos Estados Unidos da América. No outro, países partidários dos princípios socialistas comandados

pela então União das Repúblicas Socialistas Soviética. Esse conturbado cenário político mundial provocou expressivo impacto no Brasil e esteve, em grande medida, entre as raízes do Golpe Civil-militar de 1964 (Capistrano, 2010). Como essas influências se expressaram concretamente em nosso país, é a questão inicial que se impõe.

Desde as primeiras mobilizações de tropas, ainda no dia 31 de março, estavam proibidas aglomerações públicas, passeatas ou manifestações sindicais em todo o Brasil; especialmente mobilizações grevistas, que eram tratadas como atentados à segurança nacional. Estávamos sob o governo constitucional de João Goulart, defensor das Reformas de Base repudiadas por grupos sociais hegemônicos, em especial a proposta de Reforma Agrária (Dreifuss, 1987). Deflagrado o Golpe, um dos alvos atacados foram os sindicatos, entidades que possibilitaram a inserção dos trabalhadores no cenário político nacional em magnitude até então sem paralelo em nossa História. Assim, a ascensão dos militares ao poder Executivo colocou por terra o alargamento das atividades políticas dos trabalhadores ao intervir nos mais expressivos e combativos sindicatos do país (Souza Martins, 1979). A principal justificativa utilizada foi o combate à subversão e suas implicações. Tidos como territórios inimigos, os sindicatos foram os primeiros alvos atingidos pela coalizão de forças elevadas ao controle do Estado.

Esse *inimigo interno*, ao assumir relevância no cenário público, colocara em risco o domínio sobre grupos sociais historicamente secundarizados. Isso de certa forma esclarece a hostilidade dispensada à significativa parcela do sindicalismo nacional. Os sindicatos – enquanto lócus privilegiado para a organização dos trabalhadores – tinham, portanto, o perfil de suspeito número um no contexto aqui analisado. Com efeito, foi por meio deles que as lideranças dos trabalhadores brasileiros ocuparam a cena pública e se fizeram porta-vozes das bases. Na repressão desencadeada, os militares defenderam a tese – com base na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento² – de que a ascensão política dos trabalhadores, mantida a legalidade, levaria, inevitavelmente ao comunismo.

A montagem do aparato ideológico que deu suporte no Brasil à concepção de segurança nacional esteve vinculada à organização da Escola

2 A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, elaborada sob os auspícios dos EUA, forneceu os fundamentos ideológicos para o ataque às organizações consideradas nocivas pelos militares. Entre estas, as organizações sindicais combativas.

Superior de Guerra (ESG)³, organismo relacionado ao grupo de oficiais remanescentes da Segunda Guerra Mundial, com largo prestígio nas Forças Armadas, ligados aos norte-americanos, antigetulistas e simpáticos ao capital internacional. Portanto, sob tal perspectiva, era preciso suprimir a inserção dos trabalhadores no cenário político nacional (Almeida, 1984). Como já evidenciado, essa concepção estava intimamente vinculada ao cenário político internacional regido pela Guerra Fria (Hobsbawm, 1995). Na lógica dos militares, esse risco iminente só seria eliminável com a destruição da pluralidade política, típica da ação humana desenvolvida na esfera do Espaço Público (Arendt, 1995). Mas como essas questões cruciais se manifestaram no âmbito da história local?

O cenário local: Macau às vésperas do Golpe

No início dos anos 1960, o efervescente cenário político mundial provocou expressivo impacto em todo o território nacional. O Rio Grande do Norte, por óbvio, não saiu ileso daquela conjuntura imersa em acirradas disputas político-ideológicas (Capistrano, 2010; Fraga; Fraga; Feitosa, 2017). Inclusive em Macau, então o município potiguar com maior produção salineira do país e elevada concentração de trabalhadores em torno dessa atividade econômica. Ali, naquele contexto histórico, mobilizações sindicais atingiram dimensões consideráveis de modo que a cidade, sob influência de diferentes correntes políticas, sobretudo nacionalistas e socialistas, foi sugestivamente denominada de “Moscouzinho” (*apud* Costa, 2001, p. 157).

Essa heterogênea composição de forças no sindicalismo municipal traduzia, de certa forma, o impasse vivenciado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) no plano nacional, dividido entre o nacionalismo em ascensão entre os trabalhadores e o seu internacionalismo oficial, característico do materialismo histórico. Segundo Rodrigues (1981), foi sob esse desafio que seus partidários atuaram no meio sindical.

3 A Escola Superior de Guerra foi criada em 1949, no Governo do General Eurico Gaspar Dutra, sob a influência da Doutrina de Segurança Nacional elaborada pelos norte-americanos e difundida entre os militares da América Latina. Para mais informações sobre essas temáticas, ver: DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987.

Exemplo disso, no plano local, foi a organização, em 1959, do Diretório Nacionalista em Macau. Sua direção coube a Floriano Bezerra de Araújo, liderança do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal, entidade cuja pujança despertara o interesse dos dirigentes do PCB. De forma sintomática, o presidente do Sindicato também era o responsável pela edição do jornal daquele Diretório, cujo acervo desvela o clima político então vigente na cidade⁴.

Com a orientação do Diretório Nacionalista, as comemorações do Dia do Trabalho costumavam atrair considerável participação dos trabalhadores, como as ocorridas em 1961 no coração da cidade, a Praça da Conceição. Naquela ocasião, estiveram presentes representações dos mais expressivos sindicatos do município⁵. Noutra das mobilizações promovidas por nacionalistas em Macau, encontra-se a arregimentação realizada durante o Plebiscito⁶ de 6 de janeiro de 1963, cujo resultado foi contrário à manutenção do Parlamentarismo⁷ no Brasil. Na prática, esse desfecho implicava no apoio explícito a João Goulart e a sua luta pelo retorno ao presidencialismo, quando o Presidente da República retomaria suas prerrogativas constitucionais, limitadas quando da implantação do sistema parlamentarista⁸.

Em maio de 1963 ocorreu nova mobilização, das mais impacientes na sociedade local. Naquela conjuntura, Lincoln Gordon, o então influente embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil, esteve em visita a Macau para, entre outros objetivos oficiais, apreciar suas salinas e as possibilidades do processo de mecanização (Diário de Natal, 1963, p. 6). Ciente da repercussão que causaria, o Diretório Nacionalista organizou protestos contra a sua presença em Macau e mobilizou militantes para picharem muros da cidade com frases de repúdio. Entre essas, “*Fora Gordon*” e “*Abaixo o Imperialismo*”.

4 Depoimento de Floriano Bezerra de Araújo, líder do Diretório Nacionalista em Macau, em 27/05/2002.

5 Cf. *O Nacionalista*, n. 81, ano III, p. 4, 07 maio 2002 (*apud* Barros, 2001, p. 97).

6 Consulta submetida à apreciação popular. Em 6 de janeiro de 1963, o povo brasileiro foi consultado a respeito da permanência ou não do sistema parlamentarista de governo.

7 Sistema político no qual o Primeiro-Ministro, e não o Presidente da República, respaldado pelo parlamento, exerce o efetivo governo da nação. No início dos anos 1960, o parlamentarismo foi implantado no Brasil como estratégia para reduzir os poderes de João Goulart, quando da ascensão deste à presidência, por ocasião da renúncia de Jânio Quadros.

8 Depoimento do Dr. Ivo Ferreira dos Santos, ex-funcionário do SESTIS, à época ligado ao Diretório Nacionalista de Macau, em 18/05/2002.

Dentre os militantes, estavam Ivo Ferreira dos Santos, Bento Ventura, Zacarias Rodrigues, Raimundo Sena e Zé de Damiana; todos eles, simpatizantes do ideário preconizado pelo PCB, mas, indissociável das bandeiras defendidas pelos nacionalistas. Como previsto, a repressão não demorou. Sob ordens expressas do prefeito Albino Melo, o destacamento policial do município deteve alguns membros do grupo e os demais escaparam. Esses, ao amanhecer do dia seguinte, convocaram assembleia dos trabalhadores no Sindicato dos Marítimos (à época, sob a presidência de um dos militantes detidos: Zacarias Rodrigues, filiado ao PCB). A presença dos trabalhadores foi maciça nos protestos: “a cidade foi mobilizada, João Sena impetrou Habeas Corpus e Dr. Elias Borges deu 10 minutos para os homens serem soltos. Não foram [...] Dr. Elias foi lá [...] e soltou o pessoal; [...] saímos em passeata do Quartel de Polícia até à sede do Sindicato”⁹ (Informação verbal).

A mobilização transcorreu durante toda a visita do embaixador dos EUA, com ampla participação popular, e causou considerável impacto entre os macauenses. Estávamos às vésperas da ascensão dos militares ao Poder Executivo brasileiro e não seria descabido cogitar a considerável impressão que o fato causara ao representante do governo norte-americano. Afinal, como explicar tamanha mobilização entre trabalhadores de uma pequenina cidade da periferia do Brasil? Da mesma forma, como separar, na seara política, pautas nacionalistas das clássicas pautas internacionalistas, ambas com visíveis impactos sociais no plano municipal?

Essa crescente mobilização dos trabalhadores no cenário público, despertou consideráveis preocupações em variados segmentos da sociedade local. Inclusive na Igreja, cuja orientação ainda tinha como base a *Encíclica*¹⁰ *Rerum Novarum*. De acordo com o referido documento, as desigualdades são naturais e necessárias ao homem, cabendo ao Estado apenas intervir para que haja colaboração entre o capital e o trabalho (Cândido Filho, 1982). Em decorrência dessa concepção, a ação da Igreja em Macau, no período em análise, é vista por alguns com reservas, especialmente pela postura amaciante dos conflitos entre capital e trabalho¹¹. Conflitos que foram exacerbados no contexto aqui estudado.

9 Depoimento do Dr. Ivo Ferreira dos Santos, em entrevista citada.

10 Documento pontifício, cujas diretrizes norteiam as ações da Igreja.

11 Interpretação compartilhada por vários contemporâneos aos fatos, tais como: Ivo Ferreira dos Santos, Mery Medeiros da Silva e Floriano Bezerra de Araújo.

Sob a perspectiva de vários entrevistados, essa postura conciliatória privilegiava os interesses patronais em detrimento da efetiva organização dos trabalhadores, como se observa no seguinte depoimento: “Eu acho que Padre Penha teve um papel importantíssimo na educação dos jovens em Macau, mas também ele fazia um tipo de política que servia aos poderosos”¹² (Informação verbal). As críticas não poupam nem a atuação do Padre José Luiz, à época em Macau, justamente aquele que no entendimento de outros observadores dava uma conotação mais avançada às posições da Igreja na cidade. Para um ex-funcionário do Sindicato dos Salineiros¹³, ele era um padre de cultura europeia que defendia a organização dos trabalhadores sob a estrita visão da Igreja, e não no sentido do avanço social mais amplo, inclusive político. De forma que a atuação de ambos os sacerdotes, segundo sua avaliação, acabava atendendo aos interesses do poder constituído¹⁴.

Outra das questões presentes em tal cenário é a propagação do anticomunismo em Macau, com ampla repercussão entre os trabalhadores e suas organizações. Esse é um componente indispensável para entendermos os acontecimentos que, em 1964, resultaram na ascensão dos militares ao comando do Estado brasileiro. Convém aqui buscarmos subsídios que esclarecem sua propagação entre nós. Nesse sentido, Rouquié (1984) afirma que a América Latina não era, até a década de 1950, área de alta prioridade defensiva para os EUA. Nessa região do Hemisfério Ocidental, esclarece, o comunismo ainda não representava um risco iminente para o governo estadunidense. O foco estava então na Ásia, sob os efeitos da Guerra da Coreia. Apesar disso, em março de 1954, os Estados Unidos da América induziram a votação de uma resolução, em conferência interamericana, alertando que “a instauração de um regime comunista no continente coloca em perigo a paz” (Rouquié, 1984, p. 159-160).

Essa concepção se acentuou no início dos anos 1960, com a instalação de um Estado socialista em Cuba, a cerca de duzentos quilômetros do território dos EUA. Desde então, esse risco concreto redefiniu sua política

12 Conforme depoimento do Dr. Ivo Ferreira dos Santos, em entrevista citada.

13 A rigor, a expressão designa a entidade patronal. Contudo, na sociedade macauense essa denominação se popularizou como referência à organização sindical dos trabalhadores. Doravante, será utilizada com esse sentido.

14 Depoimento do Dr. Ivo Ferreira dos Santos, ex-funcionário do SESTIS, em entrevista citada.

externa para a região. É nesse contexto, no qual o alinhamento das Forças Armadas brasileiras à órbita de influência norte-americana é realimentado de forma exponencial, que devemos buscar as razões para a intensificação das pregações anticomunistas em diferentes localidades do nosso país.

Em Macau, as evidências remontam a cerca de uma década antes do Golpe de 1964, quando encontramos registros de curiosas manifestações anticomunistas. Entre outras, em processo de 1951, arquivado no Fórum da cidade¹⁵. Nesse documento, dois indiciados, Raimundo Eugênio do Nascimento e José Ribamar dos Santos, são acusados de introduzir na passeata em comemoração à vitória de Dix-Sept Rosado Maia ao governo do estado cartazes que, segundo as autoridades policiais, era propaganda comunista, com os seguintes teores: “‘Liberdade Sindical’; ‘queremos terra para os camponeses’; [...] ‘ninguém para a Coreia’; [...] ‘queremos água’[...]” (*apud* Barros, 2001, p. 72).

No mesmo processo, o então Delegado de Macau, Tenente Pedro Nunes de Souza, intima Antônio Militão de Oliveira, nos seguintes termos: uma vez que, “tomara parte na passeata [...] conduzindo um cartaz de propaganda comunista, com os dizeres ‘queremos água’, determino a sua intimação [...] a fim de ser qualificado e interrogado sobre a acusação que lhe é feita” (*apud* Barros, 2001, p. 73). Não está claro no processo, qual risco o conteúdo desse cartaz traria para a sociedade macauense e muito menos a razão para classificá-lo como de natureza comunista.

O anticomunismo, contudo, se disseminava na cidade, assim como em todo o Brasil, e gradualmente foi incorporado ao imaginário coletivo. Em uma das implicações sociais daí resultantes, alguém ser acusado de comunista representava algo grave, sobretudo em cidades do interior do Brasil onde o conservadorismo e a massiva propaganda ideológica incutiam o medo e se alojavam de forma avassaladora em corações e mentes. Muito embora a maioria da população sequer soubesse o real significado daquela acusação. Guardadas as devidas proporções, assim como os hereges¹⁶ medievais, os acusados de professar o ideário comunista foram perseguidos, gradualmente isolados ou evitados e, contrariando um princípio jurídico, eram culpados até provas em contrário.

15 Cf. Processo 520/51 fls. 4, 5, 8 e 14 (*apud* Barros, 2001, p. 72-73).

16 Pessoas que professam doutrinas ou ideias contrárias aos pressupostos da Igreja e que, especialmente na Idade Média, estavam sujeitas a severas punições.

Diferente daquilo que se propagava sobre Macau nas décadas de 1950-1960, a cidade nunca chegou a possuir número significativo de comunistas. Havia, sim, alguns militantes do PC ligados ao movimento operário-sindical, responsáveis por considerável mobilização dos trabalhadores, decorrente das alianças com os ativistas nacionalistas e das condições políticas favoráveis então existentes no país. Entre esses militantes, identificamos Zacarias Rodrigues, Bento Ventura, Raimundo Bernardino de Sena e José de Damiana, popularmente conhecido como *Zé de Damiana*¹⁷. Há inclusive quem polemize e afirme que não houve um movimento de esquerda em Macau; que a pretensa esquerda, segundo a percepção de pessoas ligadas à elite política e econômica municipal, era uma bandeira para a perpetuação do poder sobre os sindicatos¹⁸. Não obstante, o anticomunismo arraigou-se em Macau.

Exemplo disso ocorreu na campanha de 1962 para a Prefeitura Municipal; aquela cujo rompimento do grupo que apoiou Venâncio Zacarias acabou possibilitando a vitória de Albino Melo (representante da oligarquia que já governara o município). Naquela campanha, o candidato a prefeito Zacarias Francisco Rodrigues, líder dos marítimos e veterano militante comunista (Medeiros, 1984), com o apoio dos salineiros que indicara o vice, Ivo Ferreira dos Santos, representava real possibilidade de vitória. Como era perceptível, o plausível triunfo de um candidato comunista mobilizou representantes do conservadorismo.

A partir daí, conforme Ivo Ferreira dos Santos: “Padre Penha, juntamente com Padre Zé Luiz, inventaram umas missões exatamente para pregar o anticomunismo, porque Zacarias Rodrigues era o candidato a prefeito”¹⁹ (Informação verbal). Não temos dados para avaliar com segurança até que ponto essas missões influenciaram, ou não, no resultado do pleito. De concreto, temos que ocorreu a derrota de Zacarias Rodrigues, comemorada com entusiasmo pelas forças políticas propagadoras do anticomunismo em Macau.

Foi sob essa paradoxal conjuntura de alargamento do Espaço Público, conforme a concepção de Hanna Arendt (1995), no qual ocorria considerável avanço de grupos sociais historicamente marginalizados,

17 Conforme depoimento do Dr. Ivo Ferreira dos Santos, em entrevista citada.

18 Essa foi a posição externada, por exemplo, por Dr. Laércio Medeiros Bezerra, em entrevista citada.

19 Conforme depoimento de Ivo Ferreira dos Santos, em entrevista citada.

envoltos em controvérsias entre nacionalistas e internacionalistas, no mundo bipolarizado da Guerra Fria (Hobsbawm, 1995), que a propaganda anticomunista, expressão da influência dos EUA no Brasil, se alastrara na terra das salinas. Desde então, estavam criadas as condições ideológicas para reações autoritárias à emergência de atores sociais indesejáveis no cenário político. Como avalanche, essas reações partiram do centro hegemônico do mundo ocidental, atravessaram a América Latina, inundaram o Brasil e transbordaram em Macau.

O golpe de 1964 em Macau

Quando da deflagração do Golpe de 1964 no Brasil, o anticomunismo concebido fora de nossas fronteiras – cujos catalizadores encontramos na Doutrina Truman e no Macarthismo “exportados” pelos EUA no contexto da Guerra Fria – tornou-se ainda mais evidente e suas repercussões foram potencializadas. Tornara-se, inclusive, uma das mais proeminentes justificativas para a instalação do regime de exceção no país (Dreifuss, 1987). Em Macau, não seria diferente e as influências externas dessa formulação ideológica chegaram àquela diminuta ilha do litoral potiguar. Afinal, “Há como precisar onde termina a história local e começa a história ‘não local’ ou história global? Até que ponto e como o local e o global se articulam e se interconectam?” (Cavalcanti, 2018, p. 273). O desenrolar da história sugere cautela a quem não enxerga essas conexões. Nesse sentido, sigamos a análise em busca de indícios.

Em outro episódio revelador, por ocasião da intervenção no Sindicato dos Salineiros, um militar que esperava encontrar elevada concentração de comunistas entre os trabalhadores ironizou e comentou com seu companheiro de farda: “isso aqui tá fedendo a comunista”, recebendo em troca a seguinte pergunta de um operário das salinas: “o que o senhor quer dizer com isso? O que é comunista, me explique, por caridade, o que é?”²⁰ (Informação verbal). O desfecho do diálogo foi que, de acordo com o depoimento prestado por um operário de salinas, o Sargento que comandava o grupo de soldados

20 Conforme depoimento de Luís Cachimbo, em entrevista citada.

concluiu tratar-se de inofensivos trabalhadores sem qualquer conhecimento acerca do referencial teórico oposto ao capitalismo.

No plano local, o anticomunismo alcançou, de forma contraditória, o próprio Padre João Penha Filho, que chegou a ser ameaçado de prisão pelo regime instalado em 1964 (Penha Filho, 1983). Exatamente o pároco que comandara missões anticomunistas em Macau. O fato nos lembra as reflexões de Arendt (1995), para quem a tirania ao se instalar provoca a dupla debilidade de governantes e governados a partir de sua clássica característica: a tendência ao isolamento. Decorre daí, segundo a autora, a generalizada onda de temores e desconfiças entre os vários segmentos da sociedade quando, a priori, todos são suspeitos de conspiração e má-fé.

A repressão aos trabalhadores e às suas entidades representativas

No Rio Grande do Norte, assim como em todo o Brasil, a deflagração do Golpe de 1964, não obstante o vigor dos conflitos sociais travados na arena política, frustrou a todos os que acreditavam na manutenção da legalidade constitucional (Capistrano, 2010; Fraga; Fraga; Feitosa, 2017). Frustração externada em citações do tipo: “O golpe, no entanto, aconteceu e o sonho dos progressistas acabou” (Germano, 1989, p. 149). Em Macau, pouco tempo depois, o prédio sede do Sindicato dos Salineiros – um dos orgulhos daquela categoria de trabalhadores – amanheceu cercado por várias viaturas do Exército, deslocadas para a cidade.

Figura 1 – Sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Sal de Macau, inaugurada em 01/05/1953. Foto de 1981.



Fonte: Arquivo de Getúlio Moura.

O enfermeiro José Gomes de Souza, à época funcionário do Serviço Social dos Trabalhadores na Indústria do Sal de Macau (SESTIS) – que morava ao lado do Sindicato, testemunhou a cena: “O meu colega de trabalho [...] foi abrir para apanhar água de manhã bem cedo e ele se assombrou, coitado. Quando viu, caiu com as latas. Aí o soldado disse pra ele: Quem é que tem as chaves? Ele disse: Eu tenho. O senhor quer?”²¹ (Informação verbal). Em seguida os soldados requisitaram o aparelho de radiotransmissão instalado na sede da entidade e assumiram o controle da situação. A partir desse momento, começou a efetiva intervenção do Exército no sindicato dos trabalhadores de salinas de Macau.

Côncios da capacidade de mobilização dos trabalhadores da região salineira, os condutores do regime então recém-instalado, sediados no Rio Grande do Norte, ordenaram a detenção das principais lideranças e a desmobilização das organizações sindicais combativas em Macau. Diversas pessoas foram detidas, entre dirigentes, trabalhadores das bases e funcionários das entidades sob suspeita. Os mais expressivos sindicatos da cidade sofreram intervenções e as detenções se avolumaram (Fraga; Fraga; Feitosa, 2017).

21 Conforme depoimento de José Gomes de Souza, ex-enfermeiro do SESTIS, em 05 de junho de 2002.

Entre essas entidades, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau foi alvo estrategicamente visado. Espécie de astro maior da constelação de organizações sindicais do município²², era representativo da parcela preponderante dos trabalhadores vinculados à produção do sal marinho, principal atividade econômica do município, e em torno da qual orbitavam outras expressivas atividades laborais e seus respectivos sindicatos (Fernandes, 1995; Costa, 1993). Tido como território inimigo pelos órgãos de repressão – conforme a Doutrina de Segurança Nacional – seus integrantes encabeçaram a lista dos detidos para depoimentos e investigações. De maneira sugestiva, com a deflagração do Golpe, em 1964, somente um de seus funcionários efetivos não foi detido (Araújo, 2009).

No dia do Golpe, o presidente do Sindicato, Floriano Bezerra de Araújo, que também acumulava a liderança das Ligas Camponesas no estado, estava em Natal. Quando tomou conhecimento dos fatos, deslocou-se para Macau e procurou de imediato convocar a categoria para tomar providências e, inclusive, convocar greve na perspectiva da reação. A ideia, segundo suas declarações, era marcar posição, evitar o desequilíbrio da categoria diante da situação e avaliar o rumo dos acontecimentos: “Foi aí que aconteceu uma greve de ordem política. [...] durou 15 dias, em repúdio ao Golpe Militar. Conseguimos entrar em ação junto a outras categorias. [...] marítimos, conferentes e estivadores, essas três categorias estiveram com a gente”²³ (Informação verbal).

Porém, constatada a correlação de forças desfavorável, com a reação dos trabalhadores reprimida, Floriano Bezerra e alguns companheiros buscaram refúgio temporário em sítio abandonado, na região rural de Alto dos Rodrigues, município próximo a Macau. A proposta era aguardarem o desenrolar dos acontecimentos, na esperança de reversão do panorama político nacional adverso. Entretanto, notícias emanadas do rádio de pilha levado pelo grupo sepultaram as expectativas: pelas ondas emanadas do pequeno aparelho, souberam que os principais agrupamentos militares do país aderiram ao Golpe e inviabilizaram

22 Conforme depoimento de Hermano Paiva de Oliveira, ex-deputado estadual, natural de Macau, em 17 de maio de 2024. Segundo Hermano, a pujança do Sindicato dos Trabalhadores de Salinas estava na robusta arrecadação de seu expressivo contingente de sindicalizados. Entretanto, na sua visão, a entidade com maior grau de politização era o Sindicato dos Marítimos.

23 Floriano Bezerra de Araújo, em entrevista citada.

a resistência. De modo que no dia 9 de abril, resolveram retornar a Macau. Lá, “todos ficamos à mercê dos acontecimentos, até quando os estranguladores da Carta Magna, foram efetuando as prisões de cada um de nós, e assim de dezenas de outros trabalhadores ligados às lutas sindicais em nossa cidade salineira” (Araújo, 2009, p. 315).

Pouco depois, no dia 15 de abril de 1964, como previsto, Floriano Bezerra foi intimado e compareceu à Capitania dos Portos de Macau, perante o Capitão Antônio Júlio de Souza Bruno. De acordo com seu depoimento, estavam presentes na ocasião, respaldando os militares, Luiz Pedro de Lima, Afonso de Barros, Antônio Freire da Costa, Manoel Casado – representante do patronato, com ampla influência no município – e Amon Gonçalves de Melo, presidente do Sindicato dos Conferentes. A presença de Amon na Capitania confirmou as suspeitas que pairavam sobre sua fidelidade ao movimento sindical. Ao contrário de outras lideranças, como as dos marítimos e operários de salinas, Amon não fora detido e, de certa forma, assessorava os representantes locais do regime de exceção, instalado no Brasil (Sousa, 2007).

Detido, Floriano Bezerra foi transferido para Natal, onde ficou de início sob a custódia do Major Ademar Cirilo, nas dependências do Quartel-General da 7ª Divisão de Infantaria. Posteriormente, foi conduzido pelo Capitão Dourado para o 16º RI, Regimento de Infantaria, em cujas dependências sofreu severas torturas físicas. No Relatório resultante do Inquérito Policial Militar instaurado com apoio do governador Aluizio Alves, o líder dos trabalhadores de salinas foi descrito como elemento comunista, subversivo, agitador das massas e de alta periculosidade que supostamente teria armazenado armas com o propósito de promover levantes entre operários e camponeses e psicológicas²⁴ (Araújo, 2009). De modo que, na documentação sobre sua prisão, a condição de líder das Ligas Camponesas é registrada como agravante de sua condição penal (Relatório Veras, 1964). A acusação sobre as armas, entretanto, jamais foi comprovada.

Alguns meses depois dessas prisões, foi transferido com mais três presos políticos para o presídio localizado no Arquipélago de Fernando de Noronha. Conforme matéria publicada pelo jornal *O Poti*,

24 Floriano Bezerra de Araújo, em entrevista citada.

de 23 de agosto de 1964, citada em obra de Mailde Pinto Galvão, 1964: *aconteceu em abril*, os quatro presos políticos eram: o prefeito de Natal, Djalma Maranhão, o suplente de Deputado Federal, Aldo Tinoco, o ex-deputado Luiz Maranhão Filho e o presidente afastado do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau, o então Deputado Estadual Floriano Bezerra de Araújo (Galvão, 1994).

De certa forma, a transferência para o presídio de Fernando de Noronha sinalizava o peso político dos ali detidos. Lá, também estiveram, entre outras lideranças, o ex-governador de Sergipe, Seixas Dória, e o ex-Governador de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar, ambos depostos pelo arbítrio do novo regime. A saída de Floriano Bezerra daquele presídio só ocorreu em 28 de outubro de 1964. Porém, pouco depois, foi detido novamente. Dessa vez, em 1968, ficou nove meses preso no quartel da Polícia Militar, em Macau, de onde só foi liberado em 16 de julho de 1969. Sua libertação ocorreu com a intervenção jurídica do Dr. Roque de Brito Alves, junto ao Supremo Tribunal Militar. Seus passos, contudo, continuaram a ser monitorados²⁵.

Seu pai, Venâncio Zacarias de Araújo, fundador do órgão classista que em 1958 fora eleito prefeito da cidade, com maciço apoio dos trabalhadores de salinas, não sairia ileso da máquina repressora instalada a partir de 1964. À época, embora sem cargo efetivo no Sindicato dos Trabalhadores de Salinas, sua liderança continuava vigorosa entre os operários. Na visão das forças repressoras, isso o tornava potencialmente perigoso e a sua detenção para averiguações necessária. Mas, em síntese, quem era de fato essa pessoa supostamente ameaçadora?

Desde de 1936, Venâncio Zacarias de Araújo, potiguar nascido em Santana do Matos, alternara o trabalho na lavoura, em Tabuleiro Alto²⁶, com o trabalho sazonal nas salinas de Macau. Coube a ele a tarefa de reorganizar os operários salineiros. Depois de várias décadas, retomou os ideais que nortearam a antiga *Sociedade dos Homens que Trabalham no Sal*, fundada ainda no século XIX. Com esse intuito, em 28 de agosto de 1938, liderou cerca de 700 trabalhadores no Rancho²⁷ da Salina Conde Pereira Carneiro, de propriedade da

25 Floriano Bezerra de Araújo, em depoimento citado.

26 Antigo vilarejo do município de Macau, hoje subordinado ao município de Alto do Rodrigues.

27 Alojamento dos salineiros nas salinas.

Companhia Comércio e Navegação. Dessa reunião resultou a fundação da Associação dos Trabalhadores em Salinas de Macau, cuja primeira diretoria foi composta por Venâncio Zacarias de Araújo na presidência. Sob sua liderança, cerca de dez anos depois, em 11 de novembro de 1948, a categoria conquistou a Carta Sindical (Sousa, 2007).

Era homem simples, de poucas letras, mas de comunicação fácil com as massas²⁸. Sensível às precárias condições de trabalho às quais os operários estavam expostos, diferia de outros sindicalistas na região salineira. Não propagava ideais revolucionários e desconhecia as formulações teóricas do materialismo histórico-dialético. Enfim, não seguia a concepção política que o PCB buscava disseminar entre os trabalhadores de salinas. Por conseguinte, não tinha o perfil previamente perseguido pelas estruturas repressoras instauradas com o Golpe Civil-militar (Sousa, 2007). Não obstante, foi preso sob tal suspeita.

Em determinada ocasião, por exemplo, durante visita ao pai de Floriano Bezerra, familiares do ex-prefeito de Macau se depararam com a escolta que conduzia o Dr. Vulpiano Cavalcanti pelo ambiente do quartel no qual ambos estavam presos, em celas distintas. Vulpiano tinha estreita vinculação com a sociedade macauense e conhecia algumas dessas pessoas. Perguntou, então, o que faziam ali. Recebeu como resposta que estavam no local para visitarem Venâncio Zacarias. Surpreso, exclamou com certa indignação: “Venâncio foi preso como comunista?”. Em seguida, falou o quão descabida era aquela acusação e arrematou de forma categórica: “Eu, sim, sou comunista”²⁹. Todavia, o antigo líder dos trabalhadores de salinas foi detido com todos aqueles que estavam sob a suspeição de onipresente comunismo.

Como ficara evidente, as prisões ocorridas em Macau atingiram a família Araújo de forma contundente. Além de Floriano, outro filho de Venâncio Zacarias, José Bezerra, também foi detido pelos representantes locais do Golpe Civil-militar. Ao contrário de seu pai e de seu irmão, José Bezerra de Araújo não era diretamente vinculado ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau. Na época de sua

28 Conforme depoimento de Hermano Paiva de Oliveira, ex-deputado estadual, natural de Macau, em 15 de maio de 2024.

29 Conforme depoimento de Enilde dos Santos Fernandes, esposa de Raimundo Fernandes (Damundo), ex-morista do Sindicato dos Salineiros, em 14 de abril de 2024.

prisão, exercia suas funções profissionais na sede municipal do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos (IAPM). Anos depois, foi nomeado servidor público estadual³⁰. Quanto às suas posições políticas, não se tem registros de quaisquer atividades que o vinculassem ao reduzido grupo de militantes temido e monitorado na cidade. Apesar disso, sua proximidade familiar com o principal líder dos trabalhadores de salinas e das Ligas Camponesas no estado, o colocou no rol dos suspeitos a priori. Fato que provocou o seu encarceramento por cerca de 50 dias³¹.

Ivo Ferreira dos Santos é outro integrante desse grupo de presos, cuja característica em comum era a proximidade familiar (embora no caso dele não consanguínea) e profissional com o presidente do Sindicato dos Salineiros. Cunhado de Floriano Bezerra, no início da década de 1960 Ivo Ferreira integrou a gestão do Serviço Social dos Trabalhadores na Indústria do Sal (SESTIS), entidade que, devido à excelência na prestação de serviços aos operários de salinas, elevou o prestígio daquela organização sindical a patamares jamais alcançados em Macau. Parte desse êxito, segundo Floriano Bezerra de Araújo, ocorreu em grande medida à contribuição prestada por Ivo Ferreira na eficiente administração do SESTIS (Araújo, 2009).

Paralelo à sua função administrativa, Ivo Ferreira dos Santos teve relevante atuação entre a classe trabalhadora. Politizado, defensor das principais pautas nacionalistas em destaque na sociedade brasileira, conquistou a simpatia do operariado. Em 1962, foi candidato a vice-prefeito na chapa para a prefeitura de Macau encabeçada por Zacarias Francisco Rodrigues, líder dos marítimos. Derrotados por pequena margem de votos, não renunciou à atividade política. Exemplo disso ocorreu no ano seguinte, na emblemática reação à já citada presença do embaixador americano em Macau (Barros, 2001).

Com a deflagração do Golpe, pagaria caro por sua ousada militância política. Àquela altura, já chamara a atenção de segmentos conservadores da sociedade macauense. Sua influência no meio sindical, a campanha para a prefeitura em aliança com um dos principais representantes do clandestino Partido Comunista na cidade e sua atuação

30 Conforme depoimento de seu filho, Hailton Marques de Araújo, em 22 de maio de 2024.

31 *Idem*.

no episódio de repúdio à presença de Lincoln Gordon em Macau, o colocaram na lista dos principais perseguidos no plano local. A partir de 1964, foi preso diversas vezes. Em uma dessas detenções, foi descrito por um companheiro de cela como estudioso das causas sociais que batalhava naquela cidade por dias melhores para a população (Macedo, 2001). Seriam essas as reais motivações para suas reiteradas prisões?

No caso de Raimundo Pereira Fernandes, o *Damundo*, a proximidade com Floriano Bezerra era basicamente profissional. Considerado por muitos como habilidoso em sua área de atuação, durante dez anos foi o motorista responsável pela ambulância do SESTIS, órgão de assistência social aos trabalhadores das salinas vinculado ao sindicato da categoria (Fraga; Fraga; Feitosa, 2017). Nas lutas pela sobrevivência, tivera poucas chances de estudar. Assim como Venâncio Zacarias e outras pessoas detidas, desconhecia por completo as formulações teóricas do socialismo alvo da repulsa, ali e alhures, dos defensores do Golpe. Entretanto, ainda em abril de 1964, foi detido em sua residência e passou 42 dias encarcerado no Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, sediado em Natal³².

Desde então, dois fatos despertaram a atenção de seus familiares: os militares que o conduziram preso chegaram à sua residência em veículo da Prefeitura Municipal de Macau. Episódio interpretado por familiares como sinal de ostensivo apoio do prefeito Albino Gonçalves de Melo ao regime de exceção implantado no país. A outra observação foi quanto à suposta razão para a sua prisão. Afinal, apesar de *Damundo* ser o chofer da ambulância do SESTIS, os policiais só se referiam a ele como o “motorista de Floriano”³³ (Informação verbal). Isso seria, por dedução, a condição primária para a sua detenção. A suposição plausível é que teria informações relevantes sobre as ações políticas desenvolvidas pelo presidente do Sindicato dos Salineiros e isso, na visão do aparato repressor, era suficiente para a sua prisão.

A detenção de Evaristo Lopes da Silva, por sua vez, se revestiu de duas condições simultâneas fundamentais: a sua expressiva atuação política no seio da categoria salineira, graças à qual tinha sido eleito duas

32 Conforme depoimento de seu filho, Raimundo Fernandes Pereira Filho (Damundinho), em entrevista no dia 15 de maio de 2024.

33 Conforme depoimento de Raimundo Fernandes, filho de *Damundo*, em 15 de maio de 2024.

vezes para a Câmara Municipal de Macau e, também, a estreita vinculação com Floriano Bezerra de Araújo. Na documentação consultada durante a pesquisa, Evaristo é identificado, por exemplo, como “elemento de plena confiança de Floriano”³⁴. De fato, em decorrência disso, ele esteve ao seu lado em díspares contextos históricos: seja durante o usufruto da liberdade – sob o frágil período democrático pré-64 – na gestão do sindicato, como secretário e presidente, respectivamente, e nos embates legislativos em diferentes instâncias (Evaristo na Câmara Municipal e Floriano na Assembleia Legislativa estadual) ou nas agruras da prisão, sob os horrores da Ditadura, quando dividiram a mesma cela em Natal, no 16º Regimento de Infantaria (Araújo, 2009). Se por determinada perspectiva a convivência entre eles revelara parceria e comunhão de princípios políticos e sociais, por outro lado, despertou desconfianças e convicções entre seus detratores. Para esses, era preciso detê-los, pois as atuações de ambos entre os trabalhadores eram vistas como expressões da subversão.

Se esse primeiro grupo pode ser caracterizado por vinculações profissionais e familiares com a liderança do Sindicato dos Trabalhadores de Salinas, o grupo seguinte tem como traço identitário a sua condição de associados ou de possuírem algum tipo de vínculo com a mais expressiva entidade sindical organizada em Macau. Assim, entre esses, encontramos heterogênea representação das bases: Antônio Félix da Silva, salineiro líder de turma; João Pereira da Silva, o *João Recurso*; Júlio Cirilo da Silva, Francisco Soledade da Silva, Geraldo França, José Ribamar dos Santos, José Xavier Bezerra e José Vicente de Oliveira, o popular *Zé Vicente*, todos trabalhadores de salinas. Embora não atuasse nas salinas, José Varela de Alencar, também detido naquele contexto, se aproximava desse grupo pela afinidade profissional com o sindicato da categoria, onde prestava serviços contábeis (Sousa, 2007).

Pelo menos dois integrantes desse grupo, José Xavier Bezerra e José Ribamar dos Santos (*Zé de Damiana*), se diferenciavam dos demais por suas convicções políticas. O primeiro, por ser ativista ligado ao PCB, à época afastado da labuta nos baldes de sal, que fazia relativa oposição ao presidente do Sindicato dos Salineiros. O segundo, embora também

34 Cf. Mandado de Citação, solicitado pelo Dr. João Cavalcanti de Melo Azevedo, Auditor da 7ª Região Militar, sediada em Recife, PE. Disponível em: <https://dhnet.org.br/verdade/rn/combatentes/florianobezerra/bnm/index.htm>.

vinculado à mesma agremiação partidária, exercia militância política em considerável sintonia com integrantes da gestão sindical. Sua atuação em defesa dos interesses dos trabalhadores conquistara simpatia e admiração, tanto de Floriano Bezerra quanto de Evaristo Lopes e de Ivo Ferreira. Mas o exercício dessa militância, por décadas, gerou perseguições, afrontas e diversas detenções. A primeira delas em 1947, seguida de outras em 1952 e, como previsível, o ápice ocorreu em 1964. Por tudo isso, ao publicar suas memórias, Floriano Bezerra caracterizou Zé de Damiana como “figura exemplar do proletariado brasileiro” (Araújo, 2009, p. 161).

Embora de alguma forma vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores de Salinas e ao agitado cenário político ali vigente, vários integrantes do grupo de trabalhadores anteriormente citados, diferiam dos perfis de José Xavier Bezerra e de José Ribamar dos Santos. De maneira que alguns desses detidos para depoimentos não tinham efetiva militância política e muito menos partidária³⁵. Apesar disso, o fato é que a perseguição aos comunistas, reais ou imaginários, contribuiu para a ocorrência de prisões arbitrárias. Situação emblemática se percebe no seguinte depoimento: “Prenderam Zé Vicente, um velho analfabeto de pai e mãe, e perguntaram se ele era comunista, aí ele disse: ‘ora, se compadre Venâncio é comunista eu também sou! Eu fazia exatamente o que ele fazia’”³⁶ (Informação verbal). Zé Vicente era um homem simples, para muitos, figura folclórica entre os salineiros, que não tinha, segundo seus contemporâneos entrevistados, a menor ideia do que fosse o comunismo. A despeito disso, a acusação que pesava sobre ele era a sua improvável militância comunista.

Em sendo assim, temos evidências sobre as razões para as detenções de vítimas preferenciais da repressão. A partir dessa percepção, atores sociais como Bento Ventura de Moura, ex-trabalhador de salinas, ligado ao PCB, que em 1964 atuava em Macau na construção civil para a empresa salineira Severo & Irmão, seriam obviamente perseguidos e detidos. Bento Ventura era veterano operário egresso do trabalho agrícola com atuação nas salinas, de 1944 a 1953, e intenso trabalho de mobilização política entre os salineiros. Diante das

35 Depoimento de Floriano Bezerra de Araújo, em 29 de maio de 2002.

36 Conforme depoimento do Dr. Ivo Ferreira dos Santos, em entrevista citada.

injustiças presenciadas no ambiente de trabalho, por demais diferente daquele a que estava habituado no campo³⁷, resolveu assumir postura de rejeição à passividade. Aprendera, na prática, a lição de que em determinados casos a servidão contém componentes de aquiescência (La Boétie, 1985) e resolveu reagir: “Entendi que [...] poderia ajudar às lideranças operárias [...], tomando uma posição contra as injustiças sociais, diferenças de salários e exploração do patrão [...] contra os trabalhadores de salinas”³⁸ (Informação verbal).

Começava ali a militância que inicialmente fora impulsionada por solidariedade àqueles que partilhavam as mesmas adversidades. Só tempos depois ingressaria no Partido Comunista do Brasil, a convite de Luiz Maranhão Filho, uma das principais lideranças do Partido no estado. Em decorrência dessa militância, por diversas vezes foi preso nas dependências da Cadeia Pública de Macau. Por evidente, em 1964, Bento Ventura esteve entre aqueles detidos considerados como elementos perigosos para a manutenção do secular *status quo* vigente na sociedade brasileira. Contra ele pesara, entre outras acusações, a de distribuir o jornal *Novos Rumos* entre os trabalhadores. Em 1973, foi novamente preso e condenado a dois anos e dois meses de reclusão, sob a acusação de realizar, outra vez, atividade subversiva ao distribuir o jornal *A Voz Operária*³⁹. Pelo visto, ação das mais temidas pelos repressores.

Como é perceptível, a partir do Golpe de 1964, muitos daqueles detidos em Macau eram vinculados direta ou indiretamente ao denominado Sindicato dos Salineiros. O caso de Bento Ventura é exemplar. Quando o Golpe foi deflagrado, ele não era mais operário de salinas. Mas, apesar de trabalhar na área da construção civil, continuava a transitar com desenvoltura entre a massa operária salineira e tinha satisfatória proximidade com a direção do sindicato da categoria (Sousa, 2007). Todavia as detenções também atingiram, evidentemente, outras organizações dos trabalhadores e suas lideranças. Em especial, aquelas entidades comprometidas com a defesa dos interesses de suas respectivas

37 O que não equivale a negar as injustiças existentes no campo. Muito pelo contrário. Ao longo da nossa história, a injustiça tem sido ali uma incômoda realidade. Aludimos aqui às evidentes diferenças existentes entre o trabalho no campo e o trabalho nas salinas.

38 Conforme depoimento prestado por Bento Ventura de Moura, em Natal, no dia 26 de janeiro de 2002.

39 Cf. Ficha no DOPS – RN, Seção de Informações. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/verdade/rn/combatentes/bentoventura/index.htm>. Acesso em: 15 maio 2024.

categoriais profissionais. Em decorrência da polarização política então vigente, conforme observadores do cenário local, somente os sindicatos conduzidos por direções conservadoras e susceptíveis às pressões do patronato não foram diretamente atingidos⁴⁰.

Exemplo da repressão disseminada entre outras categorias profissionais ocorreu com a detenção de Francisco Canindé de Oliveira, mais conhecido entre os trabalhadores do município como Chicão. Marítimo, mestre de barcas, foi secretário do Sindicato dos Práticos Arrais e Mestres de Cabotagem em Transportes Marítimos de Macau, entidade representativa de categoria pouco numerosa em relação à dos salineiros, mas com nível de remuneração consideravelmente superior. Integrante do Conselho Sindical de Macau, quando o Estado Democrático de Direito sucumbiu no Brasil, em 1964, Chicão participou da greve convocada em reação ao Golpe. Pouco depois, com a implantação do regime ditatorial, foi perseguido sob a acusação de promover a subversão entre marítimos nas regiões de Macau e Areia Branca. Por isso, assim como outras lideranças combativas dos trabalhadores da cidade do sal, foi detido, encarcerado e processado⁴¹.

Francisco Xavier da Silva, o Chico Mariano, teve destino semelhante. Sua trajetória no mundo do trabalho local foi marcante. Ainda muito jovem atuou como ajudante de calafate⁴², posteriormente trabalhou em salina e em seguida tornou-se marítimo. Com aguçado espírito de liderança, promoveu reivindicações, liderou greve e conquistou o respeito de seus companheiros de trabalho. Alguns anos depois, fundou, com outros trabalhadores, a Associação dos Práticos Arrais e Mestres de Cabotagem e Transporte Marítimo de Macau. Após cumpridas as exigências burocráticas, o sindicato foi fundado e Chico Mariano assumiu a presidência (Paiva, 1985). Foi na condição de presidente daquela entidade e como integrante do Conselho Sindical de Macau que Chico Mariano foi detido. Pagaria caro por sua militância em defesa dos interesses de sua categoria. A partir de então, logo após a intervenção militar, tornou-se um dos alvos preferenciais no seio do movimento operário-sindical em

40 Conforme observação de Getúlio Teixeira, integrante da Academia Macauense de Letras e Artes, em depoimento de 17 maio 2024.

41 *Idem*.

42 Trabalhador responsável por realizar reparos em avarias nas embarcações.

Macau⁴³. Anos depois, já em liberdade, em 14 de maio de 1968, fundou o Sindicato dos Alvarengueiros (Xavier, 2005), categoria profissional vinculada ao transporte do sal marinho.

Por sua militância política, Joaquim Xavier de Souza, por muitos conhecidos por Joaquim Maurício, foi outro dos alvos prediletos da repressão pós-Golpe. Quando ocorreu a derrubada do governo constitucional do Presidente João Goulart (Rouquié, 1984; Dreifuss, 1987), Joaquim Maurício se encontrava na presidência do Sindicato dos Estivadores de Macau. Mas sua liderança não estava restrita à esfera daquela categoria profissional de expressiva representatividade na sociedade local. Em razão disso, às vésperas do Golpe, foi convidado para assumir a presidência do Comando Estadual dos Trabalhadores, entidade cuja diretoria contava com a participação do macauense Floriano Bezerra de Araújo e que se orientava, no cenário nacional, pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)⁴⁴. À época, organização de natureza intersindical considerada ilegal (Dreifuss, 1987).

Ao assumir a presidência daquela entidade de âmbito estadual⁴⁵, em 23 de fevereiro de 1964, Joaquim Maurício atraiu ainda mais as atenções das forças antidemocráticas que, tanto na esfera nacional, quanto na esfera local, já estavam em avançado processo conspiratório. Nesse sentido, quando destacamentos do Exército sitiaram a cidade, seu destino já estava definido: a cadeia. Quando de sua passagem pelo 16º Regimento de Infantaria, em Natal, um de seus companheiros nas agruras da reclusão o descreveu como verdadeiro líder, bem-humorado, capaz de acalmar o grupo em momentos difíceis, com simplicidade e honradez (Macedo, 2001). Descrição de considerável discrepância com aquelas registradas nas acusações contra ele e os demais detidos, naquela quadra de nossa história.

O sucinto perfil dos perseguidos, indiciados e presos pelo regime de exceção estaria comprometido sem a inserção de Zacarias Francisco Rodrigues. Marítimo, mestre de barcas, naquele contexto, Zacarias estava, aos 62 anos de idade, entre os mais idosos do grupo de detidos

43 Cf. Documentação expedida pela Auditoria do Comando da 7ª Região Militar.

44 Cf. O Relatório Veras, páginas 26 e 27. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/verdade/rn/veras/relatorioveras.html#relatoriomoura>. Acesso em: 20 maio 2024.

45 *Idem*.

aqui elencado. Em Macau, liderava a Delegacia Regional do Sindicato Nacional dos Marinheiros e Moços em Transportes Marítimos, cuja sede localiza-se no Rio de Janeiro. Na avaliação do conterrâneo Hermano Paiva de Oliveira, ex-deputado estadual e atento analista daquela sociedade, o Sindicato dos Marítimos, como era mais conhecido, se constituiu como a mais politizada organização dos trabalhadores⁴⁶ no município que, até então, era o principal produtor de sal marinho do Brasil.

Nas operações necessárias ao transporte do sal no litoral de Macau, o constante intercâmbio dos marítimos locais com trabalhadores oriundos do Sul e Sudeste do país, promovera fecunda circulação de ideias responsáveis pela diferenciada politização dos trabalhadores daquela categoria profissional. Se não tinham o expressivo número de associados existentes na categoria salineira, em contrapartida, desfrutavam de melhores condições sociais, inclusive no acesso às informações (Costa, 1993; Fernandes, 1995).

Quando os rastros do autoritarismo atravessaram o Brasil e chegaram a Macau, a entidade sindical dos marítimos estava sob a liderança de Zacarias Francisco Rodrigues. Em sua atuação política, era das poucas pessoas publicamente reconhecidas como membro atuante do Comitê Regional do PC municipal. Em 1963, já fora preso com outros companheiros, entre eles o também marítimo Raimundo Bernardino de Sena, pelo envolvimento naquele rumoroso protesto (citado anteriormente) que lideraram contra a visita de Lincoln Gordon a Macau, quando foi acusado de distribuir panfletos subversivos atacando os EUA na figura do seu embaixador no Brasil. Novamente preso em 1964, foi acusado de financiar o jornal *Novos Rumos*, de orientação socialista, algo inadmissível para os operadores da estrutura de repressão instalada em todo o território nacional⁴⁷ (Relatório Veras, 1964).

Naquela conjuntura, mais que o triunfo do aparato repressor em Macau, a prisão de todos os citados representava a derrocada de pautas nacionalistas simbolizadas no aniquilamento das Reformas de Base defendidas pelo governo Goulart, no desprezo aos valores democráticos, no descaso com os interesses da classe trabalhadora e

46 Conforme depoimento prestado em 17 de maio de 2024.

47 Cf. documentação disponível em: <https://www.dhnet.org.br/verdade/rn/reprimidos/rnm.htm>. Acesso em: 19 maio 2024.

na desarticulação de suas organizações sindicais. O Quadro 1 sistematiza a relação dos detidos em Macau.

Quadro 1: Detidos em Macau após o Golpe de 1964*		
Nome	Vinculação – entidade	Função/Ocupação
Antônio Félix da Silva	Sindicato dos Salineiros	Operário de salinas (líder de turma)
Bento Ventura de Moura	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil	Mestre de obras da Salina Severo & Irmão (ex-salineiro)
Cândido de Assunção Bezerra	Sindicato dos Salineiros	Prestador de serviços (alistava trabalhadores em Afonso Bezerra, RN)
Evaristo Lopes da Silva	Sindicato dos Salineiros	Diretoria do Sindicato (exerceu vice-presidência)
Floriano Bezerra de Araújo	Sindicato dos Salineiros	Presidência do Sindicato (e Deputado Estadual)
Francisco Canindé de Oliveira (Chicão)	Sindicato dos Mestres-Arrais	Secretário do Sindicato (exerceu presidência)
Francisco Soledade da Silva	Sindicato dos Salineiros	Operário de salinas
Francisco Xavier da Silva (Chico Mariano)	Sindicato dos Mestres-Arrais (Conselho Sindical de Macau)	Presidência do Sindicato
Geraldo França	Sindicato dos Salineiros	Operário de salinas
Ivo Ferreira dos Santos	Sindicato dos Salineiros	Funcionário do Serviço Social do Sindicato (SESTIS)
Joaquim Xavier de Souza (Joaquim Maurício)	Sindicato dos Estivadores (Comando Estadual dos Trabalhadores)	Presidência do Sindicato (e presidência do CET)
João Pereira da Silva (João Recurso)	Sindicato dos Salineiros	Operário de salinas
José Bezerra de Araújo	Sindicato dos Marítimos	Funcionário do *IAPM
José Ribamar dos Santos (Zé de Damiana)	Sindicato dos Salineiros	Operário de salina
José Varela de Alencar	Sindicato dos Salineiros	Prestador de serviços (burocracia contábil)

RASTROS DO AUTORITARISMO
Francisco Carlos Oliveira de Sousa

José Vicente de Oliveira (Zé Vicente)	Sindicato dos Salineiros.	Operário de salinas (líder de turma)
José Xavier Bezerra	Sindicato dos Salineiros	Aposentado (com atuação na categoria)
Júlio Cirilo da Silva	Sindicato dos Salineiros	Operário de salinas
Raimundo Bernardino de Sena	Sindicato dos Marítimos	Diretoria do Sindicato
Raimundo Pereira Fernandes (Damundo)	Sindicato dos Salineiros	Funcionário do Sindicato (motorista)
Venâncio Zacarias de Araújo	Sindicato dos Salineiros	Aposentado (ex-presidente do Sindicato)
Zacarias Francisco Rodrigues	Sindicato dos Marítimos	Presidência do Sindicato

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de informações coletadas no Relatório Veras (1964), em processos e entrevistas.

*Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos.

** Organização por ordem alfabética.

A catalogação dos dados apresentados no Quadro 1, evidencia a estreita relação existente entre os detidos em Macau e suas respectivas entidades sindicais. Em decorrência disso, as intervenções nos sindicatos e a repressão às lideranças tiveram nocivos efeitos sobre as diversas categorias que compunham o movimento operário-sindical, conforme se constata na seguinte declaração de uma antiga liderança dos trabalhadores: “O desmantelamento da organização operária era evidente: a grande maioria dos líderes presos, as bases trabalhadoras sem orientação, a repressão em cima dos operários, os patrões protegidos” (*apud* Paiva, 1985, p. 30-31). No Quadro 2, identificamos visualmente as lideranças detidas naquele contexto histórico caracterizado pela repressão.

Quadro 2: Lideranças sindicais detidas em Macau após o golpe de 1964*		
		
Floriano Bezerra de Araújo	Francisco Canindé de Oliveira (Chicão)	Francisco Xavier da Silva (Chico Mariano)
		
Francisco Zacarias Rodrigues	Joaquim Xavier de Souza (Joaquim Maurício)	Venâncio Zacarias de Araújo

Fonte: Relatório Veras (1964).

*Ordem alfabética.

A partir de abril de 1964, das lideranças identificadas no Quadro 2, apenas Venâncio Zacarias de Araújo não ocupava a presidência do sindicato de sua categoria profissional. Estava formalmente afastado daquela entidade de cuja fundação participara ativamente, mas continuava com grande influência entre os trabalhadores de salinas. A repressão, no entanto, não limitou seus ataques às lideranças sindicais. Também provocou danosas implicações para a base trabalhadora, desorientando-a. Conceção externada na seguinte declaração: “Nós sofremo, meu camarada; nós ficqemo abandonado [...]”⁴⁸ (Informação verbal).

⁴⁸ Luís José de Lima, o Luís Cachimbo, ex-trabalhador de salinas, em entrevista citada.

Essa impressão de abandono não é destituída de fundamento. Arendt (1989, p. 526), em suas reflexões já alertara: uma estratégia dos governos autoritários é gerar o isolamento; esse isolamento, por sua vez, fomenta a impotência ao devastar as possibilidades de os homens agirem em conjunto. Entre nós, essa devastação de natureza política foi complementada com as radicais mudanças ocorridas na esfera tecnológica, aplicadas à exploração e ao transporte do sal, conforme os argumentos elencados a seguir.

Modernização autoritária como estratégia desmobilizadora

A introdução da tecnologia em larga escala no processo de extração e transporte do sal trouxe, além dos problemas sociais, sérios obstáculos às atividades sindicais em Macau. Ao desempregar milhares de trabalhadores, o patronato, pelo manto modernizador do processo produtivo, atingiu os sindicatos que assistiram impotentes à destruição de suas bases. Já previamente desarticulados pela repressão imposta a partir de abril de 1964, os trabalhadores não tiveram forças suficientes para reagir a mais esse ataque desferido contra as suas organizações. Essa concepção encontra respaldo na análise de Manoel Correia de Andrade, para quem “O golpe de 1964 iria animar os empresários devido à grande repressão feita ao movimento sindical; além disto, a política que tentava intensificar a exportação, fazia com que se intensificasse o processo de mecanização e a de fusão de empresas” (Andrade, 2018, p. 96). Ademais, desse processo multifacetado também resultaria a desnacionalização da indústria salineira potiguar.

Da mesma forma, Sabino (1985) enfatiza categoricamente: a ameaça representada pelos sindicatos à hegemonia política local foi fundamental para os industriais do sal agilizarem a mecanização das salinas. Sobre tudo a partir de 1974, com a inauguração do Porto-Ilha de Areia Branca, RN, e a deliberada desmobilização dos trabalhadores em função do desemprego. Tudo isso em sintonia com os ideais de *desenvolvimento com segurança*, definidos pelo regime ditatorial, para quem uma das principais preocupações era “a necessidade de controlar o meio político e social, de modo

a garantir um clima atraente para o investimento multinacional” (Alves, 1984, p. 51). Em síntese, o modelo econômico implantado no Brasil, que defendia abertamente a domesticação dos trabalhadores em benefício do capital internacional, foi posto em prática em Macau.

Reprimidas as suas lideranças, algumas dessas torturadas, como a dos trabalhadores de salinas, atravessando períodos de intervenções e o definhamento das bases pelo desemprego, os sindicatos da cidade eram, no início dos anos 1970, meras caricaturas do que foram até 1964: arremedos de organizações que em nada lembravam o vigor do passado. De fato, a crise desencadeada no seio da classe trabalhadora macauense apresentou entre os desdobramentos de maior visibilidade, a gradual destruição da maioria dos sindicatos de diferentes categorias profissionais relacionadas com a extração e o transporte do sal.

Em seu livro *Tecnologia e desemprego: o caso da região salineira de Macau – RN*, o pesquisador Ademir Araújo da Costa assinala as condições verificadas no início da década de 1990: “Existiam em Macau 10 sindicatos dessas categorias. Atualmente [...] se resumem em dois: o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau e o Sindicato dos Arrumadores” (Costa, 1993, p. 102). O Quadro 3 sintetiza as dez organizações sindicais citadas pelo autor, outrora existentes no município, com informações adicionais coletadas após pesquisa documental e entrevistas com diferentes atores sociais contemporâneos aos fatos históricos investigados nos limites deste trabalho.

Quadro 3: Entidades dos trabalhadores vinculadas à extração e ao transporte do sal em Macau		
Entidades	Localização da sede	Presidência/ representante
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Sal	Rua Café Filho, nº 166. (antiga Rua do Cruzeiro)	Floriano Bezerra de Araújo
Sindicato dos Estivadores	Rua Benjamin Constant, nº 12, Centro	Joaquim Xavier de Souza (Joaquim Maurício)
Sindicato Nacional dos Marinheiros e Moços em Transportes Marítimos (Delegacia Regional em Macau)	Rua Joaquim Honório, 85, Centro	Zacarias Francisco Rodrigues
Sindicato dos Conferentes	Rua São José, 23, Centro	Amon Gonçalves de Melo

RASTROS DO AUTORITARISMO
Francisco Carlos Oliveira de Sousa

*Sindicato dos Alvarengueiros	Rua Augusto Severo, Centro (antiga Rua da Frente)	Francisco Xavier da Silva (Chico Mariano) João Morais
Sindicato dos Práticos Arrais e Mestres de Cabotagem em Transportes Marítimos	Praça Nossa Senhora da Conceição, s/n, Centro	Francisco Xavier da Silva (Chico Mariano)
Associação dos Arrumadores	Rua São Vicente, s/n, Porto de São Pedro	**Luiz Pedro de Lima
Sindicato dos Motoristas Navais	Praça Nossa Senhora da Conceição, s/n, Centro	Francisco Melo (Chico Lalau)
Sindicato Nacional dos Carpinteiros Navais (Seção de Macau)	Não identificada	Não identificado
Sindicato dos Calafates	Não identificada	Não identificado

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de informações coletadas por Costa (1993) e entrevistadas realizadas em maio de 2024 com Getúlio Teixeira, José Gomes de Souza, Raimundo Fernandes (Damundinho) e Hailton Marques de Araújo.

*Fundado em 14 de maio de 1968, por Francisco Xavier da Silva, o Chico Mariano quando, no pós-64, essa liderança sindical já estava em liberdade (Xavier, 2005).

** Poucos dias após o Golpe, em abril de 1964, foi apresentado pelo Capitão Bruno Vilaça, na Capitania dos Portos, em Macau, como representante daquela categoria profissional (Araújo, 2009).

Dessa relação de sindicatos exposta no Quadro 3, os remanescentes ficaram em situação de penúria⁴⁹ e sem as mínimas condições de exercerem funções reivindicatórias, típicas das entidades representativas dos trabalhadores. Além disso, a decadência ocorrida com a repressão pós-1964 e a mecanização implantada em diferentes setores da cadeia produtiva provocaram outra complexa situação: o desaparecimento de várias categorias profissionais e suas respectivas organizações sindicais. Ademais, fragilizaram a história e a memória na sociedade macauense sobre a temática e o recorte temporal aqui estudado.

Com a crise instalada, a drástica redução das contribuições sindicais resultou no acúmulo de dívidas do Sindicato dos Trabalhadores na Extração do Sal, cuja Carta Sindical, como já citada, foi conquistada em 11 de novembro de 1948 (Sousa, 2007). Posteriormente, a outrora imponente sede do Sindicato dos Salineiros, localizada na antiga Rua do Cruzeiro, foi confiscada pelo Ministério da Previdência (Fraga; Fraga; Feitosa, 2017). O golpe de misericórdia viria em 1993, quando foi demolida e em seu lugar

49 Conforme depoimento do ex-Promotor da Comarca de Macau, Dr. Laércio Medeiros Bezerra, em entrevista citada.

de origem foi erguida a sede do Instituto Nacional do Seguro Social no município (Araújo, 2009). Com ela, ruiu a utopia salineira na busca pelo efetivo exercício da cidadania (Sousa, 2007).

A antiga sede do Sindicato dos Estivadores (fundado em 12 de fevereiro de 1944), que inicialmente funcionara na Rua Benjamin Constant, nas imediações do antigo Mercado do Peixe, foi desativada em meados da década de 1960, quando da transferência para o moderno prédio situado próximo aos Correios e Telégrafos de Macau (Xavier, 2005). Tempos depois, com a decadência provocada pelo desemprego em larga escala, a categoria definhou, o edifício erguido como símbolo da pujança adquirida no passado foi desativado e, nele, durante determinado período, funcionou um hotel.

A sede do Sindicato dos Conferentes, por sua vez, categoria cuja presidência era exercida por Amon Gonçalves de Melo, apoiador do Golpe Civil-militar, localizava-se na Rua São José, no trecho próximo à Praça Nossa Senhora da Conceição. Contudo, a conivência de sua liderança com os responsáveis pela derrubada da legalidade constitucional, não livrou a categoria da debacle. Assim como as demais elencadas, praticamente sumiu da sociedade macauense e sua antiga sede teve diferentes utilizações, sendo atualmente (2024) ocupada por repartição pública municipal.

A sede da Delegacia Regional dos Marítimos, de localização privilegiada no centro da cidade, durante décadas na esquina da Rua Joaquim Honório com a Rua Benjamin Constant, nas cercanias do antigo Mercado Municipal, resistiu ao longo de considerável período. Mas, com o agravamento da crise, a categoria definhou. Por fim, os raros representantes dos marítimos sucumbiram às pressões do mercado imobiliário e na contemporaneidade o simulacro de sindicato instalou-se em minúscula sala do que restou da antiga sede, subdividida em vários cômodos comerciais⁵⁰.

Outra categoria de trabalhadores extinta, a dos Alvarengueiros, organizada formalmente em 1968, já sob as amarras do governo ditatorial e após o declínio das atividades profissionais, outrora a cargo dos Barceiros, cuja entidade fora fundada ainda em 1º de julho 1933, conforme Xavier (2005), tinha sua sede sindical na Rua Augusto Severo, praticamente em

50 Conforme depoimento de Raimundo Fernandes Pereira Filho (Damundinho), em entrevista, no dia 15 de maio de 2024.

frente ao Grupo Escolar Duque de Caxias. Naquele contexto, caracterizado pela repressão e o impacto da crescente mecanização da cadeia produtiva e de transporte do sal, o Sindicato dos Alvarengueiros não ficaria incólume. Em especial a partir de 1974, quando da inauguração do Porto-Ilha de Areia Branca, cujo impacto sobre a economia macauense foi devastador (Costa, 1993). De maneira que a sede da entidade, símbolo material da categoria, teve vida efêmera e sumiu do panorama urbano local.

A edificação antigamente situada na esquina da Rua Martins Ferreira, na qual coexistiram o Cine-Teatro Éden e o antigo Bar Rochedo (Dantas, 1998), também foi demolida. Ali funcionaram, em salas próximas situadas no primeiro andar, as sedes do Sindicato dos Motoristas Navais e do Sindicato dos Práticos Arrais e Mestres de Cabotagem em Transportes Marítimos, organizado em 29 de abril de 1959 e reconhecido em 17 de junho de 1960 (Xavier, 2005), cujo acesso às suas sedes ocorria pela rua lateral à igreja matriz⁵¹. Atualmente, pouquíssimos macauenses sequer sabem que essas entidades existiram, como constatado em entrevistas realizadas durante a pesquisa.

Em relação às sedes de entidades com menor influência em Macau, a exemplo da Associação dos Arrumadores, a escassez de informações é ainda maior ao ocorrido com as entidades de maior porte ou peso político na cidade. Sobre essa categoria profissional, as raras informações obtidas indicam que a localização de sua antiga sede seria na Rua São Vicente, s/n, no bairro Porto de São Pedro⁵². Questões burocráticas, legais, ou ausência de arquivos devidamente organizados, são recorrentes nesses casos e dificultam sobremaneira o acesso a informações precisas. Durante a pesquisa, por exemplo, a gestão do Sindicato dos Arrumadores do Estado do Rio Grande do Norte desconhecia a existência de organização formal dessa categoria em Macau⁵³. O fato é que já existiu e colapsou, em decorrência dos eventos históricos aqui analisados.

Dificuldades semelhantes também encontramos em relação às organizações sindicais criadas pelos Carpinteiros Navais e os Calafates.

51 Conforme depoimento de Getúlio Teixeira, membro da Academia Macauense de Letras e Artes, em 17 de maio de 2024.

52 *Idem*.

53 Conforme depoimento de Romilton Batista Luciano, presidente do Sindicato dos Arrumadores do Estado do Rio Grande do Norte, em 15 de maio de 2024.

Sobre a organização específica dos Carpinteiros Navais, temos a comprovada existência da categoria em Macau, conforme a matrícula nº 518, registrada na carteira de associado do Sr. José Raimundo de Albuquerque, exímio construtor de barcas no município. Assim como a entidade dos marítimos, o Sindicato dos Carpinteiros era de abrangência nacional. Daí supõe-se a existência de uma seção daquela organização sindical em Macau, haja vista que o citado associado, conforme depoimento de seu filho, jamais esteve na sede situada no Rio de Janeiro⁵⁴. Se a falta de mais informações não invalida a sua pretérita existência, é indiscutível que os avanços tecnológicos provocaram a substituição das antigas barcas pelas alvarengas (Costa, 1993). Com essa alteração, a categoria dos carpinteiros navais perdeu relevância, minguou e posteriormente sucumbiu, junto com a sede do sindicato.

Situação análoga aconteceu com a categoria dos Calafates, profissionais atrelados à construção naval cuja atuação nos estaleiros era fundamental na prevenção e restauração de avarias nos barcos. Quando em Macau proliferavam as barcas de madeira, nas quais se transportavam o sal para os navios ancorados no Lamarão⁵⁵, esse grupo de profissionais se tornou indispensável e organizou a entidade sindical da qual, atualmente, se tem raras informações (Costa, 1993). Como em espécie de amnésia coletiva, milhares de munícipes não têm recordação de onde funcionou a sede do Sindicato dos Calafates. Não obstante, ela existiu e, assim como as demais citadas, seu desaparecimento do cenário urbano de Macau não é plausível sem se considerar os impactos decorrentes do Golpe de 1964.

Em síntese, todas as instituições sindicais elencadas têm, sob a égide da Ditadura Militar, algo em comum: foram vítimas das mudanças provocadas pela modernização autoritária no âmbito da produção e do transporte do sal. Ao desaparecerem, reforçaram a expressão popular segundo a qual “Macau é a terra do já teve” (*apud* Barros, 2001, p. 18). O aforismo é lamentável, mas, pelo visto, encontra equivalência na frágil preservação da memória coletiva na cidade como, por exemplo, a negligência verificada com o patrimônio arquitetônico (Dantas, 1998). Como nos ensina Halbwachs (1990, p. 143),

54 Conforme depoimento de seu filho, José Saddock de Albuquerque, em 17 de maio de 2024.

55 Ancoradouro situado no litoral de Macau, no qual atracavam navios oriundos de diversas regiões do Brasil.

“Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial [...] e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca”. Dessa forma, a elaboração do Quadro 3, como mencionado, tem o propósito de sistematizar informações para gerações vindouras e futuras pesquisas que preencham as lacunas ainda persistentes.

Considerações finais

Diferente da tradição consagrada na historiografia nacional, os impactos do Golpe Civil-militar ocorrido no Brasil não se limitaram, evidentemente, aos grandes centros urbanos do país. Se essa afirmação encontra respaldo inquestionável em nossa História, o mesmo não se pode afirmar em relação à nossa produção historiográfica. De modo que, trabalhos com foco na história local se revelam necessários.

Da mesma forma, a análise da História local não adquire inteligibilidade sem considerarmos o cenário macro. Afinal, foi no panorama geopolítico caracterizado pela bipolarização da Guerra Fria, do pós-Segunda Guerra Mundial, que o anticomunismo concebido naquele contexto se propagou no Brasil e, inclusive, em Macau. Ao ingressar em nosso território como parte do arsenal ideológico disseminado pela Escola Superior de Guerra, sob o manto da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, essa concepção selecionou os inimigos internos a serem abatidos. Entre esses, lideranças do movimento operário e sindical. Naquele contexto de transição das décadas de 1950-1960, vivíamos sob período de expressivo alargamento do Espaço Público no qual esses atores sociais indesejáveis conquistaram projeção e foram vistos como perigosos para a manutenção do secular *status quo* vigente no país.

Em Macau, como observado, não seria muito diferente daquilo que se verificou nos grandes centros do Sul-Sudeste do Brasil. Quando o Golpe de 1964 eclodiu e aniquilou o Estado Democrático de Direito, todas as lideranças combativas dos trabalhadores, estimuladas por diferentes concepções políticas então vigentes, foram detidas e, algumas dessas, submetidas a torturas físicas e psicológicas. Mas não só lideranças

políticas. Cidadãos comuns, anônimos, também foram perseguidos sob a paranoia ideológica instalada.

Paralelo à perseguição política às lideranças, da qual só escapou o heterogêneo grupo composto por vítimas da desinformação, da alienação, conformistas e coniventes, o processo de modernização autoritária da produção e transporte do sal em Macau foi utilizado como estratégia de desmobilização da massa trabalhadora. O desemprego provocado pela mecanização das salinas e sobretudo pela inauguração do Porto-Ilha, em 1974, foi o ápice desse processo. Do exposto fica evidente que os impactos deletérios desencadeados pelo regime instaurado em 1964 não se limitaram à esfera política. Os rastros do autoritarismo são indelévels e não deixam dúvidas. Na cidade do sal, ao pisotear pessoas e entidades, adentraram à esfera econômica e à modernização de natureza tecnológica.

Por conseguinte, da trama histórica analisada decorreu a gradual extinção de diversas categorias profissionais e o respectivo desaparecimento (físico e legal) de suas organizações sindicais. Ademais, ao varrer-las do cenário urbano, o autoritarismo pós-1964 provocou efeitos colaterais como a fragilização da memória coletiva no município. De modo que, se trabalhos como este minimizarem os efeitos deletérios perpetrados por uma historiografia que secundariza a História local como referencial teórico-metodológico, daremos como relativamente cumprida a nossa tarefa.

Referências

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de; SORJ, Bernardo (org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ANDRADE, Manoel Correia de. O território do sal: a exploração do sal marinho e a produção do espaço geográfico do Rio Grande do Norte. **Revista GeoInterações**, Assú, v. 2, n. 2, p. 71-104, jul./dez. 2018.

ARAÚJO, Floriano Bezerra de. **Minhas tamataranas**: linhas amarelas; memórias. Natal: Sebo Vermelho, 2009.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. São Paulo: Forense Universitária, 1995.

BARROS, Benito. **Macauísmos**: lugares e falares macauenses. Macau: ICEC, 2001.

CÂNDIDO FILHO, José. **O movimento operário**: o sindicato, o partido. Petrópolis: Vozes, 1982.

CAPISTRANO, Luciano Fábio Dantas. **O golpe militar no Rio Grande do Norte e os norte-rio-grandenses mortos e desaparecidos**: 1969-1973. Natal: Sebo Vermelho, 2010.

CAVALCANTI, Erinaldo. História e história local: desafios, limites e possibilidades. **Revista História Hoje**, v. 7, n. 13, p. 272-292, 2018. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/393/271>. Acesso em: 21 maio 2024.

COSTA, Ademir Araújo da. **Tecnologia e desemprego**: o caso da região salineira de Macau-RN. Natal: UFRN, 1993.

COSTA, Homero de Oliveira. O partido comunista no Rio Grande do Norte: 1945-1964. **Caderno de História**, Natal, CCHLA, EDUFRN, v. 3, n. 1, p. 51-81, jan./jun. 1996.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FERNANDES, Geraldo Margela. **O sal: uma economia em questão**. Natal: UFRN, 1995.

FRAGA, João Maria; FRAGA, Maria da Conceição; FEITOSA, Fábio Pereira. **Tecedores de sonhos ao luar**. Natal: 8 Editora, 2017.

GALVÃO, Mailde Pinto. **1964: aconteceu em abril**. Natal: Clima, 1994.

GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão**. São Paulo: Cortez, 1989.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LA BOÉTIE, Etienne. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Elogio da Filosofia).

MACEDO, Ubirajara. **... e lá fora se falava em liberdade**. Natal: Sebo Vermelho, 2001.

MANDADO DE CITAÇÃO, solicitado pelo Dr. João Cavalcanti de Melo Azevedo, Auditor da 7ª Região Militar, sediada em Recife – PE. Disponível em: <https://dhnet.org.br/verdade/rn/combatentes/florianobezerra/bnm/index.htm>. Acesso em: 31 maio 2024.

MEDEIROS, Ivoncísio Meira de. **O Partido Comunista do Brasil e as eleições no Rio Grande do Norte: 1945 e 1947.** Natal: [s.n.], 1984.

NOGUEIRA, N. A. S.; SILVA, L. N. Os desafios para a construção de uma história local – o caso de Leopoldina, Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Polyphonia**, [S.L.], v. 21, n. 1 p. 242, nov. 2011.

PAIVA, Marlúcia. Chico Mariano: calafate, alvarengueiro... boêmio. *In: Notas sobre a região de Macau.* Natal: UFRN / PRAEU / CRESM. 1985. p. 26-33. (Projeto Camundá; Coleção Textos Acadêmicos).

PENHA FILHO, Pe. João. **25 anos depois:** Macau: [s.n.], 1983.

RELATÓRIO VERAS. A) Setor Sindical. p. 24-33. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/verdade/rn/veras/relatorioveras.html#relatoriomoura>. Acesso em: 05 maio 2024.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. *In: FAUSTO, Boris (dir.). História geral da civilização brasileira.* São Paulo: DIFEL, 1981.

ROUQUIÉ, Alan. **O Estado militar na América Latina.** São Paulo: Alfa-Omega, 1984. (Biblioteca Alfa-Omega de Cultura Universal. Série 1, 16. Coleção Esta América).

SOUZA MARTINS, Maria Helena de. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1979.

XAVIER, Getúlio Moura. **Um Rio Grande e Macau:** cronologia da história geral. Macau: ICEC, 2005.

PARTE II

LEGISLAÇÃO E HISTÓRIA NO RN: O ATO INSTITUCIONAL Nº 1, O DECRETO Nº 477 E A LEI DA ANISTIA

Fonte histórica é tudo aquilo que
– por ter sido produzido pelos seres humanos
ou por trazer vestígios de suas ações e interferências
– pode nos proporcionar um acervo significativo
à compreensão do passado humano, seus desdobramentos
no presente. As fontes históricas são as marcas da História.

José D'Assunção

LEGITIMIDADE AD HOC

a institucionalização do regime ditatorial brasileiro e seus ecos no RN

Helensandra Lima da Costa Nobre¹

*A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar
e se apressa pela sua institucionalização a limitar
os plenos poderes de que efetivamente dispõe [...].*

*Só a esta cabe ditar as normas e os processos
de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes
ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício
do Poder no exclusivo interesse do País [...].*

Mensagem à Nação – Preâmbulo do Ato Institucional nº 1.

Histórico

Em março de 1964, instaurou-se no Brasil a Ditadura Militar. Foram duas décadas de governo repressivo, caracterizado por perseguição política, prisões, torturas e assassinatos daqueles que se opunham ao regime. Uma década depois, em 1974, o general Ernesto Geisel assumiu a Presidência da República, com a promessa de retorno do país à democracia de forma “lenta, gradativa e segura”².

Os anos que precederam o Golpe Civil-militar de 1964 foram marcados, essencialmente, pelo argumento de contraposição “democracia” versus “comunismo” e de “guerra” contra os riscos que supostamente corroía o regime democrático diante da “ameaça comunista” (Motta, 2000), visto que o presidente deposto, João Goulart, encetava uma agenda política, desde o início de seu governo, em 1961, na

¹ Mestre em História pela UFRN, Professora da Educação Básica da Rede Pública Estadual de Ensino do Rio Grande do Norte e advogada.

² Essa expressão foi utilizada por Geisel, em agosto de 1974, para determinar os moldes da transição política pela qual o país passaria (Reis Filho, 2014, p. 99).

direção da democratização da propriedade, apresentação do programa das Reformas de Base, que englobava reforma agrária, reforma urbana, reforma do estatuto do capital estrangeiro e reforma universitária (Reis Filho, 2014, p. 33). Essas ações fomentaram intenso debate na sociedade do período, enfrentando resistência expressiva de um “ambiente político profundamente conservador e excludente, marcado pela tradição liberal-oligárquica e pelo autoritarismo pragmático, ambos elitistas e avessos à participação das massas na política” (Napolitano, 2014, p. 18).

No final de 1963, o discurso antigovernista e antirreformista ganhou cada vez mais força, somando-se ao discurso anticomunista³, que cresceu nesse período e serviu como argumento político para justificar o golpe que se realizaria.

A “ameaça comunista” foi argumento político decisivo para justificar os respectivos golpes políticos, bem como para convencer a sociedade (ao menos parte dela) da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda” (Motta, 2000, p. 7). Conforme se pode observar, o contexto social e político de implantação do regime ditatorial brasileiro encontrava-se polarizado e inscrito numa conjuntura de relações de força e jogo de poder.

Nesse cenário, militares e juristas ligados ao regime elaboraram um sistema normativo *ad hoc*⁴ (para uma finalidade) que trazia previsibilidade e, por consequência, aparente legitimidade jurídica às ações repressivas. Ao longo dos anos de governo, especialmente durante a primeira década do regime, os militares elaboraram “um engenhoso aparato jurídico [...] cujo fim pretendido era garantir ‘a legalidade do Estado de Exceção’ [...]” (Richter; Farias, 2019, p. 388), constituindo-se e organizando-se “espaços de legalidade”⁵, fundados no uso estratégico

3 Na história política brasileira, o anticomunismo teve papel de destaque. “No período imediatamente posterior à Revolução de 1917 e no decorrer da década de 1920, as manifestações contra o comunismo já começaram a aparecer na imprensa, e o assunto entrou para o rol de preocupações dos grupos privilegiados. [...] Porém, foi a ‘Intentona Comunista’, em novembro de 1935, a maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil. [...] No que se refere às fases de anticomunismo agudo, três momentos se destacam: primeiro, o período entre 1935-37, [...]; depois, o início da Guerra Fria, principalmente nos anos de 1946 a 1950, [...]; por fim, a crise de 1964, que levou ao golpe militar” (Motta, 2000, p. 6, 7).

4 Termo em latim que significa “para isso” ou “para esta finalidade”. De acordo com o Glossário de termos jurídicos do Ministério Público Federal, a expressão *ad hoc* significa “para isso”. “Diz-se de pessoa ou coisa preparada para determinada missão ou circunstância”. In: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Glossário de termos jurídicos**. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/es/sala-de-imprensa/glossario-de-termos-juridicos>. Acesso em: 28 dez. 2022.

5 Chamamos de “espaço de legalidade” os espaços que Michel Foucault nomeou de “práticas jurídicas/judiciárias”, que são formas de saber dotadas de subjetividade, produzidas em nossa sociedade e que, ao longo da história, se modificam. Através das “práticas jurídicas”, nossa sociedade arbitra responsabilidades, regras e sanções (Foucault, 2002, p. 11). Desse modo, o termo “espaço de legalidade”, não é tratado aqui

das normas jurídicas e de medidas administrativas, dando ao regime aparência de Estado de Direito.

Os diversos instrumentos normativos elaborados nesse período, mais do que simples registros da atuação repressiva dos militares, revelam como as instituições de poder vigentes atuavam – muitas vezes, de forma legalizada, pois as normas que legitimavam as ações do Estado de Exceção muitas vezes se encontravam positivadas – em nome do banimento de potenciais “ameaças” à democracia brasileira⁶.

Examinando o contexto da institucionalização do regime ditatorial brasileiro, podemos constatar que, mediante atos jurídicos diversos, os militares buscaram validar o comando político-militar do país. Esses instrumentos normativos davam aos militares amplos poderes, sendo possível cassar mandatos, suspender direitos políticos, instituir eleições indiretas para presidente, reduzir as atribuições do Congresso Nacional e intervir em estados e municípios. Através dessas práticas, os militares adequaram as leis aos seus interesses políticos, formalizando ritos e legalizando árbitrios, manipulando a ordem normativa do Direito brasileiro, por intermédio da positivação da censura, da repressão e de julgamentos tendenciosos (Richter; Farias, 2019, p. 387), promovendo silenciamento e desmemória⁷.

Isso é claramente evidenciado no texto de abertura deste capítulo. O fragmento foi retirado do preâmbulo do Ato Institucional nº 1 – primeiro ato jurídico-normativo do governo militar – e denota a disputa pelo poder e a preocupação dos líderes do regime instaurado com a aparência de licitude do novo governo, uma vez que diversos temas – tais como o processo de escolha do novo presidente e a aplicação de punições aos opositores, por exemplo – ainda precisavam ser definidos.

como sinônimo nem se refere à licitude ou ilicitude de normas jurídicas. Refere-se, especificamente, às leis corporificadas. O termo remete à previsão de uma situação ou ação em uma determinada lei ou conjunto de leis e/ou demais normas positivadas, cuja finalidade era a busca por legitimação, na tentativa de dar ares de legalidade às ações repressivas do Regime Militar.

6 “A oposição entre ‘comunismo’ e ‘democracia’ foi [...] elemento marcante no conjunto das representações do período. Inúmeros grupos anticomunistas se denominaram democratas e se declararam defensores da democracia, bem como propuseram reformas democráticas em lugar das reformas ‘comunistas’ atribuídas ao governo Goulart” (Motta, 2000, p. 306).

7 A “desmemória”, segundo Padrós (2004, p. 1), é “produto da não informação sobre responsabilidades e crimes cometidos na lógica do terror de Estado”. Esse fenômeno está totalmente relacionado com o que Peter Burke (2000, p. 86) chamou de “obliteração oficial de memórias”. No jogo de interesse da coesão social, excluem-se memórias em conflito, tornando inviável seu esquecimento, pois, é impossível esquecer o desconhecido e só é viável apagar aquilo que um dia foi lembrança (Padrós, 2004).

Grupos de militares mais radicais não desejavam submeter tais questões e regulamentos ao Congresso Nacional, pois temiam o tempo que isso levaria, além de possíveis vetos por parte das casas legislativas.

Desse modo, para solucionar essa questão, foi regulamentado o Ato Institucional que, segundo seu texto introdutório, não possuía a pretensão de “radicalizar o processo revolucionário”, limitando-se apenas a modificar a Constituição Federal de 1946 no trecho relativo aos poderes do Presidente da República. Por intermédio dessa estratégia, os militares consolidavam a ideia de que “a ‘revolução’ seria a fonte legítima do poder”, ratificando-se por si mesma (Fico, 2014, p. 80).

O “ato sem número” (Fico, 2014, p. 80), que posteriormente ficaria conhecido como Ato Institucional nº 1 (AI-1), após a edição de outras medidas jurídico-administrativas de mesma natureza, causaria ecos em todo o país, “destruindo todo o poder político-civil, reprimindo dirigentes sindicais, operários ou camponeses, líderes estudantis’ e os movimentos sociais, além de ‘todo e qualquer cidadão brasileiro que se tornasse contrário ao sistema instituído’” (Donnici, 1984, p. 74 *apud* Leite, 2016, p. 62).

No contexto do Rio Grande do Norte, como veremos adiante, os impactos dos instrumentos jurídico-normativos do governo ditatorial foram igualmente significativos, refletindo a repressão e o controle exercidos pelos militares em nível nacional.

Do Ato ao Regime: a institucionalização do Golpe Civil-militar no Rio Grande do Norte

No momento da instauração do regime ditatorial no país, o estado do Rio Grande do Norte era governado por Aluizio Alves, eleito em 1960, após derrotar seu adversário político, Djalma Marinho.

Segundo Capistrano (2010), os anos que antecederam o Golpe Civil-militar no Rio Grande do Norte foram marcados pela eferescência política e cultural, com ampla participação popular nas atividades sociais.

Aluizio Alves foi eleito governador do estado com apoio dos mais diversos grupos políticos – “comunistas, esquerdistas e até de integralistas” (Leite, 2016, p. 32) – tendo sua campanha contado com a

participação de trabalhadores, intelectuais e estudantes (Capistrano, 2010, p. 51). No entanto, após ser eleito, Aluizio Alves descartou o apoio de integrantes progressistas da sociedade potiguar que contribuíram significativamente para sua vitória nas urnas.

A partir da efetivação do Golpe Civil-militar no país, em 31 de março de 1964, o Rio Grande do Norte passou, contiguamente, a experienciar dias de forte repressão política, perseguições e prisões, uma vez que Aluizio Alves foi um dos primeiros líderes políticos estaduais a aderir ao golpe. Segundo Leite (2016), não há registro histórico de outro governador que tenha, tão rapidamente, editado medidas normativas a fim de perseguir aqueles que eram considerados “subversivos”.

A rápida adesão do Rio Grande do Norte ao novo regime instituído em março de 1964 é um fato notável. Apenas dois dias após o golpe, em 2 de abril de 1964, o jornal *Tribuna do Norte*, de propriedade de Aluizio Alves, publicou uma nota declarando apoio ao movimento golpista. A matéria alegava que o principal interesse do governo era proteger a democracia no estado (Pereira, 2004).

Assim como ocorreu na gestão federal, o governador Aluizio Alves também procurou estabelecer, no estado do Rio Grande do Norte, espaços de legalidade para o novo regime instituído. A administração estadual esforçou-se para conferir um caráter jurídico-normativo às suas ações repressoras, constituindo mecanismos que consolidavam e legitimavam o Estado de Exceção.

Além de instrumentos jurídicos, a imprensa local também amparava e reforçava esse discurso de legitimidade. Segundo Leite (2016, p. 48, 67), o jornal *Tribuna do Norte*, fundado por Aluizio Alves, “manteve um alinhamento político com o regime militar”, assumindo uma postura de “publicidade da repressão”. Ainda segundo o autor (2016):

Consumado o golpe de Estado, a Tribuna começou a confeccionar as notícias sobre as primeiras prisões políticas em Natal. Em uma matéria de última página, o impresso publicava para o leitor: “Novas prisões foram efetuadas pelo Comando Militar de Natal, dentro das medidas ligadas à segurança pública, ao que se informa por instrução do Comando do IV Exército” (NOVAS..., 3 abr. 1964, p. 8)⁸.

8 LEITE, Arlan Eloí. *O jornal Tribuna do Norte e o golpe militar de 1964: a publicidade da “subversão” potiguar*. Natal, RN: EDUFRRN, 2016. p. 66.

Além da *Tribuna do Norte*, outros impressos locais também reforçavam a ideia de legitimidade do governo militar e de suas medidas jurídicas outorgadas, e do necessário combate à “ameaça comunista”. É o que podemos observar na notícia veiculada no jornal *Diário de Natal*, de 18 de abril de 1964:

RECUPERAÇÃO NACIONAL

O Brasil, consolidada a sua revolução democrática, vai começar a trabalhar. E muito terá que fazer para consertar os desmandos, recolocando tudo nos seus lugares certos, dando mais confiança ao povo nos seus destinos. [...]

A reestruturação brasileira é imperiosa. O sistema que o sr. João Goulart permitiu fosse implantado, *ditado por instituições ilegais e por isso subversivas*, para que não deixe outros males ao país, tem que ser *extirpado definitivamente*. E isso se conseguirá com um reexame da estrutura administrativa, da estrutura política, da estrutura social. [...]

Não houve atentado a Constituição. O próprio Ato Institucional se processou dentro dos mais rígidos princípios do direito constitucional, ser qualquer ler são à Carta Magna. E imperiosa a sua adoção para que a revolução democrática não passasse apenas de um movimento. Ela teria que se impor, evidentemente, para a sua afirmação num próprio respeito ao povo e a sua inspiração⁹.

Esses esforços coordenados entre o governo estadual e a imprensa local foram fundamentais para a institucionalização e legitimação do regime autoritário em terras potiguaras, criando espaços de legalidade que ocultavam as violações de Direitos Humanos e a supressão das liberdades civis.

Tratando da busca por legitimação por parte de poderes instituídos, Baczko (1999) afirma que instituições políticas participam de um universo que constitui seu quadro de funcionamento, inventando sua legitimidade, se apoderando, desse modo, do controle dos meios produtores de novos valores na ordem social estabelecida. Para o referido autor (1999, p. 28), “o poder tem de se impor não só como poderoso, mas também como legítimo”.

9 DIÁRIO DE NATAL. **Recuperação Nacional**. Edição 7162, 18 de abril de 1964 (grifo nosso). Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pesq=%22recupera%C3%A7%C3%A3o%20nacional%22&pasta=ano%201964&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=15274. Acesso em: 29 maio 2024.

Com objetivo de atender os interesses de legitimação dos então detentores do poder político estatal, era necessário se assenhoar de um aparato jurídico que recepcionasse a exceção e as ações dela resultantes, em nome da eliminação de supostas ameaças ao país e suas instituições sociais e políticas. Tais ações são dotadas de total sentido, pois, de acordo com Arendt (1994, p. 40), “jamais existiu um governo exclusivamente baseado nos meios de violência. Mesmo o mandante totalitário, cujo maior instrumento de domínio é a tortura, precisa de uma base de poder”.

Obedecendo essa lógica, antes mesmo da regulamentação do Ato Institucional no âmbito federal, Aluizio Alves publicou, em 24 de abril de 1964, o Decreto nº 4.224, de 20 de abril de 1964, que instituía uma comissão para apuração dos atos e das atividades dos servidores públicos estaduais, ou municipais, civis ou militares, envolvidos em atividades consideradas “subversivas e antinacionais”¹⁰. Assim, o Ato que demarcava o começo da autointitulada “revolução” no estado do Rio Grande do Norte, estava instituído.

A partir da regulamentação do Ato Institucional nº 1, perpetrada por Aluizio Alves, a gestão estadual constitui os primeiros “mecanismos de consolidação do Estado de Exceção no Rio Grande do Norte” (Leite, 2016, p. 40). A edição de atos normativos dessa natureza cumpria, dentro do novo sistema político, o papel de reforço legal do Poder Executivo, além de dar amparo jurídico às ações do governo, permitindo previsibilidade no exercício do poder, consolidando um processo de “normatização autoritária” e de despersonalização do poder, garantindo que o regime não perdesse seu caráter propriamente militar (Napolitano, 2014, p. 91).

Assim como no caso nacional, no âmbito do estado do Rio Grande do Norte, a constituição de um arcabouço normativo autenticador das ações dos militares contribui não apenas para o beneplácito do governo instituído em 1964, mas também para alicerçar no estado a formação de espaços de legalidade que viabilizaram a aplicação de uma justiça¹¹ que validou a exceção, sem fazer, por conseguinte, o regime perder suas feições de Estado de Direito, garantido aos militares e aos governos a eles alinhados controle sobre as principais instituições locais.

10 RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 4.224, de 20 de abril de 1964. Institui órgão para apuração dos atos e atividades dos servidores civis ou militares e estabelece o respectivo processo. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, 24 abr. 1964.

11 Chamamos de “justiça” o “valor constituído por uma norma jurídica que serve como esquema de interpretação de conduta: é justa a conduta que corresponde a essa norma, e será injusta a que a contrariar” (Leite, 2023).

Figura 1 – Diário Oficial do Estado, 1964



Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte.

A partir da edição do Decreto nº 4.224, de 20 de abril de 1964, o governador Aluizio Alves nomeou, de acordo com o art. 1º do ato sobredito, uma comissão cujo objetivo era apurar, a extensão do movimento considerado subversivo no estado. As ações dessa comissão foram encabeçadas por José Domingos da Silva e Carlos Moura de Moraes Veras, policiais pernambucanos trazidos para o Rio Grande do Norte, para conduzir as determinações estabelecidas pelo decreto estadual.

De acordo com o texto do relatório produzido ao fim das apurações oriundas do Decreto nº 4.224/1964, os trabalhos dos agentes designados para as funções investigativas, foram divididos em dois

grupos: as atividades consideradas “subversivas” praticadas na capital potiguar e no interior, no setor sindical, no setor estudantil, intelectual e na Prefeitura Municipal do Natal, ficaram a cargo do Delegado Carlos Veras; já as atividades “subversivas” no campo, foram inquiridas por Domingos da Silva.

O Relatório Veras, como ficou conhecido o documento resultante dessa averiguação, subsidiou o Inquérito Policial da 7ª Auditoria Militar do IV Exército. Esse relatório representou o início e um dos principais meios para a institucionalização e “legitimação” das operações do governo ditatorial no Rio Grande do Norte. Ao todo, após cinco meses de investigações, 42 pessoas foram indiciadas, sendo a metade delas estudantes ou servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Em 27 e 28 de setembro de 1964, os jornais *Diário de Natal* e *O Poti* publicaram a íntegra do relatório. A matéria deste último noticiava:

Fazendo uma análise objetiva do que apurou, nas investigações realizadas, no Rio Grande do Norte, durante 150 dias, o bel. Carlos Veras apresentou ao Governador Aluizio Alves, há poucos dias, o relatório das sindicâncias que lhe coube realizar, envolvendo atividades subversivas nos Sindicatos, nos meios estudantis, no campo intelectual e, ainda, na Prefeitura Municipal de Natal.

Várias dezenas de pessoas foram indiciadas, ao final, como responsáveis por atividades relacionadas com o desenvolvimento do processo subversivo no Rio Grande do Norte.

Num documento de mais de cem laudas datilografadas, o competente policial fez análise da participação de cada um desses elementos, na subversão, em marcha, dando uma clara visão de como andavam as coisas, em nosso Estado, quando sobreveio o movimento de primeiro de abril, que salvou as instituições democráticas do país¹².

12 O POTI. **Relatório de Veras espelha subversão nos meios Sindical, Estudantil, Intelectual e Prefeitura**. Natal, RN, n. 1210, 27 set. 1964. N. 1210, 27 set. 1964. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=031151_02&pesq=%22relat%C3%B3rio%20veras%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1686. Acesso em: 30 de maio 2024.

Figuras 2 e 3 – jornal O Poti, 1964, e jornal Diário de Natal, 1964

2.º CADERNO

O POTI
ORGÃO DOS "DIÁRIOS ASSOCIADOS"

8 PAGINAS

ANO X

NATAL, Domingo, 27 de Setembro de 1964

N. 1.210

Relatório de Veras espelha subversão nos meios Sindical, Estudantil, Intelectual e Prefeitura

Foi enviado uma comissão, sob a liderança do governador, para investigar a situação dos sindicatos, estudantes, intelectuais e da prefeitura. O relatório, que será publicado em duas partes, revela a existência de uma subversão generalizada em todos os setores da sociedade. A comissão, liderada por Veras, encontrou evidências de atividades subversivas em todos os setores mencionados. O relatório também aponta para a necessidade de uma intervenção mais firme do governo para conter a situação.

1.º INTRODUÇÃO

Em nome da Comissão de Verificação da Situação dos Meios Sindical, Estudantil, Intelectual e da Prefeitura, apresentamos este relatório, que tem como objetivo expor os resultados da investigação realizada durante o período de 15 dias, de 15 de setembro a 30 de setembro de 1964.

2.º SITUAÇÃO GERAL

A situação geral dos meios sindicais, estudantis, intelectuais e da prefeitura é de grave preocupação. Em todos os setores, encontramos evidências de atividades subversivas, que ameaçam a estabilidade da sociedade. A subversão está presente em todos os níveis, desde a base até o topo da hierarquia.

3.º SITUAÇÃO DOS MEIOS SINDICAIS

Os sindicatos estão sob o domínio de grupos subversivos, que utilizam a estrutura sindical para promover atividades ilegais. Há uma falta de transparência e de controle nos processos sindicais, o que facilita a atuação dos subversivos.

4.º SITUAÇÃO DOS MEIOS ESTUDANTIS

Os estudantes também estão envolvidos em atividades subversivas, muitas vezes sob a liderança de grupos organizados. Há uma disseminação de ideias subversivas entre a juventude, o que é uma grande preocupação para o futuro do país.

5.º SITUAÇÃO DOS MEIOS INTELECTUAIS

Os intelectuais, em geral, estão alinhados com as atividades subversivas, utilizando sua influência para promover a instabilidade. Há uma falta de compromisso com os valores democráticos e com o bem comum.

6.º SITUAÇÃO DA PREFEITURA

A prefeitura também está sob o domínio de grupos subversivos, que estão utilizando a estrutura administrativa para promover atividades ilegais. Há uma falta de controle e de transparência na administração pública.

7.º CONCLUSÃO

A situação geral é de grave preocupação. A subversão está presente em todos os setores da sociedade, o que ameaça a estabilidade e a democracia. É necessária uma intervenção mais firme do governo para conter a situação e restaurar a ordem.

OS BONS NEGÓCIOS VÃO...



UM NEGÓCIO PARA VER HOJE!

DIA 30
SUSPENSÃO DAS VENDAS
PARA: ELEIÇÃO DO CONDOMÍNIO
E INÍCIO DA CONSTRUÇÃO
RESTAM POUCAS UNIDADES
APROVEITE OS ÚLTIMOS DIAS DE VENDAS
COM APENAS 300 MIL CRUZEIROS, RESERVE SUA LOJA

Visite a "show" de vendas no local de edificação e confira detalhes.

Um empreendimento garantido por M. MACEDO - VENDAS E DE CORRETORES DE IMÓVEIS

RUA CEL. ESTEVAM - PRAÇA DA FEIRA

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Através do Decreto regulamentar nº 4.224/1964, o regime estabelecido consolidou sua estrutura jurídica no estado, que se encontrava, assim, preparado e legalmente respaldado para executar ações de exceção, justificadas pelo combate a supostas ameaças ao país e suas instituições sociais e políticas. O Relatório Veras e as medidas que dele decorreram emergiram, portanto, como consequências diretas dessa previsão legal. Tal fato fica claramente evidente ao analisarmos trechos do relatório:

As declarações, depoimentos, acareações, Autos de Buscas e Apreensões e documentos contidos no bojo dos autos do presente Inquérito nos informam e dão conta à Sociedade do Rio Grande do Norte da *profundidade, desenvolvimento e alastramento das diretrizes do Partido Comunista do Brasil*, o qual, para atingir o fim colimado, vinha se utilizando e abraçando dentro deste Estado de todos os meios de propaganda, de pessoas e de associações para, desse modo, realizar de uma maneira rápida e direta uma forma de conscientização no seio da Sociedade do Rio Grande do Norte, quer no setor da Cultura mais elevada do Estado – na Superestrutura – quer mesmo no âmbito das camadas mais pobres, simples e humildes operários, camponeses e funcionários de modestas categorias. [...] Este Inquérito informa, esclarece e objetiva atos e pessoas deste e de outros Estados que há muito vinham, sob as formas mais diversas, corroendo e corrompendo a estrutura político-social do Estado, ora incitando, ora orientando, ora dirigindo e participando pessoalmente de prática de atos contra a segurança do Estado e vilipendiando propriedades privadas de modo arbitrário e violento, em franco e liberal atentado à Magna Carta e às Leis vigentes no País. [...] A prova desse incomensurável prejuízo [...] toda a estrutura do nosso sistema de Governo Democrático, está contida nos autos, através de inúmeras denúncias, telegramas, depoimentos e queixas, o que nos levou a *realizar aquilo que a Lei manda* que se faça: prescrutar os fatos e atos e pontar à Justiça os responsáveis pela alteração da Ordem vigente¹³.

O documento detalhava as ações consideradas subversivas e serviu de base para a repressão de indivíduos e grupos que o governo considerava perigosos. Foi a partir desse relatório que o regime justificou e institucionalizou uma série de práticas que iam desde interrogatórios, indiciamentos, demissões, até prisões.

A elaboração de documentos como o Decreto regulamentar nº 4.224/1964 e inquéritos como o Relatório Veras era, portanto, uma parte da tarefa mais ampla de uma tentativa de consolidar o Regime Militar, fornecendo uma base legal para a ação repressiva. O registro meticuloso das ações de opositores permitia a construção de um quadro existencial de ameaças que justificava a ação autoritária. Além disso, os documentos mencionados contribuíram para a criação

13 RELATÓRIO VERAS. Inquérito do Governo do Estado do Rio Grande do Norte (grifo nosso). Disponível em: <https://bczm.ufrn.br/comissaoaverdade/INQU%20CAIXA%2006/RELAT%2093RIO%20VERAS%20-%201964/Relat%20b3rio%20Veras%20-%20Inqu%20a9rito%20do%20Governo%20do%20Estado%20do%20RN.pdf>. Acesso em: 31 maio 2024.

de estruturas legais e administrativas que permitiriam ao Regime Militar a ação fora dos limites do sistema jurídico até então existente. Assim, relatório e decreto, não apenas legitimavam a repressão, mas também criavam uma estrutura dentro da cultura que incutia medo em qualquer um que pudesse ser acusado de ser subversivo.

Salvo algumas diferenças de tom e conteúdo, com o passar dos anos, o Relatório Veras e outros documentos, tais como inquéritos, informativos e encaminhamentos, foram invocados para manter o Estado de Exceção permanente, por meio do qual as liberdades civis eram violadas em bases recorrentes, mas constantes, em nome da segurança nacional.

Em síntese, o Relatório Veras não somente gravava as atividades subversivas, mas se tornava uma ferramenta essencial que legitimava e consolidava o Regime Militar e suas ações de repressão, criando um precedente no qual a exceção se tornaria a regra, tudo pelo bem da eliminação das ameaças que supostamente punham em risco o futuro do país e, por conseguinte, do estado do Rio Grande do Norte.

Ademais, ao analisarmos o teor do Relatório Veras e suas repercussões locais, é possível inferir que Aluizio Alves utilizou-se dos mecanismos jurídico-normativos regulamentados no estado como instrumento para perseguir seus opositores políticos com maior afinco, fundamentando suas ações no discurso de eliminação da ameaça comunista.

A postura de Aluizio Alves em relação a seus adversários ficou evidente na matéria veiculada no jornal *A Ordem*, de 27 de junho de 1964, que questionou a constitucionalidade do Decreto nº 4.224/1964 e de suas ações decorrentes:

BATALHA JURÍDICO-POLÍTICA

A execução do Ato Institucional no âmbito estadual, traduzida já na demissão sumária de alguns funcionários estáveis (um deles, em cargo vitalício, vai resultar numa esgrima jurídica, com recursos dos atingidos ao Presidente da República.

Será, também, uma esgrima de cunho político, já que coincidência curiosa ocorreu: os demitidos são politicamente ligados à oposição.

Aparentemente, pelo menos, os argumentos jurídicos dos recorrentes são de peso. Eis os principais:

- O Ato Institucional prevê três tipos de crime, excêntricos de qualquer apreciação Judicial: atividades antinacionais; subversão; e improbidade (art. 7º). Com isso, a revolução impôs-se uma autolimitação que não pode ser ampliada ou restringida, com emendas ou nova emissão de normas jurídico-revolucionárias. O governador do RGN, no entender dos mestres de Direito que estudaram o caso, transformou-se em “modificador do ato matriz” ao engendrar novo tipo de crime: desrespeito à autoridade constituída.
- O Ato Institucional atribui aos governos estaduais o papel de aplicador das sanções prescritas pela Comissão Geral de Inquérito. Mas, no caso do RGN, dizem, quem prescreveu as sanções foi a própria comissão estadual.
- O decreto nº 4.224, que regulamentou o Ato Institucional no RGN, tem a data de 20 de abril (foi publicado no dia 29), anterior, portanto, à regulamentação federal (decreto nº 53.89t de 27 de abril de 1964).
- O decreto estadual arrima-se totalmente no art. 45 da Constituição do RGN, que diz competir ao governador sancionar, promulgar ou expedir leis, e nenhuma destas atribuições constitucionais se enquadra no caso, já que o Ato Institucional é de origem revolucionária,
- A jurisprudência de comissões de inquérito diz que elas devem ser constituídas por funcionários vitalícios ou estáveis como garantia de insuspeição. Não é o caso da comissão designada pelo governador, composta por comissionados, políticos militantes e deputados.
- No caso específico do jornalista Joaniilo de Paula Rego, argumentam que em nenhum compêndio de direito existe definição legal do que seja desrespeito à autoridade constituída. Além disso, o Ato Institucional não revogou a Lei de Imprensa, através da qual se garante o direito de livre crítica e se regula o processamento por crime de calúnia e difamação. E usam o exemplo de Cony, do “Correio da Manhã”.

Toda esta argumentação, calcada em longas horas de estudo, pode ser destruída com a simples resposta afirmativa à seguinte pergunta: Recebeu a comissão presidida pelo dr. Jocelin Vilar delegação da Comissão Geral de Inquérito, presidida pelo Marechal Taurino?

Aqui se concentram as mais terríveis dúvidas dos que criticam os atos do governador Aluizio Alves¹⁴.

14 A ORDEM. **Batalha Jurídico-Política**. Edição 5602, 27 de junho de 1964. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=764051&pasta=ano%20196&pesq=%22Batalha%20jur%C3%ADdico-pol%C3%ADtica%22&pagfis=25424>. Acesso em: 30 maio 2024.

O mesmo jornal, desta vez em 17 de outubro de 1964, veicula nova matéria, com o mesmo teor:

DÚVIDAS

As sanções impostas pelo governador a funcionários estaduais enquadrados no artigo sétimo de Ato Institucional são motivo de frequentes interpretações no tabuleiro político estadual.

O movimento de cunho nacional, visando revisão sumária nos processos já se apresenta dividido entre os que optam pelos atos políticos nos casos de cassação de mandatos ou direitos políticos e atos administrativos quando se trata de demissão, aposentadoria ou disponibilidade.

Arguiu-se, inclusive que a competência do executivo estadual em demitir não atingiria o poder legislativo.

Os primeiros atingidos pelo Ato Institucional no RGN, por coincidência, pertencem à área oposicionista. O Jornalista Joaniilo Paula Rego, Descartes Mariz e Wharten Wanderley deram entrada a mandados de segurança alegando institucionalidade. O termo e a ideia partiram do jurista Francisco Campos que julga perfeitamente possível extinguir os efeitos do decreto estadual nº 4224.

Os demitidos, apresentam nas suas defesas em juízo erros de forma e substância técnica nos atos governamentais. O próprio § 4º do art. 7º do Ato Institucional permite esta apreciação.

O caminhar dos entendimentos no país refletirá diretamente sobre a situação estadual. Sustentam certos setores que a revisão sumária será permitida, tendo em vista a pressão de grupos udenistas, justamente porque as sanções atingiram em maior escala adeptos daquela agremiação partidária [...]¹⁵.

A partir dos excertos acima, podemos concluir que a gestão de Aluizio Alves revelava um cenário em que as nuances jurídicas e as estratégias políticas se entrelaçavam de maneira complexa e questionável.

Sanções diversas, tais como demissões sumárias, principalmente de funcionários ligados à oposição, mostram como o governo estadual utilizou-se da legislação então normatizada para consolidar, fortalecer e perpetuar o seu poder. Esses atos, embora ancorados em uma pretensa legalidade revolucionária, desencadearam uma série

15 A ORDEM. **Dúvidas**. Edição 5618, 27 de outubro de 1964. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=764051&pasta=ano%20196&pesq=%22Batalha%20jur%C3%ADdico-pol%C3%ADtica%22&pagfis=25572>. Acesso em: 30 maio 2024.

de disputas legais que refletiam a tensão entre a lei e o uso político do Direito.

Contestações sobre a extensão das próprias regras do Ato Institucional, especialmente na criação de novos tipos criminais como o “desrespeito à autoridade constituída” e a inusitada composição da comissão de inquérito, levantaram questionamentos sobre a integridade das ações do governador e sua aderência aos princípios de um Estado de Direito, mesmo em um contexto de exceção.

Podemos concluir, portanto, que, sob a liderança de Aluizio Alves, e nos anos que se seguiram até o fim do período de exceção no país, o Rio Grande do Norte foi palco de uma complexa interação entre políticas jurídicas e estratégias autoritárias. Esse entrelaçamento ilustra como as normativas foram empregadas não somente como instrumentos de governança, mas também como mecanismos para legitimar e consolidar o poder estabelecido.

Conforme vimos, ao longo do governo dos militares, leis e regulamentos foram habilmente manipulados para alinhar-se aos interesses do regime. Esse fenômeno é particularmente notável no Rio Grande do Norte, onde a criação de regulamentos específicos (*ad hoc*) demonstrou como o Direito foi adaptado para fortalecer o controle estatal e reprimir a dissidência.

Nos primeiros anos após a instauração do regime ditatorial no Brasil, o governo do Rio Grande do Norte estabeleceu estruturas legais destinadas a reforçar e consolidar a autoridade do governo. Essas práticas são típicas dos esforços de legitimação empreendidos por regimes autoritários. Ironicamente, tais condutas se constituíram sob a égide de um regime que se autoproclamava defensor da democracia, enquanto, paradoxalmente, desmantelava suas fundações por meio de atos que restringiam drasticamente as liberdades civis e políticas (Souza, 2015). No contexto potiguar, o cenário não foi diferente. A interseção entre a repressão política instaurada no Brasil e as ações específicas no Rio Grande do Norte ilustra um microcosmo do autoritarismo que se alastrava pelo país e que se arrastaria por duas décadas.

Referências

A ORDEM. **Batalha jurídico-política**. Edição 5602, 27 de junho de 1964.

Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=764051&pasta=ano%20196&pesq=%22Batalha%20](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=764051&pasta=ano%20196&pesq=%22Batalha%20jur%C3%ADdico-pol%C3%ADtica%22&pagfis=25424)

[jur%C3%ADdico-pol%C3%ADtica%22&pagfis=25424](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=764051&pasta=ano%20196&pesq=%22Batalha%20jur%C3%ADdico-pol%C3%ADtica%22&pagfis=25424).

Acesso em: 30 maio 2024.

A ORDEM. **Dúvidas**. Edição 5618, 27 de outubro de 1964.

Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=764051&pasta=ano%20196&pesq=%22Batalha%20](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=764051&pasta=ano%20196&pesq=%22Batalha%20jur%C3%ADdico-pol%C3%ADtica%22&pagfis=25572)

[jur%C3%ADdico-pol%C3%ADtica%22&pagfis=25572](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=764051&pasta=ano%20196&pesq=%22Batalha%20jur%C3%ADdico-pol%C3%ADtica%22&pagfis=25572).

Acesso em: 28 maio 2024.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume

Dumará, 1994.

BACZKO, Bronislaw. **Los imaginarios sociales: memoria y**

esperanzas colectivas. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1999.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964**.

Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946

e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as

modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário

da revolução Vitoriosa. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm.

Acesso em: 10 jan. 2023.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 2000.

CAPISTRANO, Luciano Fábio Dantas. **O Golpe Militar**

no Rio Grande do Norte e os norte-rio-grandenses mortos

e desaparecidos: 1969-1973. Natal: Sebo Vermelho, 2010.

FICO, Carlos. **O Golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

DIÁRIO DE NATAL. **Recuperação Nacional**. Edição 7162, 18 de abril de 1964. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pesq=%22recupera%C3%A7%C3%A3o%20nacional%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=15274. Acesso em: 29 maio 2024.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2002.

LEITE, Arlan Eloi. **O jornal Tribuna do Norte e o golpe militar de 1964**: a publicidade da “subversão” potiguar. Natal, RN: EDUFRN, 2016.

LEITE, Gisele. A tese de Hans Kelsen, a norma fundamental e o conceito de justiça. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18, n. 3781, 7 nov. 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/25714>. Acesso em: 9 jan. 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Glossário de termos jurídicos**. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/es/sala-de-imprensa/glossario-de-termos-juridicos>. Acesso em: 28 dez. 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

O POTI. **Relatório de Veras espelha subversão nos meios sindical, estudantil, intelectual e prefeitura**. Natal, RN, n. 1210, 27 set. 1964. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=031151_02&pesq=%22relat%C3%B3rio%20veras%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1686. Acesso em: 30 maio 2024.

PADRÓS, Enrique Serra. Memória e Esquecimento das Ditaduras de Segurança Nacional: os desaparecidos políticos.

História em Revista, Pelotas, v. 10, dez. 2024.

PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. Repressão e diplomacia: Brasil, Estados Unidos e a experiência do golpe de 1964 no Rio Grande do Norte.

Proj. História, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 593-603, dez. 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RELATÓRIO VERAS. **Inquérito do Governo do Estado do Rio Grande do Norte**. Disponível em: [https://bczm.ufrn.br/comissaoдавerdade/INQU%c3%89RITOS%20\(CAIXA%2006\)/RELAT%c3%93RIO%20VERAS%20-%201964/Relat%c3%b3rio%20Veras%20-%20Inqu%c3%a9rito%20do%20Governo%20do%20Estado%20do%20RN.pdf](https://bczm.ufrn.br/comissaoдавerdade/INQU%c3%89RITOS%20(CAIXA%2006)/RELAT%c3%93RIO%20VERAS%20-%201964/Relat%c3%b3rio%20Veras%20-%20Inqu%c3%a9rito%20do%20Governo%20do%20Estado%20do%20RN.pdf). Acesso em: 31 maio 2024.

RICHTER, Daniela; FARIAS, Thieser da Silva. Ditadura Militar no Brasil: dos instrumentos jurídicos ditatoriais para a democracia outorgada. **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 381-405, set.-dez. 2019.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 4.224, de 20 de abril de 1964**. Institui órgão para apuração dos atos e atividades dos servidores civis ou militares e estabelece o respectivo processo. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, 24 abr. 1964.

SOUZA, Cleuber Castro de. **Judiciário e autoritarismo**: ação política da Suprema Corte de Justiça do Brasil e da Argentina no julgamento de crimes políticos. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

RINALDO CLAUDINO DE BARROS E O DECRETO- LEI Nº 477/1969 NO RN

George Henrique Ferreira dos Santos¹

Introdução

Este texto analisa o período que compreende os governos do Regime Militar (1964-1985), quando foi instalada uma Ditadura no Brasil e, em decorrência dela, ocorreu também a resistência por parte de estudantes², trabalhadores³, intelectuais⁴, entre outros setores da sociedade civil organizada. Esse golpe foi implantado através de Atos Institucionais, neste capítulo, trataremos especialmente do AI-5, em particular na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Em minha dissertação, defendida pelo Programa de Pós-graduação em Ensino de História da UFRN, intitulada *Atos Institucionais e Ensino de História da Ditadura Militar no Brasil*, investiguei como esses Atos Institucionais foram utilizados como estratégia de implementação da Ditadura para dar uma aparência de legalidade ao novo governo que se iniciava no Brasil.⁵

1 Mestre em Ensino de História pela UFRN, Professor da Educação da Rede Pública e Privada Estadual/RN e advogado. Autor do livro *Os governos militares e os atos institucionais no ensino de História*.

2 Sobre o assunto ver: FRAGA, Maria da Conceição. **Estudantes cultura e política**: a experiência dos manauaras. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996; MAIA, Michele Pascoal. **Juventude nos anos 1980**: as práticas culturais no movimento estudantil na UFRN. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009; PATRÍCIO, Adriana Cristina da Silva. **A participação feminina no movimento estudantil secundarista como espaço de luta política (anos de 1980)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

3 Ver: FRAGA, João Maria; FRAGA, Maria da Conceição; FEITOSA, Fábio Pereira. **Tecedores de sonhos ao luar**. Natal: Caravela Selo Cultural, 2018.

4 Ver: FRAGA, João Maria de Sousa. **Censura, música e resistência**: os governos militares brasileiros na sala de aula de história. Natal: Caravela Selo Cultural, 2023.

5 SANTOS, George Henrique Ferreira dos. **Atos Institucionais e Ensino de História da Ditadura Militar no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

O presente artigo tem por objetivo analisar o Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, também chamado de “O AI-5 das Universidades” por ter cerceado as liberdades individuais e de organizações sociais/estudantis no âmbito dessas instituições acadêmicas.

Esse instituto jurídico é autoritário e atingiu cinco estudantes norte-rio-grandenses, quais sejam: Antônio Alfredo Santiago Nunes, Francisco Dagmar Fernandes, Jonaldo Oliveira⁶, Luíza Maria Nóbrega e Rinaldo Claudino de Barros, sendo este último o único que de fato se enquadrava no Decreto-lei nº 477/1969. Os quatro primeiros estudantes foram indiciados, mas somente Rinaldo Claudino de Barros sofreu a sanção prevista pelo referido decreto-lei, conforme o Relatório Final da Comissão da Verdade da UFRN (2015).

Este capítulo visa identificar os motivos que levaram os estudantes norte-rio-grandenses a serem indiciados com base no decreto-lei supracitado. Inicialmente, abordaremos a situação política do Brasil no período que compreende o Regime Militar, procurando demonstrar o significado da edição dos Atos Institucionais, especialmente o AI-5 e sua aplicação na UFRN por meio do Decreto-lei nº 477/1969 e seus efeitos para a comunidade universitária (professores, estudantes e servidores) no Rio Grande do Norte. Em seguida, trataremos do pedido de abertura do inquérito que investigou as ações que levaram ao enquadramento do estudante Rinaldo Claudino de Barros no decreto-lei mencionado e as sanções decorrentes.

Para a elaboração deste artigo, pesquisei a bibliografia pertinente ao tema, os Atos Institucionais, as Leis Complementares impostas pelo Regime Militar e o Relatório Final da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, buscando identificar informações relativas à perseguição aos alunos e à comunidade universitária em geral no período do governo militar. Com essas fontes históricas, recuperei as ações realizadas pelo governo autoritário e as manifestações de resistência realizadas pelos estudantes.

Para melhor apresentar este capítulo, dividi o texto nas seguintes seções: O Regime Militar e a educação brasileira, Os Atos Institucionais, O Decreto-lei nº 477/1969 e seus reflexos na sociedade brasileira e A implementação do Decreto-lei nº 477/1969 no Rio Grande do Norte.

6 Comissão da Verdade da UFRN (2015, p. 249).

O Regime Militar e a educação brasileira

O período que se estende do Golpe Civil-militar de 1964 até a posse do ex-presidente José Sarney, no ano de 1985, é identificado na historiografia brasileira como Regime ou Ditadura Militar e ficou caracterizado por ser um dos mais repressivos de nossa história, marcado pela necessidade estratégica de manter a “ordem” e a “segurança”, a fim de que se atingisse o desenvolvimento, imperativo para a construção do Brasil como o “país do futuro esse que para os militares havia chegado com o “milagre econômico brasileiro”. Em nome dessa tal “segurança nacional”, agentes do Estado cometeram atrocidades as mais diversas. Dentre uma dessas atitudes extremadas adotadas pelo Estado Nação, destacamos a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), assinado no dia 13 de dezembro de 1968, pelo então Presidente, o general Arthur da Costa e Silva. Foi nesse ambiente político do AI-5 que o Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, foi publicado. Tal decreto-lei considerava infração disciplinar a participação em paralisações da atividade escolar e na organização de eventos não autorizados pela universidade, a exemplo da confecção de material considerado pelos militares como sendo subversivo; a prática de atos contrários à ordem pública ou à moral, ou seja, atos que criticavam as práticas do governo autoritário; o sequestro de pessoas, na verdade, ocorreram sequestros de autoridades como forma de chamar atenção da comunidade internacional para a Ditadura existente no Brasil, ou seja, os sequestros ocorreram como resposta ao endurecimento do Regime Militar após o AI-5; e a prática de atentados contra o patrimônio das universidades, ações também realizadas após as medidas ultra-autoritárias implantadas após o final do ano de 1968. No contexto internacional, vivíamos o ambiente da denominada Guerra Fria, e, naquele ambiente, os militares desejavam combater os chamados comunistas.

Na década de 1960, o Brasil vivenciou um Golpe Civil-militar que levou à ruptura do processo democrático que havia sido instituído pela Constituição Federal de 1946 e implantou um Regime Militar que perdurou de 1964 até 1985. Esse golpe, no entanto, não foi obra apenas das Forças Armadas, mas do conjunto das classes dominantes e de setores das camadas médias da sociedade, que envolveu o

empresariado industrial, comerciantes, grandes proprietários rurais, empresas estrangeiras, o governo norte-americano, setores da Igreja Católica e, evidentemente, a alta cúpula militar, além da grande mídia.

O Regime Militar instalou, de forma direta e duradoura no governo, uma Ditadura, altamente repressiva e violenta, cujo poder político estava assentado nos seguintes órgãos: Conselho de Segurança Nacional, Serviço Nacional de Informação (SNI) e o Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), que praticamente aboliu a clássica divisão de poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário que configura o Estado moderno constitucional. O Poder Executivo foi transformado numa espécie de poder Absoluto, de tal forma que os poderes Legislativo e Judiciário foram relegados à condição de subalternos, mas que não deveriam ser suprimidos da estrutura do Regime Militar, pois visavam manter a aparência de um Estado representativo e democrático.

Dentre as primeiras medidas adotadas pelo novo regime, encontra-se o Ato Institucional nº 1 (AI-1). Por meio desse AI-1, o Executivo passava a concentrar, por um período de seis meses, os poderes para cassar mandatos parlamentares, suspender direitos políticos de qualquer cidadão, modificar a Constituição de 1946 e decretar estado de sítio sem a aprovação do Congresso Nacional. Considerando a área da educação, o AI- nº 1 dava a prerrogativa ao Executivo para punir os funcionários públicos responsáveis por ações consideradas como “subversivas”. Dessa forma, inúmeros servidores foram presos, torturados e mortos (Motta, 2014).

Foi nessa conjuntura que o Regime Militar implantou uma série de medidas educacionais, entre elas a Reforma Universitária – Lei nº 5.540/68, o Decreto-lei nº 477/69 e a Lei nº 5692/71, que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Porém, a visão militar sobre o papel da educação na formação de novos sujeitos sociais, foi apresentada na criação das disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC), Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Estudos de Problemas Brasileiros (EPB), por meio da Lei nº 770/68 e sua obrigatoriedade, através do Decreto-lei nº 869/69 (Germano, 2000).

A política educacional, adotada pelo Regime Militar brasileiro, deve ser vista como uma forma de assegurar a dominação necessária para o exercício de uma política subordinada e mantenedora do

processo de acumulação de capital, tentando, dessa forma, afastar os conflitos e tensões existentes que atrapalhavam a obtenção da hegemonia. A intervenção do Regime Militar na educação pode ser entendida como uma interferência estatal que atingiu de forma desigual todas as classes sociais, e não como uma política de assistência destinada às camadas populares, tal qual era o sentido que os militares queriam fazer transparecer.

Deve-se procurar entender a política educacional do Estado brasileiro – no período de 1964 a 1985 – contextualizando a sociedade sob o domínio do Regime Militar, este aliado às determinações do capitalismo, que privou as necessidades da classe trabalhadora em favor de um crescimento econômico, preservando os interesses do grande capital e consubstanciando a exclusão social. Pode-se afirmar que o Regime Militar procurou atender aos interesses dos capitalistas atuando concomitantemente no âmbito da escolarização, direcionando-a para a tentativa de desenvolver uma mão de obra qualificada necessária à indústria nascente (Cunha, 1989).

Dessa maneira, ocorreram as reformas – dentre elas a Reforma do Ensino Superior, em 1968, e, posteriormente, em 1971, a Reforma do Ensino Primário – com o intuito de controlar a participação da sociedade civil, evitando possíveis mobilizações de outros setores que não o militar, para modificar a estrutura de ensino até então vigente.

O Regime Militar procurou divulgar um discurso de exaltação e valorização da educação, dizendo-a como uma via direta para se atingir o desenvolvimento de uma nação rica e forte. Porém, deve-se ressaltar o fato de ter sido o aparelho educacional um instrumento utilizado pelos militares para atender a real finalidade de obtenção de consenso numa estratégia de luta pela hegemonia. Antes de tudo, é necessário entender a distância entre o discurso e a prática da política educacional brasileira desse período, prática essa predominante nas políticas desenvolvidas pelo governo.

Os militares priorizaram o incentivo ao desenvolvimento educacional do país, sobretudo na privatização desse setor, ou seja, o Estado destinou poucas verbas para a área da educação pública e estimulou o setor privado vinculado à acumulação de capital, fortalecendo a política de privatização do ensino.

Com o Golpe de 1964, os militares iniciaram movimentos repressivos no sentido de consolidar e solidificar sua liderança. Iniciou-se uma ação de “caça aos comunistas”⁷, ou seja, entidades e núcleos formadores de possíveis oposições ao governo, tais como: Centro Popular de Cultura (CPC), Centro de Educação Popular (Ceplar), União Nacional dos Estudantes (UNE), dentre outros que lutavam pela educação e cultura popular, começaram a ser dominados e/ou dizimados pelo Regime (Germano, 2000).

Nesse período, houve muitas intervenções nas universidades brasileiras. O Conselho Federal de Educação (CFE) nomeou reitores militares para diversas universidades, tentando assegurar o controle militar dessas instituições. Em alguns casos, como na Universidade de Brasília (UnB), ocorreu invasão por tropas, destituindo o reitor Anísio Teixeira, prendendo professores e alunos suspeitos de serem subversivos, encaminhando-os para Inquérito Policial Militar, que julgava sem possibilitar ao “suposto réu” qualquer forma de apresentação de protestos, desrespeitando os princípios legais do contraditório e da ampla defesa (Cunha, 1989).

Os Atos Institucionais

Os Atos Institucionais foram uma invenção jurídica do Regime Civil-militar justificados como emanções do Poder Constituinte. Para os generais, não se tratava de golpe, mas de revolução. O Ato Institucional nº 1 afirmava que:

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constitucional. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma (Brasil, 1964).

Os primeiros quatro Atos Institucionais, baixados nos dois primeiros anos do Regime Militar, promoveram a varredura das

7 Sobre o assunto ver: FRAGA, Maria da Conceição. **Da clandestinidade ao parlamento**. Natal, RN: Caravela Selo Cultural, 2018.

instituições democráticas surgidas com a Constituição de 1946. O AI-1 autorizava a suspensão de direitos políticos por dez anos e a cassação de mandatos; o AI-2 extinguiu os partidos políticos (o que frustrou as lideranças golpistas da Unidade Democrática Nacional (UDN)), permitiu a decretação do recesso do Congresso Nacional e a edição de decretos-leis sobre matéria de segurança nacional; o AI-3 estendeu o sistema de eleição indireta para os governadores e vice-governadores; e o AI-4 convocou o Congresso Nacional a se reunir extraordinariamente para discutir e votar um novo texto constitucional.

É de se estranhar que o “Poder Constituinte” revolucionário convoque o Congresso representativo para aprovar a nova Constituição. Não parece desnecessário? Dito de outro modo, para que uma nova Constituição votada pelo Congresso se os Atos Institucionais vinham cumprindo o mesmo papel? A resposta talvez esteja no fato de que os militares sempre tenham afirmado que o Estado Revolucionário seria transitório, uma “intervenção cirúrgica”, para preservar a democracia liberal contra a ameaça comunista. Depois de “garantida a estabilidade” e “eliminados os focos perigosos”, o poder voltaria ao leito democrático. Infelizmente, isso não era verdade. A verdade é que, nesse período recente de nossa História, o Direito foi apenas um disfarce, uma fachada para o exercício arbitrário do poder.

A aparência de Estado de Direito era o que pretendiam os militares ao procurar revestir seus atos de força com fórmulas normativas (os Atos Institucionais, complementares, decretos, regulamentos, entre outros) e convenções políticas de matriz liberal, como são as constituições. Essa fachada formal de legalidade, aliás, encontra justificativas teóricas no modelo jus positivista, que tem em Hans Kelsen seu defensor. Mas, fica a pergunta: faz sentido falar em Constituição sem liberdade?

Com a “tumultuada” situação político-social, em 1968, foi decretado pelo presidente general, Arthur da Costa e Silva, no dia 13 de dezembro, o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que deixaria a sociedade brasileira amedrontada pela repressão e violência (Motta, 2014). O AI-5 sobrepujou a coerção em nome do Estado de Segurança Nacional, violando os direitos e garantias fundamentais individuais e coletivos dos cidadãos, ignorando os preceitos e determinações da Constituição brasileira e até mesmo destituindo um dos Princípios fundamentais da

Declaração Universal dos Direitos do Homem, o direito e a liberdade de exercer sua atividade laboral.

As autoridades militares valeram-se de variadas formas para “decapitar” os movimentos oposicionistas dentro das faculdades, utilizavam a delação ideológica, com os chamados “olheiros” ou, vulgarmente, “dedos-duros”: alunos complacentes com os militares eram colocados nos cursos, principalmente nos da área de humanas, para relacionar e denunciar professores que tinham programas de cunho supostamente subversivo e alunos descontentes e contrários ao Regime Militar.

O Ato Institucional nº 5, decretado em dezembro em 1968, é regulamentado nas universidades através do Decreto-lei nº 477/1969. O AI-5, juntamente, com o Decreto-lei nº 477/69, extirpou a possibilidade de um movimento estudantil com bases legais e cerceou a liberdade dos docentes no ambiente universitário, fato este que impôs a ambos os sujeitos o controle da “mão de ferro” do Regime Militar.

O Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, tira ao cidadão brasileiro todas as garantias individuais, quer pública, quer privada, assim como concede ao Presidente da República plenos poderes para atuar como executivo e legislativo. O Decreto-Lei 477 aplica-se exclusivamente ao corpo docente, discente e administrativo das escolas e coíbe toda e qualquer manifestação de caráter político ou de protesto no âmbito das Universidades (Romanelli, 1978, p. 226).

A repressão resultou na morte e desaparecimento de estudantes, professores, intelectuais, dentre outros da massa de “subversivos”, afastando e punindo os chamados marxistas/comunistas.

O Decreto-lei nº 477/1969 e seus reflexos na sociedade brasileira

O Decreto-lei nº 477⁸, de 26 de fevereiro de 1969, o AI-5 das universidades, define como infrações disciplinares praticadas pela comunidade universitária, seja ela pública ou privada, a utilização do ambiente acadêmico para fins considerados pelo Regime Militar

8 Sobre o assunto ver: CAPISTRANO, Luciano Fábio Dantas. 1964: para não esquecer. Natal: Sebo Vermelho, 2023.

como subversivos ou atos contrários à moral e à ordem pública; é considerado como punição a demissão ou dispensa, bem como a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por quaisquer outras instituições da mesma natureza num prazo de cinco anos; caso seja aluno, este será desligado e proibido de se matricular em qualquer outra instituição universitária pelo prazo de três anos; mesmo os estudantes bolsistas ou detentores de qualquer ajuda do poder público, foram obrigados a perder seus benefícios num prazo de cinco anos; em caso de alunos estrangeiros, estes eram desligados das instituições e retirados, imediatamente, do território nacional.

Os processos sofridos pelos membros da comunidade universitária com base no decreto-lei mencionado eram sumários e concluídos num prazo máximo e improrrogável de vinte dias. Cabia aos dirigentes das instituições de ensino, em caso de suspeita da prática de crimes, a responsabilidade de instalar o inquérito policial. Esses processos eram conduzidos por um funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino que procediam a diligência conveniente, citando o infrator para que, num prazo de quarenta e oito horas, apresentasse a sua defesa, e, em caso de haver mais de um infrator, o prazo era de noventa e seis horas. Nesses casos, o funcionário ou empregado indiciado era suspenso de suas atividades até a realização do julgamento e, caso o indiciado fosse estudante, seria suspenso das suas atividades acadêmicas.

Em caso de o infrator residir em local desconhecido, se esquivar de receber a citação ou, em caso de ser citado e não providenciar a defesa, seria designado um defensor público para lhe representar no momento da defesa. Por ocasião da defesa, o responsável pelo processo elabora a relatoria no prazo de até quarenta e oito horas contendo a infração cometida, o respectivo autor e as razões do seu convencimento.

Uma vez recebido o processo, o responsável pela instituição universitária emitiria a sua decisão fundamentada num prazo máximo de quarenta e oito horas, sob pena de crime definido no Artigo 319 do Código Penal, além da sanção prevista no Decreto-lei nº 477/69. Em caso de as infrações cometidas estarem capituladas na lei penal, os autos do processo eram remetidos às autoridades competentes.

O Decreto-lei nº 477/1969 ampliou a repressão e o terrorismo governamental nas redes de ensino. Seu primeiro artigo excedeu a

“infração disciplinar” de professores, alunos e funcionários dos estabelecimentos de ensino público e particular: o aliciamento e incitamento à greve, o atentado contra pessoas, bens ou prédios, os atos destinados à organização de movimentos subversivos, o sequestro e o uso de estabelecimentos escolares para “fins de subversão” (Piletti, 1990).

Para melhor compreendermos o ordenamento jurídico do Regime Militar, buscamos a conceituação e/ou significado de alguns instrumentos que poderão facilitar o entendimento da hierarquia da ordem jurídica estabelecida à época. Lei é espécie normativa constante do artigo 59 da Constituição Federal de 1988. De uso exclusivo do Poder Legislativo, tem a característica de generalidade e abstração. Ela inova a ordem jurídica e possui o poder de obrigar a todos (*erga omnes*). Já o decreto-lei não mais existe em nosso ordenamento jurídico. É espécie de ato normativo que foi substituído pela Medida Provisória quando foi promulgada a Constituição de 1988. De acordo com o artigo 55 da Constituição Federal de 1967, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 1/69,

o Presidente da República, em casos de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não haja aumento de despesas, poderá expedir decretos-leis sobre as seguintes matérias: I - segurança nacional; II - finanças públicas, inclusive tributárias; e III - criação de cargos públicos e fixação de vencimentos (Brasil, 1967).

Hoje prevê a Constituição Federal, em seu artigo 62, que, “em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional” (Brasil, 1988). O decreto serve para regulamentar uma lei – caso de decreto regulamentar do artigo 84, IV da CF, é privativo do chefe do Poder Executivo (Presidente da República, Governador e Prefeito). Já as portarias são atos administrativos, geralmente internos, expedidos pelos chefes de órgãos; incluem-se na categoria de atos ordinatórios. As portarias possuem fundamento de validade em decretos que, por sua vez, encontram fundamento de validade nas leis. Todos necessitam ter fundamento de validade na Constituição Federal.

Segundo o professor Rodrigo Motta (2014, p. 227).

o Decreto-Lei n. 477 foi um dos instrumentos repressivos mais draconianos produzidos pelo Regime Militar e, por isso, gerou inúmeros protestos e críticas. Posteriormente, o fim do decreto se tornaria uma das principais bandeiras de luta pela democracia e fim da interferência da ditadura na autonomia universitária.

Nesse período, a quantidade de estudantes expulsos nas universidades brasileiras foi alarmante. Na Região Nordeste, por exemplo, o cenário apresenta-se com elevados índices de expulsão nos estados da Paraíba e Pernambuco. De acordo com o Consulado dos Estados Unidos em Recife, só em Pernambuco aproximadamente 73 universitários foram expulsos (Motta, 2014).

Uma das características mais violadoras e repressivas do processo administrativo para aplicação do Decreto-lei nº 477/1969 era o seu caráter sumaríssimo. Alguns estudantes tinham poucas horas para apresentar defesa e havia somente uma instância recursal. Em caso de absolvição, o Ministro da Educação dava o voto final (Motta, 2014).

Em virtude dessa política e das leis instituídas em seu benefício, muitos músicos, professores, artistas, escritores e estudantes foram perseguidos, presos, torturados e exilados. É natural compreender, portanto, que àquela altura as pessoas viviam sua forma particular de censura, ou o que é possível chamar de autocensura (Piletti, 1990).

De forma esquemática, os estudiosos do período apontam dois momentos em que ocorreram grandes expurgos de professores nas universidades. O primeiro se deu em 1964, nos meses seguintes ao Golpe, e o segundo em 1969, depois do AI-5 e do Decreto-lei nº 477/69, que permitia expulsar alunos, funcionários e professores universitários de forma sumária, sem direito a praticamente nenhuma defesa.

A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP foi severamente atingida por esse segundo expurgo e professores como Fernando Henrique Cardoso, Bento Prado Jr., José Arthur Giannotti, Florestan Fernandes e Octavio Ianni foram compulsoriamente aposentados (Motta, 2014).

Segundo Motta (2014, p. 214): “Por serem vistas como centros irradiadores de esquerdismo no país, as universidades foram um dos

primeiros alvos dos militares, ao lado dos sindicatos e organizações de trabalhadores rurais”. Autor de um estudo sobre o tema que resultou no livro *As universidades e o regime militar*, editado pela Jorge Zahar, o pesquisador estima em mais de mil o número de alunos que foram expulsos das universidades entre 1969 e 1979. A exclusão de 250 estudantes em 1969 UnB, várias vezes invadida pelos militares durante a Ditadura Militar, é o episódio mais conhecido dessa faceta do regime.

Ficava cada vez mais evidente que, a pedagogia elaborada pelo Exército, ao longo do tempo, tinha por princípios: disciplina, obediência, organização, respeito à ordem, culto à pátria, à religião e às Forças Armadas. Essa pedagogia deveria ser instituída nos bancos escolares sem discussões e questionamentos, pois tais fundamentos se coadunavam muito bem com o ideal da Guerra Fria e da Doutrina de Segurança Nacional, ao combater de forma mais contundente a subversão comunista, enaltecendo, ao mesmo tempo, os feitos da “revolução de 1964” e a disseminação da ideia de um “Brasil que vai pra frente”.

A implementação do Decreto-lei nº 477/1969 no RN

Há uma lacuna entre o período dos governos militares no Brasil e a coleta de fontes pertinentes ao período, uma vez que a transição democrática brasileira passou por diferentes fases: o fim do Regime Militar, em 1985, a Promulgação da Constituição Federal brasileira, em 05 de outubro de 1988, e a instalação da Comissão Nacional da Verdade, em 18 de novembro de 2011, vinculada à Casa Civil da Presidência da República, conforme a Lei Federal nº 12.528, sob a presidência de Dilma Vana Rousseff. Essa Comissão visou apurar e esclarecer as graves violações de Direitos Humanos praticadas durante os anos de 1946 a 1988. Cabe ressaltar que, além dessa Comissão, surgiu no Brasil, também no ano de 2011, a Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, que também contribuiu para o acesso a documentos e arquivos de instituições de Direito Público ou Privado.

A busca pelo direito à memória e à verdade na UFRN foi uma iniciativa dos alunos do curso de Direito, por meio do Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti, que fizeram sua reivindicação através

de uma Carta aberta intitulada “Pela abertura da Comissão da Verdade na Universidade Federal do Rio Grande do Norte”, entregue à reitora em exercício no segundo semestre letivo do ano de 2012.

No Rio Grande do Norte, a Comissão da Verdade da UFRN, foi instituída através da Portaria nº 1.809/12-R, de 31 de outubro de 2012, e instalada no dia 18 de dezembro de 2013, na gestão da professora Ângela Maria Paiva Cruz e Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes, respectivamente, Reitora e Vice-Reitora da UFRN, e sob a coordenação do professor Carlos Roberto de Miranda Gomes. Essa Comissão tratou do caso referente à implantação do Decreto-lei nº 477/1969 no RN.

Fizeram parte da Comissão professores ativos e aposentados, além de representantes da ADURN/Sindicato, Sintest/UFRN, sendo membros os professores Carlos Roberto de Miranda Gomes, Presidente, Professor Adjunto aposentado do Departamento de Direito Público (CCSA), ex-presidente da Ordem dos Advogados do RN; Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade, Professor Adjunto aposentado do Departamento de Tocoginecologia/CCS, ex-diretor da Maternidade Escola Januário Cicco (MEJC); Almir de Carvalho Bueno, Professor Associado do Departamento de História (CERES); José Antônio Spineli Lindozo, Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais (CCHLA), designado pela Portaria nº 906/13-R, de 30 de abril de 2013, para substituir a professora Justina Iva de Araújo Silva; Juan de Assis Almeida, representante do DCE/UFRN, aluno do Curso de Direito, bolsista da Comissão, conforme Portaria nº 1.956-R, de 11 de setembro de 2013, em substituição a André Felipe Bandeira Cavalcante; Maria Ângela Fernandes Ferreira, representante da ADURN/Sindicato, Professora Adjunta do Departamento de Odontologia (CCS); Moisés Alves de Souza, representante do Sintest, servidor técnico administrativo lotado na Divisão de Segurança Patrimonial, e Kadma Lanubia da Silva Maia, Secretária Executiva do gabinete da reitora.

Essa Comissão realizou suas atividades ouvindo membros da comunidade universitária, sejam eles estudantes, professores ou funcionários; gestores; vítimas ou responsáveis pelos atos autoritários, coletou documentos, depoimentos e outras formas de registro, sejam eles produzidos pela própria instituição ou por outras instituições com quem a UFRN manteve relações à época dos acontecimentos ocorridos

durante a vigência do Decreto-lei nº 477/1969. Ao final do seu trabalho, a Comissão identificou o fichamento de mais de duzentos e cinquenta e nove membros da comunidade universitária, além de identificar prisões, expurgos, torturas, expulsões e desaparecimentos de presos políticos.

Neste capítulo, analisaremos os casos de indiciamentos de enquadramento no Decreto-lei nº 477/1969 constantes no Relatório Final da Comissão da Verdade da UFRN.

O ambiente acadêmico, no final da década de 1960, ficou cada vez mais controlado por órgãos do Executivo Federal, pois esse ente federativo passou a se utilizar de instrumentos de controle, tais como a censura e a repressão política frente às atividades organizadas pela comunidade universitária, como foi o caso das Resoluções nº 14/1966 e nº 111/1968 Consuni/UFRN, que proibiam a realização de “trotos” (evento realizado pelos estudantes veteranos para recepcionar os calouros na universidade), como nos diz Rinaldo Claudino de Barros (Comissão da Verdade/UFRN, 2015, p. 220):

Até eu ser eleito Presidente do Diretório, porque aí a gente organizava passeata, até os trotes daquela época eram políticos, não é como hoje que é todo mundo só pintado e pedindo dinheiro nos sinais, não, os trotes eram passeatas políticas, criticando a Guerra do Vietnã, criticando o governo, aí ficou até 68 [...].

Como podemos observar, o estudante reconhece o ambiente da época: de um lado, a censura dos órgãos de repressão e, do outro, a resistência dos estudantes que se organizavam e protestavam contra a censura e o autoritarismo da época. Sua fala é corroborada pelo jornal *Tribuna do Norte*, conforme registro fotográfico do Relatório da Comissão da Verdade da UFRN (2015, p. 221), ou seja, de 1964 a 1968, havia censura e repressão, mas ainda havia manifestação de rua, porém, a partir da decretação do Ato Institucional nº 5, no dia 13 de dezembro de 1968, e sua regulamentação nas universidades através do Decreto-lei nº 477/1969, editado no dia 02 de fevereiro de 1969, o ambiente de repressão dentro das instituições universitárias foi aprofundado.

Na UFRN, o referido decreto-lei atingiu os seguintes estudantes norte-rio-grandenses: Antônio Alfredo Santiago Nunes, Francisco Dagmar Fernandes, Jonaldo Oliveira, Luiza Maria Nóbrega e Rinaldo

Claudino de Barros. Destes, três prestaram depoimento à Comissão da Verdade da UFRN: Antônio Alfredo Santiago Nunes, Luiza Maria Nóbrega e Rinaldo Claudino de Barros, embora somente este último tenha sido enquadrado no Decreto-lei nº 477/1969 e teve seus direitos cerceados.

Em 1971, Luiza Maria Nóbrega foi perseguida pelo seu envolvimento com o Partido Comunista Revolucionário (PCR), quando cursava a Faculdade de Sociologia e Política da Fundação José Augusto. A referida aluna prestou depoimento à Comissão da Verdade da UFRN, no dia 29 de novembro de 2013. Hoje professora da instituição, em seu depoimento relatou que participou de uma pichação em Natal em alusão às visitas do general Meira Matos e do Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, sendo condenada perante a Auditoria Militar no Recife (Comissão da Verdade da UFRN, 2015, p. 261). Cabe ressaltar que, enquanto os alunos da UFRN eram indiciados e respondiam processos que levaram à perda de seu curso, a instituição concedia ao general Emílio Garrastazu Médici, Presidente da República, o título de Doutor Honoris Causa, em 1971.

Rinaldo Claudino de Barros, estudante da Faculdade de Sociologia e Política da Fundação José Augusto, militante do Partido Comunista Revolucionário (PCR), ex-presidente do Diretório Acadêmico Josué de Castro, foi o único estudante expulso de uma instituição universitária do RN, após a aplicação do Decreto-lei nº 477/1969 e do Inquérito Administrativo instaurado pelo Ofício 44-GD, de 23 de abril de 1969, do Padre Itamar de Souza, diretor da Faculdade de Sociologia e Política da Fundação José Augusto.

Em cumprimento ao Decreto-lei nº 477/1969, foi designado o servidor responsável para realizar diligências e abrir o inquérito, o senhor Luís Gonzaga Coelho Guimarães, conforme a Portaria nº 16/69, de 28 de abril de 1969. Embora tenham sido instaurados procedimentos contra os cinco estudantes, apenas um foi condenado, Rinaldo Claudino de Barros, cuja punição foi o desligamento e o impedimento de se matricular em qualquer instituição de ensino superior pelo prazo de três anos.

Esse inquérito foi aberto no período em que ocorria o processo eleitoral para o Diretório Acadêmico da Faculdade de Sociologia e Política da Fundação José Augusto. Segundo Rinaldo Claudino de Barros (Comissão da Verdade/UFRN, 2015, p. 255-256):

[...] a minha cassação é o seguinte, ia acabar o meu mandato de presidente do diretório e eu convoquei eleições... pregando nas portas das salas etc. e tal, o diretor [...] na época me chamou na sala dele, o diretor da faculdade – o professor Itamar de Souza, na época ele era padre, agora ele não é mais padre [...] ele me chamou na época dizendo que queria lançar um nome para presidente do diretório e queria que eu apoiasse o nome dele. O nome que ele ia indicar. Eu tomei um susto que eu não esperava jamais que isso fosse proposto pra mim, mas ele achava que podia, diante do endurecimento do golpe, que eu ia ficar com medo e eu ia fazer isso. Eu disse: olhe, eu nem vou apoiar o seu candidato e vou fazer mais uma coisa, eu vou de sala em sala agora ainda agora de noite e vou dizer que você fez essa proposta. [...] ele levou pro General da época [...] Duque Estrada [...] ele voltou com a instrução de que era para instaurar um inquérito e que era pra cassar [...] eu tive 48 horas para apresentar a minha defesa, que não foi lida, só foi colocada dentro do processo e pronto [...] eu perdi três anos da minha faculdade. Três anos sem poder estudar, em 68 faltava um ano para eu concluir, faltava dois anos, um ano e meio. [...] perdi a faculdade e os direitos políticos, aliás, direitos políticos não fazia muito sentido naquela época não tinha eleição, né [...].

O diretor da Faculdade de Sociologia e Política daquela época era o professor Itamar de Souza, que, sobre os acontecimentos, em depoimento à Comissão da Verdade da UFRN (2015, p. 257, 258), afirma:

Eu fui diretor da faculdade num momento de muita crise. A faculdade pagava mal, havia uma rotatividade de professores imensa, porque o salário não compensava [...] aí o movimento vinha lá da Ribeira e terminava na Fundação. Você tá entendendo?! Terminava na Fundação. Veio a hora de fazer a eleição do diretório, eu conversava com o pessoal, gente, vamos dialogar, vocês estão aí há seis anos nesse diretório, vamos fazer chapa única, que o país está muito difícil. Essa faculdade é muito visada pelo Exército. O movimento de esquerda tá todo desmantelado no Brasil, isso era em 68, e o pessoal combinava comigo alguma coisa e chegava lá embaixo o assunto era outro. [...] no outro dia, chegou um soldado do Exército com um ofício do General Duque Estrada me convidando para eu ir ao quartel, eu o conhecia [...] era um homem cordial, educado, mas quando eu cheguei lá, meu amigo, aí ele disse: como é que está a sua faculdade? Mais ou menos. E aí? Eu tou dialogando com os estudantes. Ele abriu uma gaveta e aí disse: o senhor conhece isso daqui? Aí tava o manifesto. É, eu conheço. O senhor vai ter que tomar uma providência aqui [risos].

Como podemos observar no relato do estudante, ocorreu assédio por parte diretor, ao fazer sugestões num processo eleitoral de uma entidade que representa os discentes, uma vez que o próprio diretor da faculdade sugere uma chapa única, ou seja, intervindo no processo eleitoral ou, quando afirma que estudantes já estavam há seis anos à frente do diretório acadêmico, ou ainda quando comenta a situação política do Brasil naquele contexto. Afinal, não cabe à direção da faculdade sugerir, comentar ou propor ações que cabem exclusivamente àquela entidade estudantil.

Considerações finais

Este capítulo foi importante para demonstrar as violências cometidas pelo Regime Militar contra estudantes, especialmente as realizadas em decorrência do Ato Institucional nº 5 e implementadas nas universidades por meio do Decreto-lei nº 477/69, que cerceou a liberdade de expressão e ação dos estudantes e da comunidade universitária em geral. Nesse sentido, refletir sobre esse tema contribui para dar visibilidade ao tema, especialmente nesses momentos de crises institucionais, como a ocorrida recentemente no país.

O artigo demonstrou como o Decreto-lei nº 477/1969 foi aplicado na Faculdade de Sociologia e Política da Fundação José Augusto, vitimando Rinaldo Claudino de Barros, que foi punido com a expulsão da referida instituição universitária e teve os seus direitos individuais cerceados. Identificou e analisou também os desafios de um gestor público de uma instituição acadêmica durante o governo autoritário, uma vez que, esse gestor tanto poderia assegurar os direitos dos estudantes, como poderia colaborar com o governo autoritário, como foi o caso do diretor da referida faculdade, Itamar de Souza, que colaborou com os governos autoritários e impediu que o estudante concluísse seu curso.

Paradoxalmente, foi a resistência e a mobilização desses alunos que contribuíram para pôr fim a um Regime autoritário que durou longos vinte e um anos e que garantiu um processo de Redemocratização que vem sendo processado desde 1985.

Referências

BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964.

Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.

Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966. Dispõe sobre eleições indiretas nacionais, estaduais e municipais; permite que Senadores e Deputados Federais ou Estaduais, com prévia licença, exerçam o cargo de Prefeito de capital de Estado; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966. Convoca o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discursão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.** São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAPISTRANO, Luciano Fábio Dantas. **1964: Para não esquecer.** Natal: Sebo Vermelho, 2023.

CUNHA, Luiz Antônio. **Qual a universidade?** São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

FRAGA, João Maria de Sousa. **Censura, música e resistência:** os governos militares brasileiros na sala de aula de história. Natal: Caravela Selo Cultural, 2023.

FRAGA, João Maria de Sousa; FRAGA, Maria da Conceição; FEITOSA, Fábio Pereira. **Tecedores de sonhos ao luar.** Natal: Caravela Selo Cultural, 2018.

FRAGA, Maria da Conceição. **Estudantes cultura e política:** a experiência dos manauaras. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

FRAGA, Maria da Conceição. **Da clandestinidade ao parlamento.** Natal: Caravela Selo Cultural, 2018.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985).** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MAIA, Michele Pascoal. **Juventude nos anos 1980: as práticas culturais no movimento estudantil na UFRN**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PATRÍCIO, Adriana Cristina da Silva. **A participação feminina no movimento estudantil secundarista como espaço de luta política (anos de 1980)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

PILETTI, Nelson. **História da educação**. São Paulo: Ática, 1990.

ROMANELLI, Otaísa de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

SANTOS, George Henrique Ferreira dos. **Atos Institucionais e Ensino de História da Ditadura Militar no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

SILVA, Tiago Ferreira da. **Atos Institucionais**. Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/ditadura-militar/atos-institucionais/>. Acesso em: 04 jun. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Comissão da Verdade da UFRN: relatório final**. Natal: EDUFRN, 2015. 490 p.

RESISTIR E LEMBRAR

por uma revisão da natureza
jurídica da Lei da Anistia

Lauro Marinho Maia Neto¹

A pessoa humana é coisa sagrada. Na medida em que uma Nação assume o caráter de pessoa e se torna uma alma, sua inviolabilidade aumenta na mesma proporção. O crime de violar a personalidade nacional torna-se então o maior dos crimes. Assassinar um homem é um crime. Que coisa terrível não será, portanto, assassinar uma Nação? Como qualificar tal monstruosidade? Pois bem, existe uma coisa pior do que matá-la: é aviltá-la, envilecê-la, violá-la, roubar-lhe a alma e a honra. Este crime é o único para o qual não deveria existir prescrição.

Ariano Suasuna

Introdução

Por qual razão, neste momento, uma pesquisa sobre a Anistia? Este estudo parece-nos corresponder, dada a atualidade da crise democrática brasileira, a uma necessidade política, mais do que somente acadêmica. Na virada do século, difundia-se a ideia de que a democracia estava consolidada e os militares já não mais representavam uma ameaça golpista (Zaverucha, 2001, p. 31). A virada do ano de 2022 para 2023 foi marcada, nesse campo, por acontecimentos de importante alcance: a aceleração da deterioração do regime democrático brasileiro e o anseio golpista que culminou nos atos de 8 de janeiro de 2023, colocaram, mais uma vez, a crise da democracia constitucional na ordem do dia.

Os trabalhos sobre esse assunto podem se apresentar sob uma forma apressada de análise da conjuntura política, sem que percebam, no entanto, que os problemas atuais, embora suficientemente importantes

¹ Graduando em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

para a inauguração de uma investigação científica, são um novo ponto no curso de toda uma construção histórica que não pode ser desprezada.

Nessa superfície, a urgência científica desta proposta de trabalho reside no fato de que as crises cíclicas de má consolidação da democracia estão diretamente associadas à infecunda resolução dada ao fim do período militar, sobretudo pela industriada promoção de uma política de esquecimento construída pela reabertura lenta, gradual e segura – que o foi segura sobretudo para os militares.

Essa política de esquecimento tem, naturalmente, um representante maior: a Lei da Anistia de 1979. É cada vez mais claro que o retorno cíclico de ameaças militares deriva do fato de que não lidamos propriamente com os traumas legados pelo autoritarismo.

O problema que queremos investigar é, considerando a função de esquecimento que se deriva da instrumentalização militar da Lei da Anistia, qual a natureza jurídica da Lei da Anistia e se, a partir disso, podemos pensá-la dentro de um efetivo mecanismo de Justiça de Transição?

Recolhemos, daí, duas hipóteses para este trabalho, que serão investigadas por meio do método dedutivo. Essas hipóteses são: (1) a promulgação da Lei da Anistia não representa um pacto político para recondução democrática, mas um refúgio dos militares em um momento de decomposição gradual do regime; e (2) a natureza jurídica da Lei da Anistia não permite uma interpretação de seus efeitos para fins de esquecimento dos crimes cometidos no Regime Militar.

Partindo da assunção, justificada no primeiro tópico, de que a decomposição do regime militar foi fundamental para a preparação da Anistia em 1979 – não a tese de que havia um pacto político com participação popular para a Redemocratização –, empreendemos, em primeiro lugar, uma explicitação dos fatores internos e externos que levaram à queda do prestígio do regime e, além disso, da necessidade de organização dos militares em torno de uma proteção jurídica contra o alegado “revanchismo” dos civis. Ainda nessa abordagem, no segundo tópico, trataremos dos impactos dos comitês regionais pela anistia e seus efeitos para a tese militar abordada no primeiro tópico, utilizando como objeto de pesquisa o movimento pela anistia no Rio Grande do Norte. Ficará demonstrado como a recuperação do discurso militar, que

antecipou a autoanistia, dificultou o sucesso do discurso pró-anistia geral que era defendido pelos movimentos sociais da época.

Em segundo lugar, no terceiro tópico, promovemos uma apresentação da tipologia das anistias, quais sejam as de esquecimento e de memória. Em seguida, adentraremos a uma explicação de como a natureza jurídica da Lei da Anistia não se coaduna com a tese do esquecimento, conforme defendida pelo militarismo, mas sim com a tese da memória, de modo que os efeitos prático-jurídicos da Anistia têm uma pretensão meramente de perdão dos condenados, mas não dos fatos.

Finalmente, no quarto tópico, empreendemos uma reconstrução interpretativa da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 153 (doravante ADPF 153), que versou acerca da não recepção da Lei da Anistia pela Constituição de 1988, para demonstrar: em primeiro lugar, que, àquela altura, o Supremo Tribunal Federal não se debruçou sobre a natureza jurídica da Lei da Anistia, razão pela qual não se pode usar a ADPF 153 como fundamentação argumentativa para indeferir ações de reparação e responsabilização; e, em segundo lugar, que os argumentos apresentados pela recepção da lei concederam uma má interpretação acerca do alcance do perdão concedido pela lei, sobretudo no sentido da natureza dos crimes cometidos (se comuns ou políticos).

Dessa forma, o objetivo geral deste capítulo é demonstrar a necessidade de revisitar a recepção da Lei da Anistia para que se defina a Anistia como política de memória, afastando-se a tese do esquecimento.

A decomposição do regime: fatores internos e externos

Na contramão de exemplos de queda de regimes militares em outras partes do mundo – não só na América Latina, como exemplificam os regimes português e grego –, o fim do regime brasileiro foi lento, gradual e seguro.

Não à toa esse processo somente foi instaurado na segunda metade da década de 1970, já após confirmada a política favorável às mesmas elites econômicas que no início da década de 1960 haviam se coadunado com os militares. A consolidação dessa política pode ser resumida em três pontos: o largo elenco de facilidades econômicas

diretas – isenções fiscais, remessa de lucros, créditos públicos para capital privado, proteção de monopólios, expansão dos limites agrários, contratos com empresas públicas etc. –, a ausência de controle político e a manutenção das relações de poder que confundem as esferas do público e do privado e associa poder à posse de terras (Chasin, 1997).

A política da Junta Militar, a essa altura, já não mais se sustentava na intromissão agressiva dos Estados Unidos na América do Sul. As facilidades econômicas diretas que foram concedidas pelo Regime – também para permissão da entrada do capital estrangeiro, que levou tardiamente à consolidação do capitalismo monopolista no Brasil –, aliada ao represamento de direitos sociais e ao confronto direto com os movimentos operários e de base – repressão ao direito de greve, contenção de organizações operárias, perseguição a lideranças de esquerda –, reorganizaram o Estado brasileiro como arena política relativamente submissa ao papel explorador das relações econômicas (Fernandes, 1979, p. 54), forma típica da infértil democracia de conciliação, modo pelo qual o fator econômico desempenha papel de “exploração” na relação Estado-política, porque há uma submissão limitante do sistema jurídico e político à esfera material do econômico (Poulantzas, 1977). Desse modo, os instrumentos jurídicos não nascem como tipos puros racionalizados, mas derivam das necessidades impostas pelas relações materiais da formação social em determinado momento.

O fim do Regime, assim, se organizava em torno dos méritos do próprio Golpe de 64: a resposta à industriada crise e ao medo do fantasma do comunismo (com a primeira tentativa de golpe ensaiada em 1962) fora a recuperação e concentração do poder nas mãos de uma pequena elite, que consolidou seu poder no Estado em três formas principais: alterações legislativas opressivas, repressão policial violenta e controle midiático da opinião pública. Embora isso explique o “sucesso” do governo militar, também orienta o raciocínio para a explicação da decomposição do regime.

Nesse caso, é preciso primeiro diferenciar Ditadura Militar de Fascismo. Para Poulantzas (1976), a diferenciação está no fator de mobilização social-ideológico que dá suporte ao Estado. No Totalitarismo, os movimentos de massa compõem parte fundamental do funcionamento do Estado. As ditaduras, por outro lado, são naturalmente

incapazes de “[...] virem a ser verdadeiros movimentos estruturados de massa” (Poulantzas, 1976, p. 46), e necessitam confirmar sua organização por meio de outros fatores internos e externos que não o movimento estruturado de massas com organizações de enquadramento e mobilização representativos do corpo social, numa simbiose da relação Estado-Sociedade. Por outro lado, as ditaduras militares são mais frágeis por essa falta de mobilização social que lhe legitime (pelo contrário, as organizações são de resistência), mas se mantêm, principalmente, pela repressão violenta ostensiva e permanente.

É que, no Fascismo, os aparelhos ideológicos do Estado legitimam a atuação violenta dos aparelhos repressivos, ou seja, o “papel da repressão física é necessariamente acompanhado por uma intervenção particular da ideologia, que legitima essa repressão” (Poulantzas, 1972, p. 105), o que não necessariamente ocorre nas ditaduras. O fundamental para se trabalhar isso é a lição de Werneck Sodré (2010, p. 91) de que as organizações militares são um reflexo das condições sociais de uma época, uma vez que são parte do Aparelho do Estado. A associação entre organização militar (aparelho estatal) e condições sociais (fatores econômicos e demais fatores reais de poder) será fundamental, a todo tempo, para compreendermos o comportamento das Forças Armadas no curso do Regime Militar. No caso brasileiro, a violência se intensificou após a tomada das primeiras medidas pró-abertura em 1974, demonstrando uma clara confusão entre a repressão física e sua legitimação político-ideológica.

Herzog, por exemplo, foi torturado e assassinado em 1975. O pacote de abril foi de 1977. O atentado do Riocentro foi em 1981. Os exemplos são muitos. O que a intensificação da violência como tentativa de recusar a abertura política representa é que a sustentação da Ditadura dependia da violência e, mais ainda, que não havia apoio popular nem movimento de massa articulado em prol da manutenção do Regime. No entanto, nesse último estágio, a ausência de uma articulação legitimadora provocou um efeito de intensa rejeição pública, acompanhada de medidas políticas de organização popular contra essa violência. Em outros momentos, o ensaio de uma reação popular contra o Regime seria fortemente combatido e freado. Nesse momento de decomposição, no entanto, foi possível a articulação do movimento Diretas Já.

Isso posto, não se deve ignorar o apoio de alguns segmentos sociais nessa etapa final da Ditadura Militar. Pelo contrário, a explicação para a decomposição do Regime está aí no papel considerável desempenhado pelas classes médias e altas: a articulação pelo fim do período militar somente se sucedeu quando a empreitada pela implantação sistemática do capital estrangeiro e a proteção das relações econômicas estruturais haviam se consolidado. Isso significava, de todo modo, que as classes sociais que deram base ao Regime já não mais necessitavam dele – ou, dito de outra forma, que sua política econômica já não mais se via ameaçada pelas Reformas de Base de João Goulart, nem necessitava da violência ostensiva como método político de implantação. A fraqueza política dessa burguesia interna, que antes necessitava da força militar, transformou-se em força de consolidação das classes dominantes no bloco no poder.

Essa fecunda "burguesia nacional", cujo nascimento foi permitido pela industrialização dependente, constituía uma relação contraditória com as massas populares. Tão logo se desenvolvem as forças burguesas, também naturalmente se acompanha o desenvolvimento das lutas das massas populares (Poulantzas, 1976, p. 45). A política da burguesia interna com os trabalhadores era distinta da política da burguesia compradora internacional. A burguesia nacional se via na obrigação de evoluir para uma posição menos violenta e mais conciliadora de frente o aumento exponencial e as reivindicações do movimento dos trabalhadores. Desse modo, "frente à impotência dos regimes ditatoriais em conter, pela repressão, tal agitação [da classe trabalhadora], a burguesia interna é, cada vez mais, levada a reconhecer a ação sindical" (Poulantzas, 1976, p. 46), o que no Brasil se manifestou pelas greves no ABC Paulista (1978-1980), momento de ressurgimento do movimento sindical e trabalhista.

Por fora, os fatores externos também deram força ao movimento de reabertura. Em primeiro lugar, o contexto da Guerra Fria já se afastava do que se sucedia no início da década de 1960, quando os Estados Unidos apoiaram sistematicamente a instauração e manutenção de regimes militares em regiões estratégicas (Cogiolla, 2001). Em segundo lugar, se alargavam os movimentos internacionais por Anistia e promoção dos Direitos Humanos, enquanto decaíam os regimes militares no entorno

sul-americano (Stepan, 1986, p. 78), ambos movimentos que contaram com manifestação sinalizada dos Estados Unidos, em um momento de mudança na condução geopolítica, o que provocou uma quebra da confiança e do apoio irrestrito entre a Ditadura Militar brasileira e o governo de Washington Luís (Silva, 2003, p. 252). Sem o mesmo apoio externo que legitimou o início do Regime, sobretudo o americano, a efervescência dos fatores internos alcançava outro patamar. Se antes era possível o controle da resistência interna com a pressão vinda de fora – e o uso descontrolado da violência –, agora até mesmo o uso da violência era visto com reprimenda pelos olheiros externos.

Internamente, os militares já tinham adquirido a consciência de que seu prestígio histórico perante os olhos populares estava em declínio, sobretudo pelas acusações de corrupção e pela insustentabilidade do Regime após duas décadas de governo (Stepan, 1986, p. 69). De certo modo, esses dois pontos denunciam a fragilidade da Ditadura enquanto regime político não estruturado em mobilização de massas. A proibição dos partidos políticos, a supressão dos mecanismos de participação civil na vida política e o aparelhamento técnico-burocrático das instituições do Estado, para fazer referência à ironia de Poulantzas (1980, p. 240-241), produziram um regime ao mesmo tempo melhor e pior do que o Fascismo escancarado.

Melhor porque, naturalmente, não se equiparou aos horrores do Fascismo europeu de 1930-1945. Pior porque, diferente do fim do Estado fascista, a manobra que levou ao fim gradual e lento da Ditadura Militar permitiu que uma condução silenciosa pró-militar se promovesse no Estado brasileiro. No caso do Fascismo, o Estado Democrático é revertido tão logo se ponha fim ao bloco no poder, o que é acompanhado da recuperação das liberdades retraídas pelo Totalitarismo. No caso brasileiro, houve uma conservação relativa da realidade militar, escamoteada sob uma lenta recuperação dos direitos civis.

De todo modo, a recuperação das liberdades individuais com o fim da Ditadura não foi acompanhada por uma recuperação de direitos sociais e de transformação da estrutura econômica nacional que se propôs, por exemplo, com as Reformas de Base. Está aí a grande vitória da Ditadura Militar: seu projeto político e econômico foi triunfante. Para os militares, no entanto, o momento da abertura – que não foi

revolucionária – era o de se proteger contra a ameaça “revanchista” e promover a permanência de funcionários militares nos setores mais importantes das empresas estatais estratégicas (Stepan, 1986, p. 70).

Na empreitada contra o “medo do revanchismo”, o Regime promulgou a Lei da Anistia, que, conforme será aprofundado no próximo tópico, foi celebrada pelos militares como um pacto de recondução do Brasil à civilidade democrática. Para analisarmos esse processo pela Anistia, trataremos no tópico a seguir da passagem da luta local pela Anistia para a forma final e oficial dada pela lei promulgada pelo Regime em 1979.

Os comitês regionais pela Anistia: da luta local pela Anistia ampla à Anistia oficial militar

Tradicionalmente, os direitos sociais (ou, por assim dizer, as reivindicações da classe trabalhadora que se traduzem em norma jurídica) são classificados como direitos legitimados pela luta. Significa que não derivam de tratado jusnaturalístico nem de postulado *a priori* ou de um tipo puro. São, por outro lado, conquistas promulgadas ao fim de um processo que altera a intercomunicação relacional entre a força simbólica da ideologia enquanto instituição/aparelho do Estado e o poder imanente da organização socioeconômica em determinado bloco histórico. Altera-se, por meio da ação social, a ideia que a sociedade tem do objeto em questão e, conseqüentemente, permite que a reorganização jurídica se dê de forma legítima.

A luta pelo direito, nesse sentido, é a positivação da liberdade conquistada pela sociedade, cujo procedimento de legitimação confere efetividade e autoridade à lei. Autoridade essa que atua no campo da ideologia como fato social (não no plano psicológico-individual, mas enquanto expectativa geral da sociedade), mas cuja efetividade depende do grau de correlação dessa “promessa ideal” com a materialidade da estrutura social. Isso leva à conclusão de que não se pode conduzir uma transformação pelo fenômeno ideológico sem que se trate, na mesma linha, da organização socioeconômica (Filho, 2000).

Trata-se de uma construção conexa à compreensão de que o ordenamento jurídico está fundamentado nas relações econômicas

que o contêm, porque “é a luta de classes nas formações sociais que é o motor da história: o processo histórico tem como lugar de existência essas formações” (Poulantzas, 1975, p. 29). Assim, é primeiro o processo histórico de conquista e formação do direito que o legitima enquanto tal.

No contexto da Anistia na década de 1970, queremos compreender e demonstrar como o processo de luta pela anistia foi assimilado, recuperado e pervertido pelos militares, de modo a impedir que sua condução provocasse uma efetiva mudança enquanto movimento democrático de ruptura com a Ditadura. Adiante, trataremos como essa perversão empreitada pelos militares converteu a luta popular pelo direito da anistia em um projeto político-ideológico de esquecimento.

A pressão pela anistia começou a ser exercida em 1975, com o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), e, depois, pela criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), movimentos que levaram ao Congresso Nacional pela Anistia, em 1979 (Furtado, 2000, p. 39). O lançamento e a atuação dos comitês regionais tinham como impulso principal, naturalmente, despertar a sociedade em geral para a causa da anistia, que inicialmente fora uma pauta apenas de presos políticos e de seus familiares.

A luta pela Anistia se universalizava a partir de demandas locais. Era o peso da similitude com nomes conhecidos de presos políticos locais e a revolta pelo desaparecimento notório de potiguares que punham em marcha a persistência do projeto pró-anistia geral. Além disso, é justo destacar a importância das lutas sindicais em Areia Branca, Macau e Mossoró e a participação da OAB de Natal como aliada do movimento pró-anistia. São fatores locais fundamentais para o sucesso do movimento potiguar e, conseqüentemente, para a anistia enquanto pauta nacional. As particularidades estratégicas do CBA potiguar, por sua vez, confrontaram diretamente a situação local do regime militar, que não apresentava a mesma resistência que oferecia em São Paulo e Recife, por exemplo. Isso permitiu, inclusive, que a mobilização pela anistia ocorresse antes mesmo da institucionalização do CBA potiguar, algo não tão fácil de acontecer, naquele momento, no eixo Sul-Sudeste.

O sucesso do movimento levou à aprovação do Projeto de Lei da Anistia em 1979, mas as ressalvas protecionistas aos militares presentes

na versão final da lei mantiveram insatisfeitos os grupos mobilizados pela anistia geral (Furtado, 2000, p. 42). Principalmente motivados contra a exceção do § 2º do art. 1 da Lei de Anistia, o movimento no Rio Grande do Norte seguiu em defesa da libertação de presos condenados, como Maurício Anísio de Araújo (Furtado, 2000, p. 43), que fez parte da greve de fome promovida em 1979 pelos presos políticos. O fato de o regime militar responder à demanda da oposição com a iniciativa de propor a lei permitiu que a anistia do governo refletisse a mesma fonte que gerou a doutrina da Segurança Nacional e dos Atos Institucionais (Greco, 2003, p. 298), de modo a institucionalizar a política do esquecimento dos fatos.

Nesse contexto, o segundo Congresso Nacional pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, promovido pelo Comitê Brasileiro de Anistia de São Paulo, aconteceu após a promulgação da lei, revelando o descontentamento com a conclusão dada pela lei do regime. No Rio Grande do Norte, o movimento “recebeu grande impulso com a vinda a Natal da presidente nacional do Movimento Feminino pela Anistia, Terezinha Zerbini” (Alves, 2000, p. 46), cuja participação em ato público efervesceu a luta local e levou a outras manifestações realizadas pelo comitê potiguar. Meses após, o Comitê de Anistia do Rio Grande do Norte, assim como outros CBAs regionais, foi dispersado e a luta pela anistia geral concentrou-se no cenário nacional com o retorno do pluripartidarismo, ainda em 1979.

O retorno da pluralidade no Congresso Nacional permitiu e promoveu a concentração pública do debate, antes dispersado nos comitês. Passou-se, então, à Comissão de Anistia, reorganizada nacionalmente. Com a perda parcial da força dos movimentos regionais, a bandeira da Anistia perdeu voz dentro das demais demandas democráticas. Os militares impuseram a ideia, como tratado no tópico anterior, de que a Anistia concedida era o primeiro pacto para a recondução da democracia, discurso que foi assimilado e reproduzido posteriormente. As organizações regionais, no início da década de 1980, priorizaram a bandeira das eleições diretas, que se apresentou como a mais urgente das necessidades, deixando em segundo plano o discurso de ampliação da Anistia de 1979. Ocorre que justamente a sobreposição da luta pelas diretas (enquanto símbolo de fim do regime militar) no lugar da luta pela anistia introjetou o discurso conciliatório e de “não revanchismo”

dos militares, legitimando a abrangência da Lei de Anistia como um mérito de um país que estava “fazendo as pazes consigo mesmo”.

Os movimentos regionais, dentre os quais o potiguar, reconheceram o sucesso do discurso militar, assumindo que o momento político já não era mais favorável à extensão irrestrita da Anistia de 1979. O fato de os militares terem se antecipado ao sucesso inevitável da luta que se iniciara em 1975 interrompeu o processo histórico de luta pelo direito, o que, por sua vez, levou à promulgação de uma norma jurídica formal e alegadamente democrática, mas substancialmente autoritária. Considerando, como já apresentado, que a forma (aparência do objeto) tem autonomia relativa em relação a sua substância (a essência constitutiva), a práxis política em prol da anistia geral perdeu sua ampla efetividade prática (domínio do discurso hegemônico, como veremos no último tópico) em troca da realidade fabricada pela propaganda militar.

A ampliação da Anistia, conforme debatida após a promulgação da lei em 1979, demandaria a retomada da luta dos comitês locais, oportunidade que tentou ser recuperada na constituinte de 87-88, com o reconhecimento, no art. 8º do Ato das Disposições Transitórias, de que o processo geral e irrestrito de anistia não havia sido completo. Mas a bem-sucedida subversão dos militares tomou força como discurso dominante, e a expressão ideologizada dos interesses do regime direcionou o conceito de anistia a seu favor. Desse modo, a base jurídico-ideológica da anistia correspondia diretamente aos interesses do bloco no poder, permitindo que os últimos dias do regime fossem tranquilos e que a anistia alcançasse até aos torturadores, além de subsistir como discurso de conciliação, visto que a interrupção do movimento de anistia foi parte fundamental do argumento que defende que a Lei de Anistia de 1979 tem como natureza jurídica a tese esquecimento.

A Anistia de mão dupla e o projeto de esquecimento

Conforme introduzido nos tópicos anteriores, o momento histórico e a necessidade militar fantasiaram na opinião pública a ideia de que a Anistia representava a recondução do Brasil à democracia.

A conformação da proposta ideológica dos militares teve sucesso opressivo à luta popular porque asfixiou o espaço para a contestação da ideologia “oficial”, o que permitiu a instituição da ideia da anistia dos militares como um pacto nacional conciliatório.

Mas essa recondução deveria pensar em uma reconciliação que esquecesse as lutas do passado, tratava-se de uma ideologia de reconciliação na transição. Portanto, é para o que se deixa no arcabouço omitido desse aparato legal que se deve olhar com maior atenção, conforme a lição de Pachukanis (1988, p. 43) de que “a regulamentação ou a normatização das relações sociais só aparece homogênea e totalmente jurídica para uma reflexão superficial ou puramente formal”.

Quer-se dizer, assim, que propor uma explicação para o porquê de a regulamentação da Anistia naquele determinado tempo histórico ser daquela ou de outra maneira é explicar, ao mesmo tempo, a própria regulamentação jurídica. Mais adiante, ficará clara a distinção entre a vontade da regulamentação jurídica em si e a vontade dos legisladores (militares), cuja tese tentam recuperar e confirmar.

Em verdade, a manobra representava a tentativa dos militares de evitar qualquer responsabilização de seus membros pelos crimes cometidos no curso da Ditadura – inclusive tortura e homicídio. A questão essencial é a de que não houve articulação pela derrubada da Ditadura, mas uma abertura alegadamente democrática conduzida pelos próprios interesses dos algozes da Democracia em 1964. Passo seguinte, o problema passa a ser o de recuperação da memória em disputa (Halbwachs, 1990; Ost, 2005, p. 47), na forma do binômio memória-verdade. Com o projeto político da reconciliação forçada, os militares afastaram a possibilidade de uma Justiça de Transição democrática, sobretudo para a reparação dos danos, o processamento dos violadores dos Direitos Humanos e da reforma das instituições (Almeida; Bittencourt Filho, 2012).

Nesse plano, não houve na transição para consolidação do processo de democratização nem uma depuração considerável do papel das Forças Armadas nos aparelhos do Estado (Zaverucha, 1994). Menos ainda pode-se falar em uma abertura direta para uma libertação nacional à esquerda – em oposição ao Regime. De toda forma, o que fica provado é que a queda da Ditadura não foi organizada como um processo de libertação nacional e que a substituição de uma forma de Estado (Ditadura Militar)

por outra (Democracia Liberal) foi conduzida pela mesma elite política e econômica que havia se organizado para o Golpe em 1964. O desastre não foi outro senão a reprodução civil da herança militar, mantendo-se como ponto central da política brasileira uma democracia hipotecada aos interesses do Regime e que tinha com os militares um certo sentimento de reconhecimento pelo dever cumprido.

Examinar a Lei da Anistia pode, a princípio, nos ajudar a responder questões atinentes à Anistia brasileira como processo de esquecimento (Almeida, 2022), sem considerar que o problema reside na identificação de que a natureza jurídica da Anistia no Brasil é de memória. Essa é uma tipologia elaborada por François Ost (2005, p. 172), de que há dois tipos de anistia: a dos fatos (esquecimento) e a das condenações (memória). Na primeira categoria, Ost (2005, p. 160) trabalha ainda com dois subtipos: esquecimento por negação do trauma (categoria psicanalítica do recalque) e o esquecimento por falseamento. O direito ao esquecimento está associado ao perdão coletivo por amnésia, “que dizem respeito aos vencedores em relação à sorte de suas conquistas” (Ost, 2005, p. 162), isto é, o escamoteamento dos traumas infligidos aos vencidos em determinado processo histórico.

Esse é um tipo de esquecimento muito associado ao uso do direito como confirmador institucional, por meio da legislação simbólica, da vitória de um grupo social sobre o(s) outro(s) (Neves, 2011). Esse argumento produz a construção legislativa-institucional, assegura e protege a “ordem social” – como pretendido pelos militares – e esconde sua função real: o ordenamento construído para a Anistia se engendra no ventre de uma política de esquecimento dos crimes cometidos contra os Direitos Humanos sob o véu de uma reconciliação forjada e de uma falsa pacificação.

Já o outro tipo, o esquecimento-falsário, está associado à reconstrução do discurso oficial (da “memória oficial”) em detrimento da verdade dos fatos (Ost, 2005, p. 161). Esse processo é geralmente tomado após a concessão do perdão coletivo e, como no caso brasileiro, é um acompanhante do esquecimento. Ao apagar ou reescrever partes da história e, junto a isso, conceder perdão coletivo aos que se organizaram como Estado em ação para cometer crimes contra a humanidade, o esquecimento se apresenta como impedimento ao resgate da memória.

A interpretação doutrinária e jurisprudencial hegemônica defende a tese de que a Lei da Anistia de 1979 tem como papel o esquecimento – e assim ficou definido na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153. Por outro lado, Eneá de Stutz e Almeida (2022) propõe o resgate da tese de que a anistia política brasileira é anistia de memória.

Eneá (2022, p. 15) demonstra que, apesar de a Lei nº 6.683/79 ser produto da costura de acordos políticos e de concessão aos militares, sua interpretação teleológica é a de que a lei preconiza a memória (condenatória), não o esquecimento.

O argumento de Eneá se aporta no processo histórico de luta pela Anistia, iniciado em 1975 com os Comitês Brasileiros pela Anistia, e pela distinção entre os dois projetos de lei apresentados no Congresso Nacional em 1979. O projeto da oposição previa Anistia ampla e sem exceção; enquanto o projeto vencedor, do governo, era restritivo, negando perdão aos “terroristas” condenados. Da interpretação da lei aprovada, aqueles que haviam sido condenados pela Justiça Militar permaneceriam condenados, enquanto os que ainda respondiam aos processos criminais conseguiriam o perdão. A oposição tentou, sem êxito, derrubar essa aberração jurídica. A aceitação conivente com o projeto do governo militar dava-se, como já comentado, pela construção de um ambiente social e político produzido sob a falsa justificativa de que o acordo nacional pela anistia com base no esquecimento seria uma condição necessária para a reabertura democrática (Almeida, 2022, p. 8). Mais tarde, no voto do Ministro Eros Grau na relatoria da ADPF 153 – que será melhor debatida adiante –, essa ideia foi retomada sob o argumento de que a Constituição de 1988 não se indispõe à Lei da Anistia justamente porque a Lei da Anistia foi uma espécie de “acordo pré-constitucional” (Supremo Tribunal Federal, 2010). Nota-se, portanto, a resistência no tempo dessa justificativa manipulada pelos militares.

Outros dois fatores foram determinantes para confirmação da tese de que a Anistia brasileira foi uma lei do esquecimento: o primeiro, o fator interno de que a lei foi promulgada ainda durante a Ditadura – inclusive no momento em que a violência se acirrou; o segundo, o fator externo de que os países vizinhos – Argentina e Uruguai – produziram, efetivamente, legislações de esquecimento, criando a ilusão de que também assim havia sido no Brasil (Almeida,

2022). O acordo tácito firmado pela Anistia em 1979 continuou de 1985 a 1988, com a confirmação constitucional, já no governo civil, da política de anistia de mão dupla dos militares. Essa conciliação forjada, apoiada numa política de esquecimento ao mesmo tempo de recalque e de falseamento, que produz uma espécie de “anistia dos fatos”, tem como efeito jurídico o afetamento de que o “mal” não ocorreu, permitindo que o passado seja reescrito e o silêncio seja imposto em detrimento da memória (Ost, 2005, p. 173).

Ao primeiro passo, essa política conciliatória se promovia pelo receio da presença dos militares na política nacional, visto que o fim da Ditadura não os devolveu à caserna. Mais tarde, a tese do esquecimento vem a ser o maior argumento dos militares contra a instauração da Comissão Nacional da Verdade, sob a fundamentação de que não haveria “verdade” a ser revelada, porque não há o que se apurar do Regime. O conhecido adágio militar de que “o passado é passado” é, em primeiro lugar, um afastamento da responsabilização e, conseqüentemente, de reparação dos danos cometidos.

De todo modo, fica claro que “o entendimento político em 1979 era de criar uma lei que apagasse os fatos havidos antes de sua promulgação, o que impediria qualquer tentativa de reparação, memória ou verdade sobre o período” (Almeida, 2022, p. 11). Essa seria, portanto, a “vontade do legislador”, mas não necessariamente a vontade da lei, que tem natureza jurídica própria. Na teoria clássica da hermenêutica jurídica, a teoria objetivista de interpretação de Karl Larenz (Camargo, 2003, p. 129-130), preponderante no século XX, dirá que a letra da lei possui, em si, uma racionalidade própria, de modo que a vontade do legislador, quando derramada na folha do papel, passa a ser mero indicativo interpretativo, mas que a lei em si tem significação latente independente e autônoma da subjetividade do legislador.

O argumento fundamental de Larenz, nesse caso, é o que de a vontade do legislador está sempre fadada à prisão de seu tempo histórico – no caso, a interpretação da Lei da Anistia estará irremediavelmente associada ao pacto firmado com os militares. Naturalmente que o limite interpretativo de uma norma é a literalidade de seu texto e a justeza com os princípios fundamentais, mas são esses dois fatores que sugerem que a natureza jurídica da Anistia brasileira é de memória.

Revisitar a Lei da Anistia, portanto, é uma tentativa de resgatar a memória e compatibilizar a norma jurídica com as necessidades históricas dos que foram vitimados pelo Regime, além de responsabilizar e punir aqueles mesmos atores que ainda continuam a ameaçar a normalidade democrática no Brasil. É natural que a própria ideia de conceder o perdão coletivo em um momento de exceção não pode equiparar e confundir os atos cometidos por particulares que ofenderam as leis e a “ordem” do Estado-militar com os atos cometidos pelos próprios agentes desse Estado. Razão clara para a impossibilidade dessa equiparação é a própria definição política de Democracia e Militarismo.

O Militarismo, vocábulo definido pela intervenção dos militares na política, é o controle exercido por militares sobre os civis (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998, p. 748). Seu contrário, portanto, é o poder dos civis, ou seja, a Democracia. O Militarismo, enquanto regime de legitimidade pela força, rejeita os meios clássicos e racionais para efetuar tomadas de decisão, apoiando-se na atitude das castas-hierarquias como forma de legitimação. A Democracia, por sua vez, é o regime de legitimação das decisões do Estado pelo discurso e pela participação civil.

As ações dos particulares em ato de resistência no curso de uma ditadura transitavam naturalmente às margens de uma lei injusta, porque imposta sem legitimidade, mas pela força. Já as ações cometidas pelos agentes da lei se configuram, propriamente, tanto injustas quanto são as leis desse Estado. Em sentido amplo, o crime cometido pelo regime não vitima apenas o alvo direto do ato, mas toda a sociedade, que teve suas liberdades retraídas e sua possibilidade de denunciar calada. Por tantas razões já apresentadas, e que a seguir serão mais aprofundadas, revisitar a Lei da Anistia é entendê-la como uma lei de memória e, portanto, como uma lei de responsabilização e reparação, não como uma lei de esquecimento e de perdão coletivo.

Da revisão da Lei da Anistia

Passados 45 anos da Anistia, ainda somos submetidos aos efeitos jurídicos e, principalmente, sociais do governo militar. De 2012 a 2022, o MPF ajuizou 53 ações penais contra militares por crimes

comuns cometidos durante a Ditadura Militar: nenhum foi condenado (Madeiro, 2022). O principal argumento jurídico para a absolvição dos acusados é a vigente Lei da Anistia, que prevê irrestrita concessão de perdão a todos que cometeram crimes políticos ou conexos com estes – de torturadores a torturados.

O artigo primeiro da Lei da Anistia deixa claro que o perdão alcança as penas culminadas em condenações penais transitadas em julgado até a data da promulgação da lei, não se tratando de uma anistia dos fatos. De acordo com Eneá (2022, p. 13), o parágrafo segundo do artigo primeiro evidencia o fato de que a Anistia não foi dos fatos, visto que esse parágrafo exceptua das hipóteses de Anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. A interpretação da norma deixa claro que a concessão do perdão se promove aos agentes que foram condenados por tais atos, não os atos em si.

Outro artigo que demonstra isso é o artigo sexto da Lei da Anistia, que prevê as possibilidades de concessão da declaração de ausência por parte da família do agente político desaparecido. Conforme demonstra Eneá (2022), considerando que o núcleo objetivo da norma é o “desaparecimento”, a declaração de ausência não faz sentido com uma lei que se propõe ser de esquecimento, visto que, “se a condição (o acordo político que teria se materializado na Lei da Anistia) tivesse imposto a consequência (o entendimento jurídico de que os fatos havidos antes da lei foram apagados, o fato ‘desaparecimento’ só poderia surgir após a promulgação da lei por presunção absoluta” (Almeida, 2022, p. 13). Justo memorar que o desaparecimento é um procedimento tático utilizado pela Ditadura que guarda uma relação direta com a censura e o silêncio (Cardoso, 2001, p. 175), o que aprofunda o absurdo da ideia de reconhecer o crime do desaparecimento ao mesmo tempo em que o esquece enquanto tipo penal praticado.

Além disso, é preciso refletir acerca dos méritos jurídicos e éticos da autoanistia de esquecimento, porque esse tipo de anistia autorreferenciada nada mais é do que a institucionalização da impunidade.

Essa interpretação apresentada até aqui – a de que a Lei da Anistia é uma lei da memória, não do esquecimento –, no entanto, não é a interpretação majoritária. Foi inclusive a tese do esquecimento

que saiu vitoriosa na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153, que versava sobre a não recepção da Lei da Anistia em face da Constituição de 1988, sobretudo por violação do princípio democrático e da dignidade da pessoa humana. O pedido, formulado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), arguia, em resumo, que a Anistia não poderia se estender aos crimes comuns praticados pelos agentes da repressão durante o Regime Militar (Supremo Tribunal Federal, 2010).

Sob qual pretexto a relatoria do processo, a cargo do Ministro Eros Grau, constituiu a tese vencedora de que a Constituição de 1988 recebe a Lei da Anistia?

Sobre esse assunto, é necessário fazer dois apontamentos. Em primeiro lugar, devemos rejeitar a ideia de que o ponto fundamental da ADPF foi a disputa entre as teses do esquecimento e da memória. Esse não foi o objeto da ação, nem a razão da decisão. Em segundo lugar, é de se afirmar que os efeitos do Controle de Constitucionalidade exercido pelo STF nesse caso não superam, naturalmente, os efeitos de uma ADPF. A Ação meramente questiona se a Constituição de 1988 recepciona a Lei da Anistia e, portanto, se ela está em vigor. A resposta positiva dada pelo Supremo Tribunal Federal não significa que houve decisão acerca dos efeitos da lei em si: se ela é uma anistia de esquecimento ou de memória.

Tanto por isso a recepção da lei voltará a ser discutida por meio da ADPF 320, ajuizada após a decisão da ADPF 153. De todo modo, a ementa da ADPF 153 costuma aparecer, erroneamente, como fundamentação de decisões que negam recebimento às ações penais promovidas pelo MPF contra agentes que violaram Direitos Fundamentais no regime. Ainda que não se preste ao papel de definir a natureza jurídica da norma (e, daí, se ela concede ou não perdão pelos fatos), o relatório da ADPF 153 retoma um argumento apresentado no primeiro tópico deste capítulo: o de que a Anistia foi um pacto pela redemocratização.

Aportado no método histórico de interpretação, para o voto de Eros Grau (Supremo Tribunal Federal, 2010), a Lei da Anistia foi uma espécie de acordo pré-constituente, que somente pela Anistia foi possível a elaboração e promulgação da Constituição de 1988 e, por isso, a Constituição recebe e valida a Lei da Anistia. Também houve

perigosa definição da extensão interpretativa do que são “crimes políticos”, abarcando nesse conceito até mesmo crimes comuns, sob o argumento de que, conforme prevê o texto, “hão de terem estado relacionados com os crimes políticos ou (ii) hão de terem sido praticados por motivação política” (Supremo Tribunal Federal, 2010) e que a expressão “crimes conexos a crimes políticos” resguarda sentido diretamente relacionado ao momento histórico de sanção da lei.

Trata-se, como já apresentado neste texto, de uma interpretação presa à vontade do legislador, não da lei em si, visto que a natureza jurídica que se detém da letra da lei é contrária à tese de concessão de perdão. O relator Eros Grau conferiu, para esse fim, extensiva importância ao “pacto silencioso” que construiu a Lei da Anistia, mais do que nos efeitos jurídicos da lei em si.

Na delimitação da controvérsia, a procedência da ADPF tinha como razão secundária que o STF definisse que a Lei da Anistia não concedia perdão aos que cometeram crimes comuns alegadamente praticados com motivação política. Certo que a interpretação da lei por sua natureza jurídica de memória leva à conclusão de que não há previsão de anistia para os agentes do Estado que praticaram crimes comuns contra os opositores do Regime, a interpretação da corte constitucional, mesmo sem se reter à análise da natureza jurídica da lei, mas se debruçando na interpretação do vocábulo “crimes conexos a crimes políticos”, acabou por permitir o uso interpretativo inconstitucional da anistia, ignorando as claras distinções entre crimes comuns e políticos.

Na legislação constitucional-penal brasileira, a tipologia dos crimes estabelece uma distinção entre os chamados crimes políticos. Na doutrina do Supremo Tribunal Federal, como ficou lavrado no voto do Ministro Ricardo Lewandowski (Supremo Tribunal Federal, 2010), por exemplo, há uma diferenciação entre crimes políticos típicos e crimes políticos relativos.

Se por um lado estão os crimes propriamente políticos, definidos como tais aqueles que ofendem ou ameaçam a ordem política e o regime vigente em um país – como, por exemplo, os ataques do dia 8 de janeiro de 2023; há, por outro lado, os crimes comuns relativamente políticos ou impropriamente políticos, isto é, crimes comuns cometidos com ou por certa afetação política.

A distinção fica clara se tomarmos de exemplo o Caso Marcelo Arruda, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT) assassinado por um policial penal em 2022: “o autor do crime invadiu o local da festa porque descobriu que o tema da celebração era o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT), já que a vítima atuava como tesoureiro do partido na cidade” (Caso Marcelo Arruda, 2024). Trata-se, inequivocamente, de um crime comum (homicídio) qualificado por motivação torpe (imoral, vergonhosa).

Esse é um exemplo de crime impropriamente político, visto que não se adéqua às previsões normativas da Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito – antes papel que cabia à Lei de Segurança Nacional. Alguns crimes são, por natureza, incompatíveis com a ideia de criminalidade política ou aproximação a crimes políticos por conexão, como tortura, homicídio, concussão, abuso de autoridade, privação de liberdade etc. Na sistemática processual penal brasileira, inclusive, não há previsão de conexão material de crimes por aproximação de vontades ou motivação.

O que fica demonstrado, e para tanto é necessária uma revisão da Lei da Anistia com esse propósito (em primeiro lugar de definir sua natureza jurídica), é que não há alcance de concessão do perdão para crimes comuns e que o emprego do conceito de conexão nada mais foi do que uma atecnia inconstitucional da norma.

Como demonstrado nos tópicos anteriores, não é factualmente correto afirmar que a Lei da Anistia veio como uma “concessão” dos militares, mas, mais claramente, que foi uma Lei da Anistia autorreferenciada, promulgada em um período de desconforto e insatisfação com o Regime. Não se tratava de uma permissividade para a retomada e recondução do país à Democracia, mas de uma proteção autoconcedida dos militares: uma autoanistia de esquecimento.

Também é infecundo o debate acerca dos limites e alcances da Lei da Anistia (se para todos os agentes, para quais crimes etc.), haja vista que não se trata de uma anistia de fatos. O debate fundamental, no caso, está no centro da definição da natureza jurídica da Lei da Anistia, que foi tão-somente uma anistia das condenações – uma anistia de memória, de modo que “os fatos subsistem porque não foram esquecidos pela legislação. A memória persiste e deve ser permanente. Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça” (Almeida, 2022, p. 27).

Desse modo, reorganizada a interpretação jurídica da Lei da Anistia, a tutela jurisdicional de recuperação da memória das vítimas e responsabilização dos agentes ganha novos horizontes, sobretudo na esfera penal. Resgata-se, no fim, o direito de memória, que é senão o direito fundante do fazer justiça.

Considerações finais

O estudo da retomada de ameaças golpistas, do declínio da confirmação de direitos sociais e da guinada da barbárie no Brasil de 2024, exige um retorno à segunda metade do século XX. O caminho cuja chegada teve como ato final os ataques do 8 de janeiro de 2023 – com “manifestantes” ansiosos por um por um golpe militar – tem como largada a Anistia irrestrita autoconcedida pelos militares em 1979.

O que demonstramos neste trabalho foi a falseabilidade de duas teses dos militares: a primeira de que a Lei da Anistia representa uma política de esquecimento e perdão coletivo; a segunda de que a Anistia foi construída em um ensaio coletivo apoiado pela comunidade civil e que teve como objetivo a recondução democrática do Brasil.

Quanto à primeira tese, ficou comprovado que a interpretação da norma sugere que a política da anistia é a da memória – de responsabilização e reparação, sem esquecimento dos fatos –, tendo alcançado o “perdão” apenas os que haviam sido condenados. Em paralelo a isso, ficou evidenciado que os crimes cuja Anistia buscava alcançar eram os de particulares contra a opressão do Estado, não os atos dos agentes do Regime.

No que se refere à segunda tese, a visita histórica ao momento em que foi esboçada a Anistia demonstra uma evidente tentativa, por parte dos militares, de se olvidar de uma necessária responsabilização que viria acompanhada da inevitável reabertura ao poder civil na década de 1980. A concessão antecipada da Anistia, inclusive com o autoperdão, conferida seis anos antes da reabertura, fora construída em torno dos mitos do “revanchismo” e da alegada necessidade de união nacional em prol da democratização. A antecipação da proposta por iniciativa dos militares adiantou o sucesso que viria dos crescentes

movimentos regionais por Anistia, promulgando uma anistia infecunda de efeitos de ruptura com o regime militar e de punição para os crimes promovidos por agentes do Estado.

É verdade que hoje o momento sugere uma tendência crescente de reconhecimento dos crimes da ditadura e, conseqüentemente, de responsabilização pelos abusos e violações promovidas. Isso se apresenta, inclusive, pela inclusão em pauta no STF da ADPF 320, que busca tratar, mais uma vez, da (não)recepção da Lei da Anistia.

Para que essa revisitação à Lei da Anistia não reste infecunda como a anterior (ADPF 132), será necessário que a Corte Constitucional se debruce sobre a definição de sua natureza jurídica, como tratamos neste texto. Para isso, será necessário afastar a tese militar de que a Anistia representa os valores de união e reconciliação.

A democracia brasileira, traumatizada pela ameaça do militarismo, não pode se fechar à covardia do perdão coletivo, chaga que nos trouxe à condição atual. A paralisação dos institutos da Justiça de Transição no governo Bolsonaro (2019-2022) é demonstração clara e recente de que se não abandonarmos a tese conciliatória do esquecimento – e, por fim, não responsabilizarmos aqueles que têm promovido o atraso do desenvolvimento democrático no país –, ficaremos permanentemente na iminência de um retorno dos personagens da caserna aos palcos políticos.

Referências

ALMEIDA, Eneá de Stutz e; BITTENCOURT FILHO, José. Estado e cuidado: as reparações no processo brasileiro de anistia política. *In*: CONPEDI; UFF (org.). **Justiça de transição**: verdade, memória e justiça. Florianópolis: FUNJAB, 2012.

ALMEIDA, Eneá de Stutz e. **A transição brasileira**: memória, verdade, reparação e justiça (1971-2021). Salvador: Assessoria Socioculturais e Educacionais, 2022.

ALVES, André. Um comitê, uma causa e a vitória da sociedade. *In*: ALVES, André; DANTAS, José Alves; CHAVES, Zênia. **Anistia 20 anos 1979-1999**: um resgate da luta no Rio Grande do Norte. Natal: Sindicato dos Bancários, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988. v. I.

CAMARGO, Margarida. **Hermenêutica e argumentação**. São Paulo: Renovar, 2003.

CARDOSO, Irene. **Para uma crítica do presente**. São Paulo: Editora 34, 2001.

CASO Marcelo Arruda: bolsonarista que matou tesoureiro do PT vai à júri em 4 de abril. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/03/13/caso-marcelo-arruda-bolsonarista-que-matou-tesoureiro-do-pt-vai-a-juri-em-4-de-abril.ghml>. Acesso em: 13 abr. 2024.

CHASIN, José. **A miséria brasileira**: 1964-1994: do golpe militar à crise social. Santo André: Ad Hominem, 1997.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1979.

FILHO, Roberto Lyra. **O que é direito**. Brasília: Brasiliense, 2000.

FURTADO, Roberto. O sonho embalou a visão de um amanhã sem ódios. In: ALVES, André; DANTAS, José Alves; CHAVES, Zênia. **Anistia 20 anos 1979-1999**: um resgate da luta no Rio Grande do Norte. Natal: Sindicato dos Bancários, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

GRECO, Heloisa Amélia. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. p. 559.

MADEIRO, Carlos. Após 53 ações, nenhum agente foi condenado por crimes na ditadura no Brasil. **UOL Notícias**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/04/20/apos-53-acoes-criminais-so-um-agente-foi-condenado-por-crimes-na-ditadura.htm>. Acesso em: 13 abr. 2024.

NEVES, Marcelo. **A constitucionalização simbólica**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

OST, François. **O tempo do direito**. Bauru: EDUSC, 2005.

PACHUKANIS, E. B. **A teoria geral do direito e o marxismo**. São Paulo: Editora Acadêmico, 1988.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e ditadura**. Porto: Portucalense Editora, 1972. v. 2.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras**: Portugal, Grécia, Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

SILVA, Fernando Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STEPAN, Alfred C. **Os militares**: da abertura à nova república. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153**. Relator: Min. Eros Grau. Brasília, 29 de abril de 2010.

ZAVERUCHA, Jorge. **Rumor de sabres**: controle civil ou tutela militar? São Paulo: Ática, 1994.

PARTE III

HISTÓRIA E MEMÓRIA NO RN: TRAJETÓRIAS DE VIDA DE MILITANTES PERSEGUIDOS PELA DITADURA MILITAR

Educar é um ato de amor, por isso
é um ato de coragem.

Paulo Freire

A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE LUIZ IGNÁCIO MARANHÃO FILHO

Jeane Fialho Canuto¹

Introdução

Este artigo tem o objetivo de reunir elementos que permitam uma reflexão sobre a Ditadura Militar no Rio Grande do Norte. Abordaremos aspectos da memória construída pelos militares em nosso estado, ou o esquecimento, a ausência de conhecimento acerca de acontecimentos extremamente marcantes para o povo potiguar, mas que são relegados. Traremos como pretexto para a nossa reflexão a trajetória de Luiz Ignácio Maranhão Filho, um potiguar que foi morto nos porões da Ditadura e cujo corpo nunca foi encontrado. O desaparecimento de Luiz Maranhão, bem como o de outros potiguares torturados pelo Regime de Exceção, é fato desconhecido pela ampla maioria da população norte-rio-grandense. Por essa razão, a reconstrução dessa memória esquecida, é urgente, pois as gerações presentes e futuras necessitam formular uma opinião a respeito de um período tão marcante de nossa história.

A Ditadura Militar implantada no Brasil em 1964 deixou um rastro de tortura e morte na vida de muitas famílias. Em vários estados houve vítimas do Regime de Exceção, cujas marcas são visíveis até hoje e permanecerão para sempre.

O Rio Grande do Norte também perdeu muitos filhos para o Regime Militar. Vários foram os potiguares que agonizaram nos porões da Ditadura e muitos nunca voltaram para o seio de suas famílias. Dentre os norte-rio-grandenses desaparecidos, destacamos a figura de Luiz Ignácio Maranhão Filho, principal dirigente comunista potiguar, liderança do

¹ Mestre em Ciências Sociais pela UFRN. Atuou como professora da Rede Municipal de Natal e como membro da Comissão pela Verdade, Memória e Justiça do Município de Natal.

Partido Comunista Brasileiro, advogado, jornalista e professor do Colégio Atheneu Norte-Riograndense. Brilhante intelectual, além de cotado para ser o sucessor de Luiz Carlos Prestes à frente da Direção Nacional do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Luiz Maranhão foi encarregado pelo Comitê Central do partido para articular o apoio da Igreja Católica na luta pela volta da democracia no país. Preso e torturado, seu corpo nunca foi encontrado e ele é um dos onze membros do Comitê Central do PCB a figurar na lista dos desaparecidos políticos e mortos pela Ditadura Militar em 1964.

Considerando a importância de Luiz Ignácio Maranhão Filho para o Rio Grande do Norte, bem como sua projeção nacional como militante político, analisamos aspectos de sua trajetória pessoal e política, bem como as circunstâncias de sua prisão e desaparecimento, com o intuito de contribuir para uma reconstrução da memória social da Ditadura Militar no nosso estado.

A memória social, sua constituição e importância para a sociedade

De acordo com Michel Pollak², a memória parece ser um fenômeno que é individual, algo íntimo, próprio da pessoa. O próprio Pollak explica que Maurice Halbwachs³, entre os anos 1920 e 1930, já afirmava que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. Apesar dessa característica mutante, a memória tanto individual quanto coletiva apresenta marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis. Para Pollak (1992, p. 2), explicando ainda o que disse Halbwachs, tanto numa história de vida individual quanto em memórias construídas coletivamente, podem existir elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças.

2 Michael Pollak nasceu em Viena, Áustria, em 1948, e morreu em Paris, em 1992. Radicado na França, formou-se em sociologia e trabalhou como pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS.

3 Maurice Halbwachs (Reims, 11 de março de 1877 — Buchenwald, 16 de maio de 1945) foi um sociólogo francês da escola durkheimiana. Escreveu uma tese sobre o nível de vida dos operários, e sua obra mais célebre é o estudo do conceito de memória coletiva, que ele criou.

A memória individual ou coletiva, segundo Pollak (1992, p. 2), possui alguns elementos constitutivos, quais sejam: os acontecimentos pessoais, os acontecimentos “vividos por tabela”, que são aqueles vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. O autor destaca ainda que a memória é constituída por pessoas, personagens, e que existem os lugares de memória, que podem ser os lugares ligados particularmente a uma lembrança ou na memória mais pública, os lugares de comemoração.

Esse conceito de memória social tem origem no pensamento de Halbwachs, oriundo da Sociologia de Durkheim⁴, e trata de uma abordagem da memória como um substrato de conhecimento coletivo e culturalmente conhecido por determinado grupo em certo contexto social.

É Halbwachs que estreia o conceito da memória enquanto fenômeno eminentemente coletivo e como integrante da tradição europeia do século XIX, segue o pensamento de que a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva (Pollak, 1989, p. 3).

Pollak (1989, p. 3) afirma que Halbwachs em vários momentos dá pistas para a uma seletividade de toda memória, e também para um processo de “negociação” para conciliar memória coletiva e memórias individuais.

Nesse sentido, Michel Pollak nos ajuda a compreender a importância da história oral para o resgate de uma memória que está subterrânea, escondida, que é a memória dos excluídos, das minorias, e que aqui podemos relacionar aos presos e torturados pelo Regime Militar, em detrimento da Memória Oficial, a que sempre prevaleceu no imaginário coletivo, que é a dos militares. Pollak (1989, p. 14) afirma com propriedade que:

Ao privilegiar a análise dos excluídos dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memória subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à Memória Oficial, no caso da memória nacional.

4 Halbwachs partilha da ideia de Durkheim de que os fatos sociais são coisas e devem ser tratados assim para que haja uma maior objetividade no trabalho sociológico.

O pensamento de Pollak nos permite perceber que pode haver perspectivas diferentes na compreensão e análise dessa memória social, pois trata-se de uma abordagem que fala em conciliação da memória coletiva com a individual e uma outra que trata da disputa da memória. Halbwachs trabalha com a negociação da memória coletiva e individual. Michel Pollak concorda com Halbwachs, mas enfatiza que numa abordagem *construtivista*, que não lida com os fatos sociais como coisas, mas analisa como os fatos sociais se tornam coisas, interessam os processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. A memória entra em disputa quando as memórias subterrâneas, que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível, afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados (Pollak, 1989, p. 4).

Em relação à Ditadura Militar no Brasil, especialmente no Rio Grande do Norte, a memória coletiva construída sobre a atuação dos militares privilegia o ponto de vista destes, de maneira que outras versões deixaram de ser reveladas ou explicitadas, ficando no esquecimento.

Os militares construíram um imaginário de libertação, de que o regime implantado por eles era legítimo pois faria do Brasil um país melhor de se viver e para isso se fazia necessário destruir o espectro do comunismo que pairava sobre a nação brasileira. Qualquer forma de resistência deveria ser combatida, não importando os meios necessários para isso. Esse imaginário se perpetuou na sociedade brasileira e até hoje permanece disseminado de forma generalizada, sem que se compreenda aspectos intrínsecos ao período.

Muitos brasileiros foram torturados e outros mais perderam a vida para o Regime de Exceção. Há muitos aspectos sobre o Regime Militar a serem estudados, lembrados e denunciados, sobretudo na passagem dos 60 anos do Golpe de 1964. Reparar plenamente as famílias que perderam entes queridos nos porões da Ditadura é impossível, punir com rigor os responsáveis vai levar um tempo, ou talvez não aconteça, mas é possível denunciar, revelar à sociedade brasileira fatos desconhecidos pela maioria da população que sequer sabe o que ou quando tais acontecimentos sucederam em nossa história. Torna-se necessário que mais trabalhos de pesquisa relacionados à Ditadura Militar e aspectos relacionados a ela, quais sejam: tortura, morte, desaparecimento, resistência, esquerda,

direita, guerrilha, e tantos outros elementos que ainda dormem em arquivos documentais pelo país afora, possam surgir para que a memória social sobre esse Regime seja revista.

A reconstrução da memória de presos políticos pode ser feita através do depoimento destes, mas nos casos de maior crueldade, nos quais militantes foram torturados até a morte e, mais ainda, casos em que o corpo nunca foi encontrado e entregue às famílias, só resta uma reconstrução a partir de depoimentos secundários e da pesquisa documental.

Diante do crescente, mas ainda incipiente número de pesquisas sobre a Ditadura Militar no Brasil, é possível acreditar que pode haver uma reviravolta nessa memória social, lenta e gradual, mas eficaz e que a memória dos esquecidos passe a figurar como parte importante da construção de uma identidade para o Brasil.

Nesse sentido, comungamos com Daniel Aarão Reis, quando ele diz:

Porque o tempo dá voltas inesperadas. Os derrotados de ontem, na luta aberta, podem ser os vitoriosos de amanhã, na memória coletiva. Nas batalhas de memória, o jogo nunca está definitivamente disputado, as areias são sempre movediças e os pontos considerados ganhos podem ser subitamente perdidos (Reis, 2004, p. 30).

Buscaremos neste texto reconstruir a trajetória de Luiz Ignácio Maranhão Filho, norte-rio-grandense, que foi morto nos porões da Ditadura Militar brasileira.

Reconstruir a memória de fatos ocorridos no Rio Grande do Norte ou fazer ajustes a esta a partir da vida de Luiz Maranhão significa denunciar as torturas que sofreu, seu desaparecimento e morte. Sua trajetória como jornalista, professor e membro do Partido Comunista Brasileiro nos dá pistas de um homem íntegro, ético e comprometido com o ideal de construção de uma sociedade mais justa. Seu crime: lutar por justiça social. Sua sentença: morte, sem deixar rastros de sua existência terrena.

O cenário do Brasil pré-Golpe

De acordo com Reis (2004), é preciso analisar a conjuntura anterior a 1964, para que se possa compreender as ações que culminaram com a intervenção militar. O autor considera como marco inicial o ano de 1961, no qual setores militares já teriam a intenção de assumir o controle do Brasil, após a renúncia de Jânio Quadros à presidência do país. Reis (2004, p. 31) afirma:

Quando tudo pode ter começado? [...] Compartilho o ponto de vista de muitos que apontam agosto de 1961 como marco inicial. Deu-se, então, a renúncia de um presidente eleito, Jânio Quadros, há apenas sete meses no poder. O quanto este líder carismático despertara de esperanças positivas, nas eleições que o consagraram, e na posse, em janeiro de 1961, desencadearia, agora, com a renúncia, de perplexidade e de decepção.

O autor explica que, com a renúncia de Jânio Quadros, os ministros militares nomeados por ele não se conformaram com a atitude e planejaram um Golpe para impedir que o vice-presidente eleito, João Goulart, em viagem à China, tomasse posse, sob a alegação de que ele tinha vínculos com o sistema e com o legado de Getúlio Vargas, que teria sido derrotado por Jânio Quadros. Jango também era acusado de ter vínculos com o comunismo internacional (Reis, 2004, p. 31).

Essa tentativa de Golpe não prosperou, pois foi contida por um movimento de resistência democrática liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que, era além de correligionário, cunhado de Jango.

O início da década de 1960 no Brasil foi marcado pelo surgimento de vários movimentos sociais, mobilização das Ligas Camponesas e dos sindicatos dos trabalhadores rurais em favor da reforma agrária, o movimento estudantil liderado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e as associações militares, mobilizando a sociedade e levando a política para as ruas, além do Parlamento brasileiro. De acordo com Capistrano (2010), essa mobilização popular não foi realizada apenas pela esquerda, direita também ocupou as ruas com as famosas

“marchas da família”. Instituições como a Igreja Católica e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foram pilares importantes na formação de uma mentalidade pró-intervenção militar nos rumos políticos do Brasil (Capistrano, 2010, p. 29).

Essa tensão social gerada pelas mobilizações populares de ambos os lados, direita e esquerda, provocou uma crise política que culminou com o Golpe Militar de 1964. Diversos setores dominantes da burguesia nacional acreditavam que a intervenção militar seria uma ação salvadora.

Muitos setores conservadores da sociedade brasileira foram responsáveis pela disseminação nas massas populares do mito de que a crise brasileira poderia levar o país ao domínio do comunismo internacional. Essas ideias geravam um sentimento de medo, de incerteza na população, que temia a emergência de uma nação sem rumo, sob o comando de comunistas, pois

Praticamente toda a classe média e setores importantes dos trabalhadores rurais e urbanos estavam ganhos pela propaganda anticomunista. Seus principais veículos foram os organismos financiados pelos EUA, o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática, UDN e a Igreja Católica (Brasil, 1985, p. 59).

Desse modo, um Golpe Civil-militar é implementado no Brasil em abril de 1964, que vai romper com o processo democrático e dará início ao período de governos militares, comprometidos com os interesses do grande capital internacional, como afirma Capistrano (2010, p. 33) quando diz que

[...] as forças armadas depõem o Presidente da República e instauram o governo dos “generais”, apresentando nos primeiros instantes, o caráter autoritário do novo modelo político. Não houve perda de tempo na repressão aos adeptos do governo João Goulart. Os militares ocuparam com soldados e tanques as principais avenidas e ruas, em todo o território nacional. A liberdade foi suprimida, a noite caíra sobre a sociedade brasileira.

O Golpe Militar de 1964 em Natal, Rio Grande do Norte

Tais fatos não se mantiveram distantes do Rio Grande do Norte. O Golpe Militar também atingiu as terras potiguaras e, tanto os acontecimentos pré-Golpe quanto as ações militares, repercutiram em nosso estado.

A década de 1960 também foi marcada por uma ebulição política e cultural no Rio Grande do Norte. Fora eleito governador Aluizio Alves, derrotando Djalma Marinho, e para prefeito de Natal, Djalma Maranhão, irmão de Luiz Ignácio Maranhão Filho. As eleições para governador e prefeito tiveram apoio de forças progressistas numa campanha que obteve a participação de trabalhadores, intelectuais, estudantes etc.

Natal passou por uma das administrações mais democráticas de sua história e o prefeito Djalma Maranhão, mesmo com algumas dificuldades financeiras, criou um dos maiores programas de Educação Popular do país, como afirma Galvão (1994, p. 3):

O prefeito, com bastante dificuldade econômica, realizava a sua administração, priorizando o programa de alfabetização popular, conscientização política e democratização da cultura, que eram executados através da campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” e da Diretoria de Documentação e Cultura.

A campanha do prefeito Djalma Maranhão, que tinha o apoio de professores primários, lideranças estudantis e professores universitários, obteve aceitação e repercussão nacional, mostrando-se viável e vitoriosa na busca da erradicação do analfabetismo e incentivo à leitura na cidade de Natal.

Quando o Golpe Militar foi deflagrado, em abril de 1964, o prefeito Djalma Maranhão assumiu o que considerava ser a defesa da democracia e publicou uma nota nos meios de comunicação em apoio ao Presidente da República João Goulart e declarou que a Prefeitura de Natal tornava-se o “quartel general da legalidade e da resistência” (Galvão, 1994, p. 4).

Essa afirmação contida na nota escrita pelo prefeito irritou os militares e foi interpretada como ameaça e mobilização para a resistência popular.

Na Prefeitura encontraram-se apenas algumas lideranças estudantis, sindicais e assessores do prefeito que estavam apreensivos com as notícias que começavam a se espalhar.

Claro estava que o prefeito Djalma Maranhão, pelas suas convicções e posição política, não apoiava a ação de militares e, tanto ele quanto seus assessores, correligionários e pessoas próximas de seu governo, pagaram caro por isso. A atuação dos militares no Rio Grande do Norte a partir do Golpe de 1964 foi responsável pelo desmonte da maior campanha de Educação Popular da história do nosso estado, além de prender, torturar e matar muitos potiguares.

O contexto em que Natal estava inserida quando aconteceu o Golpe Militar é frequentemente desconhecido pela maioria da população, que sequer ouviu falar das ações do então prefeito Djalma Maranhão e da campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, das bibliotecas volantes e dos polos de cultura, implementados em sua administração.

Djalma Maranhão foi preso e levado para Fernando de Noronha. Pediu asilo político no Uruguai e terminou seus dias por lá, como um forasteiro. Teve um destino menos cruel que o do irmão, o que não ameniza a dor e a perda. Morreu no exílio, o que para ele também foi uma tortura. Ficar longe da sua terra natal, foi doloroso demais para o grande Djalma, que vivia “quase sempre só no exílio, porque a esposa não se adaptava ao clima de Montevideo, a saudade que sentiu foi devastadora. A ditadura durou vinte anos; ele resistiu a apenas seis” (Galvão, 1994, p. 204).

Luiz Ignácio Maranhão Filho e a memória social da Ditadura Militar no Rio Grande do Norte

Nascido em 25 de agosto de 1921, em Natal, Rio Grande do Norte, Luiz Maranhão era um dos cinco filhos do casal Luiz Ignácio Maranhão e Maria Salomé de Carvalho Maranhão. Ele próprio se dizia um menino “mofino, aluado e brincalhão”. Extremamente míope, ganhou um apelido de infância: Cego Lula.

Cresceu numa família amorosa e que incentivava os estudos. Sua mãe, Salomé, era parteira, disciplinava bastante os filhos, bem como a casa. Por volta dos dez anos de idade, Luiz contraiu uma pneumonia

grave, que quase o matou. Gostava muito de leitura e de História, e embora seu processo de alfabetização tenha demorado em virtude da dificuldade visual, aos 14 anos ele já escrevia artigos na escola, alguns destes para a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Na década de 1940, Luiz passou a ser redator do jornal *A República*, em Natal, enquanto era estudante do Colégio Atheneu Norte-Riograndense. Posteriormente foi professor de Geografia na mesma instituição.

No Atheneu, teve contato com muitas ideias e lia bastante. Seu pensamento era mais direcionado à igualdade social, à coletividade e à justiça social, desse modo, em 1945, filiou-se ao PCB, pois acreditava que esse partido atendia às suas necessidades ideológicas.

Estudou Direito na Faculdade do Recife e lá trabalhou no jornal *A Folha do Povo*.

Em 1952, Luiz Maranhão foi preso e torturado, acusado de atividades subversivas, na Base Aérea de Natal, como relata Góes (1999, p. 91) através da carta de Vulpiano Cavalcanti, médico e vítima de tortura na Ditadura Militar, e seus dezesseis companheiros presos civis, entregue ao presidente da Associação Brasileira dos Direitos do Homem, em 1953:

Dr. Luiz Ignácio Maranhão Filho, 32 anos, solteiro, advogado, jornalista, membro da Associação Norte-rio-grandense de Imprensa e do seu Conselho Deliberativo, professor do Colégio Estadual do Rio Grande do Norte.

Sequestrado no dia 4 de dezembro de 1952 no Recife, em plena Rua Imperial, pelo tenente Ney Noronha e patrulha. Recolhido a um campo de concentração, com cerca de arame farpado, no Quartel-General da 2ª Zona Aérea, Piedade, onde demorou uma hora, foi transportado de avião para Natal, sob ameaça de ser algemado. Em Natal, foi recolhido ao campo de concentração da Base Aérea. Tendo exigido o seu direito, como advogado, de ser recolhido à sala do Estado-Maior, foi jogado numa cela-túmulo.

No mesmo dia foi à presença do coronel Koeler, comandante da Base, que ordenara sua prisão. Exigia o coronel Koeler “explicações” sobre várias reportagens publicadas na Folha do Povo do Recife, sobre torturas a presos políticos em Parnamirim. No dia seguinte foi levado, à meia-noite, para o que chamavam uma “sessão espírita”, sendo então espancado e torturado por um grupo de oito oficiais e um sargento. Nessa noite, foi espancado até o clarear do dia, sendo colocado despido com fortes refletores sobre o rosto. Espancaram-no brutalmente a cassetetes de borracha em todo o corpo, inclusive na

cabeça e garganta. Foi esmurrado no rosto até sangrar pelo nariz e pela boca. Essas torturas prosseguiram durante quinze dias. Por ordem do major Hipólito foi metido em camisa-de-força e amarrado. Depois de assim imobilizado, teve o saco escrotal amarrado a um cordão, que era puxado pelo tenente Câmara e ao qual o mesmo oficial pendurou um peso de madeira. Pelo major Hipólito foi espancado a cassetete até cair sem sentidos, após o que era levantado do chão pelos cabelos. Teve, depois, a cabeça e sobrelhas raspadas. Sofreu por parte dos tenentes Câmara e Correia e Pinto, durante várias horas, torturas a golpes de jiu-jitsu, em consequência das quais seus braços ficaram deformados pelas inchações. Numa das noites de suplício, quando um oficial o segurava, o major Souza Mendes o espancava na cabeça, o sargento Correia o espancava na cabeça, o sargento Correia o espancava nas plantas dos pés, e o tenente Câmara queimava seu corpo com um cigarro aceso. Em consequência o seu corpo ficou cheio de queimaduras e bolhas, a ponto de os soldados da guarda se mostrarem atemorizados, imaginando tratar-se de varíola. Durante os espancamentos foi obrigado a ingerir doses de óleo de rícino. Sentado diante de uma mesa, teve os braços imobilizados por um oficial, que se postou sobre os seus braços. Isso serviu para que o tenente Câmara, rindo sadicamente, introduzisse agulhas nas suas unhas, das quais várias apodreceram. Na cela, era constantemente espancado a pontapés nas costelas e nas pernas. Também batiam violentamente a sua cabeça nas paredes de cimento-armado, ficando em estado de delírio. Foi ameaçado de atos de pederastia, e o tenente Câmara tentou introduzir um cassetete em seu ânus. Numa das “sessões espíritas” (sobre as quais esclareciam ser aquele método de Boré), abriram sua boca e jogaram um besouro vivo na garganta. Várias vezes foi ameaçado de morte. O major Souza Mendes ameaçava cortar seus pulsos com gilete. Retirado da cela foi colocado no xadrez, frente ao qual funcionava um alto-falante dia e noite, idêntico ao das celas.

O conteúdo da carta nos mostra as terríveis sevícias às quais Luiz Maranhão foi submetido, mesmo antes do Golpe de 1964, o que já demonstra que suas atitudes enquanto jornalista, seus textos, muitos dos quais tratavam da Reforma Agrária no Brasil, incomodavam os militares, de modo que ele já era perseguido e acusado de atividades subversivas e poderia ser preso novamente. A tortura, que não o matou, deixou sequelas que o acompanharam para sempre, dentre elas uma labirintite.

Luiz Maranhão foi posto em liberdade junto com outros companheiros em 13 de agosto de 1953. A Justiça Comum arquivou o processo por falta de provas.

Mesmo após esse momento terrível que passou na Base Aérea, Luiz não abandonou a luta nem se sentia vítima. Foi reconduzido ao cargo de professor do Atheneu e voltou ao jornalismo como redator-chefe do *Diário de Natal*. Aos 32 anos, dedicou-se ao trabalho de reconstruir em Natal o Partido Comunista e foi eleito Deputado Estadual em 3 de outubro de 1958 pela Aliança Popular Nacionalista (PTN-PST-PSB), para o quadriênio 1959-1963.

Sua atuação como deputado deixava clara sua posição de lutar por um país democrático e mais igualitário, defendia o diálogo, nunca a truculência ou o radicalismo. Dentre as propostas que defendia, uma das principais dizia respeito à Reforma Agrária. Luiz Maranhão lutava pela criação de um Instituto que cuidasse das questões da terra no Rio Grande do Norte, como nos conta Góes (1999, p. 147):

Na Assembleia Legislativa, Luiz Maranhão prosseguia na tentativa de interessar os deputados em um projeto visando à criação de um Instituto de Reforma Agrária no Rio Grande do Norte. Começara com a elaboração de um estudo sobre a Reforma Agrária na Zona da Mata intitulado Grupo de Trabalho da Estrela. A proposta defendia o direito de propriedade da terra aos atuais arrendatários, parceiros e meeiros. O estudo previa ainda a criação de um Banco Rural que concedesse financiamento a meeiros, terceiros, arrendatários e pequenos e médios proprietários. Discordava, porém, das palavras que estavam em voga: “Reforma Agrária na lei ou na marra”, aprovadas no I Congresso Nacional de Lavradores do Campo e que o PCB, impulsionado pelo movimento social, acatava.

Para pôr em prática os projetos sociais que defendia, Luiz Maranhão pregava a união de setores da sociedade em prol de um objetivo maior, que era uma vida melhor para o povo. Passou a defender uma articulação dos comunistas com a Igreja Católica, ideia baseada em Roger Garaudy⁵, membro do Partido Comunista Francês com quem se correspondia e partilhava seu pensamento. Garaudy era considerado um dos mais lúcidos intelectuais do Ocidente europeu e não acreditava em Socialismo sem Democracia. Entre os comunistas havia dúvidas sobre

5 Roger Garaudy (Marselha, 17 de julho de 1913 – Paris, 13 de junho de 2012) foi um filósofo francês de origem católica com cerca de 50 livros publicados nas áreas de religião e política. Integrou a resistência francesa contra o nazismo durante a Segunda Guerra Mundial, foi preso, aderiu ao partido comunista no pós-guerra e, mais tarde, abraçou o islamismo e a causa palestina. Foi deputado, por quatro vezes, e senador na França, todas pelo Partido Comunista Francês, sendo expulso do PC, em 1970, por ter criticado a invasão soviética da Checoslováquia.

essa aliança com a Igreja, portanto a interlocução de Luiz Maranhão foi fundamental para o diálogo entre comunistas e católicos:

Evidentemente, a articulação entre comunistas e católicos (estes, em sua maioria eram estudantes) não foi sempre tranquila. Os estudantes comunistas tinham suas dúvidas. Até onde iria a Igreja nas lutas pelas mudanças? Como seria com relação à Reforma Agrária? Naquele momento, a influência de Luiz Maranhão foi decisiva. Dizia que o radicalismo era uma grande burrice. Não somente fomentou a articulação, como orientou esta posição com argumentos que demonstravam seu resultado de estudos e reflexões, o que despertava a confiança dos estudantes [...] (Góes, 1999, p. 153).

Quando o Golpe foi deflagrado em Natal, em 1º de abril de 1964, Luiz Maranhão encontrava-se em reunião, junto com seu irmão, o então prefeito, Djalma Maranhão, na Prefeitura. Esse foi o último encontro entre os dois irmãos e Luiz dizia a Djalma que iria passar um tempo fora, em uma outra cidade, até que a crise passasse e as coisas se acalmassem. Quando os militares chegaram à Prefeitura, Luiz Maranhão não estava mais lá, mas os que estavam, passaram por momentos de tensão quando uma patrulha do Exército invadiu o prédio. O oficial que a comandava abriu a porta do gabinete do prefeito com um chute, e gritou: “Acabou a baderna! Pra fora, comunistas, filhos da puta!” (Góes, 1999, p. 182).

Luiz foi até sua casa, pegou alguns pertences e foi abrigar-se na casa de um trabalhador no subúrbio da cidade. Enquanto isso, seu irmão Djalma foi preso, junto com assessores e correligionários, foi decretado o impeachment do prefeito e de seu vice e a prefeitura foi assumida pelo Almirante Tertius Pires Rabelo.

Em 10 de abril, Luiz Maranhão foi preso, não se sabe como foi descoberto, demitido do Atheneu e foi levado para o Regimento de Obuses (RO), onde mais uma vez sofreu terríveis torturas físicas e psicológicas. Posteriormente foi levado para Fernando de Noronha, em 21 de agosto, e foi libertado em 26 de novembro por habeas corpus. Suas acusações eram subversão, atacar a Constituição e atentar contra a Democracia. A denúncia do promotor Oton Fialho, da 7ª Auditoria Militar do Exército, no Recife, foi esta:

Em face do IPM, constante de seis volumes ora anexados e ex-vi do preceituado no artigo 8º, parágrafo 1º do Ato Institucional nº 2, que faz competir à Justiça Militar o processo de julgamento de todos os crimes previstos na Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953 – Lei de Segurança do Estado – Luiz Ignácio Maranhão Filho, brasileiro, com 43 anos, filho de Luiz Ignácio Maranhão e Maria Salomé de Carvalho, nascido em Natal, onde reside na rua 13 de Maio, 347. Advogado e jornalista, declarando-se marxista, frequentava reuniões tipicamente subversivas das quais resultavam atos contra a Ordem Pública, em companhia de outros companheiros comunistas. Tentou legalizar o PC. Possuía biblioteca marxista-leninista e recebia auxílio em dinheiro, para a manutenção do jornal esquerdista Novos Rumos, que atacava o Brasil e sua Constituição. Visitou a Rússia e outros países da Cortina de Ferro. Compareceu ao Q.G. da Legalidade, assim chamado, no dia 1º de abril de 1964, em afronta à Revolução de Março, vitoriosa. Era elemento de real prestígio no seio do PC em Natal, atuando em favor deste Partido, contra o regime democrático e o Brasil (Góes, 1999, p. 202).

A denúncia demonstra claramente a visão que os militares tinham sobre os comunistas: subversivos, que atentavam contra a ordem e a Constituição, além de serem contra o regime democrático brasileiro. Na fala do promotor há a referência ao que os militares chamam de *Revolução de Março*, que saiu vitoriosa, jamais chamando de Golpe. Percebe-se que os militares realmente acreditavam que suas intenções e ações eram benéficas para o país, sendo o comunismo um mal que necessitaria ser extirpado do seio da sociedade para que o Brasil caminhasse para o progresso.

Depois de libertado, em 1964, Luiz Maranhão continua sua luta e, após o Ato Institucional nº 5 (AI-5), passa a viver na clandestinidade. Ele saiu de Natal para nunca mais voltar. Viveu entre o Rio de Janeiro e São Paulo, e fez parte da direção do Comitê Nacional do Partido Comunista.

Consta que Luiz Maranhão foi sequestrado em 1974. Existem duas versões para o que aconteceu a ele: a primeira, divulgada pela revista *Veja*, de novembro de 1992, é a de que o ex-sargento Marival Chaves afirmou que os presos que resistiam às torturas recebiam uma injeção para matar cavalos e que ele teria reconhecido Luiz Maranhão num desses presos. Ele afirmou à revista que desse modo teria sido exterminada toda a cúpula do PCB. A segunda versão, que foi ouvida pelo ex-dirigente Hércules Corrêa através de um oficial das Forças Armadas

em uma reunião social, dá conta de que a cúpula do PCB teria sido sequestrada, morta e jogada em alto-mar, não pela repressão brasileira, mas por agentes da segurança norte-americana, que estava preocupada com os rumos da abertura política. Hércules Corrêa não nega, nem confirma essa informação. De acordo com Góes (1999, p. 261), tudo leva a pensar que houve um acordo na repressão, que era eliminar os que incomodavam, comunistas do PCB ou não. A autora ainda afirma que não seria possível que órgãos de segurança norte-americana tivessem conhecimento ou participação na morte desses militantes.

A esposa de Luiz Maranhão, Odete Roselli Maranhão, ficou anos sem saber informações sobre o paradeiro do marido. Para ela, pouco importava saber quem foi que cometeu as brutalidades, mas as brutalidades em si. Ela tentou de diversas formas saber onde o marido estava, recorreu a todas as pessoas que podia, que prometiam providências, mas o tempo passou e a incerteza permaneceu. Somente em 5 de dezembro de 1996, vinte e dois anos depois do desaparecimento de Luiz Maranhão, ela recebeu a certidão de óbito do marido. O Estado brasileiro admitiu sua morte, de acordo com o artigo 1º da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995. No documento, para espanto de Odete, consta que ela, a declarante, é a testemunha da morte. Onde deveria constar a causa da morte, está escrito apenas: de acordo com o artigo 1º da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995. Assim o Estado brasileiro recorre a um artigo para expressar a causa da morte, deixando de admitir um crime que cometeu, pois os militares estavam a serviço desse Estado que torturava em nome de um “Regime Democrático”.

Na ficha do Dops de Luiz Ignácio Maranhão Filho consta como motivo da prisão a participação subversiva e o histórico afirma: “É membro do Comitê Central do PCB, deixou a cidade do Rio de Janeiro/GB, integrando-se num novo esquema do PCB, em São Paulo (INFO Nº 563-ID7, de 5 Dez 73)”.⁶

Luiz Maranhão não foi o único militante político potiguar morto e desaparecido nos porões da repressão. Outros também deixaram de ser velados por suas famílias, para que o ciclo de suas vidas fosse concluído. O mais preocupante é que tais fatos estão alheios a uma parcela da

6 As fichas do Dops de Luiz Maranhão e outros presos políticos do Rio Grande do Norte estão disponíveis para consulta no Arquivo Público Estadual.

população do nosso estado, alguns acreditam que os acontecimentos referentes à Ditadura Militar ocorreram muito longe daqui, e outros tantos nem sequer sabem que houve uma Ditadura. A trajetória de Luiz Maranhão e de todos os outros que foram torturados, desaparecidos precisa ser difundida para que essa lacuna da história seja preenchida e para que todos saibam o que houve no Brasil e no Rio Grande do Norte. Na busca pela Democracia e pela justiça, um povo precisa conhecer sua história, admitir os erros, repará-los da forma que for possível, para se compreender enquanto povo e aprender com as falhas cometidas.

Recorremos à trajetória de Luiz Maranhão para narrar os fatos ocorridos no Rio Grande do Norte, sua história e seu sacrifício em nome de uma causa. O esquecimento ou a manipulação do que aconteceu nos envergonha, entristece e exige reparação, ainda que não possa ser feita plenamente; é preciso ajustar as contas com o passado, e revelar esse passado permite um ajuste de contas, que é tardio, doloroso, mas necessário para a reconstrução da memória da Ditadura Militar no nosso estado.

Reconstruir a memória da Ditadura Militar no Rio Grande do Norte

Com a Lei da Anistia, promulgada em 28 de agosto de 1979, o Estado brasileiro anistiou tanto torturados quanto torturadores

Apesar da Lei de Anistia, o processo de reconhecimento de muitos erros cometidos durante o Regime Militar foi bastante lento. A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos só foi criada em 1995, dez anos depois do fim da Ditadura Militar, e é partir dessa Comissão que os casos de presos torturados e desaparecidos começam a ser esclarecidos.

Atualmente, há uma discussão na sociedade brasileira a respeito do acerto de contas com o nosso passado. A discussão gira em torno da maneira como poderá ser feita uma reparação desse passado. Uma parte da sociedade defende que os torturadores sejam punidos com prisão e uma outra parte defende que não, pois a Anistia já resolveu tudo.

Com o advento da Comissão Nacional da Verdade e das Comissões da Verdade estaduais e municipais, essa discussão aflora ainda mais.

Diríamos, como afirma Pollak (1989, p. 3), que a Memória Social entrou em disputa, e as memórias subterrâneas começam a emergir. A Comissão da Verdade não tem a função de punir, pois isso é competência da Justiça, mas tem um papel importantíssimo e definitivo na reconstrução da memória brasileira sobre a Ditadura, que é o papel de investigar e sobretudo divulgar os fatos que feriram os Direitos Humanos de brasileiros. Muitos torturadores já se foram, pois passaram 60 anos do Golpe Civil-militar, e muitos torturados também não estão mais entre nós, daí a importância de coletar os depoimentos o quanto antes para que mais sobreviventes possam contar suas versões.

Luiz Ignácio Maranhão Filho permanece um desconhecido pela maioria do povo potiguar. Com seu nome existe uma escola em Natal, Escola Municipal Luiz Maranhão Filho, no bairro de Cidade Nova, e outra em Parnamirim; a Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa e a Comissão Municipal da Verdade, Memória e Justiça de Natal levaram seu nome. Pouco se sabe sobre quem foi Luiz Ignácio Maranhão Filho, o que ele fez e qual a relação que existe entre seu nome e o Regime Militar.

Como então reconstruir a história dos presos políticos durante a Ditadura no Rio Grande do Norte? Como revelar o que houve no Brasil e no estado para um grande número de pessoas? Uma pequena parcela da sociedade reflete sobre os fatos relativos à Ditadura Militar no Brasil e no Rio Grande do Norte. São várias as possibilidades de se reconstruir gradativamente a Memória Social da Ditadura. Uma delas é incluindo nos livros didáticos de História do Ensino Fundamental um conteúdo mais específico e detalhado sobre o Golpe e o Regime Militar no Brasil e no Rio Grande do Norte. Os livros de História trazem a Ditadura como conteúdo e até tratam como Golpe de 1964, mas não detalham prisões, torturas, mortes e desaparecimentos. Os livros falam no âmbito nacional, não trabalham com aspectos locais, de cada estado, tornando a realidade distante do estado ao qual pertencemos. Desse modo, é necessário um material que trabalhe a História da Ditadura no Rio Grande do Norte e que nomeie os acontecimentos, os presos, os torturados e os desaparecidos, pois desde o Ensino Fundamental o estudante poderá analisar o processo histórico, observando também a versão dos torturados e não apenas a versão oficial.

Outra possibilidade para a reconstrução da Memória Social da Ditadura seria a construção de monumento em homenagem às vítimas do Regime de Exceção, a exemplo de países como Argentina, Chile e Uruguai. O monumento é uma forma palpável de se perpetuar a Memória Social, desperta a curiosidade e é eficaz para organizar a Memória quando é necessário uma ruptura com o passado, pois, como afirma Pierre Nora⁷:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar problema de sua encarnação (Nora, 1993, p. 7).

Se a nossa Memória sobre a Ditadura Militar estivesse consolidada, formada na mentalidade das pessoas, não seria preciso uma reconstrução, como a proposta neste texto, e não estaríamos vivenciando um momento de disputa de Memória, como o que vivemos atualmente em nosso país. Dessa forma, concordamos com Pollak (1992, p. 7) quando ele diz que

[...] quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual. Quando a memória e a identidade trabalham por si sós, isso corresponde àquilo que eu chamaria de conjunturas ou períodos calmos, em que diminui a preocupação com a memória e a identidade.

Dessarte, para que haja uma reconstrução da Memória Coletiva sobre a Ditadura Militar no Rio Grande do Norte, consideramos relevante o estudo da trajetória de militantes políticos presos, torturados

7 Pierre Nora (Paris, 17 de novembro de 1931) é um historiador francês. Ocupa uma posição particular, que o qualifica como uma referência entre os historiadores franceses contemporâneos. É conhecido pelos seus trabalhos sobre a identidade francesa e a memória, o ofício do historiador, e ainda pelo seu papel como editor em Ciências Sociais. O seu nome está associado à Nova História.

e mortos pelo Regime Militar, o qual possibilite uma análise mais completa da ação dos militares no país e, neste texto, recorreremos à trajetória de Luiz Ignácio Maranhão Filho para falar sobre esse período. Outros aspectos também necessitam ser contemplados, tais como a resistência armada, especialmente a guerrilha, os vários grupos de esquerda e seu pensamento, o pensamento dos militares, a atuação da Igreja Católica antes e depois do Golpe, a participação civil no Golpe, entre outros.

Se hoje vivemos num regime democrático, faz-se necessário disponibilizar publicamente os arquivos da Ditadura Militar, e com isso cumprir as previsões constitucionais que garantem as liberdades individuais, concernentes às diferenças de posição política, visando a construção de um país mais justo e igualitário para todos os brasileiros.

Referências

AQUINO, Rubim Santos Leão. **Um tempo para não esquecer: 1964-1985**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais: um relato para a história**. 28. ed. São Paulo: Vozes, 1996.

CAPISTRANO, Luciano Fábio Dantas. **O Golpe Militar no Rio Grande do Norte e os norte-rio-grandenses mortos e desaparecidos: 1969-1973**. Natal: Sebo Vermelho, 2010.

COSTA, Homero de Oliveira. O partido comunista no Rio Grande do Norte: 1945-1964. **Caderno de História**, Natal, CCHLA, EDUFRN, v. 3, n. 1, p. 51-81, jan./jun. 1996.

GALVÃO, Mailde Pinto. **1964: aconteceu em abril**. Natal: Clima, 1994.

GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Revan, Editora UFRJ, 1999.

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica contemporânea. **Historia y problemas del siglo XX**, volúmen, 2, año 2, 2011.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Paris: Gallimard, 1984.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 25 ago. 2024.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941>. Acesso em: 25 ago. 2024.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004.

REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984**. Londrina: Editora UEL, 2001.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Unesp, 1993.

STUDART, Heloneida. **Luiz, o santo ateu**. Natal: EDUFRN, 2006.

VASCONCELOS, José Gerardo. **Memórias do silêncio: militantes de esquerda no Brasil autoritário**. Fortaleza: EDUFC, 1998.

GLÊNIO SÁ

um comunista guerrilheiro
em defesa da liberdade

Jana Sá¹

Introdução

26 de julho de 1990. Não demorou mais que duas horas o intervalo entre a última ligação feita para casa e o plantão da Rede Globo. “Morre o candidato ao Senado pela Frente Brasil Popular, Glênio Sá”. Foi pela TV que recebemos a notícia da morte do meu pai. Segurando a mão da minha mãe, escutava meu irmão tentar me convencer de que aquilo não era verdade. “Lembre, irmã, do que painho nos disse, a televisão mente, a Rede Globo mente, não é verdade”. Não podíamos acreditar no que assistíamos. Há poucos minutos, brincávamos na vila onde morávamos, no bairro do Alecrim, à espera da chegada de painho. O fim de cada agenda política representava sempre um momento de lazer em família: lambada, corrida, esconde-esconde, cavalinho, futebol. Eram muitas as brincadeiras.

A negação à notícia que ouvíamos atônitos foi interrompida pela solidariedade expressa em abraços, choros, palavras de conforto. Não sei exatamente como, mas é como se as pessoas tivessem, num único segundo, sido colocadas ali, na casa da minha tia Ivanete, irmã do meu pai, às dezenas. Definitivamente, aquela não era uma informação falsa.

Minha família — especialmente eu, meu irmão, Gilson Sá, e minha mãe, Fátima Sá — sofria, naquele momento, o mais duro golpe de nossas vidas: a perda de um pai e de um companheiro. Meu irmão tinha apenas nove anos de idade, e eu, seis. Só muitos anos depois consegui entender o que aquele dia representaria não apenas para

1 Mestra em Ciências Sociais pela UFRN, jornalista, diretora, roteirista e produtora do documentário “Não foi acidente, mataram meu pai” (2022). Produziu o livro-reportagem *Memórias do Araguaia: o legado de luta de Glênio Sá*; é coautora de capítulo de livro. Foi Assessora da Comissão da Verdade da UFRN. É Presidenta do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Rio Grande do Norte e integra o Grupo de Filhos e Netos Vítimas da Ditadura Civil-militar e a Coalizão por Memória, Verdade, Justiça e Democracia.

nossa família, mas também para a política brasileira. Aquela dor particular foi compartilhada com milhares de pessoas.

As imagens daquele dia registram militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), do qual meu pai era presidente estadual no Rio Grande do Norte, trabalhadoras e trabalhadores potiguar, moradores e lideranças de bairros, correligionários. Pelo menos cinco mil pessoas, segundo registro do centro de velório, prestaram solidariedade a Glênio Sá e Alírio Guerra, companheiro de direção partidária. Ao cair da tarde, uma enorme carreata tomou as ruas da capital potiguar. Ao longo do percurso do bairro Tirol até o Cemitério de Nova Descoberta, as pessoas estendiam lençóis, toalhas, lenços e bandeiras vermelhas num claro reconhecimento do significado daquelas vidas.

Eu não estava lá. A emoção desse momento só pude sentir quase um mês depois, quando minha mãe chegou em casa com imagens feitas pela TV Memória Popular. Uma iniciativa do ativista em Direitos Humanos, Roberto Monte, e da sua esposa, Maise Monte. Naquele 26 de julho de 1990, eles faziam as primeiras filmagens com um novo equipamento adquirido pelo casal.

Mas não eram exatamente as imagens que eu, ainda criança, queria recuperar do meu pai. A perda de painho ainda na minha primeira infância me deixou marcas profundas. Meu pâncreas parou de funcionar com o choque emocional e adquiri uma diabetes mellitus. Para além do ataque do sistema imunológico às células do pâncreas que produzem insulina, perdi, de imediato, as lembranças físicas do meu pai. Das recordações com ele, tenho apenas uma fotografia em que estamos juntos.

Desde então, são os relatos da minha mãe, do meu irmão, dos meus avós maternos, dos tios e tias, e os depoimentos que escuto de amigos mais próximos, que me dão a dimensão do quanto era um pai carinhoso, e consigo entender toda a dor que passei a compartilhar com meus diários e em cartas escritas para ele e, logicamente, nunca respondidas.

Uma procura que me levou a fazer a escolha de ser jornalista. Queria investigar e contar toda trajetória de vida pessoal e profissional que escutei em minha casa. O lugar onde nasci, cresci e vivi o melhor da minha infância, a presença do meu pai, já havia sido sede clandestina do PCdoB. Foram mais de três décadas de pesquisa realizada pela minha família. Desde a morte de painho, eu, minha mãe e meu irmão estreitamos

ainda mais os fortes laços de amor e companheirismo entre nós três, uma relação que tenho muito orgulho e gratidão por ter oportunidade de vivenciar diariamente. Minha mãe e meu irmão são minhas maiores referências, inclusive na luta por Memória, Verdade e Justiça.

Minha mãe, Fátima Sá, é militante comunista, ativista de Direitos Humanos e uma das fundadoras da União das Mulheres de Natal. Por sua atuação política, sofreu a demissão do seu ambiente de trabalho. A perseguição foi reconhecida pelo Estado em 2009, quando ela foi anistiada politicamente. Meu irmão, Gilson Sá, músico e jornalista, hoje é pai da Manuela Sá (neta mais nova de Glênio). É corroteirista e diretor de fotografia do documentário “Não foi acidente. Mataram meu pai”. O filme, lançado em 2022, expõe fatos, indícios e traz à luz da razão revelações sobre as circunstâncias da morte de Glênio Sá.

Para além de uma filha que sente saudade de coisas simples — da presença, do sorriso, das brincadeiras, dos estudos, das coisas que juntos não pudemos vivenciar, das conversas que não travamos, dos beijos que não trocamos, dos abraços que não compartilhamos, das alegrias que não comemoramos, das tristezas que não choramos —, sempre me sinto extremamente lisonjeada com a referência ao homem grandioso que era meu pai, conhecido por sua extrema firmeza, simplicidade, coragem e capacidade de superar divergências com diálogo, pela paciência que tinha. Uma história que precisa ser conhecida não apenas pelas gerações passadas, mas também pelas presentes e futuras.

Eu conheci o meu avô pelos depoimentos da minha mãe, da minha avó e do meu tio. Eles sempre falaram sobre a história de vida inteira dele. Sobre como ele tinha ingressado na luta, como tinha ingressado no partido, como ele participou da Guerrilha do Araguaia, que foi esse movimento tão gigante, tão intenso. E eu ficava sempre me perguntando o que levava uma pessoa a dedicar sua vida inteira por causa de um ideal e a sofrer perseguição, tortura, passar por dificuldades imensas. E assim fui, desde casa, crescendo na luta. E isso foi ficando cada vez mais claro para mim, esse motivo de persistência, ele foi crescendo comigo. Ele acreditava na construção de um futuro certo, que é um futuro socialista, um futuro digno para todos os seres humanos. Então eu me sinto muito orgulhosa de estar continuando esse legado, porque além de ser influenciada por ele, eu sinto que isso é um dever, uma obrigação (Depoimento de Ana Beatriz de Sá Vasconcelos, 17/07/2021).

Ana Beatriz é minha filha, a neta mais velha de Glênio. Ela não teve o privilégio da convivência com o avô, nasceu em 2003, 13 anos depois da morte dele. Hoje cursa o terceiro ano de Psicologia na UFRN e tem militância política na Unidade Popular (UP).

Estamos falando de alguém que fez uma descoberta de vida na vivência do sofrimento. Aos 16 anos, Glênio Sá, que teve três irmãos diretamente afetados pela Ditadura, Gilberto Fernandes de Sá, Epitácio Martins de Sá Filho e Gil Fernandes de Sá, já tinha presente que ser comunista era uma opção cotidiana. Ele fez essa escolha em 1966, ao ingressar no Movimento Estudantil Secundarista em Fortaleza, no Ceará, no momento mais duro da nossa história recente, que foi a Ditadura Militar. A militância dos irmãos no PCdoB e a convivência com Gil e Gilberto no apartamento em que moravam juntos em Fortaleza foram fatores influenciadores para a escolha da sigla por Glênio Sá.

Gil trabalhava no Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e era ligado ao movimento sindical quando teve o nome citado por um colega em interrogatório e acabou sendo preso em janeiro de 1973. Ele foi detido por policiais civis e federais no gabinete do diretor do BNB, o general Murilo Borges, no Edifício São Luiz, na Praça do Ferreira. Gilberto, perseguido pelo regime, precisou fazer pós-doutorado no CNRS, em Paris, no ano de 1974. Epitácio Martins de Sá Filho recebeu pena de seis meses de detenção e foi cassado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no período de 1969/1970/1971, quando era estudante do segundo ano de Engenharia Civil, através de Ofício reservado nº 06/GAB – 26/fev./1969. Foi julgado pela Auditoria Militar 7ª Região Militar. Acusação (art. 38, inciso II, do Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967).

Engajamento na luta política

É preciso entender, em primeiro lugar, o cenário político que dá origem ao engajamento de Glênio Sá nas manifestações políticas dos estudantes e sua filiação ao Partido Comunista do Brasil. No início da segunda metade do século XX, o Brasil estava marcado por crises financeiras e disputas pelo poder, mas não isoladamente, uma vez que a América Latina também enfrentava graves conflitos.

Ao lado dessa realidade latino-americana, os Estados Unidos disputavam com a antiga União Soviética uma guerra ideológica. Sob o pretexto de afastar a ideologia comunista na América Latina, sucessivos golpes de Estado ocorreram no continente com o apoio norte-americano.

Contra a alegada ameaça comunista, no Brasil, os militares deram o Golpe em 1964, amparados pela Igreja, setores empresariais, imprensa e políticos da direita. Um novo regime foi implementado, apoiando-se em Atos Institucionais, que fundamentaram uma nova pirâmide normativa, legitimada na doutrina da Segurança Nacional. O que se viu, depois da subversão da ordem constitucional, foi a supressão das garantias constitucionais dos cidadãos, imperando o que se chamou de “terrorismo de Estado”.

Setores organizados da sociedade foram desarticulados. Sindicatos e associações foram fechados ou sofreram intervenções, partidos políticos foram extintos, líderes políticos, sindicais e estudantes foram cassados e presos.

Foi na cidade do Crato, no Ceará, em que o potiguar Glênio Sá sofreu suas duas primeiras prisões após a edição, em 1968, do famigerado Ato Institucional nº 5 (AI-5). Foi indiciado no Inquérito nº 18/69, instaurado pela Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal do Ceará. Era a consequência dos chamados “anos de chumbo”, período mais repressivo da Ditadura Militar (1964-1985). Em duas décadas, segundo dados do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, divulgado em dezembro de 2014, pelo menos 377 pessoas foram responsáveis, direta ou indiretamente, pela prática de assassinatos de 434 opositores ao regime.

O AI-5 concedeu ao Presidente da República poderes extraordinários, permitindo-lhe cassar mandatos eletivos, suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, decretar o recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos, intervir nos estados e municípios, além de suspender o direito ao habeas corpus.

O Ato Institucional nº 5 foi instituído em um contexto de crescente oposição à Ditadura. Parte das forças civis que inicialmente apoiaram o Golpe de 1964 começaram a se distanciar, à medida que a militarização avançava. Em 1966, foi formada uma Frente Ampla de oposição, as manifestações estudantis de rua se intensificaram e a resistência cultural ao regime cresceu. Essa situação atingiu seu ponto crítico em

março de 1968, quando a polícia da Guanabara assassinou o estudante secundarista Edson Luís no restaurante universitário Calabouço.

Os primeiros anos do AI-5 foram marcados pela violência como política de Estado, incluindo prisões clandestinas, tortura e desaparecimentos forçados. O sistema de vigilância da sociedade foi significativamente expandido através de uma sofisticada rede de informação que abrangia desde os ministérios até suas autarquias, incluindo as universidades. Até mesmo em instituições estaduais, foi instalado um desses dispositivos, a Assessoria de Segurança e Informação.

O Movimento Estudantil, sendo um dos principais opositores ao regime, foi violentamente reprimido pelo governo autoritário. A União Nacional dos Estudantes (UNE), principal entidade representativa dos estudantes universitários, operou na clandestinidade até ser extinta, em 1973, com seu presidente, Honestino Guimarães, sendo assassinado pelo regime.

Nesse contexto de imensa dificuldade em atuar nas cidades, como líder do Movimento Estudantil Secundarista no Ceará, Glênio Sá podia ter escolhido o caminho do exílio, mas novamente optou pela luta na sua forma mais elevada e foi, em 1970, para o Sul do Pará, organizar a Guerrilha do Araguaia, um dos mais emblemáticos episódios de resistência armada à Ditadura Militar no Brasil, que teve suas raízes fincadas no início da década de 1960.

Experiência na Guerrilha do Araguaia

A radicalização política de diversos setores da sociedade, desencadeada pelo Golpe Militar de 1964, levou a um crescente descontentamento entre militantes de esquerda, que viam a luta armada como a única resposta viável. Na sua forma mais elevada à repressão brutal do regime. A esse cenário, somou-se a influência das revoluções socialistas bem-sucedidas em outros países, que inspirou movimentos semelhantes na América Latina.

O Partido Comunista do Brasil, convencido de que a única maneira de derrubar a Ditadura seria através de uma revolução popular e armada, decidiu criar uma frente guerrilheira no interior

do país. Em 1966, líderes do PCdoB começaram a planejar a instalação de uma base revolucionária na região do Araguaia, uma área remota e de difícil acesso, localizada entre os estados do Pará, Tocantins (à época parte de Goiás) e Maranhão. A escolha do Araguaia se dá devido à sua geografia isolada, que oferecia um ambiente favorável para a guerrilha, e à possibilidade de mobilizar os camponeses locais para a causa revolucionária.

Os primeiros militantes chegaram à região em 1967, disfarçados de camponeses e pequenos comerciantes, iniciando um cuidadoso trabalho de integração com as comunidades locais. Eles ensinaram técnicas de cultivo, ajudaram na construção de infraestrutura básica e começaram a educar politicamente os moradores sobre a necessidade de se rebelarem contra a opressão do Governo Militar. Com o passar do tempo, a Guerrilha do Araguaia foi se estruturando, criando bases de apoio e preparando-se para o confronto armado que consideravam inevitável.

Eu e ele fomos os primeiros a chegar. Aí nós fomos para a base do destacamento, que era na gameleira. Aí foram chegando companheiros. Ao longo de um ano, nós montamos o destacamento com 21, que formava o B, comandado pelo Osvaldo nas margens do Gameleira (depoimento de José Genoino Neto, 14/07/2020).

José Genoino Neto começou sua trajetória política como militante do Partido Comunista do Brasil e participou da Guerrilha do Araguaia. Após a Anistia, ingressou no Partido dos Trabalhadores (PT). Ele foi eleito deputado federal por São Paulo diversas vezes e teve um papel importante na articulação e defesa das políticas do partido. Em 2002, assumiu a presidência nacional do PT.

Glênio Sá e José Genoino Neto chegaram juntos à região do Araguaia, em 26 de julho de 1970, exatos 20 anos antes da morte do comunista potiguar. Naquele momento, porém, a data representava a esperança de um novo ciclo.

Foi o João Amazonas, um dos principais dirigentes do Partido Comunista do Brasil e figura central na organização e condução da Guerrilha do Araguaia, quem recebeu Glênio Sá às margens do rio Gameleira. Junto a ele estava o Osvaldo Orlando da Costa, mais conhecido como Osvaldão, o primeiro militante comunista a chegar

na região do Araguaia, em 1967, e uma das figuras mais icônicas e reverenciadas do movimento guerrilheiro. Nascido em 1938, em Passa Quatro, Minas Gerais, Osvaldão se destacou tanto por sua liderança carismática quanto por suas habilidades de combate. O mineiro liderava o destacamento B e tinha como vice-comandante José Humberto Bronca (Zeca). Ao todo, 21 pessoas integravam o destacamento.

Entre 1972 e 1974, o conflito no Araguaia atingiu seu ponto mais intenso. O governo militar, ao descobrir a existência da Guerrilha, mobilizou uma série de operações para eliminá-la. A primeira delas, conhecida como Operação Papagaio, teve início em abril de 1972. Milhares de soldados foram enviados à região com o objetivo de dismantelar as bases guerrilheiras e capturar seus líderes. No entanto, a Guerrilha, bem preparada, conhecedora do terreno e com apoio da população local, conseguiu resistir às investidas iniciais.

A resposta do governo foi escalonar a repressão. As Forças Armadas implementaram uma série de operações subsequentes, aumentando cada vez mais o número de tropas e recursos destinados à região. As táticas de combate se tornaram mais brutais, envolvendo o uso de tortura, desaparecimentos forçados e execuções sumárias de suspeitos de colaborar com a Guerrilha. A população local, apanhada no fogo cruzado, sofreu intensamente com a violência, sendo muitas vezes utilizada como fonte de informações pelos militares.

A Guerrilha, por sua vez, continuou suas atividades de resistência, realizando emboscadas e ataques a destacamentos militares. No entanto, a desproporção de forças entre os guerrilheiros e as tropas governamentais, além do isolamento progressivo das bases de apoio, começou a cobrar seu preço. Muitos guerrilheiros foram mortos ou capturados, e a capacidade de resistência do movimento foi sendo progressivamente minada.

Glênio Sá foi capturado durante a realização da segunda campanha do Exército na Guerrilha do Araguaia, batizada como Operação Sucuri, ocorrida entre outubro de 1972 e janeiro de 1973, que marcou uma intensificação na repressão à resistência armada organizada pelo Partido Comunista do Brasil. Essa fase representou um esforço mais concentrado e brutal do governo militar para eliminar a ameaça guerrilheira, que tinha como objetivo a mobilização dos

camponeses para uma revolução popular. Mais uma vez, Glênio Sá, quando foi preso, no final de 1972, resistiu sem delatar nenhum de seus camaradas durante mais de dois anos de prisão e tortura.

“A última vez que eu o vi na cadeia foi dramático e um processo de dilaceramento, de risco de morte”, lembra emocionado José Genoino Neto (14/07/2020). Segundo ele,

[...] por isso que a imagem do Glênio é muito forte para mim. A última vez que eu vi naquela cela em Brasília, né? Putz. É um negócio assim que não sai da minha cabeça, porque foi um troço muito violento, ele estava muito baqueado, muito sujo, ferido. Eu também só estava com calção, ninguém sabia se ia viver ou não, ninguém tinha certeza se iria sobreviver naquela situação, a gente era preso clandestino (Depoimento de José Genoino Neto, out. 2020).

O fim da Guerrilha do Araguaia veio em meados de 1974, quando as forças militares finalmente conseguiram desarticular os últimos focos de resistência. A Operação Marajoara, a mais brutal de todas as operações realizadas, foi decisiva para a eliminação dos remanescentes da Guerrilha. Durante essa fase final, o Exército empregou táticas de extermínio, não dando quartel aos combatentes. Muitos guerrilheiros capturados foram executados e seus corpos jamais encontrados, resultando em uma série de desaparecimentos que ainda hoje são motivo de investigações e reivindicações de familiares.

Ao final das operações no Araguaia, intituladas pelos militares de cerco e aniquilamento, apenas oito, dos 69 comunistas que participaram da Guerrilha, sobreviveram: Criméia Alice Schmidt de Almeida, Dagoberto Alves Costa, Danilo Carneiro, Dower Moraes, Glênio Fernandes de Sá, José Genoino Neto, Luzia Reis e Regilena da Silva Carvalho. E mesmo com o fim do movimento, as prisões dos guerrilheiros, que jamais foram julgados pela participação na Guerrilha do Araguaia, se mantiveram, como revelou Glênio Sá durante depoimento dado na sede da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Rio Grande do Norte, em 29 agosto de 1989, na ocasião da celebração dos dez anos da Lei de Anistia de 1979 e da fundação do Comitê em Defesa da Vida: “Para todos os efeitos eu nunca fui preso nesse país legalmente. Portanto, eu passei anos a fio andando de capô preto e

sendo torturado” (Pós TV DHnet Direitos Humanos. Comitê em Defesa da Vida 04 – Glênio Sá, Hanna Safieh. YouTube, 05/08/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ID3kX2hkcJk>).

Glênio Sá foi o único potiguar a participar da principal experiência de luta armada no país durante a Ditadura Militar. Em que pese o documento recebido pela família da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), em 2002, afirmar que Glênio Sá foi liberado após prestar depoimentos, ele ficou preso por mais de dois anos, passou por diversas prisões, solitárias e incontáveis sessões de tortura. “Se estou vivo, é porque tive a oportunidade de que um preso comum comunicasse à minha família” (Pós TV DHnet Direitos Humanos. Comitê em Defesa da Vida 04 - Glênio Sá, Hanna Safieh. YouTube, 05/08/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ID3kX2hkcJk>).

A liberdade

A soltura de Glênio Sá aconteceu em setembro de 1974, após ser transferido, por meses, de presídios depois que sua família tomou conhecimento da sua presença no Pique, em Brasília. A notícia havia chegado ao município de Caraúbas, interior do estado do Rio Grande do Norte, onde Glênio Sá nasceu e seus pais moravam. Nascido em 30 de abril de 1950, Glênio Sá é o mais novo dos sete filhos de Raimunda Fernandes de Sá e Epitácio Martins de Sá. O gesto de solidariedade partiu de Divina, filha de um preso que estava sensibilizado com o estado físico de Glênio Sá, apelidado na prisão de “homem Biafra”, termo utilizado de maneira pejorativa para descrever uma pessoa extremamente magra, em alusão às imagens chocantes dos indivíduos famintos durante a Guerra de Biafra.

Do último local em que esteve preso, na Fortaleza de Santa Cruz da Barra, localizada em Niterói, estado do Rio de Janeiro, Glênio Sá foi direto para a casa da advogada que conseguiu a sua soltura, Eny Moreira, em São Paulo. Ela se destacou por seu trabalho incansável na defesa de presos políticos, lutando contra as arbitrariedades e violações de direitos humanos cometidas pelo regime autoritário. Seu trabalho envolvia não apenas a defesa legal dos presos políticos, mas também a denúncia pública das condições desumanas a que eles

eram submetidos, incluindo torturas e maus-tratos. Eny Moreira foi uma das advogadas que se arriscaram ao enfrentar a repressão estatal para garantir a defesa dos direitos fundamentais e a justiça.

Mas foi em Fortaleza, no Ceará, que Glênio Sá pôde reencontrar familiares que há muito não via. Contudo, a grande espera, depois de quatro anos de ausência, era para abraçar e beijar a sua mãe. Em janeiro de 1975, durante os festejos de São Sebastião, padroeiro da cidade de Caraúbas, finalmente conseguiu matar sua maior saudade: Raimunda Fernandes de Sá, chamada carinhosamente de Mimosa.

A mesma convicção que levou Glênio Sá à luta armada, o fez voltar para o Rio Grande do Norte, em 1975: “No voo com destino à Fortaleza, já tinha um objetivo em mente: reconstruir o Partido de 35 em meu Estado, o Rio Grande do Norte” (Sá, 1990, p. 39). E, apesar das dificuldades, ele não vacilou em concretizar esse sonho.

Determinado e disciplinado, Glênio Sá teve uma atuação combativa na constituição do Comitê Norte-rio-grandense pela Anistia, foi presidente da Sociedade de Defesa de Direitos Humanos e, como estudante de Geologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), voltou a participar ativamente do Movimento Estudantil, nas eleições, em 1979, para o Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Exatas.

Entre os encontros que organizou e participou, destaca-se o Congresso de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1979, na cidade de Salvador, e a formação do Comitê Norte-rio-grandense pela Anistia, em agosto do mesmo ano. Foi presidente da Comissão Diretora Regional Provisória do PCdoB/RN e responsável pelas distribuidoras e sucursais dos veículos de divulgação do PCdoB no Rio Grande do Norte.

Participou ativamente das diversas manifestações promovidas pelas centrais sindicais (Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e União dos Sindicatos Independentes (USI), como parte das greves dos trabalhadores, bem como de atos públicos, como o “Dia Nacional de Advertência”, em Natal, que tinha como objetivo pressionar os constituintes a aprovarem o mandato de quatro anos para Sarney, com eleições ainda em 1988.

Por diversas vezes, foi palestrante em eventos alusivos à Guerrilha do Araguaia, que objetivavam provocar as entidades populares sobre a

necessidade de se solidarizar com os familiares dos mortos e desaparecidos no episódio, de modo a pressionar a Justiça Federal a dar andamento ao processo movido pelas famílias que até hoje querem saber onde estão enterrados seus mortos. Em 1984, chegou a ser testemunha em uma ação que pedia esclarecimento sobre os desaparecidos na Guerrilha do Araguaia.

Foi candidato a vereador, em 1982, e, a deputado estadual, em 1986. Morreu em campanha ao Senado pelo Rio Grande do Norte, em 1990, sem ter acesso a documentos do Estado brasileiro que afirmam que ele havia sido eleito vereador da capital potiguar nas eleições de 1982. Segundo documentos do Serviço Nacional de Informação (SNI), Glênio Sá integrava uma lista, elaborada pelas Forças Armadas, de candidatos subversivos, e que, portanto, precisavam ser acompanhadas e não deveriam ser eleitos.

Por causa das torturas sofridas nos cárceres do Regime Militar, Glênio Sá adquiriu profundas marcas físicas, resultado do período em que teve de ficar confinado em ambientes impróprios para a permanência de qualquer ser humano. Contudo, morreu sem receber as reparações devidas pelo Estado.

Anistia Política e Diretas Já

O período entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980 é marcado pelo esgotamento do ciclo de expansão econômica e o desgaste do Regime Militar por uma ampla mobilização social pela Anistia. O país inicia um período de transição democrática. Num primeiro momento, as alianças políticas construíram um acordo, resultando na Lei nº 6.683/1979, ou Lei de Anistia, que, na prática, representou um acordo político de esquecimento.

A sociedade passou a se empenhar com vigor na defesa da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita a todos que, por motivos políticos, sofreram qualquer tipo de restrição. Nesse período, a campanha se ampliou. Surgiu o Comitê Brasileiro pela Anistia, que se soma ao Movimento Feminino e aos vários comitês que funcionam fora do país. Novas forças e personalidades se aglutinaram em defesa da Anistia e o tema invadiu os jornais.

A luta pela Anistia Política é mais uma dentro de um processo histórico de anistias no Brasil. Algumas marcadas por acordos e concessões, mas, na maioria dos casos, elas resultaram de lutas ou pressões populares. E por esse motivo, a reivindicação de Anistia vem associada à de liberdade política. Uma é parte da outra como pressuposto ou complemento. Para que exista democracia, é indispensável que aqueles que foram punidos ao lutarem por ela sejam livres. É o reconhecimento de que os cidadãos que reclamam por ela tinham, quando foram punidos e vão ter ainda mais depois de anistiados, o direito de pregar suas ideias.

Dessa maneira, a luta pela Anistia na década de 1970 se inscreve no quadro geral das demais lutas do povo brasileiro pelas liberdades democráticas. Em julho de 1978, o Comitê Brasileiro pela Anistia lança uma Carta de Princípios e um programa mínimo de ação “pela total libertação econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, ao mesmo tempo que chamava a especificidade da luta pela Anistia ampla e irrestrita a todos os presos e perseguidos políticos” (Fundação Perseu Abramo. Carta de Princípios e Programa Mínimo de Ação do CBASP. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2006/04/23/carta-de-principios-e-programa-minimo-de-acao-cbasp/>. Acesso em: 23 maio 2024).

No Rio Grande do Norte, o ato oficial de lançamento do Comitê de Anistia aconteceu em 18 de abril de 1979, na Câmara Municipal de Natal. Assim como no restante do país, a organização foi pensada com o objetivo de amplificar a divulgação dos atos de violência cometidos pelo Regime Militar e intensificar a luta por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, que abrange todas as punições originárias dos atos de exceção. A principal base de apoio da luta pela Anistia é a participação popular.

A militante comunista Fátima Sá (2020), uma das fundadoras da União de Mulheres de Natal, conta que para despertar o interesse da sociedade sobre as reivindicações do Comitê, foram realizadas visitas aos presos políticos, palestras e debates nos bairros, exposições de fotografias, desenhos, pinturas, poesias, gravuras, além de atos públicos e panfletagens:

Entre as atividades, lembro da realização de um ato público na Praça Padre João Maria. Era véspera da votação do Projeto de Anistia no Congresso. Participei com Glênio Sá, entre outros presidentes dos

Diretórios Acadêmicos da UFRN e de outras organizações sociais. Éramos mais de 500 manifestantes a exigir uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita (Depoimento de Fátima Sá, 20/02/2020).

No Congresso Nacional houve tentativas de discussão. Mas a Anistia, que a Constituição de 1946 colocou como de competência dos parlamentares, em 1969, passou a ser atribuição do Presidente da República. A Junta Militar que substituiu o Marechal Costa e Silva entendeu que o Congresso, mesmo com maioria arenista, não podia deter o poder de conceder Anistia.

Essa ampla mobilização da sociedade civil pressionou o governo a elaborar um projeto de lei, discutido e aprovado em apenas três semanas pelo Congresso Nacional, que deu origem à Lei de Anistia, o qual recebeu o número 6683. Em 28 de agosto de 1979, o presidente João Baptista Figueiredo concedia Anistia “a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes” (Brasil, 1979).

O projeto, no entanto, foi alvo de críticas e protestos pelos Comitês de Anistia. Perseguidos políticos, organizações civis e religiosas e os parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o único partido de oposição na época, consideraram o texto restritivo e apontaram dois problemas. O primeiro se relaciona com o fato de a lei negar o perdão a quem tivesse sofrido condenação de forma definitiva por crimes, como homicídio e sequestro, considerados “terroristas” pelo regime. Portanto, ela não era ampla, porque distinguia entre os crimes perdoados e não era irrestrita porque não devolvia aos punidos os cargos e patentes. O segundo era o perdão aos militares que cometeram abusos em nome do Estado. Assegurava-lhes a isenção à punição e julgamento pelas práticas de violações de Direitos Humanos, incluindo a tortura e a execução de adversários da Ditadura.

Mesmo diante da pressão popular, em votação simbólica, sem contagem de votos, o texto do governo para a Lei da Anistia foi aprovado. A revisão dos processos dos presos considerados “terroristas” só veio acontecer por meio de ações judiciais, baseadas na reformulação da Lei de Segurança Nacional, de 14 de dezembro de 1983, que define os crimes contra a segurança nacional e estabelece seu processo e julgamento (Brasil, 1983).

“Foi um resultado frustrante. Perdemos por poucos votos e ainda foi produzido um herói vindo do outro lado. O Teotônio Vilela, usineiro. Uma frustração enorme”, afirma o ex-presos político Nilmário Miranda (18/11/2018). Nilmário Miranda foi o primeiro titular de uma pasta voltada aos Direitos Humanos do país, ex-deputado estadual e federal por vários mandatos, jornalista e escritor. Em 2023 foi nomeado assessor especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

De qualquer forma, as forças populares não se desmobilizaram e continuaram o movimento, inclusive com os Comitês de Anistia em atividade, com enfoque abrangente a todos os presos políticos, banidos, exilados e perseguidos. Buscava-se a reintegração imediata aos cargos e empregos de todos os servidores civis e militares e de trabalhadores afastados de suas atividades por motivos políticos; a desmontagem dos órgãos de repressão (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), SNI e outros); a revogação da Lei de Segurança Nacional; a responsabilização do Estado pelos mortos e desaparecidos durante a repressão; a punição dos torturadores; a liberdade de organização partidária e sindical; e a redemocratização do país.

Na capital potiguar, em 12 de janeiro de 1980, é realizado um ato público de fundação da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos do Rio Grande do Norte. Tendo como primeiro presidente o ex-guerilheiro do Araguaia, Glênio Sá, a organização se integra às lutas dos bairros, em Natal, pelo Direito à Memória, Verdade e Justiça no estado e pelas Diretas Já.

A primeira dessas manifestações no Rio Grande do Norte aconteceu em 6 de abril de 1984, na Praça Gentil Ferreira, no bairro do Alecrim. O ato contou com a presença de Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, além de artistas como os cantores Chico Buarque e Fagner, o ator Raul Cortez, a atriz Marieta Severo e Fafá de Belém (famosa por cantar o Hino Nacional em todas as manifestações). Políticos locais também participaram da aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que exigia que os brasileiros votassem para Presidente da República.

Com o fim do Regime, em 1985, a eleição, ainda pela via indireta, de Tancredo Neves à presidência, eleições gerais, em 1986, e a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, tem início um processo de reivindicação da sociedade brasileira por uma Constituição que superasse as leis do período de arbítrio e encaminhasse o país para a democracia e para o Estado de Direito.

O país inteiro se mobilizou na formação de frentes e formulação e envio de propostas aos constituintes. Isso porque, para serem aceitas, as emendas deveriam ser propostas por três entidades e apresentar assinaturas de 30 mil eleitores. Em Natal, a coordenação da Frente Popular Pró-Diretas-88, realizou um dia nacional de coleta de assinaturas para as emendas populares a serem encaminhadas à Constituinte, revela Fátima Sá:

Distribuímos birôs em três pontos da cidade, durante todo o dia, culminando com um ato público na Praça Kennedy, no Grande Ponto. As emendas diziam respeito à reforma agrária, defesa do ensino gratuito, formas de participação popular, democratização dos meios de comunicação, direitos dos trabalhadores, transporte coletivo e moradia popular, entre outras (Depoimento de Fátima Sá, 20/07/2020).

A Constituição de 1988 traz, no entanto, o instituto da Anistia Política com outra roupagem, já que os princípios da Justiça de Transição não fazem referência ao ato de se anistiar, mas sim à reparação, memória e verdade. Os deputados constituintes não falam em anistia a crimes humanitários, levando à Anistia no Brasil, regulada pela Lei nº 10.559/2002, a não se enquadrar exatamente nem no esquecimento, nem no perdão, mas impossibilitando o adequado tratamento aos crimes cometidos no passado autoritário para que não voltem a se repetir no presente.

Dessa forma, a Justiça de Transição, necessária e intimamente ligada ao processo político transicional em cada país, assume no Brasil, de um lado, os contornos de conquista, fruto da pressão social e emergência de sujeitos coletivos de direitos, e de outro, a ideia de consentimento, uma vez que, controlada por militares e forças políticas conservadoras a eles associadas, teve interdita a potência e o

impulso para a realização de transformações estruturais na ordem política, social e institucional brasileira.

Nesse contexto, a sociedade civil dá início a um movimento que demanda que o direito à memória e à verdade lhe seja assegurado. Vítimas de tortura e familiares de mortos e desaparecidos durante o Regime Militar passam a exigir respostas às ações repressivas do sistema político ditatorial.

Concebido como mecanismo de reconciliação das sociedades que tenham passado por experiências traumáticas, o direito à memória e à verdade emerge como resposta às graves violações, especialmente no sentido de revelar a verdade sobre crimes passados, e vai se consolidando como direito fundamental, resultante da doutrina e da jurisprudência das cortes internacionais, especialmente das vítimas de graves violências, confirmando-se em vários instrumentos normativos internacionais de Direitos Humanos.

Junto ao reconhecimento dos erros no passado, de que trata a Constituição de 1988 e a legislação dela decorrente, o Estado assume a responsabilidade de recompor a história dos que sofreram em razão do “terrorismo de Estado”, quer seja reparando economicamente (Brasil, 2002), quer seja reconhecendo que determinada pessoa foi vítima de desaparecimento forçado (Brasil, 1995).

Entre as ocorrências mais recentes no que se refere à Justiça de Transição no Brasil, tivemos a aprovação da terceira edição do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), com instauração do Decreto nº 7.037/2009, de 21 de dezembro de 2009, atualizado em 12 de maio de 2010, pelo Decreto nº 7.177. O Programa oferece diretrizes e ações para efetivar a implementação do direito à memória e à verdade (Brasil, 2009, 2010).

O PNDH-3 representou a expressão pública da vontade, por parte de membros da sociedade civil e igualmente por setores do governo, em “revisitar o passado” e romper com um esquecimento induzido que se incorporou ao cenário nacional (Brasil, 2009).

Se é certo que o país tem ainda dificuldade de enfrentar o resgate da verdade e da preservação da memória sobre as violações praticadas pelo Estado na repressão política durante o Regime de 1964, conforme atesta o PNDH-3 (Brasil, 2010), igualmente o é a invisibilização das graves violações de Direitos Humanos cometidas durante

esse período no Nordeste brasileiro, assim como a ausência de estudos acurados sobre a efetivação dos direitos à verdade, memória e justiça no estado do Rio Grande do Norte.

A implantação de um regime civil-militar resulta num crescimento da concentração de poder e de renda no Nordeste, colaborando para sua estratificação social (Furtado, 1983, p. 69). Reputa-se tal fato à própria conjuntura ditatorial que demandava dos políticos, sobretudo dos gestores estaduais e municipais, uma tomada de posição em prol do Regime que, em concordando, garantiria aos seus partidários o direcionamento de políticas e verbas públicas e, conseqüentemente, a manutenção de suas estruturas e privilégios (Fernandes, 1987, p. 308).

Portanto, fincou-se os pilares de concentração de poder e de renda na região, ampliando-se a lógica da repressão aos movimentos sociais de resistência, da exclusão para os socialmente vulneráveis e do acúmulo de capitais e privilégios.

Nesse contexto, com o retorno das prisões e exílios, os ativistas de esquerda se concentraram na reorganização dos partidos, e a luta pela memória, pela verdade e pela justiça acabou se limitando aos parentes dos mortos e desaparecidos.

O acervo on-line Memórias Reveladas, que trata da história desse período no Brasil, aponta que uma das primeiras listas de torturadores foi trazida pelo jornal *Em Tempo*, no ano de 1978, com a citação de 233 nomes (Brasil, 2024). A partir de depoimentos de pessoas que foram presas, a Comissão de Justiça e Paz fez o lançamento do livro-relatório *Brasil: nunca mais*, em 1985, com a revelação de uma lista com 444 acusados de tortura. Mais recentemente, já em 2014, a Comissão Nacional da Verdade concluiu em seu relatório final que 377 pessoas foram responsáveis pelos crimes cometidos pela Ditadura, em sua concepção política ou na execução direta (Brasil, 2014). Nomes que passaram a se tornar públicos por uma mobilização de setores da sociedade e dos movimentos sociais diante das dificuldades do Estado brasileiro para lidar com o tema.

No Rio Grande do Norte, um dos primeiros a desvelar ações e práticas de tortura pelos militares foi Glênio Sá. Estando entre os oito comunistas sobreviventes ao movimento, conta como foi a Guerrilha do Araguaia, em entrevista ao *Jornal Dois Pontos* (de 18 a 24 de abril

de 1987). A matéria repercutiu entre os militares em Brasília. Depois disso, Glênio Sá volta a falar diretamente sobre a tortura, nomeando as pessoas que o torturaram durante mais de dois anos, em evento da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no RN, em comemoração aos dez anos da promulgação da Lei de Anistia.

Não foi acidente, mataram meu pai

Glênio Sá morreu em 26 de julho de 1990, depois que o Fusca em que realizava atividade de campanha política para o Senado foi atingido de frente por um Opala, na estrada que liga os municípios de Coronel Ezequiel e Jaçanã, no interior do Rio Grande do Norte. Cumpria uma atividade de campanha que não estava na agenda e foi comunicada a partir de um telefonema que ninguém consegue mais identificar. Para o Estado brasileiro, foi acidente, para a minha família, uma morte forjada quando o país vivenciava uma transição democrática marcada por alianças políticas que construíram um acordo, resultando na Lei de Anistia, que, na prática, representou um acordo político de esquecimento (Brasil, 1979).

“A verdadeira democracia participativa não foi instalada” (Pós TV DHnet Direitos Humanos. Comitê em Defesa da Vida 04 – Glênio Sá, Hanna Safieh. YouTube, 05/08/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ID3kX2hkcjk>), já denunciava Glênio Sá em 1989, em solenidade comemorativa ao aniversário de dez anos da lei.

Sem tratar dos crimes humanitários, a Anistia impediu o país de enfrentar seu passado autoritário para se reencontrar e voltar a caminhar na direção da democracia, como afirmava Glênio Sá: “Não poderia deixar de frisar a continuidade do terrorismo que sempre existiu contra o nosso povo” (Pós TV DHnet Direitos Humanos. Comitê em Defesa da Vida 04 - Glênio Sá, Hanna Safieh. YouTube, 05/08/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ID3kX2hkcjk>).

A placa do veículo que vitimou meu pai era fria, de São Paulo, e os ocupantes do Opala foram hospitalizados, mas nunca soubemos se prestaram esclarecimentos à polícia. Na época, não existia delegado de carreira no interior do estado, eram todos policiais militares.

Uma matéria do *Diário de Natal* afirma que o inquérito para apurar o acidente seria conduzido pelo delegado de Santa Cruz, o tenente Francisco Pereira do Nascimento.

Mas nossa família nunca conseguiu ter acesso ao inquérito policial. Em 2004, buscamos informações nas delegacias dos municípios de Jaçanã, Coronel Ezequiel e Santa Cruz. Depois de negarem ter os documentos, recebemos a informação de que poderiam estar em algum cartório, batalhão, no arquivo morto do estado ou foram extraviados.

A certidão emitida pela Delegacia de Acidentes de Veículos, datada de 06 de agosto de 1990, diz não ter sido possível identificar a placa do Opala, mas, além de amplamente divulgada nos jornais, o laudo do Instituto Técnico-Científico de Perícia (Itep), de 03 de agosto de 1990, traz a foto com a placa do veículo.

E um dos fatos que mais intrigam minha família foi o assalto à nossa casa, em dezembro de 1990, na noite do lançamento do livro editado a partir de um relato à mão que meu pai deixou sobre a experiência dele no Araguaia. Só documentos, livros e fotos foram levados.

A violência praticada pelo Estado, da qual meu pai foi vítima, não deixou apenas mortos para trás, mas marcas encravadas no presente. Glênio Sá é um exemplo de como o aparato repressor do estado que funcionou durante a Ditadura Militar continuou a agir mesmo após o fim do regime de exceção:

Desde sempre nunca acreditei na versão de um acidente, de uma fatalidade. Nunca acreditei porque Glênio era uma pessoa vigiada, uma pessoa que saiu jurado de morte da prisão, uma pessoa que se desse uma entrevista, alguém aparecia, como Isnard Vieira, para desmentir. Quer dizer assim, existia um interesse muito grande que não se falasse na Guerrilha. Ele era proibido de falar o que ele tinha passado na prisão, mas nunca se calou (Depoimento de Fátima Sá, 14/04/2021).

A denúncia feita pela minha mãe, Fátima Sá, é corroborada pelo irmão do meu pai, Gilberto Sá: “Eles fizeram isso, não tenha dúvida, não tenho a menor dúvida disso não” (14/08/2021).

Um episódio que demonstra de forma clara a continuidade da vigilância a Glênio Sá é relatado por Christian Vasconcelos, membro

da direção estadual do PCdoB e colega de Glênio no curso de Geologia na UFRN, época em que se conheceram:

A memória não vai me ajudar muito no sentido de tentar resgatar esse episódio, mas um deles, se eu não me engano, Fátima e Glênio residiam em casa, no conjunto Pirangi, e aconteceu deles chegarem em casa num determinado dia, se eu não me engano foi assim que a história ocorreu, encontraram um bilhete com insinuações, com ameaças do tipo: "olha, não pense que você tá aqui despercebido não, nós estamos acompanhando todos os seus passos". Enfim, ele continuava sendo vigiado, mesmo tanto tempo depois, isso provavelmente aí foi ainda na primeira metade da década de 80 (Depoimento de Christian Vasconcelos, 12/04/2021).

Uma perseguição, que na avaliação de Gil Fernandes de Sá, Glênio Sá, seu irmão, tinha consciência que ainda existia:

Ele tinha consciência, embora ele não ele não divulgasse muito isso, até eu acho que para não preocupar as pessoas que viviam no seu entorno, mas ele tinha consciência que a perseguição a ele continuava. Ele, quando foi solto, ele sabia da periculosidade com que o pessoal o tratava (Depoimento de Gil Fernandes de Sá, 22/04/2021).

A mesma opinião é compartilhada pelo meu irmão, o jornalista Gilson Sá:

Com certeza, meu pai tinha uma preocupação que, eu mesmo muito pequeno, de certa forma, percebia no cuidado que ele tinha com a gente. Tem até um episódio que eu lembro muito, quando na campanha de 89, presidencial, a campanha que Lula era candidato à presidência pela primeira vez, e a gente estava entregando os panfletos na parada de ônibus próximo da nossa casa e um amigo dele, por brincadeira, chegou para questionar por que aquelas crianças estavam fazendo a distribuição daqueles panfletos. Ele questionou quem era o responsável por aquelas crianças entregando panfletos e eu fiquei muito nervoso com aquilo e acabei correndo para casa para avisar a painho que tinha um homem que estava questionando essas coisas e logo o homem apareceu e esclareceu que era uma brincadeira (Depoimento de Gilson Fernandes de Sá Sobrinho, 14/04/2021).

Nossa família nunca aceitou a versão oficial de um “acidente”. Os primeiros documentos que recebemos da ABIN, em 2002, contribuem para colocar a versão oficial em xeque. O Estado brasileiro admitiu que meu pai continuou sendo vigiado pelos militares após a redemocratização, pelo menos até 1988, quase uma década após a promulgação da Lei da Anistia.

Menos de um ano antes da sua morte, painho participou de um evento em Natal, um debate alusivo aos dez anos da Lei de Anistia, promovido pela OAB, Comissão de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte e Comissão de Justiça e Paz, em que citou nominalmente todos os agentes da repressão que o torturaram enquanto esteve na prisão. “Ele fez um desabafo. Nesse desabafo ele cita os principais torturadores dele. E isso daí eu acho que foi o ponto o que liga à morte de Glênio. Nada muda a minha desconfiança de que foi aí que eles resolvem eliminar Glênio” (Depoimento de Fátima Sá, 14/04/2021).

A denúncia que Fátima faz referência foi feita por Glênio no auditório da OAB/RN, em Natal, em 1989:

De Brasília, no DOI-CODI [Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna], quem me torturou diretamente foi o general Bandeira, Antônio Bandeira, e muitos continuam aí, anistiados completamente (Pós TV DHnet Direitos Humanos. Comitê em Defesa da Vida 04 – Glênio Sá, Hanna Safieh. YouTube, 05/08/202. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ID3kX2hkcjk>).

Glênio Sá já tinha recebido resposta de militares à primeira entrevista que concedeu sobre a Guerrilha do Araguaia ao jornal *Dois Pontos*, no ano de 1987. De Brasília, um homem identificado como Isnard Vieira escreveu ao jornal *O Poti*, acusando-o de ser terrorista, de omitir fatos, fantasiar situações e exagerar nas inverdades. Para Glênio Sá, a carta surgia num momento em que a repressão tentava recobrar seu fôlego, com a ajuda da cumplicidade federal.

25 anos depois desse episódio, um ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Cláudio Guerra, revelou em depoimento a Marcelo Netto e Rogério Medeiros, no livro *Memórias de uma guerra suja*, que o coronel Freddiei Perdigão e o comandante Vieira,

ligados ao SNI e ao Cenimar, dois órgãos de inteligência da repressão, continuaram a matar depois da redemocratização.

Nas palavras do próprio Guerra:

[...] acabou a revolução, mas a irmandade continuou, a irmandade ainda existe, não morreu, os caras servem uns aos outros. Perdígão continuou a agir com seus planejamentos clandestinos, Vieira também; Várias ações foram realizadas por gente de nossa irmandade, o assassinato daquele político no Nordeste, por exemplo, que teve grande repercussão na época (Guerra, 2012, p. 196).

Durante a reconstrução da morte de painho que minha família fez nas filmagens para o documentário “Não foi acidente: mataram meu pai”, nós encontramos Alzileide Candido da Silva de Macedo. Sua casa fica às margens da estrada de Jaçanã, muito próxima ao local em o Opala colidiu com o Fusca em que meu pai estava. Ela foi uma das primeiras pessoas a presenciar a colisão e afirmou que “até hoje ninguém sabe quem era o povo desse carro e nem sabe de onde era esse carro” (Depoimento de Alzileide Candido da Silva de Macedo, 25/04/2021). Ela afirma que “todo mundo aqui acha estranho esse carro ter aparecido aqui e ter acontecido esse negócio e ninguém nunca soube quem foi. Nunca ninguém soube, esses anos todos” (Depoimento de Alzileide Candido da Silva de Macedo, 25/04/2021).

Quem retirou Glênio Sá das ferragens, após mais de seis horas do acidente, foi seu cunhado, o médico Enoi Saldanha, que descreve a cena que viu: “Quando eu cheguei, tinha dois carros batidos. Tinha sido uma colisão de frente. Pela localização onde se deu o acidente e a localização dos carros, é bem provável que tenha sido alguma coisa premeditada” (Depoimento de Enoi Saldanha, 23/04/2021).

As suspeitas são corroboradas por elementos como os levantados pelo jornalista Christian Vasconcelos:

A história da placa do carro, provavelmente uma placa fria, o desaparecimento dessas pessoas. A inexistência de registros, né, em delegacia. Tudo isso é muito estranho e a gente sabe que a Operação Condor ela ainda passou um tempo grande em atividade no país (Depoimento de Christian Vasconcelos, 12/04/2021).

Não há registros de outro “acidente” envolvendo um comunista morto após colisão entre veículos na mesma época relatada por Cláudio Guerra (2012), como atesta do depoimento de Gilson Sá (14/04/2021):

Chamou muita a minha atenção quantas pessoas se comoveram com isso tudo, sabe. Me deu uma dimensão, a primeira dimensão que eu tive de quão o meu pai é importante para a sociedade. Eu vi como ele era querido, como ele era uma pessoa bem quista. Inclusive por políticos do lado contrário, que estavam lá para oferecer uma palavra de conforto.

As manifestações realizadas em Natal no dia 26 de julho de 1990 também são lembradas por Gil Sá:

E uma das coisas, não sei se me confortou, ou se de certa maneira me consolou, foi ver a mobilização que aconteceu no velório e no enterro do Glênio e do Alírio, que também morreu no acidente. Foi uma manifestação assim de todo mundo, inclusive uma consternação geral, né? E isso me comoveu muito e me acalmou, porque eu estava realmente, eu fiquei assim muito desesperado, até em termos de atividade política. Mas a partir dali eu vi que um fruto tinha sido plantado e que Glênio Sá era um líder e que alguma coisa ainda poderia ser feita a partir dessas experiências vivenciadas por ele no comando da política (Depoimento de Gil Fernandes de Sá, 22/07/2021).

Não só isso. Um fato ocorrido cinco meses após a tragédia reforça as suspeitas. A casa em que morávamos sofreu o primeiro de três arrombamentos. No primeiro momento, apenas documentos, livros e álbuns de fotografia da nossa família foram levados. Das lembranças do meu pai comigo, restou uma única fotografia, a imagem não estava na caixa dos álbuns roubados.

A essas contradições se somam os documentos do Arquivo Nacional, encaminhados à nossa família em 2012, que detalham a vigilância e a perseguição impostas ao meu pai durante a Ditadura Militar e mesmo após o período de redemocratização. O documento tem 337 páginas.

Para Fernando Mineiro (02/05/2021), “esses aparatos, esses esquemas e o sistema repressivo no Brasil continuavam. É tanto que ele militava contra isso, lutava contra isso”). Mineiro conheceu Glênio Sá nos corredores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, quando faziam o curso de Geologia.

Apesar de tais histórias, testemunhos e manifestações da justiça, as Forças Armadas nunca admitiram a existência de um sistema de tortura e desaparecimento usado para conter a oposição de esquerda durante o Regime Militar. Na versão oficial, se ocorre violência, é um comportamento isolado do interrogador em um momento de tensão, e nunca foi aprovado pelo órgão. O relatório das Forças Armadas enviado à Comissão Nacional da Verdade em 2014 reiterou essa versão. No entanto, as evidências testemunhais e documentais não apoiam essa interpretação.

Os sobreviventes e familiares dos mortos e desaparecidos fazem até hoje a disputa pela punição aos agentes do Estado, responsabilizados pela tortura e morte de opositores ao regime. Em determinados momentos, eles avançaram na conquista de leis, a exemplo de 1995 e 2002, em que foi estabelecido o mecanismo de indenização civil (emissão de certidões de óbito para pessoas politicamente desaparecidas) e de financiamento aos afetados pela repressão. Mas a maioria dos desaparecidos não tiveram identificados os seus corpos. Os acusados de tortura nunca foram chamados pela justiça criminal para testemunhar. Os juízes tendem a pensar que a Lei de Anistia é eficaz para acabar com o crime de tortura.

Em abril de 2010, o Supremo Tribunal Federal decidiu não alterar a Lei de Anistia. Um ano depois, em 2011, apesar da resistência das Forças Armadas de vários departamentos, o governo brasileiro prometeu criar uma comissão para apurar crimes de ditadura.

Por fim, em 2014, a Comissão Nacional da Verdade recomendou que a lei fosse parcialmente revogada para responsabilizar e punir os torturadores. Em maio de 2018, após a divulgação do memorando da Agência Central de Inteligência americana (CIA), membros da Comissão Nacional da Verdade mais uma vez defenderam as alterações da Lei de Anistia, ao publicarem um artigo no jornal *Folha de S. Paulo*, citando a página 965 do documento final da Comissão:

A extensão da anistia a agentes públicos que deram causa a detenções ilegais e arbitrárias, tortura, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres é incompatível com o direito brasileiro e a ordem jurídica internacional, pois tais ilícitos, dadas a escala e a sistematicidade com que foram cometidos, constituem crimes contra a humanidade, imprescritíveis e não passíveis de anistia (Folha de S. Paulo, 2018).

A recomendação não foi cumprida até hoje. Na verdade, a Anistia que, nas páginas da história oficial do Brasil, demarcou o início do fim da Ditadura, tem permitido a perpetuação das práticas do Regime Militar. Não acabou. A perseguição e morte a opositores ao Regime Militar persistiram após a Redemocratização, e não há mais dúvidas: Glênio Sá é uma dessas vítimas.

Ao mergulhar num direito particular da nossa família de saber as circunstâncias da sua morte, tratamos, na verdade, de um direito coletivo, essencial para o desenvolvimento do sistema democrático.

Essa é a história do Brasil e não foi encerrada, estará viva na essência de nossa busca.

Referências

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. Justiça de transição no Brasil: a dimensão da reparação. In: SANTOS, Boaventura de Sousa *et al.* (org.). **Repressão e memória política no contexto ibero-brasileiro**: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. p. 26-59.

AVELAR, Lúcia. Participação política. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp, 2004. p. 223-235.

AZEVEDO, Lena; REGATTIERI, Lorena. O passado no presente: heranças da ditadura sobrevivem ativas nos meandros da impunidade, da segurança pública e do crime organizado. **Caros amigos**, São Paulo, n. 216, p. 29-31, mar. 2015.

BARBOSA, Marco Antônio Rodrigues. Direito à memória. **Revista de Direitos Humanos**, v. 1, Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2008.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BORON, Atílio A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BRASIL. **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF, Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995.** Diário Oficial da União. Brasília, 1995.

BRASIL. **Lei nº 10.536, de 14 de agosto de 2002.** Altera dispositivos da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995 e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.** Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.** Diário Oficial da União. Brasília, 2009.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).** Brasília: SDH, 2010.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil** (1964- 1985). Rio de Janeiro: MJ, 2011.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório final da CNV.** Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Comissão de Jornalistas pela Verdade. Jornalistas de São Paulo e a Ditadura. **Relatório da Comissão da Verdade, Memória e Justiça do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.** São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/sindicatos/JornalistasdeSoPauloeaditadura.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

BRITO, Alexandra Barahona de. Justiça transicional e a política da memória: uma visão global. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Ministério da Justiça, n. 1, jan./jun. 2009.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia**: a esquerda em armas. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Araguaia**: depois da guerrilha, outra guerra: a luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela ideologia da Segurança Nacional (1975-2000). São Paulo: Fundação Maurício Graboïs; Anita Garibaldi, 2014.

COMISSÃO DA VERDADE DA UFRN: relatório final. Natal: EDUFRN, 2015.

FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA. “Comunicado nº 1 das Forças Guerrilheiras do Araguaia”. In: Vários autores. **Guerrilha do Araguaia**: uma epopeia pela liberdade. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Carta de Princípios e Programa Mínimo de Ação do CBASP**. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2006/04/23/carta-de-principios-e-programa-minimo-de-acao-cbasp/>. Acesso em: 23 maio 2024.

FURTADO, Celso. **O Brasil “Pós-milagre”**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GENOINO, José. Carta de autodefesa apresentada no julgamento da guerrilha. In: COELHO, Maria Francisca Pinheiro (org.). **José Genoino**: escolhas políticas. São Paulo: Centauro, 2007. p. 451-474.

GERMANO, José Willington. O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. **Cadernos CEDES**, v. 28, n. 76, p. 313-332, 2008b.

GUERRA, Cláudio. **Memórias de uma guerra suja**: em depoimento a Marcelo Netto e Rogério Medeiros. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

GRABOIS, Maurício. **Diário de Maurício Graboïs (Velho Mário)**: 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. **Direitos humanos e democracia na transição brasileira**: OAB, CNBB e Anistia Internacional. 1994. 222f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

LEAL, Rogério Gesta. **Verdade, memória e justiça no Brasil**: responsabilidades compartilhadas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

MACIEL, João Paulo. **Guerrilha no Araguaia-Tocantins**. Imperatriz: Ética, 2014.

MIRANDA, Nilmário. **Dos filhos deste solo**: mortos e desaparecidos durante a ditadura militar. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

MORAIS, T; SILVA, E. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da guerrilha. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2005. p. 566.

ONAS, João; ANTERO, Luiz Carlos; SILVA, Eumano (org.). **Uma epopeia pela liberdade**: Guerrilha do Araguaia: 30 anos. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002. p. 56-65.

PÁDUA, Fernando. Direito, memória e justiça de transição: enquête com pesquisadores das comissões da verdade brasileiras. **Revista Insurgência**, Brasília, ano 4, v. 4, n. 1, p. 10-55. 2018.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Guerra popular**: caminho da luta armada no Brasil. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PINTO, Simone Martins Rodrigues. Direito à memória e à verdade: Comissões de Verdade na América Latina. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 128-143, jan./jun. 2010.

SÁ, Glênio. **Araguaia**: relato de um guerrilheiro. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.

SÁ, J. B.; COSTA, J. B. A. O papel da política da memória: o direito à verdade para a justiça e para a democracia *In: Justiça, direitos e políticas públicas*. Natal: Caravela Selo Cultural, 2020. p. 1-232.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento, direitos humanos e cidadania. *In: ATHAYDE, Austregésilo de; IKEDA, Daisaku. Direitos humanos no século XXI*. [S.l.: s.n], 1998. p. 156.

SALMÓN, Elizabeth. Algumas reflexões sobre o Direito Internacional Humanitário e a justiça transicional: lições da experiência latino-americana. *In: REÁTEGUI, Félix (coord.) Justiça de transição: manual para a América Latina*. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. Tradução de Denise Bottman e Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. O anjo da história e a memória das vítimas: o caso da ditadura militar no Brasil. **Veritas**, Porto Alegre, v. 53, n. 2, p. 150-178, 2008.

SILVA, H. R. (org.). **A luta pela Anistia**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

ULDP. Proclamação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo. *In: AMAZONAS, João; ANTERO, Luiz Carlos; SILVA, Eumano (org.) Uma epopeia pela liberdade: Guerrilha do Araguaia: 30 anos*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002. p. 56-65.

VALVERDE, Orlando. **Grande Carajás**: planejamento da destruição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

ZYL, Paul Van. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflitos. **Revista Anistia**: política de justiça e transição, Brasília, n. 1, p. 32-55, jan./jun. 2009.

Filme

NÃO foi acidente, mataram meu pai. Direção e produção: Jana Sá, 2022.

Vídeo

Pós TV DHnet Direitos Humanos. Comitê em Defesa da Vida 04 - Glênio Sá, Hanna Safieh. YouTube, 05/08/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ID3kX2hkcJk>. Acesso em: 26 ago. 2024.

LUCIANO DE ALMEIDA

O jornalista e suas lutas por liberdade

Juan de Assis Almeida¹

Introdução

Este texto explicita a trajetória de Luciano de Almeida, jornalista potiguar. Apresenta itinerários marcantes de sua luta política: o engajamento na Ação Católica natalense, o movimento estudantil organizado, a atuação na guerrilha armada urbana, a experiência da tortura, a prisão política e os instrumentos de luta política empreendidos no contexto de privação de liberdade, entre 1970 a 1980. Compreende os marcadores modais como movimentos aprofundados de oposição à Ditadura Civil-militar (1964-1985) e de luta por liberdades. Além disso, procurou entender a atuação do biografado após a prisão, já no ambiente democrático. A investigação perpassou as espacialidades e as temporalidades de atuação de Luciano de Almeida, com relevo aos episódios de greves de fome de que participara, significando a abstenção alimentar um recurso legítimo capaz de influenciar decisões do então governo autoritário.

Para o estudo, recorreu-se ao método de investigação micro-histórica na perspectiva de Giovanni Levi (2014), tendo em vista que se procurou narrar itinerários de um indivíduo interligando-o a fatores econômicos, políticos e jurídicos mais gerais de determinado espaço-tempo. Nesse sentido, as biografias históricas ou trajetórias individuais lançam luzes para além de uma história pessoal, pois permitem compreender questões gerais, ou seja, recompor o “fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve” (Revel 1998, p. 21).

¹ É filho do biografado. Doutor em Direito pela UFPB, Professor do Centro Universitário Maurício de Nassau de Natal. Foi membro da Comissão da Verdade da UFRN. É autor de capítulo de livro e Secretário-Geral do Comitê Estadual por Memória, Verdade e Justiça do RN.

O estudo microlocalizado é uma interessante janela de observação dos mecanismos de poder subjacentes ao autoritarismo estatal e às formas de luta política possíveis num ambiente de contenção de liberdades. Nessa perspectiva, a leitura aprofundada dos arquivos históricos² e da memória oral do jornalista Luciano de Almeida, evidencia a discussão de temas importantes para a história política brasileira do século XX, como a esquerda católica e as jornadas estudantis nos anos 1960; a radicalização da esquerda armada revolucionária na oposição à Ditadura, com maior relevo, a luta política em prol da Anistia política e, por fim, o papel assumido por ex-presos políticos no processo de democratização brasileiro. O texto é escrito pelo filho do biografado, assim, há recortes temáticos e opção por acontecimentos que considerou relevantes para traduzir a experiência política de seu pai.

Prelúdio da militância política: da Ação Católica ao Movimento Estudantil no Rio Grande do Norte

Em síntese, o biografado, Luciano de Almeida, é um homem simples, autodidata, intelectual, jornalista, sensível a todas as questões que envolvam as vicissitudes humanas. Nasceu na cidade de Natal, estado do Rio Grande do Norte, no dia 30 de junho de 1948, numa casa simples, na Rua Padre Pinto, Cidade Alta, nas proximidades do riacho do Baldo. É filho primogênito do operário Lauro de Almeida (*in memoriam*) e da dona de casa e costureira Antônia Nunes de Almeida (*in memoriam*). Seus pais constituíram família em Natal, após migrarem dos municípios de Nova Cruz, RN, e de Mataraca, PB. Além de Luciano, seus pais tiveram mais cinco filhos: Lailson, José (falecido após o nascimento), Lourenço, João Maria e Lúcia. O biografado viveu a infância e juventude na capital, mas, por um breve espaço de tempo, morou no interior, Nova Cruz, diante das contingências financeiras de sua família.

Em razão das dificuldades e intempéries da vida, desde muito novo adquiriu consciência histórica sobre sua condição social. Percebeu-se como um sujeito protagonista da história num momento dramático da

2 Tribuna do Norte (RN), Diário de Natal (RN), Folha de Pernambuco (PE), ainda, do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco, Sistema Nacional de Informações e Contra-Informações (SISNI).

história mundial, década de 1960. Esse período se caracterizou por uma discussão profunda dos rumos do mundo, a partir da confluência de questões econômicas, sociais e culturais. Foi um período de bipolarização na geopolítica internacional, a partir da disputa de hegemonia entre os EUA e a extinta União Soviética. Período também de transformações culturais, que engajaram a juventude na mudança de rumos.

E é nesse tempo histórico que Luciano de Almeida abandona o conformismo e passa a se engajar em espaços políticos organizados. Numa leitura geral, a militância de Luciano de Almeida pode ser interpretada como um constructo acumulado, a sedimentação paulatina de um amadurecimento ideológico com uma ação prática em múltiplos espaços sociais. O início da militância política se deu na Juventude Estudantil Católica (JEC), em 1962. A JEC foi uma organização setorial da Ação Católica Brasileira que, nos anos 1970, procurou alinhar o princípio religioso da evangelização com a leitura das contradições sociais, no sentido de que os estudantes militantes atuassem para difundir o ideário da justiça social no meio estudantil. A Ação Católica Brasileira tem uma relação imbricada com o Movimento de Natal, como um trabalho de assistência social, calcado na chamada Doutrina Social da Igreja, que lançava o desafio do clero e leigos com a realidade social de extrema pobreza que assolava o Rio Grande do Norte. Como fruto desse período, destaca-se a criação do Serviço de Assistência Rural (SAR), das Escolas Radiofônicas, da Rádio Rural de Natal, da Escola de Serviço Social e da Campanha da Fraternidade. Nesse período, o biografado participou de ações junto à classe e de formações teóricas no Centro de Treinamento de Ponta Negra, Natal, RN, com padres do clero potiguar, sob a assistência eclesiástica do Padre Antônio Soares Costa. A participação na Juventude contribuiu para a conscientização das condições sociais das comunidades periféricas e dos problemas nacionais que envolviam a política estudantil de então.

Essa participação na política católica se desenvolveu ao tempo de ingresso no Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense, em Natal. A escola foi celeiro de lideranças políticas do Rio Grande do Norte e era também um local de disputas político-partidárias entre os estudantes nos anos 1960. No Atheneu, o contato com professores e com os debates estudantis possibilitou a consciência crítica acerca do funcionamento da sociedade, por meio também do acesso a obras clássicas que moldaram

seu pensamento intelectual. Se a atuação na JEC desvelou aos olhos de Luciano de Almeida as mazelas da extrema pobreza potiguar, o debate político no Atheneu conduziu à consciência dos mecanismos estruturais que hierarquizam as comunidades políticas na forma de classes sociais. No Atheneu, um episódio marcou a assunção política de Luciano de Almeida, a palestra ministrada por Felinto Rodrigues (empresário e proprietário da Rádio Nordeste) sobre a conjuntura política de Cuba. No contexto dos debates suscitados, demonstrou-se favorável aos revolucionários cubanos e contra os exilados nos EUA que tentaram invadir a ilha, mas derrotados na Baía dos Porcos. Logo depois, se compreendeu enquanto um sujeito histórico filiado ideologicamente com a esquerda.

Foi nesse momento que, no âmbito do Colégio do Atheneu, Luciano de Almeida e outros estudantes passaram a difundir o pensamento político de esquerda por meio do jornal *O Realista*. O periódico estimulou o debate político com uma visão real, pragmática e objetiva dos acontecimentos que marcaram a vida social do país nos anos 1960. Integrou a equipe do jornal, onde se iniciou no jornalismo, tendo atuado em variadas funções, como repórter, articulista e revisor. O periódico teve vida curta. Em razão do Golpe Militar de 1964, o jornal foi desmobilizado, reiniciado em 1965, contudo, extinto em seguida.

O capital político angariado com o jornal *O Realista* e a interlocução com as lideranças estudantis de Natal, mobilizaram-no a organizar-se no Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1964, com apenas 15 anos de idade. O PCB era um dos principais partidos que congregava o operariado brasileiro, mas que, naquele contexto, atuava na clandestinidade, desde 1947, após o cancelamento do registro partidário pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No partido, Luciano de Almeida manteve contato com comunistas históricos do Rio Grande do Norte, como Aprígio (ex-funcionário do Banco do Brasil), Eliezer Menezes (sapateiro de Nova Cruz, RN) e Vulpiano Cavalcanti (médico barbaramente torturado na Base Aérea de Natal). O biografado atuou com mais destaque, no ano de 1965, nessa interlocução entre os novos e os velhos comunistas; integrando a base estudantil (secundarista e universitária) da agremiação.

O ingresso no PCB pode ser interpretado como aprofundamento na participação de Luciano de Almeida no campo político e também um rompimento com o espaço religioso da JEC. Nesse contexto,

enveredou-se na construção de um outro periódico informativo, na tentativa de divulgar informações relevantes e leituras conjunturais. Em 1966, Luciano de Almeida e o colega de turma, Emmanuel Bezerra dos Santos (que atuou como Presidente da Casa do Estudante de Natal, assassinado pelo Estado em 1973), criaram o *Jornal do Povo*, que objetivou repercutir os problemas que assolavam os grandes contingentes populacionais. O periódico teve breve vida, em virtude do acirramento da repressão política que se abateu contra os estudantes natalenses³. Nesse período já se desenhava um esgotamento das instâncias institucionais de mediação política.

Esse clima foi sentido pela esquerda brasileira, com exceção do Comitê Central do PCB. Em 1967, era corrente na oposição esquerda à Ditadura o exaurimento do caminho pacífico de uma aliança utópica com a chamada burguesia nacional, proposta pelo *partidão*, para se empreender as transformações que o país necessitava. A intensificação da clandestinidade e do refluxo do movimento de massas, favoreceu a uma tendência de fragmentação, a fase dos *rachas* no interior do PCB (Gorender, 1987). Luciano de Almeida tomou conhecimento do esgotamento do *modus operandi* conciliatório do PCB, após as notícias do 29º Congresso da UNE, em Campinas, São Paulo, chegarem a Natal. Compreendeu os limites do PCB, no ambiente de latente oposição interna na agremiação, o que o levou a romper com o partido, em dezembro de 1967. A partir desse momento, concretiza-se uma estratégia de oposição à Ditadura, especialmente no caminho da luta armada na esquerda comunista, que conduziu ao aprofundamento da militância de Luciano de Almeida. Em abril de 1968, integrou⁴ a dissidência representada pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), que contou com lideranças como Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender.

O PCBR foi fundado por integrantes da *Corrente Revolucionária* e se propôs a reavaliar as condições de transformação social no país por meio da leitura marxista da revolução, absorvendo a luta armada (Gorender, 1987). Assim, o PCBR surgiu no antagonismo com o pacifismo pró-soviético

3 Nesse mesmo ano de 1966, Luciano de Almeida participou das manifestações políticas em prol da libertação do estudante Paulo Medeiros Rocha, preso político.

4 Outros companheiros de Luciano, como Emmanuel Bezerra e Ivaldo Caetano, integraram o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), ao lado de lideranças como Ricardo Zarattini e Manoel Lisboa de Moura.

do PCB de compreender a revolução pela via democrático-burguesa. Os integrantes do PCBR entendiam que essa via seria impossível, pois o Brasil como uma nação de capitalismo dependente do imperialismo mundial, tinha na aliança dependente da burguesia nacional/latifúndio com o capital internacional um limitador da proposta democrática do *partidão* (Gorender, 1987). O PCBR propunha um outro caminho: a transformação por meio da revolução popular, que se destinaria a destruir o Estado burguês e impor o Estado popular revolucionário. Para isso, o PCBR compreendia como legítimo o movimento de massas, incluindo o potencial das ações armadas urbanas, contudo, priorizava a luta armada desencadeada no campo, por meio da guerrilha rural. Para esse fim, o programa de execução armada do PCBR instituiu um Comando Político-Militar (Gorender, 1987). Luciano de Almeida, aos 19 anos, em 1968, foi eleito membro do Comitê Central. Nessa organização partidária, atuou ainda como membro do Comitê Zonal de Natal, do Comitê Regional Nordeste e incorporou-se ao braço armado, o Comando Político Militar – CPM (CPM Nordeste e CPM Nacional).

A entrada de Luciano de Almeida no PCBR demonstra a opção pela radicalização da militância política empreendida em Natal. Essa opção alterou a ação prática que desempenhava nos espaços sociais em que atuava, sobretudo no seu local de trabalho e no estabelecimento educacional em que estudava. Mesmo antes de 1968, antes do ingresso no PCBR, Luciano de Almeida já exercia atividade profissional ligada ao jornalismo. Desde fevereiro de 1967, mantinha vínculo com o Departamento Estadual de Imprensa (DEI) do Rio Grande do Norte, no cargo de revisor jornalístico⁵. E a partir do ano de 1968 também se organizou junto ao Movimento Estudantil do Atheneu.

O espaço do DEI foi um local especial de ação política de Luciano de Almeida, que empreendeu um trabalho de conscientização das condições de trabalho e de mobilização organizativa junto aos operários das oficinas do órgão, na tentativa de angariar forças para reconstrução do sindicato da categoria e para engrossar as fileiras dos protestos em prol da melhoria salarial. Essa atuação levou-o a se tornar elemento indesejável à direção do DEI. Em decorrência da sua ação política, sucederam-se penalidades

5 Admissão no dia 01 de fevereiro de 1967. Em 13 de abril de 1967 foi designado para responder pela chefia da Seção de Expediente e Comunicações do órgão.

funcionais aplicadas pelos seus superiores, entre os anos de 1967 a 1969, por meio de advertências, descontos salariais, multas e suspensões de trabalho que foram averbados em sua ficha empregatícia. O ápice da repressão se deu na ameaça emanada pelo Diretor-geral do DEI, em reação à luta de Luciano de Almeida para deflagrar uma greve geral no departamento contra os recorrentes atrasos de salários da categoria. Recebeu a promessa de repressália pelo diretor do órgão, o que motivou a abandonar a função, em 1969. As circunstâncias políticas do episódio foram reconhecidas oficialmente⁶ pelo estado do Rio Grande do Norte, em 1995.

Nesse contexto, destaca-se a tarefa partidária de conscientização e mobilização dos estudantes e operários, associada às discussões mais profundas da política educacional nacional e local, sobretudo contrária à ingerência norte-americana na política educacional, à falta de acesso ao ensino e à precarização das condições de trabalho. No plano nacional, houve um notório fechamento dos canais institucionais de diálogo político, representado no final daquele ano com o Ato Institucional nº 5, um dos mais gravosos do período, que restringiu direitos e garantias fundamentais. Relevante frisar que, entre os anos de 1967 a 1969, a Ditadura intensificou a sua repressão política, inclusive com atos legais autoritários, que estão na base de uma cultura jurídica conservadora, que se direciona à legalização das relações de poder/controla que ocorreriam na sociedade brasileira. O fenômeno da legalidade autoritária (atos arbitrários normatizados) (Pereira, 2010). Esse período foi demarcado, em dimensão histórica, pela forte imbricação do autoritarismo do governo militar com o sistema de justiça criminal (Pereira, 2010). Eram atos revestidos formalmente com a técnica jurídica, mas substancialmente cerceavam direitos individuais básicos, a citar, ainda, o Decreto-lei nº 477, de 1969, que proibiu a atuação política dos estudantes e professores secundaristas e universitários.

Ainda em 1968, Luciano de Almeida organizou-se no Movimento Estudantil Secundarista de Natal, como membro da diretoria do Grêmio Estudantil Celestino Pimentel, do Colégio Atheneu. Em 1968,

6 Luciano de Almeida se afastou do emprego público no dia 31/03/1969, sem quaisquer direitos a verbas rescisórias e anotações funcionais na CTPS. Foi beneficiado pela Anistia do art. 8º do ADCT, da Constituição de 1988, por ato do Governador Garibaldi Filho, em 29/12/1995, e readmitido a DATANORTE, sucessora da Companhia Editora do Rio Grande do Norte (que absorveu o pessoal do Departamento Estadual de Imprensa), ato publicado no Diário Oficial do RN, edição de nº 8.671, de 29/12/1995, na p. 115. A readmissão foi efetivada pela Portaria nº 100.00296/96, de 17 de abril de 1996, da DATANORTE.

por pressão dos estudantes, a diretoria resolveu autorizar o Grêmio a realizar eleições diretas para sua composição, que não ocorria desde 1963, pelo clima político instaurado desde 1964. Nesse pleito, o grupo de esquerda, sob liderança de Sesildo Câmara, venceu a disputa e Luciano de Almeida assumiu a diretoria do Departamento de Cultura, sendo responsável pela inauguração da Biblioteca Graciliano Ramos. Nesse período também foi secretário, vice-presidente e presidente da Associação Potiguar dos Estudantes Secundaristas (APES), na clandestinidade, alçando uma militância estudantil em nível estadual.



Da esquerda para a direita: Lécio, Rubinho, Luciano, Juliano (também ex-preso político) e Emmanuel Bezerra (assassinado pelo Estado em 1973), anos 1960. Estudantes do Atheneu na antiga galeria de arte, Praça André de Albuquerque.

Fonte: Luciano de Almeida.

Em 1968, atuou nas revoltas estudantis das jornadas de 1968, em Natal, e por isso foi nomeado no Inquérito Policial Militar do Restaurante Universitário da UFRN, que puniu seus companheiros de militância estudantil. Foi ainda no contexto das jornadas estudantis de 1968 que participou das manifestações contra a execução da Lei municipal nº 1737/1968, emitida pelo então Prefeito de Natal, Agnelo Alves, que

retirava das entidades estudantis a prerrogativa de emissão e distribuição das carteiras de estudante, numa clara atitude que visava suprimir o suporte financeiro das entidades. Em razão de sua atuação no Movimento Estudantil, foi perseguido por ato de transferência compulsória emanado pelo diretor do Atheneu, João Agripino, logo sustado por pressão estudantil, inclusive ameaçado de investigação em Inquérito Policial Militar pelo Secretário estadual de Educação, Jarbas Bezerra⁷. A conjunção dessas múltiplas pressões políticas, tendo em vista a sincronicidade de espaços da ação política de Luciano de Almeida, que envolvia o partido clandestino, as ações armadas, o Movimento Estudantil, o trabalho junto ao operariado das gráficas do DEI, o compeliram a não apenas a afastar-se do emprego público, do Atheneu, mas do próprio estado natal. Saiu da cidade de Natal, no ano de 1969, e a partir daí passou a viver em clandestinidade na cidade de Recife, PE, onde foi preso, torturado e condenado.

Radicalização da militância política: a clandestinidade, a luta armada e a prisão política em Pernambuco

Já na clandestinidade em Recife, Luciano radicalizou a luta contra a Ditadura Civil-militar e integrou a partir de então a chamada Ação Libertadora Nacional (ALN), organização de guerrilha de maior expressão no período de 1968 a 1973, que tinha em Carlos Marighella e Câmara Ferreira a referência na articulação da ação revolucionária nacional. Aqui se faz uma anotação importante: a luta armada contra a Ditadura Civil-militar deve ser compreendida como uma escolha possível e legítima naquele contexto histórico, de cerceamento absoluto dos canais institucionais de oposição política e de ataque sistematizado do Estado Militar à população civil. E, por isso, é expressão do direito universal de resistência contra a tirania e a opressão estatal. A ALN recrutou militantes com aptidão para o esquema militarizado da ação armada, em atividades logísticas e de participação direta (Gorender, 1987). O princípio organizativo da Ação se baseava no anarcormilitarismo, no sentido de não dispor de direções centralizadoras ou escalões

7 DIÁRIO DE NATAL. Estudantes impedem entrada do diretor e secretário mandará abrir inquérito: crise do Atheneu reaberta. Natal, p. 7, 27 ago. 1968.

intermediários, apenas comandos que sistematizavam o princípio tático da ação direta militar (expropriações, assaltos, sequestros etc.) e o organizativo, dos grupos (Gorender, 1987).

Nacionalmente, a ALN se notabilizou, a partir de 1968, por uma série de operações armadas nas grandes cidades do país com vistas a recolher recursos financeiros para a estruturação da guerrilha rural, o Exército de Libertação Nacional, para derrotar o Imperialismo e a Ditadura. A ALN ganhou projeção internacional a partir de setembro de 1969, no sequestro do Embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, por cujo resgate foram libertados 15 presos políticos e divulgado um manifesto. O episódio intensificou a escalada repressiva do Estado Militar com a edição dos Atos Institucionais nº 13 (banimento do Território Nacional) e nº 14 (pena de morte e de prisão perpétua). No mesmo ano, em novembro, foi assassinado Carlos Marighella, numa emboscada comandada pelo delegado Sérgio Fleury.

No período de clandestinidade, na ALN, Luciano de Almeida adotou uma falsa identidade, com o nome de Pedro Alberto de Oliveira, além do codinome Lucas, com receio de se expor à ação política do Estado, caso usasse seu nome legal. Participou ativamente de ações de expropriação e enfrentamento armado à Ditadura Militar, como os assaltos ao Banco Financial S.A, à Farmácia Jayme da Fonte e a colocação de uma bomba no palanque do Exército, preparado para o desfile de 07 de Setembro de 1969, na Avenida Conde da Boa Vista, Recife; artefato explodido na madrugada, sem pessoas feridas. Por essas ações, foi incluído nas investigações da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de Pernambuco e passou a ser alvo da política de destruição ideológica e física do autoritarismo estatal, com a pecha de subversivo, comunista, terrorista e inimigo interno a ser combatido.

A construção do discurso envolto na ideia do “elemento terrorista”, do “subversivo”, ou melhor, do “inimigo interno”, é imprescindível para compreender a construção ideológica que criava as condições para a perpetração de violações de Direitos Humanos pela Ditadura. A construção da figura do inimigo interno da sociedade decorre do poder punitivo pelo Estado, que se pauta na contraposição entre dois tipos de entes (des)subjetivados, o cidadão (pessoa) e o inimigo (não pessoa) (Zaffaroni, 2007). A construção ideológica do sujeito fora da cidadania é

um discurso que cria condições para que, após a exclusão da condição humana, se negue, ao inimigo, “o direito de ter suas infrações sancionadas dentro dos limites do direito penal liberal” (Zaffaroni, 2007, p. 11).

Esse discurso se assenta nas lógicas de existência dos Estados totalitários, que são lógicas binárias, ou seja, que concebem o mundo como dois grandes campos em oposição, “o próprio e alheio [...] entender que o diferente constitui um perigo iminente ou latente, que deve ser extirpado [...] portanto, em última instância eliminar as diversidades e impor uma realidade única e total representada pelo núcleo duro do poder, o Estado” (Calveiro, 2013, p. 88). O poder desaparecedor (Calveiro, 2013) conduzia a máxima de que não se desapareciam pessoas, mas guerrilheiros, terroristas, que serviam a estratégias políticas estrangeiras, perigosas, imorais: tratava-se do recurso da desumanização de pessoas em objetos, corpos matáveis e torturáveis.

Esse poder torturador do Estado se fez latente entre 28 a 31 de março de 1970, quando o DOPS/PE realizou o desmonte da ALN e do PCBR com a prisão dos guerrilheiros, em Recife. Após a prisão de Rholine Sonde Cavalcante, na madrugada do dia 31/03, no aparelho clandestino da Rua Barão de Souza Leão, em Boa Viagem, o DOPS captou informações sobre um encontro marcado por Rholine para o mesmo dia, pela manhã. Da ação policial resultou a prisão de Luciano de Almeida, além de outros militantes, como a sua companheira, Maria Tereza de Lemos Vilaça, e Grivaldo Tenório. O instante da prisão de Luciano de Almeida foi um fato marcante e dramático. Ocorreu na manhã do dia 31/03/1970, às 9h 30min, na frente do Cine Recife, na Avenida Beberibe, Encruzilhada, enquanto o biografado aguardava um companheiro de organização.

No momento exato da prisão, Luciano de Almeida constatou uma movimentação estranha no entorno do cinema: garis varrendo o logradouro público, funcionários do cinema e alguns poucos transeuntes nas proximidades. Quando distinguiu que não eram garis, mas policiais disfarçados, notou que estava cercado. Num breve lapso de tempo, cogitou reagir abrindo fogo contra os policiais, pois armado e municiado, porém, logo contido pelos soldados, que também estavam à sua espreita dentro do prédio. Foi imediatamente arrastado para o interior do cinema. Num ato instintivo, ainda resistiu ao segurar, por meio de suas mãos, as grades do cinema, contudo, desmobilizado

após receber potentes coronhadas de fuzil nas faces das mãos, que o fizeram soltar o portão. O fato foi testemunhado por transeuntes e moradores de um prédio da redondeza. Carregado, em seguida, para uma das salas de projeção do cinema, foi, a partir daí, barbaramente torturado numa sessão intensa de espancamento comandada por agentes públicos do Estado brasileiro, como os torturadores Ordolito, Rocha, Carlos de Brito e Miranda.

Após essa sessão inicial de tortura, no cinema, foi transferido para a sede da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (SSP/PE) e do próprio DOPS/PE⁸. Ao chegar defronte ao prédio e caminhar na direção do portão de entrada, já bastante debilitado, também, temendo pela própria sobrevivência, após observar alguns populares, tentou falar aos transeuntes num grito de desespero ao pronunciar a exortação “pessoal”, que findou sem efeito, pois imediatamente rebocado para o interior do edifício. Quando adentrou ao saguão da SSP-PE observou, numa das varandas internas, um agente público-torturador, que ao vê-lo, anunciou: “*vamos tirar os ovos desse filho da puta*”. A agressão verbalizada conduziu à constatação de Luciano de Almeida, de que continuaria a ser vítima das espécies mais violentas de tortura. Hipótese confirmada.

No prédio da SSP/PE, ao ser interpelado pelo agente Carlos Brito, que o conduzia, se reconhecia os companheiros(as) presos(as) naquele mesmo dia, inclusive sua companheira, Tereza Vilaça, com marcas visíveis de tortura, após emanar negativa de que não os reconhecia, recebeu um soco na barriga desferido pelo referido agente. Em seguida, reiniciaram as torturas, na sala do Gabinete do Delegado de Segurança Social. Foi agredido pelo delegado do DOPS/PE, José Oliveira Silvestre, que estava na sala juntamente com todas as demais autoridades da Segurança Pública de Pernambuco, a citar: o secretário-adjunto Armando Samico, o Coronel da Aeronáutica, Carlos Alberto Bravo Câmara (notório torturador no RN) e outros oficiais como Ordolito Azevedo, Mauni Figueiredo, Luís Miranda, que lhe interrogaram. Ao ser

8 O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, criado pela Lei Federal nº 12528/2011, em seu capítulo 15 “Instituições e Locais associados a graves violações de direitos humanos”, incluiu o prédio do DOPS de Recife, com endereço na Rua da Aurora, nº 405, bairro da Boa Vista, na listagem de prédios utilizados para a prática de torturas e é apontado como o espaço onde foi assassinada a estudante Anatólia de Souza Melo Alves, que era natural de Frutuoso Gomes (RN), militante do PCBR. Anatólia foi presa por agentes do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), do IV Exército, em Recife, no dia 17/12/1972, e assassinada por agentes do Estado com indícios de violência sexual.

interpelado pelas autoridades, nada informou. Ouviu então do chefe de gabinete da SSP/PE, a seguinte decisão: *“já que você não quer colaborar, vou deixar você com os investigadores”*. O interrogatório de Luciano de Almeida passou a ser comandado por um novo grupo de torturadores. Ele continuou a ser maltratado e agredido, inclusive lembra da permanência do torturador Luís Miranda na sala do gabinete e que o referido agente sentenciou que iriam *“amassar seus ovos”*. A experiência traumática da tortura foi descrita por Luciano de Almeida (1991):

É nesse contexto que situo minha experiência pessoal, diante da tortura. Fui preso no dia 31 de março de 1970, em frente ao cinema Recife, na cidade do Recife, Pernambuco. Imediatamente após, arrastaram-me para o interior do cinema onde sofri espancamentos generalizados. Depois, algemado, fui conduzido à Secretaria de Segurança Pública. Nesta, precisamente no gabinete do Delegado de Ordem Social, submeteram-me à tortura. Consistia em “ciranda”, pau de arara, golpes de cassetete, chutes, “telefones”, palmatória etc. Fui torturado no sentido estrito do termo, apenas no primeiro dia da minha prisão, ao fim do qual arrancaram-me um primeiro depoimento. Nos dias seguintes, as torturas físicas cessaram, restando as ameaças e pressão psicológica. Nestas condições, prestei outro depoimento. Decorridos quase dois meses de prisão voltei a ser agredido durante uma acareação com Alan Melo Marinho, preso aquele dia. Policiais torturadores⁹: delegados Jonatan Marques da Cunha, José Silvestre, Moacir Sales, Carlos de Brito, Mário Tomás de Alencar, investigadores Luís Miranda, Evaristo e outros.

Após as bárbaras sessões de tortura, Luciano de Almeida recebeu a visita de seu irmão, Lailson de Almeida, que saíra de Natal para atender o pedido de seus pais no intuito de verificar as condições de prisão impostas. Lailson de Almeida constatou as torturas sofridas pelo irmão, as marcas e escoriações por todo o corpo¹⁰. Além de inúmeras

9 Os torturadores estão incluídos na lista oficial de violadores de Direitos Humanos do Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf.

10 Em depoimento prestado à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Luciano e Lailson de Almeida relataram o ocorrido. **“Luciano de Almeida:** Lailson, você me permite só uma coisa? Foi perguntado a você se você havia assistido a alguma violação de direitos humanos. E quando você foi me visitar pela primeira vez lá na polícia política, no Recife, eu denunciei para você que estava sendo torturado. E mostrei inclusive as marcas que eu tinha nos braços, não era? E você pôde constatar que o sistema de tortura estava funcionando. E também quando você foi preso, você viu pessoas torturadas nas dependências do Exército”. **“Lailson de Almeida:** É importante essa lembrança porque é o seguinte [...]. Essa lembrança é importante porque inclusive quando ele foi preso. Essa informação foi divulgada e eu fui a Recife e chegando a Recife fui direto ao DOPS e alguns amigos

violências psicológicas que sofreu por relatos cruéis de torturadores¹¹ e pela morte de companheiros de militância e prisão, que se associa à conjuntura de destruição psicológica e ideológica que foi vitimado por meio das ações do Estado brasileiro. O triste episódio que culminou com a morte do companheiro Odijas Carvalho, decorrente de tortura, foi denunciado por outros presos políticos, em documentos dirigidos à sociedade e posteriormente relatado em depoimento à Justiça Militar. O impacto da morte de Odijas, foi publicado por Luciano de Almeida, tempos depois, no texto “Recordando Odijas de Carvalho”:

Odijas foi morto: o neguinho morreu! Eles o mataram! Gritava o companheiro ao penetrar, transtornado, no nosso pavilhão, numa manhã comum e rotineira da velha Casa de Detenção do Recife. Aos gritos misturava-se-lhes a perplexidade, a indignação, a lágrima convulsa, a dor. Ouvimos, todos, o relato, do trágico acontecimento; ao fim restava a conclusão inexorável do fato consumado, àquele momento, recusava-me a acreditar na sua morte (não sei por que, mas em geral, a morte de alguém que nos é próximo, parece-nos inverossímil, absurda). E na minha fantasia de prisioneiro a morte de Odijas não existia. Sabia que ele estava morto, contudo, este acontecimento ficava deslocado na minha cabeça, não se encaixava e por isso era necessário deixá-lo de lado, excluí-lo de toda conjectura. Dominado por esse sentimento louco, passava a fazer projeções para o futuro, nas quais Odijas. Imaginava-o circulando nos corredores do presídio, conversando, participando das nossas atividades sociais, nas rodas de violão, discutindo política, consolando-nos mutuamente, resistindo conosco, cultivando esperanças (Almeida, 1991, n. p.).

de Luciano já tinham sido mortos por meio das torturas. Naturalmente eles tinham aquela postura farsante de que não havia tortura e tal. E aconteceu um fato inusitado, no primeiro andar do DOPS, não foi Luciano? Ele vinha e eu perguntei: “e aí, Luciano, os caras lhes torturaram?”. “Eu fui torturado sim, inclusive por torturadores que estão aqui”. E eu fiquei bastante chateado, eles me seguraram e não teve mais visitas. E eu fui automaticamente abortado e interrompido. Ele foi levado, mas isso foi importante. Por quê? Serviu para segurar a situação dele. E naquela oportunidade eu falei que estava sendo monitorado e eles já ficaram em alerta, pois havia fora do país uma onda de denúncias sobre maus-tratos aqui no país”. Disponível em: <https://bczm.ufrn.br/comissaodaverdade/>.

11 Em depoimento ao Programa Memória Viva da TV Universitária (UFRN), no dia 03 de maio de 2007, Luciano de Almeida mencionou o encontro que teve com o torturador Coronel Darcy Ursmar Villocq Vianna. Notório torturador da Ditadura, que, inclusive, se orgulhava das torturas que perpetrara. Durante o período de privação de liberdade, Luciano de Almeida teve o dissabor de ouvir o relato pessoal do coronel Villocq acerca das atrocidades cometidas contra o preso político Gregório Bezerra. No testemunho do coronel Villocq a Luciano de Almeida, que provavelmente intencionou inflingir medo, o coronel, com regozizo, relatou sessões de tortura que comandara, inclusive rememorou que havia desferido “pancadas” generalizadas no corpo de Gregório Bezerra, e que, certa vez, o arrastou amarrado pelas ruas de Recife, PE, obrigando-o, em seguida, a caminhar por cima de cacos de vidro. No depoimento prestado à TV, Luciano rememorou a perplexidade com que ouviu o testemunho do coronel torturador, pois, à época, Gregório Bezerra era um idoso com cerca de 70 anos. O próprio Coronel Villocq reconheceu a bravura de Gregório perante o adversário que, mesmo trucidado, massacrado, manteve a posição inabalável perante os seus algozes. Disponível em: <https://bczm.ufrn.br/comissaodaverdade/>.

O relato acima, de negação da morte consumada do companheiro, pode ser interpretado como uma das etapas de construção do luto, da aceitação e reconstrução da vida após a perda de alguém próximo. Em diversas ocasiões, o sujeito sob trauma tem dificuldade de aceitar o dado, o fato, o definitivo, numa espécie de dissociação da realidade, que depois se esvai com a consciência concreta do real, dos limites e da finitude da vida. A experiência narrada por Luciano de Almeida revela o trauma, a dor diante da perda de companheiros de militância e cárcere. O sentimento também foi exteriorizado no testemunho publicado no livro *Emmanuel: vida e morte*, em homenagem ao companheiro Emmanuel Bezerra dos Santos, morto em São Paulo, no dia 04 de setembro de 1973. Ao analisar a fotografia de Emmanuel morto, compartilhou:

Espanto, horror, indignação, foram as sensações que experimentei, quando vi esta foto de Emmanuel morto. Ao vê-la, as imagens começaram a ferver na minha cabeça. Recuei até 04 de setembro de 1973. [...]. Emmanuel morreu torturado; não quero imaginar e imagino sua agonia. Seus olhos, são olhos de quem não queria morrer; olhos abertos, escancarados para a vida. O olho esquerdo está semifechado, teimando em abrir-se, para denunciar seus algozes, que devem tê-lo esmurrado no olho que está inchado. Seus lábios também estão entumescidos. Sua testa apresenta sinais de ferimentos acima do olho esquerdo. A base do seu nariz está visivelmente inchada. O lábio inferior cortado. Em volta do pescoço, desenha-se um colar de morte, como se fôra feito a fogo. Eis o que fizeram com Emmanuel!! Emmanuel!! Jamais esquecerei o seu rosto nesta fotografia como a querer dizer, gritar algo, mas que silencia na penumbra da morte (Almeida, 1992, n. p.).

As experiências extremadas da tortura e da perda de companheiros foram compreendidas por Luciano de Almeida no capítulo intitulado “A tortura animaliza o ser humano”, publicado no seu livro *A esquerda em questão* (Almeida, 1991). Escreveu a obra quando ainda estava em privação de liberdade no presídio estadual Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá, PE. No relato, procurou esboçar o que foi a experiência da tortura, no sentido de que ela não se manifestava apenas enquanto condições “físicas puras”, ou seja, na dimensão corpórea, mas também decorria de outros condicionamentos, na perspectiva de identificar múltiplas dimensões da tortura, seja a

partir da animalização do torturado, que tudo faz diante da dor atroz imputada, seja na perspectiva do torturador, que se bestializa perante o mal que executa contra o seu semelhante.



Luciano em um dos momentos da prisão política, anos 1970.

Fonte: documentário *A mesa vermelha*.

Após as torturas de que foi vítima e a prisão inicial no DOPS/PE até o mês de maio de 1970, Luciano de Almeida foi transferido para o Quartel da Polícia do Exército, em Olinda, PE. Em seguida, ainda em 1970, transferido para a Casa de Detenção do Recife. Nesse mesmo ano, foi relacionado na listagem dos presos solicitados para resgate no episódio do sequestro do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, ocorrido no dia 07/12/1970, em ação comandada pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), de Carlos Lamarca, tendo, inclusive, assinado declaração de próprio punho, no qual declarou estar “de pleno acordo com a minha liberdade na condição exigida mesmo que isso implique no meu banimento do Brasil”. Seu nome depois foi retirado da listagem. Permaneceu encarcerado na Casa de Detenção do Recife até março de 1973, quando o presídio foi desativado. De lá, seguiu para o presídio da Ilha de Itamaracá, onde ficou até 1980.

A prisão política e as greves de fome como instrumento extremo de luta política

É necessário fixar uma especial análise sobre um mecanismo extremo de luta contra a Ditadura Militar empreendido por Luciano de Almeida e seus companheiros na prisão política: as greves de fome. A greve de fome foi reiteradamente acionada como meio de luta em situações extremadas, comum no ambiente político, “quando não restam mais caminhos institucionais, alternativas legais, interlocução com os poderes constituídos, quando o Estado promove ou até mesmo legitima flagrantes injustiças contra lideranças e cidadãos” (Oliveira, 2017, on-line).

A greve de fome se caracteriza como a disposição voluntária de um sujeito ou grupo de não alimentar-se, como meio de manifestação. No caso de Luciano de Almeida, o uso desse recurso político extremo se dava em protesto contra as condições de encarceramento e para a conquista de direitos. É um meio severo, pois situa o grevista no limiar entre a vida e a morte, a greve põe em risco a vida do próprio grevista, que lança seu corpo em prol de uma luta política. A greve procura irradiar uma discussão essencial para a sociedade, para que um fluxo comunicativo seja gerado no meio social apto a alterar a correlação de forças com o opositor político, que é então forçado a reavaliar as suas estratégias e negociar, sobretudo quando se trata de um movimento de greve de fome contra o Estado, que tem responsabilidade direta com a integridade dos seus custodiados.

No caso de Luciano de Almeida, o primeiro registro de uma greve de fome ocorreu em maio de 1974, na Penitenciária Barreto Campelo. A pauta reivindicatória situou-se na luta por melhorias carcerárias e contra as arbitrariedades policiais. Luciano de Almeida e outros companheiros ficaram sem se alimentar por três dias. A segunda greve de fome de que participou foi desencadeada em protesto contra a sua transferência, em julho de 1975, para o Esquadrão de Cavalaria da PM Dias Cardoso, juntamente com o companheiro Marcelo Mário de Melo. A greve durou 13 dias. Luciano de Almeida permaneceu no Esquadrão até o mês de dezembro de 1975, e nesse interregno também

iniciou uma terceira greve de fome, em outubro de 1975¹², pela volta a Itamaracá dos presos transferidos para quartéis. Permaneceu 26 dias em abstenção alimentar. A greve resultou exitosa. Luciano de Almeida foi devolvido ao presídio da ilha. De volta à Penitenciária Barreto Campelo, participou de uma quarta greve de fome, em novembro de 1977, que durou 18 dias de abstenção alimentar. A greve protestou contra o isolamento imposto pela direção do presídio aos presos políticos Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde.

No final dos anos 1970, as greves de fome passaram de um recurso de luta política localizado em presídios específicos para se tornarem um instrumento nacional, unificado, de luta dos presos políticos brasileiros. A primeira greve nacional decorreu da solidariedade prestada aos companheiros de Itamaracá que iniciaram uma greve de fome em abril de 1978, pela quebra do isolamento dos companheiros Rholine Sonde Cavalcante e Carlos Alberto Soares, condenados à prisão perpétua. Depois do início da greve em Pernambuco, sucedeu-se nacionalmente a adesão e solidariedade aos presos de PE, por parte dos presos políticos dos seguintes presídios: Frei Caneca, Rio; Bangu-Feminino, Rio; Barro Branco, SP; Lemos de Brito – Salvador, BA; Linhares – Juiz de Fora, MG. A greve ocorreu em seis estados. 84 presos grevistas. A greve de fome iniciada em Itamaracá durou 27 dias, terminou a 10 de maio. Foi a quinta greve de fome em que Luciano de Almeida participou.

Esse movimento organizado foi muito importante pois contribuiu para o enfraquecimento da Ditadura Militar e demonstrou o poder de organização dos presos mesmo em condições de privação de liberdade. A ação avolumou o movimento em prol dos perseguidos políticos em todo o país. Ainda em 1978, no período de 2 a 5 de novembro, realizou-se o I Congresso Brasileiro pela Anistia. Após o Congresso, se amplificou a luta pela Anistia em manifestações de rua, lutas operárias e até nas partidas de futebol. O Movimento Feminino pela Anistia e o Comitê Brasileiro pela Anistia se destacaram na mobilização setorial da sociedade, de universidades, igrejas, associações, sindicatos, grupos de familiares de perseguidos políticos para recuperação de direitos (Paixão, 2023, on-line). O governo, pressionado pelo meio social, enviou ao Congresso Nacional

12 DIÁRIO DE NATAL. Auditor não sabe sobre greve de fome: presos. Natal, quinta-feira, p. 06, 16 out. 1975.

um projeto de lei de concessão do perdão. O Congresso criou uma comissão mista para apreciar o projeto, que passou a realizar visitas aos presídios brasileiros, sob comando do senador Teotônio Vilela (Arena, AL).

Como uma forma de pressionar o Congresso Nacional pela aprovação de uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, além de repudiar os termos do projeto governamental de concessão de uma Anistia parcial, os presos políticos iniciaram uma nova Greve de Fome Nacional, em 1979 (Pires Júnior, 2010). A greve começou no dia 22 de julho, no Presídio Frei Caneca, RJ, em seguida expandida para Itamaracá, Recife, aderida por Luciano, Fortaleza; Natal, RN (Maurício Anísio de Araújo, único preso político, na Penitenciária João Chaves, na Zona Norte); Penitenciária Feminina de São Paulo (Elza Monerat), Barro Branco, SP, e Lemos de Brito – Salvador, BA. O movimento ganhou repercussão internacional. O senador Teotônio Vilela, da Comissão mista, após uma dessas visitas aos grevistas, declarou à imprensa: “Não encontrei nenhum perigoso terrorista na prisão. Encontrei jovens idealistas que jogaram suas vidas na luta pela liberdade em nosso país”¹³, em alusão ao projeto social defendido pelos presos.



Luciano internado no Hospital da PM durante uma das greves de fome. Na foto, sua mãe, Antônia Nunes (Dona Nita), ao seu lado, num momento de visita. Fonte: documentário *A mesa vermelha*.

Luciano de Almeida era um desses jovens idealistas. Aderiu à greve nacional, sua sexta greve de fome, no dia 30 de julho de 1979. Passou

¹³ Disponível em: <https://averdade.org.br/2011/09/a-greve-nacional-dos-presos-politicos-pela-anistia-ampla-geral-e-irrestrita/>.

a se alimentar de água, açúcar e sal. Durante a greve, recebeu a visita do senador Marcos Freire, dos deputados federais Roberto Freire, Jarbas Vasconcelos (MDB/PE) e Raimundo Delgado (MDB/MG) e do presidente da Comissão mista, o senador Teotônio Vilela, além de representantes do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA/PE) e de um membro do Comitê pela Libertação dos Presos Políticos de Itamaracá. Em Pernambuco, as autoridades locais, preocupadas com o risco de morte dos presos políticos, transferiram os grevistas para o Hospital Militar.

A greve de Luciano de Almeida durou 23 dias, finalizando às 23h do dia 22 de agosto de 1979. A greve nacional durou 32 dias e angariou apoio de parlamentares, lideranças religiosas e de partidos políticos. A vitória do movimento se deu no dia 22 de agosto, com a aprovação da Lei de Anistia pelo Congresso Nacional (Lei nº 6683/1979), promulgada pelo general Figueiredo, ainda no período ditatorial. A lei previu tímidas medidas de reparação e excepcionou os chamados crimes de sangue e de guerrilha (terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal). Contudo, o movimento legou um aprendizado social em meio ao reforço das reivindicações sociais, que, em seguida, conduziram a uma outra dinâmica de aquisição de direitos com a Constituição de 1988.



Foto: presos políticos de Itamaracá recebem Teotônio Vilela e outros parlamentares, 1979.
Fonte: Almeida (1991).

Luciano não foi beneficiário da Lei de Anistia de 1979, por isso, permaneceu encarcerado na penitenciária de Itamaracá. Em razão disso, iniciou a sétima e última greve de fome, entre os dias 22 de dezembro de 1979 a 28 de janeiro de 1980. Essa greve de fome foi compartilhada por Rholine Sonde. Ele e Luciano de Almeida foram os dois últimos presos políticos de Pernambuco. A pauta se baseou na reivindicação pela concessão de livramento condicional pelo Superior Tribunal Militar e a morosidade processual que impediu que os grevistas fossem libertados antes das festas natalinas de 1979¹⁴. A greve repercutiu. No dia 08 de janeiro, o juiz Theódulo Miranda, Auditor da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, concedeu a liberdade condicional, porém recorrida pelo Procurador Militar José Nunes Costa, que solicitou o cumprimento integral da pena.

A libertação de Luciano de Almeida foi dificultada ao extremo, acionando a intervenção do governador de Pernambuco, Marco Maciel, que, solidário à greve de fome de Luciano de Almeida e Rholine Sonde, chegou a ir a Brasília despachar com o STM¹⁵ a favor da libertação dos presos. O presidente do Conselho Federal da OAB, José Paulo Pertence, e o presidente da OAB-DF, Maurício Correa, de igual forma, atuaram para a libertação, solicitando diretamente ao Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, o exame da situação¹⁶ de Luciano de Almeida e Rholine Sonde, que, naquela altura, dia 13 de janeiro, estavam há 22 dias em greve. No dia 24 de janeiro, a situação ainda perdurava, tendo o Ministro da Justiça recebido abaixo-assinado com 82 mil assinaturas para liberação imediata. O pai de Luciano de Almeida, Lauro de Almeida, fez visita ao ministro presidente do STM para apreciação do recurso e concessão do livramento penal.

Na pendência da análise do recurso pelo STM, a Comissão Executiva Nacional dos Movimentos de Anistia, que endereçou telefone ao presidente general João Figueiredo, além do envio de pedidos de libertação aos governadores de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, sob a preocupação de que “Rholine e Luciano correm perigo de vida e, se algo lhes acontecer, as autoridades que

14 DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Presos políticos há 20 dias passam fome. Recife, 10 jan. 1980.

15 DIÁRIO DE NATAL. Marco Maciel pede a liberação dos últimos presos políticos: PE. Natal, 28 dez. 1979, p. 10.

16 CORREIO BRASILIENSE. OAB pede ao Ministro por preso político. Brasília, sábado, 12 jan. 1980.

O POTI. Ministro vai reexaminar presos de PE. Natal, 3 jan. 1980.

os mantêm presos serão responsáveis”¹⁷, dado o avantajado tempo de restrição alimentar dos grevistas. No 34º dia de greve, Luciano de Almeida e Rholine Sonde foram visitados pelo deputado federal Ulysses Guimarães (MDB)¹⁸, que chegou a comentar a preocupação com o risco de vida dos grevistas. A visita foi acompanhada pelo senador Marcos Freire, presidente do MDB/PE, Jarbas Vasconcelos, além dos deputados Marcos Cunha e Roberto Freire e da ativista Helena Greco, representante do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA/PE). Nessa última greve, recebeu a visita de Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, que aproveitou o ensejo para colocar a Comissão de Justiça e Paz à disposição dos presos. A greve se estendeu por mais de trinta dias, inclusive com a transferência de Luciano de Almeida e Rholine Sonde para o Hospital da PM, em razão da fragilidade de saúde¹⁹. O encerramento do movimento se deu após a avaliação de que a greve atingiu, em parte, os objetivos propostos.

17 CORREIO BRASILIENSE. Greve de fome de presos políticos provoca campanha. Brasília, 21 out. 1980.

18 “Ulysses ouviu um relato de Luciano de Almeida sobre as gestões que estão sendo feitas por várias entidades - inclusive a OAB e a CNBB - e prometeu que vai entrar em contato com deputados mais dedicados à anistia para que se empenhem na mobilização devendo conversar a respeito, especialmente com o senador Teotônio Vilela. Os dois estão em greve de fome há 34 dias o que levou Ulysses a comentar: “a saúde de vocês também pertence à família, ao País, e é importante à nossa luta. Vocês devem levar isso em conta”. Luciano interrompeu a exortação de Ulysses para observar que o suicídio não é preocupação dele e do seu companheiro. Interessados, fundamentalmente em chamar a atenção para a dupla discriminação de que são vítimas - primeiro porque não foram abrangidos pelo projeto de anistia depois porque, apesar das promessas, não foram libertados no final do ano passado”. CORREIO BRASILIENSE. Ulysses retoma luta pela anistia após ver presos. Brasília, 25 jan. 1980.

19 DIÁRIO DA MANHÃ. Greve de fome vai parar no hospital. Ocorrências Policiais. Recife, 04 jan. 1980.



Foto: Visita do ex-governador Miguel Arraes aos presos em greve de fome, Luciano de Almeida e Rholine Sonde, 1980. Na foto, Helena Grecco, CBA.

Fonte: Almeida (1991).



Foto: Dom Hélder Câmara escuta a fala de Luciano de Almeida, 1980.

Fonte: <https://www.historiadealagoas.com.br/>.

Após quase dez anos de encarceramento ininterrupto, exatos nove anos, dez meses e quinze dias, foi libertado no dia 13 de fevereiro de 1980, sem ser anistiado, após a concessão de um livramento condicional pelo STM, sendo um dos últimos²⁰ presos políticos do país.

Retorno a Natal e o engajamento no movimento cooperativista e sindical

Retornou para a cidade de Natal ainda no mês de fevereiro de 1980. Foi recebido em festa na casa de seus pais na Avenida Mário Negócio, Quintas. A alegria do retorno foi logo interrompida, em virtude de uma tragédia ocorrida em sua família. A avó paterna de Luciano, Cristina Almeida, residente em Nova Cruz, foi atropelada por um automóvel desgovernado após chegar à capital para reencontrar o neto. Faleceu no dia 23 de fevereiro de 1980, no Hospital Walfredo Gurgel, de hemorragia interna provocada pelo acidente automobilístico.

Após a volta para Natal, Luciano firmou contatos na cidade para se restabelecer profissionalmente. Encontrou diversas resistências para se introduzir no campo do jornalismo, sobretudo pelo estigma sofrido pela prisão e por suas preferências político-ideológicas. Conseguiu trabalho formal com o apoio de amigos jornalistas. Após convite de Dermi Azevedo, ingressou na Cooperativa dos Jornalistas de Natal (COOJORNAT)²¹, organização que teve importante engajamento na defesa da Redemocratização, dos Direitos Humanos e da Anistia. Na COOJORNAT, Luciano trabalhou nas funções de gerente e de presidente e na edição (redação, impressão e distribuição) do jornal *Salário Mínimo*²², periódico com o slogan “*um jornal com fome de verdade*”. O jornal foi um

20 Os últimos presos políticos do país: Luciano de Almeida e Rholine Sonde, em Itamaracá, José Sales de Oliveira, no Ceará, e Hélio Silva, no Rio de Janeiro. DIÁRIO DE NATAL. 82 mil assinam petição para soltura de presos. Natal, 24 jan. 1980.

21 A Cooperativa dos Jornalistas de Natal Ltda. – Coojornat foi fundada em referência a Coojornal, do Rio Grande do Sul. Foi criada em 1º de outubro de 1977 por um grupo de 43 pessoas, sendo 25 profissionais e 18 alunos de jornalismo. Conferir a monografia de Ticianne Perdigão sobre o jornal da Coojornat. Disponível em: <https://pjbrc.eca.usp.br/arquivos/monografias13b.htm>

22 O projeto editorial do Salário Mínimo tinha três vertentes principais: preservar uma posição autônoma em face do Estado e dos partidos políticos emergentes; expor à opinião pública a dura realidade social vivida pelos oprimidos do Rio Grande do Norte, daí seu slogan: “um jornal com fome de verdade”, e finalmente assegurar a participação democrática dos jornalistas e entidades representativas na gestão e produção do jornal (Almeida, 1991).

importante instrumento de exposição à opinião pública dos problemas sociais do RN e de divulgação das demandas dos movimentos populares. Um desses movimentos foi a luta pela melhoria do transporte coletivo da capital, em 1981, demanda ainda atual. Importa mencionar que nessa luta, a COORJORNAT colheu mais de 20 mil assinaturas de reivindicação do transporte de passageiros, que foram entregues ao prefeito de Natal, José Agripino. Na oportunidade, o então prefeito questionou a Luciano de Almeida se ele sentia algum tipo de “*revanchismo, ressentimento*”. Luciano de Almeida negou e declarou “*que estava vivendo um outro momento histórico*”. A fala singularizou bem o mote de sua nova atuação.

O novo locus de atuação política de Luciano de Almeida nos anos 1980 se deu em compasso à luta dos trabalhadores e dos oprimidos. Por isso, procurou atuar na defesa de sua classe profissional e se inseriu na luta do movimento cooperativista e sindicalista do jornalismo e protagonizou lutas relevantes para o campo alternativo do Estado. Após ter reconhecido o seu direito de registro de jornalista provisionado pela Delegacia Regional do Trabalho no RN, em 1985, Luciano voltou a exercer atividades jornalísticas.

A partir disso, passou a militar no movimento sindical, tendo sido eleito vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Norte (SINDJORN). No sindicato, liderou a primeira greve de trabalhadores da comunicação social que, ao fim, conseguiu a implementação do piso salarial da categoria, em 1986. Na função de vice-presidente do sindicato, ministrou ainda aulas expositivas para os cursos de formação sindical oferecidos pela CUT, em 1987²³, organização que, inclusive, ajudou a fundar. Participou, ainda, da discussão sobre as prerrogativas dos jornalistas na luta pela Assembleia Nacional Constituinte²⁴. E atuou, institucionalmente, nas reivindicações de 1987²⁵ junto ao então prefeito de Natal, Garibaldi Alves Filho, para criação do cargo de jornalista na prefeitura e para a instituição de um piso salarial para os profissionais jornalistas no âmbito de Natal.

Também exerceu o encargo de Presidente da Organização das Cooperativas do Rio Grande do Norte (OCERN), destacou-se na luta pela

23 DIÁRIO DE NATAL. CUT. Natal, 05 nov. 1987.

24 O POTI. Jornalistas no Encontro Nacional da categoria sobre a Assembleia Nacional Constituinte. Natal, 20 abr. 1986.

25 DIÁRIO DE NATAL. Jornalistas atendidos pelo prefeito. Natal, 12 mar. 1987.

criação de fundos de apoio ao desenvolvimento do cooperativismo, tendo em vista as dificuldades financeiras suportadas pelas cooperativas²⁶ no Estado e na discussão sobre as definições da política cultural²⁷ do Rio Grande do Norte, junto aos governos estaduais e municipais.

Por sua participação política, continuou a ser mapeado pelos órgãos de informação instituídos pela Ditadura Militar (Serviço Nacional de Informações – SNI) até o ano de 1989, mesmo após a Redemocratização constitucional de 05 de outubro de 1988, sobretudo pela aproximação e assessoria prestada à CUT e ao Movimento de Libertação Nacional da Palestina.

Constituiu família. Com a arquiteta Maria Goretti de Lucena teve dois filhos: Cibele Lucena de Almeida (1981) e André Lucena de Almeida (1982). Com a professora Celina Maria Silva de Assis teve três filhos: Julian de Assis Almeida (1989), Luan de Assis Almeida (1990) e Juan de Assis Almeida (1991). E com a dona de casa Liege Maria Rodrigues de Melo teve um filho: Marcus Antônio Rodrigues de Almeida (2001). Tem ainda cinco netas e dois netos: Ananda, Liz, Melina, Bela (*in memoriam*), Luanzinho, Luiz e Laura. Após anos de graves crises financeiras, inclusive suportadas por seus filhos, conseguiu o restabelecimento de seus direitos funcionais junto ao Governo do RN, no ano de 1995, e recebeu a declaração da condição de anistiado político pelo Ministro da Justiça, somente no ano de 2005, em requerimento para a Comissão de Anistia²⁸.

Atualmente, escreve seu livro de memórias na tentativa de oferecer um importante exemplo de vida e de luta para as presentes e futuras gerações.

Considerações finais

O texto explicitou uma síntese da trajetória de Luciano de Almeida, jornalista potiguar, a partir de marcadores modais que compõem o itinerário de luta política do biografado. Se expôs o

26 DIÁRIO DE NATAL. Cooperativas no sufoco pedem ajuda ao Estado. Natal, 13 jun. 1987.

27 O POTI. Produtores apresentam sugestões. Natal, 25 jan. 1987.

28 Portaria nº 2328, de 15 de dezembro de 2005, pelo Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2005.

engajamento na ação católica natalense, o Movimento Estudantil organizado no Rio Grande do Norte, a atuação na guerrilha armada urbana em Recife, a experiência da tortura no DOPS/PE, a prisão política e os instrumentos de luta política empreendidos no contexto de privação de liberdade, entre 1970 a 1980.

Compreendeu que, no ambiente de intenso cerceamento de liberdades individuais, as opções de luta do biografado foram legítimas, exercício do direito de resistência à opressão do Estado Militar, inclusive o uso de recursos de manifestação extremada, como foi o caso das sete greves de fome de que participou entre os anos de 1974 a 1980. As manifestações restaram exitosas, pois o governo autoritário, pressionado, viu-se instado a negociar as condições carcerárias com os presos políticos; as greves nacionais ainda contribuíram para o movimento que levou o Legislativo Federal a ter condições políticas e sociais de aprovar a primeira Lei de Anistia para os perseguidos políticos e ainda congregou o apoio de organismos da sociedade civil – CNBB, CBA e OAB no apelo ao judiciário para a concessão dos direitos subjetivos relativos à execução de sua pena, o livramento condicional pelo STM.

A trajetória analisada em diversas espacialidades e temporalidades, permitiu compreender que a atuação de Luciano de Almeida foi uma militância destinada a defender as liberdades individuais e coletivas da humanidade, com clara opção pela luta a favor da classe trabalhadora e contra todas as formas de opressão e dominação do sistema econômico e político. Esse mote guiou a sua participação nos diversos espaços e recortes de tempo, seja no período da Ditadura Militar, seja no período da Redemocratização, utilizando do jornalismo para expor à opinião pública as injustiças sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luciano de. **A esquerda em questão: do socialismo científico ao anarquismo**. Natal: Coojornat, 1991.

ALMEIDA, Luciano de. Espanto, horror, indignação: a foto de Emmanuel morto. COOJORNAT, Cooperativa dos Jornalistas de Natal. **Emmanuel: vida e morte**. Natal: Coojornat, 1992.

A MESA VERMELHA. Direção de Tuca Siqueira. Brasília: Projeto Marcas da Memória, Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, 2013. Mídia eletrônica. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LMIAg6tNGAg>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília, 2014. p. 1647. v. 1. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 01 maio 2024.

CABRAL, Ticianne Maria Perdigão; VELOSO, Maria do Socorro Furtado. Imprensa alternativa na ditadura: modelo cooperativista do jornal Salário Mínimo (1980-1983). **Revista PJ: BR**, ano 7, n. 13, out. 2010. Disponível em: <https://pjbr.eca.usp.br/arquivos/monografias13b.htm>. Acesso em: 20 maio 2024.

CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina**. Tradução de Fernando Correa Prado. São Paulo: Boitempo, 2013. 151 p.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO – Partido dos Trabalhadores. **Relação das principais greves de fome**. 23 abr. 2006. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2006/04/23/relacao-das-principais-greves-de-fome/>. Acesso em: 01 maio 2024.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

INTERVOZES. **Vozes da democracia**: histórias da comunicação na redemocratização do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Intervozes, Coletivo do Brasil de Comunicação Social, 2006.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

LEVINO, José. A greve nacional dos presos políticos pela anistia ampla, geral e irrestrita. **A Verdade**: um jornal dos trabalhadores na luta pelo socialismo, 22 set. 2011. Disponível em: <https://averdade.org.br/2011/09/a-greve-nacional-dos-presos-politicos-pela-anistia-ampla-geral-e-irrestrita/>. Acesso em: 02 maio 2024.

OLIVEIRA, Márcia. Greve de fome como instrumento político. **Amazonas atual**: o seu jornal on-line, 13 dez. 2017. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/greve-de-fome-como-instrumento-politico/>. Acesso em: 15 maio 2024.

PAIXÃO, Cristiano. Os sentidos da anistia. **UnB Notícias**, 31 jan. 2023. Disponível em: <https://noticias.unb.br/artigos-main/6289-os-sentidos-da-anistia>. Acesso em: 28 fev. 2024.

PEREIRA, Anthony. **Ditadura e repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PIRES JUNIOR, Paulo Abrão. 1979-2009: 30 anos de luta pela Anistia: a greve de fome de presos políticos. In: BRASIL, Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. **30 anos de luta pela anistia no Brasil**: greve de fome de 1979/organização de Daniela Frantz... [et al.]. Brasília: Comissão de Anistia/MJ, 2010.

PORTAL HISTÓRIA DE ALAGOAS. Rholine Sonde, o último preso político da Ditadura Militar. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/rholine-sonde-o-ultimo-preso-politico-da-ditadura-militar.html>. Acesso em: 04 abr. 2024

RECIFE (PE). Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco. **Prontuário Policial de Luciano de Almeida nº. 18996**. Registro em 31 mar. 1970.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SÃO PAULO, ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo no direito penal**. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

Jornais consultados

CORREIO BRASILIENSE. OAB pede ao Ministro por preso político. Brasília, 12 jan.

CORREIO BRASILIENSE. Ulysses retoma luta pela anistia após ver presos. Brasília, 25 jan. 1980.

CORREIO BRASILIENSE. Greve de fome de presos políticos provoca campanha. Brasília, 21 out. 1980.

DIÁRIO DE NATAL. Marco Maciel pede a liberação dos últimos presos políticos: PE. Natal, 28 dez. 1979. p. 10.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Presos políticos há 20 dias passam fome. Recife, 10 jan. 1980.

DIÁRIO DE NATAL. Estudantes impedem entrada do diretor e secretário mandará abrir inquérito: crise do Atheneu reaberta. Natal, 27 ago. 1968. p. 7.

DIÁRIO DE NATAL. Descobertos “aparelhos” subversivos em Recife. Natal, 13 abr. 1970. p. 06.

DIÁRIO DE NATAL. Comunistas tinham planos de assaltos e badernas. Natal, 15 abr. 1970. p. 02.

DIÁRIO DE NATAL. Subversivos ameaçados com pena de morte. Natal, terça-feira, 1 dez. 1970. p. 01.

DIÁRIO DE NATAL. Terroristas em Recife recebem nova condenação. Natal, 30 jan. 1971.

DIÁRIO DE NATAL. Subversivos condenados na Justiça Militar: PE. Natal, 12 maio 1971.

DIÁRIO DE NATAL. Auditor não sabe sobre greve de fome: presos. Natal, 16 out. 1975. p. 06.

DIÁRIO DA MANHÃ. Greve de fome vai parar no hospital. Ocorrências Policiais. Recife, 04 jan. 1980.

DIÁRIO DE NATAL. 82 mil assinam petição para soltura de presos. Natal, 24 jan.1980.

DIÁRIO DE NATAL. CUT. Natal, 05 nov. 1987.

DIÁRIO DE NATAL. Cooperativas no sufoco pedem ajuda ao Estado. Natal, 13 jun. 1987.

DIÁRIO DE NATAL. Jornalistas atendidos pelo prefeito. Natal,
12 mar. 1987.

O POTI. Jornalistas no Encontro Nacional da categoria sobre
a Assembleia Nacional Constituinte. Natal, 20 abr. 1986.

O POTI. Ministro vai reexaminar presos de PE. Natal, 13 jan.1980.

O POTI. Produtores apresentam sugestões. Natal, 25 jan. 1987.

PARTE IV

IGREJA CATÓLICA, OAB E O GOLPE DE 1964 NO RN

Por meu povo em luta, vivo.
Com meu povo em marcha, vou.

Dom Pedro Casaldáliga

ENTRE A CRUZ E A BAIONETA

a voz da Igreja Católica em oposição
ao Regime Militar no RN (1964-1985)

Fábio Ferreira Feitosa¹

Igreja Católica no Brasil: conflitos e renovações

A Igreja Católica é uma das mais antigas e mais influentes instituições da história da humanidade, como tal possui enorme significância institucional, social e política, atuando nos mais diferentes locais do globo, onde seus membros encampam as mais variadas frentes de missão. Ao olharmos para a trajetória da Igreja ao longo dos séculos, verificamos que ela possui uma rica e contínua história, que pode ser vista como uma epopeia fantástica, como observa Libanio (2000, p. 9):

A sua trajetória histórica, sob o simples olhar do historiador, revela-se epopeia fantástica. Desde a pregação de Jesus, aquele “judeu marginal”, à beira do lago de Genesaré a simples pescadores e a um povo humilde e pobre, até as viagens triunfais de João Paulo II, seu vigário na Terra, por todo o mundo, a Igreja vem trilhando um caminho de cruces e glórias, de derrotas e vitórias, de fluxos e refluxos, de decadência e renovação, de perseguição e entronizações.

Ao voltarmos o nosso olhar para a história da Igreja no Brasil, iremos perceber que suas atuais estruturas nasceram “em 1891, quando a Constituição Republicana separou a Igreja do Estado”, como observa Alves (1979, p. 17). O rompimento oficial entre os poderes temporal e espiritual em nosso país foi advindo do fim do Padroado, acordo formal estabelecido entre a Coroa Portuguesa e a Santa Sé.

¹ Licenciado em História pela UFRN, pós-graduado em Educação, Diversidade e Cidadania pela Faculdade Educacional da Lapa. É coautor do livro e do e-book *Tecedores de sonhos ao luar*.

O fim do Padroado colocou a Igreja diante de um cenário no qual tivemos o surgimento de uma nova realidade eclesiológica, a chamada Neocristandade. Esse modelo eclesial surgiu por volta de 1916 e se estendeu até 1955, como parte integrante dos esforços da Igreja para reconquistar, garantir e defender os seus interesses de maneira oficial na sociedade pós-padroado. Ao buscar definir o que foi a Neocristandade, Mainwaring (2004, p. 42) afirma: “o modelo da Neocristandade era uma forma de se lidar com a fragilidade da instituição sem modificar de maneira significativa a natureza conservadora da mesma”. O período da Neocristandade também foi marcado pela criação da Liga Eleitoral Católica (LEC), uma das expressões mais contundentes desse projeto, que por iniciativa de Dom Sebastião Leme (1882-1942) tornou-se um órgão de alcance nacional em 1932. Para Azzi (2008, p. 253), a LEC tinha por objetivo “despertar o interesse dos católicos pela política, afim de que apoiassem as propostas eclesiásticas”. Vemos assim, de forma clara, que a LEC fazia parte de um projeto político da Igreja por meio do qual ela buscava defender seus interesses e para tal passou a apoiar e a incentivar a candidatura de pessoas que se identificassem com suas propostas.

Um dos grandes nomes por trás da Neocristandade foi Dom Sebastião Leme, visto por muitos como o grande responsável pela reaproximação entre Igreja e o Estado, como demonstra Serbin (2001, p. 82): “Sob a liderança de dom Leme, arcebispo de Olinda e Recife (1916-21) e, mais tarde, do Rio de Janeiro (1930-1942), a Igreja recuperou seus privilégios, e líderes nacionais reconheciam nele um baluarte de estabilidade social”.

Conhecedor da grande influência social e espiritual que a Igreja Católica possuía sobre o povo brasileiro, Getúlio Vargas, que chegou ao poder após a Revolução de 1930, buscando legitimar o seu governo, passou a privilegiar o diálogo com essa instituição, chegando a atender reivindicações dela, personificada na figura de Dom Leme, que, de acordo com Cancian (2011, p. 23), “foi indicado pelo líder do movimento revolucionário que derrubou a República Oligárquica, Getúlio Vargas, para dialogar e convencer o presidente Washington Luís a deixar o poder sem reação armada, o que de fato ocorreu”. Nesse sentido, Azzi (2008, p. 222) afirma:

A 3 de outubro eclodia no país o movimento revolucionário chefiado por Getúlio Vargas. Nessa ocasião coube a Dom Leme a missão de aconselhar o presidente a deixar o governo, quando, sitiado pelas tropas revolucionárias, não tinha mais condições de resistência. Embora recusasse abandonar o cargo, no dia 27 de outubro, o cardeal conseguiu convencer Washington Luís a retirar-se, após ter-lhe obtido garantias de vida por parte dos chefes revolucionários. Em companhia de Dom Leme, o presidente foi levado para o Forte de Copacabana e de lá embarcou para a Europa como exilado político.

Getúlio Vargas chegou ao poder por meio de um movimento revolucionário e ocupou a cadeira presidencial por 15 anos. Ao longo desse período tivemos a promulgação de duas Constituições (1934 e 1937). Em ambas, é possível identificar prerrogativas favoráveis à Igreja Católica, entre as quais temos: a oficialização do casamento religioso, a proibição do divórcio e a autorização para o ensino religioso nas escolas públicas em âmbito nacional.

Entre os anos de 1937 a 1946, o Brasil entrou na segunda fase da chamada Era Vargas, período conhecido como Estado Novo. Ao longo desse intervalo de tempo, o país vivenciou uma Ditadura, na qual tivemos a promulgação de uma nova Constituição, porém todas as prerrogativas garantidas à Igreja foram mantidas.

De maneira oficial, a Igreja Católica, institucionalmente, nunca endossou o governo Vargas, mas a maior parte do clero apoiava a sua gestão. O apoio da Igreja não estava apenas condicionado aos privilégios assegurados por Vargas, mas também se devia ao alinhamento político entre eles, tendo em vista que ambos defendiam bandeiras comuns tais como a ordem, o nacionalismo, o patriotismo e o anticomunismo, como observa Mainwaring (2004, p. 47):

A hierarquia nunca endossou Vargas de uma maneira oficial, mas a maioria dos bispos, padres e leigos militantes apoiava o governo. [...] A Igreja apoiava Getúlio Vargas não só por causa dos privilégios que recebera, mas também devido à afinidade política. A ênfase que a Igreja atribuía à ordem, ao nacionalismo, ao patriotismo e ao anticomunismo coincidia com a orientação de Vargas. Clérigos destacados acreditavam que a legislação de Getúlio realizava a doutrina social da Igreja e que o Estado Novo efetivamente conseguia superar os males do liberalismo e do comunismo.

Durante o governo Vargas, a Igreja ampliou seu prestígio e sua influência social de forma considerável. Dois acontecimentos em especial nos ajudam a dimensionar as proporções de sua influência naquele período junto ao governo e às autoridades civis e militares da época. Estamos nos referindo à homenagem a Nossa Senhora Aparecida e à construção/inauguração do monumento do Cristo Redentor no Rio de Janeiro.

Esses dois eventos podem ser vistos como demonstrações explícitas de fé, mas também uma clara expressão da influência e do poder temporal da Igreja sobre a sociedade brasileira, o que demonstra efetivamente que, após o fim do Padroado, a Igreja não perdeu a sua influência sobre a sociedade, contudo, ela modificou sua estratégia e buscou novos espaços de atuação.

Embora a Neocristandade tenha sido um importante instrumento para a Igreja no Brasil e tenha conferido a essa instituição prestígio e prerrogativas favoráveis aos seus interesses, esse projeto por uma série de fatores acabou falindo. Entre as razões que podem ser apontadas como causa para o seu fim, podemos destacar: dificuldades em combater a secularização da sociedade, bem como dificuldades dessa instituição para atingir efetivamente as massas, o que acabou gerando a expansão do protestantismo e do espiritismo, como demonstra Mainwaring (2004, p. 53):

O sucesso do modelo da neocristandade dependia de sua capacidade de combater a secularização, de usar o Estado para exercer influência sobre a sociedade e de manter um monopólio religioso. No período pós-guerra, ele não se mostrou capaz de satisfazer essas condições. A sociedade brasileira modificava-se rapidamente e nenhuma ação da Igreja poderia evitar que isso ocorresse. Qualquer instituição que resistisse as tendências irreversíveis condenava-se a um declínio, como começou a perceber um grande número de líderes católicos. Por volta de 1945, o antimodernismo se tornara insustentável para uma instituição que tinha a pretensão de ser universal e que se preocupava especialmente em influenciar o Estado e as elites. Ao opor-se à secularização, a Igreja abandonava à sorte ao lado de grupos (de) importância decrescente. A expansão do protestantismo e do espiritismo tornou aparente o que era verdade há algum tempo: a Igreja não estava efetivamente atingindo as massas.

No processo de reorganização da Igreja no Brasil, não podemos deixar de citar a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Essa instituição foi fundada em 17 de outubro de 1952, por iniciativa de Dom Helder Pessoa Câmara (1909-1999), homem sensível aos sinais dos tempos e às necessidades da Igreja brasileira, que naquele momento carecia de uma instituição que tivesse a capacidade de unir e articular, de maneira conjunta, as ações do episcopado brasileiro.

O vácuo de uma instituição representativa que falasse em nome dos bispos do Brasil, acabou desencadeando no interior do episcopado brasileiro o surgimento de figuras que passaram a exercer forte influência nos rumos da Igreja em nosso país, entre os quais podemos destacar o cardeal Dom Sebastião Leme. Para Pierucci (2007, p. 423, 424) esse Prelado,

[...] com seu carisma havia centralizado em sua pessoa a organização eclesial no Brasil desde os idos de 1916, morreu em 1942. E deixou acéfalo tanto o Episcopado, disperso pelas dioceses sem qualquer linha de ação comum, além das normas ditadas pelo Vaticano [...] quanto os setores mobilizados do laicato, que haviam girado em torno da aura do criador, coordenador e animador de movimento como o Centro D. Vital, a Ação Católica Brasileira e a Liga Eleitoral Católica (LEC).

Vemos assim o quanto a criação da CNBB foi de extrema importância para a Igreja do Brasil, que até então estava carente de uma instituição que pudesse organizar de maneira conjunta seu posicionamento e suas práticas pastorais. O projeto que culminou na criação da CNBB logo recebeu apoio do secretário de Estado de Pio XII, Monsenhor Giovanni Batista Montini, mais tarde Papa Paulo VI. Para Schallenmüller (2011, p. 10):

A partir da fundação da CNBB, a Igreja Católica brasileira ficou mais coesa, podendo definir com clareza e unidade seus objetivos e princípios políticos e sociais perante a sociedade. As ações pastorais, os procedimentos litúrgicos, tudo o que envolve o mundo da Igreja passou a ser comandado pela Assembleia Geral e pela Comissão Central da CNBB. A instituição da Conferência, desta forma, foi um passo fundamental que possibilitou um tremendo salto qualitativo no que concerne à Igreja Católica enquanto um ator político no Brasil, antes pulverizado ou pelo menos dotado de

uma coesão capenga, dependente de algumas personalidades políticas intermitentes (como Dom Vital ou Dom Sebastião Leme), cujo controle sobre os procedimentos da própria Igreja era bastante limitado no espaço e no tempo.

A criação da CNBB representou uma significativa mudança na história da Igreja no Brasil e se consolidou como um agente político. Ao buscar resumir os objetivos dessa instituição, Libanio (2000 p. 110) afirma:

Os objetivos da CNBB resumem-se em promover a coordenação nacional da Igreja e estimular as igrejas locais a participarem ativamente na mudança social do país. Pequeno núcleo de bispos exerce enorme influência na linha social, no momento em que a figura ímpar, até então líder indiscutível do episcopado, o cardeal Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, tinha morrido. Quem o substitui não tem nem de longe a altura de personalidade e descortínio para continuar essa liderança. A CNBB vem exatamente ocupar esse vazio, capitaneada pela figura dinâmica, viva, inovadora e carismática de d. Hélder, secundado por pequeno e afinado grupo de bispos, na maioria vindos da sofrida região Nordeste.

Nitidamente, a CNBB foi e continua sendo uma importante instituição para o catolicismo brasileiro, responsável pelo estabelecimento do diálogo e pela busca da coesão entre os membros do Episcopado, que embora partilhem da mesma fé, muitas vezes acabam divergindo em virtude de suas diferentes origens, interesses e concepções pastorais.

O pensamento católico brasileiro, aos poucos, estava deixando de ser um mero repetidor de conceitos teológicos europeus, para formular o seu próprio pensamento e o seu fazer teológico, sendo estes frutos do contexto sociopolítico no qual seus formuladores estavam inseridos. Naquela época, a Igreja estava desenvolvendo cada vez mais projetos e ações direcionados aos mais necessitados, como o Movimento de Educação de Base (MEB) e as Comunidades Eclesiais de bases (CEBs). Esse processo foi intensificado e legitimado pelo Concílio Ecumênico Vaticano II.

Ao buscarmos analisar a relação existente entre o Regime Civil-Militar e a Igreja Católica no Brasil, não podemos deixar de considerar dois acontecimentos externos, que influenciaram diretamente a relação entre essas duas esferas de poder, estamos nos referindo à chamada Guerra Fria e ao Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965).

A história da humanidade, sem sombras de dúvida, é marcada por continuidades, rupturas e consequências. O conjunto de conflitos diretos e indiretos responsável por dividir o mundo em duas zonas de influência, que ficou conhecido como Guerra Fria, uma continuidade e uma consequência da II Guerra Mundial (1939-1945), considerando que os dois países “vitoriosos” desse conflito bélico passaram a rivalizar o controle econômico, político, social e cultural do mundo. Estamos nos referindo aos Estados Unidos da América (EUA) e à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), respectivamente, representantes máximos de modelos econômicos totalmente antagônicos: capitalismo e comunismo.

Como visto anteriormente, a disputa pela hegemonia mundial entre EUA e URSS, acabou desencadeando uma série de conflitos diretos e indiretos que ocorreram nos mais diferentes locais do globo, onde essas duas superpotências buscavam consolidar a sua ideologia e seu respectivo modelo econômico, e, como consequência direta dessa disputa, tivemos a eclosão de diferentes conflitos bélicos, entre os quais podemos destacar: a Guerra do Vietnã (1955-1975) e a Guerra da Coreia (1950-1953).

Buscando a expansão de sua influência sobre os países europeus, arrasados pela II Guerra Mundial, o governo estadunidense, em 1948, criou o chamado Plano Marshall, cujo objetivo oficial era financiar a recuperação dos países que haviam sido de alguma forma devastados por esse conflito armado. Além da recuperação econômica dos países beneficiados por esse plano, ele objetivava estreitar a relação entre eles e o governo estadunidense, criando assim um bloco econômico e social que pudesse resistir e até mesmo combater o comunismo.

O bloco comunista, liderado pela URSS, não ficou para trás e assim como o seu adversário, também criou um plano de ajuda e de recuperação econômica para os seus aliados, estamos nos referindo ao Conselho Para Assistência Econômica Mútua (Comecon), que buscava fortalecer a economia dos países socialistas, estimulando o desenvolvimento industrial e tecnológico, procurando assim fortalecer a economia do bloco socialista para que estes não fossem dependentes dos países capitalistas.

Outra estratégia elaborada pelo governo estadunidense foi a chamada Aliança Para o Progresso, programa governamental que

oficialmente tinha por finalidade o desenvolvimento econômico e social do continente americano, mas, na verdade, o seu alvo era minar a influência comunista nesse continente. Por sua importância geopolítica, o Brasil recebeu atenção especial da Aliança para o Progresso na primeira metade da década de 1960.

Nesse período, a Região Nordeste foi escolhida como o centro principal de atuação do programa. No Nordeste, o Rio Grande do Norte, sob o governo Aluizio Alves, foi o principal aliado, funcionando como um contraponto a Pernambuco, governado por Miguel Arraes.

Além dessas táticas, o governo estadunidense passou a apoiar e a incentivar golpes de Estado ao redor de todo o globo, buscando assim derrubar aqueles governos e políticos que na sua visão poderiam representar para ele algum perigo ao seu projeto de dominação mundial. Essa estratégia se fez ainda mais presente a partir do ano de 1958, quando tivemos em Cuba, uma pequena ilha que por anos foi considerada por muitos como sendo o quintal do “tio Sam”, uma revolução, cuja influência era temida e profundamente combatida pelos EUA.

Com o Golpe de 1964 no Brasil, o governo do RN não teve dificuldades para adequar-se à nova ordem; pelo contrário, ajudou a estabelecê-la. O período final da gestão Aluizio Alves foi marcado pelo alinhamento do governo com o novo sistema político que se instaurava no país após o Golpe Civil-militar.

Em Natal e no interior do estado, os quartéis estavam em prontidão. De acordo com Pereira (2004, p. 7):

Na capital potiguar, Natal, como de resto em todo o estado, os quartéis estavam em prontidão. Em 1º de abril de 1964, os comandantes militares publicaram uma nota de apoio ao golpe e deixaram evidenciados seus vínculos com Aluizio, ao afirmar que “medidas preventivas e repressivas estão sendo adotadas pelas autoridades militares das Forças Armadas em Natal, em íntima ligação e entendimentos com o senhor governador do Estado”.

Além da Guerra Fria, um outro evento externo que não pode ser negligenciado foi o Concílio Ecumênico Vaticano II (1964-1965), sendo o mesmo responsável por renovar as estruturas da Igreja e por estabelecer o diálogo desta instituição com o mundo moderno. Este

que foi o 21º Concílio da Igreja é para essa instituição um marco em sua história, considerando os mais diversos frutos advindos de sua realização. Ao fim desse Concílio, que reuniu cerca de 2.540 padres conciliares, tivemos a aprovação e a publicação de quatro constituições, nove decretos e três declarações.

É impossível pensar o Vaticano II sem associá-lo diretamente ao Papa João XXIII (1958-1963), considerando que partiu dele a iniciativa de convocar tal evento. O então Patriarca de Veneza, o Cardeal Ângelo Roncalli (1881-1963), ao ser eleito para assumir a Cátedra de São Pedro, estava com 77 anos. Apesar da idade, vista por muitos como avançada para assumir um cargo tão importante como o de Bispo de Roma, o agora Papa João XXIII exalava jovialidade e desejava renovações no interior da Igreja, sendo estas inspiradas pelo Espírito Santo.

O leque de novidades trazidas por João XXIII é extenso, entre elas temos: a abertura para o diálogo com o mundo moderno; a nomeação do primeiro cardeal negro, do primeiro cardeal filipino e do primeiro cardeal japonês; mas, como podemos imaginar, a maior e mais profunda novidade trazida por ele foi o Concílio Ecumênico Vaticano II.

Esse Concílio pode ser considerado uma primavera na história da Igreja, levando-se em conta que esse fenômeno climático na natureza está associado diretamente à renovação, ao reflorescimento. Assim, o Vaticano II também representou um reflorescimento nas estruturas da Igreja, um novo Pentecostes que trouxe para a instituição dinamismo e criatividade para os novos tempos.

Embora o Vaticano II tenha sido um Concílio Ecumênico, isto é, contou com a presença de bispos de todo o mundo, as suas diretrizes foram sentidas mais efusivamente na Igreja latino-americana, sobretudo na brasileira, por aqui os ventos conciliares renovaram antigas estruturas e fecundaram nossas formas de eclesialidade, como demonstra Beozzo (1995, p. 11):

João XXIII e, de modo particular, o Concílio, foram para a Igreja do Brasil como se águas longamente represadas se houvessem soltado, correndo livremente, abrindo e aprofundando o próprio leito. O Concílio permitiu não só uma primavera inesperada, mas

que novas formas de eclesialidade fossem sendo tecidas no chão da Igreja, como as comunidades eclesiais de base; nos corpos intermediários, como os conselhos paroquiais, conselhos diocesanos de pastoral e grandes assembleias diocesanas; nos regionais, com as assembleias das Igrejas; e, por fim, no corpo episcopal, com forte senso de colegialidade vivido pela CNBB, em plano regional e nacional.

Dessa forma, percebemos concretamente o papel do Concílio Ecumênico Vaticano II como um importante artesão que ajudou a modelar as atuais estruturas da Igreja no Brasil, desenhando, assim, mudanças substanciais nas relações entre os membros da hierarquia, que passaram a viver mais intensamente o espírito de colegialidade e de corresponsabilidade e assim incentivaram e legitimaram uma maior organização do Povo de Deus em diferentes níveis.

As novas concepções da Igreja, apregoadas a partir do Vaticano II, foram sentidas de modo particular pela Igreja latino-americana, que por meio de vários de seus membros buscou desenvolver formas para a aplicação concreta do espírito conciliar na luta pelos Direitos Humanos, na inclusão social de grupos marginalizados e na luta por Justiça Social e Paz. Por essa opção, muitos acabaram pagando com a sua própria vida.

A realização do Vaticano II e o início da aplicação de suas diretrizes no Brasil ocorreram em meio a um clima de conturbação política, tendo em vista que a década de 1960 foi marcada pela renúncia presidencial de Jânio Quadros, em 1961; a tentativa de impugnação da posse constitucional de João Goulart, seu vice-presidente, e, por fim, o Golpe Civil-militar de 1964 com consequências em todo o país, inclusive no Rio Grande do Norte.

A Igreja Católica e o Golpe Civil-militar no RN

Ao indagarmos o contexto no qual o governo do Presidente João Goulart esteve inserido, iremos verificar que ele “nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado” (Toledo, 1994, p. 7). O Golpe Civil-militar do qual João Goulart e a democracia brasileira foram

alvos foi orquestrado por integrantes do Alto Comando das Forças Armadas, por setores conservadores da sociedade civil brasileira, incluindo membros da alta cúpula da Igreja, setores da imprensa, políticos de oposição ao governo, que não concordavam com os planos do então Presidente. Os setores empresariais nacional e internacional também ofereceram sustentação ao Golpe e ao regime que mergulharam o Brasil em uma Ditadura.

Ainda no campo do apoio e sustentação ao Golpe Civil-militar e ao governo militar instaurados no Brasil pós-abril de 1964, temos o governo estadunidense, que, temendo a proliferação do comunismo no continente americano, ofereceu total apoio e foi um dos mais fortes sustentáculos e legitimadores do Golpe e do governo instaurado a partir dele.

Muitos acreditavam que o plano de governo do Presidente João Goulart levaria o Brasil ao comunismo, entre os que defendiam essa tese estavam membros da alta cúpula da Igreja Católica, que passaram a criticá-lo abertamente, passando assim de forma sistemática a utilizar de diferentes meios que objetivavam incutir no povo o medo do comunismo ateu, bem como desacreditar as propostas de João Goulart, sobretudo o seu programa de Reformas de Bases.

Entre os mecanismos utilizados por setores da Igreja naquele contexto, tivemos a chamada Cruzada pelo Rosário em Família, que mobilizou um grande número de fiéis e preparou os caminhos para as “Marchas com Deus, pela Liberdade e pela Democracia”, vistas por Alves (1979, p. 111) como “parte de um plano de conjunto dos que fomentavam o golpe de Estado contra o Presidente João Goulart”. Autores como Chiavenato (2004, p. 44, 45, 46) nos ajudam a visualizar tal conjuntura:

O clero conservador acreditava que as reformas levariam o Brasil ao comunismo. [...] a alta hierarquia da Igreja ficou contra João Goulart. Teve início uma campanha religiosa antagônica ao governo, agravada por alguns dados importantes, como, por exemplo, o fato de os aliados de Jango serem progressistas de esquerda ou declaradamente comunistas. A campanha religiosa contra o governo foi desencadeada pelo cardeal do Rio de Janeiro, dom Jaime de Barros Câmara. Na sua cruzada anticomunista, ele trouxe das Filipinas o padre Patrik Peyton, que sabemos hoje, era agente da CIA, um especialista em “levantar” as massas católicas contra o “comunismo ateu” em nome da Virgem Maria. Para se ter uma ideia da eficácia das sementes lançadas pelo padre Peyton,

basta lembrar que em São Paulo, no dia 19 de março de 1964 (seis dias após o comício das reformas), 500 mil pessoas saíram às ruas protestando contra o governo. O tom religioso da manifestação política ficava assegurado pela presença dos representantes da Cruzada pelo Rosário em Família, da Confederação Católica do Arcebispo do Rio de Janeiro, da Associação dos Antigos Alunos do Sagrado Coração de Jesus e do Grupo de Reabilitação do Rosário.

Embora a Cruzada pelo Rosário em Família, as Marchas com Deus, pela Liberdade e pela Democracia e outras iniciativas tenham sido efetivamente utilizadas por setores da Igreja para a criação de um clima favorável à “intervenção” militar em nosso país, é de extrema importância esclarecer que a posição política desses grupos não representava a posição da Igreja como um todo. Assim, não podemos deixar de perceber que por trás da aparente motivação religiosa, esses movimentos possuíam um caráter nitidamente político.

Embora a Igreja seja uma instituição que possua um discurso homogêneo e seus membros partilhem da mesma fé, em seu interior coexistem diferentes grupos que acabam muitas vezes divergindo em virtude de suas origens, interesses e concepções pastorais e eclesiais, o que pode ser visto como um fator que explica a “divisão interna” entre seus membros no que diz respeito ao apoio e à oposição ao Golpe Civil-militar de 1964. Araújo (2012, p. 144) nos ajuda a visualizar a “divisão interna” da Igreja por ocasião da “intervenção” civil-militar de 1964:

A reação da Igreja de 1964 a 1968 diante do Governo Militar foi de aceitação. A maioria da hierarquia apoiou o Golpe de Estado e integrou-se com os setores dominantes da sociedade. [...] a mentalidade anticomunista prevaleceu no episcopado ao apoiar o Golpe Militar. [...] no Golpe Militar de 1964, a posição da Igreja inicialmente foi de dar o voto de confiança ao Governo, apesar das prisões arbitrárias de líderes cristãos, principalmente ligados aos movimentos da ACB e da Ação Popular. [...] diante do Golpe Militar, verifica-se uma posição majoritária, mas não unitária. A maioria da hierarquia episcopal, conservadores e alguns moderados, apoiaram e legitimaram a ação dos militares. Outro grupo, moderados [...] escolheu aguardar os acontecimentos para tomar uma posição: ficaram na expectativa e espera. Um terceiro grupo, minoritário, foi radicalmente contra.

É consenso entre historiadores e pesquisadores que se dedicam ao estudo dos governos civil-militares, que inicialmente setores da Igreja movidos pelo anticomunismo deram apoio ao Golpe, mesmo quando este, desde os seus primeiros momentos, já havia realizado perseguições e prisões arbitrárias contra líderes cristãos e contra movimentos sociais ligados à Igreja, como ocorreu com o Movimento de Educação de Base (MEB), como demonstra De Kadt (2007, p. 219), que denomina o Golpe de 1964 de levante político:

O levante político de abril de 1964 causou a paralisação completa das atividades do MEB em quase todos os sistemas, variando de uma semana a mais de três meses. Os militares invadiram ou fecharam escritórios, patrões fecharam escolas, material foi destruído ou confiscado, membros de quase uma dúzia de equipes locais foram presos por breves períodos ou chamados a depor na Polícia Militar. Monitores foram ameaçados, presos ou demitidos de seus cargos [...].

Com o passar do tempo, os governos civil-militares recrudesceram ainda mais, aumentando a violência estatal, legitimada sobretudo pela Lei de Segurança Nacional e pelos chamados Atos Institucionais (AI), sendo o mais radical o AI-5, promulgado em 1968. Esse Ato Institucional foi responsável por instituir a censura prévia, deu ao Presidente da República a possibilidade de decretar o recesso do Congresso Nacional, das assembleias e das câmaras municipais, tornou ilegal as reuniões políticas sem autorização da polícia, institucionalizou as violações aos Direitos Humanos e suspendeu a garantia do habeas corpus. Foi diante desse quadro, caracterizado pela derrubada da nossa democracia e de graves e constantes violações aos Direitos Humanos em nosso país, que membros da Igreja, legitimados pela sua Doutrina Social e pelo Concílio Ecumênico Vaticano II, levantaram-se contra as inúmeras injustiças praticadas pelo então governo e por seus agentes. De acordo com Serbin (2021, p. 24), “O abismo entre os militares e a Igreja cresceu depois do AI-5”.

Diante desse novo cenário no qual a Igreja estava se distanciando do Governo Militar, os militares obviamente não assistiram isso de maneira passiva e passaram a buscar meios para conter e desacreditar a Igreja junto à sociedade, para tal foi elaborada uma série de estratégias, entre as quais: difamação, perseguição, prisão e morte.

Nesse contexto, após o episódio do restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, marcado pela morte do estudante Edson Luiz, o Movimento Estudantil reagiu em todo o país, resolvendo celebrar uma missa em cada capital do Brasil, num gesto de pesar e protesto. Tal fato, como podemos observar, marca a relação entre Igreja e resistência aos governos militares. A celebração, para além do pesar e do protesto, tratava-se de um gesto simbólico da participação e do apoio da Igreja à luta de resistência à Ditadura.

João Faustino, liderança estudantil de Natal durante de década de 1960, afirma que, ao chegar à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), tomou conhecimento de que os líderes estudantis conclamavam os alunos para assistir a uma missa celebrada pelo Arcebispo Dom Nivaldo Monte, além de uma passeata, em protesto pela morte do estudante Edson Luiz (Faustino, 2008). Após um acordo feito com os alunos, foram alugados dois ônibus que se deslocaram até a catedral e retornaram para a escola após a missa. O itinerário percorrido iniciou-se na Avenida Senador Salgado Filho, prosseguiu pela Avenida Hermes da Fonseca, Rua Jundiaí, Rua João Pessoa, cruzou a Avenida Rio Branco, passando pela Praça Padre João Maria até chegar à igreja. No mesmo dia, o professor João Faustino foi chamado a comparecer à presença do general Duque Estrada para prestar esclarecimentos.

O Golpe Civil-militar de 1964 implicou uma alteração na história das relações entre Igreja e Estado, como observa Cancian (2001, p. 38):

O golpe militar de 1964 representou, porém, um “divisor de águas” na história da Igreja no Brasil, porque à medida que o Estado foi se militarizando, estabeleceu-se um conflito latente nas relações entre o governo e o clero católico. Nesse processo, a Igreja se transformou na principal força de oposição à ditadura.

Em virtude dessa nova postura adotada pela Igreja, sendo ela fruto do despertar da consciência acerca dos problemas sociais e econômicos nos quais estava inserida e legitimada pelo espírito conciliar e por sua longa tradição, muitos de seus membros passaram a ser perseguidos, presos, torturados e mortos por enfrentar o status quo da época, como observa Serbin (2008, p. 187):

Padres, seminaristas e até bispos tornaram-se alvos da política de segurança nacional do Estado brasileiro. A mídia católica foi posta sob censura, e em todo o país padres foram julgados em tribunais militares, presos, torturados e ameaçados de morte. Alguns clérigos estrangeiros foram deportados, e sete padres foram mortos. Padres foram acusados de três tipos de subversão: radicalismo teológico, atividades relacionadas à pobreza e à luta de classes e abandono das práticas católicas valorizadas por militares e civis conservadores. [...] os generais não faziam distinção entre a subversão revolucionária e o clamor por justiça social católico.

A Igreja como sacramento e sinal de Deus no mundo, deve buscar o bem de todos, assumindo para si, como afirma a Constituição *Gaudium et Spes* (1997, p. 143): “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem”. Como visto anteriormente, muitos membros da Igreja legitimados pelo Vaticano II, passaram a lutar contra as práticas desumanizadoras do Regime Militar. Diante dessa conjuntura, a Igreja do Nordeste, cuja trajetória é marcada por seu protagonismo eclesial na busca de transformações na Igreja brasileira, se sobressaiu na tarefa de denunciar e combater as atrocidades praticadas pelo governo da época, como observa Mainwaring (2004, p. 115):

Desde a década de 50, a Igreja nordestina tem ocupado uma posição proeminente na transformação da Igreja brasileira. No decorrer dos anos 50, os bispos nordestinos defenderam a reforma agrária e foram responsáveis pelas inovações mais importantes da Igreja na Educação Popular: O Movimento de Natal e o MEB. [...] após o golpe, mantiveram sua tradição reformista. Durante os primeiros quatro anos do governo militar, entre todas as Igrejas regionais, a nordestina sobressaiu-se amplamente, mantendo a atitude mais crítica frente ao governo.

Por essa corajosa postura, muitos membros da Igreja do Nordeste, inclusive membros da Arquidiocese de Natal, passaram a ser perseguidos pelo Estado, muitos eram integrantes do MEB, outros pertenciam a um dos ramos da Juventude Católica, outros, no entanto, atuavam junto aos trabalhadores rurais, como foi o caso do principal colaborador de Dom Eugênio Sales, que atuava nesse segmento e acabou sendo preso e exilado. Esse religioso contou com

o movimento sindical rural, especialmente com a Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte. Dom Eugênio Sales foi a liderança que organizou a Igreja Católica no RN, criando uma rede de apoio composta pelas federações de trabalhadores, mas, sobretudo, pelo Movimento de Educação de Base, Serviço de Assistência Rural, Emissora de Educação Rural, além de aglutinar intelectuais por meio da Ação Católica, todas elas entidades importantes na resistência ao Golpe no estado (Góes, 2008). Todo esse movimento configurou o ingresso da Igreja na ação política, tudo isso ocorreu no período que precedeu o Golpe de 1964, daí porque são as lideranças que serão perseguidas após a implementação do Golpe.

Não obstante todas as perseguições, a Igreja abriu não mão do seu compromisso evangélico de estar e caminhar junto aos mais pobres. Entre os principais nomes da Igreja do Nordeste que se notabilizaram por sua luta contra o Regime Militar, temos Dom Hélder Pessoa Câmara, homem sensível aos sinais dos tempos e aos clamores do povo, que, em 1970, em uma palestra na França, denunciou publicamente que no Brasil a prática da tortura havia sido institucionalizada e era comumente utilizada por agentes da repressão que faziam uso dessa técnica para a obtenção de informações. Em virtude de tal denúncia, Dom Hélder passou a ser alvo de inúmeras ameaças de morte e de campanhas de difamação, chegando a ter um de seus assessores assassinado, tratava-se do Padre Antônio Henrique Pereira Neto, 28 anos, que trabalhava junto à juventude da Arquidiocese. O assassinato desse padre foi antecedido por sessões de tortura.

Outros membros da hierarquia da Igreja também sofreram perseguições arbitrárias e tortura por parte de integrantes das forças de segurança, como é o caso de Dom Adriano Hipólito, Bispo de Nova Iguaçu, conforme o dossiê *Brasil: Nunca Mais*:

O primeiro atentado de proporções mais alarmantes foi o perpetrado, em 22 de setembro de 1976, contra o bispo de Nova Iguaçu no Rio de Janeiro, D. Adriano Hipólito, sequestrado por homens encapuzados que o levaram para um matagal, submetendo-o a espancamentos e abandonando-o nu, enquanto seu carro era conduzido para ser destruído por forte carga de explosivos em frente à então sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Em virtude de seu pastoreio junto aos moradores da Baixada Fluminense, uma das regiões mais carentes do Rio de Janeiro, bem como por sua defesa e trabalho em prol dos Direitos Humanos, Dom Adriano Hipólito, que inclusive chegou a acolher perseguidos políticos, tornou-se um dos símbolos da resistência católica ao autoritarismo do governo militar e assim passou a ser visto como uma perigosa ameaça ao status quo desejado pelas autoridades. O seu sequestro e tortura podem ser considerados claramente como um recado; um alerta aos membros da Igreja que, legitimados pelas diretrizes conciliares, estavam cada vez mais próximos dos menos favorecidos e com eles buscavam a tão sonhada libertação. Essa ação que vitimou Dom Adriano Hipólito também objetivava desmotivar e desmobilizar toda uma rede de trabalho e assistência aos mais pobres, contudo, essa meta não foi alcançada. Os idealizadores de tal ação também buscavam intimidar os trabalhos da CNBB junto aos meios populares, tendo em vista que ela estava cada vez mais atenta aos clamores do povo e preocupada com a realidade na qual o Brasil estava imerso.

A repressão contra membros da Igreja tornou-se algo constante e atingiu patamares nunca antes vistos, inúmeros católicos foram perseguidos por seu compromisso com a justiça social e com a democracia, palavras proibidas pelo governo. Como visto anteriormente, a ação repressiva contra setores da Igreja foi intensificada a partir do AI-5 e legitimada por esse Ato Institucional, agentes da repressão passaram a radicalizar suas ações, a exemplo do que aconteceu em 1970, quando ocorreu a invasão da sede do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES), no Rio de Janeiro, que buscava reprimir supostas atividades subversivas praticadas por militantes da Juventude Operária Católica.

Após anos de intensa repressão, surgiu na sociedade civil organizada uma frente ampla em prol da Redemocratização, por eleições diretas para presidente, pela revogação da Lei de Segurança Nacional, da qual a Igreja Católica fez parte, oferecendo seu apoio e se engajando em atos públicos contra a Ditadura, como ocorreu em São Paulo, em outubro de 1975, quando Dom Paulo Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo e um dos baluartes da luta pelos Direitos Humanos no Brasil, reuniu lideranças em um ato ecumênico na Catedral da Sé por ocasião do assassinato do jornalista Vladimir Herzog. Aquele ato

transformou-se em uma grande manifestação contra os mandos e desmandos da Ditadura Militar.

A Igreja teve um papel fundamental no processo de luta contra o Regime Militar e pela Redemocratização, tendo em vista que é uma das poucas instituições livres do controle absoluto do Estado e, como tal, foi capaz de ouvir os clamores do tempo e do povo e se colocar contra as arbitrariedades que eram praticadas pelo governo militar.

Considerações finais

A Igreja Católica é uma das mais antigas instituições do mundo e está presente nos mais variados contextos e situações. No Brasil, ela está presente desde os primórdios da História Colonial. Ao longo de sua trajetória, a sua relação com o Estado passou por diferentes momentos, sendo estes marcados por rupturas e reaproximações.

A década de 1960, em nível internacional e nacional, foi marcada por significativas agitações e instabilidades políticas, eram os tempos da chamada Guerra Fria, cujos efeitos atingiram todo o globo terrestre. Outro evento que marcou profundamente aquele período foi o Concílio Ecumênico Vaticano II, responsável por renovar as milenares estruturas da Igreja e pelo estabelecimento do diálogo dessa instituição com o chamado mundo moderno.

No Brasil, havia uma instabilidade política, que culminou com a deposição do então Presidente da República, João Goulart. Trata-se do Golpe Civil-militar que retirou João Goulart da Presidência do Brasil e foi o resultado de uma ampla articulação que envolveu diferentes segmentos da sociedade, entre os quais membros da alta cúpula das Forças Armadas, membros do empresariado nacional e internacional, integrantes da alta cúpula da Igreja Católica. O governo estadunidense também ofereceu apoio e legitimou essa “intervenção” golpista em nosso país.

Ao verificarmos qual foi a postura da Igreja diante daquele cenário, observamos que seus membros ficaram divididos, alguns deram total apoio ao Golpe Civil-militar e trabalharam na articulação golpista; outros preferiram esperar o desenrolar dos fatos. Um terceiro grupo se posicionou de maneira contrária ao Golpe.

Desde os primeiros momentos, o Regime Militar passou a perseguir sistematicamente membros da Igreja que desenvolviam trabalhos em prol da Justiça Social. Embora, inicialmente setores majoritários da Igreja tenham apoiado e sustentado a ação “intervencionista”, esse quadro foi alterado, sobretudo, após o Ato Institucional nº 5, responsável por instituir a censura prévia, por conceder ao Presidente da República a possibilidade de decretar o recesso do Congresso Nacional, das assembleias e das câmaras municipais, por tornar ilegais as reuniões políticas sem autorização da polícia e por institucionalizar as violações aos Direitos Humanos, bem como por suspender a garantia do habeas corpus. Diante dessa conjuntura antievangélica, a Igreja passou a lutar contra esse regime e assim tornou-se uma porta-voz da luta pelos Direitos Humanos no Brasil, mesmo quando isso representava riscos efetivos para seus membros.

Este capítulo foi importante para mostrar o papel de Dom Eugênio Sales, do Movimento de Natal e do Movimento de Educação de Base (MEB) na resistência ao autoritarismo imposto pelos militares, uma vez que esses movimentos vinham ocorrendo desde o período que precede o Golpe de 1964 e que por essa razão suas lideranças foram alvo de perseguição por serem membros da Igreja Católica, especialmente a parcela da Igreja que resistiu às práticas autoritárias.

Referências

ALVES, Márcio Moreira. **A igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ARAÚJO, Edvaldo M. **Dom Helder Câmara: profeta-peregrino da justiça e da paz**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2012. (Pensamento teológico e antropológico).

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: terceira época: 1930-1964**. Petrópolis: Vozes, 2008. Tomo II.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II (1959-1965)**. São Paulo: Paulinas, 2005.

BRUNEAU, Thomas C. **Religião e politização no Brasil: a igreja e o regime autoritário**. São Paulo: Loyola, 1979.

CANCIAN, Renato. **Igreja católica e ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2011.

CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe e a ditadura militar**. São Paulo: Moderna, 2004.

CONSTITUIÇÃO PASTORAL GAUDIUM ET SPES. Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II. São Paulo: Paulus, 1997.

DE KADT, Emanuel. **Católicos radicais no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2007.

FAUSTINO, João. **A escola que vivi: memórias de um educador**. S. l.: Vox Gráfica e Editora, 2008.

GÓES, Moacyr de (org.). **2 livros de Djalma Maranhão no exílio**. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, Artprint, 1999. (Edição comemorativa dos 400 anos da cidade).

LIBANIO, João Batista. **Igreja contemporânea: encontro com a modernidade**. São Paulo: Loyola, 2000.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

O'MALLEY, John W. **História católica para a igreja de hoje: como o nosso passado ilumina o nosso presente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. Repressão e diplomacia: Brasil, Estados Unidos e a experiência do golpe de 1964 no Rio Grande do Norte. **Proj. História**, São Paulo, (29), tomo 2, p. 593-603, dez. 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/9983/0>. Acesso em: 29 jul. 2024.

ROPS, Henri Daniel. **A Igreja da Renascença e da Reforma**. São Paulo: Quadrante, 1999.

SALEM, Helena. **A igreja dos oprimidos**. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

SCHALLENMUELLER, Christian Jecov. **Tradição e profecia: o pensamento político da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e seu contexto social e intelectual (1952-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

A OAB/RN

da Ditadura Militar à Redemocratização (1964-1985)

Rafael Oliveira da Silva¹

Em 1994 foi sancionada a lei que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. No dispositivo, para além da regulação das atividades inerentes aos advogados e suas sociedades, o artigo 44 define as finalidades da Ordem dos Advogados do Brasil, onde se destaca a redação do primeiro inciso:

defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social, e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas [...] (Brasil, 1994).

No texto, observa-se que a natureza primeira da instituição é a defesa e manutenção do Estado Democrático de Direito. Não seria incomum uma entidade forjada na democracia compactuar com os preceitos do Estado Democrático, porém os termos que regem o inciso acima são resultantes da imagem construída pela e em torno da OAB a partir de sua atuação durante o período da Ditadura Militar, que teve início com o Golpe Civil-militar de 1964. O Estatuto aprovado em 1963 e vigente na Ditadura, no seu artigo primeiro, estabelece como finalidade a “seleção disciplinar e defesa da classe dos advogados de toda a República” (Brasil, 1963), conferindo à Ordem um papel classista. Visão que passa a mudar a partir dos acontecimentos e instrumentos adotados pelos governos militares, como aponta Rennê Martins:

A defesa da ordem democrática e representativa norteou o discurso da OAB, pois o AI-5 eliminou a participação democrática

¹ Mestre em História pela UFRN e Professor da Rede Municipal de Ensino de Campo Redondo, RN. É autor de capítulo de livro e do livro *A OAB/RN e a redemocratização no Brasil: o processo de transformação da sociedade brasileira (1979-1988)*.

dos setores mais representativos da sociedade civil. A entidade procurou ser vista, então, como baluarte da democracia em defesa da sociedade contra o regime de exceção (Martins, 2005, p. 13).

A partir de uma leitura do recorte de Martins (2005), pode-se acreditar que a Ordem, no decorrer da Ditadura Militar, adotou uma persona combativa aos governos militares. No entanto, assim como é proposto pela autora, a insígnia de mantenedora do Estado de Direito é construída não apenas pela OAB, mas por outros atores, sejam eles ligados à mídia e, até mesmo, aos próprios governos dos generais. A imagem consolidada em seu atual estatuto foi resultante de uma série de disputas, não somente contra o regime imposto em 1964, mas, igualmente, de forma interna, em virtude dos conflitos entre as alas políticas voltadas para a esquerda e os conservadores direitistas, que, aliás, assumem o discurso institucional na maior parte do tempo. É importante pontuar que a postura republicana assumida pelos membros conservadores que possibilitaram a ampliação do diálogo para a construção dos mecanismos que pautaram a Redemocratização do país são mais observáveis nas ações do Conselho Federal, ficando a seccional potiguar ainda em volta de uma paralisia institucional se não fossem ações individuais.

Logo, as linhas a seguir cuidarão de reconstruir historicamente os caminhos tortuosos que a instituição percorreu, tanto em nível de Conselho Federal quanto no âmbito de sua seccional do Rio Grande do Norte, no decorrer da chamada Ditadura Militar até a promulgação da Constituição de 1988. O recorte temporal proposto se faz na medida que a influência dos militares sobre o processo de Redemocratização e o próprio entulho jurídico dos governos de exceção só puderam ser encerrados com a promulgação de um novo texto constitucional que inaugura as bases da Nova República.

O Golpe Civil-militar de 1964, a ampliação do regime de exceção e a OAB

O ano de 2024 será marcado pelos sessenta anos da deflagração do Golpe Civil-militar de 1964 no Brasil, movimento encabeçado pelas Forças Armadas e parcela da sociedade civil, sobretudo, ligada

a grupos empresariais, midiáticos, políticos e religiosos. Os eventos que antecederam, assim como o próprio Golpe, foram motivados pelo embate das forças políticas nacionais, estas influenciadas pela Guerra Fria, onde potências econômicas como Estados Unidos e União Soviética no pós-Segunda Guerra Mundial, representantes do capitalismo e socialismo, respectivamente, moldaram os discursos e justificaram as ações tomadas por diferentes agremiações políticas.

Entre 1964 e 1985, o Brasil esteve sob um governo ditatorial de caráter militar com grande participação da elite econômica do país, e findou com a eleição do primeiro presidente civil após vinte e um anos, mesmo sendo a escolha feita de forma indireta. Esse período foi marcado por um conjunto de medidas que retiraram direitos civis básicos como a liberdade de expressão, além da perseguição, exílio e morte, principalmente dos agentes políticos que se opunham ao governo, nominalmente de esquerda ou não. As medidas tomadas pelos governos militares durante a Ditadura, numa perspectiva policialesca e moralista, afetaram diferentes setores da sociedade brasileira. Apesar de a historiografia selecionar como marco a eleição indireta de 1985 como fim do referido período, o espaço temporal até a sanção da Constituição de 1988, em outubro, ainda se vê como desdobramento dos governos autoritários, uma vez que convivia com uma legislação autoritária, caracterizando assim um momento de transição. Essa tese se mantém desencadeada pelas disputas, intervenção e influência política dos militares no recorte referenciado, perceptível até nas falas do então Presidente José Sarney (1985-1990), sobretudo nos bastidores da Constituinte.

Recebendo, dos próprios militares a alcunha de “revolução”, o Golpe de 1964 foi instituído como sendo resultado de um consenso entre diferentes setores do país, objetivando a salvaguarda do território da influência comunista, como justificado no primeiro Ato Institucional, editado em 9 de abril de 1964:

À NAÇÃO

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

[...] O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe.

[...] Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional (Brasil, 1964).

Como é perceptível na leitura do preâmbulo do Ato Institucional, o movimento se fez necessário em razão da tentativa de “bolchevizar” o país, sendo as vias constitucionais insuficientes para brechar o domínio dos grupos comunistas, pois estes tomavam conta da cúpula do governo, segundo o documento. Todavia, é importante ressaltar que o posicionamento anticomunista vinha sendo gestado há pelo menos duas décadas e não apenas no discurso de setores das Forças Armadas e da sociedade civil, mas, igualmente, levados a quase concretude em tentativas golpistas anteriores. Faz-se necessário destacar que o controle e alargamento da atuação do Poder Executivo com o Golpe, seguidos da vigilância do Legislativo e Judiciário promovidos por outros Atos Institucionais (AIs), coloca-se face a influência estadunidense nas lideranças políticas de direita e encarada como moeda de troca pelos

recursos financeiros destinados pelos Estados Unidos, a exemplo do programa “Aliança para o Progresso” (Pereira, 2005).

Instaurado o Golpe, ou, com a “revolução vitoriosa” para os militares, houve uma tentativa frustrada na homogeneização das vozes dissidentes dos grupos golpistas, tendo em vista que todos os partícipes exigiam ser ouvidos e detinham perspectivas distintas no que dizia respeito à devolução do controle governamental do país para os civis. O general Carlos de Meira Mattos, em entrevista concedida aos autores do livro *Visões do Golpe: a memória militar de 1964*, de D'Araújo, Soares e Castro (1994), e reanalisada pela historiadora francesa Maud Chirio, afirma que os conflitos na cúpula militar iniciaram com os embates entre os moderados e a chamada linha dura. Diz o general que

Revolução é uma coisa séria. É uma ruptura de um sistema de hierarquias de comando. E feita a revolução, essa ruptura não cessa na hora que alguém assume. Porque todos aqueles que participaram ativamente da revolução acham que têm direitos. Acham que têm direito de opinar, de orientar, de ser ouvidos. Aí começa o conflito do chefe da revolução com os grupos revolucionários (Mattos *apud* Chirio, 2002, p. 48).

Na declaração de Mattos se verifica que o conflito entre os moderados e a linha dura das Forças Armadas foi algo decisivo na perpetuação da Ditadura, não é à toa que o sequestro da democracia tenha ocorrido por longos vinte e um anos. Dessa forma, iniciar a Redemocratização, na visão dos “revolucionários”, não era tão simples. Apesar das tentativas de reabertura e anistia política entre as sucessões de Humberto de Alencar Castello Branco e Emílio Garrastazu Médici, em 1967 e 1973/1974, respectivamente (Silva, 2003, p. 256), da defesa do jornalista Carlos Heitor Cony, em 1965, e na Frente Ampla, encabeçada pelo deputado Paulo Macarini, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) de Santa Catarina, em 1968 (Del Porto, 2009, p. 61-61), a sede pelo controle do poder do Estado se sobressai aos interesses dos militares em dar fim à série de governos autoritários.

A Ordem dos Advogados do Brasil se posicionou a favor do Golpe de 1964, porém, é importante ponderarmos um ponto dessa posição assumida: para a entidade, o Golpe era considerado uma revolução e

realmente tinha como objetivo garantir a permanência da democracia no Brasil. O conservadorismo da Ordem e de seus membros conduziu a tal entendimento, haja vista que, enquanto instituição e de acordo com o estatuto em vigor, seu interesse se limitava à defesa do trabalho do advogado e não das consequências que aquele evento teria nas políticas públicas de defesa e segurança, refletindo na sua prática profissional.

Ainda que partidária da ação militar, a OAB se colocou timidamente ao tentar contrariar o comando das Forças Armadas quando do seu pedido para realização de eleições abertas e na sugestão de medidas para a Constituição de 1967, sendo todas as sugestões descon sideradas pelos militares. Entretanto, a partir de 1968, a entidade passou a performar um papel mais consistente ao tecer críticas ao assassinato do estudante Edson Luís, contra a violência sofrida pelos manifestantes da “Passeata dos Cem Mil” e a invasão ao “Calabouço”, Restaurante Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Críticas feitas ainda de forma pontual e eventual.

Segundo Isadora Volpato Curi, “[a] posição da OAB perante o regime pode ser dividida em três fases: de apoio ostensivo, de reprovação branda e de reprovação pública [...]” (Curi, 2008, p. 49). Muito embora essas fases se baseiem nos movimentos da instituição no Espaço Público, como preconizado por Hannah Arendt (2005), e, no confronto com a construção de Rennê Martins, tenha corroborado a imagem de mantenedora do Estado Democrático de Direito, a Ordem percorreu um caminho de altos e baixos e sem uniformidade, sobretudo se considerarmos as ações do Conselho Federal e suas seccionais, assim como entre as próprias seccionais. No Rio Grande do Norte, a adesão da seccional potiguar foi semelhante ao Conselho Federal, utilizando-se das mesmas motivações.

A tônica do discurso anticomunista era um elemento comum nos discursos proferidos pelos membros da Ordem, não somente em nível nacional, mas, também, nas suas seccionais. Na seccional potiguar, em 31 de março de 1964, o advogado João Medeiros Filho, realizou a defesa da democracia, mas contra um possível estado comunista:

[...] decadência das instituições políticas que certos elementos da indústria e do comércio auferem lucros astronômicos em especulações criminosas; que só os políticos endinheirados, ou os que se rebaixavam a imposição humilhantes, têm possibilidade de vencer eleições; que os

cargos públicos servem de trampolim para negociatas. Daí, porém, a admitir o marxismo, o comunismo, vai muita distância. Não é verdade, portanto, como dizia Marx “que os ideólogos democratas que se têm elevado a um nível suficiente para compreender teoricamente o movimento histórico em seu confronto, se inclinarem para o comunismo”. [...] As palavras estas que proferimos com o mais arraigado nacionalismo, nacionalismo sem xenofobia, sem extremismo, sem radicalização, porque entendemos que o advogado que defende instituições democráticas não pode ser indiferente à evolução político-social (Medeiros Filho *apud* Gomes, 2008, p. 101-102).

O fragmento da fala de Medeiros Filho, nome hoje concedido a uma das mais importantes avenidas do município de Natal, capital do Rio Grande do Norte, revela-nos diversos elementos sobre o pensamento em voga naquele contexto e da própria OAB/RN. Proferida às vésperas do Golpe, a fala do ilustre advogado, em reunião oficial da instituição, conforme Ata do Conselho, aponta a busca de um político ideal que se distancie da máxima dos que usam a máquina pública como “trampolim para negociatas” e interesses privados, mas ao mesmo tempo não se faria no espectro da esquerda. Infere-se, a partir de tal fala, que a defesa das instituições democráticas só poderia ser possível no âmbito da dimensão do conservadorismo.

Vale salientar que, ao localizar sua intervenção numa perspectiva “nacionalista” e longe de extremismo, o advogado se aproximou das categorias ideológicas que permitiram a redação do texto introdutório do primeiro Ato Institucional, mencionado anteriormente. O recorte de Medeiros Filho não nos mostra indícios que já se tinha conhecimento de que o Golpe seria deflagrado na madrugada do dia 1º de abril, porém, baseando-se nas tentativas golpistas vivenciadas nas décadas anteriores, no pacto com o parlamentarismo para limitação dos poderes do Presidente João Goulart (revertido com o plebiscito de janeiro de 1963) e com as manifestações “populares” de cunho religioso, acredita-se que no mínimo já se esperaria uma ação como a de 1964.

O nacionalismo, o moralismo, o anticomunismo e a busca por um líder ideal que, incorruptível, poderia promover o desenvolvimento político e econômico do território brasileiro, são características que tangenciam o discurso do jurista e membro da seccional potiguar do documento editado pelos comandantes das Forças Armadas em 9 de

abril de 1964. Junta-se a essas características até mesmo a defesa do Estado Democrático e a intervenção de forma “moderada”, uma vez que a “revolução” só estava sendo feita para que esse Estado permanecesse, e sem extremismos, em virtude da continuação do Congresso Nacional.

Reforçando a ideia de como essas palavras de ordem estavam introjetadas na sociedade, particularmente em setores mais conservadores, Carlos Roberto de Miranda Gomes, ex-presidente da seccional potiguar após a Constituição de 1988 e, na época do Golpe, recém-ingresso no curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, além de filho do jurista José Gomes da Costa, diz:

Na verdade, o Brasil vivia uma situação de anarquia, precisavam-se colocar os pontos nos “is”. Eu creio que o movimento em si [...] teve um objetivo patriótico, mas infelizmente, logo que terminou o governo de Castelo Branco [...] os presidentes passaram a adotar instrumentos de tortura, de pressão (Gomes *apud* Silva, 2014, p. 54).

No momento em que se faz esse recorte na declaração de Carlos Gomes é possível evidenciar que já se esperava o Golpe de 64 pela população, pois a adesão aos ideais era visível. Caracterizar o evento como patriótico só enfatiza a busca por um líder ideal que se fazia na utopia do próprio movimento golpista. As fichas colocadas na lisura de uma ação que objetivou a ruptura dos ritos democráticos, acreditando-se piamente que assim estavam defendendo a democracia brasileira, depõe contra os próprios golpistas e simpatizantes ao criar a proposição, mesmo que velada, de que a democracia seria um mérito e um direito de uma elite, visão compartilhada em recortes históricos anteriores, como os eventos que ocasionaram a proclamação e instalação da República no final do século XIX.

Como já trazido à luz, a letargia da OAB em relação às ações dos militares foi se modificando com o passar do tempo no Espaço Público, no entanto, observa-se que existia uma consonância de pensamento da instituição classista e da militar, modificada, provavelmente, quando do endurecimento do regime. O historiador José Murilo de Carvalho aciona a desconfiança do seu leitor sobre as reais intenções da Ordem, quando diz:

A OAB, no entanto, em parte por convicção, em parte por interesse profissional, caminhou na direção oposta. O interesse profissional era óbvio, na medida em que o estado de exceção reduzia o campo de atividade dos advogados. O AI-5, como vimos, excluía da apreciação judicial os atos praticados de acordo com suas disposições. As intervenções no Poder Judiciário também desmoralizavam a justiça como um todo. Os juízes eram atingidos diretamente, mas, indiretamente, igualmente os advogados eram prejudicados. Muitos membros da OAB, porém, agiam também em função de uma sincera crença na importância dos direitos humanos. A V Conferência anual da Ordem, realizada em 1974, foi dedicada exatamente aos direitos humanos. A OAB tornou-se daí em diante uma das trincheiras da legalidade constitucional e civil [...] (Carvalho, 2009, p. 186).

Como vemos, o autor enfatiza que a OAB não adentrou no campo dos discursos de Redemocratização somente em decorrência da defesa da democracia, mas dos direitos individuais. Carvalho (2009) observa que as intervenções militares no Poder Judiciário afetaram diretamente o exercício da advocacia no Brasil. Logo, mesmo que a Ordem tenha se tornado uma “trincheira da legalidade”, ela tinha como finalidade a defesa da classe, naquele momento prejudicada pela Ditadura. Há autores, certamente, que conferem à atuação dos advogados de defesa uma maior flexibilização da interpretação de leis como a de Segurança Nacional, sobretudo nos fins dos anos 1970 (Pereira, 2010, p. 217). Ao passo que, para outros, a Ordem propriamente não teria nenhum brilho, como na fala de Marcello Alencar, advogado que atuou expressivamente contra os governos militares:

[...] quanto à atuação da OAB no período, achei que tiveram momentos positivos, sobretudo na defesa dos advogados, e outros muito negativos [...] Quando fui julgado a Ordem se manifestou, mandou um colega da melhor categoria me defender. Mas ela também foi omissa em outros casos, não merecendo também nenhum destaque especial no seu comportamento [...] a Ordem já viveu momentos gloriosos em outras fases da vida da instituição (Ciancio; Deplan, 2010, p. 117).

Por meio das declarações acima, não resta dúvida que a instituição demorou a se colocar contra as práticas autoritárias do Estado de Exceção. A ação individual dos advogados de defesa dos presos e perseguidos políticos contribuiu para a vigilância do cumprimento

dos Direitos Humanos básicos, apesar de a garantia desses ser fragilizada pelo cenário repressivo. A Ordem, mesmo calcada em valores morais conservadores, viu-se pressionada a se posicionar contra os métodos do governo em virtude da classe jurídica.

Na esteira da defesa dos seus membros e associados, a OAB começou a refletir nas suas conferências nacionais pontos que coadunaram com os propósitos do movimento de reabertura política, como na V Conferência Nacional dos Advogados de 1968, que abordou o tema Direitos Humanos, e na VII Conferência Nacional dos Advogados de 1978, que tratou da Anistia política. Na Declaração dos Advogados Brasileiros feita na Conferência de 1978, afirmou-se: “O Estado democrático é a única ordem que pode proporcionar as condições indispensáveis à existência do verdadeiro Estado de Direito [...]” (Declaração..., 1978). Visualiza-se, essencialmente pela promoção dos temas citados nos encontros nacionais, que a Ordem preparava seu caminho em direção ao resgate da democracia, lugar esse já ocupado por tantas outras instituições da sociedade civil, a exemplo do Movimento Feminino pela Anistia, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Movimentos por Anistia Política e a OAB como espaço de luta

Como mencionado, ao longo do período da Ditadura Militar, surgiram diferentes proposições para o distensionamento do regime imposto pelos generais, vindo dos próprios militares, de políticos de oposição ou da sociedade civil. Entretanto, os conflitos de interesse, no âmbito da cúpula de comando entre “moderados” e “linha dura”, deram longevidade aos governos militares, retardando o processo de Redemocratização.

Ao assumir a Presidência da República, Ernesto Geisel, em 1974, toma para si a bandeira da abertura política, porém numa perspectiva “lenta, gradual e segura”. No decorrer de seu mandato, no entanto, vê-se que o discurso era apenas retórico, em virtude da edição de novos Atos Institucionais que continuavam limitando as liberdades

individuais, como ocorreu na criação do Pacote Abril de 1977, que instituiu a figura do Senador Biônico e a ampliação da censura com a Lei Falcão. Na verdade, segundo Francisco Silva: “[...] o projeto Geisel-Golbery supunha, para seu completo êxito, a subordinação completa da sociedade civil aos objetivos e prazos estabelecidos pelo poder e jamais revelados ao público. O próprio Geisel afirmaria que ‘[...] não havia projeto algum [...]’” (Silva, 2003, p. 264).

Silva (2003), ao revelar a inexistência de qualquer projeto de abertura por parte de Ernesto Geisel e de seus pares, na realidade, a perpetuação do poder militar frente à República, convida-nos a refletir que a organização da sociedade civil, mesmo com todo um aparato legal que beneficiava os governos, foi de extrema importância para a reabertura política. Em especial, na pressão às figuras públicas e de organismos externos para o desmonte da estrutura autoritária.

O movimento de protesto se iniciou de forma mais contundente com as ações do Movimento Feminino pela Anistia, dirigido pela advogada Terezinha Zerbini, criado em 1974. O organismo, além de pressionar para a concessão da Anistia dos perseguidos políticos do regime, conferia defesa aos que permaneciam presos. O MFA também serviria como inspiração para o surgimento de outras organizações, como foi o caso do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), de 1978, que passou a reunir a participação de familiares dos presos políticos, estudantes, artistas, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), MDB e a OAB. O advogado, presidente do Conselho Norte-rio-grandense pela Anistia e ex-presidente do Conselho Estadual da seccional potiguar da Ordem, Roberto Furtado, aponta a relevância do MFA e seu papel de estímulo para a atuação de outras instituições:

O primeiro movimento foi o Movimento de Anistia Feminino, o Comitê Feminino de Anistia de Terezinha Zerbini. Depois criou-se o federal e o nosso aqui foi o segundo ou terceiro. Então, veio a ideia e nós então fundamos aqui. Eu fui presidente, Rizoleta [Fernandes] foi secretária, o vice-presidente era o vereador Sérgio Dieb, e nos reuníamos na OAB. Ficamos nos reunindo na OAB, que a presidência era de Varela Barca na época [...] (Furtado *apud* Pranto, 2014).

Observa-se que a onda em torno da necessária Anistia aos perseguidos e a distensão do regime para o encaminhamento do seu fim, só crescia ao longo dos anos. Porém, muitas entidades só aderiram à luta pela Anistia com o desgaste dos governos militares, como foi o caso da OAB/RN.

No que diz respeito à atuação do Conselho Federal da Ordem, há um conflito de posições sobre a partir de quando a instituição adotou uma postura mais combativa em relação aos governos autoritários, pois há pesquisadores que entendem que isso ocorreu na presidência do jurista Raymundo Faoro, sendo que outras pesquisas compreendem que esse posicionamento passou a ser adotado com Eduardo Seabra Fagundes. Curi (2008) defende que esse cenário passou a ser percebido sob a gestão do advogado Raymundo Faoro no Conselho, que se deu de 1977 a 1979. Entretanto, os métodos tomados por Faoro eram vistos com desconfiança dado o trânsito facilitado que o jurista tinha no Palácio do Planalto a partir de seu contato com o braço direito do general Geisel, o também advogado e político piauiense Petrônio Portella. Este tinha livre acesso com o governo e seus opositores, sendo responsável pela mediação dos acordos para o desmonte do regime, como a revogação do AI-5 em 1978, performando em discursos dúbios:

Cometem um erro gravíssimo os políticos que tentam forçar as paredes do regime — afirmou o senador, referindo-se à tática oposicionista de bater de frente com o governo. — Precisamos ter uma atuação realística. Muitas conquistas haverão de ser pleiteadas, mas que não sejam pelo simples protesto, que em si mesmo é estéril, mas por mensagens, estudos, contribuições (Agência Senado, 2024).

O trecho recortado de matéria biográfica do político no endereço eletrônico do Senado Federal demonstra o terreno frágil onde as negociações pela reabertura ocorriam. Ao que parece, um jogo difícil até mesmo para os aliados políticos do próprio regime. Faoro, utilizando-se do diálogo a partir de Portella, mesmo de um ponto de vista conservador, abriu espaço para a Ordem nos debates para uma vindoura Redemocratização. Contudo, o método diplomático adotado pelo então presidente do Conselho Federal, também faz perceber a subserviência ao regime imposto diante da escolha de não denunciar os abusos dos governos militares, nem mesmo exercer pressão numa condução mais rápida e eficaz das questões, mas na proteção

e blindagem dos que foram responsáveis pelo Golpe e que permaneciam no poder de forma autoritária.

A gestão seguinte do Conselho, presidida pelo advogado Eduardo Seabra Fagundes (1979-1981), atingiu um modo mais contundente nos discursos e ações da instituição perante a mídia e contra o governo. A presidência de Fagundes colocou a OAB no turbilhão dos acontecimentos em torno da Anistia política, sancionada pela Lei nº 6683, de 28 de agosto de 1979, e do retorno do pluripartidarismo, também aprovado nesse mesmo ano, de igual maneira afastando figuras como o próprio Raymundo Faoro e seu sucessor, Caio Mário da Silva Pereira, como explanado na fala do último: “[...] me afastei. O que aconteceu foi que meu sucessor na presidência da Ordem, o dr. Eduardo Seabra Fagundes, começou a receber uma certa influência de organismos estranhos à Ordem, com tendências à esquerda, o que me incomodou. [...]” (Pereira *apud* Baeta, 2003, p. 64). Faoro e Pereira se afastaram politicamente da instituição em razão de diferenças ideológicas. Evidencia-se que o objetivo das ações da Ordem, no período que Faoro e Pereira foram presidentes, não foi a busca por um fim do regime de exceção, mas que esta fosse direcionada pelo mesmo grupo responsável em colocar os militares no poder.

É certo, porém, que qualquer movimento arriscado poderia colocar a perder os avanços já estabelecidos sobre a Anistia política, um dos primeiros passos para escapar do abismo, juntamente com o fim do AI-5. O nível de pressão das instituições, incluindo a OAB, poderia representar algum retrocesso, como exposto pelo pesquisador David Maciel: “O temor de um retrocesso político, em função da indisposição de setores expressivos do governo em aceitar uma anistia ampla, geral e irrestrita, levava setores da oposição a considerarem a possibilidade de se aceitar uma anistia tolerável [...]” (Maciel, 2004, p. 204). No entanto, a parcimônia necessária para o campo das negociações não poderia impedir uma delimitação clara dos valores republicanos e democráticos da Ordem, questionáveis, à luz da análise dos documentos e do cenário histórico, ao se colocar tão paciente com o tempo imposto pelos generais.

No Rio Grande do Norte, a adesão à Anistia política se observava de maneira quase que clandestina em razão da repressão sofrida contra aqueles que criticavam o regime. No entanto, em 18 de maio de 1979, foi criado o Comitê Norte-rio-grandense pela Anistia, sob a presidência de

Roberto Furtado e vice-presidência de Sérgio Dieb, membro do Conselho Estadual da OAB e vereador do município de Natal à época, respectivamente. Apesar da oficialização na referida data, o Comitê já se reunia:

[...] havia um grupo que realizava as reuniões para discutir a anistia. De acordo com Florizel de Medeiros Júnior, membro do Comitê, apenas poucas pessoas participavam dele no momento da clandestinidade e mesmo os advogados não se envolveram de imediato, nem em sua maioria. [...] (Pranto, 2014, p. 43).

Antes mesmo de utilizar a sede da OAB/RN enquanto espaço para as reuniões do Comitê, elas eram feitas nas calçadas das ruas do bairro Cidade Alta, na capital potiguar. Logo, a seccional potiguar da Ordem disponibilizou seu espaço assim que a luta pela Anistia já se fazia possível, porém não de maneira imediata. A sede localizada no bairro Cidade Alta, antiga casa do Tribunal de Justiça, foi concedida pelo então presidente Carlos Antônio Varella Barca, após enfrentar uma série de divergências dos seus pares. Claramente a entidade se dividiu em grupos, sobretudo numa perspectiva político-ideológica. O advogado Gileno Guanabara, membro do Conselho Estadual e do Comitê de Anistia, afirma que: “[...] um grupo à direita dizia que a Ordem não podia sediar o movimento de anistia no prédio da Ordem, porque [...] implicava numa servidão e aquilo gerava direitos. Amanhã ninguém podia tirar mais de dentro da Ordem. [...]” (Guanabara *apud* Silva, 2014, p. 62). A resistência do Conselho para liberação da sede a OAB/RN para as reuniões do Comitê de Anistia revelava, igualmente, que a seccional ainda preservava à época sentimentos semelhantes aos que fizeram apoiar o Golpe em 1964.

Entre 15 e 18 de abril de 1979, com a presença da advogada Terezinha Zerbini, aconteceu a chamada Semana de Anistia, que, noticiada com mais espaço pelo jornal *Tribuna do Norte*, promoveu palestras, mostras de arte, pedágio, panfletagem e visita aos presos políticos, objetivando o esclarecimento da população. Ao final da programação, o evento declarou a oficialização do Comitê pela Anistia do Rio Grande do Norte. Feito que foi comemorado em matéria de 19 de abril do citado veículo de informação, assim como reforçado por Dieb em discurso na Câmara Municipal de Natal, ainda no dia 18 de abril, ao ler o Manifesto do Congresso Nacional de Anistia:

[...] O povo exige Anistia: liberdade para todos os presos e perseguidos políticos; volta de todos os exilados e banidos; recuperação dos direitos políticos de quem os teve cassados ou suspensos; readmissão nos quadros civis e militares. Fim das torturas, fim da Legislação de exceção. [...] Em a parte o Vereador Armando Viana diz que este manifesto tem conotação subversiva, pois ninguém assinou a nota nem aparece os nomes dos participantes (Ata..., 18 abr. 1979).

A campanha pelas “Diretas Já!” e a OAB nas mobilizações pela democracia

A pressão dos movimentos da sociedade civil e as negociações realizadas junto aos governos militares permitiram a sanção da Lei nº 6683/79. Porém, longe do que clamavam os atores envolvidos na luta pela Anistia política, que fosse ela Ampla, Geral e Irrestrita, o texto aprovado tinha um caráter restritivo por não abranger todos os casos dos presos políticos e beneficiava os militares que cometeram torturas. A promulgação da chamada Lei de Anistia não cessou as ações para que o dispositivo pudesse atender os sujeitos que, a princípio, não estavam contemplados com a lei. No entanto, o debate em torno dos desdobramentos e consequências da Lei de Anistia foi colocado em segundo plano, sendo outros tópicos discutidos, como foi o caso da volta do pluripartidarismo, da realização de eleições diretas para a presidência da República e da construção de uma nova Carta Magna.

Em setembro de 1979, o tema do pluripartidarismo passou a ser o centro dos debates políticos e das manchetes dos jornais do país. O Ato Institucional nº 2, de 1965, declarou extintos os partidos políticos, permitindo dois blocos: a Aliança Renovadora Nacional e o Movimento Democrático Brasileiro, mais conhecidos por ARENA e MDB, respectivamente. Os blocos partidários instituídos pelo AI-2 reuniram, no primeiro, os políticos de situação e, no segundo, todos os considerados de oposição, falseando uma ideia de representação e democracia.

A reabertura política é analisada pelos estudiosos sob pontos de vista divergentes, especialmente sobre o papel dos movimentos sociais na transição democrática. O movimento de distensionamento do regime de exceção até a devolução total do poder aos civis é percebido como um processo autocrático, controlado pelos próprios militares

e que beneficiou os governistas (Maciel, 2004), e como um fenômeno que fortaleceu e tornou mais combativos atores políticos que tinham sido silenciados ao longo do regime de exceção, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), assim como os que surgiram ou utilizaram seus capitais políticos em favor da luta pela Anistia política, a exemplo dos comitês de anistia, a imprensa alternativa, a CNBB, a ABI, o Instituto dos Arquitetos, os sindicatos dos professores, os sindicatos dos médicos, as associações de moradores e a OAB (Araújo, 2007).

No entanto, há um ponto de convergência entre os historiadores que defendem que a proposta de reforma partidária trazida a público pelo governo militar tinha o intuito de fragmentar e enfraquecer o poder constituído pelo MDB, observado nas eleições para o Legislativo e sua atuação na defesa da democracia. Segundo David Maciel:

[...] a reforma visava a fortalecer o campo político de apoio à perspectiva aberturista do governo no interior da representação política, isolando a oposição antiautocrática e favorecendo a oposição anticesarista (oposição burguesa). Esse era o campo de interlocução liberal, localizado fundamentalmente na sociedade política e dependente do fortalecimento institucional da representação política, pois baseado no sistema de partidos no processo eleitoral e na ação do parlamento [...] (Maciel, 2004, p. 230).

Para Maciel, a reforma partidária, mesmo que limitada, uma vez que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) só torna à legalidade em 1985, significou a divisão das pautas das legendas partidárias e a tentativa do controle da oposição ao isolar os partidos de esquerda e favorecer os políticos ligados aos grupos burgueses. Dessa forma, ao dividir os que faziam contraposição, o governo voltou a estabelecer as formas como a Redemocratização se processaria, criando um cenário onde a oposição burguesa concordasse com os termos dos militares. Contudo, apesar dessa ação estratégica, as pressões das entidades ligadas à sociedade civil não cessaram, ao contrário, elas foram ampliadas, principalmente, com o estabelecimento de partidos relacionados à causa trabalhista como o Partido dos Trabalhadores, utilizando-se da greve como uma ferramenta de luta também para a reabertura.

Em maio de 1980, na Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, em Manaus, a entidade ainda presidida por Seabra Fagundes, trouxe como temática a liberdade e o direito à greve. Nos Anais da conferência, percebe-se uma instituição muito mais consciente da sua posição contra o governo militar e a favor da democracia, ao questionar a legitimidade do regime, ao exigir o fim da legislação ditatorial e a necessidade das garantias da democracia.

Os advogados brasileiros afirmam que falta legitimidade ao poder institucionalizado em nosso país. O regime instaurado em 1964, decorridos mais de 15 anos, insiste em desprezar a forma democrática de legitimação através do voto popular [...]. O anunciado abandono do regime de exceção não conduziu à restauração da responsabilidade na esfera do poder político, com a supressão do arbítrio e da violência institucionalizados como forma de governo [...]. É geral a repulsa à legislação ditatorial que, armando o governo de poder absoluto, atenta contra as garantias dos cidadãos, frustra o direito de greve e cerceia a liberdade sindical. [...] Urge a convocação de uma Assembleia Constituinte que, superando em sua composição os vícios inveterados de nossa representação popular, incorpore efetivamente ao processo político a maioria que nela tem sido ignorada (Motta; Dantas, 2006, p. 180).

Como verificado no recorte, a Ordem afirma textualmente, após quinze anos, que o Brasil estava sob uma Ditadura instituída pelos militares. A crítica inflamada contra o regime de exceção, contra a institucionalização da violência e do desprezo do governo às garantias dos cidadãos, inseriu a entidade na linha de frente da luta pelo restabelecimento da democracia, não somente questionando o aparelhamento dos instrumentos legais do Estado, mas colocando como ponto essencial a escolha dos representantes por meio do voto popular e a instauração de uma Constituição.

Como consequência do posicionamento oficializado nos Anais da referida Conferência, o Conselho Federal da Ordem e suas seccionais sofreram com ameaças por telefone e ataques terroristas às suas sedes, como no caso das seccionais do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, resultando, esse último, na morte da secretária Lyda Monteiro. Seabra Fagundes, após os atentados, requereu solução ao general João Baptista Figueiredo, então Presidente da República, que prometeu investigações.

As denúncias da Ordem diante do cenário de repressão não ficaram no nível do discurso, mas se concretizaram na instauração da Comissão dos Direitos Humanos pelo Conselho Federal, sendo replicada nas seccionais. A ação se deveu à inoperância do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, chefiado pelo governo desde fins dos anos 1970, e da acusação dos militares de que a OAB utilizava o espaço do Conselho como palanque político. A postura adotada pelo governo frente à OAB conferiu-lhe maior relevância e visibilidade como baluarte na defesa do Estado de Direito, pois, “[...] ela se transformou em uma das instituições mais emblemáticas da luta contra a Ditadura, uma vez que o certificado dessa importância lhe fora concedido pelos próprios ‘inimigos’” (Motta; Dantas, 2006, p. 183).

Concomitantemente à mobilização para as eleições diretas, por exemplo, a Ordem passou a ser presidida por Bernardo Cabral, que trouxe como prioridade tópicos classistas da categoria, além de fazer crítica à Lei de Segurança Nacional, de defender a necessidade de eleições para Presidente da República e da abertura da Assembleia Constituinte, que ainda permaneciam na pauta da instituição.

A primeira metade da década de 1980 representou um momento de grande mobilização dos movimentos sociais e entidades da sociedade civil, haja vista que houve uma grande onda a favor das eleições diretas no Brasil. As primeiras eleições para os governos estaduais ocorreram em 1982 e a movimentação em torno da campanha das “Diretas Já!”, proposta pelo deputado mato-grossense Dante de Oliveira, do PMDB, aconteceu entre 1983 e 1984. No entanto, o período é considerado de desaceleração do processo de reabertura devido à queda de Golbery de Couto e Silva e sua substituição por Leitão de Abreu.

A campanha das “Diretas Já!”, apesar da sacudida na rotina das capitais brasileiras, não logrou êxito no Congresso Nacional, abrindo espaço para a eleição indireta de Tancredo Neves (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB) e José Sarney (Partido da Frente Liberal – PFL/PMDB – Sarney trocou de legenda de forma estratégica para concorrer junto com Tancredo Neves nas eleições indiretas), presidente e vice, respectivamente, por representarem as figuras possíveis e adequadas ao projeto de reabertura dos militares. Logo, Tancredo Neves era “[...] o nome de consenso da oposição que

concordava em jogar o jogo com as cartas marcadas pelo regime [...]” (Motta; Dantas, 2006, p. 215). No final, a presidência foi ocupada por Sarney, após o falecimento de Tancredo Neves antes mesmo da posse. É relevante registrar que o então presidente da OAB, Mário Sérgio Duarte Garcia, não compareceu à cerimônia de posse por entender que a indicação de Sarney foi resultado de vários acordos do governo militar, constituindo um processo pouco legítimo e popular.

Apesar da derrota das “Diretas Já!”, o Brasil elaborou uma nova Constituição, ao convocar as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1986. Na esteira desses acontecimentos, a Ordem passou por mais uma mudança nas diretrizes da instituição com a eleição de Mário Sérgio Duarte Garcia para o Conselho Federal e a adoção de um discurso que se sobressaiu para questões sociais, em razão da grave crise econômica e social, em detrimento da crise política. Mesmo diante das críticas de Seabra Fagundes sobre a perda do vigor político da entidade, ainda em 1983, Mário Garcia programou o Congresso Nacional de Advogados Pró-Constituinte, em São Paulo, e com auxílio de um grupo interdisciplinar (sociólogos, historiadores, psicólogos, entre outros) esboçou suas contribuições para o nova Constituição.

Mesmo com o foco na questão social, a OAB, na gestão de Mário Garcia, foi recorrentemente chamada a compor grupos de estudo sobre política, como foi o caso do comitê suprapartidário, formado por instituições de diferentes vertentes:

Eu me recordo que recebi, no Conselho Federal da Ordem, a visita do senador Teotônio Vilela, que me convidou para participar da campanha. Cogitava-se criar um comitê suprapartidário, e ele vinha, em nome dos políticos, convidar o presidente da Ordem para integrar esse comitê, ao lado de presidentes de outras entidades importantes, como a ABI, a Associação dos Docentes Universitários (Andes), a Sociedade Brasileira de Educação (SBE), etc. Eu, naturalmente, submeti a matéria ao Conselho, que aprovou a participação da Ordem e a minha participação pessoal. Tivemos uma reunião em Brasília, no Congresso Nacional, com a presença dos presidentes de todos os partidos políticos e os presidentes dessas entidades da sociedade civil. Ulysses Guimarães, muito experiente, e sabendo, possivelmente, das disputas que surgiriam até mesmo em relação a quem deveria presidir o comitê, foi muito hábil e homenageou a nossa instituição dizendo aos presentes que quem deveria presidir

o comitê deveria ser o presidente da entidade representativa na luta pela democratização do país, a OAB. E daí, por unanimidade, eu acabei eleito presidente do comitê que organizou a campanha por eleições diretas (Motta; Dantas, 2006, p. 211).

A fala de Mário Garcia ratifica como a Ordem, com o passar dos anos e, sobretudo, com sua participação mais efetiva nos movimentos e debates para a reabertura política, ganhou um status de entidade “representativa na luta pela democracia do país”. A OAB, na década de 1980, passou a ser vista e requisitada cada vez mais nas mesas de negociação, contribuindo com proposições para uma nova estrutura legal e retomada do Estado Democrático no Brasil. É importante também chamar atenção para o capital político que a instituição ganhou, perceptível a partir da gestão de Seabra Fagundes, ao direcionar o discurso institucional num caminho de total oposição ao governo. Dessa forma, mesmo sob uma gestão mais moderada, como foi a de Mário Garcia, observa-se como naquele momento retirar a Ordem das decisões ou reduzir seu papel frente à República seria impossível, pois essa imagem já estava consolidada nos grupos políticos, na mídia e na sociedade como um todo.

A seccional potiguar da Ordem, após a aprovação da Lei de Anistia, seguiu as orientações determinadas pelo Conselho Federal da OAB. Os ex-presidentes da OAB/RN, Carlos Gomes e Roberto Furtado, afirmam que houve situações de independência intelectual do Conselho Estadual. Porém, Gileno Guanabara contraria os colegas ao dizer: “[...] não tinha independência não, refletia muito que vinha de lá, às vezes tomava decisões mais conciliadoras, mas tomavam as decisões que vinham do conselho federal [...]” (Silva, 2014, p. 85). Os pontos de vista dos membros da seccional, obviamente, expõem do mesmo modo a maneira como cada ator se envolveu nos acontecimentos políticos analisados neste texto. De toda maneira, seguindo totalmente ou não os direcionamentos do Conselho Federal, o Conselho da Seccional do Rio Grande do Norte tinha noção da notoriedade que a instituição ganhou no processo de distensionamento, como noticiado no boletim *OAB/RN Notícias*, em julho de 1981:

Além dos compromissos setoriais assumidos com a classe – alguns dos quais já cumpridos [...] a atual direção da OAB/RN tem como compromisso mais amplo com a sociedade: a de colaborar com a OAB FEDERAL, no sentido de conduzir a Nação ao Estado de Direito

Democrático, aspiração maior do Povo Brasileiro. Criada como órgão de seleção, disciplina e defesa da classe no território nacional, a Ordem dos Advogados do Brasil foi levada, por contingências históricas a ocupar outros espaços tornando-se, inclusive, o porta-voz mais autorizado da sociedade civil. No Rio Grande do Norte não pretendemos ser diferentes. Aí estamos nós protestando contra o arbítrio, repudiando os atos de terrorismo político, defendendo os trabalhadores – urbanos e rurais – do Estado. Agora mesmo, como órgão auxiliar do Conselho e da Diretoria, criamos a Comissão de Direitos Humanos, com o fim de dinamizar a atuação da Ordem em favor dos injustiçados e vítimas da prepotência. Temos consciência do relevante papel que está reservado à Ordem dos Advogados e sabemos o quanto de nós espera a sociedade (Silva, 2014, p. 85-86).

Em 1981, a OAB/RN era presidida pelo advogado Roberto Furtado, que, como observado na citação, declarava a implantação da Comissão de Direitos Humanos em nível estadual, seguindo os desdobramentos percebidos no Conselho Federal. Entretanto, a nota chama atenção para a tomada de consciência da instituição para a mudança de rota de sua finalidade com os eventos históricos vivenciados. Ao afirmar que o órgão foi criado objetivando a defesa da classe, Roberto Furtado traz a público os preceitos do Estatuto da OAB editado em 1963 e aponta, já no início dos anos 1980, as finalidades que seriam consolidadas na nova versão do documento de 1994.

Os debates em torno dos Direitos Humanos ganharam destaque na instituição, sendo a Comissão reconhecida como elemento auxiliar do Conselho e da Diretoria. No entanto, a atuação da seccional se ampliou, no período, para a fiscalização das eleições de 1982 para o governo do estado. Esse trabalho foi essencial em razão da disputa política acirrada para a cadeira entre Aluizio Alves (PMDB) e José Agripino Maia (Partido Democrático Social – PDS), o primeiro, então governador do Rio Grande do Norte na época do Golpe de 1964, colaborou com o regime de exceção até sua cassação, em 1969, fazendo uso posterior do jornal *Tribuna do Norte* de sua propriedade como oposição aos militares, e o segundo, indicado como prefeito do município de Natal pelos militares, em 1979, finalizando sua gestão em 1982. Pleito vencido por Agripino Maia.

No que tange aos eventos ligados à mobilização das “Diretas Já!”, a seccional potiguar compunha o Comitê Pró-Diretas do Rio Grande do Norte, num cenário onde havia uma divergência nos discursos

em defesa ou não do voto direto para a Presidência da República. Os militares e os partidos de situação, inclusive seus representantes no estado, acreditavam que as eleições diretas ficariam na ordem do revanchismo, posicionamento replicado por setores da mídia nacional, como a Rede Globo de Televisão. Com visitas de Ulysses Guimarães, o Comitê Pró-Diretas no Rio Grande do Norte esclareceu a população sobre a importância da aprovação da Emenda Constitucional encabeçada pelo deputado Dante de Oliveira:

Reunido na noite de ontem, o Comitê Norte-rio-grandense Pró-Eleições Diretas decidiu partir já neste final de semana para uma mobilização junto à população da capital. As entidades que compõem o Comitê estarão nas feiras livres, conversando com a população, distribuindo boletins esclarecedores da luta pelas eleições diretas e, também, fazendo a apresentação de grupos teatrais (Silva, 2014, p. 92).

Esse trecho da matéria do jornal *Tribuna do Norte*, de 8 de janeiro de 1984, demonstra toda a mobilização feita no estado para pressionar o Congresso Nacional na aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC). O Comitê chegou a fazer simulações para possível plebiscito sobre a realização ou não das eleições diretas para Presidência da República no Brasil. O dia 10 de fevereiro de 1984 foi marcado como ponto alto da luta pelas “Diretas Já!”, com a realização de passeata saindo da Praça Padre João Maria, no bairro Cidade Alta, até a Praça Gentil Ferreira, localizada num dos bairros mais populares da capital potiguar, o Alecrim.

A passeata era um esquentar para o dia 25 do mesmo mês, onde aconteceria o maior comício da campanha pelas Diretas, porém foi adiado em virtude de um grave acidente ocorrido poucos dias antes e em pleno carnaval, causando a morte de muitas pessoas. O comício adiado para abril foi marcado com a participação efetiva da seccional potiguar da Ordem, como registrado pelo *OAB/RN Notícias*:

O Conselho Seccional da OAB, no Estado do Rio Grande do Norte, também se manifestou solidário à luta Pró-Eleições Diretas para Presidência da República. Os Srs. membros do Conselho Regional manifestaram ser favoráveis às eleições diretas. A proposta da Conselheira Dra. Margarida Seabra de Moura recebeu apoio unânime dos demais conselheiros. O presidente do Conselho,

Dr. Mário Moacyr Porto, aprovou a decisão. Foram indicados os Conselheiros Dr. Gileno Guanabara de Sousa e Dr. Roberto Brandão Furtado para representar a Seccional da OAB-RN no Comitê Norte-riograndense Pró-Eleições Diretas, com assento na sua Executiva [...] Em nome dos advogados usou da palavra o Dr. Gileno Guanabara. Em seu discurso realçou a necessidade de ser restaurado o princípio da legitimidade do poder que emana do povo e só em seu nome deve ser exercido. Conclamou também o representante da OAB a necessidade de a sociedade brasileira se unir como um todo e acima de qualquer divisão, através das entidades que a representam [...] (Silva, 2014, p. 95).

Lembranças essas também rememoradas pelo advogado Gileno Guanabara:

Um comício grande. Fafá de Belém era a musa, que cantava o hino nacional. João do Vale veio cantar: “Carcará pega, mata e come”. Chico Buarque veio neste dia. Aqui no comício das diretas no Alecrim. E fora a caravana de líderes. [...] Ulysses Guimarães, aquela turma toda que compunha o movimento do PMDB. Numa reunião do Conselho eu fui designado representante da Ordem. Houve um detalhe interessante, que depois me orgulhei bastante. Eu fui o primeiro orador da noite. Uma massa humana que ficou o Alecrim. Encheu aquele pátio do relógio. Passaram-me a palavra, me anunciaram como representante da OAB [...]. Eu comecei dizendo que todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido. Esta foi a frase que eu criei assim na hora. Aí depois eu vi. O advogado de Prestes no Estado Novo, no comício das diretas no Rio de Janeiro, ao lado de Brizola, de Tancredo, daquele povo todo, começou dizendo exatamente isso. O poder emana do povo, quando vi na televisão. Rapaz, eu me entusiasmei. Então o comício foi grandioso. Nós perdemos a eleição direta ali, mas ganhamos depois com Tancredo, aquela coisa. Derrotamos a ditadura e a coisa veio, então (Silva, 2014, p. 96).

Os recortes, do boletim da Ordem e as memórias do ex-membro do Conselho, possibilitam a seguinte análise: as ações da seccional potiguar não apenas seguiram as orientações do Conselho Federal, mas motivaram os membros da entidade a se juntar às mobilizações em torno das “Diretas Já!”, uma vez que a sede por democracia já não se colocava apenas nos discursos das entidades representativas de classes e setores, mas fazia mexer a massa da população brasileira. O sentimento comparilhado e gestado desde 1983 no país, intensificando-se em 1984, era que

a liberdade estava próxima. A escolha do Conselho Estadual da OAB do Rio Grande do Norte de representantes que compusessem não somente o Comitê Pró-Diretas, mas que tomassem lugar nos comícios realizados na cidade do Natal, representa o reconhecimento da importância que a instituição ganhou na reabertura política. O pronunciamento de Gileno Guanabara, à frente de outros, foi semelhante, em termos simbólicos, ao espaço ocupado pelos membros do Conselho Federal na presidência dos organismos em defesa da democracia.

Apesar de a Emenda de Dante de Oliveira ter saído derrotada no Congresso Nacional e a escolha do primeiro presidente civil após vinte e um anos de sucessivos governos militares ter acontecido de forma indireta, a luta política ocorrida no Congresso Nacional foi vitoriosa. Apesar de todo aparelhamento do Estado e da repressão, o povo se mostrou mais presente na pressão contra os generais e em defesa de instrumentos legais que garantissem seus direitos. Enquanto isso, nos bastidores, os militares e os políticos da base de sustentação dos governos militares, tentavam, a todo custo, manter o governo autoritário.

A Assembleia Nacional Constituinte e a OAB na defesa do Estado Democrático de Direito

É consenso entre os historiadores especialistas em Ditadura Militar e no processo de reabertura política que o período entre 1964 e 1985 configurou o regime de exceção iniciado pelo Golpe Civil-militar e encerrado com a eleição indireta de um civil para a cadeira da Presidência da República em 1985. O recorte até a promulgação de uma nova Carta Constitucional, em outubro de 1988, tradicionalmente é compreendido como um período de transição. Contudo, mesmo que ele já esteja sob a égide do que a historiografia denomina como Nova República, esse momento foi de grandes disputas entre os diferentes grupos políticos, não só para garantir sua marca na Carta Magna, mas para continuar no controle do processo de Redemocratização e preservação da integridade dos responsáveis pelo Golpe de outrora, como foi o caso dos militares. Além disso, numa perspectiva de marcos históricos, a Constituição de

1988 encerra todo o entulho legal do período autoritário ainda presente durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

Diante do cenário, a Ordem dos Advogados do Brasil, permaneceu nas trincheiras em favor do Estado Democrático de Direito com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e sugerir, em conjunto com a sociedade civil, um modelo constitucional que garantisse os direitos básicos da população. Postura essa perceptível no momento que a entidade incorpora no Conselho Federal e em suas seccionais comissões e abre o espaço para debates durante a década de 1980 nunca antes vistos como a pauta dos Direitos Humanos, do direito das mulheres, saúde pública, questões sociais e econômicas. É possível perceber que a Ordem não estava mais preocupada apenas com tópicos de cunho classista, mas abria o leque de atenções para os problemas da Nação.

A abertura de uma Assembleia Constituinte fazia parte do conjunto das palavras de ordem do movimento de reabertura desde seu início, porém, antes mesmo que essa possibilidade se tornasse real, membros da Ordem já propunham a discussão desse aspecto e quais os caminhos a sanção de uma nova Constituição deveria seguir. Os juristas Raymundo Faoro e Paulo Bonavides, também partícipes das lutas pela Anistia política e pelas eleições diretas, afirmam, em momentos distintos, que a sociedade civil é a única responsável na construção de uma nova Carta Magna, onde fossem ceifados os privilégios de uma elite e que o documento representasse a transformação política e social do país.

Publicado em 1981, o livro *Assembleia Constituinte: a legitimidade recuperada*, de Raymundo Faoro, condicionou o início de uma nova era democrática sem a existência de um poder assegurado pelas Forças Armadas. Ideia que era compartilhada por Paulo Bonavides, que, em 1985, lançou a primeira edição da obra *Constituinte e constituição: a democracia, o federalismo, a crise contemporânea*. Faoro e Bonavides estabelecem em seus escritos que a legitimidade de um Estado Democrático se faz na participação popular, pautando-se nos debates já realizados do período de reabertura:

[...] o valor que orienta esse trânsito (recuperação da legitimidade) está dentro da sociedade, como imediata e fundamental expressão política, vinculado a classes, camadas e demais forças. [...] Ninguém seria livre se permitissem as ilhas institucionais, imunes ao povo, ao

controle e ao seu exame. [...] A pluralidade dos atores que conquistam o *status* de sujeitos políticos, vale para a velha origem liberal, mas só se encontra sua plena expressão na democracia. [...] Partidos, sindicatos, órgãos de manifestação e representação supõem o alargamento das bases da sociedade, em termos reais e concretos. A luta pela legitimidade é, em consequência, uma luta social, que se coordena ao Poder Constituinte (Faoro, 1981, p. 81, grifo do autor).

O problema constituinte no Brasil, após duas décadas de ostensivo desacato à soberania popular, não tanto o de fazer uma Constituição [...], mas o de fazer uma Constituição legítima e popular, condensando as aspirações profundas e renovadoras da sociedade brasileira, isto é, uma Constituição que seja o instrumento consagrador da transformação, da modernização e da reforma democrática (Bonavides, 2010, p. 17).

Faoro e Bonavides atentam para o fato de que o fazer da Assembleia Constituinte deveria refletir a sociedade brasileira no âmbito das suas diferenças e representações. A legitimidade de um Estado, sobretudo numa perspectiva liberal, daria-se somente dentro das linhas da democracia, garantidora das divergências ideológicas e de opiniões. O clamor por uma Constituinte permeia o discurso da OAB oficialmente desde maio de 1980, sendo ele tema de seu congresso em Manaus e, até mesmo antes, com a leitura de Goffredo Teles da “Carta aos Brasileiros”, em agosto de 1977, na Faculdade de Direito das Arcadas (Bonavides; Andrade, 1991, p. 452). No decorrer dos anos 1980, os sucessivos presidentes do Conselho Federal, defendiam o ideal de que uma nova Carta Magna não deveria ser pensada nos gabinetes dos juristas e supostos sábios, mas a partir de um amplo diálogo nacional (Baeta *apud* Motta; Dantas, 2006, p. 219). A sonhada reforma democrática colocada nas mãos dos constituintes, obedecendo os diferentes espectros da sociedade, ficou no plano da teoria jurídica. No plano real, as disputas em torno da Assembleia Constituinte se concentraram nas mãos dos partidos políticos e atendendo seus interesses.

Os juristas defendiam que a Constituinte acontecesse de forma exclusiva, ou seja, onde os representantes fossem eleitos para essa finalidade. No entanto, não foi isso que aconteceu. Os deputados eleitos no pleito de 1986 para compor a Assembleia Nacional Constituinte, após a promulgação da Constituição, continuaram exercendo seus cargos. Soma-se a isso o fato de que parte significativa dos senadores vinham das eleições de 1982, uma vez que seus mandatos se encerrariam em 1990 (Reis, 2014).

Como já exposto, a Assembleia Nacional Constituinte, inaugurada em fevereiro de 1987 e presidida por Ulysses Guimarães, pautou-se na manutenção e ampliação dos poderes das legendas partidárias, sobretudo na aprovação e reforma do regimento interno. A formação de um grupo suprapartidário de caráter conservador composto por lideranças do PFL, PMDB, PDS, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Liberal (PL) e Partido Democrático Cristão (PDC), denominado de “Centrão”, levou à aprovação demandas do Presidente da República José Sarney, a exemplo da continuidade do presidencialismo e do tempo de seu próprio mandato. Sarney, recorrentemente, tecia críticas nos meios de comunicação sobre o andamento dos trabalhos da Constituinte.

A Ordem dos Advogados do Brasil, tanto o Conselho Federal quanto suas seccionais, empreendeu movimento de estudo e sugestão ao futuro texto constitucional. O Conselho Federal, na consolidação do papel da entidade frente ao Estado, transferiu sua sede do Rio de Janeiro para Brasília. As ações da Ordem não eram vistas com bons olhos por alguns agentes, que a acusavam de extrapolar as fronteiras de sua finalidade, como na crítica feita pelo jornalista da revista *Veja*, em setembro de 1986, que, mesmo reconhecendo a entidade como instrumento de luta, afirmou que ela deveria naquele momento “se restringir aos problemas dos advogados” (Motta; Dantas, 2006, p. 235), referindo-se ao Estatuto de 1963, citado na introdução deste artigo.

A OAB tinha livre acesso à Assembleia por intermédio de seus constituintes, especialmente Ulysses Guimarães, Nelson Jobim e Bernardo Cabral, assim como nas várias convocações para depor nas comissões da Constituinte. Para tanto, Márcio Thomaz Bastos, presidente da OAB, em 1987, instaurou o “Bureau de Acompanhamento Constitucional”, órgão de assessoramento de Márcio Thomaz Bastos. O cuidado com o texto constitucional era válido em razão do temor por parte dos democratas da grande influência exercida pelos militares, observada nas manobras de José Sarney e dos líderes conservadores.

[...] apesar das esperanças depositadas na nova Carta Magna, tinha-se a preocupação de que os herdeiros e resquícios políticos dos governos autoritários impedissem a formulação da lei máxima e do exercício pleno do Estado Democrático. Seriam os membros do “Centrão” e o próprio presidente José Sarney responsáveis pelo prolongamento

desnecessário da influência militar sobre a Constituição. Essa visão de Thomaz Bastos, porventura, proporcionou um distanciamento entre ele e José Sarney (Silva, 2014, p. 114).

Para Márcio Thomaz Bastos, e parcela dos membros do Conselho Federal, o mandato de Sarney deveria ter caráter provisório e transitório. Dessa maneira, a OAB se envolveu na campanha pró-diretas com o intuito que fossem realizadas eleições em 1988. Tal mobilização fez os ânimos entre a OAB e Sarney se exaltarem a ponto de o presidente ordenar a prisão do representante da seccional da Paraíba em resposta a protestos quando de sua visita à cidade de João Pessoa. Acreditava-se que a permanência de José Sarney à frente da Presidência da República era prejudicial à democracia que se avizinhava, pois, “admitir que o mandato perdure ainda por dois anos é o mesmo que dizer que serão mais dois anos sob vigência do Regime Militar [...]” (Fagundes *apud* Motta; Dantas, 2006, p. 241).

Dentro das discussões sobre o retorno das garantias democráticas, a bandeira das eleições diretas se fez presente em todas as instituições, objetivando que seus preceitos fossem instituídos igualmente nesses espaços. No Brasil, discutia-se o voto direto para a escolha dos reitores das universidades federais. E, no Rio Grande do Norte, a eleição para Direção do Colégio Atheneu Norte-Riograndense era noticiada nos jornais. Contudo, observa-se que o discurso outrora utilizado para uma causa maior foi adaptado como pano de fundo de uma disputa político-partidária e ideológica no interior da Ordem dos Advogados do Brasil e que influenciou em possíveis mudanças estruturais da organização. No final da gestão de Mário Garcia, veio da seccional do Mato Grosso do Sul, uma proposta de alteração do Estatuto da OAB sobre a escolha do presidente da instituição. Calheiros Bomfim, conselheiro sul-mato-grossense, sugeriu a eleição direta para o Conselho Federal com a totalidade dos conselheiros das seccionais. Apesar da negativa ao pedido, vê-se que o movimento repercutiu em todas as seccionais do país.

Tradicionalmente, os advogados votavam em representantes para composição do Conselho e, em seguida, os conselheiros eleitos escolhiam o presidente, assim como havia a distribuição das demais funções. As ideias que permeavam o Conselho Federal também chegaram à seccional potiguar, causando uma grande disputa interna, envolvendo grupos políticos das oligarquias do estado. O pleito de 1984, na OAB/

RN, ganhou uma dimensão gigantesca, chegando o conflito às páginas dos maiores jornais do Rio Grande do Norte. Gileno Guanabara, que seria apoiado por Mário Porto, então presidente da seccional potiguar, questionava na imprensa a falta de seriedade da proposta do candidato de oposição, Jales Costa, e os reais objetivos dos meios de comunicação na problematização da lisura do sistema utilizado pela OAB, levando à confusão da opinião pública (Silva, 2014, p. 121).

Houve um esforço por parte de membros e ex-membros do Conselho Estadual em refutar as acusações do grupo de oposição. Roberto Furtado, ex-presidente, afirmava que aquela mobilização tinha origem numa parcela da categoria que queria manter a Ordem fora dos grandes debates nacionais pela democracia brasileira, mantendo o órgão dentro das linhas do Estatuto de 1963: disciplinar, selecionar e defender o advogado. Mário Porto, no “Painel Forense”, coluna que mantinha no jornal *Tribuna do Norte*, não revidava os ataques proferidos pela oposição, mas comemorava o caráter democrático das eleições da Ordem, qualificando a participação dos advogados como “[...] muito saudável o interesse revelado [...] em torno das eleições para a escolha do novo Conselho da Seccional [...]” (Silva, 2014, p. 123).

Para além de uma disputa entre grupos de interesses divergentes, com a participação de agentes externos à instituição, como a família Alves, tradicional oligarquia política do Rio Grande do Norte, houve no fenômeno uma grande dose do habitual conservadorismo inerente aos membros da entidade. A disputa empreendida por todo o ano de 1984 contava com João Medeiros Filho, membro do Conselho à época do Golpe de 1964 e já mencionado como uma fala conservadora em favor da intervenção militar, como porta-voz da oposição em que afirmava estar lutando contra um grupo oligárquico que ocupava a diretoria da Ordem. Gileno Guanabara, sobre o pleito, diz:

[...] Eu tinha serviços prestados. [...] Eu perdi por três votos para Armando Holanda, que era o cara representativo dos Alves: de Aluizio, de Henrique e Garibaldi. Houve amigos meus que deixaram de votar, porque diziam que não podiam votar comigo e com ele. [...] Eu fiquei chateado, porque pela primeira vez eu vi Mário Moacyr Porto criar ânimo comigo. Ele tinha uma descon-fiança, mas passou a querer bem a mim. [Em outra ocasião] aquelas portas grandes da OAB, assim que abrem [ficam] em quatro

bandas. [Ao término de] uma sessão, ele chamou Ney Marinho [e disse]: – professor Ney, vamos apoiar o doutor Gileno. Ele não me viu, estava por trás da porta. Aí ele disse: – professor Mário, peça-me outra coisa, mas jamais posso apoiar comunista – E fazia parte do partido comunista neste período. Era assim, o Partido Comunista legalizado. [...] Era uma forma de estigmatizar. [...] Perdi a eleição por três votos (Silva, 2014, p. 125).

O grupo de oposição, denominado “Diretas já!”, ganhou as eleições para o Conselho. A partir da fala de Gileno Guanabara, percebe-se que a vitória não foi apenas de um discurso distinto da então diretoria da seccional potiguar, mas a manutenção de uma ideologia. O referido processo eleitoral, que contou com o envolvimento de figuras que impuseram à história da OAB o fardo de ter apoiado um atentado ao Estado Democrático, revelou da mesma maneira a dinâmica da política partidária do Rio Grande do Norte, mostrando a força que as oligarquias políticas e seus veículos de informação tinham na formação da opinião pública. Gileno Guanabara, ao publicizar sua frustração por perder por “três votos”, concretiza a imagem que a sociedade tinha dos comunistas. Dessa forma, o nacionalismo, o moralismo e o anticomunismo presentes nas falas pré-1964, aparentemente combatidas pela entidade na luta contra os governos de exceção e a favor do Estado Democrático, ainda estavam vivos na prática e no cotidiano da seccional potiguar.

A Constituição do Brasil em vigor foi sancionada pela Assembleia Nacional Constituinte em 5 de outubro de 1988. A chamada Constituição Cidadã, apesar dos avanços, manteve a ordem estadista, a tutela militar e as prerrogativas e privilégios dos ocupantes dos cargos eletivos (Reis, 2014). A aprovação da Carta Magna não cessou as ações e o papel performado pela OAB frente à manutenção do Estado Democrático de Direito, criando, em setembro de 1988, a Comissão Pós-Constituinte, que visava o acompanhamento da reformulação do ordenamento jurídico, a construção das constituições estaduais e leis orgânicas municipais, assim como as inúmeras leis complementares e ordinárias.

A luta permanente pelo Estado Democrático de Direito

A Ordem dos Advogados do Brasil, como foi possível observar na reconstrução proposta por este capítulo, tornou-se uma das mais notórias instituições do país na defesa da Democracia. Insígnia essa conquistada não sem percorrer uma trajetória de altos e baixos em decorrência dos seus posicionamentos e ações performadas no decorrer da Ditadura Militar. A entidade que defendeu o Golpe Civil-militar de 1964 e, ao longo de muito tempo, ensaiou uma crítica tímida aos governos militares, transformou-se num baluarte na defesa do Estado Democrático de Direito.

Essa luta foi liderada ora por grupos mais conservadores, ora por membros mais aguerridos, que conquistou da sociedade o reconhecimento de seu papel na construção da República brasileira. Observa-se que mesmo com o protagonismo vivenciado pelo Conselho Federal, as seccionais, ao repercutir as discussões desenvolvidas em nível nacional, também contribuíram para a consolidação dessa imagem. A seccional do Rio Grande do Norte, apesar de um comportamento letárgico no início dos debates por reabertura política, quando passa a se mostrar presente nas lutas, não só disponibiliza sua sede para servir como espaço de mobilização na luta pela Redemocratização, mas também mobiliza seus agentes e confere seu capital político para ampliar a pressão contra os governos autoritários.

O envolvimento da entidade nas mobilizações pela Redemocratização impediu que seu discurso institucional recuasse mesmo diante de gestões de caráter moderado à frente do Conselho Federal e suas seccionais. É importante pontuar que muito do reconhecimento alcançado pela entidade nesse período foi fruto do conjunto de suas ações com organismos e outras entidades da sociedade civil, sobretudo no final das décadas de 1970 e de 1980. Logo, a defesa da Carta Magna se dá pelo fortalecimento das instituições republicanas, que não se limitam aos poderes e instituições do Estado, mas as entidades civis como a Ordem dos Advogados do Brasil.

Referências

AGÊNCIA SENADO. Petrônio Portella, o senador que negociou o desmonte da ditadura militar. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/petronio-portella-o-senador-que-negociou-o-desmonte-da-ditadura-militar>. Acesso em: 15 mar. 2024.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Revolução e democracia**: 1964-2010. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ATA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO DA NONA LEGISLATURA, 18 abr. 1979.

ATA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO DA NONA LEGISLATURA, 19 abr. 1979.

BAETA, Hermann Assis (coord.). **História da Ordem dos Advogados do Brasil**: a OAB na voz dos seus presidentes. Brasília: OAB-Ed, 2003.

BONAVIDES, Paulo. **Constituinte e constituição**: a democracia, o federalismo, a crise contemporânea. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes. **História constitucional do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BRASIL. **Lei nº 4215, de 27 de abril de 1963**. Dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4215.htm. Acesso em: 7 mar. 2024.

BRASIL. **Ato institucional nº 1, de 9 de abril de 1964**. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 7 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8906, de 4 de julho de 1994**. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8906.htm. Acesso em: 7 mar. 2024.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CIANCIO, Patrisia; DEPLAN, Wendell. Marcello Alencar: “a representação dos direitos da sociedade civil residia na ação dos advogados”. In: SÁ, Fernando; MUNTEAL, Oswaldo; MARTINS, Paulo Emílio (org.). **Os advogados e a ditadura de 1964: a defesa dos perseguidos políticos no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

CURI, Isadora Volpato. **Juristas e o Regime Militar (1964-1985): atuação de Victor Nunes Leal no STF e de Raymundo Faoro na OAB**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DECLARAÇÃO dos advogados brasileiros. **OAB/RN Notícias**, Natal, maio de 1978, p. 1.

DEL PORTO, Fabíola Brigante. A luta pela anistia no regime militar brasileiro e a construção dos direitos de cidadania. In: SILVA, Haike R. Kleber (org.). **A luta pela anistia**. São Paulo: Editora da Unesp; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

FAORO, Raymundo. **Assembleia constituinte**: a legitimidade recuperada. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GOMES, Carlos Roberto de Miranda. **Traços e perfis da OAB/RN**: criação e história: vitórias e derrotas. Natal: Sebo Vermelho, 2008.

MACIEL, David. **A argamassa da ordem**: da ditadura militar à nova república (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004.

MARTINS, Rennê. **A construção social da imagem da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na mídia e a consolidação do papel de dupla vocação**: profissional e institucional. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

MOTTA, Marly Silva; DANTAS, André Vianna. **História da Ordem dos Advogados do Brasil**: da redemocratização ao estado democrático de direito (1946-1988). Rio de Janeiro: OAB, 2006.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PEREIRA, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues. **Criar ilhas de sanidade**: os Estados Unidos e a aliança para o progresso no Brasil (1961-1966). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

PRANTO, Aliny Dayany Pereira de Medeiros. **A anistia no Rio Grande do Norte**: o Comitê pela Anistia e a Associação de Anistiados Políticos como espaços de história, memória e política (1979-2001). Berlin: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura:** regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, v. 4).

SILVA, Rafael Oliveira da. **“A OAB no processo de transformação da sociedade brasileira”:** a seccional potiguar como espaço de redemocratização (1979-1988). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

PARTE V

ESTUDANTES POTIGUARES E A LUTA POR DEMOCRACIA NO RN

O sentido da política é a liberdade.

Hannah Arendt

MULHERES E DITADURA MILITAR NO RN

Maria da Conceição Fraga¹

O ano de 2024 no Brasil nos remete a refletir sobre a importância das lutas por democracia no país. Afinal, o Brasil foi o último país a abolir a escravidão e somente na Constituição de 1988 tornou o racismo crime inafiançável e imprescritível; teve a República instalada por militares do Exército Brasileiro como forma de conter revoltas de um povo que nunca conseguiu fazer a reforma agrária num país continental, que tinha uma religião oficial e somente mais de cem anos depois criou uma política pública para inserir negros e populações indígenas nas universidades e na administração pública; sofreu dois golpes e viveu duas ditaduras num mesmo século (o Estado Novo, de 1937 a 1945, e o Golpe Civil-militar de 1964, que permaneceu na Ditadura Militar dos generais de 1964 a 1985), além de tentativas de golpe a cada década. Tanto os golpes como as tentativas de golpe contaram com a participação decisiva de militares, afinal, para consumir um golpe é imprescindível o uso da força, e por essa razão é necessário o apoio de militares; passou pela mais recente tentativa de golpe, novamente com participação de militares, em 8 de janeiro de 2023, dessa vez, sem o apoio de americanos, o que provavelmente influenciou a decisão pelo não apoio do Exército Brasileiro e da Aeronáutica, restando o apoio da Marinha; e, finalmente, o país que teve uma Ditadura Militar que impôs uma Anistia em 1979, que nem pôs fim à Ditadura, que só acabou em 1985, e ainda anistiou os agentes públicos responsáveis pelas prisões, torturas, mortes e desaparecimento de lideranças que ousaram lutar por democracia, liberdades, direitos sociais e dignidade.

¹ Doutora em Sociologia pela UFC, Pós-doutora em Direito Constitucional pela UFRN, Professora Titular da UFRN/Departamento de História (Aposentada). Foi Chefe de Departamento de História/UFRN, Vice-diretora do CCHLA/UFRN, Pró-reitora Adjunta de Extensão/UFRN e Diretora da EDFURN. Além de capítulo de livro e artigo publicado, é autora do livro *Estudantes, cultura e política: a experiência dos manauaras*; do livro e e-book *Da clandestinidade ao parlamento*; coautora do livro e e-book *Tecedores de sonhos ao luar*.

A publicação deste artigo vai ao encontro de reflexões necessárias e feitas na passagem dos sessenta anos do Golpe de 1964; dos quarenta e cinco anos da Anistia e dos quarenta anos da Campanha das Diretas Já, que mobilizou o país com estudantes, professores, pesquisadores, sindicalistas do campo e da cidade, artistas, profissionais liberais, jovens, desportistas e outros segmentos da sociedade. É necessário refletir sobre a democracia brasileira, sobre o autoritarismo, desde a formação do Estado brasileiro, como foi abordado na apresentação deste livro.

Esse autoritarismo aparece na História do Rio Grande do Norte: prisão, cassação e exílio do prefeito de Natal, Djalma Maranhão; prisão e cassação do deputado Floriano Bezerra de Araújo e dos suplentes de deputado Luiz Ignácio Maranhão Filho e Cesário Clementino; a morte de membros da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como foi o caso dos estudantes Emmanuel Bezerra da Silva (Faculdade de Sociologia e Política); José Silton Pinheiro (Faculdade de Educação), além do desaparecimento de Luiz Ignácio Maranhão Filho (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal), entre outros brasileiros.

Em 10 de abril de 2014, na passagem dos cinquenta anos do Golpe Civil-militar de 1964, por iniciativa do deputado Estadual Fernando Mineiro, do Partido dos Trabalhadores/RN, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte realizou uma solenidade para fazer a devolução simbólica dos mandatos de Floriano Bezerra de Araújo, Luiz Ignácio Maranhão Filho e Cesário Clementino. Familiares dos deputados cassados estiveram presentes, exceto o deputado Floriano Bezerra de Araújo e seus familiares, que, segundo o Presidente da ALRN, Ricardo Motta, receberia em casa, conforme, informativo da ALRN de 10 de abril de 2014.

Por essa razão, não podemos deixar de registrar, lembrar e refletir o que significou esse período para o país, as instituições, os jovens, os estudantes, os professores, os sindicalistas, os artistas, os políticos e, também, para as famílias das vítimas, especialmente para os potiguares.

Estudantes e Política é um tema que venho estudando, seja para compreender o significado de Movimento Estudantil (Fraga, 1996), seja para entender as lutas ocorridas no Restaurante Universitário na Universidade Federal do Amazonas (Fraga, 1998), seja para estudar

Rituais e Símbolos na política estudantil (Fraga, 1999), ou para investigar trajetória de militantes estudantis (Fraga, 2002). Para ressaltar a participação da mulher na vida pública, consulte a literatura feita por mulheres que estudaram o Movimento Estudantil no Rio Grande do Norte, como é o caso de Silva (1989), Patrício (2002, 2004, 2007), Pranto (2014), Maia (2003, 2005, 2009), ou por mulheres que participaram de ações realizadas à época, como é o caso de Araújo (1996), Góes (1999), Fernandes (2004), Galvão (2004), Cortez (2005), Ferreira (2023), algumas dessas citadas neste livro; ou que estudaram o período, como Medeiros (2012, 2018), Marques (2015), Araújo (1996), Aquino (2015), Aquino, Sobrinho e Pinheiro (2015), Canuto (2016), Carvalho (2000). Esse recorte foi feito visando dar visibilidade a mulheres que, embora sendo maioria da população, ainda ocupam poucos espaços na vida pública.

Toda essa bibliografia visou reconstruir e compreender o cenário em que ocorreram as atividades realizadas à época, especialmente, dar visibilidade às mulheres citadas no Relatório Final da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CVUFRN) e que compõem a relação de presas, perseguidas e/ou processadas pelos governos dos generais, e/ou pelo governador Aluizio Alves e/ou pelos reitores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Para escrever este capítulo foi fundamental consultar o Relatório Final da CVUFRN, que coletou importantes fontes documentais oficiais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do Exército Brasileiro e dos órgãos de informação e segurança, como ofícios, boletins, fotografias, entre outros. A CVUFRN identificou atividades realizadas por agentes públicos e por setores da sociedade civil organizada, os participantes dessas ações, suas bandeiras de luta e seus modos de se organizar. Com isso, a CVUFRN recompôs cenários vivenciados à época dos acontecimentos e demonstrou como ocorreram prisões, perseguições e aparelhamento dos órgãos de repressão dentro da UFRN.

Registre-se que a Comissão da Verdade no Brasil foi criada por uma mulher, a presidenta Dilma Rousseff, através da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, para apurar graves violações de Direitos Humanos praticadas no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988. A CVUFRN foi criada pela reitora Ângela Maria Paiva Cruz, acatando a sugestão de estudantes de Direito da UFRN, e contou com as seguintes

mulheres em sua composição: a professora Maria Ângela Ferreira; a servidora Kadima Lanúbia da Silva Maia; as estudantes Kaline Faria de Araújo, Lucila Barbalho do Nascimento, Mayane Ranice Costa, Monique Maia de Lima, Patrícia Vanessa de Moraes e Yasmênia Evelyn; teve também a colaboração da jornalista Jana Sá.

As informações usadas neste capítulo são resultado da consulta feita no Relatório Final da CVUFRN, especialmente nas fontes contidas nos diferentes textos desse Relatório: a Introdução, de Carlos Roberto de Miranda Gomes; Antecedentes, registros históricos, dados e resultados da Comissão da Verdade na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Juan de Assis Almeida; Arcabouço histórico da Ditadura Militar no Brasil: eclosão da Ditadura e os reflexos no Estado, José Willington Germano; A Assessoria de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte: o braço da repressão nas universidades brasileiras, Almir de Carvalho Bueno; Diligências para localização do acervo documental da extinta Assessoria de Segurança e Informação da UFRN (1970 a 1990), Juan de Assis Almeida; A ação estudantil pré-1964 no Rio Grande do Norte, Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade; Ações repressivas oficiais: IPMs da UFRN – 1964/RO – e do Restaurante Universitário – 1968/7ª RM, Carlos Roberto de Miranda Gomes e Juan de Assis Almeida; Resistência e memória: atuação estudantil-universitária durante a Ditadura Militar (1964-1985), Juan de Assis Almeida; Movimento docente: criação da ADURN no período de Redemocratização, Jana Sá e Maria Ângela Fernandes Ferreira; Expurgo de pessoal docente, Juan de Assis Almeida e Maria Ângela Fernandes Ferreira; e Resgate histórico da movimentação dos servidores públicos federais, Moisés Alves de Souza.

Utilizei também informações coletadas por Juan de Assis Almeida, membro da CVUFRN, em parceria com a professora Sandra Erickson, que foram publicadas no Relatório Final da CVUFRN e reproduzidas no jornal *Carta Potiguar*, na edição de 31 de agosto de 2014, e tratam de títulos honoríficos concedidos pela UFRN durante os governos dos generais.

Este capítulo objetiva dar visibilidade à participação de mulheres que protagonizaram lutas políticas ocorridas no Rio Grande do Norte nos anos que antecedem o Golpe de 1964, como ações

realizadas pelo Prefeito Djalma Maranhão e que contaram com a participação de lideranças femininas; pelos movimentos organizados por estudantes universitárias e pela resistência dessas mulheres da Universidade Federal do Rio Grande do Norte ao Golpe de 1964. Por essas razões, as lideranças foram presas, perseguidas e tiveram suas vidas monitoradas durante os governos dos generais. Essas mulheres protagonizaram lutas em defesa da educação, da cultura e da democracia, atividades essas realizadas no período que antecede o Golpe de 1964, particularmente, durante os dias próximos à instalação do Golpe, os dias em que o Golpe se materializou e na resistência aos governos militares que duraram longos vinte e um anos.

Para melhor apresentar o capítulo, dividi este texto em quatro momentos: As mulheres e a luta por educação e cultura em Natal durante o período que precede o Golpe de 1964, que aborda ações realizadas pela Prefeitura de Natal e lutas estudantis ocorridas antes da instalação do governo autoritário, nelas, destaco a participação das mulheres; As mulheres, o Golpe Civil-militar de 1964, prisões, perseguições e resistência no RN, que demonstra como ocorreu o Golpe em Natal e como foi a resistência das lideranças femininas ao Golpe instalado; A Assessoria de Segurança e Informação na UFRN: investigação e monitoramento de lideranças; e Títulos e honrarias na UFRN: a festa das patentes, tratando de títulos e honrarias concedidos pela UFRN para quem comandou a repressão no Brasil e na instituição.

As mulheres, o Golpe Civil-militar de 1964 e a resistência no RN

As estudantes universitárias potiguaras estiveram presentes nas mobilizações e organizaram manifestações e lutas políticas desde o surgimento da Universidade do Rio Grande do Norte, conforme Lei Estadual nº 2.507, em 25 de junho de 1958, que criou o Diretório Central dos Estudantes (DCE) para assegurar a representação estudantil, além dos Diretórios Acadêmicos (DAs) representando as Faculdades e Escolas.

Na segunda metade da década de 1950, no Rio Grande do Norte, as estudantes participavam de atividades em defesa de suas lutas por

melhorias das condições de ensino, pela democratização da universidade, por criação de espaços de cultura, como foram as ações realizadas pelo Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional de Estudantes (UNE), como a criação do Teatro Universitário do RN e a vinda da UNE Volante à cidade de Natal (1961); pela Igreja Católica, como o Movimento de Educação de Base (MEB); pela Prefeitura Municipal de Natal, como a Campanha De pé no chão também se aprende a ler; e pelo Serviço Cooperativo de Educação do Rio Grande do Norte, com o Movimento de Educação de Adultos, que usou o método Paulo Freire.

Em 1957, ocorreu uma greve na Faculdade de Direito que teve como pauta o protesto contra a intervenção do governador Dinarte Mariz devido à escolha de um professor para assumir a cadeira de Direito Civil. Em 1958, ocorreram protestos devido ao aumento de subsídios dos legisladores estaduais e, na ocasião, os alunos retiraram o busto de Amaro Cavalcanti da Assembleia Legislativa como forma de protesto.

As manifestações estudantis contribuíram para assegurar o direito a voto dos estudantes nos órgãos de deliberação na universidade criada no estado. Em 1962, foram realizadas mobilizações em torno das eleições para a União Estadual dos Estudantes (UEE). A disputa ocorreu entre os alunos do curso de Direito, Marcos Guerra, preso e perseguido pela Ditadura Militar, e Diógenes da Cunha Lima, “agraciado” posteriormente como reitor durante o último mandato do último general presidente.

A União Nacional dos Estudantes (UEE) no Rio Grande do Norte era ligada à União Nacional dos Estudantes (UNE), que tinha um histórico de realização de lutas importantes como a Campanha “O Petróleo é nosso” e a “Campanha da Legalidade”, realizada em defesa do presidente João Goulart.

As ações ocorridas em Natal no mandato do Prefeito Djalma Maranhão eram ações transformadoras e ganharam apoio da população; estudantes, professores, artistas e intelectuais estavam envolvidos na execução dessas ações, entre as quais lideranças femininas. Todo esse trabalho ganhou visibilidade e reconhecimento de órgãos internacionais. Carlos Roberto de Miranda Gomes (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015, p. 11-29), presidente da CVUFRN, ressalta que as atividades realizadas pelo Prefeito Djalma Maranhão tiveram

reconhecimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e da Organização dos Estados Americanos (OEA) e contavam com o apoio dessas organizações, e nomeia a participação das professoras Mailde Pinto Galvão, Denise Fellipes, Zilda Lopes, Lourdes Varela, Olívia Marinho, Lia Campos, Eunice Rocha, Eulina Agra, Ilza Soares, Maria das Dores, Cleomar Dantas, Isabel Alves, Nandi, Maria Salviano, Lenira de Souza e as estudantes universitárias Margarida de Jesus Cortez (coordenadora pedagógica), Maria Laly Carneiro, Diva da Salete Lucena, Olindina Santos, Anaide Dantas, Berenice de Freitas, Terezinha Braga e Socorro Barreto. Destaca o presidente da CVUFRN que foi nesse contexto que surgiram Zila Mamede e Nísia Bezerra como intelectuais. Para o autor, esses movimentos foram interrompidos em 31 de março de 1964 por serem considerados subversivos e várias participantes foram presas, perseguidas e processadas pelo governo militar, pelo governador do Rio Grande do Norte, Aluizio Alves, e pela instituição em que estudavam.

Entre tantas ações, destacamos a fundação da Rádio Rural e das Escolas Radiofônicas, além do Movimento de Educação de Base, que contou com a participação da universitária Safira Bezerra e da professora Maria Rodrigues.

Para recompor esse cenário, o Relatório Final da CVUFRN coletou depoimentos de lideranças que participaram de lutas realizadas em atividades da Prefeitura de Natal no período que precede ao Golpe de 1964, de lutas estudantis universitárias, entre elas: a resistência à invasão da sede do Diretório Central dos Estudantes e do Restaurante Universitário pelo Exército Brasileiro; a prisão de estudantes; movimentos em defesa do Restaurante Universitário; o direito a realizar trotes; o movimento dos excedentes; o Acordo MEC-USAID; a confecção de carteirinhas de estudante; o esvaziamento do Seminário Nacional do Diretório Nacional dos Estudantes – entidade de estudantes criada e ligada à Ditadura Militar; a ocupação do Restaurante Universitário (1968); a defesa dos estudantes potiguares presos no XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes; a morte do potiguar, ex-presidente da Casa de Estudante, ex-líder estudantil e membro do Diretório Central dos Estudantes da UFRN (1968), morto pela repressão, Edson Luiz; a Reforma Universitária, entre outras.

A participação feminina no Relatório Final da CVUFRN está registrada em documentos e nos depoimentos de Justina Iva de Araújo Silva e Luiza Maria Nóbrega. As informações coletadas revelam que Luiza Maria Nóbrega ingressou na universidade no curso de Sociologia, depois graduou-se e foi laureada pela Faculdade de Direito, em 1970, foi dirigente do Partido Comunista Revolucionário, participou de pichação em alusão à visita do general Meira Matos e do Presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici, foi condenada pela Auditoria Militar de Recife, chegou a ser indiciada no Decreto 477, mas foi absolvida.

A CVUFRN coletou também o depoimento de Isabel Cristina dos Santos e Sandra Kelly de Araújo, ambas participaram de movimentos realizados nos anos finais dos governos militares.

A esses depoimentos se somam entrevistas catalogadas e fornecidas pelo Programa Memória Viva, disponíveis na TV Universitária da UFRN, tais como as de Mailde Ferreira Pinto Galvão (2007); Maria Laly Carneiro (2005); Margarida de Jesus Cortez (2005); e Tereza Aranha (2006). Todas elas lideranças que protagonizaram lutas, à época, ou que vivenciaram os acontecimentos que mobilizaram jovens em defesa da educação, da cultura e da democracia. Por essa razão, se constituíram pessoas privilegiadas, uma vez que, por meio de suas lembranças, foi construído o cenário dos acontecimentos apresentados neste capítulo.

Mailde Ferreira Pinto Galvão foi ex-diretora de Documentação e Cultura da Secretaria de Educação na gestão de Djalma Maranhão, participou da criação das bibliotecas populares, dos projetos de leitura e alfabetização ocorridos nos anos 1960 em Natal, especialmente, da Campanha De pé no chão também se aprende a ler.

Maria Laly Carneiro nasceu em Mossoró, estudou no Atheneu Norte-Riograndense, foi da Juventude Estudantil Católica, da Juventude Universitária Católica, participou das Campanhas do Movimento de Educação de Base, da Campanha De pé no chão também se aprende a ler, da greve por 1/3 de representação estudantil e é signatária da Carta da Bahia. Por essa participação, no dia 2 de abril de 1964, foi apreendida na Faculdade de Medicina por militares armados e levada para o 16 RI. Enfrentou processo militar, do Exército Brasileiro; do estado do Rio Grande do Norte, devido ao Inquérito instaurado pelo

governador Aluizio Alves – Relatório Veras, que incluiu em seu alvo entidades estudantis; e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Margarida de Jesus Cortez, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal, teve papel destacado na Campanha De pé no chão também se aprende a ler, foi Coordenadora Pedagógica da Campanha (criada em fevereiro de 1961) de outubro de 1961 até abril de 1964, quando ocorreu o Golpe Civil-militar; liderou movimentos organizados por estudantes; foi presa em 1964 e exonerada da UFRN. Ela é uma das lideranças presas logo após o Golpe, em 19 de julho de 1964, ficou no 16º Regimento de Infantaria, foi conduzida por Pedro Vilela Cid, que a levou sob a justificativa de prestar depoimento. Foi indiciada e presa por participar da Campanha De pé no chão também se aprende a ler, conforme Comissão Estadual de Inquérito.

O Golpe Civil-Militar se instalou forjando uma aparência de legalidade e para tanto criou um arcabouço jurídico. Os generais criaram leis e tentaram justificar suas ações em decorrência do cumprimento destas. Porém, o ato original foi o mais grave descumprimento da lei e por isso mesmo foi um Golpe: a destituição de um presidente eleito democraticamente e a imposição de mandatários ilegais e ilegítimos. O maior dos desrespeitos à Constituição do país.

Esse Golpe foi dado pelas elites e pelas Forças Armadas, que, em nome de combater os comunistas e a corrupção, interromperam a implementação de políticas públicas de inclusão, valorização do trabalhador, da educação e da cultura como bens indispensáveis à condição humana; e desmantelaram a construção dos espaços públicos que integravam pessoas, criavam um ambiente propício para refletir sobre a realidade política, econômica e social do Brasil.

O Golpe de 1964 foi implantado para impedir o desenvolvimento econômico do país na perspectiva dos estudos feitos por intelectuais brasileiros. Esses estudos serviam de base para apresentar uma visão crítica da realidade do país e também para implementar políticas públicas necessárias ao desenvolvimento econômico do Brasil.

No período que precede ao Golpe de 1964, o Rio Grande do Norte vivia momentos de mobilizações promovidos pela Prefeitura de Natal e por seu prefeito, Djalma Maranhão. Essas ações envolviam estudantes universitários, faculdades, políticos, artistas, professores e outros que se

juntaram ao prefeito em defesa da educação, da cultura, e promoveram a Campanha De pé no chão também se aprende a ler, construíram espaços de leitura como bibliotecas, criaram espaços para desenvolver atividades culturais, teatro, rádio, cinema, dança, habilidades profissionais. Tudo isso em parceria com o Centro Popular de Cultura e realizado em espaços públicos e em bairros da periferia da Natal.

Essas atividades eram voltadas para alfabetizar adultos, através do método Paulo Freire, e criar espaços de sociabilidade na cidade. A política implementada pelos organizadores dessas ações promovia o desenvolvimento da cidade com a inserção da parcela menos favorecida da sociedade na educação e na cultura. A implementação dessa política demonstrava a responsabilidade do Estado brasileiro na garantia do acesso à educação e à cultura de camadas excluídas na sociedade.

Dessa forma, o Golpe de 1964 foi dado para interromper um momento importante da sociedade brasileira como foi o período que intelectuais como Celso Furtado e outros integrantes da Comissão para a América Latina e o Caribe produziam conhecimento sobre a realidade brasileira e influenciavam governantes na implementação de políticas econômicas e sociais.

Para impedir a implementação dessas políticas, o governo dos generais começou a prender e perseguir qualquer brasileiro que criticasse o Golpe ocorrido e o governo imposto; rotulavam os que criticavam de “comunista”, “subversivo”, “guerrilheiro”, “terrorista” (Fraga, 2018). Enquanto acusava seus críticos de corruptos, implementou escândalos de corrupção como foram os casos Coroa-Brastel, Capemi, conforme matéria de Marcelo Freire, publicada no Uol dia 01 de abril de 2015: “Conheça dez histórias de corrupção durante a ditadura militar”. Como durante uma ditadura não existe investigação séria, tão logo iniciou o processo de Redemocratização, começou a aparecer denúncias feitas sobre como agiam empresas e agentes públicos na Ditadura implantada pelos generais, nelas o destaque para a corrupção ocorrida no período. Cabe ressaltar que parte expressiva de documentação foi destruída.

A cada Ato, os militares iam endurecendo o regime, já o Ato 1 previu a farsa da manutenção da Constituição de 1946, das constituições estaduais, mas no mesmo Ato previu a possibilidade de decretar o Estado

de Sítio, ou prorrogá-lo, pelo prazo máximo de trinta dias; além de prever que a decisão deveria ser submetida ao Congresso Nacional no prazo de quarenta e oito horas. Suspendeu por seis meses as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade. Previu a instalação de inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária que poderão ser instaurados individual ou coletivamente. Em nome da paz e da honra nacional, mas sem limitações constitucionais, deu poderes aos Comandantes-em-Chefe, que editaram o Ato Institucional nº 1, para suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais. Os comandantes que assinaram o Ato Institucional nº 1 foram: o general Arthur da Costa e Silva, o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello e o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald. Ou seja, representantes do Exército, da Aeronáutica e da Marinha, mas ao longo dos vinte e um anos ocorreu um revezamento exclusivamente de generais na Presidência da República.

No Rio Grande do Norte, o governador Aluizio Alves convidou o Embaixador dos Estados Unidos da América, Lincoln Gordon, dias antes do Golpe de 1964, para tratar de assuntos relativos ao Programa Aliança para o Progresso; e o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, para participar do Fórum de Debates Djalma Maranhão. Ou seja, acenou para os dois lados, mas logo depois apoia os militares na implantação do Golpe de 1964, sendo em seguida vítima do regime autoritário implantado.

Para quem estimulava o Golpe, como era o caso dos EUA, enviar um agente público à cidade em que o prefeito implementava políticas educacionais que contrariavam interesses americanos, foi uma importante demonstração de articulação política do governador. Não por acaso, quando ocorreu o Golpe, Natal passou a conviver com o prefeito, que resistiu ao Golpe de 1964 e transformou a prefeitura num espaço de resistência, e com o governador, Aluizio Alves, que não somente apoiou o Golpe, mas usou a legislação autoritária para abrir Inquérito Policial Militar visando investigar manifestações políticas ocorridas à época. Esse inquérito culminou com inúmeras prisões e perseguições de professores, estudantes, agentes públicos e outras lideranças.

Nesse contexto, Leonel Brizola se constituiu numa das principais lideranças da resistência ao Golpe de 1964 ao fazer críticas em cadeia nacional ao comandante de Guarnição Militar, general Antônio Carlos da Silva Muricy.

Em 1 de abril de 1964, tropas do Exército Brasileiro desfilavam em Natal e, a pedido do presidente da União Estadual dos Estudantes/RN, João Faustino Ferreira Neto, os estudantes se reuniram no Restaurante Universitário (RU). A reunião ocorreu por volta das 20h e os alunos foram surpreendidos com a invasão do Restaurante Universitário comandada pelo Major José Estevam Mosca e suas tropas do Exército Brasileiro.

O Restaurante Universitário foi criado por meio da Resolução nº 58/63-Consuni, em 10 de abril de 1964. A partir da Resolução nº 37/64, o Diretório Central dos Estudantes passou a utilizar as instalações do RU. Do período em que se instalou o Golpe até 1968, o DCE foi lentamente perdendo espaço na administração do RU, pois suas lideranças já se encontravam respondendo Inquérito Policial Militar, presas ou perseguidas.

Como podemos observar, o primeiro Ato Institucional já deixa claro as pretensões dos militares em promover a desarticulação de lideranças políticas e suas ações nos municípios e estados brasileiros. O Ato ameaçava a sociedade brasileira com a instalação de Estado de Sítio; dizia respeitar a Constituição de 1946, mas suspendeu direitos constitucionais ou legais. O AI-1 criou as condições aparentemente “legais” para investigar qualquer manifestação da sociedade civil e ainda chamou o debate político e as mobilizações sociais de crime contra o Estado, atos contra a ordem ou seu patrimônio, ordem política e social ou atos de guerra revolucionária. O AI-1 previu que os inquéritos poderiam ser instaurados individual ou coletivamente; usou a paz e a honra nacional como pretexto para instalar o autoritarismo e governar o país; previu suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos. Ou seja, já no primeiro Ato, os militares desmantelaram a estrutura do Estado e da sociedade civil, ameaçaram e criaram o ambiente de “governança” em meio ao medo instalado na população. Instalado o medo e o aparato repressivo, usurparam o direito do povo brasileiro eleger seus governantes por décadas, sendo eleito o primeiro presidente do Brasil somente em 1989.

É o caso de se perguntar: quem seriam as elites brasileiras se as Forças Armadas não tivessem participado do Golpe de 1964? Afinal, só existe Golpe de Estado com o uso da força, ou seja, com a participação dos militares, como vimos em 8 de janeiro de 2023, quando ocorreu nova tentativa de Golpe. Como seriam as Forças Armadas Brasileiras se não tivessem participado do Golpe de 1964 e decidissem governar o país com seus generais por longos vinte e um anos? Como seria a democracia brasileira se não tivesse ocorrido o Golpe de 1964, que promoveu a quebra da Ordem democrática, destituiu o presidente eleito, impediu a implementação de políticas econômicas desenvolvimentistas e das Reformas de Base, inviabilizou o combate ao analfabetismo, desestimulou a implementação de políticas culturais, impossibilitou o debate público, transformou oficiais militares em controladores de estudantes, professores, intelectuais, sindicalistas, artistas ou mesmo de instituições educacionais, empresas estatais, empresas privadas? Como seria o Brasil sem identificar entre seus compatriotas o tal do “inimigo interno”?

Essas são questões importantes para se refletir sobre o país. Afinal, somente existe golpe se houver o uso da força, essa força é atributo exclusivo do Estado e existe para proteger, e nunca para combater o cidadão. Entretanto, esse não é o histórico das Forças Armadas no Brasil, como podemos observar ao longo deste livro, como destacado na Introdução.

O Golpe de 1964 se instalou interrompendo mobilizações e culminou com prisões e perseguições da comunidade universitária, entre elas lideranças envolvidas com a Juventude Universitária Católica, a Ação Popular e os comunistas.

No Relatório da CVUFRN, constam lembranças de Mailde Pinto Galvão, que destaca o debate promovido por estudantes sobre a deposição do presidente eleito, João Goulart, a Ordem democrática e a interferência americana no país.

Sobre as manifestações realizadas pelos estudantes, o *Diário de Natal* publicou, em 2 de abril de 1964, a matéria intitulada “Ocupado o DCE pelas tropas do Exército”. Cabe ressaltar que a sede do DCE funcionava nas dependências do Restaurante Universitário, que era localizado na Avenida Deodoro da Fonseca, centro de Natal. Com a repressão dos militares, o que antes era um conflito entre administração universitária e estudantes, passou a ser assunto de Segurança Nacional; se antes era

inquérito administrativo, passou a ser criminal. Esse era o novo modo de operar da administração pública brasileira e que havia se instalado para ficar, como ficou por longos vinte e um anos. O comandante da Base Naval de Natal, Contra-almirante Mário Cavalcanti de Albuquerque, e o da Guarnição Militar de Natal, Alberto Carlos de Mendonça, lançaram nota em tom ameaçador, de acordo com o Relatório Final da CVUFRN.

Em 13 de abril de 1964, foi cassado o mandato de todos os representantes de entidades estudantis, conforme documento publicado na CVUFRN, Ofício nº 132/ASS do Comandante de Guarnição Militar de Natal, general Omar Chaves, destinado ao reitor da UFRN, Onofre Lopes, e que determinava a cassação de mandatos dos Diretórios Acadêmicos de Medicina, Odontologia, Direito, Farmácia e Engenharia da Universidade do Rio Grande do Norte e os das Faculdades de Filosofia e da Escola de Serviço Social da mesma instituição; bem como os Diretórios das Faculdades de Jornalismo e Ciências Econômicas da Fundação José Augusto. Como vimos, o alvo era a comunidade universitária, nela, os estudantes e suas entidades representativas.

A partir de então, foram nomeados interventores para assumir as entidades estudantis, inclusive o DCE, e foi determinado que haveria eleições para essas entidades, mas com submissão prévia de avaliação pelo Comando Militar de Natal.

No curso de Direito, o Diretório Acadêmico Amaro Cavalcanti, teve como interventor o estudante Carlos Borges de Medeiros, escolhido pelo Comando Militar, servidor da Secretaria Estadual de Educação, sendo afastado da diretoria o discente Sílvio Procópio. As eleições consentidas pelos militares foram realizadas em 15 de abril de 1964. O aluno Deífilo Gurgel foi convidado para ser interventor, ser o presidente, e teve seu nome indicado em eleição simbólica, chapa única e sem campanha. A ata da eleição é assinada pelo presidente e professor José Gomes da Costa, que afirmava ter a eleição atendido as determinações do Comando das Forças Armadas. Esse cenário refletia o novo momento em que as eleições estudantis passaram a ser conduzidas por professores; os nomes dos estudantes precisavam da anuência de militares; era o Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, impondo novas regras para os estudantes e para a comunidade universitária. Foi nesse ambiente que as prisões ocorreram dentro da universidade.

Em 17 de abril de 1964, o governador Aluizio Alves instalou a Comissão Especial de Inquérito, regulamentando o Ato Institucional nº 1 no RN, com participação do delegado Carlos Moura de Moraes Veras e do capitão José Domingos da Silva, que apresentou resultados das investigações ocorridas na área rural, na Rede Ferroviária Federal, nos setores sindicais, estudantil, intelectual e na Prefeitura de Natal. Responsabilizou e indiciou pessoas, entre as quais vinte e uma eram da UFRN.

Como ressalta a CVUFRN, Aluizio Alves foi o único chefe do Executivo que editou um Ato Institucional. É preciso refletir sobre a gravidade e o significado da implementação dessa medida. Foram vários os governadores que apoiaram o Golpe Civil-militar de 1964 e os governos militares, como foi o caso do governador do RN. Tão logo os militares se instalaram no governo e editaram seus Atos Institucionais, ia ficando claro seu objetivo: governar o país por longo tempo. Se antes os militares haviam realizado várias tentativas de golpe e golpes, em 1964 desejavam governar o país por longo tempo e sob a farsa de uma legalidade imposta no formato dos Atos Institucionais. Maria Laly Carneiro é uma dessas pessoas prejudicadas pelo Ato autoritário do governador Aluizio Alves (Silva, 1987, p. 159).

Segundo Motta (2014, p. 51), em 19 de abril de 1964, o ministro da educação Suplicy de Lacerda, conforme a Portaria nº 259/64, sugere às universidades instauração de inquéritos administrativos para salvaguardar o regime: instalar inquéritos administrativos e manter severa vigilância que pudessem comprometer a paz social e a reintegração da ordem jurídica democrática. Paz social e ordem jurídica democrática era tudo que não existia depois da destituição do presidente democraticamente eleito através do Golpe dado em 1964.

Na UFRN, o reitor Onofre Lopes, fundamentado no Ato Institucional do governador do RN Aluizio Alves e na Portaria do Ministério da Educação do governo dos militares, conforme Portaria nº 57, de 04 de maio de 1964, constituiu a Comissão de Inquérito na UFRN, composta pelo sargento da Aeronáutica Genário Alves Fonseca, presidente; Antônio Soares de Araújo Filho e José Nunes Cabral de Carvalho. O reitor Onofre Lopes colocou na comissão o militar da reserva e sargento da Aeronáutica Genário Alves Fonseca, que assume, posteriormente, é “agraciado” com o cargo de reitor no período de 1971 a 1975.

Em 29 de maio de 1964, foi editada a Portaria nº 65-R a fim de apurar possíveis atividades subversivas de elementos específicos, que manteve a presidência, mas incluiu o nome dos professores José Ildefonso Emerenciano e Antônio Pipolo. No mesmo Ato, o reitor Onofre Lopes solicitou do comandante da Guarnição Federal a designação de um militar para assessorar a Comissão, sendo designado para fazer esse trabalho o capitão Hugo Manso e como secretário Airton de Castro. Esses acontecimentos ganham as páginas dos jornais, como consta na *Tribuna do Norte* de 1964.

O reitor Onofre Lopes, conforme Portaria nº 70-R, de 3 de junho de 1964, acata sugestão do coronel João Dutra de Castilho, comandante da Guarnição de Natal (Ofício nº 23-SICI/DI/7m de 2 de junho de 1964) e atribui à Comissão de Inquérito plenos poderes para esclarecer atividades subversivas. A questão seria saber o que se considerava atividade subversiva: melhorias de condições do Restaurante Universitário? Luta pela residência universitária? Defender a cultura? Alfabetizar jovens e adultos? Defender a soberania nacional? Defender uma reforma universitária que ampliasse o acesso à universidade? Querer participar da vida política do país? Debater e defender a inclusão de trabalhadores do campo e da cidade na vida pública? Visitar trabalhadores rurais e sindicatos? Participar de programas de rádio? Defender a reforma agrária? Defender a Constituição do país? São perguntas que surgem quando analisamos as fichas dos estudantes e os motivos usados para justificar as prisões e perseguições, como fizeram os governos militares.

O reitor Onofre Lopes, em 06 de agosto de 1964, propôs a extinção da UNE, conforme ata do Conselho Universitário, em que consta inclusive que todos os professores foram favoráveis, até mesmo o discente Jessione de Carvalho Lima, representante do DCE. Essa votação revela o que acontece quando ocorre a prisão de lideranças dos movimentos, a desorientação, o medo, a submissão prevalecem.

A CVUFRN documenta a comunicação existente entre órgãos e demonstra que, em 24 de junho de 1964, foi instaurado Inquérito Policial Militar, conforme Portaria nº 10, do General Joaquim Justino Alves Barros, Comandante do IV Exército, 7º Regimento de Obuses – 105/ Natal/RN, visando apurar responsabilidades de membros da UFRN que

se envolveram com atos de subversão do regime político democrático, em crimes contra o Estado e seu patrimônio e ofensa ao Código Penal Militar. O encarregado pelo Inquérito Policial Militar (IPM) foi o tenente-coronel Álvaro Esteves Caldas e o escrivão foi o capitão Geraldo Parente de Albuquerque. O tenente-coronel solicitou informações de investigações que foram realizadas pelo governador do Rio Grande do Norte e pela UFRN. Na UFRN, as investigações eram conduzidas pelo presidente da Comissão Especial de Investigação, o militar Genário Alves Fonseca, indicado pelo reitor Onofre Lopes. As informações solicitadas eram dados pessoais, relações de estudantes, professores e servidores, além de testemunhas e provas pertinentes às investigações.

Outro momento que comprova a comunicação entre os órgãos públicos é quando o capitão Ênio de Albuquerque Lacerda, comandante do 16º Regimento de Infantaria, responsável pelo IPM da Guarnição Militar de Natal, solicita relação de estudantes, professores e servidores da UFRN com indícios de participação em ações investigadas, e a relação de testemunha e documentos referentes ao processo. Dessa forma, o Ofício nº 02 IPM, de 27 de junho de 1964, apresentou a lista com o nome de sete estudantes e dois professores, entre estes estavam Maria Laly Carneiro (Medicina) e a professora Margarida de Jesus Cortez (Filosofia).

O delegado Carlos Veras foi o presidente da Comissão de Inquérito Estadual, nomeado pelo governador Aluizio Alves. Entre os nomes dos que ofereceram oitivas testemunhais estava Yvanise Silva, aluna da Escola de Serviço Social, depoimento dado em 27 de julho de 1964 no Quartel RO.

Entre as ações realizadas pelos estudantes, àquela época, estava o trote, a recepção dos novos alunos era uma atividade que mobilizava a comunidade acadêmica, mas em tempos de Ditadura foi criada mais uma norma para restringir a ação dos discentes, a Resolução nº 14/66. Essa resolução passou a considerar o trote como sendo atentatório à moral e ao decoro. O trote ocupou a pauta da Igreja Católica, conforme matéria publicada no jornal da Igreja Católica, *A Ordem*, que, no dia 6 de março de 1966, publicou matéria criticando o trote dos estudantes de Medicina. Ou seja, a Igreja Católica havia apoiado o Golpe de 1964 e usava seu veículo de informação para manifestar esse apoio. Entretanto, nem por essa razão os militares deixaram de prender,

perseguir, torturar e matar lideranças da Igreja Católica. Perseguição essa que também ocorreu com o governador do estado, que havia apoiado o Golpe, como já vimos neste texto.

A participação de americanos na política brasileira era tema recorrente. Aliás, a interferência de americanos no Brasil se revela em vários momentos e em diferentes documentos, como foi o caso do Relatório Acton, elaborado pelo membro da USAID, Rudolf Acton, publicado pelo MEC em 1966. O documento apresentava diretrizes para a educação brasileira, especialmente, para o ensino superior (Silva, 1987, p. 206). O Relatório Meira Matos incorporava o acordo MEC-USAID; e o Relatório Acton, criado pelo Decreto nº 62.024, de 29 de dezembro de 1967, do general presidente Costa e Silva, visava estudar reivindicações e teses que tratassem de atividades estudantis, além de planejar e propor ações para aplicar diretrizes do governo na esfera estudantil. Fazia parte da Comissão: o general Meira Mattos, presidente, da Escola Superior de Guerra; Hélio Souza Gomes, diretor da Faculdade de Direito da UFRJ; o professor Jorge Boaventura de Souza e Silva, diretor da Divisão de Educação do MEC; Afonso Carlos Agapito da Veiga, promotor; e o coronel-aviador Waldir de Vasconcelos, da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

No Movimento Estudantil, o Decreto Aragão, Decreto-lei nº 226, de 29 de fevereiro de 1967, revogou a Lei Suplicy, determinou a extinção do DNE e criou a Confederação Nacional dos Estudantes, proibiu temas políticos, religiosos, partidários e raciais. Essas proibições nos fazem refletir sobre o que significa não falar acerca de política num país de dimensões continentais e que nunca fez a reforma agrária; tem um significativo contingente de analfabetos; foi o último país a acabar com a escravidão, mas que só recentemente tornou racismo crime inafiançável e imprescritível; criou política de inclusão e regulamentou o trabalho doméstico recentemente; possui uma alta concentração de renda; que, embora tenha leis que protegem o meio ambiente, não investe no desenvolvimento sustentável; e que possui populações indígenas e quilombolas, mas não reconhece suas terras e sua cultura. O que significaria, nesse contexto, os estudantes não discutirem política? Esses eram dilemas à época e permanecem hoje.

O Golpe se instalou, mas os estudantes continuaram protestando contra o governo dos militares. Em Natal, os alunos realizaram,

no mês de maio de 1967, protestos contra o acordo MEC/USAID e, em 2 de junho, o Diretório Central dos Estudantes e demais entidades publicaram nota de repúdio ao acordo.

1968 foi um ano de muitas manifestações realizadas por estudantes no país inteiro. Em Natal, o Inquérito do RU foi instaurado por solicitação do reitor da UFRN, professor Onofre Lopes da Silva, junto à Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Norte, General Ulisses Cavalcanti, conforme os ofícios nº 532 e 534, de 31 de agosto de 1968, segundo consta na Ação de reintegração de posse da Seção Judiciária Federal no RN (Protocolo nº 179/1968). No primeiro ofício, o reitor responsabilizou alunos pelos acontecimentos, conforme depoimento de testemunhas, servidores. Certamente, somente numa ditadura uma instituição de ensino, pesquisa e extensão universitária tem um gestor que, ao invés de debater e resolver conflitos de interesse de membros da comunidade universitária, repassava suas atribuições para outro segmento da sociedade que não tinha como função resolver conflitos administrativos de instituições educacionais.

Os documentos são reveladores da relação entre a UFRN e a repressão, motivo pelo qual, rapidamente, as prisões e as perseguições ocorreram, uma vez que na própria universidade, gestores, professores e funcionários, que eram os guardiões das informações e responsáveis pelas fichas dos alunos, eram também os mesmos que se comunicavam com o governo e seus órgãos da repressão dando as informações solicitadas por esse aparato repressivo.

No segundo documento, o reitor ofereceu novas informações e ampliou a lista de nome de alunos que, segundo servidores, também haviam participado dos acontecimentos que envolviam a ocupação do Restaurante Universitário. Entre os nomes estavam as seguintes lideranças femininas: Dicelma Maria de Medeiros (Odontologia); Justina Iva de Araújo (Serviço Social); Maria do Socorro Lopes; Maria Leda Fernandes; Nilda Maria Avelino Barbosa; Maria Aparecida Dantas; Zélia Dias de Sá; Maria Natividade Monteiro Fernandes; Maria Stela da Costa Cruz; e Gilda Nogueira Peixoto. As estudantes foram responsabilizadas e acusadas também por terem pedido gêneros alimentícios a um proprietário de mercadinho. É espantoso o motivo que levou os alunos a responder processo investigativo: pedir gênero alimentício.

Em 06 de abril de 1968, o Secretário de Segurança Pública do RN, conforme Portaria nº 210, designou o major da Polícia Militar/RN, Edmilson Fernandes Holanda, para apurar fatos denunciados pelo DOPS, especialmente, infiltração comunista visando modificar a ordem política e social do país, fabricação de coquetel molotov, além de participação em manifestação ocorrida na reitoria da UFRN no dia 30 de agosto de 1968. Diz o major que as manifestações foram acompanhadas pelo major Domilson Damásio da Silva (comandante da Rádio Patrulha), que produziu documento detalhado sobre os acontecimentos, além dos já elaborados pelo Serviço Estadual de Informações e pelo Comando da Polícia Militar. Essas documentações e relatos coletados pela CVUFRN nos fazem indagar: qual era a rotina dos militares em suas instituições antes do Golpe de 1964? Que projeto de país tinha (e têm) os militares brasileiros que excluía a participação democrática da sociedade brasileira? Que mudanças ocorreram na rotina de trabalho dos militares ao longo dos vinte e um anos dos governos dos generais? Que rotina passaram a ter após o fim dos governos militares? Essas são perguntas interessantes para compreendermos continuidades e rupturas em ações realizadas por militares brasileiros que estão presentes em todas as crises políticas do país, inclusive a ocorrida no dia 08 de janeiro de 2023.

Os documentos produzidos pelos militares elencam passeatas, comícios, greves (como a deflagrada em 02 de abril de 1968), que teve depredações da Galeria de Arte da Praça André de Albuquerque, centro de Natal, e a paralização das aulas da UFRN. Essas atividades foram realizadas em decorrência da reivindicação dos estudantes pelo direito de confeccionar e distribuir carteirinhas de estudante e também devido a protestos em decorrência da morte de Edson Luís. Os militares responsabilizam os dirigentes do DCE pela coordenação dos movimentos ocorridos em 1968, principalmente, o presidente do DCE e as lideranças dos Diretórios Acadêmicos das Faculdades de Medicina, Filosofia, Sociologia e Jornalismo; acusam estudantes de distribuir panfletos com ataques às autoridades constituídas, atentatórias ao Regime; e de possuírem um mimeógrafo clandestino no Diretório Acadêmico de Filosofia, apreendido pela Fundação José Augusto.

Observem o material subversivo: um mimeógrafo. Essa visão revela a fantasia e a truculência desses militares, bem como

a convivência harmoniosa dos gestores da universidade que, em nenhum documento coletado pela CVUFRN demonstrou indignação, discordância ou resistência às medidas tomadas pela repressão. Se para implantar o Golpe de 1964 livros de alfabetização de adultos foram queimados na Campanha De pé no chão também se aprende a ler como pretexto de que tal Campanha construiria o comunismo, em 1968, mimeógrafos foram tirados dos alunos por servirem para construir a mesma sociedade pretensamente comunista e perigosa para o país.

A rigor, nada seria mais perigoso do que a Ditadura instalada, e a sociedade brasileira foi lentamente despertando para a gravidade do que significou o Golpe de 1964. Os potiguares também foram compreendendo e revertendo os apoios manifestados no momento do Golpe, como foi o caso do governador Aluizio Alves, que havia apoiado o Golpe, ajudou nas investigações, prisões e perseguições, depois foi cassado pelos militares, e despertou para a gravidade dos acontecimentos e se juntou aos que fizeram a resistência.

Os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) instaurados pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Norte e pelo Exército Brasileiro visavam investigar o que consideravam atos de subversão na área de ensino no estado. Esses processos se comunicavam e foram transformados num único processo, passando a ser chamado Inquérito do Restaurante Universitário.

O procedimento foi instaurado para atender solicitação da Secretaria de Segurança Pública, à Delegacia de Ordem Política e Social do Rio Grande do Norte (DOPS/RN), conforme Portaria nº 210, de 6 de abril de 1968, bem como atender às solicitações do reitor Onofre Lopes da Silva, de acordo com os ofícios 532 e 534/1968, pertinentes à ocupação da sede do Restaurante Universitário e do Diretório Central dos Estudantes, ocorrida no ano de 1968. Para completar o ambiente autoritário, a Resolução nº 111/68 – Consuni proibiu a realização de trotes por considerar desrespeito às autoridades.

Em 8 de abril de 1968, o relatório foi entregue e criticava o que chamava de crise de autoridade na área educacional, se fundamentava na lista tríplice como forma de escolha para cargos de reitor e diretor, além de propor acabar com a gratuidade do ensino. Certamente acabar com a gratuidade de ensino era um dos principais pontos, uma vez que

é essa decisão que permite abrir a área de educação para o mercado. Um país como o Brasil, de dimensão continental, acabando com o ensino público e restando unicamente o ensino superior privado, abre o contingente grande de recursos a serem gerenciados para garantir lucros no mercado. De fato, esse era o motivo central do Golpe de 1964: impedir o desenvolvimentismo com responsabilidade social do Estado e promover o chamado Estado mínimo para implementar políticas para os trabalhadores e máximo para colaborar com empresariado. Talvez por essa razão tenha sido montada uma rede de informações sobre a existência de grupos políticos no Movimento Estudantil, pois seria lá de onde partiria, como partiu, a resistência aos governos dos generais.

Outra luta importante realizada pelos estudantes foi a ampliação de vagas para as universidades, que se iniciou com a luta por vaga dos excedentes. A luta dos excedentes consistiu num movimento nacional, mas, em Natal, começou como aproveitamento de alguns excedentes no ano de 1967. Em 1968, existia candidatos aprovados e que haviam atingido a nota média 4, a partir de então iniciou um movimento conhecido como Excedentes, que contou com o apoio do Diretório Central dos Estudantes.

O Movimento Estudantil na UFRN era forte e, mesmo estando com estudantes presos e perseguidos, conseguiu enviar uma delegação para participar do XXX Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes, realizado em Ibiúna, SP, no mês de outubro de 1968.

Em dezembro de 1968, com o Ato Institucional nº 5, iniciou o período mais tenebroso, que, na prática, levou estudantes para a clandestinidade e suas entidades passaram a ser dirigidas por alunos sem legitimidade do corpo discente e que assumiram as entidades por terem seus nomes aprovados pelos militares, como foi o caso de Luiz Eduardo Carneiro e Paulo Lopo Saraiva, como afirma Silva (1988). Como previsto, numa Ditadura não havia disputa política para assumir entidades estudantis, havia simpatias e afinidades entre estudantes apoiados pelos militares. Isso aconteceu nas entidades estudantis, na administração universitária e também nos partidos políticos criados e permitidos pela Ditadura Militar para aparentar uma disputa política que não existia. É sempre bom lembrar que a OAB nacional e a secção do RN apoiaram o Golpe Civil-militar de 1964, com ela, muitos professores e alunos de Direito da UFRN também apoiaram o Golpe Civil-militar e os governos

militares até reconhecer o golpe dado no Supremo Tribunal Federal e no sistema judiciário e o cerceamento dos advogados de presos políticos, sendo muitas das vítimas profissionais da justiça.

A ocupação das instalações da UFRN havia ocorrido como forma de protesto contra a Reitoria e o Conselho Universitário, que haviam proibido estudantes de se reunir para tratar de política e de emitir opiniões ideológicas. A administração da UFRN pediu aos estudantes o impossível: não falar sobre política nem ter ideologia. Toda ação humana é uma ação política, desde os gregos aos filósofos contemporâneos. A política de apoio ao governo era permitida. O problema para os militares não era não falar sobre política, mas não criticar a política que impuseram ao país: censura, repressão, concentração de renda, reformas autoritárias que não passavam pelo crivo da sociedade por não representarem as necessidades dos brasileiros, entre outros. Foram as críticas desses segmentos da sociedade que levaram às prisões, perseguições, mortes e desaparecimento de lideranças. A voz destoante da oposição incomodava os generais, desgastava o governo, dificultava a implementação de seus projetos autoritários de concentração de poder e de renda.

Inicialmente, coube à Polícia Militar/RN fazer as oitivas e as diligências, em seguida, houve a instrução e julgamento pela Auditoria da 7ª Região Militar em Recife, PE. Foram três relatórios produzidos: o do Major Edmilson Fernandes Holanda, da Polícia Militar (PM), responsável pelo IPM, em dezembro de 1968; o do Major Djacir Gomes, de 11 de fevereiro de 1969, e o do tenente-coronel Antônio Olegário dos Santos, da PM, delegado especial, em 22 de fevereiro de 1969.

Parte da documentação usada neste capítulo foi coletada pela CVUFRN junto ao Arquivo Nacional (AN), que conseguiu também documentos contendo opinião do general de brigada Hildebrando de Assis Duque Estrada, comandante do ID-7 e da Guarnição de Natal, referentes ao indiciamento e condenação dos envolvidos. A Comissão coletou também peças processuais de Mércia Albuquerque, advogada de presos políticos no Nordeste, entre os quais potiguares presos pela repressão dos presidentes generais.

O segundo inquérito, produzido pelo tenente-coronel Antônio Olegário dos Santos, destaca as funções dos líderes do DCE, descreve pichações realizadas com palavras consideradas insolentes, cita a

participação de lideranças, entre as quais Dicelma Maria Medeiros, presidente da Residência Feminina e vice-presidente do DA de Odontologia, responsabiliza os estudantes e atribui ao consumo de gêneros alimentícios ocorrido durante a ocupação do Restaurante Universitário.

O terceiro relatório, produzido pelo major Djacir Gomes, responsável pelo IPM, de 11 de fevereiro de 1969, indiciou dez estudantes, entre os quais o presidente do DCE, foi requerida a prisão preventiva desses alunos, baseado nos artigos 311 e 313 do Código de Processo Penal. Os autos foram remetidos para o comandante da Infantaria Divisória da 7ª Região Militar, general Hildebrando Duque Estrada. Esse general enquadrou os dezesseis estudantes na Lei de Segurança Nacional. O Procurador Militar, Paulo Accioly Filho, acolheu o pedido em 26 de março de 1969. Entre os que não foram denunciados está a aluna Dicelma Maria de Medeiros (Odontologia).

A advogada Mércia Albuquerque fez a defesa dos denunciados, arguiu inconsistência na Ação do Ministério Público e no mérito. Os alunos foram condenados, conforme sentença do Conselho Permanente de Justiça do Exército da 7ª Região, assinada pelo presidente, major Eros Jovino Marques; auditor Antônio Carlos de Seixas Telles; juízes capitão Everaldo Ribeiro da Costa e Francisco Antônio Pereira Dias. Os alunos foram condenados pelo Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967, que transformou em lei a doutrina de Segurança Nacional. Os estudantes defendidos pela advogada foram: Ivaldo Caetano Monteiro, Gileno Guanabara de Sousa, José Bezerra Marinho Júnior, Juliano Homem de Siqueira, alunos de Direito; Emmanuel Bezerra dos Santos e Jaime Ariston de Araújo Sobrinho, estudantes de Sociologia; Dermi Azevedo, discente de Serviço Social; e Sesildo Fernandes Câmara, estudante secundarista. Foram absolvidos por unanimidade os seguintes alunos: Francisco Orniudo Fernandes, Iaperi Soares de Araújo, José Maria Ruivo e José Gercino Saraiva, alunos de Medicina; José Rocha Filho e Nuremberg Borja de Brito, discentes de Engenharia; e Francisco Flaviano Pamplona, Jaime Fernandes de Medeiros Filho, João Bosco Araújo Teixeira e João Gualberto Cunha de Aguiar, secundaristas.

O Golpe ocorreu e os reitores da UFRN que administraram a instituição efetivamente colaboraram com os governos militares, uma vez que implementaram as medidas autoritárias impostas pela Ditadura Militar e, quando, de iniciativa dos reitores, envolveram militares nas investigações

ocorridas na universidade. O silêncio permanece na instituição, mas não apaga as prisões e perseguições ocorridas e que marcaram definitivamente a vida acadêmica e profissional das vítimas. No Relatório Final da CVUFRN, não constam documentos que demonstrem a tentativa de resistir ou a resistência no descumprimento das ilegítimas determinações da Ditadura Militar, seja através de renúncia ao cargo, seja na desaprovção pública das medidas, seja através de articulações visando dificultar a implementação dos desmandos dos generais.

Essa demonstração de subserviência dos reitores à repressão revela a feição da administração universitária que se instalou a partir do Golpe de 1964. Tudo isso mostrava que a comunidade universitária, a partir do Golpe, não contava ou não poderia mais contar com seus administradores, pelo contrário, foram eles que pediram nomes de militares para presidir e para acompanhar o inquérito, reforçando o controle militar na universidade; foram eles que viabilizaram a comunicação entre a universidade e os órgãos da repressão, ao enviar nomes dos membros da comunidade universitária, entre eles os estudantes. Foi assim que o capitão Hugo Manso, a pedido do próprio reitor Onofre Lopes, foi indicado pelos militares para inquirir no processo de monitoramento das investigações ocorridas na UFRN. Essa postura antecipa um modo de operar que passou posteriormente a funcionar de forma sofisticada com a criação da Assessoria de Segurança e Informação na década de 1970.

Ao longo dos governos dos presidentes gerais, foram várias as estudantes presas, o Relatório da CVUFRN lista as prisões ocorridas no período de 1964 a 1986, entre as quais destacam-se: Berenice de Medeiros Freitas (Faculdade de Direito/UFRN), indiciada por ser considerada comunista, por ter atuação em meio sindical, por ser da “esquerda”, da União Nacional dos Estudantes, por pertencer ao Partido Comunista do Brasil, por ter ligações com Djalma Maranhão e Vulpiano Cavalcanti, por ter se reunido com Leonel Brizola, por defender a reforma agrária e Cuba, por convidar colegas para irem visitar Ligas Camponesas; e Tereza de Brito Braga (Faculdade de Direito/UFRN). Essas duas estudantes saíram em fuga e se refugiaram em Campina Grande, Fortaleza e Rio de Janeiro, ambas foram indiciadas pelo Relatório Veras, acusadas de participar de reunião na casa

de Vulpiano Cavalcanti e Luiz Ignácio Maranhão Filho; e Maria Laly Carneiro (Faculdade de Medicina/UFRN).

Entre as vítimas de tortura/tratamento degradante, o Relatório da CVUFRN identifica: Berenice de Medeiros Freitas (Faculdade de Direito/UFRN); Laura Freire de Melo (Faculdade de Direito/UFRN), que foi convocada para se apresentar no 16 RI por suspeita de ligação com o Partido Comunista Brasileiro, sendo liberada em seguida; e Maria Laly Carneiro (Faculdade de Medicina/UFRN).

Dentre as vítimas de perseguição oficial não presas, estavam Dicelma Maria de Medeiros (Faculdade de Odontologia/UFRN), natural de Natal, ex-presidente da Residência Universitária Feminina da UFRN, em 1968, Supervisora do CRUTAC e vice-presidente do Diretório Acadêmico Solon Galvão, participou da ocupação do Restaurante Universitário em 1968, foi perseguida e indiciada em Inquérito Policial Militar, mas não foi denunciada pelo Procurador Militar no processo judicial da 7ª Região Militar; Laura Freire de Melo (Faculdade de Direito/UFRN); Lídia Dantas (Faculdade de Direito/UFRN), que foi convocada para se apresentar no 16 RI por envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário; e Luiza Maria Nóbrega (Faculdade de Sociologia e Política/UFRN).

Entre as professoras compelidas a requerer exoneração, estavam Maria Julieta Costa Calazans (Escola de Serviço Social da UFRN), que foi reintegrada ao Departamento de Serviço Social da UFRN – CCSA); e Vanilda Pereira Paiva (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal, Faculdade de Educação da UFRN e psicotécnica do Serviço de Psicologia Aplicada – SEPA/UFRN), foi integrada ao SEPA e ao Departamento de Educação da UFRN. Algumas dessas lideranças sofreram restrições durante a contratação, como foi o caso de Denise Filippes Oliveira Afonso, do Departamento de Letras da Faculdade de Educação da UFRN.

Foi esse o contexto em que se iniciaram várias investigações de lutas organizadas por estudantes na universidade e foram essas as lideranças atingidas pela repressão. As investigações foram feitas pelo Exército Brasileiro, pelo governador do estado e pela UFRN. Essas diferentes instâncias investigativas se comunicavam, como mostra o Relatório da CVUFRN quando afirma que o tenente-coronel Esteves Caldas requisitou informações do governo do estado e da UFRN sobre acontecimentos ocorridos à época.

Itamar de Souza, Diretor da Faculdade de Sociologia, atendendo solicitação dos órgãos de repressão, entregou dados de alunos, conforme o Ofício nº 43-GD, que atendeu solicitação do Ofício nº 8/S4, de 16 de abril de 1969. Respondendo ao Ofício nº 61 GD, de 15 de maio de 1970, o diretor enviou informações solicitadas pelo tenente-coronel José Estevam Mosca, Chefe da 24ª Circunscrição do Serviço Militar, segundo o Ofício nº 02 RP. A entrega dos dados dos alunos contribuía para oferecer informações aos inquéritos respondidos pelos estudantes. Aos gestores da universidade restava renunciar ao cargo e saber da possibilidade de serem incluídos nas listas dos presos e perseguidos ou entregar as informações e permanecerem em seus cargos e atender às determinações do governo dos militares oferecendo informações que, em posse da repressão, serviriam para a perseguição aos membros da comunidade universitária. Permanecer no cargo, nesse contexto, era uma escolha, entregar informações era consequência. É revelador o fato de o reitor pós-Ato Institucional nº 5 ser um militar com histórico de participação efetiva nas investigações contra a comunidade universitária e nas relações com os militares: Genário Fonseca, que, além de assumir o cargo de reitor, homenageou vários militares com títulos e honrarias, como veremos adiante.

Em 1971, o MEC cria a Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), sob coordenação do Serviço Nacional de Informações (SNI), visando proibir e controlar manifestações realizadas ou organizadas pela comunidade universitária e que fossem contrárias aos governos dos generais. A política de controle dessas universidades adquire novo patamar com a criação dessa rede de informações da qual faziam parte pessoas da própria instituição ou militares, mas, todos eles, aprovados pelos órgãos de segurança. Na UFRN, a ASI foi criada pelo reitor Onofre Lopes, ainda em 1971, reitor esse que administrou a universidade antes do Golpe, durante o período de instalação do Golpe e permaneceu no cargo mesmo após o Ato Institucional nº 5. Ou seja, a crise se agudizava e o reitor permanecia sendo de confiança dos militares.

Mesmo antes de a ASI funcionar na UFRN, a instituição já tinha permitido, em 18 de novembro de 1966, matricular, sem concurso de habilitação na Escola de Engenharia, candidatos oriundos da Academia

Militar das Agulhas Negras, caso existissem vagas disponíveis não preenchidas. Certamente, essa medida pensada isoladamente num projeto de parceria de pesquisa interinstitucional não seria absurda, mas num contexto em que o Estado brasileiro foi militarizado e que os membros da comunidade universitária vinham sendo presos e perseguidos e o objetivo da parceria não tinha fins acadêmicos, confirma a política de monitoramento que posteriormente vai se institucionalizar não apenas com o acesso desses militares por meio de vagas não preenchidas, mas pela criação de uma rede complexa de informações que passou a fichar e monitorar lideranças. Tratarei de alguns personagens que cumpriram papel destacado na ASI, um deles foi Ivan Benigno.

Mesmo decorrido o tempo, as informações continuavam sendo solicitadas e respondidas pelos órgãos de informação, como fez Jurandy Navarro da Costa, através do Ofício nº AESI-UFRN 011/77, de 17 de fevereiro de 1977, ao comunicar que a professora Maria Iracema Lucas tinha sido ouvida pela Comissão de Inquérito Estadual.

Havia comunicação entre as instituições, ou seja, entre a Divisão de Segurança e Informações do MEC, o Serviço Nacional de Informações, o Quartel General da 7ª Brigada, o CATRE, o 3º Distrito Naval, o Departamento de Polícia Federal e a ASI/COSERN/ ETFRN/CHESF.

A CVUFRN conseguiu recompor essa comunicação entre instituições e levantou documentos que envolvem a UFRN, conforme demonstra a solicitação feita por Zacheu Luiz Santos, ASI/UFRN, militar e professor de Química, e respondida pelo Diretor da Faculdade de Direito no Ofício nº 10/72, prestando informações sobre as discentes Nadjia Maria de Alencar Fernandes e Luiza de Souza e Silva acerca de uma bolsa pleiteada para realizar um curso no exterior. Outra comunicação ocorreu por meio do Ofício nº 317/72, contendo informações sobre Maria do Socorro Queiroz do Amaral, Iracema Figueiredo do Nascimento Campos e Delma Pessoa Simonetti.

As mensagens eram registradas por meio de informativos, como foi o caso do Informativo nº 031/78 ASI UFRN, de 21 de junho de 1978, que tratou do Centro da Mulher Natalense e do Movimento Estudantil. Além das informações, seguiam junto ao Informativo cópias de panfletos; dados sobre as estudantes Rossana Mary Sudário, Virna Soraya Damasceno e Rose Aimée Araújo Barros. Descreviam viagens

feitas pela aluna Rossana Sudário a Curitiba, PR, visando participar de um evento da sua área, o Congresso da Ordem dos Advogados do Brasil, cujo tema debatido foi “Estado de Direito”. O documento registrou visitas às entidades estudantis no sul do país feitas pela aluna.

O que a repressão considera ato terrorista, comunista, não conseguia ser interpretado pelos militares como sendo a possibilidade de tratar-se da participação da discente num evento de sua área de conhecimento; do aprimoramento da vida acadêmica da aluna; da busca de novos conhecimentos; de partilhar com colegas de futura profissão conhecimentos profissionais; conhecer outras regiões do país; estudar e compreender o significado do que seria o Estado de Direito num país sob Ditadura Militar. Obviamente, na Ditadura Militar, os eventos acadêmicos restaram como espaço de resistência, foi assim que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), as associações criadas nas áreas de conhecimento, as entidades estudantis, as associações de classe e os encontros nacionais de cursos cumpriram papel destacado na mobilização e articulação da resistência aos governos militares.

O Informativo nº 034/78 ASI UFRN, de 31 de julho de 1978, faz críticas às viagens realizadas por discentes, relaciona estudantes à subversão e menciona a viagem feita pela aluna Rossana Sudário ao Congresso da OAB. A estudante fez viagens para participar de eventos da entidade representativa de sua formação; tratou de tema pertinente à sua área de conhecimento, mas para os militares que monitoravam sua vida e a da comunidade acadêmica, tratava-se de “subversão”.

Se os recursos aplicados pelos generais em investigações, prisões, perseguições e monitoramento da sociedade brasileira tivessem sido investidos em ensino, pesquisa e extensão, talvez a qualidade dos cursos fosse melhor no final dos anos da Ditadura Militar, que entregou as universidades sucateadas e o país com elevada dívida externa e inflação, além da alta concentração de renda e da violência desenfreada.

O Informativo nº 008/79 ASI UFRN, de 12 de março de 1979, anexava panfletos criados pelo Centro da Mulher Natalense, distribuídos pelas alunas em sala de aula. O Informativo destacava Rossana Sudário como organizadora de ações pertinentes às comemorações relativas ao Dia Internacional da Mulher; descrevia o percurso feito pela aluna, que

participou de aulas e do cinema, distribuindo panfletos e que tinha ligação com Juliano Homem de Siqueira (destacada liderança universitária, preso político e perseguido pela Ditadura Militar, ou seja, também vítima dessa mesma ideologia do inimigo interno), além de divulgar a Chapa União e Trabalho no Centro de Ciências Sociais Aplicadas.

É inacreditável ter de registrar o tipo de atividade realizada por agentes públicos durante a Ditadura Militar: anotar o que faz uma estudante universitária. Nessas anotações, encontrar o óbvio: estudantes assistindo aula, estudantes indo ver filmes, estudantes indo para congressos do curso, estudantes distribuindo panfletos de atividades por eles organizados, estudantes divulgando chapas concorrentes para a diretoria de suas entidades, estudantes mulheres querendo criar uma entidade para discutir temas relacionados à sua condição feminina, estudantes mulheres participarem do dia Internacional da Mulher, estudantes manterem contato com outros estudantes etc. Claro que esse monitoramento faz parte da tentativa de controle da repressão, mas ao mesmo tempo revela a dificuldade de manter uma sociedade sob vigilância permanente, o que mostrou que nem mesmo uma ditadura consegue definitivamente.

Tudo isso parece inacreditável, mas cabe ao historiador e aos profissionais da ciência recompor os acontecimentos ocorridos no país. Assim, deixa de ser inacreditável e passa a ser crível quando se trata de monitoramento para construir o perfil de alunas; quando esse perfil está ligado a ideias oposicionistas ao governo dos generais; quando se trata de organizar e mobilizar pessoas para debater temas que confrontam ideias dos generais; e quando se cria espaços de sociabilidade, de produção de conhecimento, cujos temas confrontam o governo dos generais de plantão. Feitas essas observações, o monitoramento assume outra feição, a feição do Estado opressor.

No Informativo nº 037/80, o Departamento de Polícia Federal comunica uma reunião organizada pelo Centro da Mulher Natalense, realizada no Auditório da Faculdade de Farmácia da UFRN, que ocorreu no dia 22 de maio de 1980, cuja pauta debateu o aborto, tema tão caro para uma mulher. O aborto, tema sempre presente na vida da mulher, pode assumir dimensão religiosa, criminal ou de saúde pública. As interfaces entre essas dimensões sempre estão presentes quando o assunto é pautado. Nesse

caso, trata-se de uma aluna do Curso de Direito, na condição de estudante que exercia militância feminista, uma vez que se inseriu e mobilizou pessoas para debater o tema entre outras jovens e que o produto desse debate promoveria interpretações possíveis na sua formação acadêmica, além de dialogar com outras alunas de áreas diferentes de interesse, como a área da saúde e seus cursos como Medicina, Enfermagem etc.; Serviço Social, Ciências Sociais, Psicologia e outros.

Foram iniciativas como essa da aluna Rosana Mary Sudário que fizeram e fazem surgir, após intenso debate realizado por profissionais de diferentes áreas, leis que regulamentam e aperfeiçoam direitos como o combate à violência doméstica, os direitos trabalhistas das empregadas domésticas, as conquistas do direito à maternidade, direitos da criança e do adolescente, direitos do idoso, direitos da pessoa com deficiência, entre outros temas que ocuparam pautas de encontros de estudantes e que hoje são direitos conquistados; inclusive a criação da Comissão da Verdade da UFRN foi uma reivindicação dos estudantes de Direito que culminou com a instalação da CVUFRN e com a publicação do Relatório Final da CVUFRN, fonte de pesquisa deste capítulo.

Em 1981, os estudantes da UFRN fizeram uma greve contra o reajuste dos preços do Restaurante Universitário, em defesa do conserto das máquinas e de melhores condições de higiene e de trabalho dos funcionários, além de pleitearem o funcionamento do restaurante durante as férias. Como podemos observar, o Restaurante Universitário cumpre papel destacado na comunidade universitária, especialmente para estudantes que vinham do interior e que moravam nas residências universitárias e aqueles que se deslocavam de lugares distantes para passar o dia na universidade.

Em 17 de setembro de 1981, dois anos após a Anistia, o Diretório Central dos Estudantes realizou uma assembleia e os discursos proferidos criticavam a permanência da Assessoria de Segurança e Informação, pleiteavam eleições diretas e a transferência da sede do Diretório Central dos Estudantes, que funcionava num porão da Praça Cívica do Campus e pleiteava ir para o Setor de Aulas I. Os estudantes conquistaram eleições para Coordenador de Curso, Chefe de Departamento e, em seguida, elegeram Diretores de Centro, e finalmente, o próprio Reitor.

Com a Redemocratização, os reitores são eleitos em listas tríplexes por meio de consulta à comunidade universitária, os Órgãos Colegiados Superiores respeitam o resultado da consulta e os presidentes eleitos respeitam as decisões das universidades, exceto o governo militarizado do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), que governou o país com a presença maciça de militares nos ministérios, entre os quais os Ministérios da Educação e Saúde, extinguiu o Ministério da Cultura, além de ser acusado de ameaçar o STF, conquistar o Congresso Nacional com emendas parlamentares realizadas através de orçamento secreto, instigar uma campanha de desmoralização das instituições públicas, promover política de espionagem com adversários políticos e tentar impor um autogolpe ao estimular a sociedade a pedir uma intervenção militar que culminou com a depredação da sede dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. Tudo isso vastamente registrado na imprensa.

O Informativo nº 12/82 ASI UFRN, de 10 de agosto de 1982, traz informações sobre o Simpósio Brasileiro de Administração da Educação, o documento foi enviado à Divisão de Segurança e Informação do MEC e destaca as professoras Neide Varela Santiago, Marlíria Nóbrega e Denise de Filippes Oliveira Afonso, conforme o Relatório da CVUFRN. Consta nesse documento ter sido produzido por agentes, como se dizia à época, agente infiltrado, que provavelmente esteve presente no evento.

Em 1982, ocorreram eleições para governadores e a oposição, o Movimento Democrático Brasileiro, ganhou em praticamente todos os estados, mudando a correlação de forças no país. No Rio Grande do Norte, José Agripino Maia, apoiador do governo dos militares, foi eleito governador.

Em 28 setembro de 1983, foi realizada uma assembleia de estudantes na Faculdade de Farmácia e os alunos foram impedidos pelo Pelotão da Polícia Militar de sair em grupos de três, sob pena de serem presos, repressão imposta pelo governador José Agripino Maia, eleito, mais um dos apoiadores da Ditadura Militar. Nesse período, o Presidente da República era João Baptista Figueredo, o último dos generais a governar o país. Os estudantes conseguiram realizar a manifestação em frente à Praça Sete de Setembro, também conhecida

como Praça dos Três Poderes, no centro de Natal, e enfrentaram um aparato repressivo, mas conseguiram passar sua mensagem.

O Boletim Informativo Confidencial de 13 de julho de 1982 traz perfis dos participantes do Fórum de Debate do Centro Acadêmico de Direito. Também nessa perspectiva de ação, o Informativo Confidencial nº 030/83, de 22 de junho de 1983, contém informações sobre chapas concorrentes e perfis de candidatos que participaram de eleições de entidades representativas de parcela da comunidade universitária.

Essas informações de que a comunidade universitária era monitorada circulavam e, mesmo sem documentação que comprovasse isso, havia um sentimento entre os membros da comunidade de serem monitorados. Esse assunto ocupava as páginas da imprensa local, como foi o caso da *Tribuna do Norte*, que publicou matéria denunciando a existência da Assessoria de Segurança e Informação na UFRN; na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte; na Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Norte; na Secretaria Municipal de Educação e na Delegacia do Ministério de Educação, tudo isso, em descompasso com o resto do Brasil, que vinha extinguindo as ASIs.

Em 1984, os estudantes ocuparam a Reitoria da UFRN, criticando as políticas implementadas pelo MEC, como foi o caso da Portaria nº 62/84 MEC, que retirou subsídios transferidos da União às universidades, comprometendo o funcionamento do Restaurante Universitário. Essa medida fez com que as universidades fossem responsáveis pelas despesas do RU. A Polícia Federal instaurou Inquérito Policial para apurar responsabilidades e envolvimento de alunos, entre os quais foi indiciada a estudante de Nutrição Soraya Godeiro Massud (Maia, 2009).

Universitárias investigadas e monitoradas: a Assessoria de Segurança e Informação na UFRN

O monitoramento das lideranças, que teve início a partir dos anos 1970, ocorreu em várias instituições, neste capítulo tratamos do monitoramento feito na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde foram instaladas a Assessoria de Segurança e Informação para monitorar a comunidade acadêmica e sua resistência aos governos militares.

A CVUFRN (2015, p. 99-100) fez um levantamento dos chefes da ASI/UFRN: Carlos Augusto Caldas da Silva (1971, gestão Onofre Lopes); o militar da reserva e professor Zacheu Luiz Santos (1971 a 1975, gestão do militar Genário Fonseca); Jurandy Navarro da Costa (1975 a 1977, gestão Domingos Gomes de Lima); Adriel Lopes Cardoso (1977-1986, gestão Domingos Gomes de Lima, Diógenes da Cunha Lima e Genivaldo Barros); e José Renato Leite (1986-1990, foi escolhido pelo reitor Genivaldo Barros). Os servidores lotados na ASI/UFRN foram: Ivan Benigno, Izolda Cavalcante Denis, Aracy Homem de Siqueira Freitas Vilela Cid e Leonel Ribeiro Sobrinho.

O Relatório Final da CVUFRN apresentou a relação das testemunhas no Inquérito da UFRN: Onofre Lopes da Silva (Reitor); Hélio Mamede de Freitas Galvão (Presidente da FJA); Francisco das Chagas Pereira (Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal); Antonio Pipolo (Diretor da Faculdade de Odontologia da UFRN); Otto de Brito Guerra (Diretor da Faculdade de Direito da UFRN); José Henriques Bittencourt (Diretor da Faculdade de Engenharia da UFRN); José Wilson Mendes Melo (Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais de Natal); Otomar Lopes Cardoso (Diretor em exercício da Escola de Serviço Social, agregada à UFRN); Genário Alves Fonseca (Militar da reserva e Diretor da Faculdade de Farmácia da UFRN); Joaquim Luz Cunha (Vice-diretor em exercício da Faculdade de Medicina da UFRN); Aldo Fernandes Raposo de Melo (Vice-Reitor e professor da Faculdade de Direito UFRN); Onofre Lopes Júnior (Assistente de Ensino da Faculdade de Medicina da UFRN); Hilton Tavares Galvão; José Arno Galvão (Estudante da Faculdade de Direito da UFRN); Diógenes da Cunha Lima (Professor do Departamento de Prática Jurídica da UFRN); José Nunes Cabral de Carvalho (Diretor do Instituto de Antropologia da UFRN); Juvêncio Tacino Neto (Professor da Faculdade de Farmácia da UFRN); Daladier Pessoa Cunha Lima (aluno do Curso de Medicina da UFRN); Verdi Dantas Nóbrega; Jessione de Carvalho e Lima e Lenine Campos da Silva (alunos da Faculdade de Medicina da UFRN); Aloísio Rodrigues; Heriberto Escolástico Bezerra; José Ivaldo Borges (aluno da Escola de Engenharia da UFRN); Romeu Aranha Soares (Secretário da Escola de Engenharia da UFRN); Fernando Luiz Gonçalves Bezerra (aluno da Escola de Engenharia da UFRN); Yvanise Silva (aluna da Escola de Serviço Social da UFRN); Hemetério Fernandes Gurgel (ex-aluno

da Faculdade de Direito da UFRN); Cleone Noronha (Diretor do Hospital Miguel Couto da Faculdade de Medicina da UFRN); João Faustino Ferreira Neto (aluno da Faculdade de Filosofia); Francisco Canindé Queiroz e Silva (aluno da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais de Natal); José Fernandes Machado (aluno da Faculdade de Direito da UFRN); e Paulo Frassinete de Oliveira (aluno da Faculdade de Direito da UFRN).

Foi nesse contexto que a Prefeitura de Natal, em decorrência da resistência comandada pelo Prefeito Djalma Maranhão, foi palco da repressão e prisão de estudantes, professores, agentes públicos; a Assembleia Legislativa do RN se curvou à repressão e cassou mandatos de deputados, como foi o caso de Floriano Bezerra de Araújo e do suplente Luiz Ignácio Maranhão Filho; o governador Aluizio Alves, conforme a CVUFRN (2015), foi o único governador que fez uso da legislação golpista e instalou de pronto investigação para punir movimentos de resistência por meio do inquérito conhecido como Relatório Veras; e a UFRN instalou investigação para apurar movimentos organizados por estudantes.

Esse era o cenário em que a sociedade potiguar, especialmente a comunidade acadêmica, se encontrava, ou seja, sufocada diante das convocações para prestar depoimentos, dos indiciamentos, prisões e perseguições de lideranças que se constituíram alvo de um governo que elegeu a comunidade acadêmica como foco para impor a repressão. Essa política repressiva elegeu seus opositores brasileiros, os quais passaram a ser considerados “inimigo interno”. Com essa visão e com a previsível incapacidade de fazer política e governar, os generais levaram o país a uma profunda crise econômica, política e social, além de terem interrompido e atrasado o processo de desenvolvimento em curso à época. Os generais deixaram como legado a elevadíssima inflação e a dívida externa, o aprofundamento da concentração de renda, a violência no campo e na cidade, entre outros.

O resultado do governo dos generais era previsível, pois, governar a sociedade civil não é atribuição de militares, o país não é um quartel onde a disciplina e a hierarquia são atributos importantes. Governar o país requer conviver com conflitos, respeitar diferentes, valorizar o outro como parte de uma só nação; governar com essa visão era e é impossível num país comandado por militares, especialmente, pela tradição autoritária dos militares brasileiros.

A formação do povo brasileiro já incorpora diferenças culturais desde a origem do Estado brasileiro, povo esse que foi duramente desrespeitado durante o governo dos generais, como aconteceu com as populações indígenas e quilombolas, suas terras e suas culturas. A política pressupõe o conflito de ideias; se realiza com os cidadãos sendo iguais não somente perante as leis, mas na eficácia dessas leis; as constituições são síntese de consensos construídos no confronto de visões de mundo em que todos podem e devem participar, de forma que, os que falam em nome de algo ou alguém devem ter claro que sua autoridade é limitada pela legitimidade da sua representação.

Carlos Gomes (CVUFRN, 2015) afirma que, em 1970 foram criadas as Assessoria de Segurança e Informação nas universidades brasileiras, e, na UFRN, a ASI foi criada na gestão do primeiro reitor, Onofre Lopes (1959-1971). Genário Alves Fonseca foi reitor de 1971 a 1975, professor da Faculdade de Farmácia e militar da reserva da Aeronáutica, colocou na ASI/UFRN o professor e militar da reserva do Exército Brasileiro Zacheu Luiz Santos, do curso de Química, que criou uma rede de apoiadores composta por professores e técnicos, entre eles Ivan Benigno, para investigar e monitorar membros da instituição visando emitir informações, pareceres e recomendações para não contratar ou não renovar contratos de professores ou afastar estudantes, professores ou técnicos. O reitor Domingos Gomes de Lima (1975-1979) designou como chefe da ASI o professor Jurandy Navarro da Costa, que foi substituído por Adriel Lopes Cardoso.

Adriel Lopes Cardoso foi mantido na ASI durante a gestão do reitor Diógenes da Cunha Lima (1979-1983). A ASI permaneceu na universidade mesmo quando já havia na instituição eleições para Chefia de Departamento, Coordenação de Curso, Direção de Centro e movimentos em defesa de eleições para reitor. Era um contrassenso, o processo de democratização avançava, mas o reitor Diógenes da Cunha Lima manteve a ASI funcionando.

A ASI somente foi retirada da instituição com o término dos governos dos generais, na gestão do reitor Genivaldo Barros (1983-1987), mesmo assim, saindo da UFRN e indo para a Delegacia do Ministério da Educação e Cultura, sob a chefia do coronel José Renato Leite.

Com a instalação das Assessorias de Segurança e Informação, a partir dos anos 1970, 259 lideranças da UFRN com atuação política e acadêmica

foram mapeadas pelos órgãos de repressão da Ditadura Militar, entre elas a longa lista de lideranças das quais destaco as lideranças femininas: Abigail Moura Rodrigues, professora do Departamento de Enfermagem/CCS/UFRN; Adélia Alice de Medeiros, professora do Departamento de Educação/CCSA/UFRN; Akemi Iwata Monteiro, Departamento de Enfermagem CCS/UFRN; Andrea Laje Guaraciba, professora do Departamento de Comunicação Social CCHLA/UFRN; Angela Lúcia de Araújo Ferreira, professora do Departamento de Arquitetura CT/UFRN; Avany Policarpo, professora da Faculdade de Sociologia/FJA; Berenice Medeiros de Freitas, aluna de Direito; Brasília Carlos Ferreira, professora do Departamento de Estudos Sociais/CCHLA/UFRN; Carmem Simone Grilo Diniz, aluna de Medicina/CCS/UFRN; Carmem Lúcia de Araújo Calado, professora do Departamento de Patologia/CCS/UFRN; Célia Maria de Oliveira Holtz, professora visitante do Departamento de Comunicação Social/CCHLA/UFRN; Constância Lima Duarte, professora visitante do Departamento de Letras/CCHLA/UFRN; Dalcy da Silva Cruz, professora do Departamento de Estudos Sociais/CCHLA/UFRN; Denise de Filippes Oliveira Afonso, professora do Departamento de Educação/CCSA/UFRN; Denise Monteiro Takeya, professora do Departamento de História/CCHLA/UFRN; Dulce Leda Montenegro, agente administrativo; Edna Maria da Silva, professora da UFRN; Edileusa Gonçalves de Araújo Vasconcelos Leite, professora do Centro de Ensino Superior do Seridó/UFRN; Evane Lopes Tavares, economista; Francisca Nazaré Liberalino, professora do Departamento de Enfermagem/CCS/UFRN; Francisca Valda Silva de Oliveira, professora colaboradora do Departamento de Enfermagem CCS/UFRN; Gizelda Gomes Sales, professora do Departamento de Educação/CCSA/UFRN; Gorete Ribeiro de Macedo, aluna de Engenharia/CT/UFRN; Halina Jadwiga Helinska Araújo, agente administrativo/UFRN; Ibiraci Maria Fernandes Rocha, professora colaboradora; Ilza Araújo Leão de Andrade, professora do Departamento de Estudos Sociais/CCHLA/UFRN; Irene Bertazini Moreira dos Santos Kabengele, professora colaboradora do CCHLA/UFRN; Isa Maria Hetzel de Macedo, professora do Departamento de Patologia/CCS/UFRN; Jandira Araújo Teixeira, professora do Departamento de Educação/CCSA/UFRN; Jozana do Rosário de Moura Caetano, professora do Departamento de Medicina Clínica/CCS/UFRN; Justina Iva de Araújo Silva, professora do Departamento de Serviço Social/CCSA/UFRN; Lea Tavares de Mello Arce Aguila, professora do Departamento de Enfermagem/

CCS/UFRN; Lourdes Bezerra Varella, professora do Departamento de Estudos Sociais/CCHLA/UFRN; Luzinete Pessoa Leite Holiday, professora colaboradora da UFRN; Maria Aparecida de Queiroz, professora do Departamento de Educação/CCSA/UFRN; Maria Auxiliadora Olímpio Guedes, aluna de Jornalismo, CCHLA/UFRN; Maria Bernadete Fernandes de Oliveira, professora do Departamento de Letras/CCHLA/UFRN; Maria Carmozi de Souza Gomes, professora do Departamento de Educação/CCSA/UFRN; Maria Célia Alves Correia, professora do Departamento de Serviço Social/CCSA/UFRN; Maria Célia de Gouveia, Departamento de Estudos Sociais; Maria Cristiano Dal Plan Nóbrega, professora do Departamento de Física Teórica e Experimental/CCE/UFRN; Maria da Conceição de Almeida Moura, professora colaboradora do Departamento de Estudos Sociais/CCHLA/UFRN; Maria da Conceição Cruz Spinelli, professora do Departamento de Educação/CCSA/UFRN; Maria das Graças Loiola Gomes, professora do Departamento de Serviço Social/CCSA/UFRN; Maria da Guia Dantas de Oliveira, aluna de Geografia; Maria da Paz Silva, professora do Departamento de Serviço Social/CSA/UFRN; Maria das Graças de Paiva Nicoete, professora da Maternidade Escola Escola Januário Cicco; Maria das Graças Lucena de Medeiros, professora do NAC – Campus Caicó; Maria de Fátima Campos Cirne, professora do Departamento de Fisiologia/CB/UFRN; Maria de Fátima Coelho Pereira, Técnica de Assuntos Culturais; Maria de Lourdes Rodrigues, professora do Departamento de Geografia/CCHLA; Maria de Lourdes Miranda, professora do Departamento de Serviço Social/CCSA; Maria do Carmo Correia Lima, professora do CRUTAC/Santo Antônio; Maria do Socorro Freire, Professora da UFRN; Maria Emília Yamamoto, professora colaboradora do Departamento de Estudos Sociais/CCHLA; Maria Gorete de Lucena, aluna de Arquitetura; Maria Iracema Lucas, professora da UFRN; Maria Pepita de Vasconcelos Andrade, professora do Departamento de Serviço Social; Maria Ruth Sousa Dantas de Araújo, SEPA/CCHLA; Maria Salete Bezerra da Costa, professora do Departamento de Enfermagem/CCS; Maria Salonilde Ferreira, professora do Departamento de Educação CCSA/UFRN; Marlíria Ferreira de Melo Nóbrega, professora do Departamento de Educação/CCSA; Marlúcia de Paiva Oliveira, professora do Departamento de Educação/CCSA; Maurinete Correia Ferreira; Nadja Maria Nobre de Farias, professora do Departamento de Engenharia/CT; Neide Varella Santiago, professora do Departamento de Educação/CCSA;

Odete Roseli Garcia Maranhão, professora da Faculdade de Odontologia/CCS; Renira de Mota Lucena, professora do Departamento de Estudos Sociais/CCHLA; Rose Aimée Araújo Barros; Rosana Mary Sudário, aluna de Direito; Sheila Sant-Clair da Silva Teodósio, professora do Departamento de Enfermagem/CCS; Soraya Godeiro Massud, aluna do curso de Nutrição/CCS/UFRN; Tânia Câmara Araújo de Carvalho, professora do Departamento de Educação/CCSA; Terezinha de Queiroz Aranha, professora do Departamento de Serviço Social/CCSA; Vera Lúcia Amaral de Medeiros Rocha, professora colaboradora do Departamento de Medicina Clínica/CCSA; Vera Maria de Matos Ferreira Leão de Alencar, professora visitante do Departamento de Letras/CCHLA; Virna Soraya Damasceno; Wani Fernandes Ferreira Teixeira, professora, Museu Câmara Cascudo; Zeneide Pereira Alves, professora do Departamento de Estudos Sociais/CCHLA.

Em 1989 ocorreu a primeira eleição para Presidente da República, sendo eleito Fernando Collor de Mello, que extinguiu a ASI. Como podemos observar neste artigo, enquanto parcela da sociedade brasileira e potiguar, como a Prefeitura de Natal, na gestão Djalma Maranhão, buscava na valorização do trabalhador, na educação e na cultura, promover o desenvolvimento do país, outra parcela de agentes públicos, paga com recursos públicos, expressa por parte das elites e pelos militares das Forças Armadas do Brasil, impôs um Golpe de Estado no país e se dedicou a bisbilhotar a vida de sindicalistas, estudantes, professores, artistas, desportistas, jornalistas, advogados, pesquisadores, intelectuais e qualquer um que questionasse os desmandos do governo dos generais. Tudo isso para concentrar poderes, censurar, monitorar, prender, perseguir, torturar, promover mortes e desaparecimento de pessoas, atribuições bem distantes dos objetivos constitucionais tão nobres, indispensáveis às Forças Armadas do Brasil.

Cabe ressaltar que mesmo a UFRN elegendo seus reitores após a Redemocratização, Daladier da Cunha Lima (1987-1991); Geraldo Queiroz (1991-1995); José Ivonildo do Rego (1995-1999, 2003-2007, 2007-2011); Ótom Anselmo de Oliveira (1999-2003); Ângela Maria Paiva Cruz (2011-2015, 2015-2019) e Daniel Diniz, o atual, a comunidade universitária nunca conseguiu discutir o que aconteceu na UFRN naquela época, talvez por essa razão, nunca conseguiu retirar nomes e títulos dedicados a homenagear militares, nem mesmo depois do Relatório da CVUFRN. A

relação dos títulos e honrarias concedidos pelos reitores que administraram a universidade à época consta no Relatório Final da CVUFRN, a partir de um levantamento produzido e entregue à reitora, tendo sido publicado em meio de comunicação alternativo no estado elencado e analisado neste capítulo. Chama a atenção o título de Doutor Honoris Causa concedido ao general de plantão que governava o país quando parcela expressiva da UFRN e do Rio Grande do Norte se encontrava sendo presa e perseguida.

No final dos anos 1970/1980, entidades estudantis foram reorganizadas; associações de trabalhadores surgiram para criar sindicatos no formato de um novo sindicalismo. Foi nesse contexto que ocorreu a criação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Associação dos Funcionários da UFRN, que, posteriormente, fez surgir ADURN/Sindicato, fundada em 15 de agosto de 1979 e registrada em cartório em 22 de fevereiro de 1980, e o Sintest RN. Uma das lideranças femininas que participou da criação da ADURN foi Maria Salete Machado Coelho.

Há mulheres que lutaram em defesa da educação, da cultura e da valorização dos trabalhadores, conforme consta ao longo deste capítulo, e houve também mulheres que, na condição de servidoras, trabalharam nos órgãos de informação da UFRN. A Comissão da Verdade da UFRN levantou o nome de Aracy Homem de Siqueira Freitas Vilela Cid, contratada como Analista de Informação em 26 de agosto de 1982, servidora da ASI/UFRN e que foi posta à disposição da Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura no Rio Grande do Norte em 1987; e Izolda Cavalcante Denis, que foi removida para o Núcleo de Ensino Superior do Agreste – NESSA e removida da ASI para o CRUTAC/Sede.

Títulos e honrarias em meio a prisões e perseguições na UFRN

Segundo o Relatório do Inquérito da UFRN, as testemunhas do inquérito instalado foram principalmente membros da comunidade universitária, entre as quais gestores, reitor e outros membros que, em seguida, coincidência ou não, assumiram o cargo de reitor indicado

pela repressão, como foi o caso de Domingos Gomes de Lima e Diógenes da Cunha Lima.

Enquanto estudantes eram presos, perseguidos, mortos, desaparecidos nos porões da Ditadura Militar, a UFRN agradecia o governo dos generais e o oficialato militar oferecendo títulos e honrarias para ditadores e seus auxiliares.

Para ilustrar a relação entre a UFRN e os militares, nada mais esclarecedor do que a lista de condecorados com títulos e honrarias distintivos oferecidos pela instituição durante os governos militares, conforme matéria publicada em 31 de agosto de 2014, por Alyson Freire, no jornal *Carta Potiguar*, e que consta como sendo resultado de um levantamento feito pela professora Sandra Erickson e por Juan de Assis Almeida. Considero importante registrar esses dados, pois trata-se de informações coletadas por um membro da Comissão da Verdade da UFRN e por uma docente que assistiu às reuniões e acompanhou e prestigiou o empenho dos membros da CVUFRN na construção do Relatório Final; mas, sobretudo, por demonstrar a prioridade da instituição e de seus gestores quando a comunidade universitária resistiu ao autoritarismo lutando por melhorias na universidade e por um país democrático.

Note-se que entre os agraciados estão generais presidentes, ministros do governo dos militares, políticos e jornalistas que apoiavam o governo dos generais e oficiais das Forças Armadas. Observe também a sequência dos acontecimentos: primeiro os agraciados serviram aos governos autoritários, relatavam processos de concessão de títulos ao oficialato militar e depois ocuparam cargo máximo da instituição e/ou receberam títulos e honrarias. Ou seja, havia um modo de operar: primeiro eram de confiança, depois assumiam cargos e em seguida eram agraciados. Verifique que a patente era fundamental para se tornar alguém de confiança e era por onde tudo começava. Alguns eram militares, da ativa ou da reserva, mas como eram professores, somente recentemente, após o Relatório Final da CVUFRN, é que foi revelada a condição de oficial das Forças Armadas.

Onofre Lopes foi reitor da instituição por um longo período, antes, durante e depois do Golpe de 1964, inclusive após o AI-5, momento em que ampliaram-se as prisões e perseguições de membros

da comunidade universitária. Na UFRN, não constam fontes que demonstrem resistência dos reitores que atuaram durante o autoritarismo, pelo contrário, há documentos que comprovam diálogos entre os órgãos da repressão e a administração universitária.

Essa relação entre repressão e comunidade universitária existiu desde a gestão do reitor Onofre Lopes e se aprofundou na gestão do reitor militar Genário Fonseca, e se revela também com a concessão de títulos e honrarias dadas pela UFRN ao oficialato militar, conforme podemos observar na relação das patentes militares dos agraciados.

A crítica ao monitoramento realizado na instituição presente no Relatório Final da CVUFRN recai mais nos agentes que operavam o controle de informação do que nos reitores, inclusive da gestão Onofre Lopes, mas as fontes não dizem isso, demonstram como o reitor permaneceu no cargo por longo tempo, atendendo às solicitações da repressão e até solicitando a indicação de um militar para acompanhar os trabalhos de investigação. Imputar responsabilidade ao servidor é fechar os olhos para a hierarquia existente na instituição onde a autoridade máxima é o reitor. Ou seja, é como se os gestores desconhecêssem as informações das quais a própria comunidade universitária tinha conhecimento, conforme depoimentos de lideranças presas e perseguidas coletados pela própria CVUFRN.

Segue relação de títulos e honrarias dadas pelos reitores e pelo Conselho Universitário, conforme matéria publicada no jornal *Carta Potiguar*, na edição de 31 de agosto de 2014. Tentei mostrar o período de gestão de cada reitor e relacionar o período de concessão de títulos e honrarias com as respectivas gestões. O período da gestão de cada reitor está acompanhado do seu nome, no entanto, devido à data da posse de cada reitor, o título ou honraria concedido pode corresponder ao reitor da gestão anterior ou seguinte. Segue a lista, o título ou honraria, nome do agraciado, função que exercia quando recebeu o título ou honraria, patente militar e as respectivas resoluções dos Colegiados Superiores da UFRN que aprovaram tais homenagens:

Reitor Onofre Lopes (1959-1971):

Título de Doutor Honoris Causa ao **Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco** – Presidente da República. Ata CONSUNI 2a extra –18/04/66 – fls 109v;

Título de Doutor Honoris Causa a **Flávio Suplicy de Lacerda** – Ministro da Educação no governo Castelo Branco. Resolução CONSUNI nº 041/1966;

Título de Doutor Honoris Causa a **Raymundo Moniz de Aragão** – Ministro da Educação no governo Castelo Branco. Resolução CONSUNI nº 100/1968;

Diploma de Doutor Honoris Causa a **Tarso Dutra** – Revisor do Ato Institucional nº 5. Resolução CONSUNI nº 005/1969;

Medalha de Mérito Universitário ao **Senador Jarbas Passarinho** – Ministro da Educação. Proposta do Reitor Onofre Lopes. Resolução CONSUNI nº 054/1970;

Medalha de Mérito Universitário no grau de Grande Conselheiro ao **Senador Tarso Dutra**. Resolução CONSUNI nº 018/1971;

Título de Doutor Honoris Causa ao **Senador Jarbas Passarinho**. Resolução CONSUNI nº 012/1971;

Medalha de Mérito Universitário no grau de Grande Conselheiro ao **Senador Jarbas Passarinho**. Proposta do Reitor Onofre Lopes. Resolução CONSUNI nº 007/1971.

Reitor Genário Fonseca (1971-1975,
Major da Força Aérea Brasileira, da reserva):

Medalha de Mérito Universitário no grau de Grande Conselheiro ao **General de Brigada Carlos de Meira Mattos** – Vice-chefe do Gabinete Militar do Governo Castelo Branco. – Proposta pelo Reitor Genário Fonseca. Resolução CONSUNI nº052/ 1971;

Título de Doutor Honoris Causa ao **General Emílio Garrastazu Médici** – Presidente da República. Proposto pelo Reitor Genário Fonseca. Resolução CONSUNI nº 047/1971;

Medalha de Mérito Universitário ao **Contra-Almirante Osório de Abreu Pereira Pinto**. Proposta do Conselheiro José Nunes Cabral de Carvalho. 1972;

Medalha de Mérito Universitário no grau de Grande conselheiro ao **Coronel Confúcio Pamplona**. Secretário-Geral do Ministério de Educação. 1972;

Medalha de Mérito Universitário ao **Contra-Almirante Newton Braga de Faria**. Comandante da Base Naval de Natal. Resolução CONSUNI nº 24/1973;

Título Doutor Honoris Causa ao **Coronel Confúcio Pamplona**. Proposto pelo Reitor Genário Fonseca, Leide Moraes, Domingos Gomes de Lima e Hélio Varela de Albuquerque. 1973;

Título de Doutor Honoris Causa ao **Senador João Calmon**. Resolução CONSUNI nº 002/1973;

Medalha de Mérito Universitário no grau de Grande conselheiro ao **Coronel Júlio Ribeiro Gontijo** – Secretário de Apoio do MEC. Proposta por Genário Fonseca, Leide Moraes, Domingos Gomes de Lima e Zacheu Luiz Santos. 1973;

Elege o **General Emílio Garrastazu Médici** como orador da turma única de formandos – Presidente da República. Resolução CONSUNI nº 86/1973;

Medalha de Amigo da UFRN ao **Capitão Dr. Kerginaldo Gomes Trigueiro**, Oficial do Exército. Proposta do Diretor do Museu Câmara Cascudo. 1974;

Medalha de Mérito Universitário ao **Brigadeiro Everaldo Breves**, Comandante do CATRE. Proposta do Reitor Genário Fonseca. 1974;

Elege como paraninfo da Solenidade Única de Colação de Grau o **Senador Ney Aminthas de Barros Braga**, Ministro da Educação do governo Geisel. Resolução CONSUNI nº 077/1974;

Medalha de Mérito Universitário no grau de Grande Conselheiro ao **Senador Ney Aminthas de Barros Braga**. Resolução CONSUNI nº 075/1974;

Medalha de Mérito Universitário, no grau de Grande Conselheiro ao **Dr. Raimundo de Moura Brito**, Ministro da Saúde do governo Castelo Branco. Resolução CONSUNI nº 048/1975.

Reitor Domingos Gomes de Lima (1975-1979):

Diploma de Amigo da UFRN ao **Coronel Edgar Ferreira Maranhão**. Proposta do Reitor Domingos Gomes de Lima. 1976;

Medalha de Mérito Universitário, no grau de Grande Conselheiro, ao **Professor Euro Brandão**. Ministro da Educação no governo Figueiredo. Resolução CONSUNI nº 016/1976;

Título de Doutor Honoris Causa ao **Senador Ney Braga**. Ministro de Estado de Educação e Cultura. Resolução CONSUNI nº 038/1977;

Medalha de Mérito Universitário no grau de Grande Conselheiro ao **Dr. Paulo de Almeida Machado**. Ministro da Saúde. Resolução CONSUNI nº 029/1977;

Título de Doutor Honoris Causa ao **Ministro José Américo de Almeida**. Resolução CONSUNI nº 034/1978;

Medalha de Amigo da Universidade ao Excelentíssimo **Senhor Vice-Almirante Arthur Ricart da Costa**. Resolução CONSUNI nº 015/1978;

Medalha de Amigo da UFRN ao **General de Brigada Waldyr Pereira da Rocha**. Proposta do Reitor Domingos Gomes de Lima. 1979;

Medalha de Amigo da UFRN ao **Brigadeiro Luiz Portilho Antony**. Proposta do Reitor Domingos Gomes de Lima. 1979;

Medalha de Amigo da UFRN ao **Contra-Almirante Milton Ribeiro de Carvalho**. Proposta do Reitor Domingos Gomes de Lima. 1979.

Reitor Diógenes da Cunha Lima (1979-1983):

Título de Doutor Honoris Causa ao **Jornalista Roberto Marinho**. Resolução CONSUNI nº 060/1981;

Medalha de Mérito Universitário no Grau de Oficial ao **Coronel José Estevam Mosca**. Resolução CONSUNI nº 55/1982;

Título de Doutor Honoris Causa a **Rubem Carlos Ludwig**. Ministro da Educação. Resolução CONSUNI nº 018/1982;

Medalha de Mérito Funcional ao **Major Cleantho Homem de Siqueira**. Resolução CONSUNI nº 16/1977.

Onofre Lopes foi reitor por um longo período, antes, durante e depois do Golpe de 1964, inclusive no período do AI-5. Com o Golpe de 1964, em duas ocasiões, solicitou militares para participar de ações ocorridas na UFRN: o sargento Genário Fonseca passou a presidir uma Comissão de Inquérito e o capitão Hugo Manso acompanhou tal Comissão. Ou seja, o sargento da reserva Genário Fonseca colaborou com a administração de Onofre Lopes e em seguida foi indicado para sucedê-lo. Quero destacar que o Reitor Onofre Lopes e o Conselho Universitário da UFRN concederam o Título de Doutor Honoris Causa ao Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, aos ministros da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, Raymundo Moniz de Aragão, Jarbas Passarinho e ao Revisor do AI-5, Tarso Dutra.

Como vimos, o Reitor Genário Fonseca, sargento da Aeronáutica (da reserva), foi indicado pelo Reitor Onofre Lopes para presidir a Comissão de Inquérito da UFRN, que culminou em prisões e perseguições na comunidade acadêmica. Na condição de reitor, concedeu o Título de Doutor Honoris Causa ao Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, ao Coronel Confúcio Pamplona, ao Senador João Calmon; Medalha de Mérito Universitário ao General de Brigada Carlos de Meira Mattos, ao Contra-Almirante Osório de Abreu Pereira Pinto, ao Coronel Confúcio Pamplona, ao Contra-Almirante Newton Braga de Faria, ao Coronel

Júlio Ribeiro Gontijo, ao Senador Ney Aminthas de Barros Braga, ao Dr. Raimundo de Moura Brito e ao Brigadeiro Everaldo Breves; Medalha de Amigo da UFRN ao Capitão Dr. Kerginaldo Gomes Trigueiro; além de eleger o general presidente Emílio Garrastazu Médici como orador da turma única de formandos e, como paraninfo da Solenidade Única de Colação de Grau, o Senador Ney Aminthas de Barros Braga.

Os títulos foram concedidos principalmente ao oficialato. A relação de títulos e honrarias concedidos revela a relação intrínseca entre a UFRN e os governos militares, inclusive após o AI-5 e na gestão do reitor militar Genário Fonseca. O Título de Doutor Honoris Causa concedido ao Coronel Confúcio Pamplona e a Medalha de Mérito Universitário no grau de Grande Conselheiro concedida ao Coronel Júlio Ribeiro Gontijo, partiram da iniciativa de, entre outros conselheiros, Domingos Gomes de Lima, que, posteriormente, mantendo o *modus operandi*, vai ser reitor da instituição. Ou seja, as relações de confiança entre militares e administração universitária se revelavam na tentativa de legitimação dos militares na comunidade universitária ao conceder e receber títulos e honrarias e, ao mesmo tempo, membros da comunidade que participavam dessas concessões assumiam cargos importantes na instituição. Foi nesse contexto ainda que Domingos Gomes de Lima propôs a concessão de título e/ou honraria na gestão do Reitor Genário Fonseca e, em seguida, o substitui no cargo máximo da instituição.

O Reitor Domingos Gomes de Lima concedeu o Diploma de Amigo da UFRN ao Coronel Edgar Ferreira Maranhão, ao Vice-Almirante Arthur Ricart da Costa, ao General de Brigada Waldyr Pereira da Rocha, ao Brigadeiro Luiz Portilho Antony e ao Contra-Almirante Milton Ribeiro de Carvalho; a Medalha de Mérito Universitário, no grau de Grande Conselheiro, ao Professor Euro Brandão e ao Dr. Paulo de Almeida Machado; e concedeu o Título de Doutor Honoris Causa ao Senador Ney Braga e ao Ministro José Américo de Almeida.

Como vimos, o nome da honraria é revelador: Diploma de Amigo da UFRN. Esse diploma foi concedido a membros do oficialato militar, como vemos nas patentes dos agraciados. Essa “amizade” entre comunidade universitária e militares, se observadas as fontes coletadas pela CVUFRN, significava colaboração entre o Governo Militar e a administração universitária contra membros da comunidade

acadêmica. Ou seja, mesmo que o agraciado não tenha participado diretamente de investigações, a relação institucional demonstra que o que havia à época era uma política de controle da UFRN por parte de militares. Ora, se para assumir as entidades estudantis era preciso ter o consentimento de militares, mais ainda para assumir o cargo de reitor da universidade. Nessa lógica, a concessão de títulos e honrarias pode nos revelar como ocorreu a interferência dos militares nas universidades brasileiras, não somente investigando, prendendo e perseguindo lideranças, mas interferindo no que há de mais significativo na instituição, como o poder de conceder títulos e honrarias por mérito e serviços prestados à sociedade brasileira.

O Reitor Diógenes da Cunha Lima concedeu o Título de Doutor Honoris Causa ao jornalista Roberto Marinho e a Rubem Carlos Ludwig; além de conceder Medalha de Mérito Universitário no Grau de Oficial ao Coronel José Estevam Mosca e Medalha de Mérito Funcional ao Major Cleantho Homem de Siqueira. Esse reitor escolheu agraciar militares que ainda se encontravam na universidade, mesmo quando, nacionalmente, a arapongagem já não conseguia permanecer nas universidades. Porém, é necessário ressaltar que o Coronel José Estevam Mosca foi o responsável pela investigação sobre as manifestações ocorridas no Restaurante Universitário quando o Golpe foi instalado, ato este que levou à prisão e perseguição de lideranças estudantis.

Com o desgaste dos militares, houve uma redução na lista dos agraciados, mas, entre os contemplados, existiu os que mantiveram a regra: agradar o oficialato, os que ainda restavam na universidade; membros do governo dos generais e apoiadores do Golpe de 1964.

Num contexto de prisões e perseguições, a concessão de títulos para militares que haviam dado um Golpe no país se apresenta como sendo quase um prêmio para quem conduziu e ordenou investigações que levaram membros da comunidade universitária à prisão; cassou entidades estudantis, além de representar a prisão do prefeito de Natal, Djalma Maranhão, e do deputado Floriano Bezerra de Araújo e do suplente de deputado Luiz Ignácio Maranhão Filho.

Esses títulos foram concedidos e até hoje a UFRN nunca debateu o assunto em seu Conselho Universitário, mesmo depois de ter sido entregue o Relatório Final da CVUFRN e publicada a matéria na

imprensa alternativa de Natal, acompanhada das fontes coletadas; mesmo a CVUFRN tendo apresentado fontes comprobatórias das prisões, perseguições e recomendado sugestões para a administração da UFRN buscar promover a verdade, a justiça e a reparação das vítimas.

Entretanto, faz-se necessário lembrar que a própria instituição já elegeu democraticamente seis reitores, sendo alguns deles reconduzidos, inclusive depois da criação da Comissão Nacional da Verdade, quando surgiu um ambiente propício para debater o assunto. Foi nesse contexto que, nem mesmo a professora Ângela Maria Paiva Cruz, que administrou a UFRN num ambiente em que ocorreu o debate nacional sobre a repressão nas universidades quando da entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, eleita e reconduzida, conseguiu debater o assunto ou implementar as sugestões apresentadas no Relatório Final da CVUFRN.

Tudo isso contribui para a necessidade de refletir sobre a crise da democracia, o sentido das eleições para gestores públicos, o negacionismo sobre o Golpe de 1964, bem como não subestimar o papel dos militares nas tentativas de Golpe e Golpes no Brasil.

Considerações finais

A produção deste capítulo foi importante para dar visibilidade às mulheres que foram vítimas da Ditadura Militar no RN e à literatura produzida por mulheres que pesquisaram as lutas estudantis, mulheres que vivenciaram o período e escreveram sobre suas experiências e mulheres que produziram trabalhos acadêmicos sobre o tema, especialmente na UFRN.

O texto foi importante ainda para compreender os diferentes momentos vivenciados no país antes, durante e depois do Golpe de 1964; para entender que o Golpe, diferentemente de querer conter “comunistas”, foi dado para interromper políticas sociais desenvolvimentistas e de inclusão, como as implantadas pelo Presidente da República João Goulart, deposto, e do Prefeito de Natal, Djalma Maranhão; para interromper mandatos populares; para promover a privatização do ensino superior brasileiro; mas, sobretudo, para

recompor o cenário das lutas realizadas pelas estudantes e pela comunidade universitária da UFRN.

Essas políticas implementadas incluíam parcelas tradicionalmente excluídas da sociedade que, com as políticas promovidas pelo prefeito de Natal, tiveram acesso à educação e cultura. As participantes da implementação dessas políticas foram o alvo dos indiciamentos, prisões e perseguições feitas pelos agentes públicos, federal, estadual e em cada instituição, como foi o caso dos membros da UFRN, estudantes, professores e servidores técnicos.

A repressão aconteceu pela imposição dos militares que se juntaram a setores da sociedade civil, mas que depois governaram o país cassando e censurando os próprios apoiadores do Golpe. Ocorreu também devido à aceitação e à obediência dos que se encontravam na administração pública e na sociedade em geral, e até mesmo devido a iniciativas dos próprios administradores de realizar inquéritos contra a oposição, como foi o caso do Governador do RN, Aluizio Alves, com seu Relatório Veras, e do Reitor da UFRN, Onofre Lopes, que administrou a instituição por longo tempo, atendeu aos pedidos da repressão e, com isso, contribuiu com as prisões e perseguições na comunidade acadêmica.

Os documentos coletados revelam a relação entre a administração da UFRN e os órgãos de repressão; demonstram como os militares impuseram o medo na sociedade e como parcela da sociedade cedeu ao medo, outros adquiriram confiança dos militares e assumiam cargos importantes na administração universitária. Demonstram ainda quem foram os agraciados pelos reitores e pelo Conselho Universitário no momento de concessão de títulos e honrarias, de forma a evidenciar as patentes militares com destaque, sobretudo, para os generais presidentes no período mais crítico da Ditadura Militar.

O texto demonstrou como o Relatório da Comissão da Verdade da UFRN contribuiu significativamente com a produção de fontes orais, iconográficas, além de ter coletado documentos necessários para recompor o cenário dos acontecimentos, especialmente, referente ao período que antecede ao Golpe Civil-militar, os dias em que o Golpe se instalou, entre 31 de março a 02 de abril de 1964, e os anos seguintes dos governos dos generais, notadamente os Inquéritos Policiais Militar e as fichas de monitoramento da ASI.

Demonstrou ainda como a CVUFRN coletou importantes acervos sobre lideranças que atuaram após o fim do Ato Institucional nº 5 (1978) e a Lei da Anistia (1979), ou seja, os anos finais dos governos autoritários se encerraram em 1985, mas o Estado continuou monitorando a comunidade universitária. Entre essas lideranças estavam lideranças femininas, estudantes, professoras, técnicas, que lutavam por melhores condições de ensino; pleiteavam democracia e organizavam a retomada da direção de suas entidades e da Redemocratização do país. Toda essa luta culminou com a promulgação da Constituição Federal no dia 05 de outubro de 1988.

Referências

ANDRADE, Carlos Alberto Nascimento. **A organização política dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974-1984)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1994.

ARAÚJO, Maria das Graças. Movimentos de educação popular no Rio Grande do Norte e o projeto BB-Educar. *In*: STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Recortes: momentos da educação norte-rio-grandense**. Natal: EDUFRN, 1996.

AQUINO, Fernanda M. Sales. **O cotidiano da formação de professores da Campanha de pé no chão também se aprende a ler**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

AQUINO, Fernanda Mayara; SOBRINHO, Francisco Alves da Costa; PINHEIRO Rosa Aparecida. Natal no contexto dos anos 1960: a educação popular, o analfabetismo, e a educação de pessoas jovens e adultas. *In*: SAMPAIO, Mariza Narciso; PINHEIRO, Rosa Aparecida (org.). **40 horas de Angicos e Campanha de pé no chão também se aprende a ler: movimentos e memórias da educação de jovens e adultos**. São Paulo: Livraria da Física, 2015.

CANUTO, Jeane Fialho. **Em nome da revolução: O PCR (Partido Comunista Revolucionário) e a luta contra a ditadura militar (1966-1974)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

CAPISTRANO, Luciano. **1964: para não esquecer**. Natal: Sebo Vermelho, 2023.

CAPISTRANO, Luciano. **O golpe militar no Rio Grande do Norte e os norte-rio-grandenses mortos e desaparecidos (1969-1973)**. Natal: Sebo Vermelho, 2010.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. **Memórias da campanha “De pé no chão também se aprende a ler”**: 1961-1964 (o testemunho dos participantes). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2000.

CORTEZ, Margarida de Jesus. **Memórias da Campanha de pé no chão também se aprende a ler**: reflexão sobre as práticas pedagógicas de ontem e de hoje. Natal: EDUFRN, 2005.

FERNANDES, Maria Rizolete. **A história oficial omite, eu conto**: mulheres em luta no Rio Grande do Norte de 1980 a 2000. Natal: EDUFRN, 2004.

FERREIRA, Mércia Albuquerque. **Diários**: 1973-1974: escritos por Mércia Albuquerque Ferreira. Natal: Offset; Potiguariana, 2023.

FRAGA, Maria da Conceição. **Estudantes, cultura e política**: a experiência dos Manauaras. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

FRAGA, Maria da Conceição. Ritual e símbolo na política estudantil. *In*: BARREIRA, Yrles; VIEIRA, Sulamita (org.). **Cultura e política**: tecidos do cotidiano brasileiro. Fortaleza: EDUFC, 1998. p. 217-238. v. 1.

FRAGA, Maria da Conceição. Moradia estudantil e lutas políticas no Amazonas. **Revista de Humanidades**, Manaus, v. 6, p. 69-92, 1999.

FRAGA, Maria da Conceição. Parlamentares brasileiros como narradores privilegiados de uma memória individual e coletiva. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 6., 2002, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2002. v. 1.

FRAGA, Maria da Conceição. **Da clandestinidade ao parlamento**. Natal: Caravela Selo Cultural, 2018.

FRAGA, Maria da Conceição; FRAGA, João Maria; FEITOSA, Fábio Pereira. **Tecedores de sonhos ao luar**. Natal: Caravela Selo Cultural, 2018.

FREIRE, Alyson. UFRN e Ditadura Militar: revogar os títulos de Doutor Honoris Causa. **Carta Potiguar**, 31 ago. 2014. Disponível em: <https://www.cartapotiguar.com.br/2014/08/31/ufrn-e-ditadura-militar-revogar-os-titulos-de-doutor-honoris-causa/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

FREIRE, Marcelo. Conheça dez histórias de corrupção durante a ditadura militar. **Uol**, 01 abr. 2015. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/04/01/conheca-dez-historias-de-corrupcao-durante-a-ditadura-militar.htm>. Acesso em: 22 ago. 2024.

GALVÃO, Mailde Pinto. **1964**: aconteceu em abril. Natal: EDUFRN, 2004.

GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho**: cristãos e comunistas na construção da utopia. Rio de Janeiro: Revan, UFRJ, 1999.

LEITE, Arlan Eloi. **O jornal Tribuna do Norte e o golpe militar de 1964 a publicidade da “subversão” potiguar**. Natal: EDUFRN, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/21432?mode=full>. Acesso em: 11 ago. 2024.

MAIA, Michelle Pascoal. **A ocupação da reitoria (1984)**: seis dias que abalaram a UFRN. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

MAIA, Michelle Pascoal. **Cultura e política no Brasil:** a experiência do Centro Popular de Cultura da UNE. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

MAIA, Michelle Pascoal. **Juventude Universitária nos anos 1980:** as práticas culturais do Movimento Estudantil na UFRN. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/13562>. Acesso em: 26 ago. 2024.

MARQUES, Berenice Pinto. **A educação popular para todos de uma cidade educadora:** Natal (Rio Grande do Norte, 1957-1964). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/19841?mode=full>. Acesso em: 26 ago. 2024.

MEDEIROS, Aliny Dayany Pereira de. **O comitê pela Anistia no Rio Grande do Norte e a Associação Norte Rio Grandense de anistiados políticos como espaços de História, memória e política (1971- 2001).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/16958>. Acesso em: 26 ago. 2024.

MEDEIROS, Aliny Dayany Pereira de. **Os acampamentos da campanha “de pé no Chão também se aprende a ler” e as relações dialógicas com a comunidade local.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/26789>. Acesso em: 26 ago. 2024.

PATRÍCIO, Adriana Cristina da Silva. **Estudantes em perspectiva:** movimento estudantil secundarista no Rio Grande do Norte (1982-1992). Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

PATRÍCIO, Adriana Cristina da Silva. **A cultura política dos militantes estudantis (1960-1990)**. Monografia (Especialização em História do Campo e da Cidade) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

PATRÍCIO, Adriana Cristina da Silva. **A participação feminina no movimento estudantil secundarista como espaço de luta política (anos de 1980)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

PRANTO, Aliny Dayany Pereira de Medeiros. **Anistia no Rio Grande do Norte: o comitê pela anistia política como espaço de história, memória e política (1979-2001)**. Berlim: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

SANTOS, George Henrique Ferreira dos. **Os governos militares e os atos institucionais no ensino de História**. Natal: Caravela, Aipê

SILVA, Justina Iva de A. **Estudantes e política: estudo de um movimento (RN – 1960-1969)**. São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, Rafael Oliveira da. **“A OAB no processo de transformação da sociedade brasileira”**: a seccional potiguar como espaço de redemocratização (1979-1988). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/19660?mode=full>. Acesso em: 26 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Comissão da Verdade da UFRN: relatório final**. Natal: EDUFRN, 2015.

JUVENTUDE, CULTURA E POLÍTICA NA UFRN

a luta pela Redemocratização no RN

Michelle Pascoal Maia¹

Introdução

A transição democrática no Brasil se deu de forma lenta e pactuada, a partir de um clima de negociações e conflitos sociais. A juventude universitária teve uma participação importante nas lutas por democracia. Em parceria com os artistas, mantendo uma tradição que vinha desde os anos 1960, com o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE), nos anos 1970 e 1980, através do teatro, da música de protesto, do cinema, a juventude universitária do Movimento Estudantil (ME) mostrou sua inquietação, questionando o regime autoritário brasileiro.

Nesse sentido, o objetivo deste é analisar a atuação política da juventude universitária na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) na busca por democracia, focando nos jovens do Movimento Estudantil e suas lutas pela Redemocratização através de práticas culturais. O artigo está dividido em três tópicos, no primeiro, aborda-se a transição democrática brasileira, no segundo, analisa-se a juventude universitária e a participação política e, no terceiro, apresentam-se as práticas culturais do Movimento Estudantil na UFRN.

A participação política e cultural da juventude se deu em vários momentos da história brasileira. Desde a criação dos Centros Populares de Cultura (CPC), das lutas organizadas pelo Movimento Estudantil, em especial pela sua entidade geral, a UNE, como, por exemplo, na ação clandestina das lideranças estudantis contra o

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Professora da Rede Municipal de Ensino de Nísia Floresta, RN.

regime autoritário nos anos 1960, nas lutas por democracia nos anos 1970 e 1980, entre outras demandas sociais.

A busca de novos valores, comportamentos, reflexões sobre a organização da sociedade brasileira, era o que pretendiam os movimentos culturais no país. Através do rock, das letras das músicas, do teatro, do cinema, novas reivindicações políticas expressavam os anseios da juventude.

Diante do exposto, podemos afirmar que as representações culturais significam umas das mais importantes expressões do tempo em que estamos inseridos. Os conflitos sociais existentes, os antagonismos, reações, ações cotidianas, sentimentos coletivos e vivências diferenciadas, estão claramente representados na dinâmica cultural, bem como no diálogo entre Cultura, Política e sociedade na História.

Transição democrática brasileira

Com o Golpe Militar, em 1964, o Brasil passou por significativas mudanças em suas configurações econômicas, políticas e sociais. Na esfera econômica, a partir da entrada das multinacionais e do capital estrangeiro no país, o tema era o “desenvolvimento” a qualquer custo, de forma acelerada e que fizesse do Brasil uma grande potência mundial. Nesse período, a concentração de renda foi crescente.

Na esfera política, com a decretação de Atos Institucionais², o regime autoritário reprimiu as manifestações e ações contrárias às medidas adotadas por seus representantes, agindo de forma muitas vezes arbitrária e desrespeitando os Direitos Humanos. Na estrutura social, houve êxodo rural e aumento da população urbana, como também um processo de marginalização e aumento das desigualdades sociais no país. Conforme Domingos Sobrinho (1988, p. 30):

As repercussões das mudanças impostas pelo Golpe militar [...] atingiram os diversos setores da sociedade brasileira, rompendo

2 Os Atos Institucionais foram decretos emitidos logo após o Golpe Militar de 1964 no Brasil. Serviram como mecanismos de legitimação e legalização das ações políticas dos militares, estabelecendo para eles próprios diversos poderes extraconstitucionais. Sem esse mecanismo, a Constituição de 1946 tornaria inexecutável o Regime Militar, daí a necessidade de substituí-la por decretos. De 1964 a 1969, são decretados 17 Atos Institucionais regulamentados por 104 Atos Complementares.

efetivamente o modelo de desenvolvimento econômico anterior e consolidando a tendência da industrialização brasileira de se adequar aos padrões hegemônicos vigentes no sistema capitalista mundial. Esse processo provocou, por conseguinte, alterações significativas na estrutura econômica e social e nos planos político e cultural.

O Brasil viveu um período de desenvolvimento econômico caracterizado por uma situação de crescente dependência, funcionando na periferia do sistema econômico mundial. Dessa forma, a abertura da economia ao exterior, bem como a instalação de empresas estrangeiras no país, resultou na consolidação de uma mão de obra barata, em um crescimento das classes médias assalariadas urbanas, que se beneficiaram desse processo de acumulação capitalista, como também em uma forte concentração de renda e agravamento das desigualdades sociais no país.

Com a instituição da Lei de Segurança Nacional³, o regime autoritário adotou uma série de medidas que visavam eliminar qualquer forma de oposição política e reivindicações econômicas e sociais das classes subalternas, organizando, dessa maneira, as bases coercitivas do novo modelo brasileiro. Sobre o assunto, Alves (1985, p. 78-79) reflete que:

Também as medidas econômicas adotadas destinavam-se a remover obstáculos e a prover as bases iniciais para o processo de desenvolvimento pretendido pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Os principais objetivos eram, como toda evidência, a atração de capitais multinacionais e o estabelecimento de uma política de controle salarial que maximizasse a exploração e com isso aumentasse os lucros.

Tendo como prioridade atrair os investimentos estrangeiros, duas iniciativas foram criadas, sendo vistas como necessárias para atrair esses investimentos. Uma delas foi a criação de uma legislação de controle das greves e a outra foi a regulamentação dos reajustes salariais, fazendo parte de uma política ampla de controle dos salários. De acordo com Alves (1985, p. 78): “Durante todos esses anos, a política

3 Uma série de medidas para limitar a participação política e abranger o poder coercitivo do regime autoritário. A Lei de Segurança Nacional definia crimes contra a ordem política e social. Sua principal finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, com o abandono das garantias processuais.

salarial tem reiteradamente subestimado o resíduo inflacionário e os aumentos de produtividade, fazendo cair consideravelmente, em termos reais, os níveis de salário”.

Por imposição do regime autoritário brasileiro, foi criado, em 1965, no país, o bipartidarismo. Esse sistema foi implantado depois da intervenção militar em 1964 e determinou várias regras, pelas quais apenas foi possível formar dois partidos políticos, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Por meio do Ato Institucional⁴ nº 2, o AI-2, o bipartidarismo foi implantado como um instrumento de controle político do regime, permitindo a formação de dois partidos políticos, um situacionista e outro que atuava no campo da oposição. A ARENA era o partido de sustentação política do regime autoritário e o MDB era a oposição consentida.

A consolidação do modelo econômico do regime autoritário e a repressão exercida proporcionaram, a partir de 1967-1968, uma radicalização de setores da oposição, notadamente do Movimento Estudantil, influenciado por diversas dissidências do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Inicialmente ocorreram grandes mobilizações estudantis, depois, parte expressiva de suas lideranças participaram da luta armada contra o regime.

Nos sindicatos, havia uma disputa entre os sindicalistas indicados pela repressão e os que foram impedidos de exercer suas atividades pelo regime autoritário. Nesse período, alguns movimentos sociais ocuparam as ruas com passeatas e protestos cada vez mais intensos. O Movimento Estudantil, o movimento dos trabalhadores e a Frente Ampla foram os principais setores que se uniram através de grandes manifestações.

A Frente Ampla foi uma iniciativa de dois ex-governadores de Estado que haviam participado e desempenhado um importante papel na instauração do regime autoritário em 1964: Magalhães Pinto e Carlos Lacerda⁵. Eles começaram a discordar da política desenvolvida pelo governo, se distanciando cada vez mais deste, levando-os a organizar essa Frente.

4 Sobre os atos institucionais, especificamente, é importante fazer a leitura do trabalho de Santos, George Henrique Ferreira dos. *Atos Institucionais e ensino de História da Ditadura Militar no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ensino de História – ProfHistória) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/52380>. Acesso em: 26 ago. 2024.

5 Sobre o assunto Ver: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1968)*. Petrópolis: Vozes, 1985.

Ao formar a Frente Ampla, foram buscar apoio de lideranças tradicionais da política brasileira. Entre esses apoios, estava o ex-presidente Juscelino Kubitschek, o que preocupou bastante o regime autoritário. Conforme argumenta Alves (1985, p. 127):

Em setembro de 1967, os principais líderes da Frente Ampla reuniram-se com o ex-presidente João Goulart, exilado em Montevideu, Uruguai, para discutir as atividades da oposição e determinar metas comuns. Um acordo formal de cooperação foi assinado pelos quatro líderes, estabelecendo as bases de sua aliança. Este documento, conhecido como o Pacto de Montevideu, constituiu o programa da Frente Ampla, que começou a adquirir características de um partido político de oposição de amplas bases.

Diante do crescimento do movimento pela Frente Ampla, sua influência em setores conservadores e até mesmo militares, bem como também do avanço das manifestações de rua organizadas pelos estudantes e da adesão dos trabalhadores na militância sindical, o Estado de Segurança Nacional baixou, em abril de 1968, a Portaria nº 177, proibindo a Frente Ampla.

Nessa conjuntura, devido ao direito à imunidade parlamentar, confirmado a partir da Constituição de 1967, o Congresso Nacional tornou-se um espaço de denúncias de parlamentares da oposição, eleitos em 1966, que representavam a inquietação da sociedade civil em seus discursos. Segundo Alves (1985, p. 129):

Parlamentares alternavam-se na tribuna para denunciar políticas e abusos do Executivo, registrando-os nos anais do Congresso. Um grupo de cerca de 40 políticos do MDB elaborou uma estratégia de ação parlamentar valendo-se do seu direito à imunidade para praticar a liberdade de expressão na tribuna do Congresso Nacional.

Foi a partir desse contexto político de crescimento da oposição ao regime autoritário que, no dia 13 de dezembro de 1968, foi decretado o Ato Institucional nº 5, o AI-5, um instrumento que deu ao regime poderes absolutos e cuja primeira consequência foi o fechamento do Congresso Nacional por quase um ano. Esse Ato marcou o fim da primeira fase da instituição do Estado de Segurança Nacional,

inaugurando um novo período do modelo de desenvolvimento econômico, tendo como parceria o Aparato Repressivo o qual controlava qualquer tipo de oposição à política do regime.

Esse período, denominado de “milagre econômico”⁶ brasileiro, que vai de 1968 a 1973, é marcado pelo crescimento do setor industrial e por uma política do governo voltada para o investimento estrangeiro, depositando nas empresas multinacionais a perspectiva de um desenvolvimento rápido no país. No entanto, houve uma associação, sob a direção do regime autoritário, entre investimentos estatais, capitais privados nacionais e internacionais.

Houve um enorme crescimento econômico no país nesse momento. Portanto, os efeitos do “milagre” entre a maioria da população foram muito diversos. As classes médias urbanas assalariadas tiveram um crescimento, mas a concentração de renda e o processo de empobrecimento de grande parte da população aumentou. Os ganhos da produtividade, naquele momento, não se refletiram no salário dos trabalhadores. Como observa Alves (1985, p. 156): “O ‘milagre econômico’ brasileiro não só não aliviou os sérios problemas de pobreza e sofrimento extremos, de privação dos mais elementares recursos na maioria da população, como, sob muitos aspectos, agravou-os”.

De um lado, o modelo de desenvolvimento brasileiro tentou se manter, conforme desejava o regime autoritário, de um outro lado, a repressão era cada vez mais dura. Nesse contexto, a luta armada foi um dos caminhos encontrados por alguns grupos de esquerda, contrários ao regime, influenciados pelo exemplo da Revolução Cubana e da Guerra do Vietnã.

Os militantes que fizeram guerrilhas praticavam assaltos a bancos com objetivo de obter recursos que financiassem a guerrilha⁷. Dessa forma, agiam na clandestinidade, organizando ações defensivas como sequestros a personalidades públicas, pressionando o regime a liberar os presos políticos pertencentes às organizações clandestinas. “Em meados de 1973, os grupos revolucionários armados haviam sido derrotados, e os custos sociais do modelo econômico adquiriam

6 O “milagre econômico” é a denominação dada à época de excepcional crescimento econômico ocorrido durante a Ditadura Militar.

7 Sobre a resistência à Ditadura Militar, ver: FRAGA, Maria da Conceição. **Da clandestinidade ao parlamento**. Natal: Caravela Selo Cultural, 2018.

considerável peso, fazendo aumentar as pressões por reformas em outros setores da sociedade” (Alves, 1985, p. 178).

Durante os anos de 1969 a 1974, organizações internacionais religiosas e dos Direitos Humanos ficaram sabendo da existência da tortura no Brasil. A tortura foi institucionalizada como método de interrogatório e controle político. De acordo com Alves (1985, p. 169): “Durante esse período, o efeito combinado, da exploração econômica, da repressão física, do controle político e da rígida censura, estabeleceu uma 'cultura do medo' que coibiu a participação em atividades de oposição comunitária, sindical ou política”.

O “milagre econômico” e o modelo de desenvolvimento brasileiro adotado durante o regime autoritário começaram a entrar em crise. Essa crise econômica e política que aconteceu no país gerou um descontentamento de diversos setores da sociedade, como o empresariado, a classe média e os demais trabalhadores, com o governo brasileiro. Como reflete Singer (1989, p. 163-164):

Na verdade, o “modelo” começou a fazer água em 1973, quando a inflação, que vinha declinando vagarosamente, voltou a crescer com ímpeto. Descobriu-se então que a correção monetária, um dos dispositivos mais festejados do “modelo”, só funcionava a contento quando a inflação tendia a cair, quando ela se eleva, a correção – que sempre se faz a posteriori – tende a ampliar seus efeitos, acelerando ainda mais sua ascensão. Durante algum tempo tentou-se esconder o sol com a peneira, resultando daí um hiato cada vez maior entre a inflação real e a inflação oficial, que acabou engolindo todo o sistema de controles de preços, juros e salários. Já em fins daquele ano, o “modelo” girava num vazio: a economia inegavelmente continuava crescendo, mas o processo produtivo começava a engasgar em tantos pontos, que mudanças profundas na política econômica se impunham.

Dando continuidade ao projeto político do General Geisel, que fora eleito pelo colégio eleitoral em 1974, o General Figueiredo começou algumas mudanças na estrutura política, com reformas eleitorais até a revogação do AI-5, buscando promover a abertura política, ainda sob o controle dos generais. No entanto, essa abertura política, apesar de não ter representado um projeto bem definido, teve como objetivo recuperar a legitimidade do Regime Militar. Sobre o assunto, de acordo com Domingos Sobrinho (1988, p. 46):

Se a distensão e a “abertura” não representavam projetos bem definidos, nem por isso deixavam de ter diretrizes explícitas. Com essa estratégia, tratava-se de recuperar a legitimidade do regime, a qual se estava esvaindo. Não se tratava de substituir o regime autoritário por outro democrático. A preocupação era enfrentar a perda da legitimidade, a crise econômica e política, as dissensões internas no meio militar, tudo sem deixar escapar o controle do processo.

Durante essa “abertura”, o MDB, mesmo sendo uma “oposição parlamentar” consentida ao regime autoritário, terminou aglutinando diversos segmentos de oposição ao regime no Congresso na década de 1970, tornando-se uma grande frente, sendo crescente a sua vitória eleitoral.

Em 1974, nas eleições legislativas, o MDB teve uma grande vitória eleitoral, fazendo com que muitos setores da oposição viessem a apoiar o partido “oficial” da oposição, utilizando-o como mecanismo para concentrar os votos de protesto. Nessa ocasião, aumentou o apoio às lutas populares, inclusive de setores progressistas da Igreja Católica, que começavam a se contrapor a violência, tortura, repressão e mortes ocorridas durante o regime autoritário.

A Igreja Católica, com uma atuação política e social junto a grupos populares, organizações de base, sendo um dos canais de comunicação alternativos para informar a opinião pública, teve um importante papel como uma instituição que dava visibilidade ao que estava ocorrendo contra os Direitos Humanos no Brasil.

Além da Igreja, outros setores da sociedade civil organizada, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)⁸, setores da imprensa, professores, novas lideranças sindicais, partidos clandestinos de esquerda, familiares das vítimas mortas e desaparecidas pelos governos militares, aderiram ao movimento pela Redemocratização política do Brasil, reivindicando, entre outras coisas, a volta das liberdades democráticas, tais como de organização e de expressão.

A OAB também teve uma função relevante na luta contra a repressão, mostrou que não era apenas uma associação profissional limitada à defesa de determinados interesses, cumprindo com seu dever de supervisionar o cumprimento da Constituição. Alves (1985, p. 211) afirma que:

8 A OAB, assim como a Igreja Católica, apoiou o Golpe Militar de 1964. Essas instituições foram deslocando-se para o campo da oposição, a partir de processos próprios de disputa em seu interior. A Igreja, com o crescimento dos adeptos da Pedagogia da Libertação; a OAB, a partir da liderança imprimida pelo jurista Raimundo Faoro.

Mas sua contribuição mais importante em termos políticos terá sido talvez, o questionamento da legitimidade da estrutura legal do Estado de Segurança Nacional. A ordem e alguns respeitados juristas estabeleceram uma distinção entre o “estado de Direito” definido como sistema regido por legítimas estruturas legais – e o “estado de exceção” – caracterizado como o de estruturas legais ilegítimas. As definições e a insistência nessa distinção negavam ao Estado de Segurança Nacional a legitimação que buscara com sua constante preocupação em baixar decretos-leis, atos institucionais e complementares.

Além da Igreja, da OAB, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) merece destaque na luta contra a censura. O controle à imprensa foi intensificado a partir do AI-5⁹. A ABI amparou a organização de vários grupos no rádio, na televisão, no cinema, na música. Grupos que sobreviveram devido a sua proteção e autoridade.

Nesse sentido, passou a haver uma crescente insatisfação de amplos setores da sociedade com o regime autoritário. Entretanto, dessa vez, os movimentos sociais não se encontravam sozinhos, seus anseios começavam a ecoar na população. A partir daí, muitos que eram a favor do regime autoritário, sentiam a necessidade de mudar de posição, aderindo ao movimento amplo pela Redemocratização e Anistia¹⁰ a todos os presos políticos exilados do país.

Os sindicatos, que estavam sob controle do Regime Militar, aumentaram a sua força política a partir de 1977, exigindo mudanças estruturais, democracia e liberdade de organização para os trabalhadores. Os sindicatos rurais foram os que mais cresceram nesse período, tendo como contribuição para o seu crescimento a influência e defesa da Igreja Católica com os camponeses, sem-terra, comunidades rurais.

Em 1978, os sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, destacaram-se na cena política com as greves que lideraram. Foi nesse clima de efervescência que os movimentos sociais retornaram à vida política, participando efetivamente de toda essa luta pela Anistia e pelas liberdades democráticas no país.

9 Em relação à imprensa, é importante destacar que, assim como a Igreja e a OAB, todos os meios de comunicação apoiaram o Golpe. Somente depois passaram a posições críticas em relação à imprensa censurada.

10 Anistia significa: Ato pelo qual o poder público declara impuníveis, por motivos de utilidade social, todos quanto, até certo dia, perpetraram determinados delitos, em geral políticos, seja fazendo cessar as diligências persecutórias, seja tornando nulas e de nenhum efeito as condenações (Ferreira, 1975, p. 101).

Nesse contexto, eclodiram as greves em quase todos os lugares do país, inclusive as de São Paulo. Os movimentos sociais voltavam a se organizar, surgindo nesse período, grandes manifestações. Os estudantes, sindicalistas e os demais movimentos sociais, no final da década de 1970, retornaram ao cenário político brasileiro. Dessa vez, contaram com uma significativa adesão da sociedade civil na luta pela democracia.

A literatura consolidou a expressão de uma nova sociedade civil, que teve nos movimentos sociais que emergiram no período, seus construtores. Novos personagens surgiram nesse cenário político (Doimo, 1995; Sader, 1995; Gonh, 2002).

Durante esse período, houve um crescimento significativo do MDB no Congresso Nacional, surpreendendo o regime autoritário e o próprio MDB, demonstrando, no entanto, mudanças nas tendências eleitorais do país. Em 1978, o MDB assumiu um papel de oposição “real” ao regime autoritário, aglutinando setores diversos da política que iam desde políticos conservadores a tendências socialistas.

A diversidade de posições políticas que estavam no MDB dificultou o consenso sobre uma plataforma coerente pelo partido, tendo um apoio forte da sociedade por criticar a situação econômica do país, o arrocho sobre o salário dos trabalhadores e as condições de vida de grande parte da população.

Para não perder totalmente o controle do processo político e da crescente perda de legitimidade, o regime autoritário iniciou a política oficial de abertura. Dessa forma, tentando dividir o campo democrático, o regime ampliou a possibilidade de organização partidária, bem como o aparecimento de novas agremiações e partidos políticos.

De acordo com esse cenário político, o governo criou, em 1979, a Lei orgânica dos novos partidos, tendo como objetivo fragmentar a oposição parlamentar ao regime. Nos anos 1980, iniciou-se um processo de criação de novos partidos políticos.

O MDB passou a ser o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sob a liderança de Ivet Vargas, apoiou o governo do general João Baptista Figueiredo; o Partido Popular (PP), moderado, fazia algumas críticas ao Regime Militar, depois se incorporou ao PMDB; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola, lutava pelo socialismo democrático; dentre alguns dos

novos partidos, surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT), no ano de 1980, que aglutinou e expressou os novos atores sociais surgidos no período.

O PT foi um partido formado por diversos setores da sociedade brasileira, como a ala progressista da Igreja Católica, intelectuais, artistas, militantes de esquerda. Um partido criado por várias concepções e tendências políticas, construído a partir de uma pluralidade de pensamentos, bem diferente dos outros existentes. Segundo Alves (1985, p. 277-278):

De todos os partidos de oposição, o PT era talvez o mais novo, no tipo de organização e no estímulo a uma nova forma de participação política. Todos os demais partidos enraizavam-se em correntes políticas tradicionais, beneficiando-se da experiência e de estruturas do passado. O PT, por outro lado, devia remediar ao mesmo tempo a falta de experiência política de seus filiados – mais acostumados à militância sindical ou nas organizações de base do que à formação político-partidária – e uma enorme carência de recursos e apoio financeiro.

Com a política de liberalização do Regime Militar, em 15 de novembro de 1982, aconteceram eleições para prefeito, vereador, deputado estadual, deputado federal, senador e governador. Essas eleições eram através do voto vinculado e as coligações entre os partidos eram proibidas.

Nesse período, muitos partidos ainda estavam clandestinos. Em 1984, os partidos de oposição, juntamente com entidades representativas da sociedade civil, iniciaram uma campanha pelas eleições diretas para Presidente da República. No entanto, mesmo com o crescimento da mobilização popular, as eleições acabaram acontecendo através do Colégio Eleitoral, sendo mais uma vez realizadas de forma indireta.

A transição democrática brasileira significou um processo de negociação entre os atores políticos. Nesse sentido, a transição foi lenta e pactuada. Ocorreu como um projeto tão tradicional como elitista de consolidação nacional, baseada no continuísmo político (Weffort, 1984; O' Donnell, 1988).

Durante o longo período em que o regime autoritário governou o Brasil, ocorreram profundas mudanças econômicas, políticas e sociais. No entanto, os anos 1980 representaram um tempo ímpar da História política do Brasil e da luta em busca de transformações em praticamente todos os cantos do país. O tema principal era a promulgação de

uma nova Constituição, que tivesse como eixo a democracia, o respeito às liberdades individuais e aos Direitos Humanos.

Juventude e participação política

A participação dos jovens universitários nos diversos momentos históricos do Brasil pós-1930, notadamente através do Movimento Estudantil, tem sido objeto de uma significativa literatura. Esta, em boa parte, é responsável por uma noção consagrada tanto dos jovens universitários, quanto do sentido de sua participação política.

Em relação à participação dos jovens na política, a literatura tem como referência a atuação juvenil em entidades estudantis, ou seja, o Movimento Estudantil tem sido a forma de participação política da juventude que se tornou parâmetro para determinar o interesse ou apatia dos jovens em relação à política.

Dessa maneira, se é inegável que a atuação dos jovens no Movimento Estudantil tem sido uma constante em diversos momentos históricos da vida política brasileira, é necessário refletirmos sobre dois aspectos fundamentais: os jovens do Movimento Estudantil não significam a totalidade da categoria juventude, nem o Movimento Estudantil constitui-se na única forma de atuação sociopolítica da juventude.

Nesse sentido, devemos compreender o Movimento Estudantil como sendo uma parcela da juventude que apresenta um modo particular de fazer política. No entanto, o ano de 1968 destacou-se na História do Brasil e do mundo como um período de manifestações dos estudantes e trabalhadores contra o sistema político estabelecido. Desses protestos, destacaram-se os ocorridos em maio de 1968, em Paris, França.

Inicialmente, era exigida a reabertura da Faculdade de Letras de Natterre, havendo forte repressão policial, resultando em várias passeatas. Depois, a revolta foi ampliada, configurando-se, assim, permanentes protestos contra o governo do conservador Charles de Gaulle. Segundo Hobsbawn (1971, p. 237): “O movimento de ativistas de um campus de subúrbio foi transformado em um movimento de massas que incluía praticamente todos os estudantes de Paris, desfrutando de amplo apoio da opinião pública”.

Esse movimento contestador da ordem social, ocorrido na França, ameaçou profundamente o regime político do país, sendo iniciado e inspirado por estudantes. Conforme Hobsbawm (1971, p. 237):

O movimento estudantil, por si só, era um transtorno, mas não um perigo político. As autoridades o subestimaram completamente, e isto deve em grande parte a que elas estavam preocupadas com outros assuntos, inclusive outros problemas da universidade e discussões burocráticas entre vários departamentos governamentais, aos quais lhes pareciam mais importantes. Contudo, paradoxalmente, a própria falta de importância do movimento estudantil o transformou num detonador sumamente efetivo para a mobilização operária. Tendo o subestimado e negligenciado, o governo tentou dispersá-lo pela força.

O movimento de maio de 1968, na França, colocou em xeque o governo do general De Gaulle. Entre 14 a 27 de maio, essencialmente, houve uma greve geral, a maior de todo o país. O governo, cada vez mais, foi sendo questionado, recorrendo ao uso da força, para reprimir e acabar com o movimento.

No Brasil, em 1968, os estudantes foram às ruas reivindicando mais verbas para a educação, contra o acordo MEC-USAID¹¹, que, dentre outras medidas, procurava introduzir o ensino pago nas universidades públicas. Começavam a surgir passeatas, uma delas chegando a reunir até cem mil pessoas, ficando conhecida na História pela Passeata dos cem mil.

Nesse mesmo ano, morreu no Rio de Janeiro, o estudante Edson Luís, no dia 28 de março, vítima da repressão, gerando grande revolta na população. A partir daí, o dia 28 de março ficou conhecido em todo Brasil como o Dia Nacional de Luta dos Estudantes. Ainda em 1968, no dia 13 de outubro, A União Nacional dos Estudantes realizou o XXX Congresso da UNE, clandestinamente, em Ibiúna, SP, que foi surpreendido pela polícia, tendo sido presos todos os participantes do evento.

11 O objetivo desse acordo era aperfeiçoar o modelo educacional brasileiro. Isso se deu através da reforma do ensino, na qual os cursos primário (cinco anos) e ginasial (quatro anos) foram fundidos, passando a se chamar *primeiro grau*, com oito anos de duração, e o curso científico, fundido com o clássico, passou a ser denominado *segundo grau*, com três anos de duração, e o curso universitário passou a ser denominado *terceiro grau*. Com essa reforma, eliminou-se um ano de estudos, fazendo com que o Brasil tivesse somente 11 níveis até chegar ao fim do segundo grau, enquanto outros países europeus e o Canadá possuem no mínimo 12 níveis.

Conforme Araújo (2007), o Movimento Estudantil brasileiro começou a se reorganizar a partir do Congresso da UNE, em 1977. Com o objetivo de realizar o congresso e reconstruir a UNE, foram feitas três versões do III Encontro Nacional de Estudantes (III ENE). Uma em Belo Horizonte, que não chegou a se concretizar porque a polícia prendeu quase todos os delegados estudantis; e duas em São Paulo, uma na Universidade de São Paulo (USP) e outra na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), que sofreu violenta repressão (Araújo, 2007, p. 223).

Os estudantes marcaram o III ENE para setembro, na USP. No dia marcado para o encontro, o coronel Erasmo Dias, Secretário de Segurança Pública de São Paulo, ocupou a Cidade Universitária, declarou “recesso” na USP e colocou policiais em locais estratégicos, nas vias de acesso à universidade. Porém, foi montado um esquema clandestino para a realização do congresso.

Vários estudantes conseguiram se reunir na PUC-SP e decidiram fazer um congresso rápido, concentrado, com um único ponto de pauta. No entanto, enquanto se realizava, num auditório da universidade, uma assembleia metropolitana de estudantes para decidir medidas de protesto ao cerco policial da USP, os delegados de outros estados e representantes das entidades estudantis paulistas realizavam, clandestinamente, numa sala de aula, o III ENE (Araújo, 2007).

De acordo com Araújo (2007), quando foi divulgada pelo rádio, a notícia da realização bem-sucedida do III ENE, a PUC foi invadida, depredada, teve portas derrubadas, vidros quebrados. A biblioteca foi invadida e teve alguns livros destruídos. Muitos estudantes foram agredidos, sufocados pela fumaça das bombas lançadas por policiais. Era o dia 22 de setembro de 1977, um dia que representou a vitória pela criação da Comissão Pró-UNE, como também, paradoxalmente, um dia de luto pela invasão da PUC São Paulo.

Em 1977 foram retomadas as manifestações contra o Regime Militar autoritário, que reprimiu, censurou e torturou muitos líderes estudantis. Aumentaram as reivindicações por mais verbas para as universidades, contra os preços abusivos das mensalidades e pela libertação dos presos políticos. O AI-5 é revogado em 1978 e começa uma campanha pela “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”, mobilizando intensamente o Movimento Estudantil.

O regime autoritário estava cada vez mais sem apoio da população, facilitando assim a formação de uma frente democrática contra a Ditadura, formada por diferentes setores e forças políticas da sociedade. O ME participou dessa frente democrática, como também da criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), criado pelo movimento popular.

No país inteiro, os estudantes começavam a escolher os delegados que participariam do congresso de refundação da UNE. Cinco mil estudantes compareceram ao Congresso de Reconstrução da UNE em Salvador. Mesmo com a tentativa do Regime Militar de impedir o ME de se reorganizar, a UNE foi reconstruída, definindo nesse momento que seus representantes seriam escolhidos através de eleições diretas para a diretoria da entidade.

Em agosto de 1979, foi sancionada a Lei da Anistia, porém com algumas limitações, não prevendo a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, com a punição dos torturadores, reivindicada pelo CBA. Mas, a Anistia garantiu a volta de muitos militantes exilados, que tiveram a possibilidade de retornar a vida pública.

No período em que a UNE era reconstruída politicamente, sua sede, situada na praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, foi demolida. Em junho de 1980, o prédio da UNE foi posto abaixo. No mesmo ano, em outubro, a UNE realizou seu 32º Congresso em Piracicaba, SP, que elegeu Aldo Rabelo como presidente e iniciou um longo processo de recuperação do terreno e do prédio demolido. Apesar da perda de sua sede histórica, a UNE estava definitivamente reconstruída e seguiu realizando seus congressos e elegendo seus presidentes¹².

A década de 1980 foi um período de manifestações sociais em todo o mundo. Alguns jovens foram personagens de vários processos políticos, culturais, sociais, em conjunturas próprias de seus países, suas regiões, suas comunidades, demonstrando o interesse em atuar nas ações que traziam mudanças significativas para a sociedade. De acordo com Iulianelli (2003, p. 61):

A década de 80 é aquela na qual emergem ações juvenis de caráter diverso. Não é mero acaso que 1985 foi declarado pela Organização das Nações Unidas o Ano Internacional da Juventude. As preocupações internacionais com o futuro, com o bem-estar das futuras gerações,

12 Ver sobre o assunto: ARAÚJO (2007, p. 237).

implicavam a inclusão da juventude internacional. Essas ações juvenis incidiam diretamente na construção de ações governamentais, que apontassem para um futuro coletivo, garantindo à juventude um papel distinto daquele de assistente ou paciente do porvir.

Durante o ano de 1984, uma grande campanha por eleições diretas para presidente do país mobilizou os estudantes e a sociedade brasileira. Essa campanha, denominada de Diretas Já, foi responsável por uma intensa movimentação política, marcada por grandes comícios e manifestações.

O momento foi de retomada das lutas estudantis e sociais. Os estudantes voltaram a se organizar, mobilizando a juventude universitária em todo país, atuando em parceria com os demais movimentos sociais, agindo com o objetivo de fortalecer a UNE e o crescimento da participação política dentro e fora do âmbito acadêmico.

Em seu universo de atuação, a juventude do Movimento Estudantil teve uma participação política em vários momentos da História, propondo alternativas ao conjunto da sociedade.

A participação política dos jovens no Movimento Estudantil inicia-se durante o período escolar, no caso do Movimento Estudantil Secundarista, ou ao ingressar no ensino superior, no caso do Movimento Estudantil Universitário. Essa forma de participação clássica da juventude no âmbito acadêmico, debatendo questões políticas ligadas ao cotidiano dentro das instituições de ensino, como também discutindo as ações governamentais voltadas para a Educação brasileira, faz do Movimento Estudantil um espaço de formação política, um ambiente propício para o surgimento de novos atores sociais.

É importante ressaltar que, diferente da organização dos trabalhadores em seus sindicatos e associações, o envolvimento do estudante em suas entidades representativas e no Movimento Estudantil é passagiero, devido à temporalidade da sua condição de estudante, que dura em média cinco anos, na universidade. Segundo Fraga (1996, p. 06):

A condição de estudante ocorre, nem sempre, mas no geral, na juventude (referimo-nos à juventude como sendo os jovens ingressos no sistema de ensino de primeiro, segundo e terceiro grau). Tal fato nos faz crer na possibilidade de ser o movimento estudantil uma primeira instância de participação organizada dos sujeitos sociais.

Portanto, devido ao curto tempo de sua condição, é comum o dilema das lideranças estudantis, que precisam conciliar os estudos com as atividades políticas. De um lado, enfrentam a cobrança de terminar os estudos, de outro lado, a necessidade de participar, a responsabilidade com os problemas da universidade e do país.

Nesse contexto, ao longo da sua história, o Movimento Estudantil vem sendo dirigido por diferentes juventudes. Estudantes que se limitavam às lutas específicas e aos muros da universidade, ou da escola, no caso das secundaristas, como também, em outros períodos, jovens que extrapolaram os muros, sendo fundamentais no processo de construção de uma sociedade mais humana.

Práticas culturais do Movimento Estudantil na UFRN

Investigar as práticas culturais do Movimento Estudantil na UFRN nos anos do regime autoritário e na luta pela abertura política, implica em fazer uma abordagem dos momentos de maior efervescência cultural dos estudantes na sua atuação política à frente das entidades estudantis.

Na história política e cultural da intervenção da juventude estudantil em parceria com artistas na sociedade brasileira, os anos 1960 representam um período de grande participação, criação e produção de bens simbólicos no país. Esse período foi marcado pela mobilização política de artistas, intelectuais e dos movimentos sociais.

A Revolução Socialista de Cuba tinha acabado de acontecer em 1959, um clima de mudanças contagiava a sociedade brasileira, os setores progressistas estavam eufóricos, a juventude engajada em busca da concretização de um projeto coletivo de transformação do país e da realidade do povo brasileiro. Conforme Ridenti (2000, p. 92):

No entanto, especialmente nos anos 60, havia uma ligação íntima entre expressão política, artística e científica – todas voltadas para a revolução brasileira –, que conduzia os jovens engajados das classes médias a militar no cinema, no teatro ou em qualquer arte, no jornalismo, na universidade e/ou em algum partido político revolucionário em sentido estrito – sendo essas opções encaradas como formas de realização de projetos coletivos e não essencialmente como opção individual de carreira.

Nesse período acontecia em Pernambuco o Movimento de Cultura Popular¹³ (MCP), o qual foi divulgado através das conferências de Paulo Freire organizadas pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), influenciando fortemente a juventude e a intelectualidade no Rio de Janeiro, o que contribuiu para a criação do Centro Popular de Cultura da UNE (CPC da UNE).

A experiência do CPC foi interrompida pelo incêndio no prédio da UNE no Rio de Janeiro, marcando o Golpe Militar e destruindo um projeto coletivo que visava transformar a realidade social por meio da arte. Portanto, o CPC influenciou profundamente o surgimento de outros movimentos artísticos e culturais, como o Cinema Novo, sendo responsável pelo engajamento e início da carreira de vários artistas e intelectuais nas áreas de cinema, teatro, música, literatura, poesia, que continuaram fazendo sucesso e brilhando como grandes expressões da cultura brasileira.

Na UFRN, no final dos anos 1970 e nos anos 1980, no Movimento Estudantil, as principais ideias políticas eram de esquerda, socialistas, falava-se muito em revolução. A luta pós-Anistia fez surgir novas forças políticas, tais como o Partido dos Trabalhadores, as centrais sindicais, os movimentos feministas, ambientalistas.

O novo sindicalismo surge nos anos 1970, em meio à resistência ao regime autoritário e às práticas sindicais pelegas dos sindicalistas autorizados pelo governo militar.

O novo e o velho sindicalismo influenciavam outros movimentos sociais no país. O PCB, chamado partidão, representava também no Movimento Estudantil uma postura que era interpretada pelos outros grupos como tradicional, conservadora, conciliadora. Ou seja, era visto como o velho, o passado. O novo estava representado através das várias correntes políticas do PT, que reivindicavam e monopolizavam esse discurso.

O novo tinha de ser diferente, combativo e radical a qualquer ação ou prática autoritária. Entretanto, a História Política e Social é marcada por rupturas e continuidades. Cada momento tem sua especificidade, porém carrega em si algumas continuidades com práticas anteriores,

13 O Movimento de Cultura Popular (MCP), cuja atuação era voltada para a alfabetização da população, era ligado ao Governo do Estado de Pernambuco.

muitas vezes compreendidas como velhas. Nesse sentido, no decorrer do tempo, identificamos que nem tudo é tão novo ou tão velho assim.

No final da década de 1970 e nos anos 1980, a pauta principal era a luta pela Redemocratização do país, que envolvia bandeiras de luta como a constituinte, as eleições diretas para presidente e o fim do autoritarismo. Essas eram as chamadas bandeiras democráticas à época, e, no Movimento Estudantil, mobilizavam os jovens universitários de diferentes correntes políticas visando construir uma sociedade democrática.

No Rio Grande do Norte, o Movimento Estudantil vivenciava um processo de luta contra a repressão, pleiteando o retorno das eleições diretas para as entidades estudantis e liderava as mobilizações junto aos movimentos sociais devido às especificidades locais, naquele momento político. Christian Lira de Vasconcelos, em depoimento, afirma que: “Ao lado dessas lutas, obviamente, nós tínhamos as lutas próprias dos segmentos estudantis. A democratização da universidade, mais verbas para a educação, a reconstituição da UNE, a reestruturação do Movimento Estudantil” (Vasconcelos, 2008).

Nesse clima de efervescência, as atividades e produções culturais eram intensas. Existia uma necessidade de questionar, muitas vezes por meio da ação cultural, o regime autoritário, como também os temas da universidade.

Os eventos que foram organizados, as músicas¹⁴ que eram ouvidas, os artistas que se apresentavam, as esquetes e peças teatrais que eram feitas, mostravam produções culturais pedagógicas de atuação do movimento que estavam na agenda da política. Esses momentos de atividades culturais eram uma forma de sociabilidade na universidade, como também de a entidade estudantil fazer política.

A discussão sobre a concepção de cultura presente no Movimento Estudantil dos anos 1980 passa por uma análise da concepção de cultura nos partidos políticos de esquerda presentes nesse Movimento. Carlos Nascimento de Andrade, em entrevista, aponta para o fato de que tudo isso passa por uma análise dos programas partidários em âmbito nacional. Pois, as determinações nacionais dos partidos eram implementadas nas cidades, nos bairros, nas comunidades. A política

14 Sobre o assunto da resistência através da música, ver: FRAGA, João Maria de Sousa. **Censura e resistência**: os governos militares brasileiros na sala de aula de História. Natal: Caravela Selo Cultural, 2023.

programática já vinha de cima, sendo colocada em prática a partir da realidade de cada espaço, das condições objetivas de cada universidade. Sobre esse assunto, Andrade (2008) afirma:

Acho que todas as tendências de esquerda viam a questão da cultura como algo instrumental, como algo pragmático voltado para a aglutinação dos estudantes [...] Objetivamente falando, se for analisar, todas as cartas-programa, todas as diretorias do DCE, desde a primeira, a Arueira, as ligadas ao PCdoB, a Viração. As tendências do PT, o PCB teve presente no DCE, as tendências que atuaram nos anos 1980, vai verificar que foram as diretorias ligadas ao PCB que mais priorizaram os aspectos culturais. O PCB priorizava as atividades culturais enxergando na política cultural uma possibilidade de conseguir uma adesão de grande parte dos estudantes nas ações promovidas pela entidade estudantil. O evento cultural realizado pelos militantes desse grupo político tinha um caráter festivo, de socialização, lazer, não estando direcionado a uma manifestação política.

De acordo com o autor, o fato de o PCB priorizar a cultura não queria dizer que eles estavam mais preocupados com essa questão que as outras correntes, mas a linha política do PCB historicamente foi mais ampla, marcada pela necessidade de se construir alianças. Diferente das tendências do PT, do PCdoB, que tinham uma política de aliança mais restrita, não tinham uma política mais voltada para as massas. Já o PCB tinha uma tática de ampliar, de ir além das direções dos movimentos sindicais e estudantis. De acordo com o autor,

O PCB tinha também uma visão instrumental da cultura, porque na visão do PCB a cultura aglutinava mais estudantes, as políticas culturais aglutinavam. Essa era a concepção do PCB. O PCB avaliava o que era uma posição racional, extremamente racional, que a política cultural atingia mais estudantes do que uma política de entidade voltada para a discussão da política nacional, da política partidária. Então essa era uma discussão instrumental, o PCB achava que o que aglutinava mais os estudantes era a cultura, não a política. E isso tinha relação com as táticas que eles tinham ao longo da História do Brasil. De política ampla, geral e irrestrita (Andrade, 2008).

O comportamento político do PCB no Movimento Estudantil era reflexo da política do partido. Uma postura de ampliação, de massas. Nesse sentido, o PCB atingia uma boa participação em suas atividades,

ou seja, era uma tática política de valorização da cultura, de uma prática cultural bem elaborada na atuação no ME.

Em termos conceituais, entre as tendências do Movimento Estudantil, nunca ocorreu uma discussão mais profunda sobre o que seria a cultura. O que havia era um eixo programático das chapas que concorriam ao DCE. Programas políticos que apresentavam uma diretoria de cultura a qual era responsável por definir diretrizes para a ação cultural das entidades estudantis.

Para a maior parte das correntes políticas, a cultura estava diretamente ligada às questões políticas. O objetivo seria utilizar da cultura como uma forma de chamar o estudante a participar e se engajar nas atividades promovidas pela entidade estudantil.

Segundo Adebal Ferreira Silva¹⁵, “A primeira ideia era que a cultura poderia ser usada como forma de conscientização das massas. Primeiro nós mudamos as pichações. Em vez de pichar, passamos a fazer painéis coloridos. Depois usávamos o teatro nos atos públicos” (Silva, 2008).

A cultura aparecia com uma vertente instrumental, como uma forma de mobilizar, de politizar o meio estudantil. Havia uma referência na música popular brasileira, em autores e cantores que pregavam a liberdade, o ideal de uma nova sociedade. A parte cultural era trabalhada enquanto espaço de agregação dos estudantes, um momento de lazer. Como afirma Cipriano Maia de Vasconcelos¹⁶:

O que a gente tinha como destaque no campo artístico-cultural era a realização de debates temáticos, que misturava um pouco de discussão cultural. Então a gente fazia um debate sobre temas políticos, culturais, e na época, às sextas-feiras, em sequência tinha uma parte mais de lazer, que era uma boate que existia no Centro de Saúde (Vasconcelos, 2008).

Os debates políticos eram conduzidos integrados às manifestações culturais. Eram debatidos vários assuntos, cultura, educação, política. Os debates eram encerrados com atividades culturais. Uma confraternização entre a juventude da UFRN.

¹⁵ Adebal Ferreira da Silva foi militante estudantil. É advogado e filiado ao Partido dos Trabalhadores.

¹⁶ Cipriano Maia de Vasconcelos fez parte do Movimento Estudantil no final dos anos 1970. É médico, professor universitário e membro do PT.

Eram feitos cordéis, charges, poemas, esquetes teatrais, eventos musicais, com o propósito de arrecadar recursos para a participação dos estudantes em congressos, encontros. Muitas vezes eram combinadas as atividades culturais com o interesse de captar verba para a participação em atividades nacionais.

Jornaizinhos eram lançados com o objetivo de difundir as ideias presentes na maior parte das tendências de esquerda e visavam promover a luta em defesa da Redemocratização na sociedade e na universidade. Nesses jornais eram comuns charges e poemas que abordavam a situação do país, fazendo críticas através da ação cultural.

O PCB, segundo depoimento de entrevistados, priorizava as questões internas da universidade em detrimento das lutas mais amplas e gerais. Enxergava a cultura na sua universalidade, percebendo-a como um fenômeno, uma manifestação que tem uma função própria, que vai além da política.

No entanto, essa forma de valorizar a cultura, sem necessariamente direcioná-la a uma manifestação política, fazia parte da própria estratégia do partido. Por trás dessa postura havia uma tática no Movimento Estudantil, que em grande parte dava certo, pois aglutinava os estudantes cujo discurso estava mais voltado para as questões internas e específicas da universidade.

Já a maioria das correntes políticas da época, como as internas ao PT, a ligada ao PCdoB), agiam para que, através da prática cultural, a entidade dialogasse com os estudantes. A participação política inúmeras vezes aconteceu por meio da cultura. Enquanto o PCB afirmava ser uma corrente que valorizava a cultura pela cultura, os outros grupos viam, nesse período, conforme depoimentos das lideranças estudantis, a cultura pela política.

De acordo com os depoentes que integravam diferentes partidos políticos, a realidade social que vivenciavam à época, por meio de expressões culturais, era uma forma de o Movimento Estudantil dar uma resposta ao regime autoritário.

Essas práticas culturais estavam inseridas num tempo histórico, num momento político e social específico. Embora a cultura seja ampla e universal, ela faz parte de um determinado contexto social, existindo a necessidade de buscar saídas, de criar respostas para as demandas sociais.

As práticas culturais engajadas nas lutas políticas fazem parte da história do Movimento Estudantil. A parceria do ME com os artistas de várias áreas da cultura possibilitou uma aproximação com a comunidade universitária e com parte da sociedade. Sobre essas práticas culturais, Adebald Ferreira Silva argumenta que: “Eram debatidas pelos artistas e elaboradas para serem postas em prática nas assembleias, reuniões e atos públicos” (Silva, 2008).

A cultura foi utilizada como um instrumento para alcançar os espaços sociais, para fazer ouvir a voz daqueles que estavam proibidos de se manifestar, combatendo os problemas sociais, criticando o regime autoritário através do teatro, da poesia, da charge, da literatura de cordel, da música etc. De acordo com Manassés Campos¹⁷, músico e compositor, que fazia uma militância mais vinculada à cultura no Movimento Estudantil:

Dentro do Movimento Estudantil tínhamos tudo, desde artista de circo, poetas, músicos, dançarinos, atores de teatro. Os estudantes daquela época envolvidos no Movimento Estudantil tinham uma vinculação artística. Quando menos se esperava, alguém que parecia não ter nenhuma habilidade para a arte, escrevia poemas, já trazia consigo uma alma de poeta, uma alma de boa atriz (Campos, 2008).

Vários artistas faziam parte do Movimento Estudantil. Cada um contribuía com a sua arte, o seu talento, a sua boa vontade para a construção das atividades culturais e políticas. A criatividade de jovens universitários que produziam peças, charges, cordéis com o discurso, a atuação, a negociação ou o enfrentamento de lideranças estudantis, proporcionou uma produção artístico-cultural significativa na UFRN.

A esquerda brasileira, no período da resistência, inclusive o PCB, sempre teve uma presença muito forte entre os intelectuais. Com o surgimento do PT, as diferentes tendências cresceram entre esses grupos sociais.

Essa valorização da cultura pela esquerda não era apenas no sentido da instrumentalização da cultura, mas no sentido de perceber a cultura como um espaço importante, no que concerne às abordagens sobre as concepções de mundo. Através da cultura não se tinha

¹⁷ Manassés Campos foi militante estudantil nos anos 1980. Participou dos Festivais de Música nos anos 1980. Era jornalista, cantor e compositor. Filiado ao PT. Faleceu em 2023.

somente a possibilidade de fazer discussões gerais sobre a existência humana, mas também sobre as práticas cotidianas na sociedade. Cipriano Maia de Vasconcelos comentou que: “O cinema era um grande veículo, nós tínhamos uma grande vinculação de muitas lideranças do Movimento Estudantil ao Cineclub Tirol. E a utilização do cinema como um instrumento, também, de politização” (Vasconcelos, 2008).

O cinema foi uma das expressões culturais de destaque nos anos 1980 no país e na cidade de Natal. O Movimento Estudantil organizava encontros que tinham como objetivo assistir a filmes que geravam um debate intenso sobre assuntos da vida social e dos problemas que afetavam a população.

O cinema, o teatro e a música sempre foram recursos significativos dentro dessa tradição. Na cidade de Natal, por exemplo, foram criados muitos cineclubes. O chamado cineclubismo era um movimento de catalisação da sociedade natalense, dos jovens intelectuais, artistas, que faziam daqueles encontros momentos de discussão sobre os filmes que eram apresentados. Sobre esse tema, Maristela Pinheiro¹⁸ analisa que:

O Cineclub Tirol era um espaço de cultura que possibilitava não só reunir jovens para ver filmes, mas para realizar debates em áreas temáticas importantes, como o projeto Jarí, que eles viam através do filme “Iracema”, de Bodanzky, e depois a gente viu “Eles não usam Black tie”, e eram cenas que eram vistas, e eram discutidas num momento que você tinha 19, 20 e 21 anos, e eram jovens que estavam sentados ali num ambiente cultural, discutindo questões culturais sérias da sociedade. Esse aspecto da cultura aglutinou muito, inclusive. E era uma forma jovem também de expressão da cultura (Pinheiro, 2008).

O debate realizado após a exibição dos filmes proporcionava à juventude universitária uma troca de informações sobre diversos pontos de vista, uma interação com os problemas sociais, como também uma reflexão sobre o papel da universidade pública no combate à desigualdade e às injustiças sociais.

Dentro da universidade, havia também uma ampla programação de filmes. Tinha o cineclub do DCE e o dos Das, que exibiam filmes semanalmente. Havia um trabalho voltado para as diversas áreas culturais. Como relembra Fernando Mineiro¹⁹:

18 Maristela Pinheiro foi do Movimento Estudantil nos anos 1980. Assistente Social e membro do PCdoB.

19 Fernando Mineiro foi do Movimento Estudantil. É deputado federal pelo PT e professor.

São muitos trabalhos na área cultural, era um componente muito forte. Como eu era o responsável por essa questão na diretoria, sempre tive a preocupação muito grande em não ter uma relação utilitarista da cultura. Acho que a cultura tem um espaço específico, ela foca na luta da sociedade. Então, tinham várias coisas, em particular, que nós tínhamos o privilégio de ter. Como, por exemplo, filmes nacionais em todos os setores da universidade (Mineiro, 2008).

Muitos filmes, peças teatrais e músicas estavam censurados, os quais eram exibidos em um circuito alternativo. Conforme Mineiro (2008), foi elaborado um projeto que tinha como objetivo exibir semanalmente um filme para os representantes estudantis. No Campus da Saúde, na Faculdade de Odontologia, aconteciam sessões às quintas e sextas-feiras que contavam com participação expressiva dos alunos.

Nessas atividades, foram exibidos diversos filmes que depois se consolidaram no mercado. Filmes que abordavam temas políticos, sociais. Eram, muitas vezes, filmes que geravam polêmica na sociedade, por trazerem temáticas que não eram abordadas constantemente. Como relembra Antenor Soares de Medeiros:

Na nossa gestão fizemos também a exibição, que resultou até na prisão da gente que era diretor na época, que foi o filme “Je vous salue Marie”, foi um filme muito polêmico na época. [...] abordava a leitura da relação de Jesus Cristo e Maria. Eu me lembro que também foi uma coisa muito polêmica na universidade. Então foram momentos que a gente propiciou aos estudantes, sobretudo os estudantes carentes, os estudantes da Residência Universitária (Medeiros, 2008).

A utilização do cinema como forma de criticar o regime autoritário era constante. Filmes polêmicos eram exibidos pelo ME com o propósito de serem discutidos entre os estudantes universitários. Essa prática resultou em uma insatisfação de setores conservadores, que faziam a política do regime autoritário na UFRN e no estado, levando à prisão de Antenor Roberto de Medeiros e Maria da Conceição Fraga.

O Movimento Estudantil possuía um poder de mobilização importante. Nos setores da universidade, eram realizados concursos de poesia, peças teatrais, entre outros eventos culturais.

As calouradas organizadas pelo DCE para recepcionar os novos alunos contavam, desde o final dos anos 1970, com uma programação ampla que envolvia apresentações de peças teatrais, exibição de filmes, debates sobre reforma universitária, “imprensa alternativa”, finalizando com violeiros, literatura de cordel, shows musicais etc.

No início dos anos 1980, o DCE realizou um ciclo de debates sobre temas como a seca, a Assembleia Nacional Constituinte e a Educação Popular, cujo convidado foi o professor Moacyr de Góes. A calourada contou com o show do grupo musical de Almir Padilha, apresentação de mamulengo de Zé Relâmpago e lançamento de livro. Nesse período, foi apresentado o filme de Bertold Brecht “A exceção e a regra”²⁰.

Comemorando o primeiro aniversário da UNE reconstruída, o DCE promoveu uma campanha pró-filiação, na tentativa de fortalecer a entidade máxima de representação estudantil no país, além de outras atividades. Era um momento de discutir a importância da reconstrução da UNE e filiar o maior número de estudantes às entidades estudantis.

Durante esse ano foi convocada uma audiência dos estudantes com o reitor, no dia 02 de junho de 1980, com o intuito de conseguir a cessão de um maior número de passagens para a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) no Rio de Janeiro. De 02 a 04 de junho de 1980, ocorreu um debate com o professor Mário Schemberg sobre o tema “Universidade, tecnologia e dependência cultural”. No dia 06 de junho, foi exibido o filme “Matou a família e foi ao cinema”, de Júlio Peçanha, promovido pelo cineclube pelo Diretório Central dos estudantes e pelos Diretórios Acadêmicos, além da reabertura da Boate Carcará²¹. No dia 08, o tema foi o Movimento Estudantil local e nacional, onde foram convidadas todas as entidades estudantis do estado.

O movimento cultural que havia na UFRN possuía grande expressão fora da universidade. Eram eventos que tinham uma visibilidade social, ocupando os meios de comunicação impressos. Segundo Fernando Mineiro: “Só para se ter uma ideia, é importante lembrar os grandes eventos juninos. Na época junina em Natal, tinham grandes eventos na universidade. Além dos eventos nos bairros tradicionais, o São João da universidade era um grande evento” (Mineiro, 2008).

20 DCE-ESPECIAL – BALANÇO GERAL, novembro de 1980.

21 Boletim do DCE-UFRN, 1980.

Nos anos 1980, na época junina, um dos eventos que mobilizava a sociedade, era o São João na Universidade, organizado pelas entidades estudantis e realizado nas dependências do campus.

Outra manifestação cultural importante era a literatura, que, durante o regime autoritário, foi duramente censurada. De acordo com Cipriano Maia de Vasconcelos:

A literatura também tinha um uso entre essa vanguarda do Movimento Estudantil. Na infusão de ideias que propiciavam uma visão mais libertadora da sociedade. Alguns autores eram bastante lidos. No campo romântico, desde Jorge Amado na sua fase, digamos assim, socialista. A poesia de Vinicius de Moraes, enfim de outros autores, Antônio Calado, outros autores que a gente lia com esse intuito de entender a sociedade numa perspectiva da produção literária (Vasconcelos, 2008).

A leitura de obras clássicas, de poemas, de pensamentos políticos, contribuía para um amadurecimento teórico dos militantes do ME. O aprofundamento de teorias, de conceitos, contribuía para a formação política dos estudantes.

Além das obras canônicas da literatura, discutia-se também a literatura de cordel, a produção musical dos violeiros, como afirma Moisés Domingos:

Trouxemos também a nossa literatura de cordel, os nossos cantadores de viola. Como Crispiniano Neto, que trouxe vários violeiros. Então, nós tínhamos música, nós tínhamos a viola, o teatro, a música, que fazíamos divulgação com base política, através do Cordel. Tínhamos o cordel sobre o pacote da educação do Ministro Portela. E o resto era panfletagem mesmo. Panfletos, jornais etc. (Domingos, 2008).

Os estudantes organizavam protestos, faziam críticas à política educacional do regime, aos problemas da universidade e convidavam cantadores de viola, poetas, cordelistas para participar das manifestações organizadas pelo Movimento Estudantil.

Uma feira de livros é um exemplo desse tipo de ação cultural, realizada todos os anos pelo DCE, onde os estudantes tinham a oportunidade de doar, trocar e comprar livros por um valor acessível. Após a realização da Segunda Feira do Livro, o DCE inaugurou, em uma

sala no Centro de Convivência, no campus central da UFRN, um posto permanente de aquisição e troca de livros usados, chamado “Sebão” (Folha Acadêmica, Órgão Oficial do Diretório Central dos Estudantes, jun. 1985).

Outra dimensão cultural das atividades realizadas era a arte cênica. Eram realizadas esquetes e peças teatrais, que questionavam o Regime Militar e a falta de democracia dentro da universidade. O teatro tinha um propósito claro de fazer um protesto político, uma crítica, convidando o estudante para participar dos movimentos organizados pela entidade estudantil.

Nas campanhas do DCE, o teatro foi bastante utilizado, enquanto parte das lideranças faziam seus discursos políticos, outros realizavam pequenas encenações, mobilizando os estudantes universitários, que se interessavam em participar da política a partir das reflexões suscitadas pelos artistas que ali se apresentavam.

Conforme Moisés Domingos, o Movimento Estudantil contava com algumas atividades e um dos artistas que se destacou à época foi Bosco Cariri: “Tinha a figura histórica de um rapaz chamado Bosco Cariri que realmente fazia a nossa divulgação, a nossa propaganda crítica e política a partir da teatralização, da encenação, então ele realmente liderava com bastante talento essas atividades” (Domingos Sobrinho, 2008).

Essas atividades eram realizadas em todos os setores de aula. Moisés Domingos, em depoimento, conta que:

Geraldo Guedes e Bosco Cariri levavam uma maquetezinha de uma televisão e ficavam fazendo o Jornal Nacional. Bosco fazia o enterro do Ministro. Então lá vem o caixão e Bosco, como era do Ceará, do Cariri, ele vinha: “Valei-me, meu padrinho Padre Cícero”, e saía... Vestia uma bata, fazia uma freira, e saía pelos corredores da universidade.

As esquetes teatrais contavam com a irreverência, com a criatividade de estudantes que se caracterizavam de personagens para passar informação sobre temas relacionados à universidade, à sociedade, à educação. A encenação teatral era fruto do improvisado e do talento de alguns militantes, que usavam de suas habilidades artísticas para promover o debate crítico.

O DCE realizava as atividades políticas, as reuniões sobre o preço do Restaurante Universitário, campanhas em defesa do ensino público, encerrando as atividades com um evento cultural. Em 1982, foi realizado o evento intitulado Dia de convivência²², que contou com um show musical seguido da assembleia geral dos estudantes. Ao final do evento, houve apresentação de grupos de dança, teatro, exibição do filme “Outubro”, lançamento de livro, debates e outras atividades musicais.

Os estudantes-artistas participavam dos festivais de música organizados pelo DCE, que contavam com a participação de artistas locais e nacionais. De acordo com Hugo Manso: “Nós fizemos um Festival de Música do DCE, em parceria com o NAC, que é o Núcleo de Arte e Cultura da universidade, que produziu um disco, um LP, a melhor voz foi a de Vidger” (Manso, 2008)²³.

O Movimento Estudantil resgatou os antigos festivais de música. O primeiro festival foi realizado entre 27 e 30 de outubro de 1982²⁴, no Teatro Alberto Maranhão, que era chamado de Festival de Música e Poesia da UFRN. Foi promovido pelo DCE, Núcleo de Arte e Cultura da UFRN (NAC) e Escola de Música da UFRN (EMUFRN).

Diversos shows foram promovidos pelo Movimento Estudantil, a exemplo de um evento realizado no Teatro Alberto Maranhão, que contou com um show de Geraldo Azevedo, oportunidade em que ocorreu a campanha pela legalização da UNE, cujo público ultrapassou a capacidade do teatro. Hugo Manso, ex-presidente do DCE/UFRN, afirma: “Eu lembro que nós fizemos um circuito levando um companheiro, que hoje eu acho que está na Europa, chama-se Lola, em Currais Novos, na cidade, fora do campus, uma promoção do DCE, chamava-se CIO da terra. Um projeto que Lola elaborou”²⁵.

Foram elaborados projetos culturais na área da música. O DCE, em parceria com os compositores, músicos, cantores, promoveu ações que visavam divulgar o trabalho artístico dos universitários. Esses artistas passaram a ter evidência em toda a cidade, muitos dos quais iniciando sua carreira artística nas atividades realizadas pelo ME na UFRN.

22 Boletim do DCE-UFRN, agosto de 1982.

23 (Manso Júnior, 2008) – Documento sonoro.

24 Ver sobre o assunto o *Boletim do DCE* – UFRN, outubro, 1982.

25 (Manso Júnior, 2008) – Documento sonoro.

Diante do exposto, podemos afirmar que, no período em que o país ainda vivia um clima de autoritarismo, a cultura pôde ser pensada como um importante instrumento de transformação social na UFRN. Através das práticas culturais foram expressados sentimentos, valores, comportamentos, posturas individuais e coletiva.

Para a produção do conhecimento histórico, é relevante considerar as manifestações artísticas e culturais da sociedade. A música, assim como o teatro, cinema, a literatura, foi reflexo da inquietação da juventude, da tentativa de se buscar novos caminhos para construir uma sociedade democrática.

As práticas culturais se consolidaram na UFRN como um elemento contestador, construindo novas formas de agir e pensar, sendo fundamentais para o desenvolvimento social.

Considerações finais

Os movimentos culturais na UFRN, nos anos 1980, foram marcados por conflitos entre as ações autoritárias e antidemocráticas e a resistência da comunidade universitária, em especial os estudantes. O regime autoritário instalado no país desde 1964 resultou em um processo conturbado, de censura, manifestações sociais e políticas, que passou a influenciar diretamente as práticas culturais no Brasil.

No Movimento Estudantil da UFRN, a maior parte dos grupos políticos de esquerda usou a cultura como forma de mobilizar estudantes para participar de atividades políticas. Através de produções e manifestações culturais, as entidades se posicionavam contra o regime autoritário. Os estudantes lutavam por mais verba para a educação e para a assistência estudantil.

Novas práticas sociais surgiam e provocavam a reação dos estudantes ao se contrapor ao controle exercido pelo regime autoritário. Numa tentativa de alcançar um acesso mais democrático à cultura, surgiram nesse período algumas produções culturais de caráter contestador.

Esses conflitos foram resultado da inquietação da juventude, da reação da população aos acontecimentos ocorridos num determinado

tempo histórico, em que os sentimentos, as angústias, as contradições, as vontades eram refletidos na esperança da construção de novos espaços de luta, de organização social e de organização dos movimentos sociais, dentre os quais o Movimento Estudantil.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3. ed. São Paulo: Vozes, 1985.

ANDRADE, Carlos Alberto Nascimento. **A organização política dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974-1984)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1994.

ANDRADE, Carlos Alberto Nascimento. **Carlos Alberto Nascimento de Andrade**: [nov. 2008] Entrevistadora: Michelle Pascoal Maia. Natal, RN. 2008. 1 cassete (27 min.) (Ex- militante estudantil nos anos 1980, professor universitário).

ARAUJO, Maria Paula. **Memórias estudantis: 1937-2007**: da fundação da UNE aos dias atuais. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Roberto Marinho, 2007.

CAMPOS, Manassés de. **Manassés de Campos**. [out. 2008] Entrevistadora: Michelle Pascoal Maia. Natal, RN. 2008. 1 cassete (23 min.) (Ex- militante estudantil nos anos 1980, jornalista).

DOIMO, Ana M. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: ANPOCS; Relume Dumará, 1995.

DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. **Camadas médias, movimentos sociais e a abertura**: a emergência dos movimentos sociais em Natal no pós-64 (1974). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1988.

FRAGA, João Maria de Sousa. **Censura e resistência:** os governos militares brasileiros na sala de aula de História. Natal: Caravela Selo Cultural, 2023.

FRAGA, Maria da Conceição. **Estudantes, cultura e política:** a experiência dos manauaras. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

FRAGA, Maria da Conceição. Ritual e símbolo na política estudantil. *In:* BARREIRA, Yrles; VIEIRA, Sulamita (org.). **Cultura e política:** tecidos do cotidiano brasileiro. Fortaleza: EDUFC, 1998.

FRAGA, Maria da Conceição. **Da clandestinidade ao parlamento.** Natal: Caravela Selo Cultural, 2018.

FRAGA, Paulo César Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva (org.). **Jovens em tempo real.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONH, Maria da Glória. **Movimentos sociais e lutas pela moradia.** São Paulo: Loyola, 1991.

GONH, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2002.

HOBBSAWM, Eric J. **Revolucionários.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

JÚNIOR, Hugo Manso. **Hugo Manso Júnior.** [agosto 2008]
Entrevistadora: Michelle Pascoal Maia. Natal, RN. 2008. 1 cassete (41 min.) (Ex- militante estudantil nos anos 1980, engenheiro mecânico).

MAIA, Michelle Pascoal. **A ocupação da reitoria (1984):** seis dias que abalaram a UFRN. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

MAIA, Michelle Pascoal. **Cultura e política no Brasil: a experiência do Centro Popular de Cultura da UNE. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História)** – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

MAIA, Michelle Pascoal. **Juventude universitária nos anos 1980: as práticas culturais do Movimento Estudantil na UFRN. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)** – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/13562/1/JuventudeUniversit%C3%A1riaAnos_Maia_2009.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

PINHEIRO, Maristela Gomes. **Maristela Gomes Pinheiro**. [nov. 2008] Entrevistadora: Michelle Pascoal Maia. Natal, RN. 2008. 1 cassete (26 min.) (Ex-militante estudantil nos anos 1980, Assistente Social).

MEDEIROS, Antenor Roberto Soares de. **Antenor Roberto Soares de Medeiros**. [nov. 2008] Entrevistadora: Michelle Pascoal Maia. Natal, RN. 2008. 1 cassete (22 min.) (Ex- militante estudantil nos anos 1980, Procurador do Estado).

MINEIRO, Fernando. **Fernando Mineiro**. [agosto 2008] Entrevistadora: Michelle Pascoal Maia. Natal, RN. 2008. 1 cassete (23 min.) (Ex-militante estudantil nos anos 1980, professor, ex-deputado estadual e exerce o mandato de deputado federal).

O’ DONNELL, G. “Transição, continuidades e alguns paradoxos” e “Hiatos, instituições e perspectivas democráticas”. In: REIS, F. W; O’ DONNELL, G. (org.). **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice, 1988.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, George Henrique Ferreira dos. **Atos Institucionais e ensino de História da Ditadura Militar no Brasil**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022.

SILVA, Adebald Ferreira. **Adebald Ferreira Silva**. [dez. 2008]
Entrevistadora: Michelle Pascoal Maia. Natal, RN. 2008. 1 cassete (16 min.) (Ex- militante estudantil dos anos 1980, advogado).

SINGER, Paul. **A crise do milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SOBRINHO, Moisés Domingos. **Moisés Domingos Sobrinho**. [set. 2008]
Entrevistadora: Michelle Pascoal Maia. Natal, RN. 2008. 1 cassete (38 min.) (Ex-militante estudantil nos anos 1980, professor universitário).

VASCONCELOS, Cipriano Maia de. **Cipriano Maia de Vasconcelos**. [dez. 2008] Entrevistadora: Michelle Pascoal Maia. Natal, RN. 2008. 1 cassete (22 min.) (Ex-militante estudantil nos anos 1980, médico e professor universitário).

VASCONCELOS, Christian Lira de. **Christian Lira de Vasconcelos**. [nov. 2008] Entrevistadora: Michelle Pascoal Maia. Natal, RN. 2008. 1 cassete (23 min.) (Ex-militante estudantil nos anos 1980, servidor público e jornalista).

WEFFORT, Francisco. **Por que democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

MILITANTES ESTUDANTIS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO NORTE (1960-1990)

Adriana Cristina da Silva Patrício¹

O século XX foi marcado por inúmeros acontecimentos inéditos na História que tiveram destaque e influenciaram na vida política de todas as nações. A Primeira Guerra Mundial; a Revolução Russa; a crise econômica de 1929; o surgimento e o crescimento do nazismo e do fascismo na Europa; bem como a Segunda Guerra Mundial, influenciaram nas decisões políticas, econômicas e sociais de todo o mundo. O contexto da Guerra Fria, a qual bipolarizou o mundo a partir de 1945, deve ser destacado nos processos de análise que qualquer país que – direta ou indiretamente – sofreu intervenções das duas grandes potências mundiais, a União das Repúblicas Sociais Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos.

As transformações sociais e culturais devem ser também consideradas em qualquer análise, pois o século XX assistiu a inúmeros movimentos de ruptura com a velha ordem dos costumes e das ideias, intensificados devido ao acúmulo de informações que os meios de comunicação e as novas tecnologias conseguiram produzir, sendo palco do que Hobsbawm (1995) chama de “Revolução Cultural e Social”, onde há mudanças significativas na família, de gênero e de gerações.

No final da década de 1960 e durante a década 1970, o Brasil esteve sob o comando dos governos militares, os quais organizaram uma forma de governo combinando crescimento econômico e práticas autoritárias, fruto de uma política de resguardo da estrutura capitalista ameaçada pelas revoluções socialistas, que se desencadearam pelo mundo afora a partir daquele período. Os golpes militares se intensificaram na América

1 Mestra em História e Espaços pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Professora da Rede Pública Municipal de Natal, RN.

Latina, principalmente depois da Revolução Cubana de 1959, onde, em plena Guerra Fria, temia-se que a égide do Comunismo Soviético se propagasse pelo Ocidente. Quando os militares tomaram o poder, consideraram o ato como uma revolução. Já os contrários ao regime, denominaram como golpe. Fernando Henrique Cardoso, em *O modelo político brasileiro*, afirma:

Está claro que ninguém (e menos ainda àqueles que deram o golpe) ocorreria pensar que 64 significou uma revolução, na acepção corrente da palavra, isto é, uma modificação nas bases do poder de tal modo que camadas sociais e economicamente antes dominadas tivessem passado, depois de 64, a dispor de maior poder de decisão (Cardoso, 1972, p. 51).

Dada essa definição, trataremos como Golpe o movimento deflagrado em março de 1964, fruto de um processo programado que se iniciou desde o começo dos anos 1960, quando as forças conservadoras temiam que os progressistas e revolucionários governassem o país.

Em Natal, o Golpe de 1964 encontrou o município nas mãos do Prefeito Djalma Maranhão. No livro de Mailde Pinto Galvão, *1964: aconteceu em abril*, podemos ter uma ideia da atuação de lideranças estudantis envolvidas nos projetos populares da administração de Djalma Maranhão, como, por exemplo, no projeto *De pé no chão também se aprende a ler* (Galvão, 1994). A maioria das lideranças estudantis presas, que naquela época já estavam na universidade, tinha se engajado politicamente através da atuação no Movimento Estudantil Secundarista. Os militares perseguiram todos aqueles que eram contrários às práticas antidemocráticas e, com isso, fecharam as entidades estudantis. Só a partir da década de 1980 é que os movimentos populares tiveram condições de se reestruturar, e esse foi o caso do Movimento Estudantil aqui em Natal (Patrício, 2003).

Com o Golpe, os militares trataram de estruturar e organizar o Estado de acordo com o novo Regime. A ideologia oficial das Forças Armadas, após 1964, voltada para a caça ao “inimigo interno”, impôs remodelações profundas na estrutura do sistema de segurança do Estado brasileiro. Nos primeiros anos, foram instituídos Atos Institucionais (AI) e criados órgãos de investigação que perseguiam opositores.

Nessa primeira fase do Regime, há uma certa abertura aos movimentos de oposição. Até 1968, pode-se considerar um período mais

"brando" da Ditadura, em contraponto às posições pós-1979. Devagar, a oposição ao Regime vai readquirindo força das ruas, das fábricas e das escolas, apesar de toda a repressão. Em março de 1968, no Rio de Janeiro, a polícia intervém contra uma manifestação de estudantes e mata o secundarista Edson Luís, 18 anos, e, após esse acontecimento, espalham-se por todo o país manifestações públicas de protesto. Para interromper todas aquelas manifestações de oposição, o governo Costa e Silva decreta o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968. O Congresso é colocado em recesso, assim como seis assembleias legislativas estaduais e dezenas de câmaras de vereadores em todo o país.

O resultado de todo esse arsenal de atos, decretos, cassações e proibições foi a paralisação quase completa do movimento popular de denúncia, resistência e reivindicação, restando principalmente a clandestinidade como forma de oposição.

Apesar da censura, os artistas também encontraram uma forma de se opor ao governo, através da música, do humor, do teatro, entre outras manifestações culturais, as quais criticavam, muitas vezes metaforicamente, os governos militares. A exemplo, podemos citar a Música Popular Brasileira (MPB), que produziu, durante esse período alguns clássicos, como as canções de Chico Buarque de Holanda – chamado periodicamente aos Departamentos de Polícia Política por causa de suas produções, como: *Cálice* e *Apesar de você*, entre tantas outras – que tinham um viés político-social. Os festivais da MPB, as charges de Ziraldo, as peças de Augusto Boal, todas essas manifestações tentavam ludibriar a censura de alguma forma, servindo como instrumento de crítica. O exílio foi um dos mecanismos de repressão usado para punir os artistas.

Em 1969, o general Presidente Costa e Silva afasta-se do poder e os três ministros militares impedem a posse do vice-presidente, Pedro Aleixo. Em resposta ao AI-5, a resistência armada intensifica suas ações e parte para os sequestros, exigindo em troca a liberdade de presos políticos; a Junta Militar, por sua vez, adota as penas de morte e banimento, tornando mais duras as proibições previstas na Lei de Segurança Nacional.

A tortura no período militar foi institucionalizada. Ela era estudada, se sabia como praticá-la de forma eficiente. Existia todo um aparato de órgãos, cárceres privados e médicos legistas envolvidos na prática repressiva.

Esse cenário levou muitas pessoas e, dentre elas, os militantes estudantis, a se engajarem nos grupos de oposição clandestina, moldando suas vidas em conformidade com os princípios de segurança que pudessem garantir sua sobrevivência e a do grupo do qual faziam parte. Alguns deles foram mortos pelos órgãos de repressão, como os militantes estudantis do RN, José Silton Pinheiro e Emmanuel Bezerra dos Santos², protagonistas do Movimento Estudantil Secundarista dos anos 1960. Outros sobreviveram e estão aí para contar a história daqueles tempos difíceis.

A partir de 1974, há uma mudança no regime e tem início o processo de abertura política. Nesse contexto, os movimentos sociais passam a valorizar a democracia como objetivo principal e viável.

Desde a posse do general Presidente Ernesto Geisel, em 1974, o Brasil começou a passar pelo processo de “distensão”, seguindo a ordem de uma mudança lenta, gradual e segura, sob o controle dos militares. Segundo Vieira (1986 *apud* Andrade, 1994, p. 60), “a distensão significava, em última análise, institucionalizar os princípios de segurança nacional e do desenvolvimento, disfarçando-os em princípios constitucionais”.

No fim dos anos 1970, o Brasil enfrenta inúmeras manifestações contra o regime ditatorial: lutas contra o autoritarismo e reivindicações pela Anistia para presos políticos. Vamos assistir a tentativa dos governos militares de se perpetuar no poder o máximo possível, permitindo uma certa “abertura” através de algumas concessões. No início dos anos 1980, torna-se evidente o esgotamento dos governos militares e nota-se um amplo movimento de Redemocratização em todo o continente.

Ainda sobre esse contexto histórico, Silva (1990, p. 385) afirma que, no início da década de 1980, o crescimento econômico estagnou em toda a América Latina, levando a maioria dos países a rever suas políticas econômicas e sociais. Os governos militares não possuíam recursos e projetos para sair da crise, enquanto inúmeras manifestações populares tomavam as ruas.

A transição entre a Ditadura e o regime “democrático-representativo” no Brasil se deu de forma lenta e gradual, seguindo um acordo entre os setores conservadores e as forças progressistas da oposição. Nessa perspectiva, Silva (1990) caracteriza duas formas clássicas

2 Ver: ARAÚJO, Maria do Amparo *et al.* (org.). **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

de transição: *por colapso*, que se refere a rupturas bruscas contra o autoritarismo vigente – ocorridas em países como Argentina, Bolívia e Grécia; e *pactuadas*, que se dão de forma acordada, assegurando a ordem e a conservação do poder nas mãos das forças dominantes – como foi o caso do Brasil, por exemplo. Elizabeth Xavier, analisando esse processo, descarta a hipótese de transição pactual alegando que:

Na verdade, ela foi negociada pelos “notáveis do regime”, por militares e por setores das velhas lideranças interessadas na continuidade e não na ruptura [...] Mas as expectativas de mudança concentraram-se na ideia básica de que deveriam ser institucionalizadas novas articulações entre as associações emergentes e um poder público remodelado. De fato, tais expectativas não se realizaram. E a crise do poder público, longe de atenuar-se, aprofundou-se no quadro da *Nova República* (Xavier, 1994, p. 269, grifo do autor).

Percebemos que a Nova República teve seu surgimento marcado pela frustração de milhões de brasileiros, os quais acreditavam em mudanças que levariam a um real processo de Redemocratização do país. O início dos anos 1980 foi marcado por intensas mobilizações e greves (como a do ABC Paulista) e também por um quadro altamente repressivo, deixando claro que, quando se fizesse necessário, a “linha dura” seria acionada para manter a ordem e a segurança.

A Anistia, a reforma partidária de 1979 e o retorno das eleições diretas para governador, aprovados pelo Congresso em novembro de 1980, foram componentes significativos na estruturação do quadro institucional.

É nesse contexto que os movimentos sociais começam a se reorganizar em suas entidades e partidos políticos. A criação de partidos como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – que durante os governos militares atuou como Movimento Democrático Brasileiro, reunindo os vários grupos de oposição que lutavam pelo poder institucionalmente –, Partido dos Trabalhadores (PT) e reorganização de outros como o Partido Democrático Trabalhista (PDT), caracteriza as forças de oposição institucionalizadas. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) também caracterizavam essa oposição, mas por não estarem na legalidade, atuaram dentro do PMDB até o período de sua legalização, em

1985. A reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1979, em seu XXXI Congresso, em Salvador, BA; da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), em 1981, junto a inúmeras outras entidades estudantis e sindicais pelo país, caracterizou a organização social de vários movimentos, que durante os governos militares se mantiveram na clandestinidade ou foram controlados pelos militares.

A UBES foi fundada em 25 de julho de 1948, com o objetivo de organizar os estudantes secundaristas do país. Junto à UNE – fundada em 1937 – foi protagonista das diversas lutas que se desenvolveram no século XX, como a do “Petróleo é nosso”, contra a “Ditadura Militar”, pela Anistia, “Diretas Já”, Constituinte e “Fora Collor”.

Com a decretação do Ato Institucional nº 5, em 1968, a UBES, junto com outras entidades gerais de estudantes, é extinta, a partir de então, parte de seus militantes vão para a clandestinidade.

No final da década de 1970, com a organização de algumas entidades estudantis universitárias e secundaristas, inicia-se o processo de discussão para a reconstrução da UBES e, no dia 31 de outubro de 1981, a entidade geral dos estudantes secundaristas brasileiros é reconstruída.

O Movimento Estudantil (ME), apesar de ter suas lutas específicas, sempre atuou no eixo das lutas gerais da sociedade. Caracterizamos o ME partindo da ideia de Fraga (1996), que analisa o Movimento Estudantil enquanto movimento social, resguardando suas particularidades.

Compreendemos por movimento estudantil o movimento social surgido a partir das ações coletivas organizadas pelos estudantes, baseadas na solidariedade, construídas na identidade da condição de estudante, desenvolvendo conflito entre atores opostos, rompendo os limites de um dado sistema em que ocorre a ação (Fraga, 1996, p. 4).

Como um movimento social dinâmico, surgido a partir da ação coletiva dos estudantes, o ME apresenta diferentes formas de atuação e organização, que são diretamente influenciadas pela conjuntura política na qual o movimento sobrevive.

Cardoso (1994) divide os movimentos sociais em duas fases, a primeira é “a emergência heroica dos movimentos”, observando esses movimentos no período da Ditadura, mas precisamente no contexto dos

anos 1970, no qual os movimentos sociais não tinham uma presença tão marcante dos partidos políticos e reivindicavam mudanças que visavam romper as relações clientelistas, com o modo de atuação do sistema político tradicional. A segunda fase é a *institucionalização*, que ocorre noutro contexto político (década de 1980), no período denominado de Redemocratização do país. Nesse momento, “cria-se uma nova relação entre os movimentos e os partidos políticos, por um lado, e entre os movimentos e as agências públicas em geral, por outro” (Cardoso, 1994, p. 83).

Sob essa conjuntura, os movimentos sociais orientam novas ideias e práticas e os militantes vivem esse novo momento de continuidades e rupturas na sua prática política.

Após a campanha das “Diretas Já” (1984), dado o fim dos governos militares (1985), com a eleição de um presidente civil (ainda que indiretamente), as esperanças voltavam-se, agora, para a convocação de uma Assembleia Constituinte. Sobre esse processo constitucional, Silva (1990, p. 385) diz:

Seus funções, reais ou imaginárias, eram múltiplas. Para a maior parte do povo deveria ser o momento em que seus anseios por uma maior participação política, econômica e social seriam preenchidos. Os partidos de esquerda como o PDT, o PT, os partidos comunistas e uma parcela do PMDB esperavam, acima de tudo, remover o chamado “entulho autoritário”: uma série de leis e atos que desde a implantação da ditadura limitava o exercício da cidadania.

A Constituição de 1988, considerada a mais democrática, promulgada no dia 05 de outubro, marca o fim desse “entulho autoritário”; dá maior destaque aos direitos sociais; estabelece eleições diretas em dois turnos para presidente, governadores e prefeitos, com mandatos de cinco anos; estabelece o presidencialismo como forma de governo; determina a independência dos Três Poderes; restringe a atuação das Forças Armadas; elege o voto como facultativo, extensivo aos analfabetos e maiores de 16 anos.

Porém, a característica mais importante da Constituição de 1988, o que levou a denominação de Constituição Cidadã, foi a incorporação de uma série de direitos civis e sociais. Os direitos civis clássicos são amplamente assegurados (liberdade de expressão, reunião,

privacidade garantida, inviolabilidade do domicílio, da correspondência e das comunicações e proibição de prisão sem decisão judicial). Ao mesmo tempo, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF) recuperam e ampliam, suas prerrogativas, constituindo-se em um freio face às pretensões do Poder Executivo. Estabelece-se, assim, a liberdade. A tortura e o racismo são transformados em crimes inafiançáveis. Amplia-se uma série de garantias trabalhistas (Silva, 1990).

A noção de cidadania passou a ser amplamente difundida a partir da Constituição de 1988. Mas, apesar de ser considerada uma Constituição Cidadã, sua eficácia, na prática, está muito longe de ser alcançada. Tendo em vista essa realidade, os movimentos sociais passaram a exigir, nas suas reivindicações, a concretização de leis que abrangem os Direitos Humanos na Constituição. A luta pela cidadania tornou-se a principal bandeira reivindicada pelos movimentos. No entanto, observamos também uma apropriação indevida do termo cidadania. Dagnino (1994, p. 102), em seu estudo sobre *Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania*, destaca:

Ela expressa e responde hoje a um conjunto de interesses, desejos e aspirações de uma parte sem dúvida significativa da sociedade, mas que certamente não se confunde com toda a sociedade. Nesse sentido, evidentemente as apropriações e a crescente banalização desse termo não só abrigam projetos diferentes no interior da sociedade, mas também certamente tentativas de esvaziamento do seu sentido original e inovador. Há uma disputa histórica pela fixação do seu significado e, portanto, de seus limites.

Lutar por cidadania parece ser um marco que agrupa todas as classes sociais. Isso deve-se exatamente a essa diversidade de conceitos sobre o tema. O postulado liberal, que caracterizou a cidadania criada no século XVII para responder às exigências daquela sociedade, está sendo usado até hoje. A cidadania não pode ser vista apenas como o direito a participar da vida política do país. Esse pensamento é visualizado pelos setores mais conservadores da sociedade, os quais apresentam os conceitos distorcidos de cidadania e democracia, garantido assim a permanência da ordem e de seus interesses. Dagnino (1994) propõe uma nova noção de cidadania, na

qual se responde a emergência de duas dimensões: partindo das experiências concretas dos movimentos sociais, tanto os do tipo urbano, quanto os movimentos de mulheres, negros, homossexuais, ecológicos etc.; “Na organização desses movimentos sociais, a luta por direitos constituiu a base fundamental para a emergência de uma nova noção de cidadania” (Dagnino, 1994, p. 104), e outra noção, cuja abordagem sobre a cidadania aponta para a construção e difusão de uma cultura democrática. Essa noção de cidadania expressa o novo estatuto teórico e político que assumiu a democracia em todo o mundo.

No Brasil, essas novas dimensões começaram a ser discutidas e implementadas (pelo menos na lei) a partir da Constituição Federal de 1988. A Carta Magna, apesar de ter apontado para inúmeros avanços sociais, não pode ser considerada como uma vitória para as camadas populares, pois se criou, na própria Constituição, mecanismos de revisão, pelos quais convocou-se o Congresso Nacional para, em 1993, promover a sua revisão. Esses mecanismos foram mais uma garantia para as elites de controlar e impor seus interesses. Mas, a partir da Redemocratização do país, os movimentos populares vão lutar contra os abusos e as retiradas de seus direitos, o que vai dificultar a atuação livre dos grupos conservadores.

Militantes secundaristas e cultura política

Para analisar a militância secundarista, faz-se necessário compreender além dos espaços do Movimento Estudantil, considerando todas as mudanças culturais pelas quais passa a juventude em determinada época, dado que os militantes estudantis, nessa primeira fase de atuação política, são adolescentes que recebem todas as influências da cultura juvenil de sua época. Tal realidade nos impõe alguns desafios para compreender e diferenciar o que é característico da cultura juvenil e o que é próprio da cultura política militante.

Compreendemos o conceito de militante na perspectiva apresentada por Fraga (2018, p. 330), quando diz: “Militante é aquele que participou das lutas políticas, ocupou espaços públicos, ganhou visibilidade, viveu intensas experiências, distanciou-se da rotina dos demais membros da sociedade e construiu uma rotina própria de vida”.

Ao analisar a cultura política dos militantes secundaristas, observamos a pertinência desse conceito, pois os estudantes que se inserem de forma intensa no movimento, mudam completamente seu cotidiano, fazendo com que as ações políticas sejam priorizadas em detrimento das outras esferas da sua vida privada. Muito embora essa doação leve o jovem militante a abrir mão de algumas atividades próprias à sua faixa etária, o engajamento no movimento parte de uma escolha feita pelo ator. Fraga (2018, p. 316) nos diz que “militar pode significar a realização de um trabalho gratificante”, e esse sentimento de paixão foi observado nos depoimentos orais dos protagonistas quando discorrem sobre sua participação no Movimento Estudantil.

Para melhor entendermos essa realidade, descreveremos, a seguir, as experiências dos militantes mostrando um pouco da sua cultura, ideias e valores.

Os militantes estudantis das décadas de 1960 e 1980

Os militantes estudantis da década de 1960 iniciaram sua atuação num cenário que favorecia as ideias democráticas e populares, com o governo do Presidente Jânio Quadros, seguido de João Goulart e, aqui em Natal, do Prefeito Djalma Maranhão. Os ideais revolucionários se alastraram por toda a América Latina após a Revolução Cubana de 1959, e isso criava uma expectativa nos movimentos sociais e populares que assustava as classes mais conservadoras do país. O Golpe de 1964 surpreendeu as organizações populares, entre elas o Movimento Estudantil.

Naquele período, o Movimento Estudantil Secundarista no Rio Grande do Norte, estava se organizado a partir de duas entidades: a Associação Potiguar de Estudantes (APE) e o Centro Estudantil Potiguar (CEP).

A APE foi fundada em 1928, no Colégio Atheneu Norte-Riograndense, com o objetivo de representar os estudantes secundaristas no estado do Rio Grande do Norte. Em 12 de maio de 1935, é fundado o CEP, entidade essa que, naquele mesmo ano, aglutinou as suas atividades à APE. Em 19 de julho de 1935, através do jornal

A *Ordem*³, o Centro Estudantil Potiguar comunicou aos estudantes a decisão tomada por unanimidade, em reunião dirigida por João Elysio da Rocha, seu presidente, a favor da fusão da ex-Associação Potiguar de Estudantes com o CEP, tornando-se esse a entidade representativa dos estudantes secundaristas. Tal medida se deu, segundo a nota, em obediência ao decreto federal assinado no Rio de Janeiro, fundando o Centro Estudantil Brasileiro. A partir de então, o CEP passou a coordenar as atividades políticas estudantis no Rio Grande do Norte, até que, em 1949, fundou-se, novamente, a APE e as duas entidades desencadearam uma luta permanente pela hegemonia do ME, até a extinção legal de ambas pela Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964 (Silva, 1989).

A APES⁴ coordenava os diretórios estudantis das escolas e seus militantes organizavam palestras para tratar, principalmente, de temas relacionados à política. Segundo Luciano de Almeida, essas discussões

Nos introduziam nessa problemática política, econômica e social em âmbito nacional, ao mesmo tempo que nós líamos, procurávamos fundamentar a nossa visão de mundo para tentar discutir com a sociedade aquilo que nós julgávamos as propostas mais adequadas para transformar a realidade de miséria, de pobreza, de analfabetismo, de desigualdade social que havia no Brasil (Luciano de Almeida em entrevista concedida à autora. Natal, 28 jun. 2004).

Os militantes estudantis que se preocupavam com a questão social tinham como um dos fundamentos da sua vida cotidiana a prática da leitura, compreendendo essa atividade como de extrema importância para a sua formação política. O interesse e a atividade política acabavam condicionando a vida individual e coletiva dos estudantes, os quais se doavam completamente ao movimento. Essa doação acabava influenciando em todos os aspectos da vida privada

3 Segundo Silva (1989), *A Ordem*, foi fundada em 14 de janeiro de 1935, pela Congregação Mariana de Moços da Arquidiocese de Natal e tinha como programa a defesa da ordem, conforme editorial do primeiro número. Esse órgão foi um dos mais importantes jornais da cidade do Natal durante o século XX. Ver mais em: MELO, Rosana K. B. *A Ordem*: jornal, agente cultural e estrutura ideológica no Rio Grande do Norte (jan. a mar. 1964). 2003. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

4 Segundo o registro do estatuto da entidade no 2º Cartório de Notas – com endereço na Av. Tavares de Lira, 85 – a Associação Potiguar de Estudantes (APE) passou a ser registrada enquanto Associação Potiguar de Estudantes Secundários (APES) em 09 de maio de 1960. No órgão oficial da APES dos anos 1980, *ESTUDANTE*, publicado pela Comissão Organizadora do Congresso de reconstrução da entidade, data do dia 30 de novembro de 1959 a reformulação do estatuto e do nome da entidade em Assembleia Geral.

dessa parcela da juventude. As relações com os pais se tornavam confrontáveis, e, muitas vezes, as posições eram de extrema divergência. Luciano de Almeida relembra esse período dizendo:

Meu pai defendia uma visão muito diferente do mundo, da que eu defendia. [...] muitas vezes eu usava até a mesa do almoço e do jantar para fazer discursos contestatórios daquelas visões conformistas que eles tinham da sociedade (Luciano de Almeida, em entrevista concedida à autora, Natal, 28 jun. 2004).

No momento em que a repressão estava cada vez mais intensificada, ocasião em que os militantes assumiam uma posição clara contra o sistema e os governos vigentes, o cuidado, a ansiedade e até o medo dos pais de que alguma represália acontecesse a seus filhos adolescentes aumentava.

No contexto da revolução cultural do século XX, as características da juventude foram as que sofreram mais alterações. Hobsbawm (1995), em sua obra *Era dos extremos*, destaca particularidades de uma nova cultura juvenil, que revolucionou o novo contexto das relações sociais, a partir das décadas de 1950 e 1960. Analisando o comportamento dos jovens de 1968, diz o autor:

Para eles, o importante era, sem dúvida, não o que os revolucionários esperavam conseguir com suas ações, mas o que faziam e como se sentiam fazendo-o. Não se podia claramente separar fazer amor e fazer revolução. Liberação pessoal e liberação social, assim, davam-se às mãos, sendo sexo e drogas as maneiras mais óbvias de despedaçar as cadeias do Estado, dos pais e do poder dos vizinhos, da lei e da convenção (Hobsbawm, 1995, p. 326).

A vida do militante estudantil unia todas essas características. Luciano de Almeida nos fala sobre essa explosão juvenil dos anos 1960 aqui em Natal, no contexto do Movimento Estudantil:

Havia toda uma rebelião da juventude. Uma rebelião que se referia não somente às questões políticas, mas também a modos de comportamento, a novos conceitos e a novas práticas que se estabeleciam no posicionamento do jovem diante da sociedade e também diante de si mesmo. A questão das drogas não aparecia, aparecia mais uma

rebelião contra as estruturas que considerávamos anacrônicas como a família, como o Estado, e que buscávamos superar isso através de novas práticas sociais, e essas práticas implicavam numa inserção de jovens nos movimentos sociais a nível de planeta (Luciano de Almeida em entrevista concedida à autora. Natal, 28 jun. 2004).

Nesse momento, as drogas realmente não ocupavam o debate público nas dimensões que temos hoje. Só a partir dos anos 1970 é que vamos começar a notar a inserção desse comportamento na juventude, com o movimento Hippie de contracultura no mundo. No Brasil, o consumo de drogas como forma de protesto entre a juventude, vai receber influência das ideias vindas da Europa e de outras partes do mundo por meio dos exilados que retornavam ao país.

Observamos na fala de Luciano de Almeida que novos conceitos, novas visões e comportamentos se estabeleciam entre os jovens. Partindo desses novos princípios, a sexualidade também aparece nas falas dos depoentes de formas diferentes e era secundarizada em virtude das atividades políticas. Existiam vários tabus referentes a essa temática. Luciano de Almeida, ao lembrar de sua primeira experiência sexual, comenta:

Eu tinha uns 15 anos. Mas ao mesmo tempo em que eu dava minha primeira trepada eu estava entrando, ingressando no Partido Comunista Brasileiro. Quer dizer, duas coisas. Foi inclusive, depois, quando eu senti que tinha frequentado um prostíbulo, tinha pago para transar com uma pessoa, eu fiquei com um certo sentimento de culpa. Interessante... e passei um certo período de abstinência sexual. Só vim a me relacionar de forma mais aberta já quando tinha 20 anos de idade (Luciano de Almeida, em entrevista concedida à autora, Natal, 28 jun. 2004).

As convicções políticas, de classe, de exploração, incorporavam todo o ímpeto da subjetividade do militante. Seus comportamentos passavam, constantemente, por uma avaliação por meio da qual se refletia sobre o certo ou errado, de acordo com seus princípios.

A participação de militantes mulheres, nesse período, ainda era muito restrita. Luciano de Almeida relembra que, em um congresso de 1968, do universo de 55 participantes, apenas cinco eram mulheres. Notamos uma maior participação feminina no Movimento Estudantil a

partir dos anos 1980, quando a mulher começa a participar mais intensamente das discussões políticas do país, aprofundando os debates sobre gênero, entre outras discussões no campo das relações de classe. A nova roupagem dos movimentos sociais, a partir do processo de Redemocratização, contribui para agregar segmentos que lutam em defesa das minorias, por liberdade e cidadania, caracterizando esse novo contexto de participação feminina na década de 1980. A luta, a procura dos mortos e desaparecidos políticos, que reunia esposas e mães de ex-militantes, também vai servir como suporte na politização das mulheres nesse processo de Redemocratização.

O Movimento Estudantil Secundarista começou a se reorganizar no Rio Grande do Norte no início dos anos 1980, com o processo de construção da entidade municipal, a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (UMES), cuja fundação ocorreu em 1982. Até meados dos anos 1980, essa entidade passou por diversos problemas de reconhecimento e só em 1985 é que podemos notar uma maior expressão em torno dela. Nesse mesmo ano, a UMES passou por um processo de racha, reunindo os diversos grupos estudantis, que acabou dividindo a entidade em duas diretorias, as quais se autodenominavam legítimas representantes dos estudantes natalenses. Esse cenário permaneceu até 1992, quando os grupos políticos conseguiram unificar a entidade⁵.

O novo cenário político do país e do estado levou o movimento a articular suas lutas em torno de novas bandeiras, que garantissem o processo de Redemocratização de todas as estruturas da sociedade. Ao mesmo tempo em que se lutava por *eleições diretas para presidente*, pedia-se, no âmbito das escolas, *eleições diretas para diretor*; ao se reivindicar o *fim da Ditadura e dos sistemas de repressão no país*, confrontava-se as direções de escolas contra programas autoritários de atuação e lutava-se pela *construção dos grêmios livres*. É nesse contexto da Redemocratização que nos propomos a analisar o comportamento do militante estudantil dos anos 1980 e 1990.

No período dos governos militares, nos anos 1980, as atividades realizadas em Natal continuaram centralizadas no Colégio Atheneu Norte-Riograndense, sendo este um dos principais polos de atuação do

5 Ver mais sobre a organização do ME secundarista nos anos 1980 em: PATRÍCIO, Adriana C. S. **Estudantes em perspectiva**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

ME secundarista no início dessa década. No Atheneu, nesse período, encontravam-se várias forças políticas, algumas que se intitulavam independentes e outras com uma posição político-partidária bem definida.

A tendência que hegemonizava o ME Secundarista em Natal era o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). Muitos estudantes ainda não tinham uma identidade política clara e se aglomeravam em torno desse partido. Os que em alguma escola faziam oposição à direção do grêmio, por exemplo, se colocavam no campo independente. Não havia um outro grupo partidário que tivesse expressão no ME secundarista naquele momento. Só a partir de 1984 é que essa oposição passa a ter uma maior articulação e vamos encontrar a presença de militantes que se denominam enquanto PT, PCdoB e PCB. Nesse período, vai ocorrer um racha no MR-8 e vários militantes vão procurar engajar-se em outros partidos.

Já em meados da década de 1980, outras escolas estaduais do centro da cidade, principalmente a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), apresentam novos militantes e começam a desempenhar importante papel no cenário político estudantil.

Os militantes estudantis da década de 1980 herdaram muito da cultura política dos estudantes dos anos 1960 e 1970. Apesar do cenário político ter se transformando com o processo de Redemocratização, muitas das práticas cotidianas dos estudantes se assemelhavam às anteriores.

A geração da década de 1980 se reconhecia como responsável por consolidar o processo de Redemocratização do país e muitos militantes dedicavam sua vida a essa causa, como os estudantes do período anterior, ao movimento. É o que nos diz o militante político Walter Júnior, estudante da ETFRN e presidente de uma das diretorias da UMES de 1987 a 1989: “Nós respirávamos o movimento”. A doação era indeterminada. Os militantes estudantis secundaristas dedicavam sua vida às atividades políticas. Então:

Nesse processo todo, a dificuldade maior que a gente tinha era que quase todos os militantes eram desempregados. Então, nós não tínhamos dinheiro para fazer movimento, e quase todos tinham uma disposição fantástica de sair de sete da manhã, seis horas. Voltar de meia-noite, voltar no outro dia (Walter Júnior, em entrevista concedida à autora, Natal, 19 nov. 2002).

Essa era uma prática cotidiana no movimento. Os diversos protagonistas que falaram sobre sua participação no ME discorreram sobre essa falta de estrutura material nas entidades. Numa das experiências, o militante estudantil Glácio Menezes – que começou sua militância no final dos anos 1980 e presidiu a UMES a partir de 1992 – comenta que:

Nessa época, a gente subia nos transportes – a subida era por trás, a catraca era atrás e você passava pra frente do ônibus – e a gente ficava lá atrás, quando chegava uma parada que estava próximo do nosso destino, a gente descia por trás, sem pagar a passagem. Eu fui flagrado uma vez pela minha mãe. Eu tava descendo e ela tava subindo. Foi aquele carnaval (Glácio Menezes, em entrevista concedida à autora, Natal, 30 jun. 2004).

Com essa afirmação, podemos começar a discutir um pouco da relação familiar que era muito complicada entre os militantes. Os conflitos de geração, que já são fortes no seio da família, se intensificavam com as ideias e as práticas dos jovens militantes. Não ter nenhuma responsabilidade financeira em casa, sair de manhã, voltar tarde da noite ou até mesmo no outro dia, era normal e justificável para o militante, que dedicava a sua vida a seus princípios políticos revolucionários. Mas para seus pais, não. As cobranças, somadas à falta de diálogo entre as partes, acabavam gerando grandes conflitos no âmbito familiar. Muitas vezes, essas relações eram discutidas no grupo, nos momentos em que se frequentava um bar e se compartilhava os problemas pessoais. Walter Júnior relembra que:

Nossas saídas para o bar, por exemplo, era muito partilha mesmo de vida, de como estávamos, como pensávamos o mundo. Isso ajudava muito a gente a crescer. Só que nós éramos muito travados nas relações mais pessoais, mesmo porque nós discutíamos muito política (Walter Júnior, em entrevista concedida à autora, Natal, 19 nov. 2002).

Esse travamento ao qual Walter Júnior se refere era muito presente na vida dos militantes que participavam de inúmeras reuniões e atividades políticas durante o dia e tinham que deixar seus problemas de lado, num plano secundário e pessoal. Glácio Menezes

– estudante da ETFRN e presidente da UMES em 1992 – que a partir de 1989 ingressou na tendência Travessia Socialista⁶, relembra que:

O grupo que eu fiz parte era muito sectário. O pessoal... era só reunião. Reunião e curso. Então a nossa relação era muito política, não era uma relação de amizade, e isso terminou que a gente rachou, o grupo também em virtude dessas coisas (Glácio Menezes, em entrevista concedida à autora, Natal, 30 jun. 2004).

A atividade política não deixava espaço para tratar da subjetividade dos seus militantes. Alguns grupos de militantes conseguiam ultrapassar a relação política e formar laços de amizade e companheirismo. Mas uma parcela desses militantes não tinha essa subjetividade respeitada. Como todo sujeito não é só político, os conflitos entre o público e o privado foram observados nos depoimentos dos protagonistas entrevistados, e muitos deles tiveram a sua saída do Movimento Estudantil motivada por conflitos que ultrapassavam o campo político e feriam a esfera pessoal. João Maria de Sousa Fraga, que foi militante do Partido Comunista do Brasil e presidente do Grêmio Estudantil Djalma Maranhão, da ETFRN, em 1986, relata que:

Quando nós éramos da direção do grêmio estudantil, em função das disputas entre as duas diretorias, a nossa posição era a de não apoiar nenhuma das duas diretorias, coincidindo com a posição nacional do Movimento Estudantil, que era a mesma. Criou-se uma tentativa, no sentido de destruir completamente o meu referencial de liderança dentro da Escola Técnica, apelando, inclusive, para boatos, calúnias (João Maria de Sousa Fraga, em entrevista concedida à autora, Natal, 15 dez. 2002).

Essa prática era comum na política estudantil não só secundarista, mas também em nível universitário, como relatam alguns depoentes que se engajaram no ME da UFRN posteriormente. A cultura política que se formou no movimento ignorava as relações

6 A Travessia Socialista foi o nome dado à juventude estudantil do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) de Natal, a partir de 1988. A partir de 1990, surgiram os primeiros rachas nessa corrente política. Essa tendência, que naquele momento atuava dentro do Partido dos Trabalhadores, teve um grande florescimento político nesse período, hegemонizando o ME nos anos posteriores.

personais nos diversos aspectos. Walter Júnior nos lembra de uma relação amorosa mantida com uma militante do grupo oposto:

Eu me apaixonei por uma garota que o nome dela era Nani, e ela era militante do MR-8, e foi muito sério, porque, por exemplo, por nós namorarmos [...] e tanto ela como eu passamos a ser excluídos do grupo porque éramos tidos como aqueles que estavam espionando, quer dizer, o que o outro estava pensando. Então, em nível de relação, era muito complicado, e não [se] conseguia distinguir isso. Ou era de um grupo, ou era de outro (Walter Júnior, em entrevista concedida à autora, Natal, 19 nov. 2002).

Além dessas interferências na vida privada, havia outro aspecto a ser considerado no que se refere à intolerância com relação às divergências dos grupos que também ultrapassavam a esfera política. Os conflitos de ideias e práticas eram enfatizados em todos os momentos da vida desses militantes, não só no período das reuniões, pois, como nos descreve Walter Júnior:

Nós não podíamos nos encontrar nem na rua, em lugar nenhum, sempre que nós nos encontrávamos no mesmo espaço, existia um desejo muito grande, assim, das duas partes de bater, de xingar. Não existia tolerância nenhuma, de nenhuma das partes (Walter Júnior, em entrevista concedida à autora, Natal, 19 nov. 2002).

Esse problema se tornava mais sério quando as divergências ultrapassavam os laços de parentesco. Muitos militantes tiveram infâncias comuns com alguns companheiros, no Movimento Estudantil, e com a separação de alguns em grupos distintos, esses laços de amizade eram quebrados, gerando conflitos como os relatados acima. João Maria de Sousa Fraga também nos lembra de um fato importante, ao destacar a briga dos irmãos Damasceno, em que Cláudio Damasceno – primeiro presidente da UMES, em 1982 – foi agredido com a participação do seu irmão, Claudionor Damasceno – segundo presidente da UMES – em um congresso, por ter apresentado divergências em relação ao grupo do qual fazia parte (MR-8), que sofreu um racha posteriormente.

A cultura política na qual se baseavam esses militantes influía em todas as relações. Na entrevista que realizamos com Cláudio Damasceno, notamos uma certa mágoa e decepção com o movimento político, muito embora o militante tenha boas lembranças e considerado importante a sua participação no ME: “a política, muitas vezes, coloca muito mais as convenções políticas acima dos valores humanos” (Cláudio Damasceno, em entrevista concedida à autora, Natal, 02 dez. 2002).

A prática política militante por vezes era intransigente. Embora o grupo político do qual fazia parte eventualmente desse um suporte na vida de alguns militantes, a saída do militante desse grupo, motivada por divergências, resultava muitas vezes em perseguição. O militante tinha princípios éticos e políticos, mas quando estava no grupo, mas as falhas eram avaliadas e abafadas quando possível. Ao rachar com o grupo, essas falhas se revelavam como defeitos que antes não se evidenciavam. Essa prática era comum no Movimento Estudantil e levou muitos militantes, que tinham essa dedicação integral ao movimento e ao grupo político do qual faziam parte, a se decepcionarem com essa forma de se fazer política e essas decepções foram responsáveis pelo afastamento de vários militantes do movimento.

Perseguição e repressão no Movimento Estudantil Secundarista

Muito embora o período dos governos militares estivesse superado com o processo de Redemocratização do país, a cultura autoritária ainda estava incorporada nas diversas esferas de poder da sociedade. O jovem militante que ousava quebrar os limites, as imposições, o conservadorismo, se deparava com diversas formas de repressão.

A maioria das experiências dos movimentos nas escolas iniciou a partir do confronto dos alunos com as direções. Esses confrontos eram ocasionados por imposições dos diretores, com as quais determinado grupo de alunos não concordava. Devido a divergências constantes entre lideranças estudantis e direções de escola, Rogério Marques (em entrevista concedida à autora, Natal, 02 dez. 2002) – presidente da UMES de 1985 a 1987 – relembra que: “A gente teve que enfrentar muita questão

difícil mesmo, por exemplo, expulsões de alunos que participavam do Movimento Estudantil, que despontavam como lideranças dentro das escolas”. Citamos também a experiência do militante da Escola Estadual Francisco Ivo, João Maria de França, que após ter sido expulso da escola e impedido de se matricular no Colégio Atheneu Norte-Riograndense, fez greve de fome em 1987. Esse ato teve repercussão na cidade e levou o estudante a conseguir a vitória no processo. Então, os conflitos, seguidos de repressão e perseguição, acabavam inflamando os estudantes, gerando indignação e despertando o engajamento na militância política.

Outro tipo de perseguição frequente na militância estudantil era a vigilância patrocinada pelos órgãos de segurança, principalmente durante as manifestações públicas. Walter Júnior nos fala que:

Ao fim do movimento, quando os estudantes saíam da [passeata] a grande massa de estudantes se retirava, aí a polícia militar chegava junto. E a gente estava junto avaliando, então eles corriam atrás de nós e prenderam um – foi Miguel – e levou pro mato, bateu muito nele. Tinha um problema seriíssimo e a polícia ficava observando as pessoas que dirigiam as passeatas, inclusive ameaçavam depois na vida comum dos militantes (Walter Júnior, em entrevista concedida à autora, Natal, 19 nov. 2002).

Tal experiência foi relatada por diversos militantes, os quais, em momentos distintos, lembram dessa vigilância. Glácio Menezes relembra experiências desse tipo no início dos anos 1990 e diz que: “Toda vez que a gente fazia passeatas, havia um acompanhamento por parte da polícia [...] o pessoal filmava as passeatas e a gente identificava que existiam pessoas no meio da passeata, de traje civil, mas que eram militares” (Glácio Menezes, em entrevista concedida à autora, Natal, 30 jun. 2004).

Essas experiências autoritárias faziam com que os militantes os acontecimentos ocorridos na década de 1960, em que os estudantes eram fotografados, perseguidos e fichados pelos órgãos de repressão do Estado daquele momento.

Partidos e Movimento Estudantil

A partir de 1985, a UMES começou a realizar reuniões ordinárias todos os sábados, na Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN), localizada na Avenida Rio Branco, no centro de Natal⁷. Essas reuniões, com toda a militância estudantil, permaneceram até 1994. Em entrevista, Valério Fonseca – estudante da ETFRN, militante do PCBR e vice-presidente da APES em 1988 – relembra que:

Todos os sábados, à tarde, fazíamos reuniões. Começávamos às 15h e saíamos da sede do SINTE às 18h, 19h, com discussões bastante acaloradas, com bastante participação de estudantes novos. Era muito interessante, muito gostoso fazer Movimento Estudantil naquela época (Sebastião Valério da Fonseca, em entrevista concedida à autora, Natal, 10 dez. 2002).

Essa era uma prática cotidiana que reunia a militância dos diversos grupos para discutir e encaminhar as questões do Movimento Estudantil, porém outras reuniões também compunham o cotidiano do militante. Glácio Menezes relembra que:

A gente participava muito de reuniões. Quando não era reunião de formação do próprio grupo, era reunião da União Metropolitana [dos Estudantes Secundaristas]. Então a gente se reunia quase que diariamente para poder organizar, inclusive, a disputa no interior do movimento. Então, toda reunião que a gente ia [Travessia Socialista] tinha uma reunião anterior pra já chegar afinado na reunião que ia deliberar as ações do Movimento Estudantil (Glácio Menezes, em entrevista concedida à autora, Natal, 30 jun. 2004).

O militante tinha duas esferas de atuação. Ele era, primeiramente, militante do grupo político do qual fazia parte e, depois, militante do Movimento Estudantil Secundarista. Essa ordem significava suas prioridades. As discussões que eram travadas nos grupos seriam encaminhadas no Movimento Estudantil Secundarista.

7 Hoje a APRN chama-se SINTE/RN – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Norte.

Os partidos políticos tinham uma cultura de viabilizar os seus discursos a partir dos movimentos sociais e os militantes seriam os porta-vozes dessas ideias por meio do seu campo de atuação. Baseados nas ideias leninistas acerca do centralismo democrático, argumentava-se a partir das discussões e encaminhavam-se as decisões da maioria. O grupo deveria encaminhar aquela posição mesmo que alguns militantes discordassem dela. Sobre esse assunto, João Maria de Sousa Fraga nos diz que, quando terminou o segundo grau (atual ensino médio), pretendendo fazer vestibular, submeteu-se a uma decisão do PCdoB que deliberou sobre sua opção:

Na época, as decisões nossas eram tomadas não só pela nossa vontade, mas por uma decisão partidária. Éramos verdadeiros soldados de uma causa revolucionária. Então, nesse sentido, o partido tomou a decisão de que eu deveria fazer 2º grau de novo e aí eu fiz exame da Escola Técnica, obediente demais ao partido. Fiz exame da Escola Técnica no curso de Edificações, era um aluno extremamente ausente da sala de aula. Essa que era a realidade, porque era muito mais um militante profissional, chegava às 7h e saía às 23h. Mas construindo o movimento, achando que a revolução estava às vésperas (João Maria de Sousa Fraga, em entrevista concedida à autora, Natal, 15 dez. 2002).

Os militantes que eram orgânicos em grupos políticos acatavam as decisões dos seus respectivos grupos. Essa experiência citada por João Maria de Sousa Fraga era muito frequente no Movimento Estudantil Secundarista. Em nome dos ideais revolucionários, que ainda era o sonho de toda aquela geração de jovens militantes, abria-se mão das suas escolhas em prol do coletivo.

Nas esferas de organização do Movimento Estudantil Secundarista, como reuniões ampliadas, assembleias gerais e congressos, os militantes procuravam conquistar novas lideranças para conhecer e assumir as bandeiras de seu grupo político. Fazer militância era realizar as atividades práticas do Movimento Estudantil Secundarista, tais como reuniões, passeatas e congressos e, ao mesmo tempo, articular as ideias discutidas no seu grupo político, bem como agregar novas lideranças que despontavam nesses movimentos.

Assim, o Movimento Estudantil Secundarista e os partidos políticos se misturavam nas práticas cotidianas dos militantes. Para os estudantes em geral, as divisões políticas, bem como a atuação do partido, não eram tão evidentes, exceto nos momentos de conflito direto entre grupos. Os estudantes que já participavam do Movimento Estudantil Secundarista compreendiam essas articulações.

Os militantes também levantavam bandeiras do partido e organizavam o seu movimento, aproveitando a estrutura que o Movimento Estudantil Secundarista propiciava. Por exemplo, podemos citar a experiência do militante estudantil Henrique José Fernandes, o qual se afirmava claramente como militante da Caminhando Secundarista – tendência interna do PT – e que teve destaque no Movimento Estudantil Secundarista, participando das entidades locais e nacional (UBES – 1987-1988).

Para o Congresso de Reconstrução da APES, em 1988, fez-se necessário uma grande articulação em nível estadual. Henrique José Fernandes (em entrevista concedida à autora, Natal, 20 nov. 2002) relembra que: “depois do Congresso de reconstrução da APES [...] a gente estava fazendo todo um trabalho de articulação de comitês de juventude”. Esses comitês foram articulados em todo o estado para a campanha do então candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 1989.

Portanto, fazer política estudantil e partidária era o cotidiano dos militantes secundaristas dos anos 1980 e 1990. Nesse contexto, houve militantes que não estavam num primeiro momento articulados a um grupo partidário e se intitulavam como independentes, como é o caso dos militantes estudantis Rogério Marques – presidente de uma das diretorias da UMES de 1985 a 1987 – e Walter Júnior, muito embora articulassem e encaminhassem o ME junto com os militantes do PT e PCB, entre outros.

A articulação do discurso no Movimento Estudantil Secundarista

A fala é o instrumento de comunicação mais eficaz para expressar ideias. O ato de discursar é a marca registrada nos movimentos políticos, pois é a partir dele que o sujeito e o grupo no qual ele se insere podem expressar suas ideias e convicções. Para Fraga (2018, p. 312):

O fato de representar alguém, ou seja, de sua fala expressar a fala de um coletivo, elaborando e criticando normas para fazer valer o interesse de um coletivo (de um pequeno grupo, uma entidade estudantil ou partido político), sendo o interlocutor, que necessita desenvolver o poder de argumentação, o articulador, que requer inserir-se em diferentes grupos sociais, o mediador, que demanda status e reconhecimento de sua ação; expressa qualidades e atributos de um ator social que vivenciou ou vivencia instituições de representação política [...].

Como o cotidiano estudantil era baseado em reuniões, assembleias, congressos e passeatas, o ato de discursar tornava-se necessário para viabilizar essas atividades políticas. Walter Júnior relembra que, nas reuniões da Umes, “Você tinha seis, sete horas de reunião seguida, onde em cada pauta, todos os militantes tinham que falar, mesmo que todos os militantes repetissem a mesma história” (Walter Júnior, entrevista concedida à autora, Natal, 2002). Observamos nessa afirmação que o fato de discursar era importante no ritual da reunião, servia para demarcar espaço, dar visibilidade aos militantes e suas ideias. Quando chamamos de ritual as atividades do Movimento Estudantil Secundarista como reuniões, assembleias e congressos, concordamos com Fraga (1998, p. 237), que analisa a assembleia como um ritual político afirmando que “o ritual não é algo espontâneo, mas sim minimamente planejado, razão pela qual é um momento extraordinário construído pelos membros de uma comunidade e voltado para a mesma”.

Observamos, segundo as descrições dos protagonistas, que as reuniões estudantis eram minimamente articuladas pelos grupos de militantes. O discurso era articulado e apresentado como instrumento de convencimento, no qual se destacava a ideia do grupo, sempre pronunciado na primeira pessoa do plural (nós) para evidenciar ideias coletivas.

Para poder formular esses discursos, era preciso se preparar politicamente, e a leitura, junto com os cursos de formação, compunha parte importante do cotidiano estudantil. Porém, nem todos os militantes se interessavam pela prática da leitura. Também observamos que os estudos políticos ficavam restritos a uma parte da militância, sobretudo aquela engajada em organizações de esquerda, a qual cumpria uma formação, uma disciplina. Glácio Menezes, lembrando o processo de formação dos militantes da Travessia Socialista, diz que: “A gente tinha uma biblioteca, com aproximadamente 200 livros

diferentes que as pessoas liam, e a gente não só passava os livros para as pessoas, dava o livro pra elas, mas, ao término da leitura desses livros, a gente debatia o livro” (Glácio Menezes, em entrevista concedida à autora, Natal, 30 jun. 2004).

Existiam militantes que não se encontravam num partido, mas, por ter essa prática de organização, acabavam formando um grupo político no interior do ME. Boa parte dos estudantes, que também participavam da militância das entidades, se interessava em discutir as tarefas práticas. Walter Júnior relembra que:

Nessa militância da UMES, o que mais se queria, era discutir as coisas práticas. Então quando se propunha estudos, eram poucos os que tinham inclinação para reflexão. A maioria queria saber o que a gente ia fazer porque achava que a gente tinha que ter mais prática [...] Quando a gente ia pra casa de praia, então, a gente confundia tudo: ao invés de tá fazendo o movimento, então o pessoal ia muito mais pra namorar, pra transar; aí rolava muita coisa (Walter Júnior, em entrevista concedida à autora, Natal, 19 nov. 2002).

O comportamento da juventude, que se entrelaçava à prática política, compunha todo o cotidiano da militância estudantil secundarista. Logo, o militante tinha um comportamento diferenciado dos demais jovens da sociedade, entretanto as características da cultura juvenil se encaixavam também na sua vida, influenciando diretamente na sua conduta.

O Movimento Estudantil Secundarista como espaço de sociabilidade

O Movimento Estudantil Secundarista, normalmente, é formado por jovens de faixa etária entre 15 a 20 anos de idade, estudantes do nível secundário (Ensino Fundamental e Médio) das esferas pública e privada⁸.

Esses jovens, em idade escolar, estão submetidos a uma cultura que exige dos indivíduos o mínimo de instrução escolar para a

8 A rigor, a faixa etária dos estudantes compreendida na LDB é de 7 a 14 anos para o Ensino Fundamental e 15 a 17 anos para o Ensino Médio. No entanto, nossa realidade abarca um imenso número de estudantes fora de faixa, além daqueles que fazem mais de um Nível Médio.

condição de empregabilidade futura. Sendo assim, os estudantes secundários vão às escolas para adquirir conhecimento científico que os prepare para o nível universitário de ensino ou que os especialize diretamente para um determinado ramo de trabalho.

Na escola, planejada e dividida em séries, os estudantes ficam dispostos em turmas, recebendo aulas de várias disciplinas, cada uma delas ministrada por um professor especializado. Essa disposição na qual a turma se insere, favorece o agrupamento de estudantes, os quais acabam se reunindo em grupos, dentro da escola, de acordo com suas afinidades pessoais. Os estudantes que se destacam na sala de aula, apresentando atributos de liderança, logo são chamados ou escolhidos como líderes de turma (primeira instância de representação estudantil) e, posteriormente, podem fazer parte do grêmio da escola (instância de representação máxima dos estudantes do colégio). Fazem parte das atividades do grêmio estudantil: a organização e representação dos estudantes nas atividades políticas, cívicas, desportivas e festivas da escola; fazer a interlocução com a direção da escola em relação aos problemas do cotidiano.

Quando analisamos os motivos que levaram os estudantes secundaristas a participar da vida política escolar, observamos, no depoimento dos militantes da década de 1980, que a maioria se engajou no ME a partir de confrontos com as direções, as quais se mostravam autoritárias em relação a alguns encaminhamentos ordinários do funcionamento escolar. Os estudantes que discordavam de algumas práticas da direção, acabavam se unindo em torno da crítica e mobilização contra essas atitudes consideradas autoritárias. Essa motivação acabou por levar à formação de um primeiro núcleo do Movimento Estudantil Secundarista.

Sobre esse agrupamento de jovens que já começaram a fazer política no espaço escolar, vamos perceber nas contribuições de Fontenelle (1996), quando este analisa a constituição do sujeito político em Thompson, que:

Quando ocorre uma ação coletiva que faz frente às ameaças que se colocam a determinadas pessoas, elas “se sentem mais próximas umas das outras e procuram imagens que as mantenham unidas. Ações coletivas alimentando uma autoimagem coletiva [...]”⁹.

9 FONTENELLE, Isleide A. Vidas em luta: a constituição do sujeito político em E. P. Thompson. In: SOCIABILIDADES. São Paulo: LASC, FFLCH-USP, 1996.

O agrupamento dos jovens estudantes acontece a partir da pactuação de ideias, onde, posteriormente, pode se transformar num grupo convergente de práticas políticas coletivas. Confrontar-se com as direções de escolas pode ser um dos primeiros caminhos a levar alguns jovens à participação e ao engajamento no Movimento Estudantil Secundarista. Porém, as discordâncias podem ser motivadas, também, por outros grupos estudantis, ou seja, estudantes que discordam do grêmio podem se reunir para montar uma oposição e se inserir, dessa forma, no movimento.

A inserção do jovem no Movimento Estudantil Secundarista deve-se a diversos fatores: por discordâncias – como já vimos; por influência de um colega já militante; por se identificar culturalmente com algum grupo à frente do movimento; por organizações em torno de atividades festivas e competitivas, entre outros motivos. Nos dias de hoje, considerando a realidade do Movimento Estudantil Secundarista no Rio Grande do Norte, esses motivos podem assumir outra dimensão, tendo em vista a confecção das identidades estudantis, as quais acabam atraindo muitos estudantes para o movimento com objetivos financeiros.

Nos anos 1980, o engajamento do estudante no Movimento Estudantil Secundarista vai levá-lo a um grupo que tem ideias e práticas comuns, e seu comportamento, provavelmente, será influenciado por esse grupo no qual se inseriu. No estudo da *Sociabilidade na teoria de Tonnies*, Miranda (1996, n. p.) analisa que “A identidade é um processo pelo qual o homem se integra e se separa de uma coletividade de referência simultaneamente”. Sendo assim, o jovem militante, para entrar e continuar no Movimento Estudantil Secundarista, precisa se identificar com algum grupo. De acordo com essa ideia, Miranda (1996, n. p.) nos diz que:

[...] Nas relações sociais próximas definidas como o processo de sociabilidade, a pessoa deve buscar suas referências identitárias. Para saber se o faz, e se efetivamente ali se identifica, é preciso, portanto, analisar-se os valores vigentes no direcionamento dos atores e sancionados pelo grupo.¹⁰

10 MIRANDA, Orlando. A sociabilidade na teoria de Tonnies. In: *SOCIABILIDADES*. São Paulo: LASC, FFLCH-USP, 1996.

Essa identidade com o grupo levará o jovem estudante ao engajamento nos grupos que constroem o Movimento Estudantil Secundarista, transformando-o num agente político a absorver a cultura política militante. Com tal inserção, esse militante passará de indivíduo a ser político coletivo, e sua atuação estará diretamente ligada ao grupo a que pertence. Sua fala, suas ideias e seu comportamento estarão relacionados com a coletividade.

Sobre a memória coletiva, recorreremos, ainda, às contribuições de Halbwachs (1990, p. 28), quando nos diz que:

Desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir o nosso passado com o seu.

Essa afirmação nos ajuda a compreender a fala do depoente que esteve inserido no grupo e que, ao nos relatar sobre sua participação, fala na primeira pessoa do plural (nós), dando a ideia da existência de um grupo que, mesmo disperso ou extinto, sobrevive na memória. O grupo e o seu local social constituem fator determinante na construção dessa memória coletiva.

O grupo onde o militante secundarista atua é formado por jovens, os quais têm características próprias da sua faixa etária, marcando seu comportamento e sua personalidade. Vamos analisar agora um pouco dessas características.

As mudanças culturais: sexo, drogas e *Rock and Roll*

Para analisar a militância estudantil dos anos 1960, temos de considerar as características da juventude desse período. Essa década foi marcante no contexto das transformações culturais em todo o mundo. A modernização da sociedade apressou a mudança dos padrões de conduta privada, colocando em destaque a liberação sexual e o consumo de drogas, temas estes até então considerados como tabus. Esses destaques estão intrinsecamente ligados às formas que os jovens encontraram para imprimir suas contestações e o Movimento

Estudantil Secundarista, como o principal espaço de discussão da juventude, desempenha papel fundamental nessas transformações.

O militante estudantil, como um jovem comprometido com as questões políticas e sociais do país, avaliava que a revolução tinha de ser completa no campo social e cultural da sociedade. Muito embora carregasse em si toda uma gama cultural de comportamentos obtidos na infância e adolescência, heranças de uma formação conservadora, ditada – principalmente – pela Igreja e pela família, o militante encontrou na sua fase adolescente muitas dúvidas com relação a sua postura no âmbito cultural. Diferente dos outros jovens, cujas práticas baseavam-se na formação machista e conservadora, os militantes estudantis defendiam princípios que negavam o sistema capitalista e as noções de propriedade, para a sua prática cotidiana. Postulamos esses aspectos culturais que faziam parte da juventude dos anos 1960 e 1970 para entender o comportamento juvenil, mas observamos que o militante, muito embora estivesse inserido nesse contexto, se dedicava muito mais aos problemas sociais e as suas atividades políticas, ficando um pouco travados esses outros comportamentos de caráter mais privado.

Os jovens da década de 1980 conseguiram encontrar essa revolução cultural já encaminhada, e podemos observar as relações sexuais e o consumo de drogas muito mais intensos nesse momento. As pílulas anticoncepcionais, que surgiram na década de 1960, tinham seu consumo ampliado naquele momento, contribuíram para a liberdade sexual da mulher, que agora não temia mais o risco da gravidez indesejada. No entanto, essas novas práticas culturais encontraram barreiras inéditas, as quais levariam os jovens a refletir e cautelar os seus comportamentos. Foi nesse contexto que surgiram os primeiros casos de Aids, nos Estados Unidos, nos anos 1980, como uma doença incurável, o que passa a interferir nessa liberação sexual, gerando medo e precaução no que se refere às relações sexuais. No campo da juventude, principalmente secundarista, onde as responsabilidades ainda não estão bem definidas, a doença cai como um estopim, pois com uma liberação sexual acentuada e o consumo de drogas mais diversificado, intenso e dependente, o resultado foi a infecção em jovens.

Os militantes estudantis que faziam uso de drogas, principalmente na década de 1980, discutiam esse uso e defendiam a liberação com o

slogan do É proibido proibir¹¹, argumentando também que a proibição da maconha, por exemplo, devia-se à política das grandes multinacionais do tabaco de garantir sua produção exclusiva na sociedade, tendo em vista que essa outra droga poderia ser produzida artesanalmente.

Os militantes também promoveram inúmeras discussões sobre os padrões culturais no movimento e nos grupos políticos dos quais faziam parte. Temas como virgindade, casamento, Igreja e família, começavam a serem vistos de maneira diferente dos padrões conservadores até então estabelecidos. Glácio Menezes relembra em entrevista que:

A gente tinha aquela visão muito de quebrar com a cultura do machismo, aquela questão da virgindade. Então a gente também fazia debates sobre essas questões [...] passava fitas que a gente pegava na TV Memória Popular e resgatava um pouco esse debate sobre a questão da virgindade, né? De que a virgindade não era uma coisa muito importante. Alguns, acho que até se aproveitavam dessas coisas, mas outros não. Acho que o pessoal que estava de linha de frente tinha realmente o compromisso de travar um debate sério, de, inclusive, discutir a própria questão do machismo do homem ter que dividir as tarefas de casa. A gente já debatia sobre essas coisas, da importância de dividir a tarefa de casa pra que a mulher também tivesse um espaço de atuação na vida política, no movimento estudantil (Glácio Menezes, em entrevista concedida à autora, Natal, 30 jun. 2004).

A partir dessas discussões, não se compreendia mais a virgindade como um pré-requisito ao casamento, considerando-se este um valor pequeno-burguês¹², e não se via mais o casamento civil e religioso como sendo necessário à união de duas pessoas. A Igreja enfrentava também inúmeras críticas, resultado da avaliação do processo histórico da instituição, que, para os militantes, sempre esteve ao lado dos governantes, participando ativamente dos processos de dominação e alienação do povo. A música *Igreja*, dos Titãs, produzida nos anos 1980, a qual fazia uma crítica veemente à instituição católica, teve boa recepção entre os jovens contestadores da ordem e no Movimento Estudantil Secundarista.

Nos anos 1980, a mulher participava mais ativamente das discussões políticas e os militantes tentavam estimular mais tal

11 Esse slogan foi criado em 1968 – sendo tema de uma das músicas de Caetano Veloso – em meio aos governos militares, mas teve também uma grande repercussão ainda nos anos 1980.

12 Chamava-se assim algumas práticas tidas como reacionárias e conservadoras que eram baseadas no sistema capitalista.

participação; muito embora observassem que era difícil ver uma mulher que se propusesse a estar na linha de frente do Movimento Estudantil Secundarista. Lázaro Amaro lembra que, nas diretorias da UMES, dirigida pelo MR-8, procurava-se sempre colocar uma mulher no cargo de vice-presidência, para que os cargos de liderança não fossem ocupados só por figuras masculinas, tentando democratizar o espaço também através de uma participação feminina mais acentuada (Lázaro Amaro, em entrevista concedida à autora, Natal, 29 nov. 2002).

O *Rock and Roll* também era um gênero musical característico dos jovens dos anos 1980. As bandas de Rock Nacional, como os Titãs, Legião Urbana, Capital Inicial, Barão Vermelho, Plebe Rude, com suas músicas críticas que questionavam, de forma rebelde, os problemas sociais, marcaram boa parte do comportamento juvenil e militante. Em entrevista, Glácio Menezes lembra que durante as passeatas os estudantes ouviam músicas com letras de protesto, principalmente de Rock, que mostravam a cara da juventude e corroboravam com as pautas do movimento, o que tornava as passeatas um espaço de formação. Na fotografia¹³ que registra a passeata organizada pelos estudantes da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, em 1988, em protesto à pancadaria e à prisão de alguns militantes em manifestações anteriores que rebelaram-se contra a falta de professores, bem como contra os decretos 95.682¹⁴ e 95.683¹⁵, os quais reduziam as verbas dos estabelecimentos de ensino da rede federal, podemos observar faixas e palavras de ordem, baseadas na música “Polícia”, também dos Titãs: “Polícia para quem precisa, polícia para quem precisa de polícia”.

Muito embora o Rock tenha assumido esse papel crítico, a militância tinha como uma das suas preferências musicais também a Música Popular Brasileira (MPB), principalmente aquelas canções que contestavam os governos militares, as quais eram cantadas e interpretadas por artistas que sofreram com a repressão e o exílio.

A militância criticava a mídia e o consumismo, seja através da rejeição de músicas propagadas pelos meios de comunicação, como

13 Fotografia publicada na capa do jornal *Diário de Natal* em 17 de setembro de 1988.

14 BRASIL. Decreto nº 95.682, 28 de janeiro de 1988.

15 BRASIL. Decreto nº 95.683, 28 janeiro de 1988.

pelas novelas, entre outros programas. Glácio Menezes comenta sobre esse processo e diz que:

A gente gostava mais de MPB, o pessoal era mais essa coisa do forró [...] existia um choque muito grande, dizíamos que isso era a anticultura, a lambada, enfim, tudo que a mídia colocava, a gente tentava quebrar essas coisas. Fazíamos atividades nossas dentro da escola, atividades culturais, e tentávamos impor de goela abaixo. Discordava do que a grande maioria fazia, a grande mídia nacional, mas fazíamos também do mesmo jeito. Quando a gente tinha oportunidade, o som que passava era o som que a gente queria, e quem quisesse que curtisse, tinha que gostar do que a gente gostava [...] Era MPB, era Zé Ramalho, era Raul Seixas (Glácio Menezes, em entrevista concedida à autora, Natal, 30 jun. 2004).

Havia uma crítica à cultura de massa imposta pelos meios de comunicação, que serviam ao sistema e contribuíam para a manutenção do capitalismo. O militante queria negar essa cultura dominante e, nos eventos patrocinados pelo Movimento Estudantil Secundarista, usava a música como um dos instrumentos, muito embora, às vezes, a participação maciça dos estudantes não se confirmasse por falta de identificação e de afinidade com as propostas culturais do Movimento Estudantil Secundarista.

Embora os anos 1960 se diferenciem dos anos 1980, no que se refere ao cenário político do país, observamos que o Movimento Estudantil Secundarista do período de Redemocratização procurou resgatar experiências e práticas de sua história de luta e resistência.

O contexto dos governos militares levou muitos militantes a programar comportamentos que garantissem a sua segurança e a do seu grupo, devido à perseguição e à repressão patrocinadas pelo poder estatal a todos aqueles que contrariassem a ordem.

A imagem desse militante que lutou contra a Ditadura, doando sua vida até a morte pela causa revolucionária, foi construída para as gerações posteriores e incorporada por muitos militantes nos anos 1980 e 1990. Percebemos claramente essas ideias na afirmação de Glácio Menezes, que diz:

O pessoal, por exemplo, de Valério [Travessia Socialista], tivemos uma identificação maior, porque quando a gente começou a ler algumas coisas sobre Movimento Estudantil, era aquela coisa muito romântica da luta contra o militarismo, e o pessoal tinha uma prática mais ou menos dessa natureza. Só pra ter uma ideia, os primeiros jornais que a gente recebeu da UMES, os caras chamaram a gente para uma praia – pra Ponta Negra – e entregaram o jornal assim, como se fosse uma coisa clandestina que ninguém podia ver. Um negócio bem secreto. A partir daí, a gente começou a se identificar com esse grupo mais do que com o outro [Caminhando Secundarista], que fazia as coisas mais abertas e passou a assimilar que, realmente, tinha que ser uma coisa meio fechada, não podia ser aberta até pelo medo de alguma represália (Glácio Menezes, em entrevista concedida à autora, Natal, 30 jun. 2004).

Essa atitude demonstra a realidade romantizada de alguns militantes, os quais montavam todo um cenário para enquadrar suas fantasias. Os militantes dos anos 1980 viviam ainda uma transição: o pensamento e o comportamento ainda estavam muito articulados com os anos anteriores. Fraga (2018, p. 306-307) contribui nessa discussão quando avalia a atuação dos militantes que se incorporaram no processo de luta armada contra os governos militares:

É bem verdade que a determinação dessa geração de jovens, aliada às condições em que foram obrigados a viver, os transformou numa espécie de heróis para um grupo de jovens militantes, especialmente aqueles que se formaram numa outra temporalidade e que somente aprenderam o que seria clandestinidade lendo livros autobiográficos, de poesias, ouvindo músicas ou depoimentos, assistindo a filmes.

Os militantes dessa nova geração continuavam pensando na revolução e dedicando sua vida a esses ideais, recebendo os resquícios de uma cultura trabalhada durante os governos militares, na qual a crítica e a autocritica, a pontualidade e o compromisso eram detalhes de extrema importância para o grupo no qual atuavam. Muitos grupos que sobreviveram àquele momento e continuaram organizados durante os anos 1980, mesmo que clandestinamente dentro de outros partidos legalizados pós-1985, atuavam ainda pensando na Revolução Socialista, promovendo uma formação rígida para seu militantes.

No entanto, o processo de institucionalização dos movimentos sociais influenciou, durante os anos 1980, todo o comportamento desses grupos, que se organizavam também pela luta dos espaços parlamentares do poder público, não só mais pela revolução. Sobre essa discussão, lembramos uma fala do militante Walter Júnior (Walter Júnior, em entrevista concedida à autora): “No fundo, nós pensávamos na revolução. Hoje todos nós olhamos assim: dedicamos as nossas vidas e não fizemos a revolução”. Então, muito embora envolvidos em lutas específicas do próprio movimento, os sonhos, com relação à transformação da sociedade, ainda eram preservados.

A cultura política dos militantes dos anos 1960, que resistiram aos governos militares, foi absorvida não só pelo militante secundarista, mas por todos os militantes que atuavam em grupos considerados de esquerda, os quais tinham uma vida e uma atuação política ordenadas pela militância.

A particularidade do militante secundarista era ser jovem – a maioria menor de idade – os jovens sempre estiveram à frente das manifestações públicas, se expondo mais, ousando quebrar as barreiras do que estava preestabelecido. Os partidos políticos observavam essas potencialidades do Movimento Estudantil Secundarista, que conseguia colocar nas ruas milhares de estudantes e investia na conquista de lideranças para propagar suas ideias.

Como os partidos de esquerda encontravam nos movimentos sociais o espaço para viabilizar seus discursos, os movimentos estudantil e sindical, entre outros, recebiam toda essa cultura política de esquerda, composta de rituais como assembleias e reuniões, que aconteciam periodicamente e serviam para legitimar tanto as posições do grupo, quanto as da classe. Discutir, argumentar e discursar são características da prática política militante de esquerda. E essas características eram adquiridas através da atuação e da formação política.

Como “os militantes formam os movimentos e os movimentos formam os militantes” (Fraga, 2018, p. 330), a participação e o processo de aprendizagem que essa experiência acarretou na vida dos protagonistas dessa história foi muito valiosa. Na recordação sobre a participação no Movimento Estudantil Secundarista, os militantes apresentaram sempre um aspecto saudosista, avaliando que o Movimento Estudantil

Secundarista de hoje não é mais como o de antigamente, pois os militantes não têm mais o compromisso nem a atuação que se tinha no passado.

Essa característica foi possível de se detectar em quase todos os membros do Movimento Estudantil Secundarista em diferentes momentos. Os atores do início dos anos 1980 tinham essa visão sobre o movimento durante seu período de participação, considerando que, após o seu afastamento, o movimento ficou mais fraco. Os militantes de meados dessa mesma década também avaliam que o seu período de atuação foi mais efervescente. E os do fim da década de 1980, já tinham uma outra avaliação. Então, percebemos nessas avaliações que, na militância, no momento de atuação, a intensidade desse movimento é marcante, e o sujeito não consegue avaliar racionalmente os fatos, sendo influenciado pela paixão que tinha e pelos resquícios dela.

Além desse aspecto, os depoentes também avaliaram o legado da cultura política militante para as suas vidas, destacando a formação adquirida no Movimento Estudantil Secundarista, como responsável por muitas de suas vitórias. João Maria de Sousa Fraga – hoje professor de História – diz que pontualidade, responsabilidade social, discurso articulado, compromisso com a educação, espírito crítico, foram características adquiridas a partir da experiência no Movimento Estudantil Secundarista. Afirmo o depoente: "Todo esse comportamento eu adquirir, confesso com a minha experiência de militância estudantil [Movimento Estudantil Secundarista]" (João Maria de Sousa Fraga, em entrevista concedida à autora).

Considerações finais

Durante os governos militares, o Movimento Estudantil Secundarista desempenhou importante papel na sociedade. Foi um dos principais movimentos de resistência nesse período e continuou participando ativamente das reivindicações e da vida política do país nas décadas seguintes (1980 e 1990). Esse movimento sempre aglutinou jovens que se predispuseram a fazer militância, vivendo intensamente uma coletividade, como pudemos observar no depoimento das lideranças estudantis.

A militância estudantil tem um papel educativo na formação do ser político em sociedade. Como espaço de atuação que possibilita a discussão, o Movimento Estudantil Secundarista contribui para despertar nos estudantes reflexões que poderão usar em papéis sociais que porventura venham a assumir.

Referências

ALMEIDA, Luciano de. (Militante estudantil na década de 1960). Entrevista concedida à autora. Natal, 28 de junho de 2004.

AMARO, Lázaro. (Presidente de uma das gestões da UMES em 1985, advogado). Entrevista concedida à autora. Natal, 29 de novembro de 2002.

ANDRADE, Carlos Alberto Nascimento. **A organização política dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974-1984)**. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1994.

ARAÚJO, Maria do Amparo A. *et al.* (Com. Responsável). **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

BRASIL. Decreto nº 95.682, de 28 de janeiro de 1988. Dispõe sobre medidas de contenção de despesas nos órgãos e entidades da Administração Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 jan. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D95682.htm. Acesso em: 19 ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 95.683, de 28 de janeiro de 1988. Estabelece normas complementares ao regulamento nº 7.596, de abril de 1987, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 jan. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D95683.htm. Acesso em: 19 ago. 2024.

CARDOSO, Fernando H. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. São Paulo: DIFEL, 1972.

CARDOSO, Ruth. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 81-90.

DAGNINO, Ivelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania *In*: DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-115.

DIÁRIO DE NATAL. Polícia x Estudantes: Segurança vê “agitadores” em ação. Natal, 17 set. 1988. p. 1. Ed. 185. Disponível em: Diário de Natal (RN) – 1980 a 1989 – DocReader Web (bn.gov.br). Acesso em: 19 ago. 2024.

FERNANDES, Henrique José. (Diretor da UBES em 1988). Entrevista concedida à autora. Natal, 20 novembro de 2002.

FONSECA, Sebastião Valério da. (Diretor da APES em 1988). Entrevista concedida à autora. Natal, 10 de dezembro de 2002.

FONTENELLE, Isleide A. Vidas em luta: a constituição do sujeito político em E. P. Thompson. *In*: **SOCIABILIDADES**. São Paulo: LASC, FFLCH-USP, 1996.

FRAGA, João Maria. (Coordenador Nacional da UJS). Entrevista concedida à autora. Natal, 15 de dezembro de 2002.

FRAGA, Maria da Conceição. **Estudantes, cultura e política: a experiência dos manauaras**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

FRAGA, M. da Conceição. **Da clandestinidade ao parlamento**. Natal: Caravela Selo Cultural, 2018.

FRAGA, Maria da Conceição. Ritual e símbolo na política estudantil. *In*: BARREIRA, Yrles; VIEIRA, Sulamita (org.). **Cultura e política: tecidos do cotidiano brasileiro**. Fortaleza: EDUFC, 1998.

GALVÃO, Mailde Pinto. **1964: aconteceu em abril**. Natal: Clima, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARQUES, Rogério. (Presidente de uma das gestões da UMES em 1985). Entrevista concedida à autora. Natal, 02 de dezembro de 2002.

MELO, Rosana K. B. **A Ordem: jornal, agente cultural e estrutura ideológica no Rio Grande do Norte (jan. a mar. 1964)**. 2003. Monografia (Graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

MENEZES, Glácio. (Presidente da UMES em 1992). Entrevista concedida à autora. Natal, 30 de junho de 2004.

MIRANDA, Orlando. A sociabilidade na teoria de Tonnies. *In: SOCIABILIDADES*. São Paulo: LASC, FFLCH-USP, 1996.

PATRÍCIO, Adriana Cristina da Silva. **Estudantes em perspectiva: movimento estudantil secundarista no Rio Grande do Norte (1982-1992)**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Brasil em direção ao séc. XXI. *In: LINHARES, Maria Yedda (org.). História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SILVA, Justina Iva de A. **Estudantes e política: estudo de um movimento (RN – 1960-1969)**. São Paulo: Cortez, 1989.

WALTER JÚNIOR. (Presidente da UMES em 1987). Entrevista concedida à autora. Natal, 29 de novembro de 2002.

XAVIER, Maria Elizabeth, et al. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

PARTE VI

JORNAL, CINEMATOGRAFIA, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E HISTÓRIA DO RN

Quanto mais a sociedade se distancia da verdade,
mas ela odeia aqueles que a revelam.

George Orwell

AGENDAMENTO POLÍTICO DO ATO INSTITUCIONAL Nº 5 NA TRIBUNA DO NORTE

Arlan Leite¹

Esta pesquisa analisa o agendamento político do jornal *Tribuna do Norte* sobre o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968, no Rio Grande do Norte. Como esse periódico, fundado em 1950 pelo grupo político de Aluizio Alves, construiu uma agenda diária para a institucionalização do AI-5 nas primeiras semanas que se seguiram ao Golpe dentro do Golpe de 1964? No contexto dos anos 1950 e 1960, os meios de comunicação de massa mais abrangentes eram o rádio e o jornal impresso, uma vez que a televisão ainda era um veículo de acesso muito limitado para a maioria da população. A *Tribuna do Norte*, um jornal matutino publicado pela *Editora Tribuna do Norte S.A.*, destacava-se como um dos principais periódicos impressos na veiculação de notícias diárias em Natal, mas que alcançava outras cidades do estado.

Em 1968, o jornal *Tribuna do Norte* apresentava a seguinte equipe editorial: Geraldo Ramos dos Santos (diretor-presidente); Aluizio Alves Filho (diretor-tesoureiro); Wober Lopes Pinheiro (diretor-secretário); Cassiano Arruda Câmara (editor); Abmael Moraes (editor adjunto); Francisco Macedo (chefe de redação) e Woden Madruga (supervisor de produção). O periódico do grupo Alves constituía-se como um jornal-empresa alinhado aos modelos norte-americanos, buscando atingir, dentre outros, interesses mercadológicos e políticos. Na primeira das suas oito páginas, eram inscritas as notícias internacionais e as informações da movimentação política nacional com o uso de fotografias. Os títulos das notícias surgiam em grandes letras e, em alguns deles, com a fonte em

¹ Mestre em História pela UFRN e Técnico Administrativo em Educação da UFRN. É autor do e-book *O jornal Tribuna do Norte e o Golpe Militar de 1964: a publicidade da “subversão” potiguar*. Integra a Comissão Editorial do periódico eletrônico *Bibliocanto* (UFRN).

negrito, a exemplo do noticiário sobre o AI-5 e seus desdobramentos, enquanto as matérias, por exemplo, sobre as prisões políticas no Rio Grande do Norte, eram inseridas nas páginas internas do impresso.

Habermas (2003) vê os jornais como elementos importantes na formação da esfera pública, ou seja, a imprensa tornou-se um instrumento relevante de intervenção nessa esfera da sociedade burguesa. É a construção de uma opinião que exige publicidade. Nesse sentido, a imprensa concedeu às massas o acesso à coisa pública em uma dimensão política cada vez mais complexa. No tocante à publicidade, Habermas (2003, p. 210) observa que ela “serve à manipulação do público na mesma medida que à legitimação ante ele”. A publicidade tem aspectos comerciais e políticos, que transmitem ao público posições ideológicas. Já o sociólogo Thompson (2013) faz uma análise da imprensa como um poder forjado a investimentos técnicos e simbólicos, sendo este produtor de um espaço social que desenvolve novas formas da vida pública. A transmissão das “formas simbólicas” encontra-se na base de exploração dos meios de comunicação em seus intentos comerciais (Thompson, 2013, p. 46).²

Sobre o agendamento político do jornal impresso, trabalhamos com o conceito da “Teoria da Agenda”, que consiste em analisar os “efeitos da comunicação massiva na atenção do público acerca de temas políticos e sociais” (McCombs, 2009, p. 8). Nesse sentido, “os cidadãos estão envolvidos num processo contínuo de aprendizado sobre os assuntos públicos”. E a comunicação de massa é entendida como “um processo social no qual a mesma mensagem, seja ela impressa ou no formato audiovisual, é disseminada a uma vasta população” (McCombs, 2009, p. 87). Sobre as estratégias utilizadas pela comunicação de massa no agendamento de variados temas, o referido autor pontua:

Numerosas características destas mensagens influenciam quantas pessoas lhe prestam atenção e aprendem ao menos alguma porção de seu conteúdo. Matérias de primeira página no jornal têm duas vezes mais leitura do que as que aparecem em suas páginas internas. Matérias com ilustração gráfica atrativa e títulos maiores atraem mais leitores (McCombs, 2009, p. 87).

2 Ver também: LEITE, Arlan Eloi. *O jornal Tribuna do Norte e o golpe militar de 1964: a publicidade da “subversão” potiguar*. Natal: EDUFRRN, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/21432?mode=full>. Acesso em: 15 ago. 2024.

Além disso, os efeitos desse agendamento apresentam implicações importantes na criação imagética para os leitores, na “saliência dos temas públicos”, nas mudanças desses mesmos temas, na opinião pública “sobre o comportamento geral de um líder público que está num cargo”. Tais práticas podem influenciar o comportamento das pessoas desde a compra de produtos comerciais, busca por serviços, “até a votação no dia da eleição” (McCombs, 2009, p. 205). Assim, a teoria do agendamento nos ajuda a pensar o papel e os efeitos da mídia (comunicação de massa) na criação de uma opinião pública, nesse caso, pelas matérias da *Tribuna do Norte* sobre a decretação do AI-5.

Na abordagem metodológica, entendemos o jornal como um objeto de pesquisa histórica, que deve ser analisado em sua aparência física (formato, qualidade da impressão, capa, ilustrações ou ausência delas) e em sua “estruturação e divisão do conteúdo”, nas “relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade e o público” que tentou atingir. É necessário observar as “motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa” e o “destaque conferido”, bem como “a ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo”. Também identificar com atenção “o grupo responsável pela linha editorial”, os seus colaboradores assíduos, escolha de título e “textos programáticos”. Questionar as “ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros”. Ademais, o pesquisador deve “recorrer a outras fontes de informação para dar conta do processo que envolveu a organização, o lançamento e a manutenção do periódico” (Luca, 2008, p. 138-141).

Segundo Martins e Luca (2006, p. 11), jornais, revistas, rádios e televisões são verdadeiras empresas que visam lucros e “negociam um produto muito especial, capaz de formar opiniões, (des)estimular comportamentos, atitudes e ações políticas”. Tais empresas não se limitam a apresentar o que de fato aconteceu, “mas selecionam, ordenam, estruturam e narram, de uma determinada forma, aquilo que elegem como fato digno de chegar até o público”. A construção das notícias diárias, sobretudo da política partidária, recebe investimentos ideológicos, econômicos, políticos e de classe social. Dessa forma, a imprensa, alinhada à Ditadura Militar, contribuiu com as narrativas e representações sobre a institucionalização do Golpe de 1964 e seus desdobramentos junto ao público leitor.

Por ocasião do Golpe Civil-militar de 1964, Aluizio Alves, então governador do Rio Grande do Norte, aderiu à conspiração golpista que derrubou o governo do presidente João Goulart e a *Tribuna do Norte* passou a seguir uma linha editorial contemporizando com os militares sem contestações diretas. Nas primeiras matérias sobre o novo regime imposto ao Brasil, Aluizio Alves conclamava o povo potiguar e afirmava que esse movimento buscava trazer a real legalidade democrática em virtude da “radicalização das posições ideológicas e políticas, conduzindo o país a um impasse intolerável, que só pode ser solucionado com o respeito às tradições das Forças Armadas” (Alves, 3 abr. 1964, p. 1). Na sequência, Aluizio Alves instaurou uma Comissão de Inquérito Policial em sua administração estadual, paralela aos inquéritos dos militares, para investigar os “subversivos”, ou seja, os “inimigos” internos do Estado policaresco que acabara de ser implantado no Brasil. Essa investigação visava os “agentes comunistas” no Rio Grande do Norte que atuavam na área rural, na Rede Ferroviária Federal, nos setores sindicais, estudantis, intelectuais e na Prefeitura Municipal de Natal, uma vez que Djalma Maranhão, então prefeito, era contrário ao Golpe Militar (Leite, 2008, p. 18-20).

O agendamento político dos grandes jornais impressos no Brasil, a exemplo do *Jornal do Brasil* e do *Correio da Manhã*, contribuiu significativamente com a legitimação e a opinião pública sobre o Golpe de 1964. Seus editoriais bradaram pela deposição do presidente João Goulart, embora muitos desses periódicos não desejassem a formação de um governo militar (Ferreira; Gomes, 2014). Durante a História da República brasileira, “as saídas autoritárias das elites oligárquicas aparecem com frequência como estratégia de permanência no poder” (Simião, 2018, p. 19). E a conspiração golpista em 1964 deve ser problematizada a partir do contexto da Guerra Fria. De acordo com Simião (2018, p. 18-19), essa Guerra trouxe um “cenário de forte disputa ideológica de dois blocos distintos: um socialista, liderado pela União Soviética; e outro capitalista, em que os Estados Unidos da América estimulavam golpes de Estado pelo mundo afora contra governos democráticos” com viés nacionalistas e de inclinação à esquerda.

Além disso, a ruptura democrática em 1964 precisa ser analisada como uma luta de classes, conforme Simião (2018, p. 19):

O Golpe de 64 foi uma reação concreta de classe, do grande capital, nacional e internacional, aos avanços sociais, ao protagonismo dos trabalhadores e das forças democráticas que estavam em ebulição em um período histórico de grande participação popular e no qual o movimento sindical vinha em uma crescente participação com mobilizações e greves.

O Golpe Militar “não continha um ideário de governo”, mas “foi um projeto contra o governo Jango e as esquerdas” (Ferreira; Gomes, 2014, p. 371). Por outro lado, vários setores da sociedade, incluindo a imprensa, buscavam a deposição de Jango com a intervenção dos militares para depois restabelecerem um governo civil. Entretanto, os militares golpistas também criaram o seu projeto de poder e o Golpe de Estado virou uma Ditadura com o apoio dos Estados Unidos da América (Ferreira; Gomes, 2014). Então, a partir desse contexto histórico, podemos analisar as estratégias e motivações da *Tribuna do Norte* em seu jornalismo político, sobretudo com o AI-5.

1968 foi um ano simbólico “para a luta política, tanto no Brasil como no mundo. Marcou um momento de afirmação da juventude com manifestações no mundo todo”, a exemplo do Maio Francês, da Primavera de Praga e das manifestações contrárias à Guerra do Vietnã versus Estados Unidos (Simião, 2018, p. 37). No Brasil, ocorreram os movimentos estudantis, sindicais e de opositores políticos ao regime ditatorial, os quais foram utilizados como pretexto para decretação do Ato Institucional nº 5 pelo general Artur da Costa e Silva, então Presidente da República. Sobre esse Golpe dentro do Golpe, Simião (2018, p. 40) destaca:

Representou o fechamento do regime, com censura a jornais, músicas, rádios, peças, proibição de manifestações públicas, cassação dos direitos políticos dos opositores; realizou uma verdadeira ação de “caça às bruxas” aos militantes das organizações de esquerda. Foi a escalada do terror por parte do Estado com tortura, morte, assassinatos. Foram os verdadeiros “anos de chumbo”.

Nesse cenário, os jornais impressos que buscavam sobreviver econômica e politicamente tiveram de manter um alinhamento nítido com os ditadores no poder, apesar de que tal engajamento apresentasse, vez por outra, tensões, conflitos, insatisfações e dúvidas

quanto aos rumos do regime ditatorial. Com o AI-5, a *Tribuna do Norte* manteve-se alinhada ao projeto de institucionalização do Golpe dentro do Golpe. Em 14 de dezembro de 1968, com grandes letras em negrito, na primeira página, o jornal do grupo Alves publicou o título “Governo Decreta Ato Institucional e Fechamento do Congresso Nacional”. O texto foi distribuído em três grandes colunas centrais nessa primeira página e a continuação na quinta página. O AI-5 é um documento dividido em preâmbulo, considerações, 12 Artigos com seus respectivos parágrafos e mais um Ato Complementar dividido em dois Artigos (Governo decreta..., 1968, p. 1-5).

No preâmbulo, o general Costa e Silva afirmou que, ouvido o Conselho de Segurança Nacional e considerando que a “Revolução Brasileira de 31 de Março de 1964”, decorrente dos atos que institucionalizaram o “sistema jurídico e político”, assegurasse “a autêntica ordem democrática baseada na liberdade, no respeito à dignidade humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo”. Também era um instrumento na “luta contra a corrupção” e na busca pelos “meios indispensáveis da obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil”. O Presidente da República, nas considerações, assegurou que o governo federal era responsável pela ordem e segurança internas do país, que o “Poder Revolucionário” iria continuar com o “processo revolucionário em desenvolvimento” e que todos os “atos perturbadores da ordem” e contrários ao “Movimento de Março de 1964” precisavam de providências necessárias para que não fossem “frustrados os ideais superiores da Revolução” (Governo decreta..., 1968, p. 1-5).

É importante observarmos que o Golpe de 1964 “virou revolução” (Ferreira; Gomes, 2014, p. 375). O termo revolução estava em evidência na época. A “revolução cubana, ocorrida em 1959, o avanço da revolução chinesa que, se de um lado empolgava as esquerdas, por outro lado gerava um pavor nos setores conservadores”. Assim, a palavra revolução “foi fruto de uma disputa simbólica” e foi usada por muito tempo pelos militares “para caracterizar o Golpe de 64” (Simião, 2018, p. 19-20). Nessa representação distópica, o general Presidente Costa e Silva construiu um discurso falando de “autêntica ordem democrática”, de “liberdade” e de “respeito à dignidade humana”, em flagrante engodo e contradição.

Na realidade, o Brasil se tornava um Estado policialesco sob o arbítrio e os assassinatos de opositores ao Regime Militar.

Na sequência dos 12 Artigos do AI-5, a Constituição Federal outorgada em 1967 e as constituições estaduais foram mantidas; o Presidente da República poderia decretar o “recesso” (fechamento) do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por meio de Ato Complementar, Estado de Sítio ou fora dele. E, no final desse documento, o general Presidente Costa e Silva decretou, por Ato Complementar, o fechamento do Congresso, que só poderia ser reaberto por decisão presidencial. Além disso, poderiam ser nomeados interventores para estados e municípios e, no “interesse de preservar a Revolução”, o Presidente da República poderia suspender os direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de dez anos e cassar mandatos eletivos nas esferas federal, estadual e municipal. No tocante ao controle dos corpos e ideias da população, este era o Artigo mais danoso à dignidade humana e aos direitos fundamentais:

Artigo V – A suspensão dos direitos políticos com base neste Ato importa, simultaneamente, em:

Cassação de privilégios de foro por prerrogativas de função.

Suspensão do direito de votar e ser votado nas eleições sindicais.

Proibição de atividades ou manifestações sobre assuntos de natureza política.

Aplicação, quando necessário, das seguintes medidas de segurança: a) liberdade vigiada; b) proibição de frequentar determinados lugares; c) domicílio determinado [...] (Governo decreta..., 1968, p. 1-5).

O AI-5 criava, assim, uma nova ordem social e política em que discursos e/ou notas considerados “oficiais” do poder ditatorial, autodeclarado “poder revolucionário”, eram reproduzidos na imprensa aliada, a qual foi dando relevância ao tema da “revolução dentro da revolução” em uma postura política de convencimento da população, mesmo que nessa agenda jornalística houvesse contradições e questionamentos moderados. Na matéria de primeira página intitulada “Sarmento diz que só os culpados ficam na prisão”, a *Tribuna do Norte* informava aos seus leitores que o general

Sizeno Sarmiento, comandante do I Exército, assegurava que as prisões realizadas a partir do AI-5 foram “feitas como medida de profilaxia” e que foram detidos aqueles em que o governo já tinha desconfiança, “mas, de acordo com o inquérito, serão liberados ou não”. A narrativa jornalística ainda deu conta de que o número de prisões não foi revelado pelo general Sarmiento porque seria de pouco interesse e “porque as prisões” estavam sendo operadas “por vários grupos especializados” (Sarmiento diz..., 1968, p. 1). De fato, as informações sobre opositores de um regime ditatorial são controladas, distorcidas e até mesmo apagadas.

O medo dos “corruptos e “subversivos” na legitimação do AI-5 na *Tribuna do Norte*

Então, os golpistas precisavam criar um discurso com um cenário de ameaças e descontrole do Estado brasileiro, a fim de justificar e legitimar o endurecimento da Ditadura Militar. A primeira matéria da *Tribuna do Norte* sobre essa assertiva foi publicada com o título “Governo revela Anti-Revolução” e prossegue falando sobre uma suposta “contrarrevolução” que ameaçaria os interesses e status quo dos militares no poder:

[...] O Palácio do Planalto distribuiu a primeira parte do documento denominado “A Contrarrevolução”, no qual afirma que “a pregação antigoverno nas escolas, a participação do clero chamado progressista e de certos veículos de comunicação social na deturpação dos fatos, demonstram a existência de um movimento contrarrevolução”. O documento, redigido com base nas investigações dos órgãos de segurança do Governo, afirma que “a agitação iniciada em 1964 e intensificada gradativamente, nos anos imediatos, assumiu proporções inquietadoras em 1968” (Governo revela..., 1968, p. 1).

De algum modo, o discurso do governo revelava não só o pavor em perder o controle do regime, mas falava também sobre a resistência de setores da sociedade desde 1964 e que tinham ganhado força em 1968. Embora a Ditadura Militar conseguisse aumentar seu controle e impor sua institucionalização, com apoio internacional, as vozes e ações de homens e mulheres, organizados ou não, estabeleciam uma contínua

resistência ao poder dos militares. E um dos interesses do regime materializava-se na chamada “operação limpeza”, que, “por meio dos inquéritos policiais militares”, procurava “investigar os subversivos”. O objetivo era a “eliminação do ‘inimigo interno’” (Simião, 2018, p. 25).

As estratégias discursivas e efetivas do governo ditatorial, consubstanciadas pela agenda jornalística da imprensa aliada, buscavam identificar, perseguir e punir dois tipos de “criminosos”: os “subversivos” e os “corruptos”. Com o título chamativo “Lira diz que subversivos e corruptos serão punidos”, o jornal do grupo Alves informava aos seus leitores sobre as últimas ordens do Ministro do Exército Brasileiro:

[...] O Ministro do Exército Lira Tavares disse à imprensa que somente pelo respeito e acatamento que merecem as Forças Armadas a figura moral e a expressão de chefe e líder do Presidente da República foi que elas se mantiveram apesar de tudo como em nenhuma outra fase da vida política nacional em absoluto silêncio coesas e disciplinadas à espera das providências que teriam de vir como vieram no momento oportuno da iniciativa e da decisão do Chefe do Governo. O titular do Exército esclareceu que, quanto à aplicação do Ato n. 5, “quem tem consciência de ser criminoso pode temer a ameaça de punição de crime, sobretudo se é corrupto ou subversivo”. Revelou que a grande prova de que não há fundamento para receio do Ato “está nas diretrizes que foram imediatamente baixadas pelo Presidente da República, não permitindo iniciativas isoladas”. O Ministro do Exército anunciou que o principal objetivo do AI-5 “é tornar possível a obra de reconstrução nacional por cujo desenvolvimento normal toda Nação sabe se exige clima de ordem, de fortalecimento da autoridade e combate sem trégua à subversão responsável pelos fatores negativos que cumpre eliminar como fator imprescindível para que a revolução prossiga seu grande programa de realizações” (Lira diz..., 1968, p. 1).

O general Lira Tavares deixava evidente que o AI-5 também era uma resposta do Chefe do Executivo Federal às críticas que as Forças Armadas vinham recebendo, inclusive de parlamentares do Congresso brasileiro, o qual foi imediatamente fechado pelo general Presidente Costa e Silva. O discurso buscava separar os “subversivos” (considerados comunistas) e os “corruptos” (ladrões) do resto da população e, sobretudo, criar uma “fronteira” entre esses “inimigos” internos e os “revolucionários”. Lira Tavares finaliza com a ideia de que o AI-5

estabelecia o aprofundamento da “revolução”, baseada no fortalecimento dos militares e na guerra sem descanso aos “subversivos”, o que geraria, para os golpistas, o “desenvolvimento” do país. Enquanto isso, leitores desavisados ou simpatizantes do regime poderiam ser convencidos de que não faziam parte desse grupo de “criminosos” da pátria.

A Doutrina de Segurança Nacional, inspirada e orientada pelos Estados Unidos da América, com suas ações anticomunistas e ênfase à segurança interna, “levou inexoravelmente ao abuso do poder, às prisões arbitrárias, à tortura e à supressão de toda liberdade de expressão”. A referida Doutrina “transformou-se em uma ideologia de dominação de classe, que serviu para justificar as mais violentas formas de opressão classista” (Simião, 2018, p. 25). Então, o discurso do general Lira Tavares, um dos golpistas de 1964, deve ser compreendido nesse contexto da implementação da Doutrina de Segurança Nacional e de suas drásticas consequências para a sociedade brasileira.

Com o fechamento do Congresso Nacional, a *Tribuna do Norte* publicou matérias sobre a movimentação política dos parlamentares, mostrando as ações daqueles políticos que buscavam estabelecer algum diálogo com o general Presidente Costa e Silva e também daqueles parlamentares que faziam críticas à decretação do AI-5. Em primeira página, o título “Filinto Müller quer apoio de senadores para Governo”, dava conta de que cerca de 20 senadores, entre eles o Müller, objetivavam endereçar ao Presidente da República um telegrama “de apoio pelas últimas medidas tomadas para manter acesa a chama da Revolução de 1964”, mas precisavam da assinatura de 34 senadores. Para Müller, o telegrama teria por finalidade “uma saída política para um diálogo” entre a Presidência e o Congresso e acrescentou que o Senado nunca tinha falhado à “Revolução” e que poderia aproveitar a oportunidade “para confrontar perspectivas e soluções” (Filinto Müller..., 1968, p. 1).

Em pouco tempo, 34 senadores da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido criado em 1965 para dar sustentação ao regime ditatorial, assinaram um documento de solidariedade ao general Presidente Costa e Silva, manifestando o “apoio à nova fase do movimento de 31 de Março definida com a edição do Ato Institucional n. 5”. De acordo com a reportagem da *Tribuna do Norte*, a iniciativa buscava “anular as repercussões causadas pelo telegrama” que foi enviado anteriormente por

um grupo de senadores, dentre eles Daniel Krieger, “no qual se criticava a implantação do AI-5, por entender que os objetivos revolucionários foram institucionalizados com a vigência da Constituição de 1967”. Ou seja, no próprio partido do governo militar, havia discordâncias e insatisfações expressas de alguns parlamentares, porém os senadores comprometidos com o Golpe dentro do Golpe, a exemplo de Müller, se movimentaram para acalmar os ânimos e se manterem alinhados ao Regime Militar. A nota ainda informava que os seguintes senadores não assinaram o documento: Daniel Krieger, Presidente Nacional da ARENA, Carvalho Pinto, Gilberto Marinho, Presidente do Senado, Ney Braga, Adolfo de Oliveira Franco, Aloísio de Carvalho Filho, Mem de Sá e Milton Campos (Senadores..., 1968, p. 1).

É oportuno lembrar que Filinto Müller (1900-1973), militar cuiabano, formado em Direito, participou dos levantes tenentistas da década de 1920, foi chefe de polícia do Distrito Federal durante o governo Vargas, participou da implantação do Estado Novo (Ditadura Vargas) e também do Golpe Militar de 1964. Foi senador, Presidente da ARENA e Presidente do Senado. Em setembro de 1937, o “Plano Cohen”, “documento atribuído à Internacional Comunista” e que apresentava um suposto “plano para a tomada do Brasil” e que teria sido “supostamente apreendido pelas Forças Armadas”, foi apresentado em reunião com a presença, dentre outros, do general Eurico Dutra, Ministro da Guerra, do general Góes Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército, e de Filinto Müller, Chefe de Polícia do Distrito Federal. Esse Plano serviu para justificar a implantação do “Estado de Guerra” como “necessário para combater a iminente ameaça comunista”, que resultou na imposição da Ditadura do Estado Novo (Dantas, 2014, p. 135).

Em 1945, com o Estado Novo em crise e em derrocada, o general Góes Monteiro “denunciou a fraude produzida oito anos antes, isentando-se de qualquer culpa no caso e atribuindo a responsabilidade da elaboração do documento ao capitão Olímpio Mourão Filho”, que era o então chefe do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira (AIB). (Dantas, 2014, p. 135). Desse modo, percebemos que o discurso anticomunista e alarmista por setores conservadores no Brasil, incluindo os militares, tem um histórico e foi também uma estratégia mobilizada tanto na deflagração do Estado Novo quanto no Golpe Militar de 1964. No tocante ao general Olímpio

Mourão Filho (1900-1972), ele comandou as primeiras tropas golpistas de Minas Gerais com destino ao Rio de Janeiro para derrubar o Presidente João Goulart (Ferreira; Gomes, 2014). Mourão Filho tornou-se uma figura importante na ligação desses dois Golpes de Estado.

Nas matérias da *Tribuna do Norte* sobre alguns pronunciamentos do general Costa e Silva, Presidente da República, há um esforço do periódico em trazer uma agenda de convencimento e razões para as medidas extremas do governo federal em relação ao AI-5. Com uma grande fotografia do general Presidente Costa e Silva, estendia-se o título “O drama do Presidente” na primeira página. A disposição da matéria pretendia não só informar (com manipulação dos fatos) e legitimar a atuação política do Presidente da República, mas também causar sensibilidade no público leitor, o qual era informado nos seguintes termos: “O drama do Presidente Costa e Silva em face do momento atual querendo cumprir o dever com a Pátria sem prejudicar a ninguém, respeitando o direito de todos – foi revelado pelo ministro Magalhães Pinto”. Esse apoio político teria acontecido em pronunciamento durante almoço de confraternização da Confederação das Associações Comerciais do Brasil e Nacional do Comércio (O drama..., 1968, p. 1).

Por ocasião da homenagem que o Presidente da República recebeu em um banquete de confraternização composto por 108 oficiais-generais, o jornal do grupo Alves estampou, na primeira página, o seguinte título: “Governo não pretende estabelecer ditadura”. Em seu discurso, o general Presidente Costa e Silva, perante os seus pares de caserna, afirmava que não iria estabelecer a Ditadura, mas a força seria usada quando fosse necessária; reconhecia ainda que não fazia um governo popular, porém a sua administração seria para o povo com a figura do homem (ideia de autoridade e afirmação) como “centro das soluções” à nação. E não é à toa que um dos traços desses governos ditatoriais, conduzidos por militares, é o enaltecimento da figura masculina em detrimento da mulher. Na parte final, o general Presidente Costa e Silva fez uma discussão sobre déspotas e tiranos, tentando conceituá-los e, ao mesmo tempo, mantendo distância deles:

Homenageado em banquete de confraternização por 108 oficiais-generais, o presidente Costa e Silva disse que este Governo “não almeja nem tolera ditadura”, mas “usará a força todas as vezes que a

força for necessária e útil aos interesses maiores da nacionalidade”. Afirmou que “o Governo tentou o caminho da tolerância e recebeu em troca a intolerância. Experimentou a magnanimidade e passou por fraco. Procurou o apoio político [...]”. Mas adiante, salientou: “No meu discurso de 16 de março de 1967, por ocasião da primeira reunião ministerial, quando procurei definir os rumos que imprimiria à política nacional, afirmei, sem jactância nem demagogia, que o Governo que se iniciava poderia não vir a ser um Governo popular no mau sentido da expressão, mas será, sem sombra de dúvidas, um Governo para o povo, uma vez que o homem seria o centro das soluções de todos os problemas nacionais. O Governo sem autoridade não merece o nome que ostenta e a autoridade não existe sem os meios que assegurem a sua afirmação. Esses meios só constituiriam perigo para a liberdade se exercidos sem cautela, sem prudência e sem sentimento público. Em tal caso, não apenas esses, mas quaisquer poderes são suscetíveis de se transformarem em armas perigosas. Não são as leis que fazem os déspotas e os tiranos, mas a tendência ou a vocação para a tirania e o despotismo é que os cria e nutre”, concluiu (Governo não pretende..., 1968, p. 1).

Na edição de 01 de janeiro de 1969, a *Tribuna do Norte* publicou uma entrevista do general Presidente Costa e Silva fazendo considerações e apresentando razões para a decretação do AI-5 no transcurso de quase um mês da assinatura desse Ato. A reportagem, na primeira página, recebeu o título “Costa e Silva fala à nação e explica razões do governo” e foi distribuída nos seguintes subtítulos em grandes letras: “VOLTA A ORIGEM”, “O RECESSO DO CONGRESSO” e “PORQUE NÃO O SÍTIO”. Na introdução, o general Presidente Costa e Silva fez referência a falas de parlamentares que foram consideradas ofensivas pelas Forças Armadas. É sabido que o deputado federal Márcio Moreira Alves, por exemplo, teria feito um pronunciamento crítico aos militares e que essa atitude teria sido o estopim para o governo ditatorial impor o AI-5 (Trindade, 2004). A seguir, a entrevista do general Presidente Costa e Silva:

[...]. Afirmando que “a edição do Ato Institucional n. 5 foi a única solução diante da crise intensificada a níveis dramáticos sem precedentes pela irresponsabilidade com que um grupo de parlamentares resolvera humilhar, diminuir e desafiar as Forças Armadas”, o presidente Costa e Silva falou nesta noite à nação, para explicar as razões do seu gesto. “A crise de aparência insignificante precipitava-se para um desfecho subterrâneo, cujas consequências competia ao chefe do Estado prevenir para poupar o País a dor e a

vergonha de uma guerra fratricida”, afirmou o Marechal Presidente. VOLTA A ORIGEM. Destacando que “vive de voltar às origens do Poder Revolucionário, editando o AI-5, para cujo teto veio o apoio prévio, devidamente meditado do Conselho de Segurança Nacional”, o Chefe da Nação lembrou que foi mantida a Carta Magna de 1967 assim como as Constituições Estaduais. O Presidente da República – acentuou – “ficou transitoriamente munido de poderes excepcionais para praticar todos os atos necessários à manutenção da ordem pública, à defesa da segurança individual e coletiva dos cidadãos, onde venha ela a ser ameaçada, da continuidade do esforço construtivo do setor público e das áreas privadas, da economia racional ao resguardo das instituições basilares da democracia”. O RECESSO DO CONGRESSO. Explicando o recesso do Congresso, afirmou: “Usando estes poderes, imediatamente declarei em recesso o Congresso Nacional, até que se pusesse mão nas causas imediatas e mais ou menos remotas da crise que determinou a falência temporária do poder político. Finalmente a tempo de evitar que este arrastasse o país ao caos irremediável da desordem e da guerra civil” (Costa e Silva fala..., 1969, p. 1).

As Forças Armadas, a grande base de sustentação do governo de Costa e Silva, enfrentava críticas, inclusive de membros do Congresso Nacional, nesses primeiros quatro anos do Golpe de 1964, além das manifestações contrárias ao regime realizadas por estudantes e demais opositores em 1968. Nessa situação, o governo perdia apoio político e legitimidade. Sentia-se ameaçado em seu status quo e criava, portanto, um discurso alarmista com a iminência de uma suposta “guerra fratricida” para legitimar o AI-5. Os poderes excepcionais garantiriam, na fala do general linha-dura, a manutenção da ordem pública e a defesa da segurança individual e coletiva dos cidadãos. Entretanto, o Golpe dentro do Golpe “foi o início da fase mais sanguinária da ditadura, do aniquilamento dos opositores, dos cárceres repletos de presos políticos e da tortura como método de interrogatório” (Simião, 2018, p. 112).

Na parte final da entrevista, o general Presidente Costa e Silva justificava o motivo de ter optado pelo Ato Institucional nº 5 para dar “solução” eficaz à crise que tentava defenestrá-lo do poder:

[...]. PORQUE NÃO O SÍTIO. Por que a edição de um Ato Institucional, expressão do Poder Revolucionário e não, por exemplo, a decretação do estado de sítio, remédio contido na Constituição? “Se algum de vós não penetrou no contexto da crise ainda, desejo responder agora que simplesmente não tínhamos alternativa. A

edição do Ato Institucional n. 5, depois de vinte e quatro horas de intensas consultas e meditação, não se afigurou ao Presidente da República como a melhor das soluções e sim como a única [...]. A decretação do estado de sítio não seria remédio, mas paliativo periódico, pois a curto prazo colocaria a crise nas mãos do próprio Congresso, onde a base político-partidária do Governo se mostrava inconsistente e pulverizada ante à ousadia dos que se juntaram, aguerridos e com espírito de rebelião, decididos a dar um tiro de misericórdia no regime para a ansiada restauração da aliança entre a corrupção e a subversão” (Costa e Silva fala..., 1969, p. 1).

Nas entrelinhas, o general Presidente Costa e Silva reconhecia o seu grande desgaste político, que era seguido pelas várias acusações de abuso de poder, enquanto o crescimento econômico e o controle inflacionário eram “à custa de amplo arrocho salarial” aos trabalhadores (Martins; Luca, 2006, p. 103). Ademais, vários grupos que apoiaram o Golpe Militar em 1964 foram se distanciando do “Poder Revolucionário” e criando estratégias de sobrevivência e oposição. Os militares temiam o retorno dos civis e das liberdades democráticas. Os golpistas consideravam que esse retorno colocaria “corruptos” e “subversivos” à frente dos destinos do Brasil. Também é notório a busca desses militares pelo distanciamento daqueles criminalizados como corruptos e comunistas. Subentende-se que, para o general Presidente Costa e Silva, os militares eram os verdadeiros paladinos da moral e probidade da nação. Contudo, a população não tinha acesso a informações sobre gastos do Regime Militar e de seus prováveis atos de corrupção.

O governo ditatorial investia no controle das informações e no silenciamento de ideias e pensamentos contrários ao Regime Militar. Os ministros do general Presidente Costa e Silva buscavam investigar e silenciar qualquer manifestação de crítica até mesmo quando se tratava de uma suposta central de boatos, conforme a matéria publicada pela *Tribuna do Norte* com o título “Andreazza denuncia central de boatos”:

[...] O Ministro Mário Andreazza esteve em conferência com o Presidente da República, a quem cumpriu a onda de notícias tendenciosas que uma central de boatos vem espalhando em torno de sua pessoa. O Ministro anunciou o seu propósito de exigir [...] e solicitar aos órgãos de informação do Governo uma atenção especial para os boatos. Quer identificar suas fontes primeiras, seus agentes maiores,

para enfrentá-los publicamente. Já conhece alguns e espera dentro de alguns dias possuir um levantamento completo do quadro que levará de imediato ao Presidente (Andreazza..., 1968, p. 1).

De acordo com Martins e Luca (2006, p. 109), durante os dez anos da vigência do AI-5, “cerca de quinhentos filmes, 450 peças de teatro, duzentos livros, dezenas de programas de rádio, cem revistas, mais de quinhentas letras de música e uma dúzia de capítulos e sinopses de telenovelas foram censurados”. Além disso, jornais foram fechados ou colocados sob censura. O impresso *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, foi proibido de circular em virtude de um editorial assinado por Júlio de Mesquita Filho que fazia duras críticas ao general Presidente Costa e Silva (Martins; Luca, 2006). No entanto, foi justamente durante a Ditadura Militar que “os grandes jornais modernizaram-se”. Havia uma ambiguidade na relação entre o setor de comunicações e o poder. Assim, o governo “censurava o conteúdo e propiciava recursos, grande quantidade de publicidade, isenções fiscais, financiamentos e favores” (Martins; Luca, 2006, p. 110-111).

Tribuna do Norte: investigações e prisões de opositores durante o AI-5

Na primeira página da *Tribuna do Norte*, a reportagem intitulada “Brizola vai ser julgado no dia 8”, dava conta de que O Conselho de Justiça da 2ª Auditoria, da 1ª Região Militar, julgaria, no dia 8 de janeiro de 1969, o ex-deputado Leonel Brizola e o civil Enis Ricas, que foram “incursos no artigo 24 da Lei n. 1.802” em virtude da denúncia apresentada pelo Promotor Osiris Jefferson, em 15 de dezembro de 1965. De acordo com o representante do Ministério Público, “Leonel Brizola lançou-se numa ampla campanha de caráter nacional visando a arregimentação popular para a constituição de uma organização denominada ‘Comandos de Libertação Nacional’, de tipo eminentemente militar” (Brizola..., 1968, p. 1). Além disso, haveria um “zoneamento operacional” dos estados, denominados regiões, cujo critério era semelhante ao das Forças Armadas. Dessa forma, “as regiões eram por sua vez subordinadas em províncias, distritos e

unidades de caráter militar, cada uma composta de onze elementos” e denominadas de “Grupo dos Onze” (Brizola..., 1968, p. 1).

Leonel Brizola (1922-2004) foi um grande opositor ao Golpe de 1964, inclusive fez a Campanha da Legalidade, em 1961, pela posse de João Goulart na Presidência da República. Brizola liderou a Frente de Mobilização Popular e, ainda, por meio de uma cadeia de rádios, no Rio Grande do Sul, reeditou a Rede da Legalidade para a resistência ao Golpe de 1964 (Ferreira; Gomes, 2014).

Ações do governo do general Presidente Costa e Silva, como expurgo e “caça às bruxas”, atingiram também ex-aliados ao Regime Militar, a exemplo do ex-governador Carlos Lacerda, que sofreu cassação no final de 1968. Na manchete “Governo cassou Lacerda, 12 Deputados e um Desembargador”, a *Tribuna do Norte* relatava que o ex-governador Lacerda havia sido incluído entre as 13 pessoas que tiveram os direitos políticos suspensos por dez anos por “decisão unânime” do Conselho de Segurança Nacional. Além de Lacerda, a lista constava de 11 deputados federais e um membro do Poder Judiciário. Neste último caso, o Desembargador Joaquim de Souza Neto foi aposentado e teve seus direitos políticos cassados. O texto jornalístico recebeu o subtítulo, em grandes letras, de “NOTA OFICIAL”. Esse marcador textual revestia-se de caráter governamental, institucional e, por que não dizer, de um agendamento sobre as “verdades” dos fatos políticos. Transmitia-se a ideia de que a nota oficial do governo militar era a “verdade sem contestação”:

NOTA OFICIAL. Após a reunião do Conselho de Segurança Nacional, a sua secretaria expediu Nota Oficial: “Excelentíssimo Senhor Presidente da República Marechal Artur da Costa e Silva, reuniu, hoje, no Palácio das Laranjeiras, das 16 às 19 horas, o Conselho de Segurança Nacional para tomar novas decisões políticas decorrentes da edição do Ato Institucional n. 5. Aberta a reunião, compareceram todos os membros do Conselho, o sr. Presidente da República expôs a sua finalidade principal que era o exame conclusivo de representações do sr. Ministro da Justiça [...] Gama e Silva sobre as cassações de mandatos parlamentares, suspensão de direitos políticos por prazo de 10 anos, assim como aposentadoria de um membro do Poder Judiciário. A representação do sr. Ministro da Justiça fora previamente estudada pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, apresentando-se um dossiê baseado em informações e dos órgãos competentes dos diferentes

ministérios civis e militares. Depois de amplo relato feito pelo General Jaime Portela, Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, dos aspectos mais importantes de cada um dos processos, o sr. Presidente da República passou a ouvir a opinião de cada um dos presentes. Verificou-se unanimidade na decisão de aconselhar o sr. Presidente da República a aprovar integralmente as representações do sr. Ministro da Justiça para o efeito de serem aplicadas as sanções revolucionárias indicadas no referido documento. Ao término dos trabalhos, o sr. Presidente da República anunciou a decisão de decretar, nos termos do Ato Institucional n. 5, a cassação dos mandatos e a suspensão dos direitos políticos por 10 anos, dos deputados federais: Márcio Moreira Alves, Hermano de Deus Nobre Alves, David José Lerer, Hélio Henrique Pereira Navarro, Gastone Rigne, Mateus José Schimdt Filho, Henrique Renkin, Maurílio Filgueira Ferreira Lima, José Lourdes Sabiá, Renato Archer da Silva e José Carlos Estelita Guerra. A suspensão dos direitos políticos também pelo prazo de 10 anos do sr. Carlos Frederico Werneck de Lacerda, e dos direitos políticos, igualmente por 10 anos e aposentadoria do desembargador Joaquim de Souza Neto. Acentuou o sr. Presidente da República que as outras decisões revolucionárias da mesma natureza serão tomadas oportunamente, para o que voltará Sua Excelência a convocar o Conselho de Segurança Nacional” (Governo cassou..., 1968, p. 1).

As supostas provas não foram reveladas e muito menos ficaram claras as acusações aos sujeitos cassados por essa nota do governo do Presidente Costa e Silva. E o dossiê, peça acusatória, era baseado em “informações” e “representações” do Ministro da Justiça. Essa “nota oficial”, transformada em manchete de jornal, é uma fonte histórica que revela o arbítrio e o cerceamento dos direitos fundamentais no Brasil no transcurso dos anos 1960 para 1970.

“Comissão de Investigações vai sair ainda esta semana”, assim era mais uma matéria da *Tribuna do Norte* para informar sobre as investigações do governo do general Presidente Costa e Silva, que atuava em duas grandes frentes: o combate aos “subversivos” e aos “corruptos”. O Ministro da Justiça, Gama e Silva, entregaria ao Presidente da República “a relação dos nomes que comporão a Comissão Geral de Investigações, que terá como objetivo estudar os casos de enriquecimento ilícito”. E a escolha desses nomes foi baseada, de acordo com Gama e Silva, em “notória probidade” e que só faziam parte indivíduos “saídos das fileiras da Revolução, e sem vinculações políticas”. Ademais, foram colocados

mais de 600 policiais à disposição da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) para a “repressão aos comerciantes que vendem produtos com margens abusivas de lucros”. E os presos em flagrante seriam “enquadrados no Ato Institucional n. 5 e recolhidos ao presídio da Ilha Grande” (Comissão..., 1968, p. 1).

Os membros dessa comissão de investigação seriam, conforme o discurso governamental, homens probos, pertencentes às hostes da “Revolução” e sem ligações políticas. Ou seja, esse perfil era direcionado aos militares no Brasil. Tornando-se um discurso histórico incutido nas mentalidades do povo brasileiro. Por essa razão, os homens da caserna seriam supostamente responsáveis pela tutela do Estado e por conduzir os destinos da nação. Porém, o que as pesquisas das Ciências Sociais e da História têm revelado, é que esses militares, protagonistas do Golpe de 1964, estavam alinhados à Doutrina de Segurança Nacional (aliados aos EUA) e representavam a classe dominante no Brasil na ardorosa política anticomunista. Eles tinham, portanto, um lado político muito bem definido.

No Rio Grande do Norte, estudantes foram os primeiros presos políticos sob a vigência do AI-5, de acordo com a *Tribuna do Norte*. Com o título “Nota explica que prisão de estudantes foi preventiva”, na sexta página, a matéria do impresso natalense informava que o Comando da Guarnição Militar de Natal explicou que o contato entre os estudantes “detidos preventivamente” e seus familiares poderia ser solicitado ao referido Comando. Os jovens Jaime Ariston de Araújo Sobrinho, Ivaldo Caetano Monteiro, José Bezerra Marinho Júnior e João Maria Ruivo foram apontados, pelo Exército, como “envolvidos em inquéritos policiais e militares”. Jaime, José e Ivaldo foram recolhidos ao quartel do 16º Regimento de Infantaria, enquanto João Maria ficou na Base Aérea de Natal. A reportagem trouxe mais detalhes do “novo inquérito” policial militar que investigava esses estudantes potiguarês:

[...] NOVO INQUÉRITO. Segundo apurou a reportagem da *Tribuna do Norte*, já foi instalado novo inquérito policial militar. No inquérito da Secretaria de Segurança, presidido pelo Marechal Edmilson Holanda, foram ouvidas mais de 50 pessoas, num documento de 250 páginas já encaminhado à Auditoria da 7ª Região Militar. A NOTA OFICIAL. Eis o texto da nota distribuída pela Guarnição de Natal: “1 – O Comando

da ID/7 e Guarnição de Natal, baseado em instruções para aplicação do AI-5, emanadas pelo Exército e em íntima cooperação com os Cmdo Naval e Base Aérea de Natal, julga oportuna a detenção de elementos subversivos, já envolvidos em inquéritos policiais militares. 2 – Fica instaurado inquérito policial militar a fim de apurar responsabilidades das agitações ocorridas em 1968. 3 – As autoridades da Segurança do Rio Grande do Norte estão a par das medidas decorrentes de decisões deste Comando. 4 – Embora tenham sido feitas recomendações restritas quanto ao trato dos detidos, é assegurado o respeito às suas condições físicas. 5 – Todas as decisões do Cmt ID/7 dirigidas a qualquer pessoa serão comunicadas por escrito a fim de salvaguardar a autoridade ou o nome do Exército. 6 – Foram detidos preventivamente! [...]” (Nota explica..., 1968, p. 6).

Dias depois dessas prisões, saiu a nota de reportagem, na oitava página, com o título “Outro estudante preso mas QG informa que permitirá visita”, para informar aos leitores sobre a prisão de mais um jovem estudante. Tratava-se de José Rocha Filho, aluno da Faculdade de Engenharia. O Comando da Guarnição Militar reiterava que os “estudantes detidos preventivamente” poderiam ter contato com os seus familiares mediante solicitação. A *Tribuna do Norte* também observou que não havia nenhuma estudante universitária detida e que o Quartel General manteria o “povo informado através de notas oficiais toda vez” que houvesse alguma detenção. Os militares ainda teriam assegurado que os detidos estavam “recebendo tratamento condigno” e que todos os estudantes presos estavam respondendo a Inquérito Policial Militar “que apura as agitações estudantis ocorridas este ano”. José Rocha Filho foi detido na cidade de Alexandria, no interior do Rio Grande do Norte, e recolhido ao Quartel da Polícia Militar (Outro estudante..., 1968, p. 8).

Essas prisões arbitrárias representavam a resposta, por meio do AI-5, aos diversos grupos que faziam oposição ao governo ditatorial. O general Presidente Costa e Silva, em um de seus discursos já mencionados, revelou a suposta “pregação antigoverno nas escolas”, o que seria considerado “antirrevolução”, como motivo para combater os “subversivos”, incluindo os estudantes que participaram das manifestações contra a Ditadura Militar em 1968. As universidades, as escolas, as artes, a produção do conhecimento científico e do pensamento crítico são ameaças a golpes de Estado e regimes militares.

Editoriais da *Tribuna do Norte* na institucionalização do AI-5

Os editoriais de um jornal (meio de comunicação de massa e formador de opinião na esfera pública) são fontes importantes para discutirmos a posição ideológica e política do grupo que faz esse periódico. Os dois primeiros editoriais, após a decretação do AI-5, foram intitulados de “Tribuna Política” pelo jornal do grupo de Aluizio Alves. No editorial datado de 22 de dezembro de 1968, a *Tribuna do Norte*, em situação tensa e controversa, fez críticas moderadas ao general Presidente Costa e Silva pelo distanciamento que ele mantinha com os políticos civis logo após a vigência do AI-5. O periódico ainda informou sobre a movimentação dos políticos potiguaros nesse contexto do Golpe dentro do Golpe:

nenhuma notícia vinda do Rio de Janeiro ou Brasília autoriza quem quer que seja sequer a arriscar um palpite sobre os rumos dos acontecimentos políticos pós-Ato Institucional n. 5. Por enquanto – e não se sabe ainda até quando – os acontecimentos vêm se processando totalmente em círculo fechado na área do Governo Federal sem sofrer nenhuma ingerência política por parte de qualquer líder civil, exceção dos ministros de Estado. As “notícias” de encontros ou audiências de qualquer político com o Presidente Costa e Silva são puras balela [sic], fabricadas unicamente com o intuito de atribuir prestígio a fulano e a beltrano numa corrida de pura aparência, na realidade nenhum político da área parlamentar teve acesso aos acontecimentos que se vêm desenrolando desde a edição do Ato Institucional n. 5. Leviandades desse tipo – vamos dizer mesmo falta de compostura dessa espécie – é que contribui para desprestigiar ainda mais os políticos civis ou “jornalistas geralmente bem informados” perante a opinião pública e, sobretudo, perante as autoridades revolucionárias. A verdade é a seguinte: nenhum político da área parlamentar teve acesso até hoje – desde a edição do Ato Institucional n. 5 – ao Presidente da República. Ainda não há notícias sobre o que pretendem fazer os parlamentares federais do Rio Grande do Norte enquanto o Congresso permanecer em recesso. Por enquanto apenas os srs. Agenor Maria, Álvaro Mota e Teodorico Bezerra regressaram de Brasília. Os deputados Aluizio Alves e Aluízio Bezerra, ambos licenciados, permanecem no Rio de Janeiro. O sr. Duarte Filho está em Mossoró. O sr. Vingt-Rosado depois das eleições municipais desapareceu e não há notícia sobre. O sr. Djalma Marinho, ao que tudo indica, está em Brasília. Os srs. Vilaça e Mariz estão no Rio. [...] (Tribuna..., 1968a, p. 7).

A direção da *Tribuna do Norte* deixava transparecer, nesse editorial, a insatisfação e a incerteza sobre os rumos da política brasileira e a relação do governo federal com os parlamentares. A falta de comunicação era um incômodo para os jornalistas, sem falar da truculência do governo ditatorial com o fechamento do Congresso Nacional e toda a política de cassação de mandatos eletivos, suspensão de direitos políticos e as prisões arbitrárias. Já no editorial seguinte, a *Tribuna do Norte* deixou mais evidente as críticas ao Regime Militar, denunciando as ações sigilosas do general Presidente Costa e Silva:

As atividades políticas estão em recesso completo em todos os seus níveis, enquanto as autoridades revolucionárias procuram – em rigoroso sigilo – dar saída para vários problemas que vão desde (1) as cassações de direitos políticos até (2) a institucionalização em caráter definitivo da Revolução dentro da Revolução. As tentativas de reaproximação do Poder Civil agora com o Poder Revolucionário de fato são resultantes por parte de alguns políticos de temperamento arrebatado, outros movidos pelo desejo de não perderem a chamada importância de sujeito de prestígio, enquanto outros ainda movidos pelos mesmos interesses que antes os levaram a pertencer ao PTB, ao PR, à UDN e agora à ARENA, que aliás vai muito ruim – mas ruim mesmo – das pernas. Somente uns poucos – poucos mesmos – são movidos por interesses superiores, como por exemplo o de promoverem o entrelaçamento do Poder Revolucionário com os políticos civis (Tribuna..., 1968b, p. 5).

A *Tribuna do Norte* tecia críticas ao fechamento do regime quando usava o termo “rigoroso sigilo” para se referir às estratégias do general Presidente Costa Silva com a sua voracidade em prender opositores e aprofundar a institucionalização da “revolução dentro da revolução”, que passava pela mordada do Poder Legislativo. No tocante às críticas mais incisivas à ARENA, também era uma estratégia do periódico atingir, indiretamente, Dinarte Mariz, o adversário político de Aluizio Alves. Mariz era ligado ao general Presidente Costa e Silva e aos militares linha-dura e tentou a cassação, por várias vezes, do mandato de Aluizio Alves do governo estadual após o Golpe de 1964. Mas o general Presidente Castelo Branco manteve o político angicano no cargo de governador do Rio Grande do Norte. Entretanto, Aluizio Alves teve os seus direitos políticos cassados sob a vigência do AI-5

(Trindade, 2004). Em 1969, a *Tribuna do Norte* passou a sofrer censura do Comando do Exército local por influência de Dinarte Mariz junto ao Regime Militar (Freire, 2003).

As indagações e críticas ao governo ditatorial continuavam no editorial de 29 de dezembro de 1968:

Até onde vai nossa sensibilidade política, mesmo à distância dos acontecimentos que se processam no Rio e em Brasília, em recinto fechado e com caráter secreto, [...] realmente revolucionárias como que agora as autoridades revolucionárias decididas a fazer a Revolução sem pedir licença a quem nem tão pouco pediu o apoio de seja quem. Instituída a Revolução, com suas leis básicas outorgadas revolucionariamente, feita o que chama de “limpeza da área”, então os políticos certamente serão convidados a colaborar. É evidente que essa é uma opinião nossa que acompanhamos os acontecimentos a distância, mas com a sensibilidade política de cronista acostumado ao trato e à interpretação dos fatos políticos. Na verdade, nunca houve um movimento antes no Brasil mantido sob tanto sigilo e de características realmente revolucionárias como o que se vem processando desde a edição do Ato Institucional n. 5, no dia 13, segunda sexta-feira de dezembro de 1968 [...] (Tribuna..., 1968b, p. 5).

A *Tribuna do Norte* reiterava o caráter sigiloso das movimentações do governo do general Presidente Costa e Silva e mostrava indignação com a política da chamada “limpeza da área” (as perseguições e prisões de opositores). De forma clara, o jornal do grupo Alves denunciava com espanto o maior fechamento de um regime político na História do Brasil. Se o impresso potiguar mantinha um alinhamento sem maiores percalços com os militares desde 1964, porém, sob a nova ordem institucional do Golpe dentro Golpe, apresentava uma postura tensa, incômoda, controversa e crítica à Ditadura Militar. E, para finalizar o editorial inflamado, embora com moderação, a *Tribuna do Norte* fez algumas colocações políticas como um recado aos adversários de Aluizio Alves:

Outra coisa facilmente observada, mesmo para os mais inexperientes repórteres: nenhum político terá vez para as custas da Revolução esmagar os seus adversários, seja através de que processo for, seja através de perseguição pura e simples ou mesmo através de cassação de direitos políticos. Ninguém se iluda. A Revolução não será usada contra ninguém a não ser aqueles que

tenham culpa em cartório, e aí não será um problema político, será simplesmente um “caso de limpeza”. Essa história de se noticiar que fulano está importante, ou esse mesmo fulano está articulando ou conspirando, ou ainda que esse fulano será agora o líder no Senado ou mesmo presidente da ARENA, é pura balela local de quem gosta de aparência como pavão. Na verdade, a estas alturas dos acontecimentos não se sabe nem se a ARENA vai continuar como partido político. Falando francamente, não se sabe nem se ou quando ou de que forma o Senado voltará a funcionar (Tribuna..., 1968b, p. 5).

No final, o editorial buscava informar aos leitores, como reprimenda aos adversários de Aluizio Alves, que não bastava ser um político da ARENA e manter estreita ligação com o governo militar para poder “esmagar” seus adversários políticos. A Ditadura só seria usada para opositores com “culpa em cartório”, ou seja, para aqueles que fossem acusados de “subversão”. E, diante de todo o fechamento do regime (“rigoroso sigilo”, “caráter secreto” e “recinto fechado”), a ARENA tinha perdido força e ninguém sabia se esta iria continuar como partido, nem quando o Senado voltaria a funcionar, de acordo com a *Tribuna do Norte*. No entanto, pouco tempo depois, Aluizio Alves sofreu cassação política e seu irmão Agnelo Alves foi preso em Natal (Freire, 2003). Então, a ilusão de que a Ditadura Militar só perseguiria os sujeitos com “culpa em cartório” foi desfeita e o grupo Alves sofreu o arbítrio pela força do AI-5.

Antes da cassação política de Aluizio Alves e da prisão de Agnelo Alves, a *Tribuna do Norte* publicou o editorial intitulado “A dura lição”, datado de 08 de janeiro de 1969. Diferentemente dois últimos editoriais com críticas aos militares, o editorial do começo de 1969, atualizou o alinhamento e o comprometimento do jornal com a Ditadura Militar:

O povo começa a se refazer da expectativa causada pelo Ato Institucional n. 5. E vê que as medidas adotadas no terreno econômico são altamente salutares para a tranquilidade coletiva. O congelamento de gêneros e serviços essenciais, em vias de decretação por sugestão do Ministro da Fazenda indicam claramente que o Governo agirá não apenas contra os corruptos e os subversivos, mas também contra os que buscam o enriquecimento ilícito às custas da miséria alheia. Completa-se, assim, o ciclo do Movimento de Março, consolidando-se um programa que objetiva recolocar o País

em termos de disciplina e comedimento. Pois há mil maneiras de se atentar contra a integridade pátria; traição não é apenas servir interesses estrangeiros, mas atuar em função de ambições ilegítimas. Comércio não quer dizer espoliação e a especulação pode ser tão danosa quanto a pregação marxista, pois que frustra os esforços de um Governo no sentido do equilíbrio econômico financeiro e semeia a intranquilidade social. Quando, em 1964, se proclamou a necessidade de mudar, pelo bem do Brasil, muitos aplaudiram os militares que deixavam seus quartéis para importante moralidade vilipendiada por maus governantes. Logo, porém, esqueceu-se que a revolução implica em sacrifícios voluntários de soldados e de paisanas; o ônus das responsabilidades foi deixado aos militares e entendeu-se que com a cassação de alguns e a prisão de outros resolver-se-ia a questão. Agora é a vez dos especuladores. Dos que entendem que o Brasil ainda é a terra dos jeitos e das acomodações, do contrabando, das contravenções e das negociatas. A Revolução vai lhes mostrar que não. E é preciso mais essa lição. Pois democracia não é impunidade, privilégio e sim a participação de todos, o sacrifício de todos para a conquista do bem comum (A dura..., 1969, p. 5).

O editorial informava aos leitores, em argumentação política, que o Regime Militar, sob a vigência do AI-5, apresentava uma política econômica importante e que o governo combateria não só os “subversivos”, mas também os “corruptos”. Comparou a espoliação e a especulação com a doutrina marxista. Nesse caso, corruptos e comunistas seriam “criminosos” equivalentes. A *Tribuna do Norte* concordava com esse aspecto econômico do Regime Militar, convencendo o leitor de que a “Revolução” iria “moralizar” as relações econômicas no país com a participação de todos. Sendo assim, o periódico dos Alves amenizava o endurecimento do regime ditatorial por causa da suposta positividade da política econômica. Mais uma vez, a institucionalização do Golpe dentro do Golpe recebia um investimento jornalístico na construção da opinião pública no Rio Grande do Norte.

Sobre a economia brasileira durante o regime ditatorial, houve um processo de “modernização conservadora”, o qual foi “calcado explicitamente num modelo político conservador”. Os estudos históricos confirmam que ocorreu, “sim, durante a ditadura militar uma modernização do capitalismo no Brasil, contudo conservadora no sentido de repressão e dominação das classes produtoras” (Simião, 2018, p. 29). Os trabalhadores sofriam com arrocho salarial, aumento

da inflação e a mordação, uma vez que não podiam fazer manifestações e greves, sobretudo na era do AI-5.

A *Tribuna do Norte* construiu um agendamento político importante dando saliência às publicações e ao processo de institucionalização do AI-5 no Rio Grande do Norte. A construção dessas reportagens, na primeira página ou nas páginas internas, recebia investimentos mercadológicos e, sobretudo, políticos, uma vez que o periódico do grupo Alves fazia oposição à ARENA, partido de Dinarte Mariz, o adversário de Aluizio Alves. Esse jornal potiguar contribuiu com a imposição da nova ordem social e política sob a vigência do AI-5. O seu alinhamento controverso, seja por sobrevivência ou afinidade, com a Ditadura Militar, forjou a opinião pública com uma memória distorcida do Golpe dentro do Golpe, em 1968. Desse modo, a agenda política da imprensa brasileira alinhada à Ditadura Militar contribuiu para o negacionismo dos fatos históricos.

Na sociedade brasileira contemporânea, segmentos da extrema-direita mobilizaram a memória do Golpe Militar de 1964 com discursos negacionistas, em via pública ou nas plataformas digitais, pedindo a “Intervenção Militar” e a “volta do AI-5”. Isso mostra o quanto as classes dominantes, ligadas aos interesses do mercado, e contrárias a “um projeto de inclusão social e distribuição de renda” utilizam de estratégias para manipular a opinião pública com ataques contundentes à democracia (Simião, 2018, p. 110). Então, a memória do Golpe Militar de 1964 é também um campo de revisionismo e negacionismo da História, como discurso antidemocrático desses extremistas. Entretanto, a problematização da memória da Ditadura Militar é um espaço de reflexão e debate na luta constante pelos valores democráticos e respeito à diversidade. É, portanto, lembrar para nunca esquecer.

Referências

A DURA lição. **Tribuna do Norte**, Natal, ano XIX, n. 235, p. 5, 8 jan. 1969.

ALVES, Aluizio. Ao povo do Rio Grande do Norte. **Tribuna do Norte**, Natal, p. 1, 3 abr. 1964.

ANDREAZZA denuncia central de boatos. **Tribuna do Norte**, Natal, ano XIX, n. 229, p. 1, 29 dez. 1968.

BRIZOLA vai ser julgado no dia 8. **Tribuna do Norte**, Natal, ano XIX, n. 229, p. 1, 29 dez. 1968.

COMISSÃO de Investigações vai sair ainda esta semana. **Tribuna do Norte**, Natal, ano XIX, n. 230, p. 1, 31 dez. 1968.

COSTA e SILVA fala à nação e explica razões do governo. **Tribuna do Norte**, Natal, ano XIX, n. 231, p. 1, 1 jan. 1969.

DANTAS, Elynaldo Gonçalves. **Gustavo Barroso, o führer brasileiro: nação e identidade no discurso integralista barrosiano de 1933-1937**. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FREIRE, Benedito Silvano. **Os jornalistas do Rio Grande do Norte e a censura política no período de 1964-1978**. 2003. 58f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

FILINTO Müller quer apoio de senadores para Governo. **Tribuna do Norte**, Natal, ano XIX, n. 227, p. 1, 27 dez. 1968.

GOVERNO cassou Lacerda, 12 Deputados e um Desembargador. **Tribuna do Norte**, Natal, ano XIX, n. 230, p. 1, 31 dez. 1968.

GOVERNO decreta ato institucional e fechamento do congresso nacional. **Tribuna do Norte**, Natal, ano XIX, n. 218, p. 1-5, 14 dez. 1968.

GOVERNO não pretende estabelecer ditadura. **Tribuna do Norte**, Natal, ano XIX, n. 229, p. 1, 29 dez. 1968.

GOVERNO revela Anti-Revolução. **Tribuna do Norte**, Natal, ano XIX, n. 223, p. 1, 20 dez. 1968.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LIRA diz que subversivos e corruptos serão punidos. **Tribuna do Norte**, Natal, ano XIX, n. 225, p. 1, 22 dez. 1968.

LEITE, José Evangilmárisson Lopes. **Em nome da ordem**: a Prefeitura Municipal de Natal como espaço da subversão. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2006. (Paradidáticos. Cultura).

McCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda**: a mídia e a opinião pública. Tradução de Jacques Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SIMIÃO, Cícero Aurelisnor Matias. **Resistência, rota e refúgio**: o Cariri cearense na ditadura militar. 2018. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

NOTA explica que prisão de estudantes foi preventiva. **Tribuna do Norte**, Natal, ano XIX, n. 227, p. 6, 27 dez. 1968.

O DRAMA do Presidente. **Tribuna do Norte**, Natal, ano XIX, n. 224, p. 1, 21 dez. 1968.

OUTRO estudante preso mas QG informa que permitirá visita. **Tribuna do Norte**, Natal, ano XIX, n. 229, p. 8, 29 dez. 1968.

SARMENTO diz que só os culpados ficam na prisão. **Tribuna do Norte**, Natal, ano XIX, n. 223, p. 1, 20 dez. 1968.

SENADORES dão apoio ao Governo. **Tribuna do Norte**, Natal, ano XIX, n. 228, p. 1, 28 dez. 1968.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

TRIBUNA Política. **Tribuna do Norte**, Natal, ano XIX, n. 225, p. 7, 22 dez. 1968a.

TRIBUNA Política. **Tribuna do Norte**, Natal, ano XIX, n. 229, p. 5, 29 dez. 1968b.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **Aluizio Alves**: populismo e modernização no Rio Grande do Norte. Natal: Sebo Vermelho, 2004.

CINEMA, NARRATIVAS E DITADURA MILITAR

uma análise de “O pastor e o guerrilheiro”
e “Não foi acidente, mataram meu pai”

Sérgio Murilo Ribeiro Chaves¹

A força dos revolucionários não está na sua ciência;
está na sua fé, na sua paixão, na sua vontade.

É uma força religiosa, mística, espiritual.

José Carlos Mariátegui

*A memória é resistência, todo rio leva
a outro rio, a vida é correnteza.*

Miguel (O pastor e o Guerrilheiro)

*A tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de exce-
ção em que vivemos é na verdade regra geral. Precisamos
construir um conceito de história que corresponda a
essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa
tarefa é criar um verdadeiro estado de emergência.*

Walter Benjamin

|

O Golpe Civil-militar de 1 de abril de 1964 deu início a um ciclo histórico marcado pelo maior trauma coletivo vivenciado pela sociedade brasileira. Desde o processo da emancipação política brasileira, passando pela Proclamação da República, a História política do Brasil tem sido marcada pela ocorrência de golpes que, em linhas gerais,

¹ Mestre em Ensino de História pela UFRN e Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros da UFPB. É autor do livro *Linguagem cinematográfica, ensino e consciência histórica: proposta de crítica de filmes históricos no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros*.

foram desfechados para afastar os menos favorecidos dos processos decisórios de poder e, assim, evitar que conquistassem a cidadania plena. O Golpe Civil-militar de 1964 não fugiu a essa regra, sendo a Ditadura dele decorrente o mecanismo que tolheu por vinte e um anos a possibilidade de um maior protagonismo das camadas populares. A ênfase no trauma, relacionado a 1964 e anos posteriores, está relacionada, primeiramente, à destruição do amadurecimento político do frágil sistema liberal-populista vigente desde 1945 e que, especialmente nos anos do governo João Goulart (1961-1964), tendia a se direcionar para a concretização de reformas estruturais (as Reformas de Base), propostas pelo então Presidente da República, que poderiam culminar na construção de uma vigorosa democracia participativa.

O golpe de 1964 sobreveio para evitar a edificação de uma democracia para além do formal. Ao mesmo tempo, o trauma também está na violência e terrorismo de Estado praticados pelo regime político que foi sendo montado pelas Forças Armadas em aliança com parte significativa do empresariado nacional e setores conservadores da sociedade brasileira, associados ao capital estrangeiro de natureza imperialista. A imagem do líder comunista Gregório Bezerra sendo exposto como troféu nas ruas de Recife, em 2 de abril de 1964, após ser torturado e arrastado por um jipe conduzido por militares², seria o prenúncio midiático das graves violações de Direitos Humanos contra opositores da Ditadura, que se sucederiam nos anos posteriores ao Golpe.

2 Depoimento de Gregório Bezerra sobre as torturas sofridas em 02/04/1964. Disponível em: <https://ims.com.br/2018/01/30/dor-que-senti-nao-sei-descrever/>. Acesso em: 21 maio 2024.

Figura 1 – Gregório Bezerra tem o seu corpo cheio de hematomas exposto após a tortura



Fonte: Joaquim vai ao centro (blog). Comissão da Verdade acaba com qualquer nostalgia da ditadura, diz Pedro Dallari. joaquim vai ao centro (blog), 17 dez. 2024. Disponível em: <https://joaquimcentro.wordpress.com/2014/12/17/comissao-da-verdade-acaba-com-qualquer-nostalgia-da-ditadura-diz-pedro-dallari/>. Acesso em: 20 maio 2024.

A implantação do processo ditatorial, já anunciada em 1964, seria aprofundada em termos de autoritarismo e violência política nos dias, meses e anos seguintes. Em 10 de abril de 1964, a Junta Militar, que de fato exercia o poder desde 01 de abril, sob o verniz constitucional da ostentação da faixa presidencial por Ranieri Mazzili a 02/04/1964, baixou o Ato Institucional nº 01 (AI-1), que em seu texto de abertura não deixava dúvidas quanto ao caráter arbitrário do novo regime:

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória³.

3 Disponível em: O Ato (fato) Institucional nº 1: historiadaditadura.com.br. Acesso em: 20 maio 2024.

Ou seja, uma ditadura. O texto do AI-1 deixa claro que a vontade de poder estava com a “revolução”⁴ e, mesmo sob o falso pretexto de “salvar a democracia”, os golpistas de 1964 deram início simbolicamente ao que chamavam de “operação limpeza” (Gaspari, 2002) com as 100 cassações de direitos políticos previstas no primeiro Ato Institucional, engendrando processos persecutórios que se ampliariam e se aprofundariam nos anos seguintes. A ideia de que haviam ocorrido “excessos” em 01 e 02 de abril de 1964 e nos dias imediatamente posteriores ao Golpe, não encontra eco em qualquer sequência didática temporal que nos leve de 01 de abril de 1964 até 13 de dezembro de 1968, quando, sob a presidência do Marechal Arthur da Costa e Silva (o segundo ditador do regime), o Conselho de Segurança Nacional recomendou a edição do Ato Institucional nº 5, pondo abaixo as mais elementares garantias constitucionais dos cidadãos, consolidando o espaço para o uso indiscriminado da violência contra opositores do regime, em nome da segurança nacional⁵. Prisões, sequestros, torturas físicas, sexuais, psicológicas, assassinatos e desaparecimentos, tornaram-se a rotina dos porões da Ditadura, com a conivência do sistema judicial, de médicos, da maior parte da imprensa corporativa e, para os que insistiam em denunciar o terrorismo de Estado, imposição de rígida censura prévia.

O sistema repressivo das liberdades individuais e políticas realizava as operações de inteligência que precediam as sevícias e assassinatos. Já a 13 de junho de 1964, pela Lei nº 4.341, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), que coordenava e articulava todas as atividades de inteligência e contrainteligência realizadas em território nacional. O SNI foi concebido como órgão diretamente ligado

4 Optamos, neste escrito, em regatar o uso da palavra revolução entre aspas por um motivo muito simples: os perpetradores do Golpe Civil-militar de 1964 tentaram construir a narrativa de que o Brasil passou a ser outro após a sua tomada de poder em 01/04/1964 e daí decorre o uso de revolução no lugar de golpe. Na verdade, o golpe civil-militar de 1964 não ensejou uma revolução e sim a conservação dos privilégios de uma elite político-econômica agrária, industrial e financeira que, subordinada ao imperialismo, não admitia qualquer mudança estrutural na sociedade brasileira que beneficiasse aos mais necessitados.

5 A própria doutrina de segurança nacional, que embasou a concretização do golpe e a construção da ditadura, trazia na sua essência o princípio do arbítrio em que estava baseado a prática do terrorismo de Estado. Nascida nos Estados Unidos da América (EUA), nos marcos da guerra fria, destinava-se a fundamentar as políticas de repressão às esquerdas nos países de terceiro mundo, notadamente àqueles governados por ditaduras aliadas aos norte-americanos. Seu pressuposto fundamental era a ideia de que as forças militares deveriam combater e aniquilar os seus inimigos internos. Toda a estruturação do sistema repressivo montado no Brasil durante os anos da ditadura civil-militar obedeceu às orientações dessa doutrina e, antes disso, a conspiração e desfecho do Golpe de 01/04/1964.

à Presidência da República e foi inicialmente chefiado pelo General Golbery do Couto e Silva, que, anos mais tarde, em 1981, vaticinaria a afirmação de que havia “criado um monstro” (Gaspari, 2002). O fato é que não se cultivam monstros sem que antes eles não tenham sido monstrinhos. O SNI absorveu todos os arquivos de seus antecessores e, desde os primeiros decretos da Ditadura Civil-militar, passou a centralizar a atuação e expansão dos órgãos repressivos, participando diretamente das operações coercitivas daquele Estado terrorista. Antes de 1968, o SNI já era secundado pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e, posteriormente, participou da montagem dos organismos que passaram a coordenar as ações de combate às oposições armadas ou não, legando ao país a Operação Bandeirantes (OBAN), os Destacamentos de Operações de Informação – Comando de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e a internacionalmente conhecida Operação Condor, que ensinou outros países, a exemplo do Chile de Pinochet e da Argentina de Videla, a torturar e matar com eficiência. Nesse escopo, ainda, o próprio Exército Brasileiro passou a operar com mão de obra especializada em tortura (tornou-se célebre o famoso caso da aula ministrada pelo Tenente Ailton⁶), assassinatos (o Centro de Informações do Exército [CIE] manteve, em Petrópolis – RJ, um centro clandestino de tortura e morte⁷) e desaparecimento de corpos⁸. Além do Exército, a Marinha também contava com seu serviço de informações (Centro de Informações da Marinha – CENIMAR), e a Aeronáutica (Centro de Informações da Aeronáutica – CISA). Todos esses órgãos participaram ativamente das operações de repressão às oposições políticas do Estado terrorista e reproduziram práticas similares às verificadas nas ações do CIE.

Antes do AI-5, todavia, já havia torturas e assassinatos de militantes políticos de oposição. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) apresentou em seu relatório conclusivo alguns números, quanto aos assassinatos, e uma afirmação contundente:

6 Segundo Gaspari (2002, p. 376): “Na 1ª Companhia de PE, na tarde de 8 de outubro de 1969, oficiais do Exército Brasileiro escreveram uma triste página da história da corporação. Os presos eram dez. Entre eles, seis rapazes do Colina. Foram tirados das celas, postos em fila e escoltados até um salão. No caminho ouviram uma piada de um cabo: ‘São esses aí os astros do show?’. A plateia, sentada em torno de mesas, chegava perto de cem pessoas. Eram oficiais e sargentos, tanto do Exército como da Marinha e Aeronáutica. Numa das extremidades do salão havia uma espécie de palco, e nele o ‘tenente Ailton’ presidia a sessão com um microfone e um retroprojetor: “Agora vamos dar a vocês uma demonstração do que se faz clandestinamente no país”.

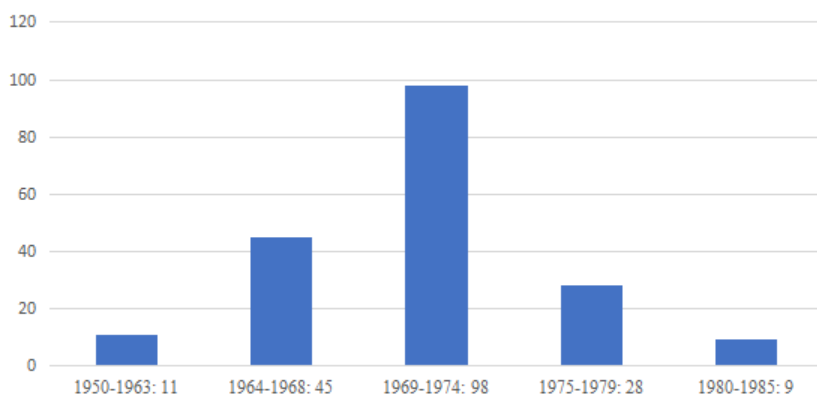
7 Ver: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55492932>. Acesso em: 22 maio 2024.

8 Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=gCTbylNBX14>. Acesso em: 22 maio 2024.

Nos anos seguintes à queda do presidente João Goulart, de 1964 a 1968, ocorreram 45 mortes identificadas pela CNV, correspondentes a 23% do total de mortos por execução, no período de 1946 a 1988. A promulgação do Ato Institucional nº5 (AI-5), em dezembro de 1968, apenas dinamizou as execuções e mortes decorrentes de tortura ou não. A ação dos órgãos repressores e a execução passou então a ser meio recorrente de eliminação de adversários políticos do regime (Brasil, 2014, p. 439-440).

Trocando em miúdos:

Figura 2 – Casos de mortos por período de repressão



Fonte: Comissão Nacional da Verdade.

O aperfeiçoamento do sistema repressivo pós-64 é que foi a obra diretamente legada pelo AI-5. Desnorteadas pelas primeiras ações da guerrilha urbana de oposição à Ditadura Civil-militar, as forças de repressão (até então constituídas basicamente por militares ligados às Forças Armadas, notadamente o Exército), saíram em busca de aliados mais experientes. Da Guerra Fria sobrevieram a “Escola das Américas” e a “Escola de guerra revolucionária francesa”, que, a partir de 1961, passaram a ostentar como objetivo oficial a “formação de contrainsurgência anticomunista”. Das polícias civil e militar vieram agentes acostumados a torturar e eliminar presos comuns, além de membros dos esquadrões da morte, a exemplo do

9 Para mais informações: https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_das_Am%C3%A9ricas. Acesso em: 21 maio 2024.

Delegado Sérgio Paranhos Fleury. Segundo informações do jornalista Elio Gaspari, em seu livro *Ditadura envergonhada* (2002, p. 375):

João Lucas, um pernambucano de 34 anos, passara pelo curso de Havana. Assassinarão-no na Delegacia de Roubos e Furtos de Belo Horizonte. A polícia informou que ele se matara, asfixiando-se com a calça. Era o 13º suicida do regime, o quinto a enforçar-se na cela. A autópsia informava que seu cadáver tinha doze lesões e lhe faltava a unha de um artelho do pé esquerdo. A destruição do COLINA e de outras siglas que agiam em Minas Gerais indicava novos tempos. Um dos torturadores do 12º RI, o jovem tenente Marcelo Paixão de Araújo, de 21 anos, estava começando sua carreira. Aprendia “vendo”. Socos, palmatória, pau de arara e, finalmente, o choque elétrico.

O *modus operandi* presente no texto de Gaspari não deixa dúvidas. O Exército Brasileiro aprendeu a torturar prisioneiros para deles obter informações rapidamente, e a eliminá-los, quando achasse necessário. Até a montagem dos conhecidos “teatrinhos”¹⁰, onde simulavam-se as mortes de presos políticos em “confrontos” com as forças de repressão, em ações ditas como suicídios e atropelamentos, podem ser extraídas do escrito¹¹. A maioria dos presos assassinados pela Ditadura Civil-militar pós-64 foram vítimas desses métodos. Os relatórios que integram o projeto Brasil Nunca Mais e a Comissão Nacional da Verdade¹² apontam os chamados “anos de chumbo” (1969-1974), época em que esteve no poder o General Emílio Garrastazu Médici, como o período mais sangrento da vigência do Estado terrorista. Para fins de registro,

10 Expressão utilizada pelo Pastor Cláudio Guerra, ex-delegado do DOPS, assassino confesso de presos políticos, dentre outros, e ocultador de cadáveres a serviço da Ditadura Civil-militar brasileira nos anos de chumbo e posteriores. Cláudio Guerra escreveu e publicou um livro intitulado *Memórias de uma guerra suja*, onde denunciou esses e outros crimes (na ditadura e após) e afirmou ter se arrependido de suas ações. Reconheça-se que, apesar do passado que sempre permaneceu vivo, o ex-delegado prestou valioso depoimento à Comissão Nacional da Verdade onde forneceu muitas informações acerca do assassinato e desaparecimento de vários militantes. Ver: Depoimento de Cláudio Guerra à CNV – Brasília (DF) – 23/07/2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h9ydg5FLHdE>. Acesso em: 22 maio 2024.

11 Uma das formas de mascaramento das reais causas das mortes que envolveram presos políticos da Ditadura Civil-militar pós-64 são os alegados casos de suicídio, como no evento da morte do pernambucano João Lucas. Na descrição que reproduzimos no texto, há evidentes sinais de tortura. Suicídios, atropelamentos, tiroteios e laudos periciais forjados constituem o que chamamos de “teatrinho”.

12 De acordo com o livro *Direito à Memória e à Verdade*, também publicado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 475 militantes morreram sob tortura ou tiveram suas mortes simuladas como suicídios e atropelamentos, ou tiveram suas prisões não assumidas e seus restos mortais desaparecidos. Esse número pode ser muito maior se levarmos em conta a extensão territorial do Brasil, a ausência de compilação estatística rigorosa, o número de pedidos de indenização, a inclusão recente de militantes, camponeses e operários na lista de desaparecidos e aqueles cujos familiares não deram queixa. (ver: www4.pucsp.br/comissaoaverdade/mortos-e-desaparecidos-contextualizacao.html). Acesso em: jul. 2024.

lembramos um caso bastante conhecido, o do militante Chael Charles Schreier, cuja denúncia foi feita em matéria publicada pela revista *Veja* em 10 de dezembro de 1969¹³. Chael foi preso em 21/11/1969, em uma casa do bairro Lins e Vasconcelos, juntamente com Antônio Roberto Espinoza e Maria Auxiliadora Lara Barcelos. Levados para o Batalhão da Polícia do Exército, foram submetidos a torturas coletivas e individuais. Em consequência das sevícias, Chael faleceu no dia seguinte e o laudo oficial de sua morte apontava como causa enfarto agudo do miocárdio, supostamente em consequência dos ferimentos sofridos quando da sua prisão, após intenso tiroteio. No entanto,

O cadáver de Chael foi levado [...] para o Hospital Central do Exército. “Não concordaram em aceitá-lo como se tivesse entrado vivo”, contou o tenente-coronel Helvécio. A decisão fora tomada pelo próprio diretor do hospital, general Galeno da Penha Franco. Pior: o general reteve o morto e determinou que se procedesse à autópsia. [...] O major-médico Oswaldo Caymmi Ferreira, chefe do serviço legista do HCE, e o capitão Guilherme Achilles de Faria Mello, amparados na autoridade do taciturno professor de medicina legal da Faculdade de Medicina da UFRJ, Rubens Pedro Macuco Janini, assinaram a mais detalhada necropsia do regime. Contando-se apenas dois ferimentos para cada vez que os legistas usaram o plural na descrição das lesões existentes no cadáver, Chael Charles Schreier tinha 53 marcas de pancada. Bastava olhá-lo. Estava todo lanhado, com um corte no queixo suturado por cinco pontos. Examinado, tinha uma hemorragia na cabeça e sangue “em todos os espaços” do abdômen. O intestino fora extensamente rompido. O tórax estava deprimido, dez costelas quebradas. Na segunda-feira seguinte a revista *Veja* publicou a certidão de óbito de Chael, na qual se registrava uma “contusão abdominal com rupturas do mesocólon transverso e mesentério, com hemorragia interna” (Gaspari, 2002, p. 167-169).

Chael havia entrado vivo na 1ª CIA da Polícia do Exército (PE) e dera entrada morto no Hospital Central do Exército (HCE), morrera sob tortura entre esses dois marcos temporais, conforme documento a seguir.

13 “Quando a primeira notícia da prisão de Chael foi publicada pelos jornais cariocas, na edição de domingo, ele já estava morto. Mas os jornais o davam como vivo, contavam detalhadamente a prisão, a resistência até o último tiro e não falavam em qualquer ferimento leve ou grave”. *Veja*, 10 dez. 1969.

Chael Charles Schreier			
PROF.	estudante		IDADE 23
LOCAL	MG - 12ª RI. / RJ - DOI		ANO 1970
APELAÇÃO 38.903	VOL. 2ª	PÁG. 46,47,48,49, 50,51	CCXVII
PARTE Morte: Denúncia de Ângelo Pezzuti da Silva.			

(...)que, após serem o depoente e Chael ameaçados de morte, por fu zilamento; (...) que, no quartel da P.E., lá na Vila Militar, so freu novas torturas, as quais consistiram em, de início, "em uma tortura coletiva", a qual consistiu em terem o interrogando, Chael e Maria Auxiliadora sido despidos e até obrigados a manterem relações sexuais, fato que ficou tão somente em mera tentativa, pois o interrogando e os seus companheiros recusaram a praticar tais atos e, por isso mesmo, as torturas cresceram; que, naquela oportunidade, cada um dos torturados foi conduzido para salas diferentes e as torturas continuaram; (...) que estava preso no Quartel já citado em companhia de Chael, o qual, não agüentando os sofrimentos, acabou falecendo; (...)

(...) que, além desses citados crimes, o crime de haver torturado até a morte brasileiros valorosos, como: JOAO LUCAS, MARIO ALVES, OLAVO HANZEN e CHAEI CHARLES, que foi chutado igual a um cão, cujo atestado de óbito registra 7 costelas quebradas, hemorragia in terna, hemorragias puntiformes cerebrais, equimoses em todo o cor po. (...)

Fonte: Projeto "Brasil: Nunca mais", Arquidiocese de São Paulo, 1985. *Os Mortos*. tomo 5, v. 4. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/w3/bnm/tomo_v_vol_4_os_mortos.pdf. Acesso em: 22 maio 2024.

Até o presente momento, contextualizamos o caráter ditatorial e terrorista do Estado que foi imposto à sociedade brasileira com a vitória do Golpe Civil-militar de 01 de abril de 1964. Nessa narrativa, verificam-se, sobretudo, histórias de violência e dor em nome da ideologia de segurança nacional e seu combate ao inimigo interno. O caráter traumático e coletivo desses eventos históricos pode ser atestado até os dias atuais, pois não foram apenas os militantes de organizações de esquerda os atingidos pela repressão. Embora as perseguições contra a sociedade tenham diminuído, sabe-se que continuam, inclusive com

o uso da alta tecnologia¹⁴. Não constitui nenhuma surpresa a descoberta de alvos políticos de esquerda sendo monitorados pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e outros órgãos. O próprio depoimento do ex-delegado do DOPS Cláudio Guerra não deixa dúvidas quanto à permanência clandestina de aparatos de repressão, uso da tortura e assassinatos. Ademais, há alvos mais numerosos em se tratando de ações policiais, como demonstram os índices de mortandade em operações policiais realizadas em localidades ocupadas por pessoas menos favorecidas, normalmente pobres e pretas. O aparato repressivo clandestino montado pela Ditadura Civil-militar (1964-1985) vive e continua atuando, com diretrizes sociais mais amplas, seja por meio das corporações oficiais, seja imiscuído com as milícias.

Narrar essas histórias de dor e violência tem sido uma opção para reivindicar a realização da tão almejada Justiça de Transição, que, de alguma forma, aponte os culpados pelas graves violações de Direitos Humanos cometidas pela Ditadura Civil-militar pós-64 e dê conhecimento desses eventos à sociedade. O custo da sua não realização até o presente tem sido alto. Como se não bastasse a tutela militar sobre o processo constituinte que resultou na Constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã, estas primeiras décadas do século XXI registram eventos de participação de militares da reserva e da ativa em conspirações golpistas (como a que culminou no 08/01/2023), com fortes evidências de anarquia nos quartéis, presença de oficiais em articulações de extrema-direita e ocupação de cargos públicos por militares desqualificados para o exercício dessas atribuições (o caso do ex-Ministro da Saúde Eduardo Pazuello foi, tão-somente, a ponta do iceberg).

Os gritos do passado não resolvido da História brasileira (foram vários eventos traumáticos sem os seus devidos processos de justiça histórica), que também são narrados cinematograficamente, como veremos a seguir, ecoam de forma contundente no presente. Podemos considerar até que esse passado tem retornado sob a forma de um espectro que insiste em nos assombrar. Os recentes acontecimentos em que um Presidente da República homenageou torturadores e

14 Ver: CAMPOREZ, Patrik; BRONZATTO, Thiago. Programa espião usado pela Abin para monitorar celulares deixou expostos dados estratégicos em servidor em Israel. O Globo, 20 out. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/10/20/programa-espio-usado-pela-abin-armazenava-dados-em-servidor-em-israel.ghtml>. Acesso em: 23 maio 2024.

recebeu assassinos com honras militares em seu espaço de gestão, recusou-se a prestar assistência a seu povo em meio à pandemia da Covid-19, apostou suas fichas no negacionismo científico em todos os sentidos que essa expressão possa adquirir e promoveu ataques às instituições da democracia, culminando em uma tentativa de golpe de Estado que ainda não foi devidamente punida, são fatos mais do que suficientes para entendermos a importância da memória, justiça, verdade e reparação tão reivindicadas pelas centenas de famílias de mortos e desaparecidos políticos até hoje contabilizados.

A busca pela afirmação da memória, justiça, verdade e reparação somente encontrou campo fértil, inicialmente, na historiografia academicamente constituída. Nesse âmbito, desde o processo de Redemocratização, concluído pela promulgação da Constituição de 1988, dando continuidade a uma tendência estabelecida em fins da década de 1970, a historiografia brasileira debruçou-se sobre a temática da Ditadura e legou aos nossos dias títulos que chegam aos milhares, resultado de pesquisas científicas.

Esse conjunto de obras tem, juntamente com as fontes primárias disponíveis, cumprido o papel de fundamentar outras pesquisas, além de ser acessível, em parte, ao público não acadêmico. A literatura de testemunho, por outro lado, por meio de obras normalmente escritas por ex-militantes que participaram da resistência à Ditadura Civil-militar, completa esse escopo de obras escritas. São relatos que abordam as razões do Golpe Civil-militar de 1964, a participação dos Estados Unidos da América na derrubada do ex-Presidente João Goulart, os mecanismos de exercício do poder por civis e militares nos anos da Ditadura, a resistência de democratas, liberais e da esquerda ao regime ditatorial e as práticas do terrorismo de Estado que os combateu. Para esses eventos não faltam evidências, como o demonstram os relatórios da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, Projeto Brasil: nunca mais e as sínteses das diversas Comissões da Verdade que realizaram essas investigações mais recentemente.

Um dos problemas apontados com relação às obras científicas, e isso de maneira geral, vem do fato de essas obras serem caracterizadas, na sua maioria, pelo uso de formas de apresentação acadêmicas, que quase sempre restringem os seus processos de recepção, possuindo um diálogo

restrito com o grande público. Além disso, há de se considerar o fato de serem livros inseridos em um mercado de alto custo, o que dificulta ainda mais o seu acesso, neste caso, sobretudo para as camadas menos favorecidas da população. Uma alternativa a essas dificuldades tem sido aumentar a circularidade dessas obras e desses debates na internet, em um exercício militante que alcança muito bem o público ideologicamente mais comprometido com a denúncia dos crimes cometidos pela Ditadura, mas se encontra cercado por abordagens que minimizam esses crimes e outras que, mais grave, vociferam o negacionismo¹⁵.

As artes, por sua vez, participaram dessa resistência ao Estado ditatorial e terrorista desde os anos imediatamente posteriores ao Golpe Civil-militar de 1 de abril de 1964. Foram transmissões radiofônicas (*Rádio Libertadora* – 1969 – Ação Libertadora Nacional [ALN]), shows musicais (*Opinião*, 1964), festivais, peças de teatro (*Roda viva*, 1968), obras de artes plásticas (*Situações*, Arthur Barrio, 1970), poesias (*25 de Abril*, Sophia de Mello Breyner Andersen, 1974), cantores e compositores com todo um conjunto de músicas de resistência àquele estado de coisas (Chico Buarque de Holanda [*Angélica*], Caetano Veloso [*É Proibido Proibir*] e Luiz Gonzaga Jr. [*Página 13*], dentre outros). Na transição para a Nova República, durante a década de 1980, a resistência musical é enriquecida pela ascensão do rock nacional (Titãs [*Estado Violência*], Legião Urbana [*Que país é esse?*], Paralamas do Sucesso [*Alagados*], dentre outros), que vem aguçar ainda

15 O processo de ascensão da extrema-direita no Brasil, na esteira de um fenômeno mundial, e iniciado com a apropriação das manifestações ocorridas em 2013, tem como uma de suas marcas a veiculação das chamadas “versões alternativas” às histórias narradas pela historiografia que se debruçou sobre a Ditadura Civil-militar pós-64. Inicialmente travestidas de revisionismo histórico (o que não são, pois o revisionismo também se pauta, nesse caso, em informações científicas), essas narrativas dão continuidade ao discurso das Forças Armadas e seus apoiadores sobre a “ameaça comunista” que elas teriam combatido e, para isso, o “estrito cumprimento da lei” como forma de repressão à atuação de “organizações terroristas”. No campo da escrita, nesse sentido, destacam-se o livro intitulado *Livro negro do terrorismo no Brasil* (ORVIL), escrito nos anos de transição do Governo Sarney (1985-1990), que foi acertadamente vetado pelo ex-Presidente, *rompendo o silêncio* (1987) e *Verdade sufocada* (2006), estes últimos assinados pelo Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-comandante do DOI-CODI em São Paulo (1970-1974), primeiro militar condenado pela justiça brasileira (sem consequências penais) pela prática da tortura e assassinatos durante a Ditadura Civil-militar. Esses escritos, esforçam-se, ao mesmo tempo, em afirmar que não houve uma ditadura, não existiram a tortura e os assassinatos de militantes políticos de oposição e, tão-somente, as Forças Armadas e demais organismos repressivos apenas salvaram o Brasil da ofensiva comunista no contexto da Guerra Fria. Ainda em relação ao negacionismo dos crimes da Ditadura Civil-militar, no âmbito midiático informacional, destaca-se o site *Brasil paralelo* (<https://www.brasilparalelo.com.br/>), empresa de produção de conteúdo digital, autointitulada como site de educação, que, na verdade, foi montada para produzir conteúdo de extrema-direita, negar os estudos historiográficos por meio da manipulação de imagens (dentre outros recursos), praticando o charlatanismo negacionista com forte apelo junto às novas gerações, que não vivenciaram os eventos históricos em questão. Como exemplo, destaca-se o filme *1964: o Brasil entre armas e livros* (2019), produto cinematográfico que, em linhas gerais, explicita o conteúdo negacionista referido.

mais as contestações musicais ao Estado terrorista. É nesse contexto que o cinema nacional também passa a enfocar essas temáticas, com o início da constituição de sua filmografia sobre os anos da Ditadura.

Foi a partir do final dos anos 1970 que o cinema passou a integrar mais ativamente esse escopo da arte de resistência¹⁶. *Paula: a história de uma subversiva* (1979) foi a primeira obra fílmica do contexto de distensão a abordar mais abertamente a Ditadura Civil-militar, em uma época definida como de “abertura lenta, gradual e segura”, processo operacionalizado pelos governos de Ernesto Geisel (1974-1979) e de João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985). No rastro da luta pela retomada das liberdades democráticas, em meio ao processo de Anistia que sacramentou a impunidade para os agentes da repressão política e seus comandantes, o produto cinematográfico dirigido por Francisco Ramalho Jr. enfoca o retorno de uma exilada política ao Brasil, as memórias de um antigo líder estudantil que a havia namorado nos anos de chumbo, agora no vórtice do sequestro de sua filha, quando é obrigado a pedir ajuda a um delegado de polícia que torturou sua ex-namorada. Embora não haja cenas de tortura, o assunto é abordado de soslaio, assim como o sequestro, tradicional evento que precedia ao uso da tortura contra presos políticos pelo Estado terrorista pós-64. É um filme cuja importância reside enquanto marco inicial da filmografia brasileira sobre o arbítrio pós-64, após os anos de chumbo.

À medida em que a liberdade de criação artística foi sendo retomada, o processo de constituição dessas narrativas foi sendo aprofundado, abordando temas sensíveis como as práticas de tortura e assassinato. A ascensão de um líder operário progressista à Presidência da República em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva, e a eleição de sua sucessora em fins de 2010, a ex-guerrilheira da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) Dilma Vana Rousseff, ensejaram momento bastante profícuo para essas produções, que se multiplicaram nas duas primeiras décadas deste século.

16 Antes de 1979, *Manhã cinzenta* (1968), curta-metragem (22 min) dirigido por Olney São Paulo, foca a história de um Golpe Militar ocorrido em um país imaginário da América Latina, o exercício do poder por militares e os processos repressivos. “O filme é uma alegoria poderosa sobre a opressão e a resistência à tirania, e é considerado uma das obras mais importantes do cinema brasileiro sobre a ditadura militar” e levou o seu realizador aos porões da ditadura (texto de Norian Segatto publicado em 31/03/2023 na página 20 filmes para entender o período da ditadura militar no Brasil – Sindipetro (sindipetrosp.org.br). O link para a recepção do filme está disponível no site da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC): 20 filmes para refletir sobre a Ditadura Militar no Brasil – SBPC (sbpcnet.org.br).

Abaixo listamos, em alusão aos vinte e um anos de Ditadura Civil-militar, 21 filmes sobre uma temática que necessita ser abordada no presente, tanto pela presença e as ameaças perpetradas pelas forças de sustentação daquele Estado ditatorial e terrorista ainda atuantes, como para que a memória não seja transformada em esquecimento, ou seja, *lembrar para não esquecer e para que nunca mais se repita*.

21 filmes sobre a Ditadura Civil-militar brasileira		
Título	Ano	Direção
<i>Pra frente, Brasil</i>	1982	Roberto Faria
<i>Cabra marcado para morrer</i>	1984	Eduardo Coutinho
<i>Jango</i>	1984	Silvio Tandler
<i>Que bom te ver viva</i>	1989	Lucia Murat
<i>Lamarca</i>	1994	Sérgio Rezende
<i>O que é isso, companheiro?</i>	1997	Bruno Barreto
<i>Ação entre amigos</i>	1998	Beto Brant
<i>Tempo de resistência</i>	2003	André Ristum
<i>Cabra-cega</i>	2005	Toni Venturi
<i>Zuzu Angel</i>	2006	Sérgio Rezende
<i>Batismo de sangue</i>	2007	Helvécio Raton
<i>Corpo</i>	2007	Rossana Foglia
<i>Em teu nome</i>	2009	Paulo Nascimento
<i>O ano em que meus pais saíram de férias</i>	2010	Cao Hamburger
<i>O dia que durou 21 anos</i>	2012	Camilo Tavares
<i>Retratos de identificação</i>	2015	Anita Leandro
<i>Memórias femininas na luta contra a ditadura militar</i>	2015	Maria Paula Araújo
<i>Torre das donzelas</i>	2018	Susana Lira
<i>Deslembro</i>	2018	Flávia Castro
<i>Marighella</i>	2019	Wagner Moura
<i>O pastor e o guerrilheiro</i>	2022	José Eduardo Belmonte

Filmes com temática histórica são meios de representação de narrativas relacionadas à temporalidade humana e fazem parte da formação histórica e cultural de parcela significativa da população, participando da significação de mundo de seus receptores, constituindo-se como um aspecto que partilha dos processos de orientação temporal dos seres humanos e sua diversidade de consciências históricas (Rüsen, 2010). Ao mesmo tempo, os filmes históricos são veículos a partir dos quais parte da produção historiográfica sobre os eventos protagonizados pelos homens chegam ao grande público, constituindo-se em realidades fílmicas que podem tornar o passado presente e disponível para ser utilizado. Assim, partilhamos da visão de Ferreira (2013, p. 3), para quem,

As nuances do filme com temática histórica evidenciam o dinamismo da sua produção, quando conhecimentos históricos em variadas narrativas são retomados e estabelecem o trabalho de enquadramento de memórias (Pollack, 1989). Somado à amplitude de alcance do filme, reconhece-se o cinema-história como um vetor da história pública, pois [...] *desde o início o cinema tem se favorecido de acontecimentos históricos e adaptações de clássicos da literatura e continua a fazê-lo. Nos anos mais recentes um novo gênero de filmes tem emergido, que consiste como ponto de partida no problema de recuperar o passado a partir do presente* (Samuel apud Ferreira, 2013, p. 3).

Como vetor de história pública os filmes são recursos ativamente utilizados nas disputas de narrativas que envolvem as memórias acerca do passado, sobretudo em casos de passados traumáticos, como se dá em relação aos crimes cometidos pela Ditadura Civil-militar brasileira, entre os anos de 1964 e 1985. É fundamental, portanto, não somente a recepção dessas obras cinematográficas, mas a análise dos conteúdos que por meio delas são veiculados, ressaltando a necessidade de que sejam história plausíveis e estejam articuladas à produção científica do conhecimento histórico. Isso não quer dizer que os filmes devam cumprir o papel de livros não escolares de História. Corroborando a visão de Rosenstone (2010), filmes são filmes e livros são livros, devendo ser tratados em consonância com as suas especificidades de apresentação e construção do discurso, sendo o filme um tipo de Fonte Histórica que se constitui como obra de arte, permeada por forte dimensão estética.

Um dos caminhos válidos para o desenvolvimento de pesquisas inseridas no escopo Cinema-História é a análise do uso da linguagem cinematográfica¹⁷ como meio de elaboração do discurso fílmico, focando, no caso dos chamados filmes históricos, em eventos que abordam os feitos temporais humanos. Ao analisarmos os usos da linguagem fílmica na construção dessas películas, verificamos o tratamento histórico que é dado às diversas temáticas, as possibilidades de construção de versões históricas diversas acerca dos mesmos eventos, as suas referências, sejam elas científicas ou não, além de nos ajudar na desconstrução dos significados manipulatórios (Chaves, 2023) tão utilizados pelo charlatanismo negacionista (Buzalaf, 2023). Dessarte, se estamos lidando com a linguagem fílmica, precisamos aprender sobre ela e, se aprendemos sobre ela, podemos ensiná-la às novas gerações, hoje tão expostas aos sentidos ideologicamente manipulados e ao estímulo algorítmico para o consumismo, que definem a forma como o sistema capitalista reproduz a sua visão de mundo em busca de sujeitos que a defendam. A análise fílmica com base na sua estética, com o reconhecimento da sua estilística, é em si um trabalho que está ligado à defesa de uma educação para as mídias, como forma de municiar cidadãos para a decodificação das mensagens com as quais lidam no cotidiano, se são manipulatórias ou não, e os interesses que as impulsionam.

Marc Ferro (1992) nos ensina que filmes são fontes históricas sofisticadas, que filmes sobre o passado trazem implícitas as marcas do presente, que possuem uma linguagem própria para o discurso histórico, que são recebidos de maneira diversa a depender do momento em que se dá a recepção e que podem ser uma contra-análise da sociedade que os produziu, na medida em que neles estão presentes as disputas de poder que encontramos no meio social. Em Rüsen (2010), as produções midiáticas integram a formação histórica dos agentes históricos e, no caso específico dos chamados filmes históricos, acreditamos que podem ser um fator que impulse o pensamento que irá participar da complexificação de nossas consciências históricas, na medida em que dialogam com as nossas experiências do passado e do presente. Para Rosenstone (2010, p. 17):

Filmes, minisséries, documentários e docudramas históricos de grande bilheteria são gêneros cada vez mais importantes em nossa relação com

17 Aqui entendemos a linguagem cinematográfica em sua acepção formal, o conjunto de técnicas imagéticas que são utilizadas na construção do discurso fílmico.

o passado e para o nosso entendimento da história. Deixá-los fora da equação quando pensamos o sentido do passado significa nos condenar a ignorar a maneira como um segmento enorme da população passou a entender os acontecimentos e as pessoas que constituem a história.

Assim, no que concerne à temática da Ditadura Civil-militar pós-64, é por meio do cinema que as torturas e assassinatos cometidos pelos agentes da repressão chegam a maior parte da sociedade, com o acréscimo da capacidade de (re)construir essas realidades, provocando empatia em parcelas da população que tiveram ou não contato com as situações de violência perpetrada pelo Estado terrorista, seja contra militantes políticos ou pessoas não engajadas politicamente. Não se trata de diminuir a importância das pesquisas científicas acerca desse passado (sem elas não teríamos bons filmes históricos acerca do tema, a despeito somente do cinema), de suas publicações, mas de ressaltar que aquilo que Balázs (1983) qualifica como construir realidades com emoções possui forte apelo junto ao grande público, das mais antigas às novas gerações, desde que o cinema passou a se fazer presente no cenário da modernidade técnica.

Assim, passemos ao objetivo principal deste capítulo que é analisar os usos da linguagem cinematográfica em duas produções fílmicas recentes, o filme de ficção de José Eduardo Belmonte intitulado “*O pastor e o guerrilheiro*” (2022) e o documentário investigativo dirigido pela jornalista potiguar Jana Sá, sob o título de “*Não foi acidente, mataram meu pai!*” (2022).

||

*O pastor e o guerrilheiro*¹⁸ não segue os mesmos caminhos que já foram trilhados por outros filmes que tratam sobre o tema das lutas de resistência à Ditadura Civil-militar, implantada no Brasil a 01 de abril de 1964. Ao nos depararmos com o seu poster de divulgação, pensamos em uma película que poderia tratar da participação de protestantes nas ações de oposição ao Estado terrorista que foi imposto ao país no pós-64¹⁹. O título poderia sugerir, por exemplo, o desenvolvimento de

18 BELMONTE, José Eduardo. *O pastor e o guerrilheiro*. Brasil, 2022, 117 min.

19 “Muitos evangélicos foram vítimas do regime, como o metodista Anivaldo Padilha, na época estudante de Ciências Sociais da USP; após ser delatado por dois fiéis evangélicos, ele foi preso e violentamente

ações humanitárias em solidariedade aos presos políticos do Estado ditatorial ou até a história de algum evangélico que atuou direta ou indiretamente nas lutas pelo retorno da democracia. O filme não é isso. Para começar, apesar de pastor e guerrilheiro se fazerem presentes no poster, destaca-se a imagem de uma mulher – a protagonista – aquela que, quando avançamos no enredo, vai se tornando a articuladora entre situações temporais distintas, o anjo que dirige o seu olhar para o passado, mas é incapaz de resistir aos ventos do futuro (Benjamin, 1940).



Disponível em: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-306319/trailer-19568006/>. Acesso em: 24 maio 2024.

A obra fílmica dirigida por José Eduardo Belmonte pode ser tratada como parte do gênero histórico que, de acordo com a classificação proposta por Lera (1997), está fundamentado em eventos históricos sem

torturado. Padilha inclusive produziu junto a Jorge Atílio Lulianelli (*in memoriam*), Luci Buffe Magali Cunha, o livro *As igrejas evangélicas na Ditadura Militar: dos abusos do poder à resistência cristã* (Alameda, 2022)". Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/livro-detalha-historia-dos-evangelicos-na-ditadura-militar-dos-abusos-de-poder-a-resistencia/>. Acesso em: 25 maio 2024.

se ater plenamente ao rigor acadêmico na construção da narrativa. A película baseia-se no livro *Araguaia: relato de um guerrilheiro* (1990), escrito por Glênio Sá, militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), único ativista do Rio Grande do Norte a cerrar fileiras na Guerrilha do Araguaia, movimento com intencionalidade de guerra popular prolongada (orientação maoísta ou chinesa), que tinha como objetivo estratégico a derrubada da Ditadura Civil-militar e a construção do socialismo no Brasil. Glênio Sá faleceu em 1990, vitimado em um acidente automobilístico mal investigado pela polícia, tema que abordaremos na análise de *Não foi acidente, mataram meu pai!*²⁰ (2022). *O pastor e o guerrilheiro* foi captado em duas locações distintas: Brasília, incluindo cenas representativas da violenta invasão da Universidade de Brasília (UnB) pela Polícia e pelo Exército em 1968 (temporalidade diegética passada) e captações de imagens do tempo diegético presente. A segunda locação é o estado do Tocantins, às margens do rio Araguaia (representações da preparação e atuação da Guerrilha). O produto cinematográfico foi financiado com recursos públicos oriundos do Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal.

O roteiro, assinado por Josefina Trotta, nos coloca diante de uma narrativa que vai além da denúncia dos crimes cometidos pelos agentes a serviço do Estado brasileiro na repressão à Guerrilha do Araguaia e outros movimentos. Belmonte e Trotta não abrem mão da reivindicação por Memória, Justiça, Verdade e Reparação, pois expõe as graves violações de Direitos Humanos praticadas pelos agentes da Ditadura, onde milhares de pessoas foram vitimadas pelo terrorismo de Estado no Brasil. Aliás, convém destacar, que ao final dos créditos essa intencionalidade de denúncia e reivindicação fica clara em um breve texto onde se lê: “A ditadura militar no Brasil durou 21 anos. 210 corpos de mortos pelo regime seguem desaparecidos. Nenhum dos responsáveis pelos crimes praticados pelo Estado brasileiro foi julgado”²¹.

Na narrativa de Trotta e Belmonte somos transportados para a confluência entre duas temporalidades. A trama inicia em fins do segundo milênio, 1999, com o suicídio de um Coronel do Exército que havia atuado nos porões da repressão durante os anos de enfrentamento

20 Sá, Jana. *Não foi acidente, mataram meu pai!* Brasil, 2022, 50min.

21 Muitos diretores abrem os filmes sobre o período em questão com tela preta e legenda branca explicando o contexto em que se passa a narrativa fílmica. Originalmente, *O pastor e o guerrilheiro* utiliza esse recurso didático ao final, oferecendo um fechamento para a sua abordagem política do tema.

entre as guerrilhas urbana e rural e os organismos operacionais que realizavam o trabalho sujo do terrorismo de Estado. No processo de divisão dos espólios deixados pelo coronel, Juliana (Julia Dalavia) é beneficiada com parte da herança, por ser filha não reconhecida do militar e, ao visitar as dependências da residência do pai biológico (para uma reunião com o advogado encarregado da partilha dos bens), depara-se com o livro *História de um guerrilheiro*, escrito pelo falecido militante comunista Miguel Souza²², que acaba levando consigo. Juliana viverá um dilema ético entre não aceitar a herança deixada pelo pai que não a havia reconhecido ou aceitá-la por necessitar custear o tratamento de câncer da avó (interpretada por Cássia Kiss).

É a partir da leitura de *História de um guerrilheiro* realizada por Juliana que somos levados à imersão na temporalidade passada. A representação acompanha a trajetória de Miguel (Johnny Massaro) e sua namorada Marta (Anna Hartmann), das manifestações em 1968 na UnB, à vida clandestina de guerrilheiros na região do rio Araguaia, entre 1970 e 1973. Quando os confrontos entre o Exército e a guerrilha se iniciam, João é encarregado de levar uma mensagem a um dos outros destacamentos de guerrilheiros e perde-se na floresta por um mês, sendo resgatado por uma família de camponeses e, logo, preso pelo Exército. Nos momentos iniciais de sua prisão, João reconhece o cadáver de sua namorada e outros militantes assassinados e é transportado para o Pelotão de Investigações Criminais da Polícia do Exército do Distrito Federal (PIC-PE-DF), onde será mantido clandestino e torturado por alguns meses.

De volta a 1999, Juliana impressiona-se com história de Miguel e decide investigar o seu paradeiro. Nessa busca, ela descobre que o seu pai biológico havia torturado Miguel, fato que a impele novamente a não aceitar a herança deixada pelo Coronel Fernando (Ricardo Gelli), enquanto mergulha ainda mais na leitura. Nessa imersão, Juliana depara-se com os porões da Ditadura Civil-militar, com o uso da tortura como método de interrogatório e com a situação limite vivida por Miguel. Há, ainda, uma situação inusitada: Miguel é posto para dividir cela com Zaqueu (César Mello), evangélico que havia sido preso por frequentar o mesmo grupo de estudos bíblicos com

22 Durante a maior parte da trama, Miguel será chamado de João, seu nome de “guerra”, artifício comumente utilizado pelas guerrilhas para tentar esconder a identidade de seus militantes. Miguel seria, nesse caso, uma representação ficcional de Glênio Sá e o seu “Araguaia: relato de um guerrilheiro”.

dois militantes comunistas, numa óbvia tática dos torturadores para coletar informações de Miguel. É nessa altura do filme que a narrativa nos apresenta a temática central desenvolvida por Belmonte e Trotta, as congruências entre o discurso comunista de Miguel e o discurso evangélico cristão de Zaqueu, assunto que é representado com alguns recursos sofisticados de linguagem cinematográfica.

Antes da prisão de Miguel, todavia, uma reunião entre os guerrilheiros logo após receberem a notícia do golpe de Estado que derrubou o Presidente chileno Salvador Allende (1973), é seguida, na trama, após uma breve sequência de João perdido na floresta amazônica, por uma pregação do Pastor Zaqueu em 1999. A sequência e a cena já são suficientes para revelar algumas das intenções de Belmonte e Trotta. Observemos algumas imagens e textos recortados da película:

Discursos de fé: revolução e evangelização



Na altura de 20' e 32" de projeção, Marta, em primeiro plano, discursa para os guerrilheiros do seu destacamento sobre o significado da luta armada e seus riscos, afirmando a disposição de morrer pela causa, mas com esperança no futuro. Após uma intervenção onde fala nesses termos, a guerrilheira conclui: **“e que nos sigam os sedentos de verdade, justiça e amor. Viva a Revolução!”**. Marta inflama e é acompanhada pelo destacamento inteiro.

Fonte: CHAVES, Sérgio. Celular Redmi NOTE 12 PRÓ, Fotografia do filme, 11/05/2024.



Aos 23' e 24" de projeção, o plano americano de Zaqueu encerra uma cena em que o pastor prega sobre a fé como base para o cumprimento da missão humana designada por Deus, pois é preciso acreditar no impossível; **“fé é a certeza daquilo que esperamos, é a prova daquilo que não vemos”**. O pastor termina afirmando que **“a vida não é sobre certeza, a vida é sobre o improvável...”**. A fundamentação teológica em Santo Agostinho e Martinho Lutero encaixa-se perfeitamente nesse discurso de fé.

Fonte: CHAVES, Sérgio. Celular Redmi NOTE 12 PRÓ, Fotografia do filme, 11/05/2024.

Trata-se de discursos de fé, e é esse o principal elo entre o sério e vocacionado pastor Zaqueu e o discurso revolucionário de Marta, bem como a fé na revolução e na construção do socialismo, expressas pelas ações de Miguel, que mesmo perdido na floresta, enfrentando um sem-número de desafios, segue em frente. É ele quem escreve para sua mãe as seguintes palavras:

[...] nem sempre as coisas saem como desejamos. A maioria das coisas acontecem independente da nossa vontade pessoal. Muitas vezes os objetivos que traçamos são impossíveis de serem atingidos em um determinado espaço de tempo, em um determinado lugar; convém então termos o máximo de flexibilidade para podermos contornar os empecilhos, sabendo aproveitar os erros para diminuir o tempo que nos separa da vitória futura, a qual é inevitável. Sim, minha querida mãe, nós, apesar de um tombo passageiro, seremos vitoriosos (de 36'01" a 37'01", O pastor e o guerrilheiro).

Dessa forma, a inevitabilidade da revolução e a caminhada da humanidade em direção ao comunismo são aproximados, pela direção fílmica e roteiro, da fé cristã que também nos apresenta a perspectiva de um reino de abundância, paz e harmonia. Dessarte, ao assistir a representação do texto de Marta, podemos aproximá-la de uma citação bíblica em que Jesus, em meio ao emblemático sermão das boas-venturas, profere: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados” (Bíblia. MT, 5:6). No mesmo sentido, a convicção de Miguel na construção do socialismo, sua resiliência em enfrentar as dificuldades e, mais à frente, sua força em resistir às torturas, revelam algo mais que a materialidade da teoria revolucionária: espírito de luta e resiliência no presente e fé em um futuro melhor.

Embora *O pastor e o guerrilheiro* realize a denúncia de crimes da Ditadura Civil-militar e use a memória como elemento de subversão da versão oficial sobre os acontecimentos de 1973 e 1974 na região do Araguaia, a obra utiliza o encontro entre Miguel e Zaqueu nos porões do PIC como o espaço-tempo que faz surgir um debate pouco provável entre comunistas e evangélicos, colocando-os do mesmo lado na resistência. Tanto a Bíblia de Zaqueu como o Manifesto Comunista de Miguel são mostrados como instrumentos que estimulam a empatia e a solidariedade para com o oprimido, materializando-se na entrega

de Miguel à causa revolucionária e na disposição de Zaqueu para o acolhimento a Miguel após cada sessão de tortura. Assim, os dois são representados como seres empáticos e altruístas: Miguel está disposto a renunciar a sua vida para defender seus camaradas e Zaqueu, em nome da ética cristã, resiste às ofertas de privilégios feitas pelo torturador em troca de informações sobre Miguel. Para Corazza²³ (2023, n. p.),

O peruano marxista José Carlos Mariátegui em seu texto *O Homem e o Mito* afirma que “a força dos revolucionários não está na sua ciência; está na sua fé, na sua paixão, na sua vontade. É uma força religiosa, mística, espiritual”. Essa força, seja pelo céu ou pela terra, divina ou humana, é o que move os dois companheiros (ou irmãos?) de cela e que mesmo se referenciando aos seus a Bíblia e o Manifesto ali, no absurdo da dor de Miguel e dos gritos que enlouquecem Zaqueu, não estão em luta, não podem estar. Além disso, há algo da vida concreta que os unem: na disputa entre o Jesus revolucionário ou o Jesus evangélico – aquele que, se por um lado esteve ao lado dos oprimidos, por outro não pegou em armas – Miguel, em sua pergunta, sentencia: “você acha que Jesus estaria de que lado nessa guerra?”. O silêncio de Zaqueu diz o lado que esse Jesus, evangélico ou revolucionário, estaria; neste ponto nenhum dos dois têm dúvidas.

A aproximação entre evangelismo cristão e marxismo, representada na obra, não fica somente nesse aspecto. Em diversas sequências, cenas e enquadramentos, escolhidos em seus processos de edição e montagem, *O pastor e o guerrilheiro* explicita essa convicção. Nele, podemos recepcionar um Miguel que nos é apresentado como um ser que carrega consigo o dever de cumprir uma missão quase messiânica, a luta pela libertação dos oprimidos e explorados no capitalismo. Após a sua prisão, Miguel é apresentado como aquele que se sacrifica não somente em defesa de seus camaradas, mas de todos os oprimidos, porque acredita piamente ser o socialismo o melhor caminho para a concretização do projeto de uma sociedade sem explorados nem exploradores. Assim, *O pastor e o guerrilheiro* nos insere na representação do calvário de Miguel, com enquadramentos que aludem ao testemunho do Cristo e seus primeiros seguidores:

23 Delana Corazza é pesquisadora do Instituto Tricontinental, Cientista Social (PUC-SP) e mestre em Arquitetura e Urbanismo (USP). É autora de um texto, já referenciado, sobre o filme em questão, para site do Instituto Tricontinental de Pesquisa social.

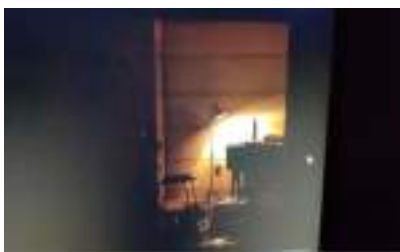
A crucificação de um comunista



Uma das torturas: Miguel tem uma mão transpassada por um prego.

1: 3' e 50''

Fonte: CHAVES, Sérgio. **Celular Redmi NOTE 12 PRÓ**, Fotografia do filme, 15/05/2024.



Antes de ser posto no pau de arara, Miguel é atirado ao chão em posição de cruz.

1: 16' e 32''

Fonte: CHAVES, Sérgio. **Celular Redmi NOTE 12 PRÓ**, Fotografia do filme, 15/05/2024.



Miguel apresenta suas chagas.

1: 12' e 42''

Fonte: CHAVES, Sérgio. **Celular Redmi NOTE 12 PRÓ**, Fotografia do filme, 15/05/2024.

Ao mesmo tempo, a solidariedade de Zaqueu para com Miguel é representada como ética cristã em diversos momentos: o evangélico recusa-se a trair Miguel e não fornece informações ao torturador, Zaqueu cuida de Miguel quando este se encontra debilitado pelas torturas, divide sua comida com o militante comunista para fazê-lo mais forte, lava as suas feridas, solidariza-se com a sua sede, ajudando-o a receber um pouco de água do carcereiro e põe-se em agonia todas as vezes em que Miguel está sendo torturado. Dois momentos se sobressaem na obra fílmica quando representa a ética cristã de Zaqueu: ele permanece calmo e firme, com dignidade, diante do sadismo do

militar torturador (este desfere um soco no rosto de Zaqueu, conversa calmamente com ele e, logo após, lhe oferece privilégios em troca de informação). No segundo momento, quando da tortura em que Miguel tem uma das mãos transpassada por um prego, Zaqueu, ao ouvir os seus gritos, põe-se em agonia, mas parece ser consolado pelo Deus no qual acredita, ao ser tocado por uma luz que desce sobre o seu corpo:



Zaqueu, em sua crença, é tocado pela luz “divina”.

Fonte: CHAVES, Sérgio. **Celular Redmi NOTE 12 PRÓ**, Fotografia do filme, 15/05/2024.

Poderíamos ainda nos deter em outros enquadramentos com a mesma escolha narrativa. Capítulo particularmente bem estruturado por Trotta e Belmonte são as pregações de Zaqueu em 1999. Todas elas tratam de temas que possuem uma forte relação não somente com as convicções religiosas do pastor, mas com as ideias que fundamentam o espírito revolucionário na difícil caminhada de construção da revolução e do socialismo. Uma reflexão particularmente rica encontramos em 56’ e 11”, quando Zaqueu explana sobre as tribulações da vida e pede a sua audiência que confie “porque Deus tem um propósito, tem um plano para a sua vida”. Na concepção ideológica de Miguel, quem tem um plano/propósito/devir é a História – redimir os oprimidos por meio da luta de classes, da vitória revolucionária e consequente caminhada para uma sociedade sem a exploração do homem pelo homem e sem o Estado opressor, o comunismo.

Deus tem um propósito e a História também



O primeiríssimo plano de Zaqueu em sua convicção do devir divino (ou seria histórico?)

Fonte: CHAVES, Sérgio. **Celular Redmi NOTE 12 PRÓ**, Fotografia do filme, 15/05/2024.

De volta à trama, na noite de réveillon de 1973 para 1974, após mais uma sessão de torturas, Zaqueu auxilia Miguel a levantar e ver a queima de fogos. Ali na cela, abraçados, eles marcam um encontro para o réveillon 1999/2000 na torre de TV em Brasília, virada de milênio, reafirmando a fé no futuro. A escolha por apostar no futuro, mesmo distante, sela definitivamente a amizade e a solidariedade entre ambos. Miguel não estaria fisicamente presente no encontro, mas, por meio das mãos de Juliana, a memória desses tempos chega às mãos de Zaqueu, quando a militante antirracista e defensora da adoção da política de cotas nas universidades públicas entrega a *História de um guerrilheiro* ao pastor, já velho. O livro escrito por Miguel Souza traz uma dedicatória a Zaqueu: “A memória é resistência, todo rio leva a outro rio, a vida é correnteza”.

O pastor e o guerrilheiro ainda navega por outras temáticas. Nele, a trajetória de Miguel Souza é narrada como testemunho de um espaço-tempo sombrio, mas onde a esperança não se desfez. Ao mesmo tempo, esse percurso ricocheteia fortemente no presente diegético (1999) e em suas projeções de futuro, trazendo à tona o relato fílmico como enquadramento da memória e, nesse caso, da resistência. Nesse sentido, Figueiredo (2018, p. 12) pondera que:

Estas demarcações do tempo se evidenciam quando trabalhamos fortemente com o enquadramento da memória, momento este em que o passado e o tempo presente vêm à tona suscitando maiores debates, principalmente, quando busca-se elucidar ou construir uma pretensa história oficial e, particularmente, quando os personagens que dão voz a essas memórias ainda encontram-se num processo de tensão contínua entre reafirmar o seu protagonismo na história e o seu papel no tempo presente.

Dessa forma, a memória assume o papel de resistência ao arbítrio que não acabou e ela é a maneira por meio da qual tenta-se exorcizar os fantasmas do passado ainda bem presentes em 2022 (ano de produção do filme) e neste 2024, onde vivemos em uma democracia sob constante ameaça. *Lembrar para não mais esquecer e para que não se repita nunca mais*, foi o brado recebido de terras argentinas (apesar de Milei) e que precisa ecoar mais fortemente no Brasil, país sem Justiça de Transição e espaço-tempo onde o charlatanismo negacionista tenta, a todo custo, promover o apagamento de uma memória e, conseqüentemente, da resistência.

O filme de Belmonte também é uma tentativa de diálogo. Fazendo emergir as origens do neopentecostalismo (centrado nos conflitos entre o Zaqueu de 1999 e seus filhos, propensos à mercantilização da fé), empodera o evangelismo sincero e convicto de Zaqueu, que está disposto a dialogar na diferença, mesmo em situações onde aparentemente não haveria possibilidades de complexificação das relações humanas. Por outro lado, há o chamamento ao perdão e à reconciliação, da parte de um Zaqueu que ajuda aquele que o torturou e a Miguel no PIC. Já a protagonista Juliana concilia o seu dilema ético, pois em nome das necessidades da avó, aceita o espólio de seu pai biológico e estende a mão à construção de um novo tempo, convidando os outros filhos do coronel para o diálogo.

A caracterização da Ditadura Civil-militar presente no filme também envereda pelo estabelecimento de um consenso entre a visão comunista e a visão evangélica. Não importa para Belmonte e Trotta se prevalecerá a visão da esquerda ou a visão do evangelismo sobre o Estado terrorista. Ambos, em suas falas, consideram o regime ditatorial por si só ruim, sendo uma espécie da encarnação do mal. De fins do minuto 52 aos 41" do minuto 53, uma sucessão de

imagens documentais, que em suas estruturas possuem em comum a presença de violência/morte/destruição, é acompanhada por uma utilização muito feliz do som pois, ao fundo, ouve-se uma música de tensão e vozes distorcidas de pronunciamento favoráveis ao regime ditatorial, sua visão devastadora de progresso (imagens da abertura da Transamazônica) e um áudio documental em que o presidente mais repressor do período afirma estar com a consciência tranquila.

O pastor e o guerrilheiro é uma ficção de gênero histórico que procura dar significado a experiências que podem nos servir como fatores de orientação em meio à crise de nossa democracia e ascensão do fundamentalismo religioso, do protofascismo e do charlatanismo negacionista. Com o uso da linguagem cinematográfica, conseguiu construir o seu discurso sem grandes percalços, embasado no consistente relato de Glênio Sá, com sólida fundamentação histórica, em um roteiro seguro e uma direção criativa e inovadora. A licença poética fica por conta das tentativas de aproximação entre evangelismo e marxismo, numa abordagem já realizada por outros grupos, a exemplo da Teologia da Libertação no âmbito católico. Como discurso político e histórico, exalta a memória da resistência e a resistência da memória em defesa de várias diversidades: política, racial, ideológica e de crença e não crença.

|||

Não foi acidente, mataram meu pai (2022) é o documentário histórico e investigativo dirigido por Jana Sá, filha do dirigente comunista do PCdoB/RN Glênio Fernandes Sá, sobrevivente da Guerrilha do Araguaia, preso clandestino e torturado pelo Estado terrorista pós-64 e vítima de um acidente automobilístico entre os municípios de Coronel Ezequiel e Jaçanã, em 1990, evento ocorrido em circunstâncias suspeitas e mal explicadas pelas autoridades responsáveis por sua investigação. À época em que Glênio Sá faleceu, juntamente com seu companheiro de militância política Alírio Guerra, ele era o principal dirigente do PCdoB no Rio Grande do Norte, quadro que liderou a reconstrução do partido no estado desde a sua libertação, em 1974, candidato a Senador pela Frente Popular Potiguar (PT, PC do B e PSB), em 1990, e testemunha

viva das atrocidades cometidas nos porões da Ditadura Civil-militar em seu confronto com a Guerrilha do Araguaia. Glênio Sá, além de ter sido vítima de prisão clandestina e de torturas, era um persistente denunciante desses crimes, nominava seus torturadores e afirmava que os aparatos repressores permaneciam em atividade.



Não foi acidente, mataram meu pai! – Poster de divulgação

279227112_3056315034585267_3920037887618167282_n.jpg (1279×892)
(cdninstagram.com). Acesso em: 01 jun. 2024.

Em *Não foi acidente, mataram meu pai!*²⁴, Jana Sá segue os indícios do suposto acidente que vitimou seu pai e Alírio Guerra. Militante política ligada à luta pelo direito a memória, justiça, verdade e reparação, a diretora e roteirista do documentário em questão produziu uma obra que extrapola os sentimentos de dor e revolta pela maneira como o seu pai foi perseguido e morto. A narrativa cinematográfica, amplamente balizada em documentos e testemunhos, defende a ideia de que os aparatos de repressão não pararam de monitorar militantes de esquerda após a decretação da Lei de Anistia, durante o governo do último ditador do Estado de Exceção pós-64, João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985). Na verdade, no caso específico de Glênio Fernandes Sá, os organismos de repressão se mantiveram seguindo os passos do dirigente comunista

24 Sá, Jana. *Não foi acidente, mataram meu pai*. Brasil, 2022, 50min.

potiguar até, pelo menos, 1988. A julgar pela posição de Glênio em não silenciar a sua memória sobre as sevícias que sofreu enquanto esteve sequestrado pelo Estado ditatorial, além de afirmar a continuidade das políticas repressivas de perseguição e assassinatos de “inimigos internos”, a perseguição não parou até a sua morte. Para Teles e Safatle (2010, p. 10):

Quando estudos demonstram que, ao contrário do que aconteceu em outros países da América Latina, as práticas de tortura em prisões brasileiras aumentaram em relação aos casos de tortura na ditadura militar; quando vemos o Brasil como o único país sul-americano onde torturadores nunca foram julgados, onde não houve justiça de transição, onde o Exército não fez um Mea culpa de seus pendoros golpistas; quando ouvimos sistematicamente oficiais na ativa e na reserva fazerem elogios inacreditáveis à ditadura militar; quando lembramos que 25 anos depois do fim da ditadura convivemos com o ocultamento de cadáveres daqueles que morreram nas mãos das Forças Armadas; então começamos a ver, de maneira um pouco mais clara, o que significa exatamente “violência”. Pois nenhuma palavra melhor do que “violência” descreve esta maneira que tem o passado ditatorial de permanecer como um fantasma a assombrar e contaminar o presente.

É por essas águas turbulentas que o documentário navega. O filme inicia com a exposição da repercussão da morte de Glênio Sá e Alírio Guerra entre familiares, amigos, adversários políticos e companheiros de militância. As imagens documentais do velório e sepultamento dos militantes deixa claro o impacto do evento na História do Rio Grande do Norte. Em sequência, a voz off da jornalista Jana Sá começa a expor fragmentos do processo que foi a morte e a sua investigação: Glênio Sá, Alírio Guerra, Antenor Roberto de Medeiros e Valdo Teodósio (os dois últimos, sobreviventes) cumpriam uma agenda da campanha da Frente Popular potiguar em Currais Novos, quando repentinamente foram avisados por um telefonema (o qual não se sabe a origem) de nova agenda em Jaçanã, para onde se dirigiram após o término das atividades em Currais Novos. Durante a viagem, entre os municípios de Coronel Ezequiel e Jaçanã, o automóvel Volkswagen onde os militantes viajavam foi atingido por um Opala, numa colisão frontal. A placa do Chevrolet Opala (fria) indicava procedência de São Paulo e os ocupantes do veículo, que a imprensa apontara como estando embriagados, não é sabido se

foram ouvidos pela polícia. Um fator que complicou as investigações foi a ausência de delegados de carreira no interior do Rio Grande do Norte, eram todos policiais militares, fato corriqueiro durante o período ditatorial, estrutura que foi mantida até meados dos anos 1990.

Há ainda outras circunstâncias no mínimo estranhas. A família de Glênio Sá não conseguiu ter acesso aos autos do inquérito, mesmo após várias tentativas. A certidão emitida pela Delegacia de Acidentes de Veículos alegou não ter sido possível a identificação da placa do Chevrolet Opala quando, na verdade, ela aparece nitidamente em matérias jornalísticas sobre o suposto acidente e no próprio laudo lavrado pelo Instituto Técnico-Científico de Perícia (Itep). O desencontro entre essas informações, acompanhado da indisposição no que diz respeito à viabilização do acesso da família à investigação, torna-se elemento de forte suspeita, ainda mais quando os fatos que se seguem acabam por reforçar o clima de tensão em torno do suposto acidente.

Em fins de 1990, a Editora Anita Garibaldi transformou em livro²⁵ o relato escrito por Glênio Sá a respeito da sua participação na Guerrilha do Araguaia e, posteriormente, como vítima dos porões da Ditadura Civil-militar. Na noite do lançamento da obra, a casa da família de Glênio foi invadida, nenhum objeto de valor foi roubado, vários documentos foram rasgados e uma pasta onde o dirigente comunista guardava importante acervo foi levada. Nesse percurso de investigação da documentarista, outras informações emergem: Glênio Sá sofreu monitoramento dos órgãos de repressão (informações fornecidas pela ABIN²⁶ – em princípios do atual século) e o ex-delegado do DOPS, assassino confesso e ocultador de cadáveres a serviço da Ditadura Civil-militar, Cláudio Guerra, em seu livro²⁷ afirma a tese da existência de uma irmandade da elite brasileira, de extrema-direita, maçônica, que contava com a participação de ex-agentes da repressão política (agora proprietários de empresas de segurança e/ou prestadores de serviços sujos em caráter privado), que continuavam a matar em benefício próprio, mesmo após a Constituição de 1988. No mesmo escrito, o ex-agente aponta que, em 1990, no Nordeste,

25 SÁ, Glênio. **Araguaia**: relato de um guerrilheiro. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.

26 Agência Brasileira de Inteligência

27 GUERRA, Cláudio. **Memórias de uma guerra suja**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012. Em depoimento a Marcelo Netto e Rogério Medeiros.

houve um crime de mando que vitimou um político que havia lutado contra a Ditadura Civil-militar, crime este simulado como acidente automobilístico.

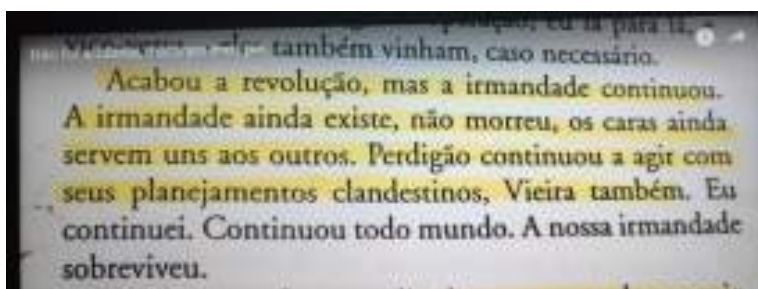
A exposição desse fatos é seguida pela narrativa da trajetória de Glênio Sá desde os tempos de estudante secundarista em Mossoró, RN, sua estada no Ceará, a militância no Movimento Estudantil Secundarista da época, o ingresso nas fileiras do PCdoB, a participação na Guerrilha, prisão, sevícias, reencontro com a família, retorno à liberdade e ingresso no curso de Geologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde inicia a sua atuação na reconstrução do partido e nas lutas estudantis pela Anistia e pela Redemocratização. Todos esses relatos são acompanhados pelo levantamento do perfil humano de Glênio Sá, seja como militante político, seja como homem de família. É nesse momento que se destacam os depoimentos de familiares e companheiro(a)s ressaltando as suas qualidades como esposo, militante e pai.

Na abordagem do documentário sobre o processo de Redemocratização, emergem escolhas de direção fílmica que indicam a intenção de denúncia da Lei da Anistia como um acordo de silenciamento da memória sobre os crimes contra a pessoa humana cometidos pela Ditadura Civil-militar, ações de lesa-humanidade que nos impulsionaram a caracterizar o Estado pós-64 como terrorista. A linha de abordagem adotada pela direção e roteirização do documentário é particularmente bem-sucedida quando projeta o caso de Glênio Sá como exemplo dos mecanismos de perpetuação do arbítrio existente até o presente, agora mais explícitos contra populações pobres e de origem africana, contra povos originários e ativistas políticos que se colocam em sua defesa.

Nessa altura, ocorrem revelações sobre a perseguição da repressão ao dirigente do PCdoB: suas afirmações sobre a Guerrilha do Araguaia e o tratamento recebido na prisão eram desmentidas prontamente por meio dos jornais²⁸. Na primeira metade da década de 1980, Glênio sofreu ameaças e recebeu um bilhete que atestava o seu monitoramento, depois confirmado pela ABIN. A mesma

28 Um certo Isnard A. Vieira fazia uma espécie de acompanhamento do que era denunciado por Glênio Sá na imprensa e sempre buscava desacreditar o seu testemunho. Não tenho a noção exata se são a mesma pessoa, mas o fato é que o sobrenome Vieira aparece como partícipe das ações de perseguições e assassinatos ligadas à repressão pós-85.

Agência Brasileira de Inteligência informou que Glênio Sá teve a sua diplomação como vereador eleito na cidade do Natal (1982) impedida porque o nome do militante constava entre os candidatos apoiados por organizações subversivas e o dirigente comunista acabou por ser confirmado como suplente. Menos de um ano antes da sua morte, Glênio Sá fez nova denúncia a respeito das violações de direitos que sofreu, nominando o general Antonio Bandeira, o mesmo que já havia sido citado no depoimento de Danilo Carneiro²⁹, outro sobrevivente dos porões do regime, como um de seus torturadores no PIC em Brasília. Essa exposição de motivos termina com o retorno ao livro do ex-agente do DOPS Cláudio Guerra e seu *Memórias de uma guerra suja*:



40' e 15''

A direção fílmica apresenta trechos do livro *Memórias de uma guerra suja*, no qual Cláudio Guerra faz referência ao assassinato de Glênio Sá.

“Não foi acidente, mataram meu pai!”, documentário não disponível em plataforma.

Fonte: CHAVES, Sérgio. *Celular Redmi NOTE 12 PRÓ*, Fotografia do filme, 01/06/2024.

A investigação é encerrada com depoimentos de testemunhas do suposto acidente, que estiveram no local, todas elas destacando as circunstâncias estranhas em que se deu a ocorrência de tal evento.

Jana Sá encerra o documentário com a leitura de uma carta escrita a seu pai, na qual, em meio a lembranças ternas, expressa a convicção de que, embora a história oficial considere a Anistia como o início do fim da Ditadura, as perseguições e assassinatos continuaram e Glênio Fernandes Sá foi uma dessas vítimas.

²⁹ Danilo Carneiro foi militante do PCdoB, participante da Guerrilha do Araguaia, e sobreviveu aos porões da Ditadura Civil-militar. Forneceu importante depoimento a 202 filmes antes de seu falecimento. <https://www.youtube.com/watch?v=TdSPH8kFIw4> Acesso em: 05 mar. 2024.

Do ponto de vista estético, o documentário dirigido por Jana Sá demonstra conhecimento e competência na montagem de sua estrutura. Segundo Ferreira (2018, p. 64), o documentário:

se concentra no depoimento de participantes diretos ou indiretos a respeito da temática abordada. [...] a consulta aos documentos funciona tanto como um lastro para o argumento, seguido na narrativa, quanto como elemento motivador de lembranças do entrevistado. [...] o uso de imagens externas aos depoimentos, como trechos de outros filmes, fotografia ou iconografia, serve para costurar e dinamizar a narrativa construída. Para trabalhar diretamente como produção de memória, o documentário é frequentemente atrelado a uma intenção educativa e política.

A estrutura fílmica de *Não foi acidente, mataram meu pai!* apresenta os elementos de um trabalho investigativo que envolveu o enquadramento de memórias traumáticas (Pollack, 2009) para a direção fílmica e todos os envolvidos em sua produção. Contudo, mesmo diante do sofrimento, a memória nem sempre opta pelo esquecimento e se transmuta em ressignificação de resistência. Abordar o trauma coletivo que foi o terrorismo de Estado executado pelos organismos de repressão durante a Ditadura Civil-militar é, no presente, um requisito fundamental para a transformação de uma democracia frágil, tutelada e permanentemente ameaçada em um Estado Democrático de Direito onde estes saiam da superficialidade da norma legal para a concretude da vida cotidiana. Diante da ausência de uma Justiça de Transição, contar essas histórias transforma-se no principal recurso de memória, justiça, verdade e reparação.

A utilização de obras cinematográficas ficcionais e/ou documentais no Ensino de História tem sido um importante, mas disperso, recurso didático para a apresentação de conteúdos históricos e suas fontes, seja na Educação Básica, seja nas aulas ministradas nos cursos de graduação e pós-graduação. Como fontes históricas, *O pastor e o guerrilheiro* e *Não foi acidente, mataram meu pai!*, são obras fílmicas que podem ser exploradas em seus aspectos de conteúdo e estética, inseridas em objetos de aprendizagem que são múltiplos e potencializam as aulas de História sobre o Estado terrorista construído nos anos da Ditadura Civil-militar – sequências didáticas, oficinas, palestras,

projetos de ensino e extensão e atividades integradoras, são alguns dos meios a partir dos quais as obras analisadas poderiam ser utilizadas na construção do conhecimento em sala de aula.

O significado político dessas obras fílmicas também é bastante rico, pois elas trazem à tona um passado que ainda é presente:

O passado é bastante singular: já passou e, no entanto, ainda está presente. O que aconteceu está naturalmente acontecido, mas ainda não nos damos por satisfeitos. Incessantemente, pomos-nos a rememorar o passado, a interpretá-lo e reinterpretá-lo. Constantemente, apropriamo-nos do passado ou repudiamos-lo. Aproximamo-nos dele ou colocamo-lo à distância, divinizamos-lo ou demonizamos-lo; solidificamo-lo ou fluidificamo-lo. Ainda que o esqueçamos, o passado permanece sempre como um fator de inquietação. Com frequência, presentifica-se até mesmo contra a nossa vontade (por exemplo, quando recalamos algo cujos efeitos ainda não cessaram). O passado pode ainda permanecer como um fardo sobre os nossos ombros, um fardo do qual gostaríamos de nos livrar. Mas é-nos impossível fazê-lo, porque o passado é um pedaço de nós próprios. Como não podemos viver sem o passado, este tem de estar, portanto, a serviço da vida (Rüsen, 2011, p. 259-260).

O pastor e o guerrilheiro e Não foi acidente, mataram meu pai! são exemplos de trabalhos cinematográficos de história pública que, por mais que não tenham refletido sobre essa formulação diretamente se colocam como produtos midiáticos que contribuem para o que Rüsen (2011) qualifica como melhoramento do ontem. Diante da impossibilidade de uma Justiça de Transição naquilo que foi e continua sendo o processo de Redemocratização vivido pela sociedade brasileira desde o final da década de 1970, obras cinematográficas que dão voz àqueles que estiveram do lado oprimido se transformam no testemunho dessas memórias para que a sociedade, sobretudo as novas gerações, saibam o que ocorreu e tenham instrumentos que possam utilizar como fatores de orientação de sentido, auxiliando a construção do futuro.

Considerações finais

A montagem do aparato repressivo cuja atuação se deu durante o último período ditatorial da História brasileira foi o mecanismo principal a partir do qual foi consolidado o Estado que governou o país sob terror entre 1964 e 1985. Durante a sua vigência, desde antes do fatídico 13 de dezembro de 1968 (a data da decretação do AI-5), o sequestro, a tortura, os assassinatos, os desaparecimentos e perseguições diversas aos cidadãos que se opunham ao Regime, com armas ou não, foram os instrumentos de dissuasão da divergência e, a partir deles, fizeram-se a segurança (dos que se locupletavam do poder político) e o desenvolvimento de um capitalismo submisso aos interesses do imperialismo norte-americano, terrivelmente concentrador e excludente.

A atuação dos aparatos de repressão aqui mencionados criou um trauma na sociedade brasileira, onde torturadores e assassinos não receberam nenhum tipo de punição, opositores do Regime foram torturados e aprisionados anos a fio, quando não engrossaram as estatísticas dos mortos e desaparecidos políticos, número até hoje difícil de mensurar dada a existência de diversos casos não relatados e, portanto, não reconhecidos. Nesse interim, a Lei da Anistia, sancionada em 1979, foi a expressão de um acordo político costurado por cima, que não atendia as reivindicações da campanha popular que a pleiteavam e que sacramentou a ausência de Justiça de Transição de um lado, iniciando as diversas tentativas de silenciamento das memórias da resistência ao arbítrio de outro.

Nesse contexto, coube à historiografia dar voz aos silenciados pela Ditadura e às instituições de pesquisa e luta por reparação e trazer à tona o grito dos que tombaram e o sofrimento das famílias que não tiveram respeitado o direito de saber a verdade sobre os acontecimentos que encerraram a curta trajetória, na imensa maioria dos casos, de seus entes queridos. Nesse sentido, tanto as obras historiográficas acerca do período, como a documentação levantada pelo Projeto “Brasil: nunca mais”, pela Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos e pelas recentes Comissões da Verdade, servem como testemunho de um

período sombrio e traumático de nossa História, que se mantém como feridas abertas até os dias de hoje.

Além desses atores, há também a memória da resistência contrária à Ditadura Civil-militar e suas práticas nefastas, materializadas em inúmeros relatos de vivência e literatura de testemunho, parte deles transformados em obras de arte. É nesse sentido que o teatro, a música, a literatura, as artes plásticas, a dança, a poesia, os cartuns e o cinema, dentre outras formas de expressão, foram transubstanciados em ferramentas de denúncia e, ao mesmo tempo, exercícios de narrativas acerca das memórias traumáticas legadas pelo período.

Obras cinematográficas como *O pastor e o guerrilheiro* e *Não foi acidente, mataram meu pai!* se concretizam como produtos midiáticos que atuam na contra-hegemonia do proposital silêncio da mídia corporativa sobre a sua participação nos crimes cometidos pela Ditadura Civil-militar, além de se constituírem em importantes fontes históricas que podem ser analisadas pelos atores do Ensino de História, complexificando a aprendizagem histórica e, ao mesmo tempo, auxiliando-nos em nossos processos de orientação temporal. Em História, as situações traumáticas podem ser ressignificadas não no sentido da sua negação, mas na intenção de que sejam alvo de reflexão e ações que tenham como objetivo fundamental que elas nunca mais se repitam e por isso precisam ser contadas e refletidas. Acreditamos, nesse sentido, que *O pastor e o guerrilheiro* e *Não foi acidente, mataram meu pai!* cumprem bem esse papel.

Referências

BELMONTE, José Eduardo. **O pastor e o guerrilheiro**. Brasil, 2022, 117 min.

BRASIL. **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Comissão responsável Maria do Amparo Almeida Araújo (org.). Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

BUZALAF, Márcia Neme. Revisionismo ou negacionismo?: a Ditadura Civil-militar no Filme “1964: o Brasil entre armas e livros”. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO – CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 42., 2019, Belém. **Anais...** Belém: UFPA, 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/index.htm>. Acesso em: 15 jun. 2023.

CAPISTRANO, Luciano Fábio Dantas. **O golpe militar no Rio Grande do Norte e os norte-rio-grandenses mortos e desaparecidos: 1969-1973**. Natal: Sebo Vermelho, 2010.

CHAVES, Sérgio Murilo Ribeiro. **Linguagem cinematográfica, ensino e consciência histórica**: proposta de crítica de filmes históricos no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros. São Paulo: Cajuína, 2023.

CORAZZA, Delana. O pastor, o guerrilheiro e a certeza do que esperamos. **Brasil de Fato**, 28 abr. 2013. Disponível em: [https://www.brasildefato.com.br/2023/04/28/o-pastor-o-guerrilheiro-e-a-certeza-do-que-esperamos#:~:text=O%20longa%20conta%20a%20hist%C3%B3ria,mais%20ou%20menos\)%20por%20engano](https://www.brasildefato.com.br/2023/04/28/o-pastor-o-guerrilheiro-e-a-certeza-do-que-esperamos#:~:text=O%20longa%20conta%20a%20hist%C3%B3ria,mais%20ou%20menos)%20por%20engano). Acesso em: 07 maio 2024.

CUNHA, Magali; RIBEIRO, Cláudio. Quando um pastor e um guerrilheiro se encontram. **Carta Capital**, 12 abr. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/quando-um-pastor-e-um-guerrilheiro-se-encontram/>. Acesso em: 20 maio 2024.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **O filme e a história pública: diálogos para a educação não-escolar a partir de Chico Rei (1985)**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 37., 2013. **Anais...** Natal: 2013. Disponível em: https://www.snh2013.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1290. Acesso em: 20 maio 2024.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; MELO, Vilma de Lourdes Barbosa. **Direito à memória e à verdade: saberes e práticas docentes**. João Pessoa: CCTA, 2017.

FERRO, Marc. **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. A memória do testemunho e o cinema: representações cinematográficas da ditadura militar. **Revista Porto das Letras**, v. 04, n. 03, Edição Especial, 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/download/6300/14528>. Acesso em: 17 mar. 2024.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUERRA, Cláudio. **Memórias de uma guerra suja**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

GUTFREIND, Cristiane Freitas. Kracauer e os fantasmas da história: reflexões sobre o cinema brasileiro. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 6, n. 15, p. 129-144, mar. 2009. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/download/149/149/153>. Acesso em: 26 jul. 2024.

ROSENSTONE, Robert. **A história nos filmes, os filmes na história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Ensino de história e a história pública: os testemunhos da Comissão Nacional da Verdade em sala de aula. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 89-110, 2019. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/506>. Acesso em: 26 jul. 2024.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. 194p.

RÜSEN, Jörn. Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação do passado em História. In: SOLOMON, Marlon. **História, verdade e tempo**. Chapecó: Unochapecó, 2011.

SÁ, Glênio. **Araguaia**: relato de um guerrilheiro. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.

SÁ, Jana. “O pastor e o guerrilheiro”: filme inspirado em livro do potiguar

Glênio Sá estreia dia 13 de abril nos cinemas. **Saiba Mais**, 9 abr. 2023. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2023/04/o-pastor-e-o-guerrilheiro-filme-inspirado-em-livro-do-potiguar-glenio-sa-estreia-dia-13-de-abril-nos-cinemas/>. Acesso em: 15 maio 2024.

SÁ, Jana. **Não foi acidente, mataram meu pai**. Brasil, 2022, 50min.

SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson. **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2011.

SALLEM, Marcio. A ditadura militar é discutida ao lado do evangelismo e da virada do milênio. **Cinema com crítica**. Disponível em: <https://cinemacomcritica.com.br/2022/08/o-pastor-e-o-guerrilheiro/> (cinemacomcritica.com.br). Acesso em: 15 mar. 2024.

SANTANA, E. S.; MAGALHÃES, L. D. R. Ditadura militar, memória, história pública e vídeos disponíveis na internet. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, p. 1-15, 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8666492. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8666492>. Acesso em: 29 jan. 2024.

SEGATTO, Norian. 20 filmes para entender o período da ditadura militar no Brasil. **Sindipetro Unificado**, 31 mar. 2023. Disponível em: <https://sindipetrosp.org.br/20-filmes-para-entender-a-ditadura/>. Acesso em: 15 maio 2024.

STIGGER, Helena. **A representação da ditadura militar nos filmes brasileiros longa-metragem de ficção**: de 1964 a 2010. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4480>. Acesso em: 28 jul. 2024.

SILVA, Cleonice Elias da. O cinema sobre a ditadura civil-militar no Brasil e o ensino de História. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH NACIONAL, 32., 2023. São Luís: **Anais...** São Luís: 2023. Disponível em: <https://www.snh2023.anpuh.org/anais/trabalhos/lista>. Acesso em: 17 jun. 2024.

AULAS DE HISTÓRIA NAS RUAS

caminhos sobre as memórias de 1964

Luciano Capistrano¹

Uma conversa inicial

O objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta de roteiro de aula de História nas ruas, considerando a rua como espaço não formal de ensino. Com o intuito de promover um diálogo entre a História, o Turismo Cultural, o Ensino de História, formulei um trajeto fundamentado nas diretrizes da Educação Patrimonial. A cidade é o cenário das memórias em ruas, praças, monumentos, linhas arquitetônicas, é nesses espaços que podemos perceber as diversas possibilidades de relacionar o espaço urbano com os temas da História e outras áreas do conhecimento. Uma ação em dois caminhos, as redes sociais e as ruas. Tudo isso permite desenvolver o Ensino de História na perspectiva da História Pública.

Nesse sentido, este artigo é resultado de minhas andanças entre os dois mundos, o das redes sociais e o das ruas e vielas da urbe, pois considero fundamental a ocupação do espaço público. Tenho me debruçado sobre o tema da História Pública e as redes sociais, o que me levou a elaborar um Projeto de intervenção pública no Campo da História. A partir do viés da Educação Patrimonial, criei o projeto intitulado Das ruas às redes: quinta da História. No decorrer deste capítulo, faço a costura dessa grande colcha de retalhos, as ruas e as redes sociais. O Patrimônio Cultural e os anos de chumbo: uma abordagem sobre o Golpe Civil-militar de 1964 é um exemplo de uma temática a ser explorada numa Aula de História nas ruas, como exemplificado acima.

¹ Mestre em Ensino de História pela UFRN e Professor da Rede Pública Estadual de Ensino, RN. Membro do IHGRN e idealizador do Projeto Das ruas às redes: quinta da História. É autor dos livros *1964: para não esquecer* e *O golpe militar no Rio Grande do Norte e os norte-rio-grandenses mortos e desaparecidos (1969-1973)*.

Uso as redes sociais e as ruas e praças como espaços de fazer História, ensino e pesquisa, sempre com a preocupação de divulgar a História. Nesta primeira seção, faço uma referência a alguns pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam o projeto Aula de História nas ruas, aqui apresentado como roteiro para uma Sequência Didática.

As possibilidades de abordar a História local no Ensino de História são múltiplas, mas é preciso estarmos atentos para enfatizar a História do Rio Grande do Norte, não priorizando a História considerada nacional, como acontece na maioria das aulas de História, que focam nos acontecimentos dos grandes centros urbanos, especialmente do eixo-sul-sudeste.

Conhecer a história da cidade é de algum modo desnaturalizar o espaço urbano, suas praças, ruas, esquinas, monumentos, é provocar estranhamentos, encontros e desencontros com um passado e suas continuidades no presente. Esse é o caminho a ser percorrido agora, nos parágrafos seguintes apresentarei o pavimento dessa estrada. Por enquanto, vamos abrindo veredas na perspectiva de apreender o espaço urbano, pisando o chão aberto por historiadoras e historiadores, pois:

[...] quando falamos em cidade nos vêm à mente outros elementos, como praças e esculturas públicas, cerimônias cívicas de comemoração da independência política do país (nosso “7 de setembro”), ou a fundação da cidade ou mesmo sua emancipação política do município. As cidades aparecem também em cartões postais e, hoje, frequentemente, nos sites da internet ou nas fotografias que tiramos na frente de alguma coisa que consideramos “mais bonita”, “mais interessante” e “mais importante” na cidade. Uma cidade está cheia de artefatos que são muito diversificados e estão relacionados à produção da memória coletiva. Muitos desses artefatos produzem ou são imagens, podendo essas ter tanto conteúdo laico (terreno) quanto religioso (sobrenatural). A escultura de um chefe político é laica, mas a de Nossa Senhora não é. No Brasil, [as imagens] servem para despertar a fé e produzir o sentimento de pertencimento [...]. Já os artefatos com imagens laicas estão, quase sempre, relacionados ao republicanismo e à produção de preceitos cívicos (Viana, 2012, p. 212-213).

Compreender as diversas narrativas sobre a cidade é fundamental, assim, a história local e a Educação Patrimonial são meios de Clío chegar ao fazer pedagógico, algo do tipo de aprendizagem histórica, pensar o ensino de história como ponto de alfabetização

do corpo discente na ciência histórica, fazer entender os processos de continuidades e rupturas. Nesse sentido, entendo ser fundamental, como nos ensina a professora Aryana Costa:

Saber estabelecer outros marcos temporais e múltiplas casualidades para o processo histórico ajuda os alunos a desnaturalizarem a narrativa histórica [...] um passo para entender que os dados com que lidamos são sempre dados interessados pois produzidos em um determinado tempo, por determinadas pessoas em determinados locais. [...] é a condição básica de produção do conhecimento histórico – o uso de fontes – e para o qual o trabalho com história local é uma grande oportunidade. O uso de fontes possibilita sua mobilização em várias escalas: pessoais, institucionais, orais, escritas, visuais. Possibilita o conhecimento do local dos alunos por meio da busca pelos espaços de memória, acervos, arquivos, monumentos, pessoas a serem entrevistadas. E propicia também o trabalho coletivo, a tomada de decisões, o desenvolvimento das habilidades de raciocínio e argumentação dos alunos (Costa, 2019, p. 135-136).

Antes de seguir nessa caminhada, considero necessário explicar por que as aulas de História aqui propostas ocupam as ruas e as redes sociais. Lembro da urgência de se combater as fake news para assegurar o acesso a informações provenientes de fontes seguras. Para tanto, recorro a Maynard (2011, p. 49-50):

A rede mundial de computadores se tornou um espaço importante para produção de suportes pedagógicos. Simultaneamente, a Web estabeleceu desafios aos historiadores, exigindo deles um olhar atento sobre o consumo realizado quando o assunto é preparar terrenos no ciberespaço para o cultivo da consciência histórica. E considerando a importância conferida à História, assim, como necessidade de justificar o injustificável, o longo caminho de “fabricação da desigualdade” trilhado por grupos que se consideram injustamente desalojados de suas posições privilegiadas e “naturais”, pareceu encurtar-se graças à exploração da Net.

Nessa perspectiva de diálogos sobre os usos dos espaços da urbe como lugar de ensino e aprendizagem, seguimos os caminhos de Clio e observamos os trilhos fincados na formulação de conceitos e políticas públicas referentes ao Patrimônio Cultural. Assim, façamos uma reflexão das escolhas do que elegemos como Patrimônio. A identidade

preservada é um dos campos de disputa, seja no espaço das redes sociais, seja nos espaços da urbe. Desse modo, o professor Almir de Oliveira nos deixa uma definição de rotas, a qual acompanhamos nessa jornada:

Nessas disputas, a comprovação do não privilégio do Estado como único definidor do que se deve ser preservado, do que deve ser protegido, é evidente. Se essa prática havia se configurado como hegemônica por mais de cinco décadas em nosso país, atualmente contribuem para os atos de salvaguarda vários outros atores, como os movimentos sociais que querem ver suas memórias, suas referências culturais eternizadas e, como isso, contribuir para outra visão da memória e da história nacional. Em contrapartida, a memória e a história oficial ampliam e democratizam o conceito de patrimônio (Oliveira, 2022, p. 45).

A construção das aulas de História nas ruas passa por essas questões das escolhas teóricas, fazem parte da pavimentação no lastro onde realizamos nosso fazer pedagógico. Pensar o Patrimônio Cultural como um lugar de disputa de narrativas, ao contrário de lugares sacralizados, a ideia é desnaturalizar o monumental e fazer desses espaços um palco das inquietações tão inerentes ao ofício do magistério. Nesse contexto, a Educação Patrimonial é um dos quesitos fundamentais na estratégia proposta neste artigo. Não esqueçamos da preservação do Patrimônio Cultural. Nessa multiplicidade que é o espaço urbano, um dos caminhos que percorro como professor de História, é o da Educação Patrimonial, pois esse viés do fazer pedagógico é uma ferramenta importante nas políticas preservacionistas.

A implantação de cursos de educação patrimonial, a organização de oficinas-escola e serviços em mutirão constituem ações de importância fundamental no processo de envolvimento da população. Esse esforço articulado com o estímulo à responsabilidade coletiva, contribuirá para consolidar políticas públicas de inclusão social, reabilitação e sustentabilidade do patrimônio em nosso país (Funari; Pelegrini, 2006, p. 55).

Na aula, apresentação a Educação Patrimonial como elemento fundamental para compreender e preservar a História, assim é possível atravessarmos os caminhos urbanos no encontro entre a

História e os significados do passado, tão presentes em nosso cotidiano e que muitas vezes passam despercebidos. Retorno a um conceito importante neste trabalho, pois compreendo, como o professor Almir Oliveira, que a Educação Patrimonial pode ser útil para o Ensino de História. Vejamos a reflexão de Oliveira (2019, p. 100):

A nosso ver, sim, principalmente pelo fato de esse caráter ter sua inteligibilidade e sua materialização no papel de documento histórico, documento como marcas deixadas pelo passado no nosso presente, que o patrimônio pode assumir, papel esse que pode ser explorado nas atividades, nas ações educativas realizadas por meio da prática da educação patrimonial, quando esse é usado para demonstrar as relações de permanências e mudanças ou de semelhanças e diferenças entre sociedades localizadas em tempos diversos/diferentes, bem como em múltiplos espaços, quanto à forma de pensar, de agir, de produção de uma saber, de construir, de habitar, de alimentar, de vestir, etc.

Concluída a apresentação do conceito de Patrimônio Histórico e sua importância para as aulas de História, indico um roteiro para a realização de aulas nas ruas e praças da cidade de Natal, especificamente no bairro da Cidade Alta, onde ocorreram acontecimentos da históricos relevantes para o estado do Rio Grande do Norte, as quais foram cenário das Aulas de História nas Ruas cuja temática foi Patrimônio Cultural e os anos de chumbo: uma abordagem sobre o Golpe Civil-militar de 1964.

Um passeio sobre memórias

No ano de 2017, o Brasil viveu dias de agitação política com o movimento contra o governo da Presidenta Dilma Rousseff, as fake news invadiram as redes sociais, o que contribuiu para criar um cenário de instabilidade da tão frágil democracia brasileira. Nesses dias conturbados, em uma das aulas de História nas ruas, vivi um momento de confronto direto com as tais fake news. Diante de estudantes do ensino médio, em uma dessas aulas, na Praça André de Albuquerque, no bairro da Cidade Alta, em Natal, fiz uma referência à administração do Prefeito Djalma Maranhão e fui interrompido por um professor. Este

disse para a turma que foi encontrado um arsenal em uma casa no bairro das Quintas que pertencia a Djalma Maranhão, isso nos anos de 1960, tentando justificar sua prisão nesse mesmo período.

Fiz uma intervenção contrária a essa informação totalmente baseada em fake news, uma vez que inexistem fontes que comprovem tal acusação. Diante de tal acontecimento, percebi a urgência de realizar aulas sobre os significados do Golpe Civil-militar de 1964 no Rio Grande do Norte. Foi daí que surgiu a ideia de incluir o tema do Golpe Civil-militar de 1964 no RN nessas aulas. O projeto ganhou um tema específico: “Os espaços urbanos no contexto do Golpe civil-militar de 1964”. Nessas aulas, apresentei a relação das ruas, praças, edificações e personagens que nelas viveram e acontecimentos que lá ocorreram com o tema proposto. Assim, realizei um passeio pelo cenário da urbe visando dialogar com o contexto histórico de 1964.

Diante dessa reflexão inicial, apresento o objetivo deste artigo: provocar inquietações ao demonstrar as possibilidades de desenvolver aulas de campo ou um roteiro de Turismo Cultural, na cidade de Natal com a temática do Golpe Civil-militar de 1964. Mais especificamente no bairro da Cidade Alta. Um roteiro que percorre diversos lugares significativos para os fatos decorrentes do fatídico abril de 1964. A Praça das Mães, a antiga Sede da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil, seção Rio Grande do Norte), Largo da Junqueira Aires, a sede da Prefeitura, a Pinacoteca do Estado/Palácio Felipe Camarão, antiga sede do governo estadual, a Praça Sete de Setembro, a Assembleia Legislativa, a Praça André de Albuquerque, o Memorial Câmara Cascudo, a Praça Padre João Maria, o Edifício 21 de Março, a Praça Presidente Kennedy, a Avenida Rio Branco, o prédio do antigo Cinema Rex, o Sebo Vermelho, a antiga Casa da Música, são alguns dos espaços visitados durante a aula. Ao longo do artigo, procurarei fazer um diálogo entre o Patrimônio Cultural os impactos das medidas dos governos dos generais presidentes na cidade de Natal.

Das inquietações de um historiador andarilho

A urbe não é um lugar da neutralidade. Sobre ela existem narrativas em permanente disputa. Preocupo-me, especificamente, com um

lugar da urbe: o centro histórico de Natal. Lá, encontramos nas praças públicas monumentos que expressam determinados valores da sociedade, dos seus grupos sociais, das demandas socioeconômicas e das forças sociais representadas ou silenciadas no espaço público. É nesse campo, digamos minado, no qual apontaremos os roteiros de uma aula temática sobre 1964, o ano do Golpe Civil-militar e suas marcas expressas em cada canto da cidade. Apresento a seguir alguns desses espaços.

A Praça Kennedy, construída na Rua João Pessoa, na Cidade Alta, no centro de Natal, foi inaugurada em 1º de maio de 1965, em homenagem ao ex-presidente norte-americano J. F. Kennedy. Essa praça é um caso exemplar da presença de um patrimônio laico erigido pelo poder público para que a população crie laços cívicos com ele e com tudo o que simboliza. Na base desse busto, foi reproduzida uma frase famosa de Kennedy: “Se uma sociedade livre não pode ajudar a seus muitos pobres, também não poderá salvar a seus poucos ricos”.

A praça e o busto foram erguidos por iniciativa de Aluizio Alves, então governador do Rio Grande do Norte e um dos primeiros governadores brasileiros a aderir ao programa do governo norte-americano “Aliança Para o Progresso”. Viviam-se, naquele momento, o primeiro ano de instauração do Golpe Civil-militar deflagrado em 1964. Esses são os entrelaços do cenário urbano com o período proposto para a aula de História nas ruas.

A praça, o busto e a frase do ex-presidente norte-americano possibilitam múltiplas narrativas sobre a História da cidade de Natal. Se imaginarmos o momento da inauguração desse patrimônio, provavelmente nos depararemos com narrativas que exaltavam a benevolência do ex-presidente e a sua preocupação com os países pobres. A Aliança para o Progresso é um marco dessa “benevolência”. Outra narrativa sobre esse patrimônio pode ser construída a partir do espaço de sociabilidade que o lugar representa. Ainda pode-se construir uma narrativa sobre a influência norte-americana na instauração e manutenção do regime de arbítrio.

Outras narrativas poderiam ser enumeradas e vislumbrar tanto as representações de situações vivenciadas no momento da construção do patrimônio, quanto em outros tempos. O importante dessa discussão é mostrar como o estudo de um patrimônio pode ser

importante para que um professor de História suscite inquietações que levem o aluno a compreender a História do lugar em que vive.

De acordo com Viana (2012, p. 221): “Uma cidade está cheia de artefatos que são muito diversificados e estão relacionados à produção da memória coletiva”. Um passado em permanente “confronto” com o tempo presente, assim é a cidade e seus monumentos. E, para além do monumental, é necessário pensar nos silêncios que encontramos na urbe. Quais grupos não estão representados nos espaços públicos? Esse é o mote das aulas de campo, que contemplam tanto o ordenamento urbano, incluindo-se ruas e becos, placas de ruas, casario, quanto relatos de memorialistas, textos de poetas e de ficcionistas. Esse conjunto de relações possibilita a construção de identidades para o cidadão.

Ao me reportar aos acontecimentos da década de 1960, o faço, de certo modo, movido pelos discursos, às vezes “ingênuos”, às vezes “convictos”, defendendo a “intervenção militar”, como forma de retirar o Brasil da crise política vivida nos tempos presentes. Ora, a historiografia, extensa, já comprovou o equívoco que foi a ação “dantesca” que levou ao Golpe Civil-militar de 1964, isso é um ponto passivo. Agora, se existe quem levante a bandeira da intervenção militar, cabe uma reflexão sobre os fatos passados. Assim, o cenário urbano é um convite para a realização das atividades de ensino nos lugares informais de aulas de História, como propõe o projeto discutido neste artigo.

Memórias silenciadas: o ponto de partida

Para iniciar esta seção, trago um questionamento: o que são as memórias silenciadas? Lembro a Galeria de Arte, construída durante a administração do Prefeito Djalma Maranhão, inaugurada em 3 de março de 1963, cuja “memória” foi silenciada. O prédio da Galeria de Arte, hoje existe apenas em antigas fotografias e nas memórias de quem lá esteve, seja para se deleitar com as obras em exposição, nas vernissages, nos saraus poéticos ou mesmo, quando o espaço era usado para outros fins, como foi o caso das campanhas de vacinação das famosas “pistolas imunizadas” contra a meningite. Silenciar a administração do Prefeito Djalma Maranhão, era este o objetivo daqueles que autorizaram a derrubada

desse símbolo de uma gestão marcada por ações de valorização da cultura. Perseguido político pelos governos dos generais militares do pós-1964, a imagem do ex-prefeito precisava ser apagada a todo custo.

A aula começa na Praça das Mães, localizada na Avenida Câmara Cascudo, ao lado da antiga sede da OAB, em frente ao famoso Relógio do Sesc e da antiga sede do Colégio Atheneu Norte-Riograndense. Um lugar de história, um Patrimônio Cultural. É com esses símbolos da cidade que tem início o roteiro de aula. Na calçada da Praça das Mães, faço uma referência especial a duas mulheres, Mércia Albuquerque Ferreira, advogada de presos políticos do Nordeste, e Mailde Pinto Galvão, perseguida pela polícia política do pós-1964, autora do livro de memórias 1964: *Aconteceu em abril*.

Nas páginas escritas por Mailde Pinto Galvão (2004, p. 27), uma sentença:

Logo nas primeiras horas da manhã do primeiro dia daquele abril, a tragédia da ditadura brasileira foi invadindo a vida dos habitantes da cidade de Natal. Era o amanhecer do dia primeiro de abril de 1964, as ruas foram tomadas pelos carros do exército, veículos blindados passeavam por cima das vias democráticas. Nas ondas das rádios chegavam notícias da capital do país, as tropas de Mourão deslocam-se em direção ao Rio de Janeiro, o golpe na Constituição estava sendo consumado.

Ainda na frente da OAB, apresentando o livro de Mailde Pinto Galvão aos presentes, lembro de Odete Maranhão, dentista, cujo consultório era vizinho à Casa da Estudante. Esposa de Luiz Maranhão Filho, dona Odete, sofreu a angústia de não saber o destino do seu esposo. Preso e torturado até a morte, Luiz Maranhão Filho, até o momento consta na lista dos desaparecidos políticos. Se nos primeiros movimentos dos generais golpistas, aliados a setores da sociedade civil, a OAB/RN apoiou o Golpe de 1964, nos anos seguintes com o endurecimento das medidas repressivas e das violações dos Direitos Humanos, a OAB/RN, entrou na mobilização por uma nova Constituição e pelo fim dos governos militares.

Lembrar o papel das instituições no apoio e na oposição aos governos dos generais presidentes, é imprescindível para compreender o que significou o Golpe Civil-militar e os vinte e um anos de Ditadura Militar no Brasil.

Ao caminhar nas ruas, a cada canto, em cada edificação, encontram-se memórias a serem reveladas. O prédio da Prefeitura de Natal, por exemplo, guarda em suas paredes lembranças da tarde do dia 2 de abril de 1964, quando se consolidou o Golpe no Brasil e quando, em Natal, o Prefeito Djalma Maranhão desce, preso, as escadarias do Palácio Felipe Camarão. Eis o relato do professor Moacyr de Góes em suas memórias da prisão:

Naquela tarde de 2 de abril, sem querer, vi a prisão do Prefeito Djalma Maranhão. Estava no departamento de Pessoal, onde fora apanhar uma guia para levar Moacyrzinho ao hospital (o menino caíra de uma árvore, nas suas costumeiras estripulias) e o zum-zum dos funcionários me chamou a atenção. Entre os soldados do Exército, Djalma Maranhão descia embarcado num Jeep militar. Gravado no Jeep o selo que indicava a doação do veículo ao Exército pela “Aliança para o Progresso”. Terrivelmente simbólico e revelador (Góes, 2004 p. 37).

Essa memória silenciada nos espaços públicos precisa ser revelada, assim, compreendo a função do historiador enquanto agente da História Pública, pois existe uma disputa de narrativas a ser enfrentada para além dos espaços virtuais. É no campo das ruas e praças onde se dá esse embate sobre as memórias. Ao me referir a essas construções, lembro do historiador Benedict Anderson e o que afirma sobre os caminhos sinuosos na formação da Memória Nacional:

[...] a biografia da nação agarra, à revelia dos índices de mortalidade, aqueles suicídios exemplares, os martírios dolorosos, os assassinatos, as execuções, as guerras e os holocaustos. Mas, para servir à finalidade narrativa, essas mortes violentas precisam ser lembradas/esquecidas como nossas “mortes” (Anderson, 2015, p. 280).

Assim, por exemplo, tanto o busto do Presidente Kennedy, ou, para falarmos de algo mais distante no tempo, a Coluna dos Mártires de 1817, são exemplos de memórias permitidas. E o que dizer da ausência da Galeria de Arte, uma memória silenciada? Esses monumentos, de algum modo, dialogam com o sentido das celebrações ocorridas ao longo do tempo. A memória não é algo neutro, faz parte dos interesses dos grupos sociais lembrar ou esquecer o passado. O roteiro de nossa aula segue adiante sem perder o tom do que nos move,

Numa perspectiva freiriana, talvez, o ensino de História do RN permita à escola debater as abordagens teóricas voltadas que coadunem com a nossa proposta de ensino de História. Não podemos, no magistério, ser indiferentes ao que acontece na comunidade, na cidade, na nação. O processo de ensino-aprendizagem é um movimento contínuo de compreensão do ser histórico, é o que busco como professor de História. A educação é, acima de tudo, um ato de respeito à humanidade. Vejamos o que diz Paulo Freire:

[...] Não importa em que sociedade estejamos, em que mundo nos encontremos, não é possível formar engenheiros ou pedreiros, físicos ou enfermeiras, dentistas ou torneiros, educadores ou mecânicos, agricultores ou filósofos, pecuaristas ou biólogos sem uma compreensão de nós mesmos enquanto seres históricos, políticos, sociais e culturais; sem uma compreensão de como a sociedade funciona. E isto o treinamento supostamente apenas técnico não dá (Freire, 2008. p. 134).

A escola, a rua, a praça são espaços públicos, formais ou não de ensino, e refletem um olhar privilegiado sobre as relações sociais. Nessa perspectiva, o desafio do professor de História é provocar os discentes na busca pelo conhecimento histórico. A cidade é uma grande sala de aula e possibilita esse encantamento que é o encontro com os saberes formais e informais. Diante das dificuldades vivenciadas nas práticas de ensino, o Campo da História do RN surge como uma possibilidade para o professor inovar em suas metodologias de ensino.

O roteiro

A elaboração de roteiros para o ensino de História do RN não é uma ação de mão única, o professor é o mediador da ação e assim deve ser entendido o seu mister nas atividades dialógicas entre docente e discente. Nosso papel não é impor visões de mundo, mas dialogar sobre esse mundo; o contrário disso é a pedagogia bancária, como nos ensina Paulo Freire. Aqui, apresento uma proposta de roteiro sobre os caminhos da Cidade de Natal, que será executado por meio de uma aula

de História nas ruas. Essa aula promove um diálogo entre o Patrimônio Cultural do bairro da Cidade Alta e o Golpe Civil-militar de 1964.

Sempre que caminho pelas ruas da urbe penso no emaranhado de teias que narram a memória dos lugares. Nesse sentido, a luta pela preservação histórica é a luta pela democratização da memória. Assim, ao caminhar por ruas, praças e becos da cidade, não podemos deixar de olhar atentamente para o passado através do retrovisor da história. “Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes dos grupos, dos indivíduos que dominam as sociedades históricas”, como afirma o historiador Le Goff. O historiador francês nos provoca a pensar o campo da memória como um lugar de disputa. Ter o monopólio da memória é exercer o domínio da sociedade.

No roteiro mencionado, seguimos o curso do tempo, visitando os lugares de memória onde foi tecida a história da cidade, até chegarmos ao tempo presente. Repletos de memórias, esses lugares da urbe são os pontos de parada do nosso roteiro, em cada deles um estabelecemos uma relação com do lugar com os acontecimentos relativos ao Golpe de 1964.

Para fundamentar nosso roteiro, utilizamos uma série de livros relacionados aos temas explorados na aula os quais trataram da memória de protagonistas dos acontecimentos ocorridos, do significado desses fatos históricos e de como esses espaços se constituíram como patrimônio da cidade de Natal, e ainda, o que significou esses espaços antes e depois do Golpe de 64. Ao apresentar essa literatura, pude mostrar que, se por um lado havia a memória de pessoas que apoiaram com o Golpe, por outro, continha as lembranças dos que resistiram e combateram o governo dos generais presidentes.

Entre os livros utilizados nas aulas de História nas ruas, podemos citar: *1964: aconteceu em abril*, obra escrita por Mailde Pinto Galvão, livro memória/denúncia dos primeiros momentos do Golpe Civil-militar em terras natalenses com as perseguições aos opositores, aos golpistas e, principalmente ao Prefeito Djalma Maranhão e os participantes de sua gestão; *Diários: 1973-1974 de Mércia Albuquerque Ferreira*, publicação organizada pelo Centro de Direitos Humanos e Memória Popular – CDHMP. Essa obra apresenta a força de uma mulher advogada que, na defesa dos perseguidos políticos, atuou durante os vinte e um anos de governo militar, especialmente na Região Nordeste; *Sem paisagem: memórias da prisão*,

livro do professor Moacyr de Góes, um relato dos dias de angústia na detenção do Quartel do Comando do Exército e testemunho contundente da prisão do Prefeito Djalma Maranhão; *Sem ódio e sem medo*, é o livro do governador à época do golpe, Aluizio Alves, no qual faz um balanço de sua administração e suas relações com o governo norte-americano.

Seguimos com mais algumas obras que fundamentaram nossas aulas de História nas ruas: *Luiz, o Santo Ateu*, é a contribuição da historiadora Heloneida Stuart sobre a biografia de Luiz Maranhão Filho, um dos desaparecidos políticos potiguares; *Recortes de Luiz Maranhão: a visão de mundo de um jornalista brasileiro nas páginas do Diário de Natal*, artigos escritos por Luiz Maranhão e organizados por Afonso Laurentino e Francisco Francerle, uma obra para se conhecer o intelectual além do político; *A escola que vivi: memórias de um educador*, escrito do professor João Faustino, tem relatos sobre os bastidores desses tenebrosos anos de chumbo; *Memórias de um médico do povo*, texto escrito pelo médico Vulpiano Cavalcanti, o qual apresenta descrições das torturas sofridas por esse médico do povo, como era conhecido; e, por fim, *Campo de Concentração no RN: torturas na Base Aérea de Natal: 1952/53*, edição da Potiguariana, um documento essencial para a compreensão do mecanismo de tortura em solo potiguar.

Nas páginas iniciais do livro *1964: aconteceu em abril*, nos deparamos com a apreensão vivenciada nos primeiros momentos da instalação do Golpe de 1964, especialmente na cidade de Natal:

Os jornais do dia divulgavam a gravidade da crise. O “Diário de Natal” noticiava a movimentação das tropas que se rebelaram no sul do país para deporem o presidente João Goulart e dava conta da situação local divulgando as seguintes manchetes e notícias: “IV EXÉRCITO DEFINIU-SE PELA DEMOCRACIA” e “EXÉRCITO OCUPOU SINDICATOS E REDE FERROVIÁRIA FEDERAL”. [...] NÃO PERMITIRÁ GREVES (Galvão, 2004, p. 35, 36).

Na Praça das Mães, ponto inicial de nossa aula, evocamos as vozes de mulheres, mães, filhas, que não tiveram o direito de enterrar dignamente seus entes queridos. São as marcas que expressam a dor de familiares de mortos e desaparecidos após um período marcado pela prática da tortura durante a Ditadura Civil-militar.

Além de Mailde Pinto Galvão, a advogada pernambucana Mércia Albuquerque Ferreira, é uma voz a denunciar o que foram os vinte e um anos dos governos dos generais presidentes:

Li com amargura a notícia do assassinato de José Silton Pinheiro, no jornal. Conheci Silton através de um amigo, um garotão alegre, muito terno, e como sou uma boa ouvinte, quando dei conta já era madrugada, e tinha dentro de mim toda a angústia daquele adolescente, órfão de mãe, abandonado pelo pai, extremamente solitário. [...] Um ano mais tarde me aparece em um processo do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário); consegui absolvê-lo. [...] defendi-o no processo 33/71, consegui absolvê-lo da segunda tentativa de condenação. Arrependi-me, pois se preso estivesse não teria morrido. Não era terrorista (Albuquerque, 2023, p. 25-26).

As lembranças de Mailde Pinto Galvão e Mércia Albuquerque são relatos importantes para esclarecer os acontecimentos silenciados desse período. Ao fazer essas referências em frente ao prédio da antiga sede da OAB, ladeado pela Praça das Mães e da Casa da Estudante, nos faz vermos a importância de pensarmos o espaço urbano e seus significados ao longo do tempo. São memórias que se misturam com as edificações e ganham sentido durante a aula ao darmos significados a esses espaços que se transformaram em patrimônio da cidade. Duas mulheres, duas histórias de vida que se entrelaçam pelos fatos por elas vivenciados/testemunhados e que ganham sentido nas aulas ao se constituírem como produção do conhecimento histórico.

Conheci a história de José Silton através das conversas com minha mãe, que vivenciou esse período e tinha contato com algumas vítimas da Ditadura e mencionava a história de um rapaz, jovem estudante desaparecido, referindo-se a ele. Nesse contexto, as pessoas que vivenciaram essa época, sempre alertavam sobre o perigo de seus filhos entrarem nas “coisas da política”, e com minha mãe não foi diferente. Essa visão revela o medo imposto pela Ditadura para desestimular a participação de jovens na política. Minha mãe também nos relatava da esposa de Luiz Maranhão Filho, dona Dária, sua dentista, que lhe atendia nas imediações da Praça das Mães. Como podemos observar, o depoimento de qualquer pessoa que vivenciou a época contribui para recompor o cenário dos acontecimentos.

Em seguida, fomos até a Praça Sete de Setembro, ladeada pelos Três Poderes, onde funcionam as sedes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. As linhas de uma arquitetura neoclássica ou representativas de uma mistura de elementos artísticos dizem muito mais do que da beleza de seus traços. O Palácio Felipe Camarão, sede da Prefeitura, o Palácio da Esperança, como foi nomeado na década de 1960, a antiga sede do governo estadual, e, o Palácio José Augusto, a Assembleia Legislativa, são testemunhas oculares dos fatos narrados durante a nossa aula. Desde a prisão do Prefeito Djalma Maranhão, a adesão do Governador Aluizio Alves ao governo golpista dos generais presidentes nas primeiras horas de abril, até a cassação do mandato parlamentar do Deputado Floriano Bezerra, numa assembleia vergonhosa.

O país vivia uma onda de mentiras e falsidades ideológicas. Eram as “cores de abril”.

Nos alicerces do Palácio dos Esportes Djalma Maranhão encontraram um brasão chinês. Assim, quando ocorresse a invasão chinesa, o pessoal da Prefeitura ia ficar por cima da carne seca. [...] Nos cofres da Prefeitura os “revolucionários” encontraram mais dinheiro do que esperavam. Deve ser dinheiro dos chineses, aliados de Djalma Maranhão (Góes, 2004, p. 48).

Na obra intitulada *Sem paisagem: memórias da prisão*, de Moacyr de Góes compartilha suas memórias dos tempos difíceis vividos durante os governos da repressão. Entre os diversos recortes possíveis, para serem usados em uma aula, mentiras e falsidade ideológica, e nos provoca a pensar sobre as falsas narrativas espalhadas na cidade contra o Prefeito Djalma Maranhão.

O governador Aluizio Alves foi um dos primeiros líderes do Nordeste a aderir ao Programa Norte-americano Aliança Para o Progresso. Ao passar nos arredores do antigo Palácio da Esperança, fiz referência a esse fato, pois trata-se de um acontecimento histórico importante para compreender o apoio de Aluizio Alves ao Golpe de 1964. O próprio governador corrobora tal afirmação ao relatar seu apoio ao que definiu como “Revolução de 31 de março”:

Devemos repetir o que em outra oportunidade dissemos: à Revolução de 31 de março não demos uma contribuição efetiva no processo que afinal a desencadeou, mas vimos contribuindo desde a primeira hora do nosso governo, acordando na alma, e pelo voto, numa luta de quatro anos, os anseios de que ela se fez intérprete pela força decisiva e o programa que se propõe a realizar. Por isso mesmo, nem por um minuto admitimos, entre o acervo de intrigas e ambições desencadeadas, que a Revolução viesse a servir, no mais monstruoso paradoxo, exatamente aqueles que, pela sua ação político-administrativa, comprovada em erros e crimes contra o patrimônio público e o pudor das instituições, haviam, no plano estadual, criado as condições morais que exigiam dos soldados brasileiros o gesto de sair dos quartéis para as ruas, e mudando homens e técnica de Governo, não temeram o julgamento da história (Alves, 1969, p. 267-268).

Ao passar pela Praça Padre João Maria, destaquei o Edifício 21 de Março, onde funcionou a Associação dos Anistiados Políticos do Rio Grande do Norte e, depois, o Centro de Direitos Humanos e Memória Popular. Lugar de muitas memórias, esse edifício foi cenário das iniciativas de preservação da memória política dos potiguares perseguidos pelos governos do período ditatorial. Entre os presidentes da Associação do Anistiados, destaca-se o ex-presos político Mery Medeiros, que lutou em defesa da reparação política dos norte-rio-grandenses.

Destaquei nas aulas as memórias de um passado que podem revelar continuidades e rupturas a cada lugar visitado, seja diante da Assembleia Legislativa, seja diante da movimentada Avenida Rio Branco, espaços onde ocorreram os acontecimentos aqui narrados. Um desses espaços foi mencionado pelo médico Vulpiano Cavalcanti, relata sua prisão, que ocorreu quando se encontrava em seu consultório:

Eu estava no meu consultório, situado na Av. Rio Branco, em cima da Casa de Comércio J. Olímpio, mais ou menos em frente ao antigo Cinema Rex, quando o quarteirão foi cercado por soldados da Base Aérea. Estava examinando um cliente quando a porta se abriu e fui arrancado da banqueta de exames pelo major Roberto Hipólito da Costa, já falecido, com a pince de curativos na mão. A mulher deixou o consultório aos gritos e assombrada com o que acabava de assistir (Cavalcanti, 2022, p. 34-35).

Das redes sociais às ruas, da sala de aula às ruas, essa é a inquietação que me move nas curvas sinuosas da História Pública. Este artigo é, na verdade, um convite para ocuparmos as ruas e fazermos o diálogo necessário para tecer narrativas que desconstruam, fundamentados na ciência, as notícias falsas espalhadas para interromper o processo democrático, como ocorreu em abril de 1964. Enfim, as aulas de História nas ruas, visitando o patrimônio cultural da cidade de Natal, se constituem em um momento que revela fatos importantes na História do Rio Grande do Norte, que devem ser narrados para que não se repita o fatídico abril de 1964.

Referências

ALVES, Aluizio. **Sem ódio e sem medo**. Rio de Janeiro: Nosso Tempo, 1969. p. 267-268.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 280.

CAVALCANTI, Vulpiano. **Memórias de um médico do povo**: Vulpiano Cavalcanti. Natal: Potiguariana, 2022. p. 34-35.

COSTA, Aryana. História local *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV, 2019. p. 135-136.

FERREIRA, Mércia Albuquerque. Diários: 1973-1974: Mércia Albuquerque Ferreira. Natal: Offset; Potiguarina, 2023. p. 25-26.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 134.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, C. A. Sandra. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 55. (Ciências Sociais passo a passo, 66).

GALVÃO, Mailde Pinto. **1964**: aconteceu em abril. Natal: EDUFRN, 2004. p. 27, 35-36.

GÓES, Moacyr de. **Sem paisagem**: memórias da prisão. Natal: Sebo Vermelho, 2004. p. 37, 48.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p.

MAYNARD, Dilton Candido Santos. **Escritos sobre história e internet**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011. p. 49-50.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **O patrimônio cultural e os livros didáticos de história**. Curitiba: Appris, 2022. p. 45.

OLIVEIRA, Almir. Educação patrimonial. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (org.). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV, 2019. p. 100.

VIANA, Hélder Nascimento. Cidades, artefatos e memória pública. *In*: VIANA, Hélder Nascimento; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da; ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. **Cidade e diversidade: itinerários para a produção de materiais didáticos em História**. Natal: EDUFRN, 2012. p. 212-213. Disponível em: <https://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/cidade%20e%20diversidade%2C%20itiner%C3%A1rios%20para%20a%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20materiais%20em%20hist%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2024.

ANEXOS

RELAÇÃO DE VÍTIMAS DA DITADURA MILITAR NO RN

MORTO NO EXÍLIO

Djalma Maranhão (Natal, RN) Prefeito de Natal, cassado, preso e exilado. Morreu exilado no Uruguai.

RELAÇÃO DE MORTOS E DESAPARECIDOS DO RN

1. Anatólia de Souza Melo Alves (Frutuoso Gomes, RN)
2. Edson Neves Quaresma (Apodi/Itaú, RN)
3. Emmanuel Bezerra dos Santos (São Bento do Norte/Caiçara do Norte, RN)
4. Gerardo Magela Fernandes Torres da Costa (Caicó, RN)
5. Hiran de Lima Pereira (Caicó, RN)
6. José Silton Pinheiro (São José do Mipibu, RN)
7. Lígia Maria Salgado Nóbrega (Natal, RN)
8. Luiz Ignácio Maranhão Filho (Natal, RN)
9. Virgílio Gomes da Silva (São Tomé, RN)
10. Zoé Lucas de Brito Filho (São João do Sabugi, RN)

RELAÇÃO DE DOCENTES PRESOS – 1964

(Fonte: CVUFRN, 2015)

1. Luiz Ignácio Maranhão Filho (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal)
2. Margarida de Jesus Cortez da Silva (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal)
3. Moacyr de Góes (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal)
4. Aldo da Fonseca Tinoco (Faculdade de Odontologia e Escola Agrícola de Jundiá – UFRN)
5. Juarez Pascoal de Azevedo (Escola de Engenharia da UFRN)

EXPULSÃO PELO DECRETO 477 (Fonte: CVUFRN, 2015)

1. Rinaldo Claudino de Barros (Faculdade de Sociologia e Política da Fundação José Augusto)

PROFESSORES CASSADOS PELO AI-5 – 1968

(Fonte: CVUFRN, 2015)

1. José Cortez Pereira de Araújo (Faculdade de Direito – Reintegrado ao Departamento de Direito Público)
2. Ney Lopes de Souza (Faculdade de Direito – Reintegrado ao Departamento de Direito Público)

PROFESSORES COMPELIDOS A REQUERER EXONERAÇÃO (Fonte: CVUFRN, 2015)

1. Maria Julieta Calazans (Escola de Serviço Social – Reintegrada ao Departamento de Serviço Social/CCSA)
2. Vanilda Pereira Paiva (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal, Faculdade de Educação da UFRN e Psicotécnica do Serviço de Psicologia Aplicada da UFRN – Reintegrada ao SEPA e ao Departamento de Educação/CCSA)

PROFESSORES E ALUNOS PRETERIDOS NA CONTRATAÇÃO (Fonte: CVUFRN, 2015)

1. José Arruda Fialho (Departamento de Medicina Clínica – Faculdade de Medicina)
2. José Fernandes Machado (Departamento de Prática Jurídica da Faculdade de Direito – Reintegrado ao Departamento de Direito Privado/CCSA)
3. Juliano Homem de Siqueira (Monitoria no Departamento de Estudos Sociais/CCHLA)
4. Rinaldo Claudino de Barros (Bolsista de Pós-graduação/Unicamp) – Departamento de Ciências Sociais

VÍTIMAS DE TORTURA/TRATAMENTO DEGRADANTE (Fonte: CVUFRN, 2015)

1. Berenice de Medeiros Freitas (Faculdade de Direito)
2. Danilo Lopes Bessa (Faculdade de Direito)
3. Eurico Farias Reis (Faculdade de Direito)
4. Emmanuel Bezerra dos Santos (Faculdade de Sociologia e Política)
5. Gileno Guanabara de Sousa (Faculdade de Direito)
6. José Arruda Fialho (Faculdade de Medicina)
7. José Silton Pinheiro (Faculdade de Educação)
8. Juliano Homem de Siqueira (Faculdade de Direito)
9. Laura Freire de Melo (Faculdade de Direito)
10. Professor Luiz Ignácio Maranhão Filho (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal/RN)
11. Maria Laly Carneiro (Faculdade de Medicina)
12. Nei Leandro de Castro (Faculdade de Direito)
13. Rinaldo Claudino de Barros (Faculdade de Sociologia e Política)

PROFESSORES EXONERADOS (Fonte: CVUFRN, 2015)

1. Antonio Alfredo Santiago Nunes (Departamento de Estudos Sociais. Reintegrado ao Departamento de Ciências Sociais – CCHLA)
2. Jorge Batista Filho (Departamento de Comunicação Social – CCHLA. Direitos funcionais restabelecidos *post mortem*)
3. Lailson de Almeida (Departamento de Estudos Sociais. Reintegrado ao Departamento de Ciências Sociais – CCHLA)
4. Luiz Ignácio Maranhão Filho (Faculdade de Filosofia, Ciências e Artes de Natal. Desaparecido político)
5. Margarida de Jesus Cortez (Faculdade de Filosofia, Ciências e Artes de Natal. Reintegrada ao Departamento de Educação – CCSA)
6. Moacyr de Góes (Faculdade de Filosofia, Ciências e Artes de Natal. Reintegrado ao Departamento de Educação – CCSA)
7. Romildo Fernandes Gurgel (Faculdade de Direito. Reintegrado ao Departamento de Direito Público – CCSA)

RESTRIÇÕES DURANTE A CONTRATAÇÃO

(Fonte: CVUFRN,2015)

1. Djalma Freire Borges (Departamento de Ciências Administrativas)
2. Arnon Alberto Mascarenhas de Andrade (Departamento de Estudos Sociais)
3. Denise de Filippes Oliveira Afonso (Departamento de Letras da Faculdade de Educação)
4. Eider Toscano de Moura (Faculdade de Educação)
5. Geraldo dos Santos Queiroz (Faculdade de Educação)
6. Hélio Scatena Júnior (Departamento de Química/CCEN)
7. Hermano Machado Ferreira de Lima (Faculdade de Educação)
8. José Antônio Spineli Lindozo (Departamento de Estudos Sociais – CCHLA)
9. Mário Koechi Takeya (Departamento de Física Teórica e Experimental – CCE)
10. Caso do professor Otto de Brito Guerra (Faculdade de Direito)
11. Caso do professor Mário Moacyr Porto (Faculdade de Direito)
12. Caso do professor Josemá de Azevedo (Escola de Engenharia)

GENERAL DE BRIGADA HILDEBRANDO DE ASSIS
DUQUE ESTRADA E O PEDIDO DE INDICIAMENTO
(26/02/1969) POR INFRAÇÃO AO DECRETO-LEI
Nº 214 (LEI DE SEGURANÇA NACIONAL)

1. Ivaldo Caetano Monteiro (Direito)
2. Jaime Ariston de Araújo Sobrinho (Sociologia)
3. Gileno Guanabara de Sousa (Direito e Sociologia)
4. Emmanuel Bezerra dos Santos (Sociologia)
5. José Rocha Filho (Engenharia)
6. José Gersino Saraiva (Medina)
7. José Bezerra Marinho Junior (Direito)
8. João Maria Ruivo (Medicina)
9. Juliano Homem de Siqueira (Direito)
10. Francisco Orniundo Fernandes (Medicina)
11. Hermano Paiva de Oliveira (Medicina)
12. Nuremberg Borja de Brito (Engenharia)
13. Dermi Azevedo (Serviço Social)
14. Iaperi Soares de Araújo (Medicina)
15. Laerte Gurgel Rosado (Medicina)
16. François Silvestre de Alencar (Direito)

CONDENADOS COM BASE NA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL (DECRETO-LEI Nº 314 /1967) POR SENTENÇA DO CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA DO EXÉRCITO DA 7ª REGIÃO (26/06/1969). (Fonte: CVUFRN, 2015)

Sentença subscrita pelo Major Eros Jovino Marques, presidente; Antônio de Carlos de Seixas Teles, Auditor; Capitão Gay Cardoso Galvão, Juiz; Capitão Everaldo Ribeiro da Costa, Juiz e pelo Capitão Francisco Antônio Pereira Dias, juiz. Sendo as vítimas, os seguintes estudantes:

1. Ivaldo Caetano Monteiro (Direito)
2. Gileno Guanabara de Sousa (Direito)
3. Emmanuel Bezerra dos Santos (Sociologia)
4. José Bezerra Marinho Junior (Direito)
5. Juliano Homem de Siqueira (Direito)
6. Dermi de Azevedo (Serviço Social)
7. Sesildo Fernandes Câmara de Oliveira (Estudante Secundarista)
8. Jaime Ariston de Araújo Sobrinho (Sociologia)

ESTUDANTES ABSOLVIDOS DAS ACUSAÇÕES POR UNANIMIDADE (Fonte: CVUFRN, 2015)

1. Francisco Orniudo Fernandes (Medicina)
2. Iaperi Soares de Araújo (Medicina)
3. José Maria Ruivo (Medicina)
4. José Gercino Saraiva (Medicina)
5. José Rocha Filho (Engenharia)
6. Nuremberg Borja de Brito (Engenharia)
7. Carlos Alberto Vila (Secundarista)
8. Francisco Flaviano Pamplona (Secundarista)
9. Jaime Fernandes de Medeiros Filho (Secundarista)
10. João Bosco Araújo Teixeira (Secundarista)
11. João Gualberto de Aguiar (Secundarista)

ESTUDANTES PRESOS (1964-1986)

1. Berenice de Medeiros Freitas (Direito)
2. Danilo Lopes Bessa (Direito)
3. Dermi de Azevedo (Serviço Social)
4. Emmanuel Bezerra dos Santos (Sociologia)
5. Eurico Farias Reis (Direito)
6. Evelim Medeiros (Direito)
7. Francisco Floripe Ginani (Medicina)
8. François Silvestre de Alencar (Direito)
9. Geniberto Paiva Campos (Medicina)
10. Gileno Guanabara de Sousa (Direito)
11. Iaperi Soares de Araújo (Medicina)
12. Ivaldo Caetano Monteiro (Direito)
13. Ivo Ferreira dos Santos (Direito)
14. Jaime Ariston de Araújo Sobrinho (Sociologia)
15. José Arruda Fialho (Medicina)
16. José Bezerra Marinho Junior (Direito)
17. José Fernandes Machado (Direito)
18. José Gercino Saraiva Maia (Medicina)
19. Josemá de Azevedo (Engenharia)

20. José Ribamar de Aguiar (Direito)
21. José Rocha Filho (Engenharia)
22. José Silton Pinheiro (Educação)
23. Juliano Homem de Siqueira (Direito)
24. Marcos José de Castro Guerra (Direito)
25. Maria Laly Carneiro (Medicina)
26. Nei Leandro de Castro (Direito)
27. Nathánias Von Shosten Junior (Direito)
28. Nuremberg Borja de Brito (Engenharia)
29. Pedro Neves Cavalcanti (Direito)
30. Rinaldo Claudino de Barros (Sociologia)
31. Tereza de Brito Braga (Direito)
32. Caso da aluna Maria da Conceição Fraga (Química)
33. Caso do aluno Antenor Roberto Soares de Medeiros (Direito)

O CASO GLÊNIO FERNANDES DE SÁ

Glênio Fernandes de Sá (Caraúbas, RN) foi preso político, torturado, participou da Guerrilha do Araguaia e morreu em 1990, em acidente automobilístico, cuja versão é contestada pelos familiares. (Fonte: Documentário Não foi acidente, mataram meu pai, 2022, Janá Sá e Gilson Sá).

QUADRO RESUMO DE QUANTITATIVO DE VÍTIMAS DA DITADURA MILITAR NA UFRN

QUANTIDADE DE VÍTIMAS DA DITADURA MILITAR/RN	OCORRÊNCIA
1 PROFESSOR	DESAPARECIDO POLÍTICO. LEI Nº 9140/1995
2 ESTUDANTES	ASSASSINADOS
10 ESTUDANTES	SOFRERAM REPRESSÃO OFICIAL, MAS NÃO FORAM PRESOS
1 ESTUDANTE	EXPULSO PELO DECRETO 477
13 MEMBROS DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA	SOFRERAM TORTURA OU TRATAMENTO DEGRADANTE
25 PROFESSORES E 2 ESTUDANTES	SOFRERAM EXPURGO IDEOLÓGICO
5 PROFESSORES E 33 ESTUDANTES	FORAM PRESOS
259 MEMBROS DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA	FORAM MAPEADOS PELOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO

Fonte: CVUFRN (2015).

PELA RETIRADA DOS TÍTULOS OUTORGADOS A MILITARES E COLABORADORES DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

À Magnífica Reitora
Ângela Maria Paiva Cruz,

Sirvo-me do presente documento para cientificar Vossa Magnificência da proposta de retirada dos Títulos outorgados, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a militares e colaboradores do Regime Militar brasileiro (1964-1985).

Estamos nos aproximando do fim das atividades da Comissão da Verdade da UFRN, bem como da Comissão Nacional, da qual estamos a subsidiar seus trabalhos, e nesse penúltimo e último ano de atividades, percebemos que a nossa instituição, a cidade e o país mudaram. Uma série de gestos simbólicos marcaram a anulação de atos editados pelo Governo Militar, atos esses de restrição a direitos constitucionalmente garantidos, de censuramento e cassação de mandatos instituídos democraticamente.

Classifico-os como gestos de coragem e sobretudo de reconstituição histórica, através da reparação pública da imagem dos atingidos pelo Regime, através do expurgo de toda e qualquer injustiça e resqúcio do período ditatorial.

A cidade do Natal revolucionou com a anulação do Ato de Cassação/Impeachment do então prefeito Djalma Maranhão pela Câmara Municipal de Natal. Em âmbito nacional, a Presidente da República Dilma Rousseff participou de Sessão Solene de devolução simbólica do mandato presidencial a João Goulart, além de sua participação no ritual de despoja dos restos mortais do então presidente, rito concedido aos Chefes da nação, mas por circunstâncias políticas da época não o foi concedido. Eis as palavras da Sra. Dilma Rousseff: “Essa

cerimônia que o Estado brasileiro promove hoje com a memória de João Goulart é uma afirmação da nossa democracia. Uma democracia que se consolida com este gesto histórico”.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte não pode perder o “bonde da história”. É sabido que a instituição sofreu com a repressão que se instalou permanentemente nas salas de aula, corredores e setores da Administração, através do controle ideológico promovido pela extinta Assessoria de Segurança e Informações e seus colaboradores. A UFRN precisa fazer uma análise e passar a limpo o seu passado. Reafirmar sua filiação com a democracia.

E, pelo exposto, é que se fundamenta a presente proposta de retirada, pelo Conselho Universitário, de toda e qualquer honraria concedida a militares e civis que, de alguma forma, contribuíram para o surgimento e manutenção de um regime que calou, censurou, perseguiu, torturou e matou aqueles simplesmente divergiam de suas bases ideológicas.

Espero prosseguimento da presente proposta, bem como manifestação da Magnífica Reitora.

Segue abaixo a lista de condecorações:

1. Título de Doutor Honoris Causa ao **Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco** - Presidente da República. Ata CONSUNI 2a extra -18/04/66 - fl s 109v.
2. Título de Doutor Honoris Causa a **Flávio Suplicy de Lacerda** – Ministro da Educação no governo Castelo Branco. Resolução CONSUNI nº 041/1966.
3. Título de Doutor Honoris Causa a **Raymundo Moniz de Aragão** – Ministro da Educação no governo Castelo Branco. Resolução CONSUNI nº 100/1968.
4. Diploma de Doutor Honoris Causa a **Tarso Dutra** – Revisor do Ato Institucional nº 5. Resolução CONSUNI nº 005/1969.

5. Medalha de Mérito Universitário ao **Senador Jarbas Passarinho** – Ministro da Educação. Proposta do Reitor Onofre Lopes. Resolução CONSUNI nº 054/1970.
6. Medalha de Mérito Universitário no grau de Grande Conselheiro ao **Senador Tarso Dutra**. Resolução CONSUNI nº 018/1971.
7. Título de Doutor Honoris Causa ao **Senador Jarbas Passarinho**. Resolução CONSUNI nº 012/1971.
8. Medalha de Mérito Universitário no grau de Grande Conselheiro ao **Senador Jarbas Passarinho**. Proposta do Reitor Onofre Lopes. Resolução CONSUNI nº 007/1971.
9. Medalha de Mérito Universitário no grau de Grande Conselheiro ao **General de Brigada Carlos de Meira Mattos** – Vice-chefe do Gabinete Militar do Governo Castelo Branco - Proposto pelo Reitor Genário Fonseca. Resolução CONSUNI nº 052/ 1971.
10. Título de Doutor Honoris Causa ao **General Emílio Garrastazu Médici** – Presidente da República. Proposta do Reitor Genário Fonseca. Resolução CONSUNI nº 047/1971.
11. Medalha de Mérito Universitário ao **Contra-Almirante Osório de Abreu Pereira Pinto**. Proposta do Conselheiro José Nunes Cabral de Carvalho. 1972.
12. Medalha de Mérito Universitário no grau de **Grande conselheiro ao Coronel Confúcio Pamplona**. Secretário Geral do Ministério de Educação. 1972.
13. Medalha de Mérito Universitário ao **Contra-Almirante Newton Braga de Faria**. Comandante da Base Naval de Natal. Resolução CONSUNI nº 24/1973.

14. Título Doutor Honoris Causa ao **Coronel Confúcio Pamplona**. Proposto pelo Reitor Genário Fonseca, Leide Moraes, Domingos Gomes de Lima e Hélio Varela de Albuquerque. 1973.
15. Título de Doutor Honoris Causa ao **Senador João Calmon**. Resolução CONSUNI nº 002/1973.
16. Medalha de Mérito Universitário no grau de Grande conselheiro ao **Coronel Júlio Ribeiro Gontijo** - Secretário de Apoio do MEC. Proposto por Genário Fonseca, Leide Moraes, Domingos Gomes de Lima e Zacheu Luiz Santos. 1973.
17. Elege o **General Emílio Garrastazu Médici** como orador da turma única de formandos – Presidente da República. Resolução CONSUNI nº 86/1973.
18. Medalha de Amigo da UFRN ao **Capitão Dr. Kerginaldo Gomes Trigueira**, Oficial do Exército. Proposta do Diretor do Museu Câmara Cascudo. 1974.
19. Medalha de Mérito Universitário ao **Brigadeiro Everaldo Breves**. Comandante do CATRE. Proposta do Reitor Genário Fonseca. 1974.
20. Elege como paraninfo da Solenidade Única de Colação de Grau o **Senador Ney Aminthas de Barros Braga**. Ministro da Educação do governo Geisel. Resolução CONSUNI nº 077/1974.
21. Medalha de Mérito Universitário no grau de Grande Conselheiro ao **Senador Ney Aminthas de Barros Braga**. Resolução CONSUNI nº 075/1974.
22. Medalha de Mérito Universitário, no grau de Grande Conselheiro ao **Dr. Raimundo de Moura Brito**. Ministro da Saúde do governo Castelo Branco. Resolução CONSUNI nº 048/1975.

23. Diploma de Amigo da UFRN ao **Coronel Edgar Ferreira Maranhão**. Proposta do Reitor Domingos Gomes de Lima. 1976.
24. Medalha de Mérito Universitário, no grau de Grande Conselheiro, ao **Professor Euro Brandão**. Ministro da Educação no governo Figueiredo. Resolução CONSUNI nº 016/1976.
25. Título de Doutor Honoris Causa ao **Senador Ney Braga**. Ministro de Estado de Educação e Cultura. Resolução CONSUNI nº 038/1977.
26. Medalha de Mérito Universitário no grau de Grande Conselheiro ao **Dr. Paulo de Almeida Machado**. Ministro da Saúde. Resolução CONSUNI nº 029/1977.
27. Título de Doutor Honoris Causa ao **Ministro José Américo de Almeida**. Resolução CONSUNI nº 034/1978.
28. Medalha de Amigo da Universidade ao Excelentíssimo Senhor **Vice-Almirante Arthur Ricart da Costa**. Resolução CONSUNI nº 015/1978.
29. Medalha de Amigo da UFRN ao **General de Brigada Waldyr Pereira da Rocha**. Proposta do Reitor Domingos Gomes de Lima. 1979
30. Medalha de Amigo da UFRN ao **Brigadeiro Luiz Portilho Antony**. Proposta do Reitor Domingos Gomes de Lima. 1979
31. Medalha de Amigo da UFRN ao **Contra-Almirante Milton Ribeiro de Carvalho**. Proposta do Reitor Domingos Gomes de Lima. 1979.
32. Título de Doutor Honoris Causa ao **Jornalista Roberto Marinho**. Dono da TV Globo e apoiador declarado do Golpe Militar de 1964. Resolução CONSUNI nº 060/1981.
33. Medalha de Mérito Universitário no Grau de Oficial ao **Coronel José Estevam Mosca**. Resolução CONSUNI nº 55/1982.

34. Título de Doutor Honoris Causa a **Rubem Carlos Ludwig**. Ministro da Educação. Resolução CONSUNI nº 018/1982.
35. Medalha de Mérito Funcional ao **Major Cleantho Homem de Siqueira**. Resolução CONSUNI nº 16/1977.

Reitero os elevados protestos de estima e consideração.

Juan de Assis Almeida

Aluno do Curso de Direito

Representante do DCE na Comissão da Verdade

**ANTEPROJETO DO CAPITULO
"RECOMENDAÇÕES FINAIS"
DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO
DA COMISSÃO DA VERDADE
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO NORTE**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO REITOR
COMISSÃO DA VERDADE

JUAN DE ASSIS ALMEIDA

ANTEPROJETO DO CAPÍTULO "RECOMENDAÇÕES FINAIS" DO RELATÓRIO
CIRCUNSTÂNCIADO DA COMISSÃO DA VERDADE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

NATAL/RN
2014

UFRRN - Gabinete do Reitor
Recebido em 15.10.2014
[Assinatura]

O ESCLARECIMENTO DE GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS EM ÂMBITO DA UFRN PELA COMISSÃO DA VERDADE

A Comissão da Verdade, criada no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela Portaria nº. 1.809/12-R, de 31 de outubro de 2012, tem a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas, na UFRN, em face de seus três segmentos – docentes, discentes e servidores técnicos, compreendendo o período de 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e colaborar com a Comissão Nacional da Verdade da Casa Civil da Presidência da República, criada pela Lei Federal nº. 12.528, de 18 de novembro de 2011.

A Comissão da Verdade da UFRN, composta por sete membros, foi instalada pela Magnífica Reitora, Ângela Maria Paiva Cruz, em 18 de dezembro de 2012. Para tanto, o trabalho se baseou na pesquisa qualitativa, do tipo exploratória e os dados foram estruturados por meio do levantamento bibliográfico (documentos textuais e audiovisuais), análise documental e entrevistas (depoimentos gravados em áudio e vídeo).

O conjunto de recomendações direcionadas à CNV se constitui em observância a Lei federal nº. 12.528, de 18 de dezembro de 2011, que dispõe, dentre outros pontos, sobre os objetivos do colegiado referenciado. Nesse sentido, propõem-se a esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos; promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua memória, ainda que ocorridos no exterior; identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos e, por fim, recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional, através da proposição de mudanças legislativas e de instituições.

Nesse sentido, segue as recomendações finais da Comissão da UFRN, a serem endereçadas a duas instâncias: CNV e Reitoria da UFRN.

À COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

1. Esclarecer as circunstâncias de prisão e morte dos seguintes membros da comunidade acadêmica da UFRN: **Emmanuel Bezerra dos Santos** nas dependências do Exército em São Paulo (Estudante da Faculdade de Sociologia e Política da Fundação José Augusto); **José Sílton Pinheiro** (Estudante da Faculdade de Educação da UFRN) e **Luiz Ignácio Maranhão Filho** (Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e

Letras de Natal – Agregada à UFRN) torturado nas dependências do DOI-CODI II Exército e tendo seu cadáver sido destruído em Usina. (Relatório Preliminar da Comissão Nacional da Verdade – Centros clandestinos de tortura, 2º Parte).

2. Esclarecer os episódios de tortura e identificar os nomes e atividades funcionais dos militares responsáveis pela tortura e tratamento vexatório aos seguintes sujeitos: Luiz Maranhão Filho (Regimento de Obuses – Natal/RN), Vulpiano Cavalcanti, Eurico Farias Reis, Moisés Grilo, Waldier Gomes, José Arruda Filho, Geniberto Paiva Campos, Maria Laly Carneiro e Tereza de Brito Braga (16º Regimento de Infantaria). Suposto envolvimento (autoria) do capitão Ênio de Albuquerque Lacerda (16º RI) e do Capitão Torquato (RO).

Na obra da escritora Máilde Pinto Galvão (2004, p. 80), Paulo Frassinetti, ex-presos político, relata as torturas físicas impostas ao Professor Luiz Ignácio Maranhão Filho, no Regimento de Obuses, Natal/RN: “Paulo nunca esqueceu as marcas de óleo na parede da cela, com a forma das mãos de Luis, ali deixadas no ato de se angustiar, quando voltava das sessões de tortura, onde era pendurado pelos pés e mergulhado num tonel contendo água e óleo”.

Quanto às torturas ocorridas no 16º RI há ainda na referida obra de Máilde Galvão:

O capitão Lacerda levou o preso Valtier e deu início a mais uma sessão de tortura. Valtier gritou muito. Moisés Grilo gritou mais. Eurico Reis apelou por nossa salvação e gritos mais alto que pôde. Naturalmente, os gritos foram ouvidos por todo o quartel. Daquela dia em diante acabaram-se as torturas no 16º RI. Poucos meses depois, com o fim das investigações, o temido Capitão Ênio Lacerda foi transferido de Natal” (GALVÃO, 2004, p. 85).

3. Identificar o oficial responsável pela simulação de execução da acadêmica Maria Laly Carneiro, da Faculdade de Medicina da UFRN, ocorrida no interior do 16º Regimento de Infantaria em Natal/RN. Informando os oficiais de dia e o suposto envolvimento do capitão Ênio de Albuquerque Lacerda. Conforme entrevista dada pela médica referida ao programa Memória Viva da TV Universitária:

[...] mais ou menos de duas ou três horas da manhã, eu suponho, chegaram os soldados, disseram pra me levantar, eu estava sentada e me levantei, me levaram pra um pé da morte, com os soldados atrás de mim, com uma pessoa do meu lado, como que parecia ser o que comandava [Máilde Pinto “devia ser Lacerda” não sei, devia ser um torturador [Marcos Guerra “Lacerda não ia comandar um exército], me botaram assim e ficaram em

frente, lá chegou outro jipe, falou com aquele que parecia ser o comandante, de eu ordens aos outros e voltaram, eu voltei pra minha cela, e depois me colocaram em outra cela, onde eu fiquei todo o resto da prisão. (39'30" a 40' 20").

4. Esclarecer e investigar os indícios de violações de Direitos Humanos praticados na 2ª Companhia de Guardas do Recife/PE pelo Coronel Hélio Ibiapina Lima, conforme noticiada durante o depoimento de Marcos José de Castro Guerra e no Livro "Aconteceu em Abril" da escritora Mailde Pinto Galvão.
5. Esclarecer os episódios de tortura vivenciados pelo acadêmico Nel Leandro de Castan no Quartel da Polícia Militar em Natal, perpetrados pelo Capitão José Domingos da Silva, pelo que se lê no Livro "Aconteceu em Abril" da escritora Mailde Pinto Galvão.
6. Esclarecer os episódios de tortura vivenciados pelo acadêmico Danilo Lopes Bessa na Delegacia de Ordem Político Social de São Paulo, pelo que se lê no Livro "Aconteceu em Abril" da escritora Mailde Pinto Galvão.
7. Esclarecer as responsabilidades dos senhores Genário Alves Fonseca (Sargento da Aeronáutica); Carlos Alberto Bravo da Câmara; Honório Ferraz Koeller (Coronel da Aeronáutica e comandante da Base Aérea de Natal), Ivon Machado Pereira (Capitão da aeronáutica); Ivo Borges (Brigadeiro comandante da 2.a Zona Aérea); João Lopes de Araújo (Investigador); José Correia Pinto (Tenente da aeronáutica); José de Souza Lima Duboc (Tenente da aeronáutica); José Kaufman (Tenente da aeronáutica); José Matias (Soldado da aeronáutica); Luiz Lins Marinho (Sargento da Aeronáutica); Manoel Antônio Gomes Correia (Sargento da Aeronáutica); Nero Moura (Brigadeiro Ministro da Aeronáutica conivente); Nelson Dias de Souza Mendes (Major da Aeronáutica); Reinaldo (Brigadeiro Comandante da 2.a Zona Aérea) Roberto Hipólito da Costa (Major da aeronáutica, Subcomandante da Base Aérea de Natal), conforme informações constante em depoimentos perante esta Comissão da Verdade e no site: dhnet.org.br, em anexo, sobre torturas ocorridas em 1952-53 na Base Aérea de Natal.
8. Esclarecer as circunstâncias de prisão e morte do potiguar Zé Lucas de Brito, objeto de divergência da *causa mortis* oficial, conforme declarado no depoimento do seu irmão, o Prof. João Batista de Brito, conforme transcrição do depoimento prestado em audiência pública da Comissão da Verdade da UFRN em Ceará-RN (Anexo).

9. Apurar suposto crime de desobediência e as responsabilidades do General Antônio Carlos Muricy, Comandante do 4º Exército, (GALVÃO, 2004, p. 183-186) em não cumprir *Habeas Corpus* emitido pelo Superior Tribunal Militar em favor do prof. Aldo Tinoco, no momento que era levado do 16º RI à ilha de Fernando de Noronha.
10. Apurar as responsabilidades do Coronel Alcântara nos episódios de tortura vivenciados por Rinaldo Claudino de Barros na Operação Bandeirantes. Bem como apurar as responsabilidades do militar referenciado nos episódios de tortura vivenciados por Roberto Butua no DOPS-PE, conforme relatos do Prof. Lailson de Almeida e Rinaldo Claudino de Barros à CV-UFRN, em anexo.
11. Apurar as responsabilidades de José Silvestre de Alencar (Delegado do DOPS/PE); Coronel Carlos Alberto Bravo Câmara; Armando Samil e Carlos Brito nos episódios de tortura ocorridas no Cinema Recife e Secretária de Segurança Pública de Pernambuco contra o jornalista Luciano de Almeida. E as denúncias de tortura comandada pelo Coronel Darcy Vilock, informações ofertadas ao depoimento de Lailson de Almeida à CV-UFRN e no programa Memória Viva da TV Universitária de Luciano de Almeida, em anexos.
12. Apurar os relatos de torturas vivenciadas por Juliana Homem de Siqueira e Gileno Guanabara de Souza nas dependências do DOI-CODI em Recife/PE, noticiados nos respectivos depoimentos dos nominados perante a CV-UFRN.
13. Aprofundar as pesquisas e diligências para localização do acervo documental da extinta Assessoria de Segurança e Informações da UFRN, notificando as autoridades militares de Natal, notadamente os Comandantes do 16º Batalhão de Infantaria "Itapiru"; 7ª Brigada de Infantaria Motorizada; 21º Batalhão de Engenharia de Caçadores e o Comando Regional do Nordeste – Exército Brasileiro para responderem sobre a divergência entre o que foi afirmado pelos antigos servidores do órgão e os comandantes sobre a destinação da documentação. Conforme relatório preliminar em anexo.
14. Apurar a suposta prática dos crimes previstos no art. 305 do Código Penal, relativo à destruição, supressão e ocultação, de documento público e do art. 62, caput e inciso II da Lei Federal n. 9.505, de 12 de fevereiro de 1998 e art. 49 caput e inciso II do

Decreto Federal n. 3.179, de 21 de setembro de 1999 relativos à destruição, inutilização ou deterioração de arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, empreendida pelo Coronel da reserva José Renato Leite, no que toca a destinação do acervo documental da extinta Assessoria de Segurança e Informações da UFRN, tendo em vista os termos do depoimento do militar referido e sua responsabilidade coligida pela servidora aposentada Aracy Honem de Siqueira Freitas Vilela Cid, conforme relatório preliminar em anexo.

15. Sugerir à Presidência da República a proposição de projeto de Lei Orgânica das Universidades Públicas Federais, que regulamente a autonomia universitária, direito fundamental outorgado às instituições de ensino superior, conforme preconizado no art. 207, caput da Constituição Federal de 1988. A pertinência temática reside no fato deste direito, apesar de ter sido consagrado historicamente nas últimas constituições brasileiras e constituir a própria natureza acadêmica e científica das instituições federais, era objeto de constante violação e desrespeito pelos organismos militares de Natal e no Brasil em geral, no que toca a liberdade didático-científica violada pelas constantes restrições ideológicas na contratação do pessoal docente; na investigação científica com apreensão de livros, de dissertações, de correspondências universitárias e na infiltração militar nas salas de aula.
16. Oitiva do ex-membro da Subcomissão Geral de Investigações no Rio Grande do Norte e procurador federal aposentado da UFRN Ivan Benigno, para esclarecimentos quanto a denúncias de desvio funcional e colaboração na perpetração de violações de direitos humanos aos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, conforme depoimento do Prof. Iaperi Soares de Araújo, do Engenheiro Josémi de Azevedo e as informações constante no Livro de Mailde Pinto Galvão. Pelas informações constantes no Departamento de Pessoal da UFRN, neste período, Ivan Benigno foi servidor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte lotado, inicialmente, na Faculdade de Medicina desde 1962. Considerando os termos do Processo nº. 2777/64 e a Portaria nº. 38 – Reitor Onofre Lopes, de 28 de Abril de 1964, foi posto à disposição da Secretária de Segurança Pública do RN, “para prestar serviços junto à Comissão Especial de Investigações, que apurou atos de corrupção e subversão no Estado”. Disposição renovada pela Portaria nº. 71 – R, de 03 de Junho de 1964 e Processo nº. 3877/64

"enquanto perdurar a necessidade de sua cooperação à Comissão Especial de Inquérito da referida secretaria". Ainda tocante ao ano de 1964, consta o Ofício do Delegado de Polícia Especial, datado de 31.07.1964 e publicada no Boletim de Pessoal nº 03, pág. 13, ano 1964, agradecendo a valiosa colaboração prestada a Comissão de Inquérito. Documentos constantes no acervo documental da Comissão da Verdade da UFRN na pasta 'ASI' subpasta 'Servidores'. Origem: Departamento de Administração de Pessoal – Pró Reitoria de Gestão de Pessoas da UFRN.

17. Apurar as responsabilidades do Capitão Haroldo Hostalício Lismar sobre os fatos ocorridos no dia 01 de janeiro de 1969, nas dependências do 16º Regimento de Infantaria em Natal/RN, relativos a sessão de tortura psicológica com ameaças de prisão, propostas indecorosas, palavrões e injúrias atentatórias a pessoa da então acadêmica da 4ª série de Direito da UFRN, Laura Freire de Melo, em razão de suspeitas de sua ligação com o Partido Comunista (PCB), em sede de interrogatório. Conforme noticiado na obra de Gileno Guesbára de Souza (1988, p. 161-162).

À REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

1. Utilização do prédio histórico onde funcionou a Faculdade de Direito da UFRN, no bairro da Ribeira, para abrigar de material documental, audiovisual sobre o período da Ditadura Civil Militar e o material produzido pela Comissão da Verdade da UFRN, na criação de um Memorial da Resistência Universitária.
2. Fazer o reconhecimento simbólico e público da perseguição político- ideológica praticada contra membros da UFRN, pela divulgação de comunicado à Sociedade Potiguar, através da mídia interna e externa, em que se peça perdão público aos que foram atingidos por medidas autoritárias e antidemocráticas na Universidade.
3. Construir e inaugurar um espaço com obra ou painel artístico que se referencie os reflexos do regime de exceção nas atividades acadêmicas e administrativas, mediante abertura de Concurso Público destinado aos artistas plásticos da própria universidade. Além da aposição de Placa Simbólica em que se referenciem, através de uma lista, todos os membros da UFRN que sofreram graves violações de direitos humanos

durante o período estabelecido no art. 8º, caput do Ato das disposições Constitucionais transitórias da Carta Federal de 1988.

4. Recomendar que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte tratalhe a concessão de títulos honoríficos outorgados a sujeitos que perpetraram, direta ou indiretamente, graves violações de direitos humanos.
5. Providenciar um acondicionamento ideal ao acervo de documentos do Arquivo Geral da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, notadamente os que dizem respeito a memória institucional, resvalado na parte que toca as antigas Faculdades, Escolas e Institutos.
6. Homenagear os professores, servidores técnico-administrativos e alunos assassinados, exilados, torturados e punidos pelo regime disciplinar de 1964, outorgando-lhes títulos honoríficos *post mortem*, diplomas de conclusão do ensino superior, colocação dos seus nomes em alamedas, ruas, praças, prédios, salas de aula e espaços da administração universitária, em cerimônia oficial.
7. Apurar o desvirtuamento das atribuições funcionais do ex-reitor Onofre Lopes da Silva no episódio relatado pelo Prof. Aldo Tinoco relativa a presença de militares na sede da Reitoria para prisão do referenciado e nas atividades colaboracionistas de perseguição de cunho político e ideológico no movimento da ocupação do Restaurante Universitário.
8. Fixação de responsabilidade do ex-reitor Onofre Lopes, pela criação da Comissão de Investigação da UFRN, que tomou por base o Ato Institucional nº. 1 e pretendeu investigar atividades de cunho "subversivo" na UFRN. Criação pelas portarias nº. 57, de 04 de maio de 1964; nº. 65 -R, de 29 de maio de 1964 e nº. 70 - R, de 03 de junho de 1964.
9. Recomendar que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte revogue todas as Resoluções autoritárias emanadas do Conselho Universitário, que tenha por objeto o tolhimento das liberdades constitucionais de manifestação e pensamento, e liberdades didático-científica, patrimonial, financeira e administrativa. Notadamente a Resolução nº. 37/1964, de 10 de abril de 1964 que fixava regras para funcionamento do Restaurante Universitário (RU) e Residências, e autorizava o uso do espaço pelo DCE,

João Paulo

poém conforme acrescentava o Art. 1º, XII e XIV¹, proibiu, expressamente, a realização de reuniões de caráter político, ideológico ou assembléias. Bem como a Resolução nº. 02-II, de 19 de fevereiro de 1965, que também fazia a mesma proibição e a Resolução nº. 54/1964^[14], - 06 de agosto de 1964, hipotecou solidariedade ao Ministro da Educação e Cultura, que havia declarado a extinção da União Nacional dos Estudantes - UNE

10. Universidade faça uma moção de repúdio direcionado ao Exército Brasileiro pelas prisões ocorridas em ambiente universitário, conforme registro em depoimentos prestados a esta Comissão da Verdade e ao programa Memória Viva, notadamente para prender os alunos Geniberto Paiva Campos, José Arruda Fialho, Maria Laly Cameiro, Josemá de Azevedo e o Professor Juarez Piscal de Azevedo (Escola de Engenharia), revelado na convivência dos ex-diretores das respectivas unidades universitárias: Prof. João da Costa Machado (Medicina) e Prof. José Henriques Bittencourt (Engenharia).
11. Universidade faça uma moção de repúdio direcionado ao Exército Brasileiro pela interferência do Comando Militar em Natal no episódio de cassação dos mandatos dos diretores dos Diretórios acadêmicos e DCE emanada do Ofício nº. 132/ASS² do **Comandante da Guarnição Militar de Natal General Omar Chaves em 13 de abril de 1964**, revelada na conveniência do ex-reitor Onofre Lopes.
12. Universidade faça uma moção de repúdio ao Exército Brasileiro pela invasão ao prédio-sede do Restaurante Universitário e do Diretório Central dos Estudantes,

Art. 1º: XII - a fim de não perturbar, nem prejudicar as finalidades específicas do Restaurante Universitário, nem o sossego dos universitários residentes, **serão proibidas reuniões de caráter político ou ideológico, ou assembléias;**

XIV - **em resolução em contrário, o DCE poderá ter reuniões, para seu expediente e reuniões de diretório o Restaurante Universitário.**

Documento anexado ao processo nº 2445364 - Reitoria da UFRN, fl. 61-62, constante no acervo documental da Comissão da Verdade da UFRN na pasta "ENTIDADES DE REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL". Origem: Arquivo Geral da UFRN.

comandada pela Major Estevão Mosca, no dia 01 de abril de 1964, revelada na convivência do ex-reitor Onofre Lopes.

13. Universidade reconheça e peça perdão público no DCE-UFRN pela intromissão arbitrária nas eleições para composição dos membros do Diretório Central dos Estudantes da UFRN, especificamente no pleito de 1978, através de veto emanado do então Reitor Domingos Gomes de Lima, para posse do aluno Sérgio de Oliveira Dieb, para o cargo de presidente da entidade, apesar de ter sido escolhido em pleito indireto.
14. Sugerir treinamento, aperfeiçoamento e mudança da lógica e relação setor de segurança-comunidade universitária, no que toca a política repressiva da Guarda Patrimonial da UFRN e das empresas de vigilância privadas, como *muito operante* cívico de resquícios autoritários e truculentos, tendo em vista que desde o surgimento do setor de Segurança, na época objeto de estudo desta Comissão, os vigilantes da instituição eram selecionados e treinados por contingente militar de Natal e servidores dos órgãos de informações da Ditadura Militar e os episódios de ação violenta serem registrados até os dias atuais.
15. Aposição de Placa simbólica no local onde funcionou a extinta Assessoria Especial de Segurança e Informações da UFRN, na Biblioteca Central Zila Mamede, com indicação das atividades de tolhimento institucional.
16. Que a Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte incentive e publique produções sobre o período da Ditadura Civil Militar, especificamente sobre a realidade e reflexos do regime discricionário no Estado do RN, na cidade de Natal e na Universidade, além de incentivar publicações sobre a memória institucional da UFRN.
17. Criação de bases/grupos de pesquisa ou estrutura congênere para continuação e realização de novas pesquisas sobre a Ditadura Militar brasileira e seus reflexos na Universidade, com a disposição de recursos, abertura de editais de ações acadêmicas associadas em que se estimule a pesquisa, extensão e produção científica na vertente da Memória e Verdade histórica do povo brasileiro.
18. Recomendações em processos individualizados originários na Comissão da Verdade da UFRN;

PROCESSO nº. 23077.049876/2013-99

Interessados:

ALBERTO LIMA LEITE
COMISSÃO DA VERDADE DA UFRN

Tipo do Processo: APURAÇÃO

Assunto Detalhado: APURAR POSSÍVEL DISCRIMINAÇÃO IDEOLÓGICA E RESTRIÇÃO AOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS.

Relator: MOISÉS ALVES DE SOUZA

SÍNTESE:

O ex-servidor Alberto Lima Leite endereçou petição à Comissão da Verdade da UFRN na qual alegou discriminação ideológica como motivação para não concessão de benefício de equiparação salarial ao nível superior. Afirmou que o processo nº. 1.837/1981 foi extraviado da mesa de despachos do então Reitor Diógenes da Cunha Lima. Disse ainda ter recebido da referida autoridade universitária aconselhamentos para saída da instituição e ter sofrido discriminações de outros servidores públicos em razão de sua postura política ideológica, porquanto entendimento divergente da ordem ditatorial ora em curso.

CONCLUSÃO:

Pelo que foi possível constatar dos depoimentos tomados, não houve nenhuma discriminação quanto a questões ideológicas, levando a crer que ocorreu um lamentável descompasso na tramitação do processo e, em razão disso, não foi concluído o pleito do interessado. Também não foi encontrada nenhuma prova material das razões da perda do seu processo nem de ação de inadimplência do MEX a respeito da reclamação feita, senão pelas referências testemunhais. O Reitor Diógenes da Cunha Lima, ouvido em termo de declarações, disse desconhecer o fato em que foi acusado de haver tratado o interessado com descaso, ficando a palavra contra a palavra de cada um, pois os demais ouvidos não confirmam o alegado. Poderia ter ocorrido uma irregularidade simplesmente administrativa, passível de reparação em instância superior administrativa ou pela via judicial.

VOTO

Após a análise detida do processo e à vista do que foi apurado na instrução, não temos dúvida de que o interessado ALBERTO LIMA LEITE foi injustificado em não receber o mesmo tratamento dado a outro servidor na mesma situação – Márcio Roberto Guedes Vianna, que passou a exercer a função de Técnico de Administração, cujos vencimentos em 15/7/81 eram os mesmos dos seus colegas que foram beneficiados como “Economistas”, tendo esse mesmo cargo recebido mais adiante a nomenclatura de Código LT-NS-923, pelo que concluímos por invocar o princípio da isonomia de que ceida a Constituição Federal, em seu artigo 5º, incisos I, XIV e XXXIII.

Em assim sendo, votamos no sentido de que o seu caso seja objeto de RECOMENDAÇÃO para ser REEXAMINADO em instância administrativa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, uma vez que se conhece o número do processo de Equiparação salarial e promoção de Alberto Leite e José Gurgel que teve o nº 18237/1981 e que resultou extraviado. Natal, 06 de setembro de 2013.

Processo nº 23077.010959/2014-79

Interessados:

MANOEL MEIRELES AMORIM BATISTA

COMISSÃO DA VERDADE DA UFRN

Tipo do Processo: APURAÇÃO

Assunto Detalhado: APURAÇÃO DE DIREITO A PENSÃO – RECUPERAR INFORMAÇÕES DO DESFECHO DO PROCESSO DE PENSÃO DO INTERESSADO, INCLUSIVE SE HOUVE ENCAMINHAMENTO AO INPS (HOJE INSS) PARA FIXAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.

Relator: CARLOS ROBERTO DE MIRANDA GOMES

SÍNTESE:

Trata o presente processo de requerimento apresentado pelo Senhor Manoel Meireles Amorim Batista para verificar o desfecho do pleito seu, através do seu tutor Derval Gonçalves de Amorim, deferido na UFRN, que lhe concedeu pensão especial, com base na Lei de Anistia, enquanto permanecesse menor de idade (nasceu em 08/12/1978), em razão de seu pai Jorge Batista Filho haver obtido, post mortem, o restabelecimento dos direitos funcionais na condição de Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, após rescisão contratual motivada por intromissão da Assessoria de Segurança e Informações da UFRN, em razão da situação da política do referido docente.

CONCLUSÃO:

Não nos cabe aqui discutir a questão jurídica da concessão ou da prescrição, mas sim a obrigação da UFRN em dar conta do desfecho do processo dentro do seu espaço funcional e provar o encaminhamento ao INPS para então ser possível a perquirição do direito pela via possível.

VOTO

Após a análise detida do processo e à vista do que foi apurado na instrução, não temos dúvida de que o interessado MANOEL MEIRELES AMORIM BATISTA tem o direito de pleitear esclarecimentos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte a respeito do desfecho do processo nº. 23077.002044/88-46 – UFRN, que lhe concedeu o direito ao recebimento de pensão face o falecimento do seu pai Jorge Batista Filho, Professor da UFRN, reintegrado e com todos os direitos restabelecidos reparando ao de intolerância decorrente do seu engajamento no movimento político contra a ditadura e que faleceu tragicamente e simplesmente não considerado tal tragédia para efeitos funcionais.

Em assim sendo, votamos no sentido de que seu caso seja objeto de RECOMENDAÇÃO para, no prazo de trinta dias, face a exiguidade do tempo de funcionamento desta Comissão e a proximidade do prazo prescricional ser REEXAMINADO em instância administrativa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e, na hipótese de não localização de qualquer indicio do quanto solicitado, providencie diligência junto ao INSS para a localização do processo possivelmente a ele encaminhado, a fim de fixação de responsabilidades, dando-lhe, assim, o rumo que for necessário para o desfecho do processo, hoje arquivado, por entender ser de direito e de justiça. Natal, 21 de fevereiro de 2014.

PROCESSO Nº 23077.017008/2014-21

Interessados:

RINALDO CLAUDINO DE BARROS

COMISSÃO DA VERDADE DA UFRN

Tipo do Processo: APURAÇÃO

Assunto Detalhado: APURAR POSSÍVEL PRETERIMENTO À CONTRATAÇÃO NO CARGO DE PROFESSOR POR PERSEGUIÇÃO POLÍTICA E IDEOLÓGICA

Relatora: MARIA ÂNGELA FERREIRA

SÍNTESE:

O presente processo decorreu de depoimento prestado à Comissão da Verdade da UFRN na sua reunião do dia 15 de março de 2013, na qual o Professor Rinaldo Claudino de Barros teceu comentários sobre uma situação inusitada com ele ocorrida, quando indicado para fazer curso de pós-graduação no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP, de Campinas, Estado de São Paulo, juntamente com outros colegas. afirmou que o envio de docentes para cursar mestrado e a posterior contratação pela Universidade fazia parte da política acadêmica de fomento à qualificação docente e que no retorno do referido curso todos os professores eram contratados, sob termo de compromisso emitido pela própria instituição. Entretanto não foi contratado, diferentemente do que aconteceu com os demais. afirmou ainda que, a época, soube que o seu aproveitamento foi contra indicado pela então Assessoria de Segurança e Informações da UFRN, em razão de sua postura política e ideológica e seu envolvimento em movimentos de contestação ao governo militar.

CONCLUSÃO:

Pelo que foi possível constatar dos depoimentos tomados e documentação recolhida nos arquivos localizados na UFRN e em outras fontes, o Professor Rinaldo Claudino de Barros foi enquadrado em vários inquéritos, processado e condenado sob a alegação de subversão, pelo que não resta qualquer dúvida de que as restrições que ocorriam em relação ao mesmo tinham cunho eminentemente ideológico, podendo ser colocado entre os envolvidos em processos que ensejam o enquadramento na Lei de Anistia, com as consequências legais.

VOTO

Após a análise detida do processo e à vista do que foi apurado na instrução, não temos dúvida de que o interessado RINALDO CLAUDINO DE BARROS foi prejudicado em não ter sido contratado para o cargo de Professor da UFRN, para o qual foi autorizado a realizar curso de pós-graduação na UNICAMP – Campinas, Estado de São Paulo, apesar de haver requerido tal providência e o seu processo ter misteriosamente “desaparecido”, sem qualquer explicação nem apuração oficial. Ademais disso, está sobejamente provado que o interessado foi vítima de violação dos seus direitos humanos, tanto física, quanto materialmente, não sendo atendido em seus pleitos referidos no Relatório, o que lhe confere o direito de enquadramento como vítima do Estado, especificamente da UFRN e passível de receber reparação de acordo com a Lei de Anistia.

Em assim sendo, votamos no sentido de que o seu caso seja objeto de RECOMENDAÇÃO para ser REEXAMINADO em instância administrativa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para que, simbolicamente, seja reconhecido que o Professor Rinaldo Claudino de Barros foi Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, porquanto deveria ter sido contratado como tal, da mesma forma como ocorreu com os seus colegas de pós-graduação, restaurando-se, dessa forma, a sua história acadêmica, postergada por um ato



arbitrário, publicando-se oficialmente em Boletim Administrativo, para os fins e efeitos de direito. É o meu voto. Natal, 21 de março de 2014.

PROCESSO 23077.034801/2014-94

Interessados:

JULIANO HOMEM DE SIQUEIRA

COMISSÃO DA VERDADE DA UFRN

Tipo do Processo: APURAÇÃO

Assunto Detalhado: APURAR DENÚNCIA DE FRAUDE EM CONCURSO DE MONITORIA (POSSÍVEL MUDANÇA DO RESULTADO DO CERTAME POR AÇÃO DA EXTINTA ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES - UFRN)

Relator: JUAN DE ASSIS ALMEIDA

SÍNTESE:

Trata o presente feito de denúncia formulada pelo Professor JULIANO HOMEM DE SIQUEIRA, Intido no Departamento de Direito Público, na oportunidade em que prestou depoimento à Comissão da Verdade da UFRN, na reunião ordinária do dia 22 de fevereiro de 2013. Alegou que, na época de graduando do Curso de Direito da UFRN, participou de concurso para monitor da disciplina de "Ciência Política", em 1976, do Departamento de Estudos Sociais – CCHLA, e apesar de ter obtido aprovação, com nota máxima, em todas as fases desse certame, foi preterido na ocupação da vaga objeto da disputa, sob indicativo de intromissão da extinta Assessoria de Segurança e Informações da UFRN, tudo na conformidade do quanto transcreto do seu depoimento, que faz parte deste processo, posteriormente renovado, em aparte, na sessão ordinária de 05 de Julho de 2013.

CONCLUSÃO:

Em sede de conclusão e pelo que foi possível constatar dos depoimentos inaudos e documentação recolhida nos arquivos localizados na UFRN e em outras fontes, o Professor Juliano Siqueira foi efetivamente preterido por opinativo da ASI, certamente pelos fatos do seu enquadramento em vários inquéritos, processado e condenado como incurso na Lei de Segurança Nacional, bem como pela intensa participação em movimentos que divergiam das bases ideológicas do regime militar, pelo que não resta qualquer dúvida de que as restrições que ocorriam em relação ao mesmo tinham cunho eminentemente ideológico, podendo ser colocado entre os envolvidos em processos que ensejaram o enquadramento na Lei de Anistia e na Lei nº 10.559/2002 – Lei do Anistiado Político, com as suas consequências legais.

VOTO

CONSIDERANDO que após a análise detida do processo e à vista do que foi apurado na instrução, não temos dúvida de que o interessado JULIANO HOMEM DE SIQUEIRA foi prejudicado em não ter sido contratado para o cargo de Monitor da disciplina Ciência Política, para a qual logrou as melhores notas, sob a absurda alegação de "não haver comparecido às provas", mesma atitude clara e típica de perseguição política em razão de sua postura ideológica, contando com opinião desfavorável da ASI, através do seu Chefe Adriel Lopes Cardoso, consoante prova documental e testemunhal coligida na instrução do processo;

CONSIDERANDO a missão da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em identificar e esclarecer violações de direitos humanos ocorridas

no interior da UFRN durante a ditadura militar e recomendar propostas de reparação aos atingidos pela repressão em suas dependências, como preconiza a Lei Federal nº. 12.528/2012 e a Portaria nº 1.809/12 – Reitoria;

CONSIDERANDO o Art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o Art. 10º da Lei Federal nº 10.559/2002 dispor sobre a competência exclusiva do Ministério da Justiça, para expedição da Declaração de Anistiado Político e efetivar os demais direitos dela decorrentes;

CONSIDERANDO que a reparação econômica só poderá ser concedida mediante portaria do Ministro de Estado da Justiça, após parecer favorável da Comissão de Anistia, comendo à conta do Tesouro Nacional, conforme o Art. 3º, caput e §§1º e 2º da Lei do Anistiado Político;

CONSIDERANDO a possibilidade da Universidade reconhecer, oficialmente, o fato deletério e sua motivação política, como ação reparatória legalmente permitida,

VOTAMOS no sentido da RECOMENDAÇÃO para o caso do interessado ser objeto de REEXAME em instância administrativa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e que seja reconhecida, por Ato da Reitoria, a ocorrência da preterição à contratação do então discente JULIANO HOMEM DE SIQUEIRA, como monitor da disciplina de 'Ciência Política', por móvel exclusivamente político e repressivo da ASL-UFRN, corroborado nas hipóteses do Art. 2º, VII e XVII da Lei Federal nº. 10.559/2002, pelo prazo que deveria ter durado a contratação, para fins e efeitos de direito, devendo essa decisão ser motada em sua Ficha Funcional de docente, e constar do relatório final desta Comissão, para ampla divulgação à sociedade. Natal, 27 de junho de 2014.

Processo nº 23077.044181/2014-00

Interessados:

LUIZA MARIA NÓBREGA

COMISSÃO DA VERDADE DA UFRN

Tipo do processo: SOLICITAÇÃO

Assunto Detalhado: SOLICITA, EM VIRTUDE DE VIOLAÇÃO DOS SEUS DIREITOS, QUANDO ESTUDANTE, NO PERÍODO DO GOVERNO MILITAR, COMPENSAÇÃO PELA UFRN PARA OBTER PROGRESSÃO DA CATEGORIA DE PROFESSOR ADJUNTO III PARA ASSOCIADO IV

Relator: CARLOS ROBERTO DE MIRANDA GOMES

SÍNTESE:

O caso sob exame cuida de pleito formulado pela Professora Adjunta III LUIZA MARIA NÓBREGA, do quadro desta UFRN, lotada no Departamento de Artes, por haver sofrido repressão do Governo Militar quando estudante do Curso de Sociologia e Política, prejudicando a sua trajetória profissional e argumentando questão de justiça, pleiteia uma promoção funcional da categoria de Professor Adjunto III para Associado IV.

CONCLUSÃO:

Pela análise dos autos encontramos provas suficientes de que a postulante foi vítima da repressão pelo Governo Militar e de forma indevida, levando-se em conta o seu enquadramento na Lei de Anistia, que lhe concedeu indenização, consoante rebita a referida interessada na oportunidade em que prestou depoimento na sessão desta Comissão realizada no dia 29 de novembro de 2013, como comprovam a transcrição de sua entrevista e o ato da referida reunião, bem como quando mencionou o trabalho O

destino interrompido – memorial de uma fuga, com o que obteve a condição de anistiado político e indenização pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Informa-se que há registro de ter sido indiciada em Inquérito Administrativo na Fundação José Augusto, em 1970, perante a Diretoria da Faculdade de Sociologia e Política, com enquadramento no Decreto-Lei 477/69, supostamente por "agitação em sala de aula", juntamente com Alfredo Santiago, Jonaldo Carvalho e Francisco Dagmar Fernandes, mas que foram todos absolvidos pelo Ministério da Educação.

VOTO

Após a análise detida do processo e à vista do que foi apurado na instrução, não temos dúvida de que a interessada LUIZA MARIA NOBREGA foi vítima de atos repressivos que violaram os seus direitos humanos, causando-lhe traumas psicológicos e obrigando-a a mudar o rumo da sua vida. No entanto, ao tempo em que tais fatos aconteceram, a postulante era estudante da UFRN, mas o seu indiciamento não ocorreu no âmbito da Universidade e sim por órgão externo do Governo Militar, não havendo nexo de causalidade entre a repressão sofrida e seu ingresso na catedra da Instituição Federal de Ensino Superior. Contudo, ainda nesse período, há registro de ter sido indiciada em Inquérito Administrativo na referida Fundação José Augusto, em 1970, perante a Diretoria da Faculdade de Sociologia e Política, com enquadramento no Decreto-Lei 477/69, supostamente por "agitação em sala de aula", juntamente com Alfredo Santiago, Jonaldo Carvalho e Francisco Dagmar Fernandes, mas que foram todos absolvidos pelo Ministério da Educação. Em 1975, esse curso (docentes e discentes) foi absorvido pela UFRN.

Nestas circunstâncias, algum prejuízo que a repressão lhe tenha causado, em princípio, somente poderá ser revisto na instância competente, ou seja, na Comissão de Anistia, e na Lei nº 10.559/2002 – Lei do Anistiado Político.

Ademais disso, a competência das Comissões da Verdade é limitada, nos termos da Lei Federal nº 12.528/2012, como igualmente na Portaria nº 1.809/12-Reitoria da UFRN, que trilha pelo mesmo norteammento, tudo tendo por regência o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais e o art. 10 da Lei Federal nº 10.559/2002 que fixa a competência exclusiva do Ministério da Justiça, para a expedição da Declaração de Anistiado Político e determina os demais direitos dela decorrentes. No caso agora examinado, a postulante pleiteia, em especial, por uma COMPENSAÇÃO no âmbito administrativo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mediante uma progressão horizontal e vertical na sua carreira docente, mais precisamente da categoria do Professor Adjunto III para Associado IV, o que depende de avaliação de pontuação, conforme dispõem as RESOLUÇÕES nºs 186/93-CONSEPE, de 05 de outubro de 1993 e Nº 099/2006-CONSEPE, de 08 de agosto de 2006, assunto que foge às atribuições da Comissão da Verdade da UFRN.

Todavia, considerando que o assunto é de indagação de ordem jurídica, vislumbramos a possibilidade de que a matéria possa ser analisada pela via regular na própria Universidade, razão pela qual voto no sentido de **RECOMENDAÇÃO** para que o processo seja examinado na instância própria da UFRN, que para tanto possui todos os organismos apropriados. Natal, 25 de julho de 2014.

PROCESSO/DOCUMENTO: 23077.051327/2014-65

Interessado: FRANCISCO CANINDE PEGADO

Expressão-chave: SOLICITAÇÃO

Assunto Detalhado: SOLICITAÇÃO DE REPARAÇÕES ECONÔMICAS E PROVIDENCIÁRIAS E OUTRAS PROVIDÊNCIAS NOS TERMOS DA LEI Nº. 10.559/2002.

Relator: JUAN DE ASSIS ALMEIDA.

SÍNTESE:

Trata a espécie de petição apresentada pelo servidor FRANCISCO CANINDÉ PEGADO, no Ministério da Educação (MEC), no qual pleiteia reparações econômicas, previdenciárias e outras providências nos termos da Lei Federal nº 10.559/2002. Alega que seu afastamento e posterior aposentadoria seu deu após a ocorrência, segundo o postulante, de atritos com o então Diretor do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS-RN) Coronel José Estevam Mosca.

Em ato contínuo o Chefe-adjunto do Gabinete do Ministro da Educação remeteu à Subsecretaria de Assuntos Administrativos para ciência e providências cabíveis. Esta decidiu pelo envio dos autos à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em observância ao inciso IV do artigo 4º da Portaria/MEC nº. 1.074/2009, que estabelece a necessidade de análise prévia do órgão seccional, a qual esteja vinculado o servidor, para que então, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - MEC possa apresentar opinativo final.

De ordem da Reitora, aceitando sugestão da Pró-Reitora de Gestão de Pessoas, o referido processo foi encaminhado para análise da Comissão da Verdade da UFRN.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, entendo que a Comissão da Verdade da UFRN deve considerar que não foi possível constatar, em suas pesquisas, qualquer indício de perseguição político-ideológica contra o servidor requerente, o que frustra, a priori, o seu enquadramento na Lei de Anistia e na Lei Federal nº 10.559/2002, com as suas consequências legais.

VOTO

CONSIDERANDO que após a análise detida do processo e à vista do que foi levantado na instrução, nenhum episódio de natureza política foi detectado por esta Comissão, episódio este que apresentasse nexo de causalidade com o afastamento e posterior aposentadoria do servidor FRANCISCO CANINDÉ PEGADO, notadamente a ocorrência, segundo o postulante, de atritos com o então Diretor do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS-RN) Coronel José Estevam Mosca, consoante pesquisa no material audiovisual, documental e testemunhal em poder da CV-UFRN;

CONSIDERANDO a missão da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em identificar e esclarecer violações de direitos humanos ocorridas no interior da UFRN durante a ditadura militar e a possibilidade de subsidiar, como seus relatórios e acervos, possíveis requerimentos à Comissão de Anistia, como preconiza a Lei Federal nº. 12.528/2012 e a Portaria nº 1.809/12 – Reitoria;

CONSIDERANDO o Art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o Art. 10º da Lei Federal nº 10.559/2002 dispõe sobre a competência exclusiva do Ministério da Justiça, para expedição da Declaração de Anistia Política e efetivar os demais direitos dela decorrentes;

CONSIDERANDO que a reparação econômica só poderá ser concedida mediante portaria do Ministro de Estado da Justiça, após parecer favorável da Comissão de Anistia, correndo à conta do Tesouro Nacional, conforme o Art. 3º, caput e §§1º e 2º da Lei do Anistio Político;

CONSIDERANDO que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte só pode proceder a reintegração do requerente no serviço público federal, com suas devidas progressões e posterior aposentadoria, após a obtenção da condição de anistiado político, devidamente emitida nos termos do Art. 2º, VI da Lei nº. 10.559/02 e que o fato deletério tenha pertinência com o seu afastamento da UFRN;

Votamos no sentido de RECOMENDAR que o caso seja objeto de EXAME pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em observância aos artigos 10 a 12 da Lei Federal nº. 10.559/2002, instância legal única para a apreciação da anistia política, da qual decorrem todas as outras postulações do requerente. Em consequência, somos pela remessa do processo ao órgão referenciado, para fins e efeitos de direito. Natal, 19 de setembro de 2014.

DOCUMENTO Nº. 23077.013810/2014-41

Interessada:

SANDRA SASSETTI FERNANDES ERICKSON

Tipo de documento: CARTA

Observação: CARTA DA PROFESSORA SANDRA S. F. ERICKSON PARA A COMISSÃO DA VERDADE DA UFRN APRESENTANDO SUGESTÕES AO PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE HISTÓRICA.

Relator: IVIS ALBERTO LOURENÇO BEZERRA DE ANDRADE

SÍNTESE:

A Professora Sandra Sasseti Fernandes Erickson, do Departamento de Línguas e literaturas estrangeiras modernas do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), endereçou à Comissão da Verdade da UFRN carta contendo sugestões a compor o capítulo de Recomendações do Relatório Final desta Comissão. As propostas versavam sobre ações de cunho simbólico, de resgate histórico e memorialístico da instituição e outras providências de natureza administrativa.

DECISÃO

a) aproveitamento das sugestões dos números 6 (concessão de título aos estudantes Emmanuel Bezerra, José Sílton Pinheiro e ao servidor Luiz Damasceno, pelos prejuízos sofridos com a repressão e em sessão solene); 7 (fazer aposição de placa simbólica alusiva às turmas e dos honoráveis referidos); 11 (criar espaço e recursos na EDUFN para publicação dos trabalhos das Comissões da Verdade da UFRN, do Estado e Município); 12 (criar Memorial com os documentos obtidos); 13 (criar espaços de memória nos campi para divulgação das pessoas e ações em prol da democracia, colocando-se placas alusivas nos locais de acontecimentos pertinentes à repressão); e 14 (realizar um evento para honrar os professores e funcionários perseguidos pelo regime); **b)** a proposta do item 8 (conceder título de livre docente ao Professor Juliano Siqueira) cuida de procedimento já apreciado por esta Comissão, com recomendação para a Reitoria; **c)** item 5 (retirar gratificações e benefícios concedidos pelo regime militar a agentes e administradores da ASI) reconheceu que são totalmente inexecutáveis por questões legais e práticas; **d)** os itens 3 (retirar nomes e símbolos – fotos, esculturas, iconografia – do reitor militar (General Fozzeca), seria destruir a própria história da Instituição, que é feita por pessoas e atitudes positivas e negativas; 4 (proposta para cassar os títulos de Doutor 'Honoris Causa' de "todo e qualquer militar e pessoa reconhecida como apoiador do regime militar (Roberto Marinho e muitos outros)"; – a competência para a cassação é do Conselho

Universitário, que os outorgou. O fato poderá ser objeto de representação à Reitora, na qualidade de Presidente do CONSUNI. A proposta da missivista não cita nomes específicos, mas sugere cassar os títulos de “todo e qualquer militar e pessoa reconhecida como apoiador do regime militar...”, como já foi transcrito. Igualmente não informa sobre possíveis vítimas de atos autoritários por parte dos homenageados e tal omissão colocaria o Pleno do Conselho Universitário em dificuldades para reexaminar a outorga de dezessis homenagens; 9 (divulgar publicamente os nomes das pessoas que nos Conselhos da UFRN propuseram e votaram a favor da concessão do referido título a ditadores e apoiadores do regime militar) – considerou falta de ética para com o CONSUNI atual. **CONCLUSÃO.** opinou pela negativa ao atendimento dos itens 3, 4 e 9 do conjunto de sugestões e decidiu comunicar à Magnífica Reitora, na condição de Presidente do Conselho Universitário, o teor das decisões desta Comissão. **A Comissão, por unanimidade** aprovou o voto do relator quanto aos itens 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 e, **por maioria**, quanto ao item 4, sendo o voto divergente do representante do DCE, pontuando que a Comissão da Verdade, em virtude da pertinência temática, poderia analisar quais militares e civis colaboradores da ditadura militar, poderiam ter suas homenagens retiradas pela Universidade e, que tal análise, a título de recomendação, fosse endereçada ao Conselho Universitário, a quem compete legalmente e regimentalmente a apreciação do assunto; assim votou pela aprovação do item 4 e que fosse feita recomendação à Reitora para submeter ao CONSUNI a proposição dos estudantes, que nominam as pessoas agraciadas com títulos universitários que, possivelmente, poderiam ser objeto de reanálise da oportunidade e conveniência da concessão, conforme requerimento já entregue à referida autoridade universitária e que faz parte da decisão”. Natal, 08 de agosto de 2014.

Subscrevo cordialmente,


Juan de Assis Almeida
 Membro da Comissão da Verdade



CARAVELA
SELO CULTURAL



60 anos do Golpe Civil-militar no Rio Grande do Norte

Maria da Conceição Fraga e João Maria de Sousa Fraga

978-65-88076-63-7 | ISBN (Caravela Selo Cultural)

978-65-83170-04-0 | ISBN (Aipê Editora)

José Correia Torres Neto | Coordenação editorial

Andreia Braz | Revisão linguístico-textual e de ABNT

Lucas Almeida Mendonça | Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica

Vitória Ciro | Crédito da fotografia dos organizadores

PDF | Formato

627 | Número de páginas

Knockout e Libre Baslerville | Tipologia

Natal (RN), dezembro de 2024 | Local e data

Imagens da capa do livro

Reprodução do UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE.

Comissão da Verdade da UFRN: relatório final. Natal: EDUFRN, 2015.

Caravela Selo Cultural

caravelaselocultural@gmail.com

<https://caravelaselocultural.wixsite.com/caravelaselocultural>

Aipê Editora

aipê.editoracoopcult@gmail.com

@cooperativacultural

<https://www.instagram.com/cooperativacultural/>

<https://livrariacooperativacultural.com/>

“Os fantasmas do passado continuam a nos assustar. O avanço da extrema-direita no país, com a eleição de Bolsonaro em 2018, trazendo de volta os militares ao poder, em que foram reiterados seguidos ataques à democracia, bem como os acampamentos, em frente aos quartéis, durante a eleição presidencial de 2022, e a invasão e depredação em Brasília das sedes dos três poderes da República, em 8 de janeiro de 2023, deixam evidente uma clara tentativa de golpe de Estado. Podemos ainda acrescentar dois graves acontecimentos: o atentado à sede do Supremo Tribunal Federal, ocorrido em 13 de novembro de 2024, e a revelação pública do estarrecedor plano de assassinato dos eleitos, Lula e Alckmin, e do ministro Alexandre de Moraes, do STF. Plano urdido, por oficiais militares, no próprio Palácio do Planalto, sede do governo.”

[...]

“Uma das partes mais significativas deste livro diz respeito, justamente, aos capítulos que se reportam à resistência ao regime. Assim, são abordadas a repressão e a resistência das mulheres, dos estudantes, dos trabalhadores, dos professores, de lideranças políticas, enfim. Esse é um momento emocionante, em que vários desses combatentes heroicos comparecem às páginas do livro, com os autores se preocupando em salvar do esquecimento e reparar identidades machucadas, para lembrar o que escreveu Beatriz Sarlo. Nessa linha, o livro aborda a produção cinematográfica sobre perseguidos políticos, bem como contém um capítulo em que o autor empreende um primoroso balanço do que foi escrito sobre o Estado militar e os seus reflexos no Rio Grande do Norte”.

José Willington Germano
Professor da UFRN

